

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 12 NÚMERO 4

Revista Interfaces

Editora

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)

Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antônio Esteves (UNESP)

Dra. Aracy Ernest (UCPEL)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF) in memoriam

Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)

Dra. Ercilia Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores ad doc, desta edição (Vol. 12, no. 04)

Adilson Carlos Batista

Alexandre Marcelo Bueno

Aline Venturini

Bárbara Del Rio de Araújo

Carla Lavoratti

Cibele Krause-Lemke

Davi Gonçalves

Diego Barbosa da Silva

Diórgenes Buenos Aires de Carvalho

Edson Santos Silva

Elivélton Assis Krümmel

Enrique Nuesch
Érica Fernandes Alves
Fidah
Gabriel Pinezzi
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Ivaneide Gonçalves de Brito
Jéssica Klimaczewski
José Carlos Moreira
Kelly Fernanda Guasso da Silva
Leonardo Augusto Bora
Leandro Tafuri
Lucas Martins Flores
Luciane Baretta
Luis Felipe Dias Lopes
Márcio Winchuar
Maria Cláudia Teixeira
Marilda Lachovski de França
Maristela Campos
Marcus Vinicius da Silva
Nádia Nelzira Lovera de Florentino
Neide Garcia Pinheiro
Pamela Tais Capelin
Renata Chystina de Barros
Sandriele Rafael Bento Fernandes
Sanimar Busse
Tânia Clemente de Souza
Thais Fernandes dos Santos
Vaima Regina Alves
Verli Petri

Revisores de texto

Eloisa Baldissarelli
Maria Cláudia Teixeira

Arte da capa e diagramação

Luis Eduardo Gomes

Responsáveis Técnicos

Luis Eduardo Gomes

Nota: O conteúdo dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: O SABER EM MOVIMENTO E EM (RE)VISTA.

Maria Cleci Venturini

6-14

Artigos

EFEITOS DE DIVERSIDADE NA PARENTALIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA #TRANSPARENTALIDADE NO INSTAGRAM

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi, Rita Gabriela Moreira Gomes

15- 31

TENTATIVAS DE ACERTO: A INCIDÊNCIA DA VARIEDADE LINGUÍSTICA SOBRE A PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA POR ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jancen Sérgio Lima de Oliveira

32-39

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CRÔNICA “EM NOSSA SENHORA APARECIDA”, DE FERNANDO BONASSI

Flávia Luciano Santos

40-49

REVERBERAÇÕES DA LÍRICA MODERNA E A CRISE DO SUJEITO NA POESIA CONTEMPORÂNEA DE PAULO HENRIQUES BRITTO, FRANCISCO ALVIM E IACYR ANDERSON FREITAS

Felipe dos Santos Matias

50-59

ENTRE A LIBERDADE E O CONTROLE DO SUJEITO: EMPRESARIAMENTO E BIPODER DA VIDA ÍNTIMA NA CONTEMPORANEIDADE

Anísio Batista Pereira, Bianca Ayala Melo Di Alencar

60-76

A EXPERIÊNCIA DA SUBMISSÃO FEMININA EM CINQUENTA TONS DE CINZA

Ana Terra dos S. Araújo, Elizabeth Gonzaga de Lima

77-87

LEITURA DE IMAGEM DA G MAGAZINE: MALDIZER, OLHAR VERDADEIRO E INSINUAÇÕES DA CARNE.

Lucas Nascimento

88-103

DISCURSO POLÍTICO EM A NOVA ORDEM, DE B. KUCINSKI

Patrícia Martins Alves do Prado, Fernanda Nunes de Araújo, Karla Nunes de Souza

104-115

CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS NA FORMAÇÃO INICIAL EM LETRAS E OS DISCURSOS ENVOLVENTES SOBRE O QUE É SER PROFESSOR

Rita de Cássia Souto Maior, Dara Raiza Melo de Souza, Antônio Carlos Santos de Lima

116-130

AS ENCRUZILHADAS DE UM MAR DE MIL CAMINHOS: A LOUCURA, A LINGUAGEM E OS SUJEITOS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE FLORIANÓPOLIS

Ariele Helena Holz Nunes, Vanessa Goes Denardi

131-146

CRÍTICA E DIFERENÇA: O NARRADOR DO CONTO “CORAÇÕES SOLITÁRIOS”, DE RUBEM FONSECA, COMO METÁFORA DO ESCRITOR LATINO-AMERICANO

Arthur Almeida Passos

147-165

A PUBLICIZAÇÃO DO PRIVADO: NARRATIVAS DE VIDA, ‘CONFISSÕES’ E HIV

Robson Evangelista dos Santos Filho, Mariana Ramalho Procópio

166-187

Pode um soro positivo falar? Coragem da verdade e o estigma das relações de pessoas vivendo com HIV

Joseeldo da Silva Júnior 188-201

Poesia, memória e pós-colonialismo: notas sobre A pátria dividida, de Néelson Saúte

Cléber da Luz, Fernanda Garcia Cassiano 202-213

HETEROGENEIDADE E(M) DISCURSO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O OUTRO E O DIFERENTE

Heitor Pereira de Lima 214-225

O PAPEL DA METÁFORA NA TESSITURA TEXTUAL E NA SOCIOCOGNITIVA DAS MÚSICAS INTERPRETADAS PELA CANTORA JOELMA

Bruno de Jesus Espírito Santo 226-237

A POLARIDADE NO PODPSI “O QUE ACHAMOS DO FILME 365 DNI”

Ana Paula Santos de Souza 238-246

PRÁTICAS DE LEITURA E LETRAMENTO LITERÁRIO EM ESCOLAS DO CAMPO

Marcio José de Lima Winchuar, Leilah Santiago Bufrem, Diego Paiva Bahls 247-258

LETRAMENTO ACADÊMICO: ESTRATÉGIAS SIMPLIFICADORAS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS DIDÁTICOS

Elisabeth da Anunciação Amorim, Pedro Perini-Santos 259-274

PALAVRAS-CONCEITO EM FUNCIONAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO

Kelly Fernanda Guasso Da Silva, Fidah Mohamad Harb 275-285

ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: O SABER EM MOVIMENTO E EM (RE) VISTA

Maria Cleci Venturini¹

O devaneio é uma fuga para fora do real, nem sempre encontrando um mundo irreal consistente. Seguindo a ‘inclinação do devaneio’[...], a consciência se distende se dispersa e, por conseguinte, se obscurece. (BACHELARD, 2009, p. 5)

Somente quando a alma e o espírito estão unidos num devaneio pelo devaneio é que nos beneficiamos da união da imaginação e da memória. (BACHELARD, 2009, p. 99)

O título do nosso texto, no qual ao mesmo tempo que pensamos sobre o saber em movimento, trazemos a história e a memória e fazemos isso porque temos nos dedicado a pensar na história e na Análise de Discurso, como campos disciplinares que se constituem na interface. Ancoramos o nosso dizer em Veyne (1998) para quem a história é uma versão e se aproxima da ficção com a diferença que o documento é que sustenta o acontecimento histórico e, também, que este campo busca aproximar-se do acontecimento datado. Conforme Venturini (2021, p. 162) propõe-se a pensar o funcionamento da história e da memória, na Análise de Discurso e sublinha que esse posicionamento não significa “assumir a dependência positiva com a história, mas reforçar que como disciplina ela [a história] instaura marca de acontecimentos, de vivências e faz parte da formação social”.

Ainda em relação ao título, vale destacamos a partir de Paim (2013, p. 98) que as revistas acadêmico-científicas estão “a serviço da circulação do conhecimento” e que elas têm o “papel relevante e de institucionalizar uma ideia, uma teoria, até mesmo nascer um novo campo, na medida em que se constituem como um espaço capaz de produzir unidade e de dar legitimidade ao que se faz e ao que se produz enquanto conhecimento” (PETRI e SCHERER, 2015, p. 19). Como o nosso foco é apresentar o vol. 12, no. 04 da Revista Interfaces, não temos como deixar de enfatizar o trabalho com a língua e as interfaces decorrentes desse trabalho na produção do conhecimento.

Sublinhamos, ainda, trazendo a produção do conhecimento envolve a ciência e esta não se produz de modo descontínuo, conforme nos ensina Scherer (2013, p. 133) “produzir ciência é produzir

¹ Doutorado em Letras (UFSM), docente dos Programas de Pós-graduação em Letras da UNICENTRO e da UFPR. Editora da Revista Interfaces.

conhecimento em uma certa ordem em uma certa época, em certas condições de produção [...] produzir conhecimento é um trabalho permanente de demarcação de lugares” e de políticas editoriais, que indicam, conforme Petri e Scherer (2015) pelas quais cada revista indica quem pode publicar e o que pode ou não se publicado e isso é o que designamos de ‘escopo’ do periódico.

Essa política editorial vai indicar, também, a periodicidade de circulação do periódico, delimitando, de certa forma, quem pode escrever e quem vai ler os artigos publicados. A Revista Interfaces, que nos interessa nesse texto, surgiu da emergência do Curso de Letras, da UNICENTRO, em torno da verticalização, representada pela criação de pós-graduação *stricto sensu* em Letras. Mesmo sem termos aprovado o curso, começamos a trabalhar na criação de uma rede que legitimasse e identificasse curso e revista. Assim, nesses doze anos, a revista Interfaces e o Curso de Pós-graduação foram se institucionalizando por meio de processos de disciplinarização, como já foi destacado, determinando que pode e não pode ser uma revista, ser um curso de pós-graduação.

Trazer as epígrafes recortadas da obra *Devaneios*, de Bachelard teve o objetivo de dar visibilidade à poesia e ao ‘espírito científico’ presentes no pensamento científico e na linguagem. Pela primeira epígrafe ressoa que o devaneio é uma fuga “para fora do real, nem sempre encontrando um mundo irreal consistente” e, na segunda, temos a relação entre devaneio e imaginação, que possibilita ‘o benefício’ da memória. Arriscamos a dizer que a produção do conhecimento não prescinde da língua e nem da linguagem.

Vemos que as ‘interfaces’ constituem o movimento dos saberes em (re)vista e o - re - entre parênteses encaminha para a palavra ‘vista’, buscando estabelecer a relação entre produção e circulação do conhecimento. Entendemos que Bachelard, por ele mesmo, quando trata do

devaneio, da narração, do espírito científico dá visibilidade ao conhecimento produzido na relação entre campos do saber. A revista é ao mesmo tempo uma forma de fazer produzir e de fazer circular o conhecimento e a revista Interfaces, que recortamos neste texto está, como destacou Paim (2013) à serviço de pesquisadores, incluindo mestrandos, mestres, doutorandos, doutores mais ou menos experientes. Todos eles, entretanto, como nos ensina Bachelard (1996) partem de reflexões, de um antes, de um depois, mas não estacionam em pesquisas já realizadas, pelo contrário, estão sempre colocando o conhecimento em suspenso, abrindo a possibilidade de incluir o – A MAIS – O QUESTIONAMENTO, A ABERTURA.

De acordo com Petri e Scherer (2015, p. 15) o compromisso de um periódico é fazer ‘circular o saber e é por meio dele que podemos compreender “o processo de divulgação e circulação do conhecimento sobre a língua e sobre a linguagem”. Além disso, centrar em um periódico e refazer o seu percurso pode ajudar a compreender “não só a história, mas também a importância de uma política científica editorial para o fazer acadêmico de uma determinada época”(PETRI e SCHERER, 2015, p. 15). Dito isso, propomos rever o ano de 2021, sublinhando que foi um tempo perpassado de expectativas, de lutas e quando está prestes a terminar o sentimento que nos invade é o de ‘dever cumprido’, entremeado de agradecimentos por termos podido viver/conviver e de ter conseguido cumprir metas e de ter, eventualmente, falhado. Em 2021, como temos feito há doze anos, continuamos a promover o crescimento da revista que começou publicando duas edições anuais com oito artigos cada uma; depois passou para quinze artigos.

Nesse crescendo e dizemos crescendo porque falamos em percurso, do crescimento e consolidação da Revista Interfaces. Em 2015, passamos a publicar edições trimestrais com quinze artigos e passamos para 20 artigos e, a

partir de 2016, incorporamos um dossiê por ano. Em 2021, publicamos, portanto, quatro edições da revista, chegando a sessenta artigos em edições normais e mais um dossiê com dezenove artigos. Podemos dizer que alcançamos pesquisadores e pós-graduandos de todo o Brasil e acrescentar que o cumprimento dessa meta significa vitória, considerando que 2020 foi um ano difícil e 2021, vimos a crise se aprofundar. O aprofundamento da crise não aconteceu somente devido à pandemia, mas também, pelos ataques à pesquisa, aos professores, à educação, enfim, à ciência como um todo.

Tendo presente as dificuldades, lembramos que esta é a última edição de 2021, mas não foi fácil concluí-la: os desafios são/foram bastante grandes e foram suportáveis e minimizados pelas parcerias de articulistas, avaliadores ad docs, diagramador, leitores, enfim pela presença e atuação daqueles que trabalham no coletivo e valorizam a produção do conhecimento, que acontece por meio de pesquisa e tudo que a envolve. Infelizmente, avaliar artigos, editar periódicos e trabalhos afins não têm sido valorizados como merecem. O que nos conforta é a atuação e presença de pesquisadores e colaboradores sempre dispostos a contribuir com as publicações e circulação da revista, pois sabemos que um periódico não “se produz” e nem circula sem equipes. A revista é como uma engrenagem, em que a falta de um, compromete o todo.

A produção do conhecimento conduz à transformação pela qual, conforme Bachalard (1996, p. 21), o pesquisador, que é movido pelo espírito científico “deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar”. Não falamos, portanto, de um saber fechado, concluído para todo o sempre, mas de práticas ‘passam’ pela reflexão e pela experiência precedida, conforme Borges (2007), por uma construção intelectual, que não prescinde de planejamentos e do questionamento das teorias e interpretações fechadas. Os

pesquisadores priorizam o conhecimento que escapa ao senso comum e se dedicam a “precisar, retificar, diversificar [...]”, fugindo das certezas “que encontram nos sistemas homogêneos mais obstáculos do que estímulo”.

Em favor das interfaces e dos entremeios salientamos que a divisão das ciências em espaços fechados, muitas vezes, dificulta a circulação do conhecimento como movimento, como a possibilidade de desenvolver o espírito científico e de fazer a ciência avançar criticamente, sem aceitação passivas. Nos entremeios, os saberes promovem a transformação e é essa a função de uma revista, alcançar o outro, instaurar o acontecimento que é dado a ler a partir de textos/discursos em que o sujeito se faz autor.

Ser autor significa, conforme Orlandi (2004), historicizar o dizer, constituindo-o em discurso, convocando o sujeito-leitor a assumir a posição de interlocutor, realizando o movimento dos saberes que vêm do interdiscurso e se encontram com o saber da atualidade. Nesse movimento, instauram-se redes de sentidos e, conforme Pêcheux (1997), a partir de sujeitos e para sujeitos, constituindo efeitos de sentidos e a possibilidade do novo. Dizemos tudo isso para destacar que a função de uma revista é movimentar pesquisas, promover encontros e desencontros, fazendo história pela possibilidade de construir versões, encaminhando para a interpretação, fazendo memória.

A revista Interfaces, em 2021, completou doze anos de circulação e isso significa ter uma história, isto é, temporalidades, envolvendo o passado, o presente e um devir que se compromete com a interface entre língua, literatura, ensino, cultura, mídia, colocando em prática uma proposta que aproxima o conhecimento de todos os sujeitos pela divulgação, fazendo a passagem entre o científico, o pré-científico e o cotidiano, que vemos como movimento de sujeitos.

Abrimos esta edição com o artigo “Efeitos de diversidade na parentalidade: uma análise discursiva da #Transparentalidade no instagram”, de autoria de Aline Fernandes de Azevedo Bocchi e Rita Moreira Gomes, da Universidade de Franca – UNIFRAN, que se inscreve na Análise de Discurso e na Psicanálise e se propõe a discutir os deslizamentos de sentidos produzidos pela paráfrase “família transdicional brasileira”, pensando na emergência de corpos políticos – o dos sujeitos que se produzem como efeito dos discursos da maternidade, da paternidade e da família permeados por efeitos e memória que ressoam da constituição histórica da família nuclear burguesa. Os pesquisadores defendem a necessidade de serem lançados novos olhares sobre as relações parentais e para o conceito de família.

Já o artigo “Tentativas de acerto: a incidência da variedade linguística sobre a produção textual escrita por estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental” enfoca os desvios ortográficos em produções textuais escritas por alunos das séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas do interior do Maranhão. Tem como interlocutores, muito provavelmente, os professores que se preocupam com a produção do conhecimento escrito, que circula pouco entre os pares e se destina a docentes, que pensam a escrita, com a língua posto em práticas. Jancen Sérgio Lima de Oliveira, mestrando em Letras, na Universidade Federal do Piauí, parte do pressuposto de que os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental apresentam desvios das normas impostas à Língua Portuguesa e mostra a necessidade de os professores estarem preparados para lidar com essas dificuldades e destaca que a classificação dos ‘desvios’ como ‘erros’ não produz resultados eficientes.

Na interface entre língua e literatura, a pesquisa realizada por Flávia Luciano Santos (UNINCOR) tem como foco o livro de crônicas de Fernando Bonassi “A boca do mundo”, publicado

em 2007 e aborda os modos de representação da violência. A obra de Bonassi pauta-se em acontecimentos do cotidiano da grande cidade e mostra que os menos favorecidos são vítimas de um sistema social opressor excludente, que pode resultar em uma violência estrutural, muitas vezes direta. O recorte, realizado pela autora, dentro da obra, foi “Nossa Senhora Aparecida” e dá visibilidade a um personagem que de torneiro mecânico passa a ser guardião de um bairro violento e se configura como vítima de um sistema capitalista que naturaliza a violência e a exploração. Há, nesse artigo, a presença do religioso em práticas sociais em linguagem, fazendo a passagem entre o científico e o cotidiano, que torna visível o conhecimento transformado pela reflexão.

Felipe dos Santos Matias (UNILA), em seu artigo, propõe-se a discutir ressonâncias da lírica moderna na poesia contemporânea, encaminhando para a possibilidade de desdobramentos da crise do sujeito a partir de três poetas: Paulo Henriques Britto, Francisco Alvim e Iacyr Anderson Freitas. O corpus se constitui de poemas selecionados desses três autores, destacando questões relativas à crise do sujeito na sociedade capitalista, destacando como nomes fundamentais Charles Baudelaire, fundador do conceito de modernidade e Stéphane Mallarmé que desenvolveu a ideia de modernidade na linguagem, “fazendo do espaço do poema uma tela de jogo”. Segundo o autor Baudelaire e Mallarmé são considerados precursores do lirismo vanguardista, juntamente com Poe, Verlaine, Rimbaud e Valéry e Friedrich.

No artigo “Entre a liberdade e o controle do sujeito: empresariamento e biopoder da vida íntima na contemporaneidade”, Anísio Batista Pereira (UFU/FAPEMIG) e Bianca Ayala Melo Di Alencar (Universidade Federal de Catalão – UFCAT) problematizam/refletem sobre os desejos de prazer capturados e objetivados por estratégias de empresariamento. Com vistas a alcançar o

objetivo proposto, os pesquisadores constituem o corpus com propagandas de produtos sexuais e de reportagens sobre as determinações governamentais em relação a essas práticas, buscando proibi-las. O aporte teórico que sustenta as análises vem de Foucault, especialmente, dos conceitos de sexualidade, subjetividade e biopolítica/biopoder. Para da conta das questões relacionadas à cultura de empresa e à nova subjetividade são destacados os teóricos Pierre Dardot e Christian Laval.

Ana Terra dos S. Araújo Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e Elizabeth Gonzaga de Lima (UNICAMP) apresenta o artigo “A experiência da submissão feminina em Cinquenta tons de cinza e propõe a análise da experiência de submissão da personagem Anastasia do livro Cinquenta tons de cinza (2012) da autora E. L. James. As autoras perguntam-se sobre como explicar o fenômeno de audiência de uma trama que explora o comportamento submisso da protagonista em uma sociedade marcada pela constante luta das mulheres em prol da igualdade. Segundo as autores é evidente, na contemporaneidade, o funcionamento de práticas que naturalizam relações amorosas marcadas pelo sadomasoquismo e pela submissão legitimadas pelo amor que vence barreiras. À guisa de conclusão, destacam que pensar esse lugar de submissão destinado à Anastasia consiste em enfrentar uma construção social cristalizada, que reafirma a submissão das mulheres em prol de um suposto amor e do bem-estar da relação.

No texto, “Leitura de imagem da G Magazine: maldizer, olhar verdadeiro e insinuações da carne”, Lucas Nascimento (UFRJ) analisa as relações semântico-discursiva em leitura de fotografia digital de capa publicitária, em edição de maio de 2010 da G Magazine a partir dos fundamentos teóricos de Pêcheux e de Foucault. A proposta consiste em investir sobre a leitura de policromia na fotografia digital e no movimento ocular, centrando-se na ocorrência presente no desejo da

mudança de direção visual, conforme discutido por Nascimento (2018; 2019). Essa trama tem sua correspondência na interpretação que assegura a elaboração da resposta “Sim” ou “Não” diante da questão proposta em experimento de leitura imagética. Os resultados destacam a (in)visibilidade do maldizer verdadeiro em declaração de um sujeito pertencer ao grupo heterossexual e o maior tempo de fixação de seu olhar na cueca e no rosto do modelo fotográfico. Portanto, destacaram-se as insinuações da carne e os sentidos do olhar.

Patrícia Martins Alves do Prado (UEG), Fernanda Nunes de Araújo (UEG), Karla Nunes de Souza (UEG) ancoradas em Roland Barthes, Gérard Genette, Antônio Cândido e Eurídice Figueiredo analisam elementos da narrativa ficcional em A Nova Ordem, de B. Kucinski. As autoras buscam identificar as estratégias e os recursos literários utilizados pelo autor para tecer o enredo do romance e construir suas personagens de ficção. A obra, em tela, foi escrita em 2019 e mescla ficção e realidade ao retratar acontecimentos que retomam um país gerido por militares, cuja intenção maior é manipular a sociedade, perseguindo os “utopistas” e exterminando as minorias, com o objetivo de conquistarem a hegemonia e se manterem para sempre no poder. O autor do texto analisado viveu no período da ditadura militar brasileira e, a partir dessa vivência constrói uma narrativa orquestrada de forma a influenciar o leitor, levando-o a assumir uma posição engajada e crítica.

Com o artigo “Constituições identitárias na formação inicial em letras e os discursos envolventes sobre o que é ser professor”, os pesquisadores Rita de Cássica Souto Maior, Dara Raíza Melo de Souza e Antônio Carlos Santos de Lima da UFAL buscam saber qual a concepção de ensino-aprendizagem e de ser professor na contemporaneidade estão presentes na formação inicial em Letras. As análises pautam-se nas noções bakhtinianas de língua, na identidade como

construção social e na de discursos fossilizados nos movimentos de interação. O resultado da pesquisa apontou para práticas inovadoras, mas também aspectos tradicionais sobre o ensinar o aprender línguas, apontando tensões identitárias sobre ser docente. Os fundamentos teóricos vêm da Linguística Aplicada e se centram nas constituições identitárias de estudantes do Curso de Letras de uma universidade pública do Brasil.

Com o objetivo de analisar a concretude das relações na e pela linguagem constituídas no interior do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) de Florianópolis as articulistas Ariele Helena Holz Nunes (UFSC) e Vanessa Goes Denardi da (UDESC) nos apresentam o artigo “As encruzilhadas de um mar de mil caminhos: a loucura, a linguagem e os sujeitos no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis”. Teoricamente partem da concepção de sujeito louco e instintivo presentes em textos de Foucault (1995, 2000b, 2001, 2008, 2014), de Deleuze (2004) e de Augsburg (2017), permite centrar o olhar sobre o modo como ocorre a interação entre o eu, o outro e o mundo dentro do HCTP, buscando saber em que medida a linguagem estimula e incentiva os pacientes-internos a construir essas relações com vistas a compreender a rotina do HCTP pelo viés da ressocialização de sujeitos historicamente excluídos e segregados no meio social.

Com o artigo “Crítica e diferença: o narrador do conto “Corações Solitários”, de Rubem Fonseca, como metáfora do escritor latino-americano”, o doutorando da PUC-Minas Arthur Almeida Passos propõe-se a investigar se o narrador construído no conto de Rubem Braga pode ser lido como metáfora do escritor latino-americano, tal como foi definido por Silviano Santiago, no ensaio, “O entre-lugar do discurso latino-americano”. Para alcançar o objetivo proposto, o articulista delimita dois caminhos, no primeiro examina a composição das esferas informativa e ficcional da escrita e, na

segunda, analisa a elaboração do narrador como leitor com ênfase em aspectos que poderiam ser observados como antropofágicos. À guisa de conclusão, o pesquisador destaca que o narrador do conto “Corações solitários”, de Rubem Fonseca funciona como metáfora do escritor latino-americano, definido por Silviano Santiago.

Robson Evangelista dos Santos Filho (PPGICS/ICICT) e Mariana Ramalho Procópio (UFV), abordam a exposição das intimidades e dos segredos, nas fronteiras entre público e privado e colocam como objetivo de historicizar e problematizar práticas confessionais a partir das narrativas de vida, compreendidas sob uma perspectiva discursiva. O título do artigo é “A publicização do privado: narrativas de vida, ‘Confissões’ e HIV” e a partir dele o leitor pode compreender que se trata de experiências confidenciais por sujeitos inscritos na condição de soropositivos, tornando públicos aspectos da sua vida privada, por meio de relatos da experiência com o vírus e de vídeografias no Youtube, colocando a público seus diários pessoais. Segundo o autor essa publicização funciona discursivamente como uma “segunda saída do armário” e como importante ação política, sinalizando para a lua e a resistência.

No artigo, “Pode um soro positivo falar? Coragem da verdade e o estigma das relações de pessoas vivendo com HIV”, Joseeldo da Silva Júnior (UFPB) apresenta um corpus estruturado por cinco séries enunciativas retiradas de um grupo privado do WhatsApp. A noção coragem de verdade mostra que há uma vontade de verdade produzida pelas pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA), que vem acompanhada do receio da rejeição e de investidas preconceituosas cujo desfecho recai no afastamento e sofrimento desses sujeitos. Metodologicamente, a presente pesquisa se caracteriza por ser de cunho qualitativa com viés descritiva-interpretativa e toma como base teórica a arqueogenealogia de Michel Foucault.

“Poesia, memória e pós-colonialismo: notas sobre A pátria dividida, de Nelson Saút”, de autoria de Cléber da Luz, Fernanda Garcia Cassiano (UEM) e de Fernanda Garcia Cassiano propõe-se a auscultar algumas facetas da produção em poesia de Nelson Saúte, importante poeta moçambicano, em uma vertente de análise pós-colonial, que fundamenta e representa a formação dos sujeitos moçambicanos. Tomando os poemas de A pátria dividida (1993), observa-se uma dicção metapoética em função da construção de uma memória paradoxalmente individual e coletiva, a partir da qual reverbera um pathos melancólico, essencialmente elegíaco, em decorrência de um chão marcado pelos traumas de uma guerra.

O conceito de heterogeneidade, no artigo “Heterogeneidade e(m) discurso: algumas reflexões sobre o outro e o diferente”, de Heitor Pereira de Lima, da PUC-Minas é deslocado para a perspectiva da Análise de Discurso, priorizando a enunciação e seus efeitos ilusórios em detrimento do gramatical. A proposta destaca pelo autor consiste na compreensão da noção de diferença e de heterogeneidade, recortando excerto de tese, e que será analisada as formas explícitas da heterogeneidade, partindo de dois pressupostos, quais sejam: 1) o locutor não se apresenta como simples “porta-voz” no discurso direto; e, 2) há a possibilidade de estruturar uma heterogeneidade constitutiva marcada. Os teóricos que fundamentam a pesquisa são, dentre outros, Mikhail Bakhtin, Jacqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi.

O artigo “O papel da metáfora na tessitura textual e na sociocognitiva das músicas interpretadas pela cantora Joelma”, Bruno de Jesus Espírito Santo (UFBA) toma como objeto de estudo a cantora Joelma, no DVD Banda Calypso Pelo Brasil (2006) que se apresentou para mais de 200 mil pessoas, cantando músicas românticas. A teoria que sustenta as análises é a da Metáfora Conceptual e seus desdobramentos a partir de

(LAKOFF; JOHNSON, 1980; SALOMÃO, 1999; KÖVECSES, 2002, 2003, 2005; VEREZA, 2007, 2010; SOARES DA SILVA; LEITE, 2015; ABREU, 2015; SOUSA, 2016). Segundo o autor, as metáforas, “a paixão é uma doença”, “a overdose é um remédio” e “promessas são máquinas”, “a razão é um ser humano”, além de modelarem a tessitura de sentido dessas canções, funcionaram como microfones das emoções e das subjetividades transmitidas nas músicas.

Ana Paula Santos de Souza (UERN) com o artigo “A polaridade no podpsi “o que achamos do filme 365 DNI” objetiva analisar os usos da Polaridade no podpsi intitulado “O que achamos do filme 365 DNI”. O corpus selecionado constitui-se de podcast, gênero oral, que é uma ferramenta de uso crescente de exposição de opiniões e de disseminação de informações acerca de temas variados. A ancoragem teórica vem da Gramática Sistemico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), considerando que a Polaridade como um recurso que se refere à “escolha entre positivo e negativo” (FUZER; CABRAL, 2014). Esse recurso é inerente à construção de uma situação comunicativa que encaminha para conclusões indicativas de que os recursos léxico-gramaticais são produtivos nos usos da polaridade na análise dos textos selecionados.

O artigo produzido por Marcio José de Lima Winchuar, Leilah Santiago Bufrem e Diego Paiva Bahls enfoca práticas de leitura em escolas do campo, priorizando àquelas com organização multiseriada. Nas escolas do campo, segundo os autores, a leitura assume uma dimensão revolucionária, permeada pela luta pelo direito à vida, à terra e à educação e passa a fazer parte do cotidiano do camponês. Teoricamente, vemos essa prática mostra a diferença entre aquisição da escrita e letramento, sinalizando que saber ler é mais do que decifrar palavras, constituindo-se como letramento, em que o sujeito assume posição crítica diante de

situações sociais, agindo sobre elas, lutando para transformar a formação social. O artigo é resultado de um estudo exploratório, em campo, em que são analisados dezesseis questionários semiestruturados que foram respondidos por educadores atuantes em escolas situadas na região Centro Sul do estado do Paraná. A conclusão dos autores foi que mesmo em condições de produção desfavoráveis, os docentes fundamentam o seu trabalho pedagógico em autores que defendem a potencialidade da leitura na sociedade, promovendo a reflexão crítica.

O artigo intitulado “Letramento acadêmico: estratégias simplificadoras de leitura e compreensão de textos didáticos” produzido por Elisabeth da Anunciação Amorim, Pedro Perini-Santos apresenta o resultado de uma pesquisa teórica exploratória sobre a utilização de estratégias simplificadoras de leitura e escrita na compreensão de textos acadêmicos. Os autores tomam como corpus analítico textos didáticos advindos de cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com o objetivo de apontar e justificar proposições relativas à inteligibilidade do texto didático, considerando fatores linguísticos, mais precisamente, os elementos semânticos e lexicais que contribuem no processo comunicativo no contexto universitário. Universitário, que possibilitam a aplicação de estratégias facilitadoras na compreensão do material didático em uso nesta esfera discursiva.

Kelly Fernanda Guasso da Silva (UFSM) e Fidah Mohamad Harb (UFSM) nos apresentam o artigo “Palavras-conceito em funcionamento: reflexões sobre a produção do conhecimento a partir da Análise de Discurso”. O ponto de partida é a observação de trabalhos científicos que não se inscrevem na Análise de Discurso, mas lançam mão de palavras que figuram como conceito nesse campo teórico. O objetivo das pesquisadoras é mostrar que a Análise de Discurso embasa teórica e metodologicamente a produção do conhecimento

em ocorrências em que pesquisadores tomam palavras-conceitos do campo discursivo e conferem mais um lugar teórico à pesquisa.

Apresentados os textos que compõem esse número da Revista Interfaces e as discussões teóricas que dão visibilidade ao trabalho da língua, na história e nas interfaces, concluímos, sublinhando a importância de os saberes se movimentarem, de serem colocados em suspenso com a finalidade de aprimorar, de instaurar diferenças dentro das igualdades e de destacar a importância da ciência, ainda que. As ciências sociais, humanas e artísticas não tenham a visibilidade a valorização merecidas. Boa leitura.

Referências

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. A poética do devaneio. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Borges, Regina Maria Rabello. Em debate: cientificidade e educação em ciência. (2ª edição ed.) rev. Ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 118, 2007.

SCHERER, A. E. Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (orgs). Análise do discurso: heranças, métodos e objetos. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.

PAIM. Zélia Maria Viana. Ora, nenhum pesquisador é imortal. Santa Maria/RS: Fragmentum, N. 37. Laboratório Corpus: UFSM, Abr./ Jun. 2013, p. 97-112.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda Eloina. ORGANON: entre a história e a memória no institucional acadêmico-científico do Sul do Brasil. Organon, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 15-39, jul./ dez. 2015. <https://seer.ufrgs.br/organon/article/>

view/57091, acesso em 05 de jan. de 2022.

VENTURINI, Maria Cleci. Discussões sobre história e memória na Análise de Discurso e na História. In: ZANDWAIS, Ana; RASIA, Gesualda dos Santos. Relações entre discurso e história. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2021., p. 161-185.

VEYNE, Paul M. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar; Maria A. Kneipp. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

EFEITOS DE DIVERSIDADE NA PARENTALIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA #TRANSPARENTALIDADE NO INSTAGRAM

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi¹
Rita Gabriela Moreira Gomes²

Resumo: Este trabalho apresenta um debate sobre o tema da transparentalidade, o qual envolve sujeitos que se produzem como efeito dos discursos da maternidade, da paternidade e da família, em condições de produção nas quais corpos cujos processos de significação divergem de discursividades cis e heteronormativas. O *corpus* analítico foi montado com recortes de postagens publicadas no Instagram e marcadas pela #transparentalidade. As análises foram realizadas tendo em vista os fundamentos teóricos da Análise de Discurso e da Psicanálise, para a compreensão dos processos de significação das postagens, referidas às condições de produção. Nas análises, discutimos os deslizamentos de sentidos produzidos pela paráfrase “família *transdictional* brasileira”, bem como a emergência de corpos políticos que demandam representatividade e direitos.

Palavras-chave: Transparentalidade. Parentalidade. Família. Hashtag. Escrita no digital.

DIVERSITY EFFECTS ON PARENTALITY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF #TRANSPARENTALITY IN INSTAGRAM

Abstract: This work presents a debate on the theme of transparency, which involves subjects that are produced as an effect of the discourses of motherhood, fatherhood and the family, under production conditions in which bodies whose signification processes diverge from cis and heteronormative discursivities. The analytical corpus was assembled with clippings of posts published on Instagram and marked by #transparentality. The analyses were carried out in view of the theoretical foundations of Discourse Analysis and Psychoanalysis, for the understanding of the processes of signification of the posts, referred to production conditions. In the analyses, we discuss the slips of meanings produced by the paraphrase “Brazilian *transdictional* family”, as well as the emergence of political bodies that demand representativeness and rights.

Keywords: Transparency. Parenting. Family. Hashtag. Digital writing.

¹ Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Franca.

² Universidade de Franca.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir o tema da parentalidade, particularmente da transparentalidade, a partir dos fundamentos teóricos da Análise de Discurso e da Psicanálise. Esse tema, segundo Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020a) abrange a produção de discursos acerca dos sujeitos que se incumbem da tarefa intangível e imponderável da criação das crianças. Face aos discursos universalizantes que dispõem sentidos estabilizados acerca da maternidade, da paternidade e da família, permeados de efeitos imaginários que remetem à constituição histórica da família nuclear burguesa, cuja ascendência se acompanhou de intensa moralidade em relação aos papéis dos pais e, principalmente, da mãe, consideramos que os novos arranjos familiares demandam novos olhares para as relações parentais e para o próprio conceito de família. Nesta direção, a Psicanálise contribui com saberes e dizeres sobre o exercício das funções parentais, entendidas por seu caráter estrutural, “procurando entender a constituição do sujeito na família e para além do universo pai-mãe-bebê” (TEPERMAN, GARRAFA; IACONELLI, 2020a, p. 8).

Em nossa atualidade, famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisnormativo/heterossexual, mães e pais adotantes e suas crianças adotadas ou mesmo famílias que resultam de reprodução assistida exigem uma escuta alinhada com as questões da nossa época e nos fazem questionar um modelo ideológico da parentalidade absolutamente excludente. Tendo isso em vista, nossa proposta consiste em interrogar como os discursos da transparentalidade colocam em jogo a resignificação do conceito de família. Para estabelecer essa discussão, construímos um *corpus* analítico composto de recortes de postagens marcadas pela #transparentalidade; a partir dele, investigamos as significações colocadas em jogo

pela referida *hashtag*, interrogando os processos discursivos constitutivos de sentidos para a família, a maternidade e a paternidade em nossa formação social.

Nosso objetivo principal é, portanto, compreender os processos de significação para a #transparentalidade, implicados em modos de formulação, constituição e circulação de sentidos, consoante Orlandi (2001). Pretendemos, também, problematizar as condições de produção da #transparentalidade, além de discutir o acontecimento da transparentalidade, como atualização de uma memória denegada, silenciada por processos de exclusão de corpos que não se adequam à norma da cisgeneridade. Segundo Bocchi (2017a), a cisgeneridade marginaliza expressões de gêneros trans ao supor uma normalidade dos corpos cis, normalidade sustentada por uma interpretação biologistica do gênero imposta pela ordem do discurso médico. Nossas análises indiciam que os corpos trans irrompem como uma transgressão a essa suposta normalidade, constituindo um acontecimento, uma vez que incorrem em efeitos de deslizamento de sentidos estabilizados.

Nosso lugar teórico é o da Análise de Discurso, compreendida como disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996) que se estrutura entre a linguística e as ciências das formações sociais, atravessada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Com ela, questionamos a negação da historicidade inscrita na linguagem por meio de um trabalho sobre as determinações histórico-sociais dos processos de produção de sentidos. Segundo Leandro-Ferreira (2020, p. 24), “isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção”. Para a autora, a Análise de Discurso coloca em questão a evidência do sentido

único, estável e soberano. “Desconfia do óbvio e vai ao encontro da opacidade do texto, na escuta do dito e do não-dito, dos sentidos que aparentemente faltam e dos que se mostram saturados, em excesso, e que acabam por produzir equívoco, o sentido-outro e o desconforto do sujeito” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 24).

O material mobilizado, interseccionado por diferentes materialidades significantes - a imagem, o verbal, o corpo, a tecnologia - demanda nossa atenção na construção do dispositivo teórico-analítico; devemos estar atentos às marcas significantes consideradas relevantes, as quais pautam os recortes que compõem o *corpus* de pesquisa. Compreendido consoante Orlandi (1984), que diferencia recortar de segmentar, o recorte é uma unidade marcada pela incompletude. Para Lagazzi (2007, p. 1), “o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”; trata-se de um trabalho que perscruta o acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2001). No batimento entre estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1990 [1981]), lançamo-nos à “escuta” de postagens agrupadas pela *hashtag* transparentalidade, tateando neste material heterogêneo uma regularidade da qual partiremos.

Identificamos o significante “família” como ponto de ancoragem de nossos recortes, justamente porque ele constitui uma marca relevante do acontecimento da transparentalidade; ele condensa a atualização de uma memória em sentidos que se deslocam. Vale ressaltar que esse gesto teórico-metodológico não se encontra apartado das distintas estruturas materiais que compõem o objeto simbólico estudado. Na composição material comparecem marcas outras que simbolizam a “família” – as imagens, os corpos e os dizeres constitutivos das postagens estabelecem relações

particulares para com esse significante. Importante destacar, conforme Lagazzi (2007), que não se trata de uma relação de complementariedade entre essas distintas materialidades; ao propor a noção de “imbricação material”, a autora enfatiza que, na remissão de uma materialidade a outra, funciona a contradição, a incompletude, a não-saturação nos processos de significação.

Apresentamos, neste artigo, análises de dois recortes que compõem o *corpus* construído para o estudo, recortes de postagens nas quais é possível verificar a produção de efeitos de sentidos para família. Esses *posts* se articulam “às formas pelas quais os sujeitos se posicionam politicamente e implicam, portanto, diferentes gestos de autoria” (BOCCHI, 2017b, p. 120). Eles se encontram marcados pela *#transparentalidade* e são, no gesto de análise empreendido, remetidos às condições de produção, que incluem reflexões sobre a conjuntura sócio histórica mais ampla, da qual destacam-se o movimento transfeminista, no campo do ativismo político e da epistemologia feministas, e a entrada em cena do conceito de parentalidade, no campo da clínica psicanalítica, que surge para entender, também, as experiências parentais de pessoas transgênero e não binárias.

Abarcamos, ainda, o funcionamento da *hashtag* em uma reflexão sobre a escrita no digital, tendo em vista que o modo de circulação dos sentidos, possibilitado pela tecnologia, é parte das condições de produção, segundo Dias (2018). As análises evidenciam deslocamentos nos sentidos de família, constitutivos do acontecimento da transparentalidade, acontecimento que torna visível a reivindicação de direitos para os corpos trans fora do campo semântico do que é significado, no imaginário social, nas figuras tradicionais do pai e da mãe.

Condições de produção: a conjuntura dos movimentos transfeministas

No campo teórico da Análise de Discurso, consideramos que as condições de produção mantêm com a linguagem uma relação necessária. Elas dizem respeito à exterioridade linguística, são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e podem ser agrupadas em condições de produção estritas (as circunstâncias de enunciação) e condições de produção amplas (contexto sócio-histórico-ideológico), segundo Orlandi (1999).

Para Pêcheux ([1969] 2014, p. 78 – destaque do autor), só podemos compreender o funcionamento discursivo em referência “ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso”. Ao conceituar o discurso como “efeito de sentido entre os pontos A e B”, referidos aos lugares determinados numa formação social, Pêcheux estabelece o discurso como processo no qual a língua, a história e a ideologia se articulam. Assim, as marcas da historicidade se imprimem à superfície linguística e demonstram as posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos que enunciam, em uma situação de enunciação particular, remetidos à conjuntura histórica e a relações sociais que dizem respeito à disputa ideológica no cenário da luta de classes.

Fazem parte das condições de produção, no que tange aos sujeitos e à situação, as formações imaginárias, de modo que a inscrição do sujeito no discurso não é um mero decalque de seu lugar social, pois depende de processos de identificação do sujeito aos sentidos fornecidos pelas formações discursivas, e estes podem ser contraditórios com os lugares que cada um ocupa na cadeia produtiva.

No cotejo com nosso material de análise, consideramos que a colocação dos protagonistas do discurso se encontra articulada a dois elementos pertencentes à situação discursiva mais ampla. O primeiro deles deriva da conjuntura sócio-histórica marcada pelo avanço dos movimentos

transfeministas e da luta pela diversidade no interior do pensamento feminista. Abordar o movimento transfeminista ou feminismo trans é essencial, portanto, para o entendimento das condições de produção da #transparentalidade, pois permite obter uma compreensão dos sujeitos e da situação em que essa *hashtag* se formula e passa a circular.

Segundo Garcia (2011), o termo “feminismo” surge no contexto da luta das mulheres por direitos, equidade, oportunidade e reconhecimento. Ele foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1911 e contribui para o surgimento de outros movimentos políticos com demandas específicas, como o transfeminismo ou feminismo trans. Para Alves (2012, p. 1), o transfeminismo se beneficiou dos primeiros movimentos feministas e seus conceitos, com os quais estabeleceu permanente tensão, especialmente no combate à essencialização e biologização do corpo feminino. “Argumenta-se que tenha surgido no meio da segunda onda feminista, em forma de crítica e de reformulação do feminismo da época para a inclusão de pessoas trans dentro da agenda feminista”.

Jesus (2015) explicita que o transfeminismo se tornou uma categoria do movimento feminista; ele surgiu como uma resposta à necessidade de olhar para às falhas do feminismo de base biológica, que insistia em não identificar o gênero como uma categoria diferente da de sexo, o que resulta no não questionamento das raízes do modelo heterossexual e binário, assentado em papéis masculinos e femininos atribuídos a partir do corpo biológico. De caráter legal-biologizante, o feminismo de base biológica tem servido de fundamento para “negar o estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’ às mulheres trans, da masculinidade aos homens trans, diferenciando estas e estes dos popularmente denominados como mulheres e homens ‘de verdade’” (JESUS, 2015, p. 27).

Infelizmente, o sujeito transgênero está à margem de processos sociais, excluído por falas e

ações de ordens sexistas, notadamente cissexistas, que diminuem as pessoas trans, e transfóbicos, que muitas vezes partem para agressão física e/ou verbal.

Feministas lésbicas, negras, latinas e transexuais implodiram certezas identitárias que marcavam o feminismo norte-americano até então centrado na categoria mulher, com seus marcadores da diferença invisíveis, pois hegemônicos: brancas, heterossexuais, de classe média, ocidentais (e daí lê-se norte-americanas e europeias). (CARVALHO, 2015, p. 90)

Um outro movimento também foi responsável por disseminar a transfobia: o feminismo radical ou “*radical feminism*”. De acordo com Alves (2012), foi na década de 70 a 80 que surge esse movimento anti-trans, o qual fora impulsionado pelo livro *The Transsexual Empire*, de Janice Raymond, no qual vários tipos de ataques transfóbicos são reproduzidos. Na atualidade, esse feminismo radical (re)produz muitos ataques transfóbicos e é combatido pelo transfeminismo. Bagagli (2019) afirma, com relação ao transfeminismo, que o debate a respeito da diferença entre sexo e gênero torna-se mais complexo pelo fato de o feminismo radical ter enfatizado o essencialismo biológico.

Retomando nossa reflexão sobre as condições amplas de produção, há um segundo elemento que se constitui como fundamental ao surgimento da #transparentalidade: a tecnologia e os modos de escrita e inscrição de gestos políticos de autoria que ela possibilita.

Segundo Bocchi (2017b), o funcionamento discursivo das redes de sociabilidade deve ser problematizado enquanto dispositivo de enunciação centrado na produção do eu; nele imperam a aspiração para conectar e a evidência do tudo dizer ou mostrar. Trata-se de uma prática de linguagem implicada a um dispositivo cuja memória discursiva se encontra articulada à memória metálica (ORLANDI, 1999), e que produz, sustentada na língua de vento, “novos tipos de performativo

interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (PÊCHEUX, 2011, p. 74), conforme trabalhamos no próximo tópico.

A escrita no/pelo digital: o funcionamento da #transparentalidade

Consideramos que #transparentalidade materializa na língua processos de significação condizentes com um *movimento social* que emerge em determinadas condições e que visa a certos objetivos, relativos a grupos específicos. À diferença dos movimentos da sociedade, os movimentos sociais são formulados tendo em vista necessidades de um grupo e geralmente funcionam sob um regime discursivo de universalidade, segundo Orlandi (2012).

Por meio de uma escrita constituída como tecnologia dos processos de constituição do sujeito no/pelo digital, a #transparentalidade dá a ver novos modos de existência dos sujeitos na relação com os papéis sociais parentais. Nas redes sociais, esses sujeitos constituem-se ao praticar uma escrita engajada em um movimento social com demandas de visibilidade, reconhecimento e reivindicações de direitos. Em seu modo específico de praticá-la, essa escrita constitui práticas sociais, ou seja, estabelece uma forma de relação social em que os aplicativos e redes digitais, em especial o Instagram, se estabelecem como artefatos tecnológicos com efeitos sobre os processos de significação do corpo.

Desse modo, a tecnologia digital é fundamental, segundo Russi (2021, p. 69), pois permite que os movimentos sociais ganhem força ao colocarem em circulação no “ciberespaço” sentidos que divergem de significações já postas. Para a autora, “com os adventos tecnológicos e o avanço da internet, temos a criação de espaços de interação virtuais mediados pela máquina e que permitem uma dissipação mais rápida e democrática dos dizeres e saberes”. Embora seja necessário problematizar a

ideia de democratização, questionando seu alcance e abrangência, concordamos que há uma menor dependência de veículos oficiais de informação. Entretanto, a democratização da informação no digital constitui uma evidência a qual o analista de discurso deve estar atento.

Segundo Silveira (2015), essas circulações das *hashtags* mantêm uma relação direta com a divisão social da leitura de arquivo, pois permitem verificar várias maneiras de ler, escrever e fazer circular conteúdos publicados na internet. Suas considerações são importantes pois permitem pensar na suposta democratização da informação tendo em vista uma sociedade dividida por relações de classe e gênero antagônicas e desiguais. A autora defende uma interpretação da *hashtag* como instrumento da prática política e social; as *hashtags* oferecem um vislumbre de assuntos importantes e podem ser utilizadas em diferentes ambientes digitais. Considerada uma tecnologia de escrita, a *hashtag* articula-se às noções de texto, textualidade e autoria, constitutivas do eixo da formulação dos sentidos.

Embora tenha sido inicialmente emprestada do IRC – *Internet Relay Chat*, o uso da *hashtag* pelos usuários do Twitter afetou o modo de circulação dos discursos, que passa a não serem mais vinculados a grupos restritos de “seguidos” e “seguidores”. Para Silveira (2015, p. 68), o uso da *hashtag* instaura “uma relação bastante singular entre os sujeitos, a língua natural, a linguagem técnica e as práticas sociais”. Sua disseminação extrapola o Twitter e mesmo os ambientes digitais, embora haja espaços em que ela se configure como “não clicável”. O que nos interessa, nessa discussão, é compreender como a *hashtag*, em seu deslizamento do Twitter para o Instagram, pode estabelecer uma relação interdiscursiva entre formulações e proposições tendo em vista sua circulação digital. Desse modo, ela indica “a existência de uma estrutura que

relaciona de modo complexo arquivo e memória discursiva”, consoante Silveira (2015, p. 69).

Para Paveau (2013), a *hashtag* é um elemento que possibilita o encontro da língua com a técnica. Em suas considerações sobre o funcionamento discursivo do Twitter, ela argumenta que um tuite é composto de formas linguageiras e tecnolinguageiras. Uma palavra é uma forma linguageira, posto que linear e não clicável, enquanto um *link* ou uma *hashtag* são formas tecnolinguageiras, uma vez que deslinearizantes. Segundo ela, as *hashtags* são tecnopalavras clicáveis que permitem a organização da informação através da reunião de várias mensagens; ela “extrapola o uso individual e estabelece uma relação singular do sujeito com a língua e com os discursos” (SILVEIRA, 2015, p. 70). Enquanto traços digitais, as *hashtags* tornam nossos discursos investigáveis, segundo Paveau, e isso deve transformar os procedimentos da análise do discurso.

Segundo Russi (2021), as *hashtags* servem como ponto de ancoragem sobre qualquer assunto a ser abordado nas redes sociais. Assim, ao clicar na *hashtag* #transparentalidade o usuário encontrará uma seleção dos conteúdos que foram com ela marcados. Ao estabelecer relações interdiscursivas, as *hashtags* implicam movimentos de identificação e contra identificação de sujeitos com os sentidos constitutivos das formações discursivas; “ao mobilizar formulações utilizando a *hashtag*, o sujeito inscreve uma posição-sujeito, coloca-se na origem dos dizeres que enuncia” (RUSSI, 2021, p. 37). Há, portanto, no gesto de marcar uma postagem com a *hashtag*, a inscrição de uma função-autor, nos termos de Orlandi, e a assunção de uma autoria cujo funcionamento mantém com o processo de interpelação do sujeito no discurso uma relação fundamental.

Na perspectiva discursiva, o autor é aquele que assume a *função* social de organizar e assinar

uma determinada produção escrita. No caso das postagens reunidas pela #transparentalidade e que constituem nossos recortes analíticos, a inscrição da autoria atribui unidade, coerência e responsabilidade; ela implica um gesto de interpretação que estabelece o modo pelo qual o corpo, as relações parentais e a família se significam em relações de antagonismo com os sentidos vigentes no discurso social. A autoria, podemos dizer, é a marca da singularidade, de sentidos que se significam pela reformulação de dizeres, sentidos em trânsito, determinados pelas condições de produção, projetando deslizamentos significantes acerca da família, na atualização de uma memória.

A função-autor tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito, que inscreve sua posição face à heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante, que aí ganha seu movimento e sua unidade. Nos recortes em cena neste artigo, a autoria se encontra relacionada à possibilidade de deriva, de deslizamento, de ruptura. Só existe autor porque o sujeito se coloca em uma posição de autoria frente ao seu dizer e à sua sexualidade, assumindo uma posição (ideológica) na família e na vida. Assim, “assumir a autoria colocando-se na origem de seu dizer é fazer do dizer algo imaginariamente ‘seu’, com ‘começo, meio e fim’, que seja considerado original e relevante, que tenha clareza e unidade” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 93).

E é pela escrita *no* digital que o sujeito inscreve essa autoria, *escrita de si* que mobiliza também seu corpo, digitalizando-o em imagens de corpos e famílias, tecendo-o como *corpo político* em imagens e palavras, cliques e curtidas. Em seu endereçamento, a postagem constitui um modo de subjetivação pelo digital, segundo Dias (2018, p. 158), cuja eficácia tecnológica está em sua circulação: “uma postagem tem que circular”. A autoria se dá, então, também pelos modos de circulação dessas postagens, em efeitos de sentido que, embora escapem à vontade

do sujeito, indiciam posições (ideológicas) outras, distintos modos de ser e praticar a parentalidade.

Novas parentalidades

Não nascemos pais, tornamo-nos pais... A parentalidade se fabrica com ingredientes complexos. Alguns deles são coletivos, mudam com o tempo; outros são históricos, jurídicos, sociais e culturais. Outros são mais íntimos, privados, conscientes ou inconscientes, pertencem a cada um dos dois pais enquanto pessoas e enquanto futuros pais, ao casal, à própria história de cada um. (MORO, 2005, p. 1)

Segundo Iaconelli (2020), o termo “parentalidade” teria surgido em 1958, quando a psicanalista húngara Therese Benedek explicita, em uma palestra na Associação Psicanalítica American, em Nova York, a existência de uma fase de desenvolvimento libidinal ligada ao tornar-se pai ou mãe. Embora a parentalidade não possa ser suposta nos termos defendidos por Benedek, o conceito passa a circular matizado por sentidos divergentes. Iaconelli explica duas imprecisões acerca dele: na primeira, associa-se a parentalidade à instrumentalização da paternidade e da maternidade, ao modo do discurso universitário, o que reduz o saber-fazer parental a um conhecimento sem restos ou arestas, que pode ser “aplicado” por não importa quem. A segunda confusão consiste em supor, segundo a psicanalista, que a parentalidade diz respeito à relação mãe-bebê, hipervalorizada desde o séc. XVIII.

Na contemporaneidade, outras configurações familiares produzem deslocamentos nas formas de compreender a parentalidade; “o discurso psicanalítico reconhece nas formas do sofrimento humano as expressões possíveis de uma subjetividade única e da época na qual está inserida” (IACONELLI, 2020, p. 15). Até muito recentemente priorizava-se o laço mãe-bebê. Entretanto, mães e pais adotantes, cuidadores sem

parentesco, famílias com configurações de gênero discordantes das normas da cisgeneridade e da heterossexualidade passam a vigorar na clínica e demandam do psicanalista novos olhares e recursos teóricos na direção do tratamento. Para Iaconelli (2020), a leitura equivocada do modelo estrutural edípico, abordado na chave imaginária pai-mãe-bebê, chancela a ideia de que a família burguesa garantiria a saúde mental da prole:

Se a psicanálise foi usada como munição para um modelo claramente ideológico de parentalidade, isso se deve a uma combinação complexa de condições oferecidas pelo capitalismo, pela necessidade de reproduzir normas sociais hegemônicas, mas também pela ferida narcísica que o romance familiar busca tamponar na forma do mito parental. (IACONELLI, 2020, p. 12)

Mas a parentalidade vai muito além da mãe, explica Iaconelli. Ela diz respeito à compreensão dos laços que uma geração estabelece para reproduzir corpos e, sobretudo, fazer desses corpos sujeitos; ela diz respeito à transmissão de valores da cultura, dos lugares sociais, da transgeracionalidade na relação com as famílias que não se reduz à interpretação biológica na qual os termos “maternidade” e “paternidade” costumam se fiar. Cabe, portanto, discutir a que se refere a psicanálise ao adotar os termos “função materna” e “função paterna” para se referir ao lugar de cada um nos cuidados com as crianças, quando o que está em jogo é a estruturação psíquica e a constituição de sujeitos.

Segundo Dunker (2020), os processos de tornar-se pai ou mãe divergem no tempo, na palavra e no corpo, pois cada um irá recriar e conceber a sua parentalidade a partir da mitologia de sua família, das narrativas da cultura e de constelações específicas que presidem à chegada do bebê. Ele define a parentalidade como “sistema de transmissão, herança e reconhecimento de uma criança como pertencente a uma família e,

consequentemente, ao sistema das famílias, sejam elas homoparentais, heteroparentais, tentaculares, monoparentais e assim por diante” (DUNKER, 2020, p. 46). Assim, o termo “parentalidade” é usado cada vez mais na contemporaneidade para se referir aos cuidados e interações entre pais e filhos, nas famílias. Assim, é possível afirmar que o processo de se tornar mãe e pai vai muito além da função biológica, pois é constituído pela vivência sociocultural e subjetividade de cada um.

Função materna e função paterna

Sustentada no ensino de Jacques Lacan, a psicanálise se fia dos conceitos de “função materna” e “função paterna” para pensar as posições parentais que não se reduzem às figuras tradicionais da mãe e do pai. Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020b) consideram que a função materna situa um adulto em uma relação privilegiada com o bebê, uma relação que vai transmitir a linguagem e possibilitar sua constituição subjetiva, sua estruturação psíquica enquanto sujeito, na medida em que essa relação estabelece para a criança o Outro.

Há uma dimensão de trocas libidinais importantes nesse corpo a corpo; trocas que se costumam ao campo simbólico à medida que o agente da função materna toma as manifestações do bebê como apelos aos quais deve satisfazer. Um grito, por exemplo, que emerge como expressão de uma tensão interna, é interpretado como uma demanda dirigida ao Outro. A constituição do sujeito envolve essa transposição do organismo para o universo da linguagem, articulação que faz dele um corpo com o qual é possível gozar. (GARRAFA, 2020, p. 54)

Garrafa destaca que a noção de função materna permitiu a separação entre a figura da mãe e a função que lhe seria correspondente; a entrada na parentalidade não se dá em decorrência da gestação e do parto, mas de um ato³ de alguém, seja mulher

3 Para Garrafa (2020, p. 58), a entrada na posição parental exige um ato que se assemelha ao ato analítico, no sentido de que ele demarca um começo e estabelece um “antes” e

ou homem, que assume o lugar de agente dessa função. O ponto de partida para a parentalidade implica, portanto, o paradigma da adoção.

De acordo com Faria (2020), para a psicanálise a função materna está inteiramente relacionada com os primeiros cuidados com uma criança e, também, com os efeitos e consequências psíquicas que esse sujeito irá carregar. O ser humano é completamente dependente ao nascer, e os caminhos que levam à satisfação de suas necessidades passam, inquestionavelmente, pela linguagem. A linguagem vai colocar a mãe como aquela que interpreta o choro vindo da criança, dando-lhe nome e o sentido de uma demanda. “A linguagem insere tanto a mãe quanto a criança em um circuito interpretativo, sem o qual nenhuma necessidade poderia ser satisfeita. [...] a realidade do mundo existe a partir de sua apreensão pela linguagem” (FARIA, 2020, p. 26).

Assim, essa interpretação deixa marcas na apreensão que a criança terá sobre o que ela é e sobre a realidade na qual ela está inserida, de modo que a função materna também irá disponibilizar uma imagem de si e do mundo externo, e essa vinculação entre mãe e filho se confunde para a criança com a própria realidade:

A mãe não é simplesmente o outro que cuida, ela é o que Lacan chama Outro materno, esse grande Outro que, grafado com maiúscula, define o próprio campo da linguagem como tesouro de significantes (LACAN, [1960] 1998). É do lugar desse Outro que a criança recolhe as palavras – ou, em termos lacanianos, os significantes – a partir das quais o sentido da realidade é construído. [...] A função materna remete àquele que serve de suporte ao lugar do Outro para a criança, suporte do campo da linguagem, tesouro dos significantes, função de espelho, que devolve à criança uma imagem de si. (FARIA, 2020, p. 26)

Faria explica que qualquer um pode ocupar o lugar da função materna, e que essa função tem um “depois”; “ele se engendra a partir de uma lógica não racionalizável, que implica a antecipação de uma certeza, sem que se conte com apoio, reconhecimento ou garantia”. O ato de assumir uma posição parental exige lançar-se em uma reorganização existencial que tem a criança como ponto de ancoragem.

relação com o “desejo da mãe” como indicativo da “falta no Outro”. Essa falta dá a dimensão de um limite da linguagem; “Ela é a indicação, para a criança, de um limite do que a criança é para o Outro materno. É a marca de uma falta no Outro, uma falta apreensível, pela criança, nesse lugar Outro que a mãe ocupa. Que haja ‘desejo da mãe’, significa que a criança não é o único e exclusivo objeto de satisfação materna” (FARIA, 2020, p. 27).

Já a função paterna, segundo Faria (2020), vem como um terceiro na relação criança e mãe; ela representa um limite do desejo da mãe em relação à criança. Sendo assim, o pai não interdita a criança, ele irá atuar como um terceiro, intervindo na suposta relação simbiótica da criança com a mãe.

Para Dunker (2020, p. 44), “uma família é um sistema de trocas e interpenetrações, de alianças e de obrigações, de circulação e transmissão de bens simbólicos e materiais”. Entretanto, para cada um dos pais há no mundo outras coisas e outros desejos. O autor explica que “todos os termos que a cada vez são mobilizados para se incluir nessa função terceira são os chamados ‘representantes da função paterna’, independentemente de gênero. Por isso a função paterna pode ser exercida por aquela que biologicamente é chamada de mãe.”

A respeito da posição na família, nomear-se mãe ou pai de alguém tem a propriedade de alterar a composição familiar e inaugurar novas relações de parentesco. Diferentemente dos casos em que a função materna é feita por alguém que não tenha esse tipo de ascendência sobre a criança, a exemplo dos educadores de serviços de acolhimento e das famílias acolhedoras, a parentalidade implica inserir a criança em uma cadeia familiar e nela ocupar um lugar de “dobradiça” entre gerações, ponto articulador do que será ou não transmitido junto a um sobrenome. (GARRAFA, 2020, p. 51)

Assim, a função materna não está necessariamente ligada ao domínio da mãe, nem a função paterna está restrita ao domínio do pai. Assumir as nomenclaturas (ser mãe ou ser pai) e

exercer a função materna e paterna são processos diferentes que podem ser vivenciados por pessoas diferentes.

Família transdicional brasileira: sentidos de um acontecimento

Segundo Debieux Rosa (2020), no campo da psicanálise, o termo “família” surge em Freud no texto *O romance familiar do neurótico*, de 1909, onde ele aborda o drama edipiano que compreende o dilema humano derivado da relação entre lei e desejo. Nesse drama, as figuras do pai e da mãe, coladas aos atores sociais que cumprem essa função, têm lugar de destaque em determinadas versões do Édipo gestadas em plena modernidade.

Lacan, por sua vez, escreve uma definição para o verbete família na qual propõe que “a família teria a função biológica de garantir a sobrevivência dos mais jovens, mas que sua função essencial seria a de transmissão da cultura” (DEBIEUX ROSA, 2020, p. 26). Em *Duas notas sobre a criança* (LACAN, [1983] 1986), ele estabelece uma condição para a transmissão dos significantes fundamentais, a de que ela se efetive a partir de um interesse particularizado em relação à criança, e estabelece um resultado, o de que se efetive a transmissão de um nome: “a irredutibilidade de uma transmissão - que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo”, afirma Lacan neste texto.

Debieux Rosa (2020) explica que a transmissão que se opera a partir da parentalidade é fundamental, pois articulada ao desejo e ao lugar que o filho ocupa para os pais (ela diz da inscrição da criança no discurso e no desejo do Outro), embora imbuída dos ideais constitutivos do imaginário social. O risco de um desejo anônimo se verifica na prevalência do significante “criança” em detrimento

do significante “filho”, e com a pretensão da Ciência de ordenar os discursos e aparecer como um dos Nomes do Pai, isto é, modelar crianças por meio de efeitos de verdade. Para a autora, os discursos que se projetam nesse lugar são carregados de expectativas sociais do imaginário sobre a criança, desde seu desenvolvimento, comportamento e/ou adequação; sua intervenção na família, quer sejam discursos científicos, jurídicos ou pedagógicos, e sua tentativa de substituir o pai produzem filiações nem sempre simbólicas. Assim, se por um lado tais discursos permitem a organização social, por outro lado, eles não são jamais suficientes para a inscrição da criança como filho. Além disso, não contribuem com a inscrição dos pais na posição de tomarem o seu filho como objeto amoroso.

Além disso, a desvalorização com que determinados discursos parentais são significados socialmente produz consequências importantes e leva a compreender o lugar da política no discurso da parentalidade. Isso acontece particularmente, segundo Debieux Rosa (2020), com agrupamentos familiares que não têm respaldo social para garantir a gratificação narcísica necessária para favorecer as identificações ao grupo e que têm o seu lugar fálico na cultura ameaçado. Ao terem seus enunciados desautorizados pelos discursos oficiais, tais famílias têm, também, suas raízes culturais desqualificadas e carências materiais ressaltadas, operando efeitos de segregação.

Rótulos como “mães solteiras”, “filhos abandonados” e “famílias desestruturadas” se produzem a partir de um suposto fracasso na realização do ideal da família nuclear burguesa, com efeitos na transmissão cultural parental. Debieux Rosa (2020, p. 29) destaca o apagamento do discurso pais-filhos, que é substituído pelo discurso da criança, “uma criança que não lhe diz respeito, que não é seu ‘filho’ e que escapa à condição desejante, que incluiria o Outro e o implicaria no efeito subjetivo”. A desqualificação e suspeição dessas

famílias interceptam a transmissão e fazem valer sobre seus filhos o discurso da criança generalizada, em uma lógica que visa à manutenção da tradição e dos lugares sociais, os quais reproduzem relações de poder e de patrimônio.

Nesse cenário de embates, a discursividade da #transparentalidade inscreve uma posição-sujeito que reivindica e valoriza a legitimidade de novos arranjos familiares e parentais, conforme se observa nos recortes dispostos em nosso *corpus* analítico:



Figuras 1 e 2: Primeiro recorte contendo *print* de tela de uma publicação no Instagram. Embora o perfil seja público, optamos por “borrar” os rostos das pessoas que estão na foto em respeito a suas identidades.

As imagens anteriores foram selecionadas a partir da busca da #transparentalidade no Instagram e apresenta uma mãe-mulher trans, um pai-homem trans e o filho do casal. Na legenda lemos: “Homem, mulher e filho, família *transdiconal* brasileira”, numa paráfrase que interroga os sentidos de família ao trazer em sua formulação um deslocamento do “tradicional” para o “transdiconal”, em que subjaz uma reflexão a respeito do que seria a “família tradicional brasileira”. Há, no enunciado “família tradicional brasileira”, uma filiação de memória

acerca do que é considerado uma família a partir de sentidos pautados pela heteronormatividade e pela cisgeneridade, sentidos que interpelam os sujeitos sociais e estabilizam significações, constituindo um imaginário social que só entende família em uma composição entre homem heterossexual e uma mulher heterossexual. A partir desse ponto de vista, as famílias que não se encaixam nessa composição não serão consideradas famílias de “verdade”.

A materialidade da postagem, tecida em imagem e palavras, constituída pela tecnologia que possibilita sua formulação e circulação, mostra que a reprodução dos corpos não conduz, necessariamente, à parentalidade. Há uma prevalência das posições parentais situadas em relação ao gênero assumido após a transição e não com as determinações biológicas, que conforme vemos não asseguram a identificação do sujeito a um gênero determinado. Os casos de transição podem, segundo Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020a, p. 14), “desembaralhar efeitos imaginários provenientes das consistências que as interpretações da imagem do corpo podem produzir”. Segundo elas,

Nos casos, por exemplo, em que uma pessoa nascida com útero se identifica como homem ou outro gênero que não mulher, a tendência é que os significantes pai/mãe possam ser intercambiáveis ou fixados no sexo designado na transição. Nesse caso, os gêneros homem/mulher seriam determinantes da escolha pelos termos pai/mãe tanto quanto a procriação biológica. (TEPERMAN; GARRAFA; IACONELLI, 2020a, p. 14)

As autoras destacam, ainda, que sujeitos não binários e intersexo podem optar pelo neologismo “mapa”, uma associação entre mãe e pai, marca do político da parentalidade na língua. Associação e deslocamento, “mapa” nos mostra que a deriva ideológica advém de um processo metafórico em que o sentido passa a se produzir no interior do não-sentido: é naquilo que se transfere de uma palavra a outra, nos deslocamentos e transgressões

de um sentido que se metaforiza, que o político se coloca em toda sua força. Em outras palavras, estabelecer a “interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 166).

O mesmo acontece com “família *transdicional* brasileira”: a paráfrase coloca em cena sentidos que equivocam em relação à suposta naturalidade das relações parentais e à imaginária homogeneidade dos corpos (e da língua), sendo que a irrupção do equívoco afeta o real da história. Segundo Gadet e Pêcheux (2010, p. 64), isso “se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua”, que se manifesta pela emergência da partícula *trans* e dá a ver uma língua viva, cálida e poética. Diferentemente da rigidez da língua de madeira⁴, que é aquela que enquadra o sujeito em um funcionamento autoritário, a *língua da militância trans* é uma língua política, língua que empresta sua plasticidade da língua de vento sem, contudo, perder-se na volatilização do mercado. Uma língua de falhas, na qual equivocar sentidos é constituir subjetividades ancoradas na alteridade e na diferença⁵.

Paternidade trans: corpo, direito, parentalidade

O funcionamento da língua do direito, que conforme dissemos pode ser compreendida como uma língua de madeira, é mobilizado no próximo recorte, no qual o sujeito, em seu

4 Segundo o que nos ensina Pêcheux (2009), a língua de madeira é a língua do direito e da gramática. Ela representaria o universal inquestionável de um sentido ao qual o “bom sujeito” deve se identificar; a língua do direito seria uma maneira política de negar a política.

5 O leitor encontra uma interessante e polêmica discussão sobre a língua de madeira e a língua de vento na relação com os discursos transgêneros em “Línguas de madeira e vento trans?”. Disponível em: <https://transfeminismo.com/linguas-de-madeira-e-vento-trans/> Acesso em 05 out. 2021.

gesto de interpretação, produz como efeito um questionamento dos mecanismos de funcionamento do direito que tentam subtrair a ambiguidade e eliminar a possibilidade da contradição. Referindo-se ao boicote à campanha de dia dos pais encenada pela empresa de cosméticos Natura, a qual teria suscitado “um debate acerca da legitimidade da paternidade de pessoas trans”, a legenda da postagem apresenta uma pergunta: “Afimal, ser trans para o direito, limita o exercício da paternidade efetiva?” Na sequência, os dizeres presentes na legenda afirmam que a proteção à unidade como direito fundamental da pessoa humana está prevista na Constituição Federal, e cita o inciso 7 do artigo 226, que se refere à dignidade da pessoa humana e à paternidade responsável.

Chama nossa atenção a opacidade da formulação “ser trans para o direito”, a qual nos mostra que a língua funciona pelo atravessamento necessário da historicidade e da memória. No campo jurídico, verifica-se que a decisão do Estado de considerar uma pessoa como mulher ou homem precisa ser legitimada por meio de laudos médicos e critérios diagnósticos padronizados pela ciência médica, conforme Coacci (2018, p. 22). Isso indica que as pessoas trans precisam de uma chancela da ciência (biologismo) sobre seu gênero para acessar grande parte dos direitos e das políticas públicas estatais. Assim, a ciência influencia o Estado em seus processos de formação de políticas públicas; é ela que define se uma pessoa é mulher “de verdade” ou não, se é um homem “de verdade” ou não. Segundo Bagagli (2014, online), em se tratando de sentidos sobre “travestis” e “transexuais”, a língua médica/psi é a língua de madeira, autoritária, que investe em uma relação transparente entre o mundo (os sujeitos) e a linguagem; ela estabelece o sentido da transexualidade “por meio da nosologia psiquiátrica (presentes nos manuais como CID e DSM), na qual o (trans)gênero é patologizado”.



Figuras 3 e 4: Segundo recorte, contendo um *print* de tela de postagem selecionada no Instagram, marcada com a #transparentalidade.

Entretanto, embora a postagem mobilize recortes do artigo 226 da Constituição Federal, inscrevendo uma posição-sujeito coerente com a formação discursiva jurídica, do direito (é importante mencionar que aquele que produz a postagem, responsabilizando-se por ela enquanto seu autor, escreve/assina seu “nome” com o sufixo adv, abreviação de advogado), o sintagma nominal “Paternidade Trans”, que integra a postagem juntamente com uma fotografia de um homem trans grávido, explicita a contradição constitutiva dessas relações materiais de sentido. No modo como é formulado, esse corpo rompe com as expectativas do leitor ao oferecer uma imagem que não condiz com os sentidos comumente reconhecidos para um corpo grávido, na relação com a formação discursiva que consente apenas no corpo materno como capaz de engravidar.

Para a Análise do Discurso, o corpo é considerado um objeto de análise que vai além da ordem estritamente biológica, conforme Azevedo (2013; 2012): ele é uma materialidade significativa, um efeito de linguagem, uma vez que submetido à ordem simbólica, na qual se constitui pela língua na história. Segundo Bressan (2020, p. 55), o corpo torna-se “corpodiscurso, na medida em que passa pelo processo de discursivização”. Sendo assim, ele entra em cena nos estudos discursivos como objeto de investigação, de acordo com Leandro-Ferreira (2013, p. 78), e deve ser compreendido a partir de sua historicidade, na relação com o ideológico e o político, consoante à formação social em que se encontra. Em consequência, o corpo não pode ser destacado das condições de produção do discurso.

Ao examinarmos o modo como esse corpo constitui a materialidade significativa da postagem, na imbricação com dizeres filiados ao campo do direito, temos a inscrição em uma posição discursiva que não se identifica completamente com os sentidos da formação discursiva médico-jurídica (visto que tais sentidos se articulam em relações

de subordinação e aliança à formação discursiva médico-científica, conforme tentamos indicar), mas que se inscreve em regiões do interdiscurso, contra identificando-se a esses sentidos, em processos que marcam práticas de resistência à significações logicamente estabilizadas. Compreende-se, então, que a postagem constitui, no encontro entre memória e atualidade, um acontecimento discursivo, posto que rompe com sentidos estabilizados para o corpo capaz de dar à luz uma criança.

Segundo Campos (2020, p. 17), o acontecimento discursivo provoca a memória, ocasionando uma mudança em ordens anteriores. “Na injunção memória e acontecimento, a noção de deslocamento se faz presente na possibilidade de construção de uma nova série, de absorção de algo novo, na reorganização dos sentidos, nas trocas de trajeto”. De acordo com a autora, “o acontecimento discursivo faz trabalhar a memória do dizer, a estrutura, o repetível, provocando um reordenamento no que pode ser dito: o que antes era da ordem do não-dito, do impensável aparece, agora, como o que pode/deve ser dito” (CAMPOS, 2020, p. 21).

Trata-se de um corpo atravessado de ambiguidades nas marcas que o constituem; se a barba e a ausência de seios fartos apontam para o gênero masculino, o ventre vultuoso indicia uma outra direção de sentidos. Essas marcas contraditórias estabelecem uma equivocidade cuja direção interpretativa é posta pelos dizeres que, inscritos nessa formulação verbo-visual, funcionam de modo a intervir na ambiguidade do corpo, contendo sentidos e interpretações possíveis. Trata-se, como vemos na formulação “Paternidade Trans”, de um corpo constituído na relação com o gênero masculino, nomeado a partir do lugar do pai. Os sentidos de paternidade se deslocam em processos metafóricos que nos mostram que não existe sentido literal, nem sentidos deriváveis. Observa-se, ainda, que também os sentidos de

família se modificam em função deste corpo paterno apto a gestar e parir, o que nos leva a refletir sobre os limites (de sentidos) (in)discerníveis entre a parentalidade e a perinatalidade, quando tais conceitos são definidos a partir do argumento estritamente biológico, ou seja, na relação com uma formação discursiva médico-jurídica biologista.

Considerações finais

Neste artigo, argumentamos que a #transparentalidade estabelece um acontecimento, uma vez que produz sentidos de diversidade e alteridade para a família, ao introduzir deslizamentos nos modos como a maternidade e a paternidade são significadas em nossa formação social. No trajeto percorrido, discorremos sobre a problemática da parentalidade no campo da psicanálise, tentando sustentar como, nesse campo, os conceitos de função materna e função paterna acolhem modelos parentais diversos e não excludentes, ressaltando a necessidade de uma escuta e direção de tratamento condizentes com as subjetividades de nossa época.

A partir de um *corpus* compostos por dois recortes extraídos do Instagram e marcados com a referida *hashtag*, examinamos como se constituem os sujeitos que se produzem como efeitos dos discursos da maternidade, da paternidade e da família, em condições de produção nas quais emergem corpos cujos processos de significação divergem de discursividades cis e heteronormativas. Consideramos, portanto, a importância de olhar e compreender novos arranjos familiares que estão presentes na atualidade, famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisnormativo/heterossexual, o que nos permitiu fazer uma crítica da constituição histórica da família nuclear burguesa.

As análises puderam mostrar *como* os corpos trans irrompem em sentidos de diversidade à suposta normalidade das relações parentais,

constituindo corpos políticos, cujos arranjos parentais reivindicam reconhecimento social e direitos enquanto família, em uma formação social na qual impera a discriminação e a transfobia: não é demais lembrar o número alarmante de assassinatos de pessoas transgênero e travestis no Brasil. Só no primeiro semestre de 2021, segundo relatório da Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁶, foram 80 pessoas mortas em situações de extrema violência. São corpos imbuídos em práticas de resistência, que se inscrevem nas redes sociais por meio de gestos autorais e de escrita no digital. Corpos insurgentes, que desafiam processos normalizantes dos gêneros e sexualidades ao situarem-se nas brechas dos rituais ideológicos, no deslizamento de “família tradicional brasileira” para “família *transdicional* brasileira”: “uma palavra por outra é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 277).

Referências

ALVES, H. Introdução ao transfeminismo. Transfeminismo. 2012. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

AZEVEDO, A. F. (org.) Sujeito, corpo, sentidos. Curitiba: Editora Appris, 2012.

AZEVEDO, A. F. Cartografias do corpo: metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2013.

BAGAGLI, P. B. Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo. Dissertação (Mestrado

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/07/80-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-no-1o-semester-deste-ano-aponta-associacao.ghtml>. Acesso em 05 out. 2021.

- apresentado ao Instituto de Estudos da Linguagem) – Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2019.
- BOCCHI, A. F. A. Corpos contraditórios e o inapreensível do sexo, do gênero e da sexualidade. In: GARCIA, A. D; BIZIAK, S. J; SOUSA, A. M. L. Do cárcere à invenção: gêneros sexuais na contemporaneidade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017a.
- BOCCHI, A. F. A. Efeitos de maternidade no post: movimentos de sentido entre estabilização e resistência. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 119-138, jul./dez. 2017.
- BRESSAN, Z. M. “Arquivo”. LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- CAMPOS, J. L. “Acontecimento”. Em LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- COACCI, T. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.
- DEBIEUX-ROSA, M. Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DIAS, C. Análise do Discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, Pontes, 2018.
- DUNKER, L. I. C. “Economia libidinal da parentalidade.” In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FARIA, M. R. “Função paterna e função materna.” In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GARRAFA, T. “Primeiros tempos da parentalidade”. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GARCIA, C. C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011.
- IACONELLI, V. Sobre as origens: muito além da mãe. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- JESUS, G. J. et al. *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- LACAN, J. (1983) Duas notas sobre a criança. *Ornicar? Revue du Champ Freudien*, n. 37, abril-jun 1986, p. 13-14.
- LAGAZZI, S. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes 2007. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. *Rua*, Campinas, v. 2, n. 16, p. 01-12, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/10-16-2.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 258-273, June. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14157142005000200258&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP. Pontes, 2015.

- ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Discurso em análise: sujeitos, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? In: Linguística: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.
- PAVEAU, M-A. “Hashtag“, Technologies discursives. 2013. [Carnet de recherche]. Disponível em: <<http://technodiscours.hypotheses.org/488>>. Acesso em: 28 maio 2014.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos, n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.
- PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Unicamp, [1975] 2009.
- PÊCHEUX, M. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de: Suzzi Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. Cap. 15. p. 251-273.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. A Língua Inatingível. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de Sérgio Augusto Freire de Souza. Campinas, SP: Pontes Editores, [1991] 2011. p. 93-105.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso - AAD-69. In: GADET, F; HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, [1969] 2014 p. 61- 162.
- RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; & NOGUEIRA, C. (2015). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. Em JESUS, G, J. et al. Transfeminismo: teorias e práticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2015.
- RUSSI, Giovana Oliveira de. Movimento #metoo e a narrativa da violência inenarrável: movimentos digitais, luto, luta e testemunho. Orientadora: Aline Fernandes de Azevedo Bocchi. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.
- SILVEIRA, Juliana da. Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) Parentalidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

Submissão: outubro de 2021

Aceite: novembro de 2021

TENTATIVAS DE ACERTO: A INCIDÊNCIA DA VARIEDADE LINGUÍSTICA SOBRE A PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA POR ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jancen Sérgio Lima de Oliveira¹

Resumo: Neste artigo temos como objetivo analisar os desvios ortográficos em produções textuais escritas por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas do interior do Maranhão. Nosso corpus possui atividades respondidas por alunos que estão em fase inicial de desenvolvimento da escrita. Baseamo-nos, principalmente, em Bagno (2013), Antunes (2003) e Lima de Oliveira (2020). Assim como Lima de Oliveira (2020), trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, que categoriza as tentativas de acerto em duas categorias propostas por Bagno (2013): (1) Hipóteses e analogias sobre a relação fala/escrita; (2) Incidência da variedade linguística da pessoa sobre a produção escrita. Os resultados reforçam que os desvios ortográficos são totalmente previsíveis e altamente explicáveis com exemplos concretos.

Palavras-chave: Produção textual. Ensino fundamental. Desvio ortográficos.

ATTEMPTS TO ACHIEVE: THE INCIDENCE OF THE LANGUAGE VARIETY ON TEXTUAL PRODUCTION WRITTEN BY STUDENTS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

Abstract: In this article, we aim to analyze the spelling deviations in textual productions written by students from the early years of elementary school in public schools in the interior of Maranhão. Our corpus has activities answered by students who are in the initial stage of writing development. We draw mainly on Bagno (2013), Antunes (2003) and Lima de Oliveira (2020). Like Lima de Oliveira (2020), this is a qualitative and quantitative research, which categorizes the attempts to get it right into two categories proposed by Bagno (2013): (1) Hypotheses and analogies about the speech/writing relationship; (2) Incidence of the person's linguistic variety on written production. The results reinforce that spelling deviations are totally predictable and highly explainable with concrete examples. Keywords: Textual production. Elementary School. Spelling errors.

¹ Mestrando em Letras, área de concentração Estudos da Linguagem, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Teresina – PI. jancensergio@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/2637884951217746>

Introdução

Este artigo tem o objetivo de analisar os desvios da norma padrão da língua portuguesa, em textos escritos por alunos cursando os anos iniciais do ensino fundamental (terceiro, quarto e quinto anos), que são participantes do programa “Novo Mais Educação” de duas escolas públicas municipais localizadas na periferia da cidade de Timon, no Estado do Maranhão. Na educação básica, os alunos - principalmente das séries iniciais do ensino fundamental - costumam apresentar uma série de desvios das normas impostas à língua portuguesa. Por sua vez, os professores precisam estar preparados para saber lidar com essas dificuldades muitas vezes levantadas pelos alunos, pois simplesmente classificar os desvios como “erros” não é eficiente para o processo de ensino e aprendizagem.

Entre os desvios mais frequentes, podemos perceber que os estudantes costumam grafar as palavras da forma como ouvem ou como acham que são escritas, ou seja, eles tentam acertar a grafia. Os responsáveis pelo ensino precisam reconhecer essas tentativas de acerto para que saibam como trabalhar com as dificuldades dos alunos na hora da escrita. Desta forma, É importante ressaltar que possuímos um *corpus* composto por atividades respondidas por alunos em fase inicial de desenvolvimento da escrita, que foram coletadas pelos pesquisadores em sala de aula, durante as aulas de Língua Portuguesa do programa Novo Mais Educação nas escolas supracitadas. Para fundamentar esta pesquisa, baseamo-nos, principalmente, nas concepções de Bagno (2013), Antunes (2003) e Oliveira (2010), que tratam sobre o ensino do Português Brasileiro nas escolas e sobre variação linguística. Além de utilizarmos Lima de Oliveira (2020) como pesquisa prévia.

Nossa investigação empírica foi desenvolvida da seguinte forma: primeiro realizamos algumas

atividades com os alunos das séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais de ensino fundamental relatadas, dentre elas, atividades de produção textual. Em seguida, observamos as “tentativas de acerto” mais frequentes nas produções textuais escritas por alunos. Por fim, categorizamos os desvios em duas categorias de erro ortográfico: (1) Hipóteses e analogias sobre a relação fala/escrita; (2) Incidência da variedade linguística da pessoa que escreve sobre a produção escrita. Segundo Bagno (2013), essas duas categorias podem vir isoladas ou em conjunto.

As análises das produções textuais escritas dos alunos nos confirmaram que os erros ortográficos são previsíveis e explicáveis, pois, o aluno, quando desvia da norma padrão, não produz um “erro”, mas sim uma tentativa de acerto. Esta pesquisa poderá mostrar, aos docentes da educação básica, os erros mais recorrentes na produção textual escrita de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Referencial teórico

Bagno (2013) observou e descreveu em sua pesquisa que, na nossa cultura escolar, grande parte dos chamados “erros de português” são apenas desvios da grafia oficial. O autor acredita que a escrita de pessoas alfabetizadas, independentemente da idade, crianças ou adultos, deve ser analisada em duas categorias: (1) hipóteses e analogias sobre a relação fala e escrita que não correspondem às convenções da ortografia oficial e; (2) Incidência da variedade linguística do indivíduo sobre a produção escrita. Em pensamento semelhante, Antunes (2018) afirma que o processo de aquisição da escrita, atualmente em muitos lugares, ainda ignora a interferência do aprendiz na hora de construir e testar as suas hipóteses de representação da língua. Os erros ortográficos que se encaixam na primeira categoria são, justamente, aqueles causados pelas

hipóteses levantadas pelos alunos. Embora a língua, muitas vezes, possa parecer racional e lógica, Bagno (2013) afirma que ela mostra uma série de incoerências e incongruências que levam o aluno a fazer deduções e hipóteses – perfeitamente –lógicas, mas que vão contra as regras oficiais de ortografia.

Em Lima de Oliveira (2020) discutimos, com base em Antunes (2018), sobre os erros de ortografia serem considerados como o ponto principal para saber se uma pessoa “sabe” ou “não sabe” o português, Antunes (2018, p. 26) confirma que “para muita gente, não saber escrever ainda equivale a escrever com erros de ortografia”. Diante disso, muitos alunos acham que não dominam a língua portuguesa, pois acreditam que saber a nossa língua é ter conhecimento sobre as regras gramaticais, além de nunca cometer nenhum desvio ortográfico. No entanto, como afirma Oliveira (2010), todo brasileiro que reside no Brasil e se comunica diariamente por meio da língua portuguesa, alfabetizado ou não – desde que não tenha nenhum problema que interfira no seu desenvolvimento – sabe português.

É importante ressaltar que escrever não é só tentar representar a fala através de sinais gráficos, mas sim, representar a fala com sinais gráficos estabelecidos pelas convenções da tradição ortográfica (BAGNO, 2013). É comum, além de ser bastante explicável, que o aluno desenvolva suas hipóteses a respeito da relação entre a fala e a escrita, mas, mesmo que as hipóteses sejam lógicas, elas acabam sendo descartadas, pois não se enquadram no sistema ortográfico oficial (LIMA DE OLIVEIRA, 2020). Então, para Bagno (2013, p. 96)

[...] não há nada mais lógico do que imaginar que é correto escrever *sinema*, *sebola*, *felis*, *oço*, *essessão*, *xapen*, *oten*... Já que é certo escrever cesta e sexta, ou sessão, seção e cessão, ou hesitar e exitar, ou mal e mau, meu e mel etc.

Em outras palavras, com tantos caminhos a escolher existentes na hora de escrever uma palavra, é comum que o escritor, em fase inicial de desenvolvimento da escrita, faça suas hipóteses e elas não correspondam ao “correto” (LIMA DE OLIVEIRA, 2020). A influência da variedade linguística do escritor sobre a escrita é a ideia central da segunda categoria dos desvios ortográficos e se constitui por desvios ocasionados pelas características gramaticais da comunidade em que o aluno vive, isto é, quando a forma como as pessoas falam ao redor do estudante influencia a sua escrita.

Diante disso, pelos motivos citados acima e por outros, Bagno (2013) propõe que é mais proveitoso fazer uma substituição da noção de “erro” pela de “tentativa de acerto”, pois quando uma criança – ou adulto em processo de aquisição da escrita – escreve “televisão” ao invés de “televisão”, ou “chingar” no lugar de “xingar”, ele “não fez isso porque quis errar, mas sim porque quis acertar” (BAGNO, 2013, p. 79). Com a substituição do “erro” pela “tentativa de acerto”, seremos capazes de obter efeitos positivos ao substituir a negatividade do primeiro pelos aspectos de caráter positivo do segundo.

É fundamental ter em mente que os erros de ortografia são constantes, seguem uma lógica coerente e, portanto, são facilmente **previsíveis**: são as trocas de J por G, de S intervocálico por Z, de CH por X, de Ç por SS, de L por U etc. E vice-versa, justamente por serem casos em que é necessário fazer uma análise que ultrapassa os limites teóricos da suposta equivalência som-letra. (BAGNO, 2013, p. 79-80, grifos do autor).

Neste cenário, o autor relata, ainda, que é muito improvável que alguém irá tentar escrever a palavra “xingar” com um Q ou um S no lugar do X (BAGNO, 2013), pois essa não seria uma hipótese amparada em observações e vivências do falante escritor. Diante disso, concordamos com Bazerman (2015, p. 7) quando diz que muitas vezes “escrever

pode parecer uma tarefa nebulosa”. Deste modo, não é injusto afirmar que, com a grande quantidade grafemas que são aptos à representação de um único fonema, e com tantas palavras que possuem seus significados semelhantes, o escritor – que está dando início ao seu processo da aquisição da escrita, “pode se sentir totalmente perdido ao ser pego em uma situação na qual necessita escrever um texto e, ao fazer suas hipóteses, tem medo de errar e de se tornar alvo de piadas diante de seus colegas de turma” (LIMA DE OLIVEIRA, 2020, p. 50).

É perceptível, então, que as questões referentes ao sistema ortográfico, no processo da escrita, se tornam problemas desagradáveis ao ensino. Precisamos que os professores saibam reconhecer que os erros de seus alunos são, na verdade, tentativas de acerto, pois com conhecimentos sobre a causa dos erros, os docentes terão mais condições de buscar possíveis soluções para estes problemas.

No momento em que os professores não sabem lidar com as necessárias falhas de seus alunos, estes podem ser atingidos pelo desestímulo, tendo como consequência, os elevados índices de reprovação, repetência e até de evasão escolar.

Consequentemente, persiste o quadro nada animador (e quase desesperador) do insucesso escolar que se manifesta de diversas maneiras. Logo de saída, manifesta-se na súbita descoberta, por parte do aluno, de que ele “não sabe português”, de que “o português é uma língua muito difícil”. Posteriormente, manifesta-se na confessada (ou velada) aversão às aulas de português, e para alguns alunos, na dolorosa experiência da repetência e da evasão escolar. (ANTUNES, 2003, p. 20).

Deste modo, como diz Oliveira (2010, p. 37), “a língua que falamos está estreitamente vinculada a nossa identidade” e essa identidade é perceptível na escrita. Assim, o “professor precisa ter uma postura construtiva em relação aos erros que os alunos cometem ao escrever” (OLIVEIRA, 2010,

p. 38). Em outras palavras, o docente necessita usar os erros dos alunos como forma de fortalecer o seu próprio aprendizado.

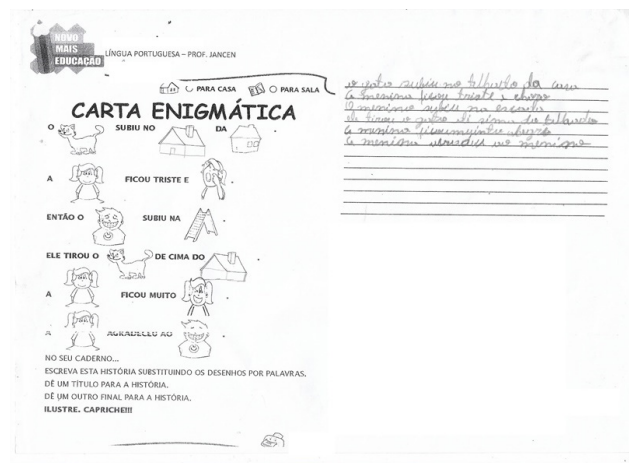
Dados e discussão

Nesta parte do artigo, apresentaremos as tentativas de acerto mais frequentes analisadas em nosso *corpus* de pesquisa. Para uma melhor visualização, iremos apresentar as atividades desenvolvidas e respondidas pelos discentes e dividir as tentativas de acerto encontradas nas produções textuais escritas dos estudantes. Vamos categorizar os erros de acordo com as duas categorias de análise postuladas por Bagno (2013). Apresentaremos as palavras e suas possíveis explicações dentro de suas respectivas categorias.

Para garantir total anonimato, além de ocultarmos os nomes das escolas, os nomes dos alunos foram substituídos por códigos alfanuméricos. Diante disso, os nomes são representados por uma letra seguida por um número sequencial. Ex: S1. As categorias de análise são: (1) – *Hipóteses e analogias sobre a relação fala/escrita* e; (2) – *Incidência da variedade linguística da pessoa que escreve sobre a produção escrita*.

Atividade “Carta Enigmática”

Imagem 1 – Atividade “Carta Enigmática”



Fonte: arquivo pessoal do autor

A primeira atividade é intitulada “Carta Enigmática” e consiste na elaboração de um texto escrito, com base em um texto verbo-visual, ou seja, um texto formado por palavras e imagens. O aluno, ao responder a atividade, escreve as frases e substitui os desenhos por seus respectivos nomes. Assim, o aluno, ao ver o desenho de um gato, é orientado a escrever a palavra “gato” para dar continuidade à produção textual.

TEXTO DE K1:

O GATU SUBIU NO TETU DA CASA
A MENINA FICOU TRISTE E CHORO
ENTAO O MENINO SUBIU NA ISCADA
ELE TIROU O GATU DE CIMA DO TETU
A MENINA FICOU MUINTO FELIS
A MENINA AGRADECEU AO MENINO

No texto produzido pelo aluno K1, encontramos alguns desvios da norma padrão da língua portuguesa, ou tentativas de acerto, na denominação proposta por Bagno (2013). Os desvios apresentados por K1 são explicáveis e podem ser classificados dentro das nossas categorias de análise.

Iniciaremos com as palavras *gatu*, *tetu* e *choro* escritas nas primeira e segunda linhas do texto de K1, que são categorizadas, perfeitamente, na categoria de número 1, isto é, o aluno fez uma hipótese sobre a relação fala/escrita, pois no português brasileiro – principalmente na modalidade oral – a vogal *o* em final de palavra é pronunciada como *u* (em *gato* e *teto*). No caso de *chorou*, o *ou* não é pronunciado nesta e em outras palavras que apresentam este dígrafo, então o aluno agiu com lógica ao escrever *O gato subiu no tetu e A menina choro* já que tais palavras são pronunciadas assim e o aluno, ao escolher qual a letra melhor representaria os sons, fez escolhas lógicas, mas que vão contra a norma padrão. Nesta mesma categoria, podemos considerar a palavra

muintu, pois também é visível a hipótese sobre a representação da nasalização presente na palavra.

O aluno K1, ao escrever a palavra *iscada*, fez uma hipótese de qual seria o grafema que representaria o fonema /i/. Sua escolha foi de usar a letra I, pois esta teria o som adequado, no entanto tal opção tende a ser contra a norma padrão e se constitui como uma tentativa de acerto. Em pesquisa anterior, alguns estudantes escreveram “cima” como “sima”, mesmo com a palavra escrita adequadamente no enunciado da atividade. Diante disso, o som /s/, segundo Bagno (2013), é um dos mais complicados para a criança distinguir o grafema considerado certo pela convecção gramatical. Uma possível explicação para uma palavra escrita de forma adequada na atividade ser copiada de maneira inadequada para as respostas tem a ver com o aluno não copiar a palavra enquanto representação gráfica, mas tentar replicar a palavra mediante a sua própria consciência fonológica. Na linha cinco, algo semelhante ocorre com a palavra *muintu*, o autor preferiu escrever da forma como ouve, e, percebendo uma nasalização marcante na pronúncia da palavra, registrou com um “n” para acentuar essa nasalização.

Produção textual escrita: “O sumiço dos rabinhos”

Nesta atividade de produção textual escrita, espera-se que o aluno dê continuidade – de forma coerente – à história interrompida. O exercício pode despertar além da criatividade, o interesse dos alunos pela leitura e escrita. Para esta atividade, apresentaremos “tentativas de acertos” de atividades respondidas por quatro alunos. A seguir reproduzimos o enunciado da atividade e o texto que os alunos precisavam completar seguindo a sua própria criatividade – sem perder a coerência.

Imagem 2 – Atividade “O sumiço dos rabinhos”

■

PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA

Imagine e escreva a continuação dessa história. Depois faça um desenho bem bonito.

O SUMIÇO DOS RABINHOS

Certa manhã, logo que acordou, o cachorro levou um grande susto. Ele estava sem rabo!

Sem saber o que fazer, resolveu pedir um conselho para o cavalo, chegando à casa do amigo, gritou:

- Meu rabo sumiu!

O cavalo, que ainda dormia, quase caiu da cama ao ver que também estava sem o seu rabo.

Sem demora, os dois foram logo falar com o gato. Encontraram o bichano muito triste e choroso, também lamentando o sumiço de seu rabo.

Os três amigos resolveram procurar a raposa que tinha o rabo mais bonito que conheciam.

Fonte: arquivo pessoal do autor

Na imagem acima, temos acesso ao texto incompleto que lemos junto com os alunos e os instigamos a dar uma continuação. Eles poderiam continuar a história após a palavra deixada como *cliffhanger* ou gancho para continuação: “então...”. Diante disso, algumas palavras foram apresentadas com a grafia que foge à norma padrão, tais como: *calda*, *pregu*, *oqi*, *colo* (colou), *num* e *acomteceu*. Os alunos apresentaram algumas hipóteses de escrita que vão contra a ortografia oficial, como as palavras supracitadas. Vamos categorizar essas tentativas de acerto e demonstrar como todas são explicáveis e previsíveis.

A palavra *calda* pertence à categoria (1), pois *calda* e *cauda* são palavras homófonas, ou seja, possuem o mesmo som, porém significados e grafia diferentes. Enquanto a primeira é o feminino de caudo, a segunda se refere ao rabo de um animal, que é o caso da tentativa de acerto escrita por um dos alunos. Percebemos que tal estudante ainda não possui estas informações e fez uma hipótese na hora da escrita dessa palavra e escreveu com L. Nesta mesma categoria (1), podemos enquadrar a palavra *acomteceu* em que é perceptível que o aluno ainda não aprendeu as regras do uso do M e N e nessa escolha, optou pelo M na construção de sua hipótese.

Em suma, três dessas outras palavras, *descubriram*, *oqi* e *nun* são consideradas como pertencentes à categoria (2), pois em todas elas, podemos notar a influência da fala das pessoas do convívio familiar da criança na escrita. O aluno, ao ouvir todos em seu convívio familiar falando *descubriram* ao invés de *descobriram*, preferiu grafar da maneira como costuma ouvir, com “u” no lugar do “o”, pois a pronúncia geralmente é assim, isto aconteceu, também, com as demais palavras.

Escrita de palavras por campo semântico

A última atividade relatada consiste em os alunos escreverem, em um tempo pré-determinado, o máximo de palavras que conseguirem a respeito de um tema sorteado pelo docente. As atividades analisadas

aqui têm como tema “cidade” e as palavras devem ser relacionadas ao tema definido. Por questões de limitação de espaço, vamos apresentar aqui, apenas algumas – das muitas – tentativas de acerto feitas pelos alunos em suas atividades.

No quadro apresentado a seguir, exibiremos e categorizaremos as tentativas de acerto (ou desvios ortográficos) das atividades de escrita de palavras. As tentativas de acerto estão distribuídas nas duas categorias propostas por Bagno (2013) e adotadas nesta pesquisa. As palavras e classificações são seguidas por breve explicação. As palavras que se encaixam na categoria de hipóteses e analogias estão identificadas com o (1) e as palavras da categoria de incidência da variedade linguística do indivíduo sobre a escrita são rotuladas com (2).

Quadro 1 – Tentativas de acerto das atividades de escrita de palavras

(1) – Hipóteses e analogias sobre a relação fala/escrita

Ospital, Ginazio, xato, sirco

Os alunos que escreveram as palavras acima levantaram hipóteses sobre os sons destas palavras e de suas letras. Assim, em hospital, como o H não emite som nenhum, o aluno optou por não o grafar. Em ginásio, o aluno, na dúvida sobre quais letras poderiam representar os sons indicados, realizou as suas hipóteses, que, apesar de lógica, não correspondem às convenções da ortografia oficial. No caso de chato, o dígrafo CH tem o som da consoante X. O aluno fez uma hipótese de como se escreve a palavra chato e escolheu o X para escrever a palavra. Novamente, o aluno agiu com lógica. Em circo, o aluno fez uma hipótese de qual seria o grafema que representaria o fonema /s/. Sua escolha foi de usar a letra S, pois esta teria o som adequado, porém esta escolha vai contra a norma padrão e se constitui como uma tentativa de acerto.

(2) - Incidência da variedade linguística da pessoa que escreve sobre a produção escrita

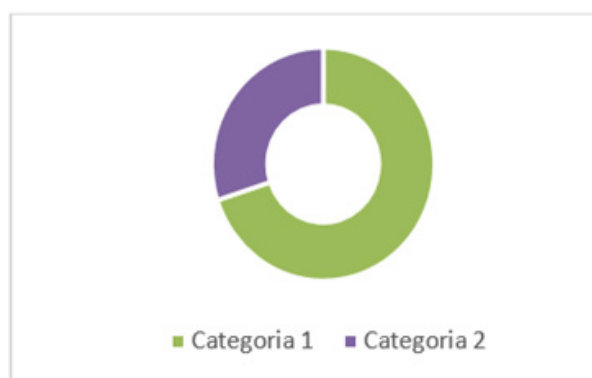
Corre (correr), campo de jogá (jogar) bola.

As palavras acima são exemplos da segunda categoria, em que a variedade linguística da pessoa reflete na escrita do aluno. Desta forma, os alunos, ao ouvirem as pessoas em sua volta falando “jogá”, “corrê” omitindo a vibrante final, preferiram escrever como ouviram, já que, segundo Bagno (2013), até os mais letrados omitem a vibrante final (R) dos verbos no infinitivo.

Fonte: Produzido pelo próprio autor.

Após as análises das atividades produzidas pelos alunos que se encontram em fase de aquisição da escrita, verificamos, quantitativamente, a recorrência das tentativas de acerto, para saber qual categoria é mais recorrente no *corpus* analisado. A categoria 1 - *Hipóteses e analogias sobre a relação fala e escrita que não correspondem às convenções da ortografia oficial* foi recorrente em 70% das tentativas de acerto analisadas, enquanto a categoria 2 - *Incidência da variedade linguística do indivíduo sobre a produção escrita* foi recorrente em 30% das palavras com desvios ortográficos analisadas. Isso demonstra que os estudantes fazem muitas hipóteses e analogias na hora de escrever, mas que a comunidade em que vivem também influencia, bastante, na hora da escrita desses alunos. O gráfico abaixo sintetiza as porcentagens apresentadas.

Figura 1 – Recorrência das tentativas de acerto



Fonte: Produzido pelo próprio autor

Considerações finais

Neste artigo, tivemos como objetivo analisar a ortografia na produção textual escrita por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas municipais de uma cidade do interior do Maranhão. Diante disso, os resultados das análises das atividades de produções textuais escritas pelos alunos do ensino fundamental, mais especificamente, dos terceiro, quarto e quinto anos, nos mostram que os desvios ortográficos, além de bem previsíveis, são consideravelmente explicáveis, visto que, o aluno, quando desvia da norma padrão, não produz um “erro”, mas sim uma tentativa de acerto. (BAGNO, 2013; LIMA DE OLIVEIRA, 2020). Este estudo poderá oferecer contribuições para os estudos sobre ortografia, pois mostrará aos (futuros) professores, os desvios mais recorrentes na produção textual escrita por alunos de turmas distintas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Por fim, esperamos que os docentes – que atuam com alunos na fase de aquisição da escrita ou não – compreendam que os desvios cometidos pelos alunos são importantes para o seu aprendizado, uma vez que enquanto constrói as suas hipóteses e analogias na hora da escrita, o estudante está realizando o seu aprendizado. Em suma, cabe ao professor, portanto, a honrada e complicada missão de inspirá-lo em busca das hipóteses adequadas, isto é, as hipóteses que correspondam ao que é convencionado pela tradição ortográfica.

Referências

- ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- BAGNO, M. Gramática de bolso do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAZERMAN, Charles. Retórica da ação letrada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- LIMA DE OLIVEIRA, Jancen Sérgio. Tentativas de acerto: uma análise dos desvios da norma padrão de alunos do ensino fundamental em escolas públicas. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 16 N°41 vol. 4, 2020.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA NA CRÔNICA “EM NOSSA SENHORA APARECIDA”, DE FERNANDO BONASSI

Flávia Luciano Santos¹

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado que buscou refletir sobre os modos de representação das violências no livro de crônicas de Fernando Bonassi, *A boca no mundo*, publicado em 2007. Em suas crônicas, Bonassi representa acontecimentos do cotidiano impressos na grande cidade, que muitas vezes passam despercebidos por nós, revelados por meio de uma linguagem coloquial (própria da crônica). O olhar do autor se volta para a realidade dos menos favorecidos, vítimas de um sistema social que os oprime e os exclui de seus direitos fundamentais, aludindo a uma violência estrutural, que resulta, muitas vezes, em uma violência direta. Na crônica “Nossa senhora Aparecida”, escolhida para mobilizar nossas reflexões, neste artigo, na qual é possível identificar diversos tipos de violência, naturalizadas dentro de uma cultura que discrimina determinados grupos sociais, os pobres.

Palavras-Chave: Bonassi; crônica; violências.

THE NATURALIZATION OF VIOLENCE IN THE CHRONICLE “IN OUR LADY APPEARED”, BY FERNANDO BONASSI

Abstract: This article presents the results of a master’s research that sought to reflect on the ways of representing violence in Fernando Bonassi’s chronicle book, *A boca no mundo*, published in 2007. In his chronicles, Bonassi represents everyday events printed in the big city, that often go unnoticed by us, revealed through colloquial language (typical of the chronicle). The author’s gaze turns to the reality of the least favored, victims of a social system that oppresses them and excludes them from their fundamental rights, alluding to structural violence, which often results in direct violence. In the chronicle “Nossa Senhora Aparecida”, chosen to mobilize our reflections in this article, in which it is possible to identify different types of violence, naturalized within a culture that discriminates against certain social groups, the poor.

Keywords: Bonassi; chronic; violence.

¹ Psicóloga, mestra em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). Bolsista pelo FCTE/PMTC E-MAIL: flavia_santos.l@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1523891935081249>

Introdução

Fernando Bonassi nasceu em São Paulo, em 1962. Formou-se em Cinema na Escola de Comunicação e Arte, da Universidade de São Paulo (USP). A técnica narrativa do cinema é claramente manifestada em sua escrita literária, sendo ele um autor múltiplo, de romances e contos a peças de teatro e a roteiros de filmes brasileiros consagrados como *Carandiru*, *Cazuzu – O tempo não para* e *Lula – O filho do Brasil*. Mesmo quando cria um texto, ele consegue revivê-lo em outro espaço. O autor consegue flexibilizar sua obra a partir de sua múltipla experiência.

O livro *A boca no mundo*, publicado por Fernando Bonassi, em 2007, reúne crônicas que foram inicialmente publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2002 a 2006. As crônicas selecionadas para compor este livro envolvem personagens pobres, não necessariamente miseráveis, que possuem um emprego ou subemprego com salário baixo, moradia precária e sem condições de lazer. A condição de subempregado pode envolver tanto aquele que exerce uma atividade sem qualificação profissional quanto o trabalhador qualificado que, devido à ausência de oportunidade para exercer sua função, executa tarefas inferiores à sua instrução profissional.

O fato é que essa condição de subempregado está relacionada não só à ilegalidade, mas também a baixos salários, ausência de direitos trabalhistas e de segurança da atividade exercida, além da humilhação decorrente da função e o desprestígio social, ocasionando uma espécie de subcidadania.

A condição dos personagens do Bonassi, desempregados ou subempregado, denuncia também a inércia do Estado em relação a manutenção dos direitos básicos, garantidos pela Constituição Federal, de 1988. As crônicas presentes no livro citado acusam a desigualdade

social e a pouca interferência do Estado para impedir e/ou diminuir a diferença econômica e social entre os grupos antagônicos. A manutenção da desigualdade social é configurada por uma ideologia da classe dominante, que naturaliza as relações de poder de uma classe pela outra. Para a manutenção dessa ideologia, o Estado possui seus aparelhos ideológicos: a Igreja, a Escola e o Exército. (ALTRUSSER, 2001)

A condição precária dos personagens é consequente também da globalização e dos avanços tecnológicos que substituíram pessoas por máquinas, o que acarretou a extinção de várias profissões e diminuiu o número de pessoas necessárias para a realização do processo fabril. Decorre das relações de poder com interesses particulares e discriminatórios que desprezam a condição humana em um grupo social e valorizam o lucro em detrimento da dignidade do indivíduo e também da ausência do poder público para configurar uma sociedade justa e igualitária.

Neste artigo, deter-nos-emos na crônica “Nossa Senhora Aparecida”, do livro *A boca no mundo*, na qual é possível identificar diversos tipos de violência, naturalizadas dentro de uma cultura que discrimina determinados grupos sociais, os pobres. Através de uma espécie de depoimento, o personagem chamado Devanir descreve como tem sido sua rotina em busca de sua própria sobrevivência.

A naturalização da violência em “Nossa Senhora Aparecida”

Em “Nossa Senhora Aparecida”, Devanir faz parte de um grupo de trabalhadores que perdeu seu emprego devido à extinção de seu cargo na fábrica onde trabalhava, configurando um sistema capitalista que visa cada vez mais ao lucro e despreza a condição e necessidades humanas. No caso de Devanir, seu trabalho é a manutenção de seu sustento.

Ele perdeu sua identificação de torneiro mecânico, já que foi extinto o seu cargo, passando a assumir a função de uma espécie de guardião no bairro violento em que mora. Sua segurança física, assim como seu emprego, também não é garantido em sua nova maneira de sobreviver depois de ficar desempregado. Seu salário provém dos outros moradores, sendo pago por meio de objetos domésticos e materiais de construção civil que ele utiliza para construir sua casa:

A casa de Devanir não se combina: porta de alumínio em batente na madeira, privada bege com lavatório azul; no piso, ora cerâmica, ora taco, ora cimento vermelho; uma parede de bloco, outra de tijolo cozido e assim por diante. Não é que Devanir prefira misturar as cores e as formas, mas desde que largou a família e se instalou no bairro, o que vai para sete anos, aceitou receber o que oferecessem pelo seu serviço. (BONASSI, 2007, p. 13)

Essa é a nova referência de trabalho e remuneração para o personagem. Não há, nessa nova condição de trabalho, políticas que assegurem uma remuneração mínima para sua sobrevivência. Sem essa remuneração, fica comprometida sua moradia, sua alimentação, sua saúde, seu lazer sua dignidade, enfim, condições tidas como basilares a todos os seres humanos. A partir dessa nova realidade imposta, Devanir passa a assumir uma função ilícita para obter seu sustento, é a forma através da qual ele consegue sobreviver.

O título “Nossa Senhora Aparecida” faz menção à imagem venerada pela Igreja Católica. Na crônica, Devanir, devoto da padroeira do Brasil, tem visões em que ela aparece e se comunica com ele. O personagem pensa estar tendo alucinações e que estas são consequências do remédio que começou a tomar depois de perceber “[...] barulhos dentro da cabeça e ficar nervoso” (BONASSI, 2007, p. 14), sinalizando algum tipo de distúrbio de ordem mental. O personagem não se reconhece como doente, nem ao menos sabe o que tem. Está inconsciente sobre sua própria condição de

vida, possivelmente, também não está informado sobre transtornos psiquiátricos, condição que pode alterar seu processamento sensorial e provocar alucinações visuais e auditivas.

A falta de instrução favorece para que ele deposite em uma imagem a condição relacionada à sua saúde mental. Essa percepção impede que ele busque pelo sistema de saúde, recorrendo à religião. A religião condiciona pessoas a reproduzir comportamentos em massa, idealizados não por uma divindade, mas pelo próprio homem para benefícios de outros homens. A imagem fala com Devanir:

Devanir abaixou pra beijar a mão da santa, mas ela puxou o braço e não deixou...

- Orgulhosa...

- De... va... nir...

- Fala alguma coisa, mãezinha! Pelo amor de todos os santos!

- Devanir percebeu que ela fez cara feia. Podia ser ciúme. Então ela não abriu a boca [...]. (BONASSI, 2007, p. 14)

Talvez, se tivesse o conhecimento sobre sua condição de doente, acionaria o sistema de saúde, que implicaria em ativação de políticas públicas, já que o direito à saúde é um dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, de 1988. A falta de instrução de um cidadão favorece para a ausência do reconhecimento e, assim, ausência de fiscalização dos agentes políticos. A educação constitui uma base fundamental para a qualidade de vida do indivíduo, pensamento crítico e autônomo. É através dela que se pode formar indivíduos conscientes e autônomos para compreender a própria condição e os meios para combater o sistema existente de distribuição de renda, por exemplo, ao invés de se posicionar de maneira automatizada e divergentes à sua realidade.

A precariedade do modo de viver de Devanir vai desde condições básicas como a casa, por

exemplo, que o narrador descreve como tendo apenas dois cômodos, “Cada um dos dois cômodos da casa tem uma imagem [...]” (BONASSI, 2007, p. 14), até condições mais particulares como o seu próprio estado mental e a interferência que ele promove no seu modo de perceber os outros e a si mesmo.

Há uma diminuição na capacidade de pensar e problematizar sua própria vida. Como meio de sobrevivência e segurança, ele usa a religião, que é o instrumento de garantia de condições básicas para sobreviver: “[...] rezando contra maldição, polícia e bala perdida” (BONASSI, 2007, p. 13). Sigmund Freud acredita que, nessas circunstâncias,

O homem parece procurar sempre um ponto de segurança anímica, um atrativo, uma imagem encantada que satisfaça a sua necessidade em exaltar o “Eu” e, portanto, as aglomerações se refugiam sobre a proteção dessas imagens fetiches: a mulher encantadora, a santa, a virgem, o chefe, o Cristo, o Deus a pátria são refúgios comuns da aglomeração em perigo. (FREUD, 2009, p. 28)

Jaime Ginzburg considera que essa condição tem como motivação também a ausência de letramento, condição reconhecida em uma camada considerável do país. O conhecimento da palavra pode ser chave para consciência de direitos, além da compreensão, a verbalização como forma de luta por seus direitos:

[...] percebemos que a grande parte da população brasileira que não participa do mundo letrado tem dificuldades na interação com o mundo das leis, a ordem policial e o controle governamental, associadas a uma ausência de condições de intervenção em confronto com a hostilidade da realidade. (GINZBURG, 2010, p. 109).

Essa ausência de reflexão sobre a própria vida favorece para uma naturalização da pobreza, da miséria e da violência, fomentando ainda mais a disparidade social e favorecendo a inércia do poder público. A naturalização dessa configuração é como se fosse uma “aceitação”, já que sua condição não

o permite subverter sua realidade. Ele não tem recursos internos para isso, não foram ofertadas a ele condições críticas de pensamento.

No segundo parágrafo da crônica, o narrador descreve como passou a ser o trabalho de Devanir e sua remuneração depois que ficou desempregado. Ele passa a viver com o que é provido pelos moradores de seu bairro, sem parâmetro de valor, esforço e razoabilidade da manutenção de gastos mínimos para sobrevivência. São características de um subemprego: “[...] mas desde que largou a família e se instalou no bairro, o que vai para sete anos, aceitou receber o que oferecessem pelo seu serviço.” (BONASSI, 2007, p. 13).

O serviço que o narrador descreve é realizado através de ações violentas no bairro onde Devanir mora, motivado a proteger os moradores da violência urbana e importunação da ordem social. Devanir, na verdade, não tem escolha. Depois da extinção de sua profissão na fábrica em que trabalhava teve que aceitar o que aparecesse. Foi a forma que encontrou para garantir sua sobrevivência:

O serviço que Devanir tem agora, não teve desde sempre. Com o diploma de torneiro mecânico do SENAI, saiu trabalhando por mais de quatorze anos numa série de fábricas que deixaram de existir. [...] o que precisava de um cuidado de metalúrgico, as máquinas deixavam pronto, de uma maneira que foi se perdendo pelos empregos perdidos e acabou sem muito de onde tirar o sustento. (BONASSI, 2007, p. 13)

É uma realidade frequente, devido ao processo de industrialização que substitui o homem pela máquina, visando à aceleração do processo produtivo e obtenção de mais lucro.

É do Estado o dever de proporcionar a todos os cidadãos emprego digno. Não só emprego, como também saúde, alimentação, moradia, igualdade, lazer, segurança etc. Na ausência do Estado, o indivíduo se vê obrigado a garantir sua sobrevivência de forma, às vezes, imprudente

e irrefletida, devido a sua condição financeira precária e pouca informação. O personagem utiliza a violência como forma de sobrevivência. Freud assemelha esse comportamento a espécie de hipnose contida na psicologia das massas. Segundo ele, “[...] um ser humano pode ser colocado num estado tal que, depois de perder sua inteira personalidade consciente, obedeça a todas sugestões daquele que o privou dela e cometa atos mais contrários ao seu caráter e aos seus hábitos.” (FREUD, 2009, p. 46).

É possível identificar na narrativa uma das suas atividades:

O serviço que Devanir faz agora começou de fim de semana, quando a arruaça abraçava aquela vila e quem não era disso tinha de se internar, rezando contra maldição, polícia e bala perdida. O primeiro foi um velho que gritava e arrancava na porta do boteco do Soares. Devanir, que teve pai alcoólatra, não suportava esses tipos. Quando ele fez com que o bêbado sumisse, ganhou muitas coisas pela gratidão das pessoas. (BONASSI, 2007, p. 13)

O trecho nos traz um dos trabalhos que Devanir passou a ter depois que ficou desempregado. Ele se utiliza da violência física para “sumir” com o bêbado a mando dos outros moradores. A importunação nas ruas vem de um homem bêbado, problema muitas vezes enfrentado por pessoas que se encontram em situações precárias emocional, social e/ou financeiramente, como uma maneira de fugir desses problemas. Segundo a Organização Pari-Americana de Saúde (OPAS), os fatores que expõe a pessoa a uma chance maior ao alcoolismo, incluem:

[...] desenvolvimento econômico, cultura, disponibilidade de álcool, além da abrangência e dos níveis de implementação e execução das políticas sobre álcool. Embora não exista um único fator de risco que seja dominante, quanto mais vulnerabilidades tiver uma pessoa, maior a probabilidade de desenvolver problemas relacionados ao álcool como resultado de seu consumo. (OPAS, 2019)

É de responsabilidade do Estado criar estratégias que atuem na sociedade sobre questões

biopsicossociais como o alcoolismo, por exemplo, como formas de prevenção e também tratamento adequado. É o Estado quem deve amparar os indivíduos em aspectos sociais, emocionais, assistenciais etc. Essa atuação efetiva diminuiria a importunação e, conseqüentemente, a violência, através da promoção da saúde. É uma violência política que altera diretamente o funcionamento psíquico, social e orgânico. Traz efeitos graves e compromete a qualidade de vida da sociedade, já que o comportamento é sempre lançado a um meio social, causando interferências na vida do outro. São efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego e instrução adequada aos indivíduos.

Outro aspecto social, o culto religioso como alternativa para solução de problemas sociais não alcançados pelo Estado, pode ser identificado na crônica, no trecho: “[...] quando a arruaça abraçava aquela vila e quem não era disso tinha de se internar, rezando contra maldição, polícia e bala perdida” (BONASSI, 2007, p. 13). É hábito comum recorrer à religião para solucionar problemas sociais não atendidos pelo Estado. No trecho da crônica, a comunidade reza contra a polícia, evidenciando o caráter antagônico desse órgão público.

A instituição policial tem o dever de garantir aos cidadãos a ordem, exercer a vigilância e o cumprimento das leis. Não exercendo esse papel, o órgão público está desrespeitando princípios legais e, num caráter ambivalente, está propiciando a violência de forma direta e indireta: direta, quando eles mesmos são os agentes dos atos violentos em uma suposta intervenção, derivando o medo e o repúdio pela sociedade; de modo indireto, quando não exerce efetivamente sua função básica e, assim, não combate à violência e influencia a sociedade a lidar com ela de maneira brutal como forma de se proteger. Alba Zaluar refere-se à violência policial no Brasil desde tempos coloniais, mostrando a

origem da relação desproporcional e conveniente deste órgão. É o que a estudiosa vai reconhecer como uma prática de clientelismo que beneficia grupos privilegiados de forma institucionalizada e às vezes ilegal: “Os policiais foram formados para satisfazer os proprietários de terra e a eles submeterem-se, reprimindo somente os pobres, os negros e os indígenas.” (ZALUAR, 2007, s/p).

O Estado, através de seu instrumento de controle e repressão, a polícia, deveria conter a violência. Não o faz e passa a ser ele o fomentador e proporcionador da mesma. Nessa perspectiva, Louis Althusser considera que “[...] o Estado como força de execução e de intervenção repressiva ‘a serviço das classes dominantes’, na luta de classes da burguesia e seus aliados contra o proletariado é o Estado, e define perfeitamente a sua ‘função’ fundamental.” (ALTHUSSER, 2001, p. 63).

Os vizinhos de Devanir, inclusive ele, entendem que a violência vem de pessoas não civilizadas, marginalizadas socialmente. Não reconhecem que elas originam de agentes de poder. Conforme na narrativa: “[...] foi chamado pelo dono do depósito de material de construção, que dois moleques viviam pulando o muro para roubar cimento e telha. Deu um jeito neles e ganhou um milheiro de tijolos. Aqueles da parede do fundo” (BONASSI, 2007, p. 13). A maneira de conter a violência, mais uma vez, é através de uma ação violenta, por eles justificada, em razão da “ordem social”. É a violência gerando violência. E assim, Devanir garante materiais para construção de sua casa através dessa ação, a violência sendo um instrumento da manutenção de sua sobrevivência. Em nenhum momento da narrativa é questionada a responsabilidade do Estado, nem em relação à violência e nem em relação à vida medíocre e desamparada de Devanir. A consciência de Devanir desaparece, ele não reconhece sua singularidade. A situação que se encontra é mais compatível

com as pessoas que ele “dá fim” dos que com os moradores do bairro.

Há uma compreensão compartilhada na sociedade em que a violência vem de pessoas marginalizadas socialmente. É uma ideologia deturpada que mantém os poderosos como pessoas do bem e civilizadas; por outro lado, os pobres se mantêm na busca pela sobrevivência como sendo um ato de selvageria. Quando é exposto a violência promovida pelo Estado, ela é justificada e até mesmo aclamada por ser compreendida como uma tentativa de ordem social. Karl Erik Schollhammer analisa a violência na contemporaneidade em seus diversos trabalhos. Para ele, “Essa violência como uma tentativa de estabelecer a ordem social também acontece no movimento do menor para o maior, através de uma revolta desse sistema violento e opressor” (SCHOLLHAMMER, 2013, p.57). Essa violência tida como ordem social também vem de camadas desfavoradas socialmente. Na ausência de condições básicas de sobrevivência, buscam por condições para matar a fome, para obter prazer, entre outros. É uma espécie de contraviolência, mas não reconhecida dessa maneira socialmente.

A violência não parte de um indivíduo não civilizado em direção a uma sociedade justa e igualitária. Ao contrário: é a desigualdade social, preceito que fere os direitos fundamentais, que propicia e estimula a violência, embora faça parecer como se fosse o contrário. Isso remete aos apontamentos de Louis Althusser; “Ora, o que o aparelho de Estado concorre para reproduzir é ‘ideologia que convém’ às relações de produção ou, mais precisamente, às relações de exploração capitalista, e não as relações de exploração propriamente ditas.” (ALTHUSSER, 2001, p. 35).

Sendo assim, é necessário que existam indivíduos em condições miseráveis para que se submetam a tarefas cuja atuação é exploratória, humilhante, arriscada, para a obtenção do lucro

e bem-estar dos poderosos. É uma ideologia cuja finalidade é uma classe dominar a outra fazendo parecer que isso não ocorre, portanto, inconscientemente. Marilena Chaui entende como um ocultamento da realidade. Chaui considera que “Por seu intermédio [ideologia], os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.” (CHAUÍ, 1982, p. 21). Essa fumaça esconde a verdadeira relação existente de uma classe e evita que a classe a ser dominada enxergue sua própria condição, fazendo com que confie na condução da classe opressora, que não cessa de violar seus direitos.

Na crônica, a comunidade não quer violência, pelo contrário, quer acabar com ela. E também não se reconhece como violenta, apesar de suas atitudes incontestavelmente serem violentas. E faz isso também através da exploração, já que aproveita que Devanir não possui um emprego e nenhuma outra renda para sobreviver. Sendo assim, promove o rapaz a “justiceiro” do bairro e o incentiva através de “pagamentos” para violar o outro. A comunidade também não parece ter outro recurso para lidar com a violência a não ser eleger Devanir para enfrentá-la. É comum destinar a pobres e desempregados funções de riscos e humilhantes, como se o pobre tivesse mais condições para lidar com situações nefastas. Devanir vai executar o que eles não se arriscam a fazer. Provavelmente porque reconhece que se trata de uma atuação ilegal e por ser perigoso, já que Devanir arrisca sua própria vida ao “eliminar” os perturbadores do bairro. Assim como o poder público, eles também tiram vantagens da condição de Devanir. Agora o personagem vai lidar com estupradores a mando dos vizinhos e, com isso, receber sua recompensa.

Depois foram os estupradores: a porta de alumínio, o liquidificador, uma estante de metal, o fogão e a geladeira. Tinha se especializado nisso: pedia pra ajoelhar, encomendava as almas e fazia o que tinha de ser feito. No começo

enjoava, mas depois acostumou. Devanir é devoto de Nossa Senhora Aparecida, porque um dia estava se afogando em São Vicente e, quando ele gritou o nome dela, veio como que uma mão dos céus e o puxou de volta para essa vida. A santa surgira de um rio, ele ressurgira do mar e Devanir passou a pensar que tinha essa ligação com a padroeira. Por isso quando Devanir encomenda uma alma, encomenda através de Nossa Senhora Aparecida. Também porque acredita que se a gente vem ao mundo por meio de uma mãe, deve ser levado dele por intermédio de outra. Essas coisas de Devanir... (BONASSI, 2007, p. 13).

O trecho “fazia o que tinha que ser feito”, remete a uma mecanização dos atos. Como se fosse a única opção. É a ausência da consciência individual, da vontade, da liberdade, aprendidos através da escola e da religião. Freud considera essa atitude como configuração de uma massa organizada. Para Freud, o ser humano integrante dessa massa

[...] desce vários degraus na escala da civilização. Em seu isolamento era talvez um indivíduo culto; na massa, é um bárbaro, isto é, um ser instintivo. Possui a espontaneidade, a violência, a ferocidade e também o entusiasmo e o heroísmo dos seres primitivos.” (FREUD, 2009, p. 48).

Ele está alienado a uma ideologia que não o favorece. Essa alienação Chaui considera como

[...] um processo ou o processo social como um todo. Não é produzida por um erro da consciência que se desvia da verdade, mas é resultado da própria ação social dos homens, da própria atividade material quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela. (CHAUÍ, 1982, p.79)

A vida de Devanir parece ter menos valor que a deles. Elegem-no para fazer atividades arriscadas e proibidas. Para combater a violência, usa-se a própria violência como instrumento, só que aqui justificada e aceita socialmente como ato necessário para a própria segurança, outro direito fundamental de todo cidadão. Ressalte-se que isso deveria ser garantido não pela atuação de Devanir, mas através de políticas públicas efetivas. São

pensamentos e atitudes no mínimo incoerentes que não cessam de escancorar uma sociedade injusta e parcial quando se refere a interesses particulares. Quando indivíduos marginalizados socialmente usam a violência como instrumento para obter “benefício” (que, na maioria das vezes, é seu próprio direito básico), são absolutamente recriminados pela sociedade. Mas, quando a mesma cena altera os atores, passa a fazer sentido e até mais que isso, passa a se configurar como necessária, que são atos violentos vindos de camadas socialmente superiores e tidas como ordem social.

Fábio Marques Mendes se refere a esse antagonismo presente nas relações sociais. Para o estudioso, “O ser humano moderno é conflituoso, pois nele se inscreve, como complemento essencial, a possibilidade do mal, embora o mal constitua sempre um escândalo para o ser humano” (MENDES, 2015, p. 49). O cidadão se diz contra a violência, mas, paradoxalmente, a promove.

No final da crônica ocorre um diálogo entre Devanir e Nossa Senhora Aparecida. Ela aparece em sua casa como uma alucinação. Em uma das partes do diálogo, a imagem chama o personagem a refletir sobre suas ações:

- Devanir... você é um bosta.

A voz ecoava dentro do quarto, mas não tinha espaço para tanto eco. Devanir deu um passo para trás, tropeçou na cama e caiu deitado.

- Que é isso, Mãezinha! Chamo sempre que tô pra acabar com um e a senhora me chega com essa?!

- Devanir, você não pode fazer isso...

Devanir aproveitou para pegar o revólver e enfiar por trás da calça:

- Como? Deixo essa gente desprotegida? [...]

- Eu quero a sua promessa de que vai parar de matar criança, Devanir... [...]

- Que criança o quê! Malandro aqui fica pronto com doze, treze... não tem nada de

criança não... A senhora devia saber disso... (BONASSI, 2007, p. 15)

No diálogo entre Devanir e Nossa Senhora Aparecida é possível analisar a percepção que o personagem tem de suas próprias ações. Ele entende que a vizinhança é desprotegida em relação aos marginalizados socialmente que ele elimina. Na verdade, é o contrário. Ele é quem está desamparado ali. Ele não vê os próprios vizinhos como agentes de violência, que, mais uma vez, só aparece de baixo para cima. Ele fala ainda de adolescente que comete ato infracional, naturalizando um pensamento coletivo de que eles tiveram oportunidade de escolher outro destino. Como se a violência não fosse uma das únicas opções diante da desestrutura e ausência de suporte; condição em que muitas crianças e adolescentes se encontram no Brasil. Eleger a violência como um meio de sobrevivência, conforme Zaluar identifica:

[...] a importância e os limites das explicações macrosociais sobre a criminalidade violenta, como a pobreza e a exclusão social, quando vista nas suas interações com os mecanismos transacionais do crime organizado em torno do tráfico de drogas e de armas de fogo que desenvolveu uma interação perversa com a pobreza e a juventude vulnerável de muitos países. (ZALUAR, 2007, s/p)

Considerações finais

Na crônica “Nossa Senhora Aparecida”, temos uma reflexão sobre o uso da violência como estratégia de sobrevivência de um personagem pobre, retirado do mundo institucionalizado do trabalho fabril. No texto, que tem um contorno narrativo, Bonassi discute a forma como a violência é compreendida pelas pessoas de uma comunidade, que elegem um desempregado como uma espécie de justiceiro.

Devanir internaliza o discurso dominante em que pobre é bandido e aqueles que não são pobres não são violentos, estão apenas buscando justiça ou

proteção através da violência. Outro discurso que ele reproduz da classe dominante está expresso na citação seguinte, quando diz que “Malandro aqui fica pronto com doze, treze anos... não tem nada de criança não” (BONASSI, 2007, p. 15), acreditando que um adolescente já tem consciência plena de seus atos e deve ser punidos e não instruídos.

Esse contágio emocional faz com que o indivíduo afaste de si a consciência de sua própria classe. Ele passa a imitar comportamentos contrários a sua própria realidade. Albuquerque que considera que o indivíduo está inerte a uma ideologia. Para ele,

[...] a causa da ilusão ideológica seria a alienação material que reina nessas condições de existência. Para Althusser é a “natureza imaginária dessa relação” entre os homens e suas condições de existência que dá suporte a toda e qualquer deformação imaginária da ideologia – quando essa relação não é vivida “na sua verdade”.

Mais precisamente, toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não relações de produção existentes (e outras relações que delas derivam) [...] a relação entre eles é “imaginária” por oposição a realidade pré-existente (a relação é imaginária e falsa). (ALBUQUERQUE, 2001, p. 39)

Pode-se pensar, não só nessa ideologia através de um contágio emocional que fortalece as relações de poder de uma classe pela outra, mas também em uma violência simbólica, já que o personagem na crônica internaliza discursos que oprimem sua própria condição (BOURDIEU, 1989, p. 7).²

A crônica termina com Devanir atirando na imagem da santa: “Devanir puxou a arma, apontou

2 Bourdieu descreve a violência simbólica como “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Destarte, a dominação simbólica se instaura por intermédio de um processo sustentado pela existência e pelo reforço de pensamentos e predisposições alinhados às estruturas impostas, refletindo em ações de conhecimento, reconhecimento e submissão ao instituído por parte dos dominados que, julgando auto-evidente tal processo, não conseguem romper com o mesmo, conspirando para a sua própria dominação. (BOURDIEU, 1989, p. 7)

para a santa e disparou.” (BONASSI, 2007, p. 15). O tiro indica um afastamento de qualquer pensamento crítico que possa ter sobre suas próprias atitudes. A essa percepção do discurso dominante, a imagem o chama de “burro”. Provavelmente isso ocorre por ele proteger quem o viola, e violar a si mesmo e sua classe. Podemos considerar que o tiro é um afastamento do pensamento crítico, mesmo que seja através de alucinação. Isso se dá através da violência, com a “eliminação” da santa. Com um tiro, ele encerra o diálogo: “[...] prometeu não tomar mais aquele remédio e ninguém sabe se deixou de fazer maldade.” (BONASSI, 2007, p. 15). Parar de tomar o remédio pode ser considerada como uma forma de distanciar-se de pensamentos críticos e ter consciência sobre sua conduta. A sua tomada de consciência de classe foi afastada, através do tiro em direção à imagem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A.G. “Introdução: Althusser, A ideologia e as Instituições. In: ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros Castro. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2001.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros Castro. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2001.

BONASSI, Fernando. A boca no mundo: 100 crônicas de Fernando Bonassi. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, p. 6-16.

CHAUI, Marilena. O que é ideologia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. Tradução Renato Zwick. 10. ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GINZBURG, Jaime. Literatura e Direitos Humanos: notas sobre um campo de debates; A violência na literatura brasileira: notas sobre Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. In: Crítica em tempos de violência. 2010. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/tese-de-livre-docencia-jaime-ginzburg-a_copy.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MENDES, Fabio. Marques. A linguagem da violência nos contos de famílias terrivelmente felizes de Marçal Aquino. São Paulo: Cultura Academica, 2015.

OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

SCHOLLHAMMER, Karl. Erik. Cena do crime: Violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Estudos avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161>>. Acesso em: 15 maio 2019.

Submissão: outubro de 2020

Aceite: julho de 2021.

Reverberações da lírica moderna e a crise do sujeito na poesia contemporânea de Paulo Henriques Britto, Francisco Alvim e Iacyr Anderson Freitas

Felipe dos Santos Matias¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir algumas ressonâncias da lírica moderna e possíveis desdobramentos da crise do sujeito na poesia contemporânea de três poetas brasileiros: Paulo Henriques Britto, Francisco Alvim e Iacyr Anderson Freitas. Para tanto, selecionou-se como corpus alguns poemas dos mencionados autores, presentes nas seguintes obras: *Trovar claro* (1997), *A soleira e o século* (2002), *Poemas [1968-2000]* (2004), *Tarde* (2007), *Primeiras letras* (2007), *Quaradouro* (2007), *O metro nenhum* (2011) e *Formas do nada* (2012). Ao final do estudo proposto, pode-se dizer que, a partir das produções poéticas de Britto, Alvim e Freitas, é possível perceber reverberações de aspectos da lírica moderna na poesia relacionada à contemporaneidade, a qual também se volta para questões relativas à crise do sujeito na sociedade capitalista.

Palavras-chave: lírica moderna; poesia contemporânea; Paulo Henriques Britto; Francisco Alvim; Iacyr Anderson Freitas.

REVERBERATIONS OF MODERN LYRIC AND THE CRISIS OF THE SUBJECT IN CONTEMPORARY POETRY BY PAULO HENRIQUES BRITTO, FRANCISCO ALVIM AND IACYR ANDERSON FREITAS

Abstract: This paper aims to discuss some resonances of modern lyric and possible unfoldings of the crisis of the subject in the contemporary poetry of three Brazilian poets: Paulo Henriques Britto, Francisco Alvim and Iacyr Anderson Freitas. To do so, we selected as corpus some poems by the mentioned authors, present in the following works: *Trovar claro* (1997), *A soleira e o século* (2002), *Poemas [1968-2000]* (2004), *Tarde* (2007), *Primeiras letras* (2007), *Quaradouro* (2007), *O metro nenhum* (2011) and *Formas do nada* (2012). At the end of the proposed study, it can be said that, from the poetic productions of Britto, Alvim and Freitas, it is possible to perceive reverberations of aspects of the modern lyric in poetry related to contemporaneity, which also turns to issues related to crisis of the subject in capitalist society.

Keywords: modern lyric; contemporary poetry; Paulo Henriques Britto; Francisco Alvim; Iacyr Anderson Freitas.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Doutor em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com período sanduíche (bolsa CAPES PDSE) na Universidade de Coimbra (UC), Portugal. E-mail: felipe.matias@unila.edu.br

Antes de se realizar qualquer estudo ou referência à poesia contemporânea, é necessário fazer alusão a dois nomes fundamentais da lírica moderna: Charles Baudelaire e Stéphane Mallarmé. Em relação a Baudelaire, é importante mencionar que os textos fundadores do conceito de modernidade foram escritos por ele, decorrentes de suas andanças crítico-criativas pela Paris de meados do século XIX, as quais o conduziram ao cerne das temáticas fundamentais para o artista moderno. Num desses textos ensaísticos, intitulado *O pintor da vida moderna*² (1863), Baudelaire cunha o termo que ficou conhecido como “modernidade”:

Assim ele vai, corre, procura. O quê? Certamente esse homem, tal como o descrevi, esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do *grande deserto de homens*, tem um objetivo mais elevado do que o simples *flâneur*, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância. Ele busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de *modernidade*, pois não me ocorre melhor palavra para exprimir a ideia em questão. Trata-se, para ele, de tirar da moda o que esta pode conter de poético no histórico, de extrair o eterno do transitório (BAUDELAIRE, 1995, p. 859, itálicos do autor).

No que concerne a Mallarmé, é necessário dizer que ele desenvolveu a ideia de modernidade na linguagem, fazendo do espaço do poema uma tela de jogo, ao lançar, na obra *Um lance de dados jamais abolirá o acaso*³ (1897), seus dados-palavras sobre a página em branco. Nessa obra, o poeta e crítico literário francês indica o rumo para que, na poesia moderna, as palavras deixem de se expressar por meio de relações gramaticais e passem a irradiar por si mesmas as diversas possibilidades gráficas e significativas. Mallarmé é o responsável, então, por propor a fragmentação da frase e dos vocábulos, a descontinuidade em lugar da ligação, a justaposição em lugar da conjugação dos elementos. Acerca da importância de sua obra para o surgimento do

poema moderno, José Guilherme Merquior afirma o seguinte:

A partir da utilização, proposta por Mallarmé, de todos os modos de comunicação para uma compreensão total e para aprofundar o poema nos planos temporal e espacial simultaneamente, abriu-se o caminho para um novo conceito de texto poético. Surgiu o poema moderno visto como tensão dissonante, tanto na forma como no conteúdo; tensão que leva à inquietude. Autotélica, como algo independente que não anuncia nem prepara nada, a linguagem do poema de origem mallarmeana procura deslocar tanto quanto possível a correspondência entre os signos e o designado. Afinal o jogo com as palavras – o “lance de dados mallarmáico” – representa também um jogo de ilusionismo com a verdade, vindo confirmar a proposta formal, tanto da poesia moderna quanto do pensamento moderno sobre a poesia (MERQUIOR, 1974, p. 76).

É por meio das proposições de Baudelaire e Mallarmé que se inauguraram sendas para novas possibilidades poéticas, que se tornou possível desenvolver uma linguagem artística que representasse a era das máquinas, da industrialização, do crescimento urbano desenfreado, do surgimento das grandes metrópoles.

Na poesia do século XX, apesar de suas múltiplas manifestações, podem-se encontrar elementos de semelhança que permitem delinear certa unidade estilística, que tem suas raízes na lírica simbolista de vertente francesa. São considerados precursores do lirismo vanguardista, além de Baudelaire e Mallarmé, os seguintes poetas: o pré-romântico alemão Novalis; o estadunidense Edgar Allan Poe; e os poetas do Simbolismo Francês – Paul Verlaine, Arthur Rimbaud e Paul Valéry. Hugo Friedrich, em *Estrutura da lírica moderna*⁴ (1956), distingue duas polaridades na produção poética da primeira metade do século XX:

Não resta dúvida de que é preciso resguardar-se das simplificações. Todavia duas tendências delineiam-se no quadro geral que acabamos de esboçar e permitem uma primeira orientação. Elas são as mesmas que, no século passado, haviam sido iniciadas por Rimbaud e Mallarmé. Grosso modo, diremos que numa se trata

2 Le Peintre de la vie moderne, título em francês.

3 Un coup de dés jamais n'abolira le hasard, título em francês.

4 Die Struktur der modernen Lyrik, título em alemão.

de uma lírica formalmente livre, alógica; na outra, de uma lírica da intelectualidade e da severidade das formas. Uma e outra foram formuladas de forma programática, em 1929, e em verdade, com um contraste estridente. Uma das formulações deriva de Valéry: “Uma poesia deve ser uma festa do intelecto”. Os acréscimos que se reencontram no texto, conferem à formulação aquele refinamento que caracteriza por toda a parte as reflexões de Valéry. A outra formulação nasce do protesto; seu autor é o surrealista A. Breton. Diz: “Uma poesia deve ser a derrocada do intelecto”, afirmando, logo a seguir: “Perfeição é preguiça” (FRIEDRICH, 1991, p. 143).

A partir das ideias de Hugo Friedrich, depreende-se que existem dois tipos de lírica na poesia do século XX até os anos de 1950: uma intelectualizada, de grande rigor formal, iniciada por Mallarmé e continuada por Valéry, pela qual a poesia deve ser “uma festa do intelecto”; outra formalmente livre, alógica, iniciada por Rimbaud e elevada às últimas consequências pelo poeta surrealista André Breton, para o qual a poesia deve ser “a derrocada do intelecto”. Entretanto, o nítido contraste percebido entre os dois tipos de lírica não deve ser compreendido no sentido exclusivista, mas sim como indicação apenas da predominância de uma vertente sobre a outra num determinado poeta.

A correlação do “eu poético” com o denominado “eu empírico” é característica importante do gênero lírico, e a tensão entre ambos na poesia esteve desde sempre presente. Na lírica moderna, percebe-se constantemente este conflito, identificado no distanciamento (ou pelo menos na tentativa) entre essas duas instâncias do indivíduo. Isso ocorre, sobretudo, devido ao questionamento do “eu” diante da crise do sujeito na modernidade.

Na cena da modernidade, o “eu lírico” se fragmenta em personalidades múltiplas, assumindo um caráter camaleônico, propagando diversas ideias e “verdades”. Segundo Michael Hamburger, “difícilmente há um poeta moderno digno de ser lido que não solicite ao leitor que entenda e leve em consideração ‘a verdade das

máscaras” (HAMBURGER, 2007, p. 115). Dessa forma, o poeta consegue expandir e verbalizar sua percepção do mundo, refletir em diferentes focos sua experiência pessoal, transfigurando e recriando a realidade de muitos ângulos, dando vazão às suas distintas facetas. Entretanto, é importante frisar que Friedrich Nietzsche já tinha pensado, no fim do século XIX, na questão da dissolução do sujeito, fragmentando-o, refutando a premissa da autoconsciência e unidade: “Mas não existe um tal substrato, não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; o ‘agente’ é uma ficção acrescentada à ação - a ação é tudo” (NIETZSCHE, 1988, p. 43). A partir dessa observação, nota-se que quando se pensa na multiplicidade de vontades que estão no interior do próprio indivíduo, não existe um ser uno, mas um fazer, um agir. Para Nietzsche não há um sujeito homogêneo, único, coeso, responsável pelo querer, visto que o filósofo alemão vai contra a noção de sujeito cartesiano. A partir de suas ideias e reflexões, a noção de sujeito deixa de ser vista como a de um eu abstrato, estático e unitário, passando a ser entendido como uma entidade fictícia, na qual a vontade pode ser vista como o resultado de um intenso conflito.

Desse modo, pode-se argumentar que o “eu” é uma invenção ilusória que esconde relações de força. Se há pensamento, ele existe como sendo a parte mais superficial dessa relação entre forças. O pensamento manifesta os poderes que atuam no sujeito – os instintos e as paixões. Ele é o resultado das atividades inconscientes presentes no corpo. Nietzsche rejeita, então, as morais generalizadoras e conservadoras, vinculadas à noção de sujeito, pois elas induzem o ser humano a restringir ou a inibir suas potencialidades:

Todas essas morais que se dirigem à pessoa individual, para promover sua “felicidade”, como se diz - que são elas, senão propostas de conduta, conforme o grau de periculosidade em que a pessoa vive consigo mesma; receitas contra suas paixões, suas inclinações boas e más, enquanto tem a vontade de poder e

querem desempenhar o papel de senhor; pequenas e grandes artimanhas e prudências, cheirando a velhos remédios caseiros e sabedoria de velhotas; todas elas barrocas e irracionais na forma – porque se dirigem a ‘todos’, porque generalizam onde não pode ser generalizado –, todas elas falando em tom incondicional, todas elas condimentadas com mais de um grão de sal, mas apenas toleráveis, e por vezes, até sedutoras, quando aprendem a soltar um cheiro excessivo e perigoso, do ‘outro mundo’: tudo isso tem pouco valor medido intelectualmente, está longe de ser ‘ciência’, menos ainda ‘sabedoria’” (NIETZSCHE, 1992, p. 96).

Na passagem da poesia moderna à contemporânea, com a intensificação do processo de redução do sujeito a um número, uma matrícula, um mero instrumento de produção do sistema capitalista, a crise do conceito de personalidade se acentuou. Em oposição à poesia romântica, centrada sobre a exacerbação do sentimento individual, as líricas moderna e contemporânea buscaram/buscam prescindir da experiência vivida por um “ego”, atingindo (ou pelo menos tentando atingir) a despersonalização. Os poemas a seguir – do professor e poeta carioca Paulo Henriques Britto (1951-) e do diplomata e poeta mineiro Francisco Alvim (1938-) – possibilitam, respectivamente, a observação dessa despersonalização que ocorre no “eu lírico” da poesia contemporânea:

II

Então o que sou é o que digo?
Não há nada por trás desta voz?
Então não há ninguém comigo
quando eu e ela estamos sós?

Dá uma vertigem, uma pontada
um pouquinho abaixo do
umbigo
por dez segundos, e mais nada
(BRITTO, 2007, p. 78)

[...]

Um homem

De regresso ao mundo e ao
meu corpo
As estradas já não anoitecem à
sombra de meus gestos

nem meu rastro lhes imprime
qualquer destino
Sou a água em cuja pele os
astros se detêm
A pedra que conforma o bojo
das montanhas
O voo dos ares (ALVIM, 2004,
p. 21)

O primeiro poema, de Paulo Henriques Britto, é o segundo da seção intitulada “Cinco sonetos trágicos”, presente na obra *Tarde* (2007). O “eu lírico” de Britto tenta se despersonalizar, reduzindo-se a apenas uma voz, visto que “não há nada por trás desta voz”, “não há ninguém”. O poema representa um sujeito dissolvido, fraturado, contrapondo-se a qualquer tipo de lirismo subjetivo, de sentimento individual. Além disso, percebe-se que o poema é uma versão mutilada da forma mais tradicional do gênero lírico, o soneto, procedimento que remete à falência dos ideais clássicos.

Já o segundo poema, extraído da obra *Poemas [1968-2000]* (2004), de Francisco Alvim, também permite a inferência acerca da despersonalização do “eu lírico”, o qual se caracteriza como “a água em cuja pele os astros se detêm”, como “a pedra que conforma o bojo das montanhas”, como “o vôo dos ares”. Ele se transfigura na forma dos elementos e objetos representados, como a água e a pedra.

Em outro poema de Paulo Henriques Britto, cujo título é “Gramaticais”, também é possível perceber a despersonalização do sujeito, mas em um panorama distinto dos poemas analisados anteriormente, pois o “eu lírico” se afasta para pôr em evidência a concretude da linguagem, a plenitude e a multiplicidade das palavras, em contraponto ao seu vazio:

Gramaticais

Inabitáveis as ilhas
tão plenas de maravilhas
que nos acenam estrídulas

das enumeráveis sílabas

de um esplêndido substantivo
do outro lado do abismo
(BRITTO, 2007, p. 40)

Nota-se que o poema acima, da obra *Tarde*, é sobre as palavras, as quais, mesmo ilhadas e distantes, “inabitáveis”, resistem “plenas de maravilhas”, como último pilar de sustentação da existência do sujeito despersonalizado. Assim, pode-se depreender que elas, ainda que artificial e provisoriamente, emprestam sentido ao mundo, contrapondo-se à absurdidade e ao caos da existência vislumbrados pelas óticas das poéticas moderna e contemporânea. De forma análoga, nota-se no poema “Minueto”, do engenheiro e poeta mineiro Iacyr Anderson Freitas (1963-), que é possível observar certa despersonalização, visto que o “eu lírico” também se mistura às palavras, dissolvendo-se:

Minueto

eis a cor por dentro
da palavra os músculos
de cada letra

(onde o mundo se mostra
: nervo espora novelos)

eis quando se alinham as formas
o caos que é todo poema
eu dançando no meio
(FREITAS, 2007, p. 16)

Esse poema, extraído da obra *Primeiras letras* (2007), pode ser considerado como um metapoema, no qual o “eu lírico” percebe a palavra como um corpo humano, com músculos e nervos, se fundindo com elas e se misturando com “o caos que é todo poema”. Essa despersonalização é um indício de que o “eu lírico” procura se diluir no texto poético para evidenciar a dificuldade de se realizar a composição de um poema na sociedade contemporânea, a qual valoriza o fugaz, o efêmero, o utilitário. Dessa maneira, pode-se inferir que o

poeta evidencia, ao imergir no mundo da palavra e se afastar da realidade, o *modus vivendi* da sociedade atual, pautado no ciclo de produção e consumo, dominado pela ideologia capitalista neoliberal, a qual vê o ser humano como apenas um instrumento de trabalho, uma matrícula, um número qualquer, uma engrenagem, uma mão-de-obra que deve ser explorada ao máximo. Uma leitura tangencial a essa pode ser feita em relação ao poema “Oficina”, de Paulo Henriques Britto:

I

Escrever, mas não por ter
vontade:
escrever por determinação.
Não que ainda haja necessidade
(se é que já houve) de
autoexpressão,

ou sei lá qual carência faminta:
toda veleidade dessa espécie
estando de longa data extinta,
resta o desejo (que se não cresce

por outro lado também não
míngua)
de estender frágeis teias de
aranha
tecidas com os detritos da
língua.

Uma ocupação inofensiva:
quem cai na teia sequer se
arranha.
(E a maioria dela se esquivava)
(BRITTO, 2012, p. 29)

No poema acima, presente na obra *Formas do nada* (2012), o “eu lírico” expressa a sua luta, o seu embate, o seu desejo de continuar escrevendo poesia, mesmo sabendo que essa espécie (de poetas) está “de longa data extinta”. Essa ideia de extinção relacionada aos poetas pode estar relacionada ao fato de que o sistema capitalista e a sociedade midiática da era da informação volátil contribuem para a minimização da importância desse tipo de composição literária, tornando-a desgastada, “inofensiva”, quase anacrônica. A

ideologia neoliberalista postula uma indústria cultural de massa, manipulável, que aliena o sujeito, ao proporcionar a ele um entretenimento “enlatado” de fácil e rápida compreensão. Para tanto, difunde aos quatro cantos do mundo globalizado que a arte da palavra é praticamente desnecessária na contemporaneidade, visto que a fruição de um poema é algo mais lento, reflexivo, solitário, postura contrária à velocidade do mundo contemporâneo. Desse modo, tem-se a ideia de que esse neoliberalismo afasta grande parte das pessoas dessa “teia” que é a poesia. Nas palavras de um dos versos do poema, “a maioria dela se esquia”.

Na poesia contemporânea, o “eu lírico” tem de se defrontar com o novo contexto de uma sociedade de massas e de mídias, na qual o sistema capitalista não mais se caracteriza apenas em termos de produção de objetos fabricados, mas também de circulação e assimilação de mercadorias por onde o que se veicula são valores culturais, por um lado heterogêneos, mas por outro lado determinados pela homogeneidade dos meios de sua circulação como informação. Os valores culturais disseminados por essa sociedade de massas e de mídias são fluidos, voláteis, efêmeros, descartáveis. De acordo com Zygmunt Bauman, trata-se de uma modernidade na qual “tudo é líquido, fluido, volátil. A modernidade é como os líquidos que ‘fluem’, ‘escorregam’, ‘esvaem-se’, ‘respingam’, ‘transbordam’, ‘vazam’, ‘inundam’, ‘borrifam’, ‘pingam’” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Nesse contexto, a poesia passa a ser evitada e desvalorizada, pois ela vai contra o tempo “ágil” dessa configuração social, visto que realiza um trabalho detido e zeloso com a linguagem, problematizando e desconstruindo, muitas vezes, essa ideologia que se pauta na exploração do ser humano, que intenciona desumanizar o sujeito e desvalorizar a arte. Para Theodor Adorno, a obra de arte terá sempre sua grandeza preservada por

possibilitar a expressão daquilo “que a ideologia esconde” (ADORNO, 1980, p. 195).

Desde a lírica moderna, a fragmentação do “eu” se tornou um tema recorrente na poesia, principalmente após o embate do sujeito perante o transcendente e a posterior proclamação da “morte de Deus”, durante a virada do século XIX para o XX, momento em que se tornou possível questionar os postulados basilares do pensamento Ocidental. A “morte de Deus” é proclamada por Nietzsche, na obra *A Gaia Ciência* (1882):

Deus está morto! Deus permanece morto! E quem o matou fomos nós! Como haveremos de nos consolar, nós os algozes dos algozes? O que o mundo possuiu, até agora, de mais sagrado e mais poderoso sucumbiu exangue aos golpes das nossas lâminas. Quem nos limpará desse sangue? Qual a água que nos lavará? Que solenidades de desagravo, que jogos sagrados haveremos de inventar? A grandiosidade deste ato não será demasiada para nós? Não teremos de nos tornar nós próprios deuses, para parecermos apenas dignos dele? Nunca existiu ato mais grandioso, e, quem quer que nasça depois de nós, passará a fazer parte, mercê deste ato, de uma história superior a toda a história até hoje! (NIETZSCHE, 2001, p. 60).

Em “Sonetinho de verão”, de Paulo Henriques Britto, nota-se a representação poética do cenário angustiado e desiludido que a lírica moderna deixou como legado para a contemporaneidade (ou modernidade tardia). Há no poema, por exemplo, a menção à ideia nietzschiana da ausência de “Deus”, ou melhor, “deus”, com letra minúscula, o que dá a ideia de que o “eu lírico” não se restringe à divindade bíblica:

Sonetinho de verão

Traído pelas palavras.
O mundo não tem conserto.
Meu coração se agonia.
Minha alma se escalavra.
Meu corpo não liga não.

A idéia resiste ao verso,
o verso recusa a rima,
a rima afronta a razão
e a razão desatina.
Desejo manda lembranças.

O poema não deu certo.
A vida não deu em nada.
Não há deus. Não há esperança.
Amanhã deve dar praia
(BRITTO, 1997, p. 18).

Após a leitura de “Sonetinho de verão”, extraído do livro *Trovar claro* (1997), observa-se que para o “eu lírico” o mundo contemporâneo, da globalização e da indústria cultural, “não tem conserto”, seguirá do mesmo modo, agonizando o sujeito, pois “não há esperança”. Como dito anteriormente, há uma referência à ausência de “deus”, seja ele de que credo/religião for. O “eu lírico” evidencia e ironiza, ao mesmo tempo, o conflito do sujeito diante de um mundo desconcertado, arrematando o poema com um verso (“Amanhã deve dar praia”) que, pelo menos aparentemente, demonstra a representação de uma postura de alheamento/resignação em relação a essa situação. Essa representação de uma posição de indiferença/aceitação frente a esse cenário angustiante da modernidade tardia não se vislumbra no poema “Felicidade”, de Iacyr Anderson Freitas:

“Felicidade”

A Júlio Polidoro

por toda a vida
procurei essa palavra
e a fortuna
me faltava

por toda a vida
sem bússola ou mapa
procurei somente
essa palavra

que agora me escapa
(FREITAS, 2007, p. 23)

No poema acima, extraído do livro *Quaradouro* (2007), percebe-se que o “eu lírico” não consegue encontrar sentido na palavra “felicidade”, escrita, de forma intencional, entre aspas, indicando a ideia de algo problematizável ou

irônico. Por meio do que está expresso no poema de Iacyr Anderson Freitas, é possível dizer que a busca do “eu lírico” por esse referido sentimento provoca incompletude, incerteza, deslocamento e, ironicamente, infelicidade. Nesse cenário, pode-se relacionar o poema com a crise que acomete o sujeito desde o advento da lírica moderna, com a representação poética das hesitações e incertezas que o mesmo passou a enfrentar desde a consolidação do sistema capitalista, a disseminação do consumismo desmedido e o triunfo da cultura de massa.

Esse conflito do sujeito encontrou-se ainda mais ampliado com a crise da cultura ocasionada pela indústria cultural: o senso de identidade e a unidade de consciência ruíram. O sujeito passou, então, a não ter mais convicção daquilo que é, tornando-se um ser despedaçado e inseguro, enfrentando uma série de aporias. O texto poético “Um estranho se apresenta”, de Iacyr Anderson Freitas, ilustra isso:

Um estranho se apresenta

Não posso me reconhecer
nos documentos que me deram.

Sinto muito,
mas essa fotografia não é
minha,
assim como não são esses
os meus pais.

Há muito me perdi,
desencontrei-me.
Sequer conheço
a mão que me escreve agora
ou a cidade que me arrasta
para uma data qualquer
nessa certidão de nascimento.

Não tenho esposa.
Não tive filhos.
Jamais poderei dizer
diante de qualquer juízo
o meu verdadeiro nome.

Meu passado não me sabe
ainda.

A meu lado, sem palavra,
urge um ouro derruído
(FREITAS, 2002, p. 30).

O texto acima, extraído da obra *A soleira e o século* (2002), exemplifica a ideia de que na cena da modernidade tardia o sujeito está fragmentado, incompleto, confuso, difuso. Essa representação é, evidentemente, uma reverberação da lírica moderna na poesia contemporânea. O “eu lírico” do poema de Freitas ilustra o resultado do processo de intensificação da massificação da cultura, promovido pela indústria cultural, por meio do qual o sujeito e o seu senso de identidade se fraturaram.

Na sociedade capitalista, o sujeito é estimulado a enxergar nos atos de “comprar” e de “possuir” uma forma de suprir as suas incompletudes e insatisfações. O capital, o poder, o consumo e a competição geram uma sociedade avessa à cooperação e à solidariedade, coisificam o mundo e o ser humano. Desde a lírica moderna, procura-se expressar esse processo, tanto no plano da forma quanto do conteúdo. Muitos poetas modernos e contemporâneos representaram/representam em suas produções poéticas – de modo muitas vezes crítico – as consequências e os dilemas que esse sistema centrado no capitalismo provoca no sujeito. No que tange a essa prerrogativa de problematização por parte da lírica diante da realidade de dominação das mercadorias sobre os seres humanos e a consequente coisificação do sujeito e do mundo, Theodor Adorno fez a seguinte colocação:

Contudo, essa exigência feita à lírica, a exigência da palavra virginal, é em si mesma social. Implica o protesto contra uma situação social que todo indivíduo experimenta como hostil, alienada, fria e opressiva, uma situação que se imprime em negativo na configuração lírica: quanto mais essa situação pesa sobre ela, mais inflexivelmente a configuração resiste, não se curvando a nada de heterônomo e constituindo-se inteiramente segundo suas próprias leis. Seu distanciamento da mera existência torna-se a medida do que há nesta de falso e ruim. Em protesto contra ela, o

poema enuncia o sonho de um mundo em que essa situação seria diferente. A idiossincrasia do espírito lírico contra a prepotência das coisas é uma forma de reação à coisificação do mundo, à dominação das mercadorias sobre os homens, que se propagou desde o início da Era Moderna e que, desde a Revolução Industrial, desdobrou-se em força dominante da vida. Mesmo o culto à coisa (*Dingcult*), pretendido por Rilke, já pertence ao círculo encantado de tal idiossincrasia, como uma tentativa de assimilar e resolver na expressão subjetivamente pura as coisas alienadas, creditando metafisicamente em favor delas essa sua alienação. A fraqueza estética desse culto à coisa, seu gesto afetadamente misterioso e sua mistura de religião e artesanato, denuncia ao mesmo tempo o real poder da coisificação, que não se deixa mais dourar por nenhuma aura lírica, nem se resgatar pelo sentido (ADORNO, 2003, p. 68-69).

Para Zygmunt Bauman, na sociedade capitalista aprende-se a conviver com “visões diárias de fome, falta de teto, vidas sem futuro e dignidade e, ao mesmo tempo, viver felizes, gozar o dia e dormir tranquilamente à noite” (BAUMAN, 1999, p. 272). Isso ocorre porque esse tipo de sociedade estimula a competitividade desmedida, tenta incutir a todo custo no imaginário do sujeito o individualismo, o desprezo e a falta de compaixão pelo outro. Evita-se, assim, o exercício da empatia e da alteridade, ampliando-se a crise do sujeito. O poema “A poesia”, de Francisco Alvim, possibilita a leitura dessa competitividade desmedida alimentada pelo capitalismo:

A poesia

Houve um tempo
em que Schmidt e Vinicius
dividiavam as preferências
como maior poeta do Brasil
Quando por unanimidade ou
quase
nesse jogo tolo
de se querer medir tudo
Drummond foi o escolhido
ele comentou
alguém já me mediu
com fita métrica
para saber se de fato sou
o maior poeta?

Estava certo
Pois a poesia

quando ocorre
tem mesmo a perfeição
do metro –
nem o mais
nem o menos
– só que de um metro nenhum
um metro ninguém
um metro de nada (ALVIM,
2011, p. 53)

O poema acima, retirado da obra *O metro nenhum* (2011), permite refletir a respeito da disputa desenfreada alimentada pela sociedade capitalista. Nele, o “eu lírico” faz referência ao “jogo tolo de se querer medir tudo”. Com um tom de humor e de ironia, o poema de Francisco Alvim tematiza a poesia e expressa a astúcia da postura da personagem Carlos Drummond de Andrade, o qual, no poema, refuta com uma sarcástica brincadeira o título de “maior poeta do Brasil”, ao fazer a seguinte pergunta, expressada em versos pelo “eu poético” de “A poesia”: “alguém já me mediu com fita métrica para saber se de fato sou o maior poeta?”.

A maneira de ver e de sentir próprias do espírito lírico moderno ecoam na poesia contemporânea, a qual também se volta para as circunstâncias, hesitações e dilemas que continuam a repercutir na crise do sujeito. Os poemas aqui analisados evidenciam um modo de pensar, problematizar e representar o processo de coisificação da existência, do mundo e dos seres humanos, acentuado pela sociedade capitalista neoliberal. Nesse sentido, é possível dizer que os poetas Paulo Henriques Britto, Francisco Alvim e Iacyr Anderson Freitas são representativos desse espírito lírico na poesia contemporânea brasileira, visto que seus respectivos poemas possibilitam refletir acerca dos questionamentos que se impõem ao sujeito na modernidade tardia, expressando em versos as múltiplas incertezas e contradições que atingem o sujeito na contemporaneidade.

Referências

ADORNO, Theodor. Lírica e sociedade. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos*. Trad. José Lino Grünnewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ADORNO, Theodor W. Palestra sobre lírica e sociedade. In: _____. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 65-89.

ALVIM, Francisco. *Poemas [1968-2000]*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

ALVIM, Francisco. *O metro nenhum*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. *Poesia e prosa*. Trad. Alexei Bueno *et al.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITTO, Paulo Henriques. *Trovar claro*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

BRITTO, Paulo Henriques. *Tarde*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BRITTO, Paulo Henriques. *Formas do nada*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

FREITAS, Iacyr Anderson. *A soleira e o século*. São Paulo: Nankin, 2002.

FREITAS, Iacyr Anderson. *Primeiras letras*. São Paulo: Nankin, 2007.

FREITAS, Iacyr Anderson. *Quaradouro*. São Paulo: Nankin, 2007.

FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX*.

Trad. Marise M. Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia: tensões na poesia modernista desde Baudelaire*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. *Formalismo & Tradição Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1974.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Submissão: julho de 2021

Aceite: setembro de 2021.

ENTRE A LIBERDADE E O CONTROLE DO SUJEITO: EMPRESARIAMENTO E BIOPODER DA VIDA ÍNTIMA NA CONTEMPORANEIDADE

Anísio Batista Pereira¹
Bianca Ayala Melo Di Alencar²

Resumo: A presente investigação objetiva problematizar/refletir em que medida nossos desejos de prazer são capturados e objetivados, reduzindo, a partir dessas estratégias de empresariamento, nossa possibilidade de resistência e de exercício de uma subjetividade singular. O *corpus* consiste em propagandas de produtos sexuais e de reportagens sobre as determinações governamentais em relação a essas práticas, no sentido de coibi-las. Para tanto, tomaremos como suporte teórico-metodológico algumas formulações de Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018), pelas explicações de sexualidade, verdade, subjetividade e biopolítica/biopoder, com o auxílio dos teóricos Pierre Dardot e Christian Laval (2016) no que concerne à cultura de empresa e a nova subjetividade. As análises apontam para uma contradição que pode dividir o sujeito em relação à sua posição frente aos incentivos da mídia e às interferências proibitivas do governo, suscitando comportamentos de resistência e de práticas de liberdade nesses jogos de verdade sobre o exercício da sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade. Verdade. Subjetividade. Biopolítica.

BETWEEN FREEDOM AND SUBJECT CONTROL: ENTREPRENEURSHIP AND BIOPOWER OF INTIMATE LIFE IN CONTEMPORARY

Abstract: The present investigation aims to problematize/reflect to what extent our desires for pleasure are captured and objectified, reducing, from these entrepreneurship strategies, our possibility of resistance and the exercise of a singular subjectivity. The corpus consists of advertisements for sexual products and reports on government determinations in relation to these practices, in order to curb them. For this, we will take as theoretical-methodological support some formulations of Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018), through the explanations of sexuality, truth, subjectivity and biopolitics/biopower, with the help of theorists Pierre Dardot and Christian Laval (2016) regarding company culture and the new subjectivity. The analyzes point to a contradiction that can divide the subject in relation to his position in the face of media incentives and prohibitive government interference, raising resistance behaviors and practices of freedom in these truth games about the exercise of sexuality.

Keywords: Sexuality. Truth. Subjectivity. Biopolitics.

1 Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/FAPEMIG). É membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: pereira.anisiobatista@ufu.br

2 Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão - UFCAT. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Analista de Gestão Governamental junto à Universidade Estadual de Goiás. Doutoranda junto ao PPGEI da UFCAT e discente integrante do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão - LEFGO. E-mail: biancaayalamelo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o exercício do poder imanente das relações sociais, os regimes de verdade se configuram em um campo efervescente nesse contexto, que para além dos aspectos cultural e econômico, a vida íntima tem se tornado alvo para a projeção do controle. Com o advento e a facilidade de acesso às tecnologias digitais, conteúdos de todas as naturezas são postados e compartilhados a todo momento, inclusive propagandas com oferta de produtos, dentre eles, os vinculados ao comércio sexual, em que os discursos sugerem excelente desempenho/gozo no uso e manipulação de produtos eróticos, propiciando a produção de subjetividades performáticas, com vistas à eficácia e ao alto rendimento sexual. Essas práticas de ofertas rumam em direção ao exercício do poder na atual sociedade do controle, cujos regimes de verdade exercem a função de coerção mercadológica, produzindo subjetividades segundo essas esferas de circulação de conteúdos.

Essa produção e dispersão propagandista na mídia digital, em especial nas redes sociais, local em que se observa a circulação de discursos publicitários, com todas suas estratégias de convencimento do público leitor, da sociedade conectada, instaura uma obrigação à adesão de compra. Sobre esse tipo de discurso, Nery (2005) aponta que se trata de um jogo de sedução que aciona elementos como valores e gostos, no sentido de intermediar entre o produto e o consumo “[...] propondo soluções de problemas, ou seja, para fazer valorizar um produto a publicidade aponta quais os problemas do consumidor a serem resolvidos pelo consumo daquele produto” (NERY, 2005, p. 17).

Para tanto, regimes de verdade são construídos, tendo em vista a satisfação dos prazeres, de um lado, e a necessidade de venda para a arrecadação, de outro. Esses discursos funcionam de forma a não correr riscos de resistência por

parte dos consumidores, já que a prática sexual se constitui uma dimensão considerável para a realização dos prazeres e à conquista da felicidade humana, criando no sujeito uma solução dos possíveis problemas sexuais nele apresentados.

Embora materialize um discurso milagroso em relação à satisfação íntima do sujeito, por outro lado vale destacar que, no governo atual, que tem proliferado o discurso de regras de conduta vinculadas sobre o “cidadão de bem”, a vetação quanto a determinadas condições dessas práticas sexuais tem sido disseminada para o exercício do controle. Podemos destacar, como exemplo, a abstinência sexual, que na época de sua produção foi alvo de uma gama de memes nas redes sociais, bem como a determinação dessa prática somente a partir de certa idade. Tendo em vista que nesse governo um dos aspectos determinantes é seguir as doutrinas da moral cristã, a qual serve de base para a fundamentação desses controles, o sujeito é colocado entre duas coerções opostas: de um lado as propagandas de incentivo à prática e, de outro, as regras de proibições do governo. Além disso, a própria ação governamental apresenta contradição nesse sentido, haja vista que o resultado positivo em relação a números (capital) é o que mais se importa, e as regras sexuais podem resultar em redução desses números pelo encolhimento comercial desse setor.

Pensando nas determinações desses dois mecanismos de controle sexual, que parecem surtir um efeito oposto e que influenciam na constituição de subjetividades, objetivamos analisar e refletir sobre esse empresariamento/controle das práticas sociais na contemporaneidade. Para o delineamento das questões centrais, levantamos as seguintes indagações: como os discursos publicitários têm incentivado às práticas sexuais como promessas de satisfação íntima?; quais regras de conduta vinculadas à biopolítica/biopoder têm se manifestado no atual governo para o controle

dessas práticas?; quais os possíveis efeitos dessas práticas discursivas contraditórias na constituição de subjetividades, inclusive as singulares? Pensando nessas problematizações, propagandas de produtos sexuais, bem como reportagens sobre a biopolítica/biopoder em relação às práticas íntimas compõem nosso recorte para análises. Para tanto, serviremo-nos do suporte teórico-metodológico de Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2008a; 2008b; 2010; 2016; 2018) no que concerne às abordagens de sexualidade, verdade, subjetividade e biopolítica/biopoder. Além disso, a teoria sobre cultura empresarial e sua relação com a produção de subjetividade, de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), será acionada nesse empreendimento. Procuraremos então responder às questões propostas, com as teorias e as análises caminhando juntas, delineando as discussões para as considerações finais.

O EMPRESARIAMENTO DA VIDA SEXUAL DO SUJEITO: ALGUMAS REFLEXÕES

A prática da sexualidade sempre foi um aspecto polêmico na sociedade, tendo em vista seu controle pela ética e pela moral cristã, além da interferência pelo Estado, instâncias que determinam o que pode ou não ser dito/praticado sobre esse importante dispositivo no que tange à constituição de subjetividades. Por outro lado, observa-se uma efervescência de comerciais de produtos eróticos, despertando o desejo e incentivando o sujeito às práticas sexuais.

Na dimensão da manifestação singular, vinculada ao desejo da carne e ao prazer que, embora a prática sexual seja realizada com o outro, seu caráter apela para um aspecto individual. Foucault, em suas obras sobre a história da sexualidade, sinaliza para os *aphrodisia*, que “são atos, gestos, contatos, que proporcionam uma

certa forma de prazer” (FOUCAULT, 1984, p. 39). Trata-se de uma prática subjetiva e uma forma de se relacionar consigo mesmo e com o outro, envolvendo um gesto em direção ao uso dos prazeres como mecanismo de constituição. “Essa dinâmica é definida pelo movimento que liga entre si os *aphrodisia*, pelo prazer que lhes é associado e pelo desejo que suscitam” (FOUCAULT, 1984, p. 39, grifo do autor).

Muitas vezes o que é interditado, proibida a sua discussão e a sua prática, se constitui em uma prática que é fortemente buscada pelo sujeito, cuja vontade de saber e de praticar é atizada, funcionando de modo contraditório nessa mecânica entre sujeito da sexualidade e sociedade que controla essa sexualidade. Nesse movimento, observa-se que a “realização do ato seja associada a um prazer; e é esse prazer que suscita a *epithumia*, o desejo, movimento dirigido por natureza para o que “dá prazer”, em função do princípio lembrado por Aristóteles: o desejo é sempre “desejo da coisa agradável [...]” (FOUCAULT, 1984, p. 42).

Outro ponto a ser observado, nessa prática que envolve a sexualidade, com destaque para o desejo e o prazer como produto dessa realização, é o cuidado de si, que se configura como uma cultura de si. Nesse aspecto, destaca-se o mecanismo da relação de si consigo mesmo, a atenção que deve ser dada para consigo mesmo. Esse retorno a si mesmo, como forma de respeito ao próprio corpo e ao espírito, “é a modalidade, a amplitude, a permanência, a exatidão da vigilância que é solicitada; é a inquietação com todos os distúrbios do corpo e da alma que é preciso evitar por meio de um regime austero [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 46-47).

Na esteira desse processo de busca por realização desse desejo, como é abordado por Foucault, trabalharemos nesta seção os modos como a coerção comercial funciona como mecanismo que despertam os desejos sexuais,

despertando os *aphrodisia* nos sujeitos. Nosso primeiro material de busca partiu de uma página impressa da revista *Nova* (2014) na qual há dicas de cinema *hot on line* como matéria da sessão *Sexo Lacrado*. Dentre as indicações para acesso às sessões, há páginas gratuitas, cujas páginas da internet são *pornhub*, *redtube* e *youporn*. Dentre as opções, escolhemos a *redtube*, por se aproximar mais aos objetivos desse trabalho, visto que há na própria descrição desse site/sessão a definição de inscrições de sexo performático, ao dizer que “nele é mais difícil encontrar um pornô leve, então é uma boa opção para quem prefere sexo com uma pegada mais *hardcore*”.

Após eleição do site de busca, procuramos o menu, e nele, buscamos os vídeos mais vistos. Na página de oferta dos mais vistos, encontramos um anúncio com os seguintes dizeres: “Quer ter um pau de 23 cm? Método 100% caseiro”.

Figura 1³ (editada) – Método caseiro para aumento peniano



Ao clicarmos no anúncio, o internauta é direcionado à página com logomarca de um jornal de grande circulação, mas se trata de grosseira montagem, uma espécie de *fake*, cuja matéria se intitula “É possível aumentar o pênis de forma natural? Conheça a história desse bancário”. Logo de início, publicam a seguinte imagem:

Figura 2⁴ – Método natural para aumento peniano



“Todo homem gostaria de um pênis maior, mais potente e mais grosso”. Revela médico urologista. (Foto; reprodução)

A foto é uma banana, cuja dimensão é maior do que aquela medida na fita métrica. Prática essa que, segundo a reportagem, é comum entre homens, pois afirma que “a maioria já tem os centímetros na ponta da língua”. Para análise, recortamos alguns enunciados (sequências discursivas – SD), os quais não esgotarão no estudo a que nos propomos, mas poderá servir de material para outros que guardem com ele regularidade temática. Os recortes são:

SD 1: Vivemos em uma sociedade na qual o membro masculino é visto como sinônimo de poder - e quem desejaria um poder pequenininho?

SD 2: um novo tratamento que promete aumentar o tamanho do pênis, potencializar as ereções e prolongar a ejaculação de forma 100% natural; (grifo do autor);

SD 3: Se você deseja: aumentar o pênis de 8 a 12 cm; ter uma ereção forte e sustentada, mesmo depois da ejaculação; durar até 98% a mais na hora do sexo; sentir mais prazer e dar orgasmos pra sua parceira; se recuperar rapidamente e transar de 3 a 5 vezes por noite;

SD 4: Nunca mais vai se sentir com medo na cama, a partir do momento que começar *a usar*

3 Disponível em: <<https://www.redtube.com.br/mostviewed>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

4 Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

vai se sentir confiante, cheio de tesão e pronto para fazer de tudo quantas vezes você quiser;

SD 5: Cansado da humilhação e vergonha por ter um pênis pequeno, ele sofria ao ter que tirar as calças perto de uma mulher na hora do sexo;

SD 6: Não existe milagre aqui, é simplesmente um método científico que funciona para qualquer homem [...] diz Dr Renan Lima (grifo do autor);

SD 7: [...] a solução existente mais segura, econômica e comprovada [...];

SD 8: [...] testado e aprovado pela ANVISA.

Na SD 1, a questão do poder é materializada enquanto substância, diferentemente das lições empreendidas por Michel Foucault (2010). Para o filósofo, as relações de poder são de ordem relacional, atomística, dada sua perspectiva microfísica. O anúncio, quando afirma que o prazer está adstrito ao tamanho do órgão sexual, indicativo dessa perspectiva como substância do poder, desconsidera a singularidade dos desejos, passando a generalizá-los e padronizá-los a uma perspectiva apenas, a do enunciador do anúncio, aquele, cuja proposta é mercantilizar o prazer sexual, o gozo, atribuindo-se valor de mercado às características físicas do pênis.

Ao discorrer sobre o panóptico de Bentham, Dardot e Laval (2016, p. 325) asseveram que “O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento”. Nesse sentido, o governo da sexualidade, aqui materializado na forma de anúncio, conduz os interesses, valendo-se de elementos que são (re)conhecidamente históricos,

que é o motivo pelo que se luta cotidianamente, como bem explicou Michel Foucault (2014) quando teoriza que o desejo pelo poder ocupa um lugar de honra nas lutas.

Como o que se quer e pelo que se luta é o poder, conforme teorizou o filósofo francês, atribuir poder ao tamanho de um órgão sexual funciona como recurso estratégico, visto que associa a dimensão física peniana à quantidade de poder que o indivíduo possui. Na perspectiva do anúncio, o conceito de verdade sobre o poder orienta os consumidores que desejam melhorar sua performance na atividade sexual, de modo que fabricará seu desejo em adquirir um produto capaz de, eficientemente, atingir o objetivo de desempenho e gozo, ação essa que desconsidera singularidades sexuais ao assegurar que o tamanho é garantia de satisfação e realização.

O desejo guarda estreita relação com a produção/formação da subjetividade, porquanto é algo que diz respeito à psiqué humana. Nesse sentido, a função da relação estabelecida pela matéria é de ordem estratégica, buscando-se fabricar interesses com vistas a governar o consumo de produtos que prometem o resultado ofertado no anúncio, e governar, de consequência, a atividade sexual. Nesse sentido, a SD 5 guarda relação com a SD 1, pois, quem não tem ou não promover meios de ter um órgão sexual na medida indicada pela matéria, corre o risco de ser humilhado e envergonhado por uma mulher na hora do sexo. Para além disso, o enunciado remete a discursos heteronormativos, dado que o anúncio é para homens que se relacionam com mulheres.

Agrupamos as SDs 2 e 3 dentro da regularidade temática, que é o *dispositivo de eficácia*, descrito por Dardot e Laval (2016, p. 324) como “um arranjo de processos de normalização e técnicas disciplinares [...] foi ele que produziu incessantemente as mentes e os corpos aptos a funcionar no grande circuito da produção e do consumo”. A estratégia empregada,

para a venda do produto que aumenta o tamanho do órgão sexual, produz incessantemente corpos que pensam e funcionem segundo esta perspectiva, a do quanto maior, mais eficaz. A eficácia materializou-se nos ditos sobre potencialização, prolongamento da ereção, ereção forte, duração de até 98% a mais, sentimento de dar mais prazer, recuperação rápida e rendimento;

Dardot e Laval (2016, p. 324-235) asseveram que “o princípio geral da eficácia é uma gestão das mentes”. Em sendo assim, o anúncio empreende estratégias com o escopo de fabricar subjetividades que funcionem a atividade sexual em consonância com o governo que produziu sentidos de que o exercício do poder na atividade sexual esteja relacionado com o tamanho do órgão sexual, e somente esse padrão é capaz de produzir prazer na relação sexual, definindo inclusive a porcentagem que se espera de rendimento numa atividade sexual, próxima de 100%; quem não estiver “enquadrado” nesse modelo performático está, fatalmente, fadado ao fracasso sexual, humilhação e vergonha. Enquadramos como fatal, pois, ao fabricar modelos performáticos, a subjetividade no âmbito da sexualidade é capturada, restringindo-lhe a liberdade, aproximando-se de um estado que impossibilite resistência ou meios de fuga, por conter, no elemento estratégico, o componente do desejo de poder de rendimento e eficácia.

Por fim, consideramos as SDs 6, 7 e 8 também como jogo estratégico, no qual mobilizou-se o saber/poder para convencer o potencial consumidor de que o produto deve ser adquirido dada sua eficácia científica, com efeitos colaterais praticamente nulos, pois promete produzir o efeito desejado de forma natural; no enunciado “Não existe milagre aqui, é simplesmente um método científico que funciona para qualquer homem [...]” o recurso estratégico utilizado inclui um saber, proferido por uma autoridade em saúde, que é um médico, fazendo funcionar como estratégia para gerar

confiabilidade e segurança ao produto ofertado, além da garantia de que se trata de investimento sem riscos para otimizar a performance sexual, no entanto, em momento algum menciona-se a qual Conselho Regional o médico está vinculado, ou mesmo algum meio que possibilite o seu acesso ao profissional. Outro componente estratégico foi o de informar que o produto ofertado é aprovado por um órgão fiscalizador oficial, prática essa que funciona como jogo/estratégia de poder no resultado que se pretende produzir, que é convencer de que o produto tem a eficácia chancelada pelo poder público, portanto, deve ser adquirido. Abaixo, a figura que orienta o convencimento do potencial adquirente.

Figura 3⁵ – Garantia de resultado do produto

Garantia de 30 dias! Ou seu
pênis aumenta ou você recebe
seu dinheiro de volta



Acerca da garantia de que o produto será devolvido em 30 dias, se não surtir efeito, vê-se que o anúncio se vale de uma mensagem com viés sem respaldo legal, visto que os produtos vendidos fora do estabelecimento comercial facultam ao consumidor, conforme Código de Defesa do Consumidor⁶ (CDC), o direito de desistir do contrato, no prazo de 7 dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.

Compreendemos aqui que a o *Dispositivo de eficácia funciona* como impeditivo para o consumidor

5 Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

6 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

reinvidicar o seu direito de desistir da compra do produto, pois seu desejo foi capturado e governado pelo respectivo *dispositivo*, cujo objetivo é fazer funcionar o entendimento em conformidade com o padrão de alto rendimento; a mente capturada, mesmo que insatisfeita com o resultado do produto, não se vê sujeito de direito a reivindicar desistência da compra, pois isso poderia ser associado a um possível fracasso sexual. A eficácia ganha outro status diferente dos princípios norteadores do Código consumerista, que considera o consumidor como parte mais vulnerável da relação de consumo, assegurando-lhe o direito de devolução no caso de insatisfação, em casos de vendas realizadas fora do estabelecimento comercial.

Como efeito dessas ofertas que atendem ao funcionamento do *Dispositivo de eficácia*, realizamos buscas na internet, digitando a palavra *produtos eróticos*, as quais nos direcionaram a várias páginas com ofertas de produtos que contenham discursos publicitários que incentivam práticas sexuais com uso/manuseio de produtos com promessas de satisfação íntima, conforme veremos. No site intitulado *Lolla*⁷, na aba diversificados, há ampla gama de oferta de produtos, cuja descrição é: produtos eróticos, vibradores, pênis realístico, cosméticos eróticos, lingerie, sado fetiche BDSM, sexo anal, produtos divertidos, *sex shop* masculino, ambiente romântico e saúde sexual. Para cada seção dessa, há subseções que especificam os produtos de cada uma.

Dentre as seções desse site, detemo-nos a analisar o que o site denominou como produtos divertidos. Foi o que escolhemos, a fim de seguirmos uma regularidade com o analisado acima, no que diz respeito à denominação do que é definido como sendo eficaz para promover diversão. Na seção destinada a produtos divertidos, há várias subseções intituladas: “artigos para festa,

cartões, diversos, jogos eróticos, literatura e vídeo e presentes sacana”. Para nossas análises, escolhemos os itens de artigos para festa.

Na subseção de artigos para festa, encontramos oferta de a) Facas Sacanas em Formato de Pênis, b) Troféu Word Champion O Melhor Seio, c) Vela no Formato de Vagina, d) Jogo de Guardanapo - Corpo feminino Com Seios; e) Kit com 10 canudinhos em formato de Pênis coloridos, f) Kit com 10 canudinhos em formato de Pênis, g) Chupeta Divertida Pênis, h) Corneta erótica Pênis, i) Vela em Formato de Pênis 13 cm - Cores Diversas, j) Abridor de Garrafa Sacana, Colheres em formato de Pênis; k) Jogo de 5 velas em formato de Pênis, l) Copos Sacanas - 06 unidades. Observamos que no item “a” consta um anúncio de oferta orgástica e nos itens “b” e “d” constam descontos de 50% e 20% respectivamente.

Michel Foucault (2008a) teorizou acerca da não aleatoriedade no aparecimento dos enunciados. Na seção de itens considerados divertidos, verificamos haver predominância de oferta de produtos que fazem referência ao pênis, bem como prevalência de oferta de produtos em formatos indicativos de práticas de sexo oral, como no caso dos canudinhos, da chupeta, da corneta e das colheres. O sentido que se atribui à “festa divertida” é materializado na seção de produtos divertidos ao relacionar diversão predominantemente ao pênis. Em razão da localização do item *artigos para festa* estar localizado nessa seção, a relação que se pode estabelecer é que o pênis tem o *podium* do prazer e da diversão, atributos característicos de uma festa/confraternização e, que além de tudo é ter personalidade, vontade própria, dada a gama de itens que levam sua insígnia. Já os itens relacionados à vagina, precisam ser acendidos (velas), estimulados, atribuindo-se-lhe sentido também de algo a ser conquistado, pois sua representação é um troféu, demonstração de que foi objeto de conquista e não como ação de conquistar. No caso

7 Disponível em: <<https://www.lolla.com.br/diversao-e-presentes-artigos-para-festa/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

do item guardanapo, os seios são também dados como objetos, cuja função é limpar bocas, mãos ou superfícies sujas. Do sentido de poder e de objeto que se atribui aos órgãos sexuais, compreendemos que há unidade na dispersão da performance que se espera de um órgão sexual em detrimento de outro, e da forma mais correta de proporcionar prazer, pelo tamanho e lugar imperioso do *sexo rei*.

A oferta desses produtos objetivam os sujeitos consumidores, reforçando a cultura da valoração do pênis, o que explica a variedade de oferta de produtos em redes sociais, a performance em relação à atividade sexual e as verdades fabricadas em função do *dispositivo de eficácia*. Nesse sentido, consideramos as posições-sujeito do atual governo frente à sexualidade, como silenciador de alguns discursos e lutas por direitos ao estabelecer quais condutas seriam mais adequadas aos sujeitos, produzindo, no mesmo sentido das matérias, a hiper valoração de subjetividades performáticas, as quais produzem exclusão, uniformiza desejos e práticas sexuais, fulminando o exercício de liberdades com vistas a materialização de singularidades sexuais, questões essas serão problematizadas na seção seguinte.

A BIOPOLÍTICA/BIPODER E A REGULAÇÃO SEXUAL DA POPULAÇÃO

Os debates em torno da sexualidade sempre foram alvos de polêmica em todas as sociedades e na atual, embora a difusão dos meios de comunicação em massa acabam por facilitar uma abertura sobre essa questão, não se pode afirmar que essa dimensão do sujeito caminha no meio social com tranquilidade. Por outro lado, faz-se necessário uma persistência nesse contexto, haja vista a importância das práticas e informações/

esclarecimentos em torno desse aspecto humano que apresenta uma relevância na constituição de sujeitos.

Na história do presente o acesso às informações de todas as naturezas nunca foi tão facilitado pelo advento das tecnologias de comunicação/informação, em que muitas questões são colocadas à mesa e têm sido alvo de polêmicas, como a sexualidade, por exemplo. Essa dimensão de constituição do sujeito oscila socialmente entre o desejo da carne e a privação das práticas e das informações que quase sempre passam por interdições, estas vinculadas à moral cristã, que permeia uma relação consigo e com os outros de acordo com os padrões estabelecidos e que ditam normas que todos devem segui-las.

Na contramão das problematizações elencadas na seção anterior, nesta pretendemos delinear como a biopolítica tem funcionado como ferramenta de controle social na esfera sexual, na contemporaneidade, no atual governo. Foucault (2008b, p. 61) destaca que “[...] é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governos. E que a finalidade dessa razão governamental é a manipulação de interesses. É o que tem circulado no atual governo e que podemos observar na produção de discursos nas mídias digitais. Sousa (2012, p. 44) acrescenta que “A biopolítica mobiliza outro componente estratégico, que é a gestão da vida incidir não mais sobre os indivíduos, mas sobre a população enquanto espécie. Aqui o corpo é atravessado pela mecânica do vivente, como suporte de processos biológicos”.

Seguindo os pressupostos de Foucault (2008a), em que os discursos são produzidos historicamente e em meio a certas condições para a

sua emergência, pretendemos analisar como o atual governo tem interferido nessa questão que envolve aspectos singulares (íntimos) e sociais, cuja ética determina os modos de vida e como a produção de verdades nesse campo possibilitam a emergência de modos de subjetivação na atual sociedade do controle.

Na história da sexualidade, bem como é problematizado na literatura sobre essa questão, a sexualidade sempre foi um aspecto regulado, tratado de forma tal a apontar para algo a ser resguardado e Michel Foucault conduz essa problemática em distintas dimensões, que vai desde a vontade de saber até as confissões da carne. Nesse percurso, perpassa também pelo cuidado de si e pelo uso dos prazeres, com o intento de nos mostrar as condições de funcionamento da sexualidade nas sociedades e como os regimes de verdade instaurados nesse aspecto sempre estiveram à margem de uma abertura que pudesse ser considerada como natural.

Quando se trata de educação sexual, ainda que esses saberes são propagados com a finalidade de se promover a educação nesse campo, prevalecem tabus nesses espaços, como se fosse uma temática a ser preservada, algo proibido a ser discutido, comentado, esclarecido. Vinculada a um aspecto íntimo do sujeito, embora útil e sendo uma questão de satisfação dos próprios desejos, a sociedade trata esse elemento como algo a ser encoberto. “As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

A privação das crianças sobre a sexualidade, como sujeitos que não devem saber, obterem informações acerca desse elemento constitutivo, funciona sob dois viés na sociedade: a imaturidade do corpo e a não realização dessa prática, legitimando os processos de interdição, ainda mais que em relação aos adultos. Essa distinção que funciona na sociedade contemporânea acaba

por classificar os saberes que podem ser ditos e os que devem ser interditados, como se observam nos filmes pornográficos e programas televisivos denominados como “adultos”, que anulam a sexualidade infantil.

Esse silenciamento sempre se manteve como norma intacta sobre a sexualidade, que provoca o sujeito a um enfrentamento, ainda que de modo discreto, a ir em busca dos saberes e dos prazeres que se revelam como proibidos. Foucault nos brinda com suas observações acerca dessa questão:

Explicam-nos que, se a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente. (FOUCAULT, 1988, p. 11)

Frente às proibições que pairam sobre a sociedade, em especial a contemporânea, denominada pelo mesmo teórico destacado como sociedade do controle, vale mencionar que na maioria das vezes os discursos proibidos são exatamente os que aguçam o sujeito, o que lhe provocam a vontade de saber, de libertar-se das verdades estabelecidas em detrimento de outras. Adentrar-se no universo das verdades interditadas seria fugir à norma, ir para além do que prega o código de ética de determinada época (considerando que no campo da sexualidade essa ética não tem alterado, pois continua se sobressaindo na esfera da repressão) é transgredir-se socialmente e também singularmente.

A vigilância que sempre perdurou na sociedade, como verdade que provoca modos de subjetivação, inclusive na sociedade contemporânea, sempre esteve ligada à uma moral cristã, inclusive veremos mais adiante nas análises das reportagens sobre a sexualidade e a imposição governamental. A prática do sexo, de acordo com

uma parcela ultraconservadora religiosa, deve ser entendida e aderida como fruto do matrimônio, tendo a procriação como única justificativa para essa manifestação. Na esteira dessa moral como regime de verdade, o cuidado com si mesmo “é a importância de se respeitar a si mesmo, não simplesmente em seu próprio status, mas em seu próprio ser racial, suportando a privação dos prazeres ou limitando o seu uso ao casamento ou à procriação [...]” (FOUCAULT, 1985, p. 46-47).

A prática da sexualidade como condição adstrita ao casamento sempre esteve latente como verdade a ser seguida na história das sociedades, embora na atualidade esse mandamento vem perdendo rigor. Dessa vigilância abstrai-se o valor atribuído à virgindade para a moça, até mesmo como condição para se vestir de branco ao se dirigir ao altar. Como o sexo, sob essa premissa, deve ser praticado apenas para a obtenção de filhos, coloca o desejo singular na condição de reprimido:

E é um facto que por quatro ou cinco vezes pelo menos, e sobre pontos essenciais, Clemente transcreve quase palavra a palavra sentenças do estóico romano. E assim sobre o princípio de que a união legítima deve desejar a procriação; sobre o princípio de que a busca do prazer por si só, ainda que no interior do casamento, é contrária à razão; sobre o princípio de que se deve poupar à mulher toda a forma indecente de relações; sobre o princípio de que, quando se tem vergonha de uma acção, esta é uma falta. (FOUCAULT, 2018, p. 27)

Condicionada ao casamento, a realização do prazer, pela ótica da teoria foucaultiana, deve se dar sempre em função de uma união que motiva a lógica dos aphrodisia, isto é, a razão que habita a condição conjugal e que configura uma ética permissiva de saciação do prazer. A prática sexual pelo simples desejo e prazer, nesse caso, se constitui uma transgressão, uma fuga à regra do cristianismo tradicional, pois, ainda que no interior de uma vida conjugal, a condução dessas práticas tem seu disciplinamento condicionado às regras da religião.

Essas regras sociais no que tange às práticas sexuais vêm se perpetuando ao longo dos tempos, problematizadas pelo teórico em questão, nas sociedades clássicas, e que essas formas de condução de si sempre se mantiveram no rol do que é passível de interdição. Tomando por base a moral cristã, que prega os modos de condução dessas práticas, é preciso considerar que nesses modos de subjetivação vinculados à sexualidade, os aspectos verdade e poder sempre se mantêm na esteira de elementos indissociáveis nesse movimento.

Afinal, o que está em jogo nesse processo de proibição/interdição das práticas sexuais como algo a ser silenciado e que deve ser conduzido de acordo com certos princípios, inclusive pelo que dita o Cristianismo? Podemos apontar para os jogos de verdade que privilegiam determinadas verdades em detrimento de outras, tomando por base um aliado indissociável nesse processo que é o poder. O pensador supracitado então declara que “[...] procuro fazer aparecer essa espécie de camada, ia dizer essa interface, como dizem os técnicos modernos, a interface do saber e do poder, da verdade e do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 229).

Em uma sociedade do controle, em que os modos de subjetivação se dão por meio da instauração de verdades, digamos, mais democráticas, cujo acesso, sobretudo por meios digitais de práticas discursivas, ditam formas de vida, em que o exercício do saber e do poder parecem ganhar status de verdade absoluta, regras a serem seguidas. A interferência governamental sobre a população, por exemplo, se dá por meio de estratégias que visam atingir a todos, inclusive a sexualidade, por meio de mecanismos sutis de se estabelecer certas regulações sobre a sociedade, tomando por base a denominada razão governamental.

Para ilustrar essa interferência nas condutas em relação à sexualidade, acionamos duas reportagens publicadas na mídia digital, das quais

recortamos algumas sequências para uma breve análise. A primeira delas, publicada em 28 de janeiro de 2020, é do correspondente europeu Jamil Chade e intitula O ventre como instrumento de poder⁸, apresenta como subtítulo: Governo Bolsonaro propõe abstinência, mas veta educação sexual na ONU e recebe aplausos de sauditas e ultraconservadores. Trata-se de uma pauta do governo Jair Bolsonaro (sem partido) cuja tônica central seria promover uma interferência na prática sexual, em especial das mulheres.

Ressalta-se que essa reportagem apresenta um efeito de memória no que tange ao controle do corpo feminino, tendo em vista que, historicamente, de acordo com a moral cristã, a virgindade é um valor inestimável que precisa ser preservado. Esse efeito pode ser entendido a partir das observações de Courtine (2009), em que um enunciado se relaciona com outros e aqueles já produzidos em outros momentos são reatualizados na enunciação e passam por movências de sentidos. Então, na condição de ser o centro da reprodução humana, cujo ventre gera filhos, as imposições e tentativas de controle sempre se manteve no centro desse sujeito feminino, em especial pela sua condição biológica como justificativa para tal.

O discurso da reportagem materializa um plano de governo que visa o estabelecimento de uma abstinência sexual, medida que tornou-se alvo de polêmicas na mídia digital, em especial nas redes sociais, sendo motivo de resistências de grande parte dos internautas por meio de distintas estratégias, em especial os memes. A abstinência tinha como alvo central adolescentes e mulheres, em que o governo discursiviza sobre a retirada dos documentos da ONU e da OMS qualquer referência sobre educação sexual. Tampouco aceitaram qualquer menção à saúde e direitos reprodutivos, sempre sob o argumento de que tais

8 Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opinion/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html?rel=mas>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

termos poderiam abrir caminho para a promoção do aborto. Observa-se a instauração de um regime de verdade em detrimento de outro, na qual o sujeito apela por uma possível prática que caminha na contramão dos princípios éticos e cristãos, considerados inconvenientes para a sociedade brasileira na atualidade.

Esse discurso funciona como tentativa de exercício de controle sobre o corpo da mulher, como uma política integrante da agenda ultraconservadora-religiosa. Sugere-se o que fazer com o corpo, enquanto recusa-se a aceitar a educação sexual como um direito básico. Retira-se o direito de saber para garantir autonomia sobre seu corpo e, ao mesmo tempo, uma campanha é promovida para dizer quando a mulher deve manter relações sexuais. Essa política entra na esteira de prática sexual realizável somente ao sabor da conveniência, isto é, de que há um modo correto de realizar a relação sexual, preferencialmente, no interior do casamento, em atendimento a valores morais conservadores.

O regime de verdade aderido pelo governo tem por estratégia o exercício do controle da população, em especial a feminina, apresenta seu limiar em outra dimensão que não a brasileira, haja vista que a referência de governo em questão toma como modelo padrões norte-americanos. Nesse país, como é assegurado na reportagem, o adiamento do início da prática sexual apresenta-se como um impacto saudável. Nesse sentido, o governo brasileiro vale-se de saberes conservadores como estratégia de reforço para o exercício do biopoder, o qual exclui a educação sexual de seu programa de governo e adere a outros regimes de verdade que lhe parecem mais convenientes. Neste caso, a abstinência se transforma num instrumento de poder. E não em uma opção de saúde pública.

Outros aspectos povoam o discurso em questão, dos quais o mecanismo da biopolítica procura se servir como estratégia de poder e

controle, interferindo o governo na conduta sexual da sociedade, governando-lhe condutas, ditando subjetividades, na mesma esteira das análises de oferta de produtos acima delineadas, sendo aqui, a produção de subjetividades performáticas, no sentido de padronizar práticas sexuais e desejos que tenham como parâmetro a conformação de um padrão familiar, e conservador. Pelo mundo, diferentes governos ultra-conservadores vêm promovendo políticas “pró-família”. Mas, em cada uma delas, a única que parece ser ignorada é a posição da mulher. Seu corpo, na maioria das vezes, se transforma em um meio para atingir outros objetivos políticos. Outros mecanismos que entram nesse discurso de controle podem ser observados, tais como a xenofobia, que mantém a “coesão nacional” e a manutenção da população branca no país: O ventre da mulher, neste caso, faz parte de uma estratégia nacional, supremacista e profundamente xenófoba. Em referência ao governo dos EUA, Com mais de 60% dos abortos sendo realizados por mulheres brancas, uma das teses é de que, com novas leis para impedi-las de interromper uma gravidez, se impediria que a população negra ou mestiça superasse a parcela branca dos EUA.

Essa tentativa de controle do corpo das mulheres por parte do Estado coloca o Brasil em nível de igualdade com outros países, cujas práticas de domínio funcionam de maneira inaceitável. A sexualidade, nesse caso, fica à mercê de um biopoder, com intenções não de promover ações com vistas a saúde pública sobre os corpos, mas de controlar as práticas sexuais, fulminando o exercício de liberdades, e a materialização de singularidades sexuais, como dissemos anteriormente quando tratamos do tratamento que é dado ao tamanho do órgão sexual na oferta de produtos que prometem eficácia sexual.

Essa prática contemporânea de governar práticas sexuais tem história e memória, as quais,

podem levar as mulheres a constrangimentos, tais como: Em alguns casos, quem comete o estupro pode evitar ser preso se casar com a vítima. Em outros lugares, clínicas apenas podem dar métodos contraceptivos a uma mulher se ela chegar acompanhada de seu marido. A estratégia poder-saber, se bem-sucedida, acaba por estabelecer modos de subjetivação de cunho sexual a partir dessas medidas do Estado, em que ser um “cidadão de bem”, discurso-chave do dicionário bolsonarista, seria entrar nesse jogo do controle e legitimar essas verdades. Caso contrário, como encerra a reportagem, Portanto, se o Governo brasileiro quer falar em abstinência, terá de falar primeiro em autonomia da mulher, educação sexual, direitos e saúde reprodutiva. E, enfim, não estaremos tratando do dilema do poder da mulher sobre seu marido ou sobre os objetivos do Estado.

A segunda reportagem, do prof. Vladimir Safatle, publicada em 13 de maio de 2021, intitulada Governar através do sexo⁹, apresenta como subtítulo O poder no Brasil sugere o fim do mundo através de crianças que “não sabem ler, mas sabem usar camisinha”. Fala de maneira similar àquela que os alemães ouviam, na década de trinta. Essas duas reportagens estão em consonância pela regularidade sobre a tentativa de interferência na sexualidade por parte do Estado e, mais precisamente, pela refutação à educação sexual de crianças, adolescentes e jovens.

O discurso materializado na reportagem recupera posicionamentos que outrora eram mantidos como adequados em relação às práticas sociais, nas quais o conhecimento sobre o assunto era pautado pelos saberes jurídico, moral e religioso, que ditavam o permitido e o proibido em relação ao sexo. A partir daí, recentemente, os saberes médicos passaram a esclarecer os sujeitos sobre essa instância da ordem do desejo e pautado pelo controle social por uma moralidade. Ou seja,

⁹ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/governar-atraves-do-sexo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

nunca a definição sobre o que é da ordem do sexual havia passado por distinções como “normal” e “patológico”.

O subtítulo da reportagem reproduz o discurso do Secretário da Educação sobre a circulação de verdades sobre o sexo que ultrapassam os saberes escolares propriamente ditos. Esse discurso do sujeito vinculado ao Estado, ainda que de forma indireta, coloca em questão esse saber sobre as práticas sexuais, especialmente em se tratando de crianças, adolescentes e jovens. Esse saber refinado sobre uma questão tão polêmica, na visão do sujeito enunciator, seria maléfico, pois vai para além do permitido, do normalizado, e que se faz necessário um controle.

Por outro lado, “saber usar camisinha” sugere um discurso contraditório em relação ao que é proferido, pois também faz parte da educação esses saberes que são refutados nesse governo. Na esteira do poder e do controle populacional, o discurso do Secretário critica conduções políticas anteriores acerca do sexo em detrimento a outros saberes escolares. Para além disso, reforça o discurso da reportagem anterior de que educação sexual não é conveniente, sugerindo outros modos de subjetivação em relação à sexualidade no modo privativo, mantendo a (des)informação das crianças sobre esses saberes como forma correta de conduzi-las, como estratégia de biopolítica para uma sociedade sexualmente adequada.

Em decorrência da afloração do saber médico sobre a sexualidade, o professor discorre sobre a classificação da prática sexual, tendo seu início no final do século XIX: *Não por acaso, foi exatamente nessa época que o Ocidente viu proliferar, pela primeira vez, tratados sobre perversões, classificações clínicas detalhadas e precisas a respeito de “desvios” em relação a uma sexualidade “normal”*. O sexo é então incorporado ao saber médico, científico, quase

que inquestionável, para tratar sobre o assunto. Nesse eixo, o exercício do controle parece proliferar sobre os corpos, em que a população é submetida a discursos que regulam sua conduta sexual, na esteira do que seja permitido.

Além disso, outras denominações são elencadas no discurso: *O mundo então descobriu, entre nós, a existência de pessoas descritas como “sádicos”, “fetichistas”, “exibicionistas”, “masoquistas”, “zoofílicos”, “homossexuais”, entre tantos outros*. Essas classificações têm se expandido ao longo dos tempos, como é o caso da denominação LGBTQIA+, também para afirmar o que é diferente e que encontra-se à margem das práticas normalizadas e que de certa forma precisam ser combatidas. Em relação à homossexualidade, doenças sexualmente transmissíveis entram em cena nesse discurso, como sinônimo de uma prática patológica que sugere uma consequência não apenas biológica, mas moral.

O discurso de que o sexo não é problema singular, mas de saúde pública, evoca o desejo que é possivelmente anulado para a entrada de práticas conservadoras e normalizadoras. *A ele estão vinculadas instituições como a família e o casamento, regras de aliança e filiação, hierarquias de gênero e sujeição, disciplina, natalidade e reprodução, trabalho*. É exatamente nesse ponto que o Governo procura mirar e proliferar os bons costumes e, com suas políticas de controle, em que a biopolítica lança mão de verdades vinculadas a outros campos do saber, inclusive os científicos, mas sobretudo religiosos, como estratégias de exercício do controle da população. Desse controle, resultam modos de subjetivação, resultante da relação do sujeito com essas verdades (FOUCAULT, 2016).

CONCLUSÃO - ENTRE A LIBERDADE E O CONTROLE

DA VIDA ÍNTIMA: UM BALANÇO DESSA APARENTE CONTRADIÇÃO

O presente estudo apresentou por objetivo analisar e refletir sobre o funcionamento das práticas sexuais na contemporaneidade, tomando por base as formulações foucaultianas sobre a sexualidade e a biopolítica. Nossa hipótese era que o governo federal atual tem estabelecido propostas para a interferência nessas práticas e que estas vão de encontro à efervescência midiática sobre as propagandas de produtos que prometem ampliar o desempenho íntimo, formando então uma contradição frente a essa questão.

Os comerciais dos referidos produtos são veiculados o tempo todo na mídia digital, que, juntamente com a obrigatoriedade de manter um corpo saudável (magro, esculpado, elegante, performático, etc.), a sexualidade também é tomada para essa finalidade comercial. As ofertas vão ao encontro dos desejos sexuais, haja vista as estratégias empregadas pelos discursos publicitários para convencimento do público leitor – possível consumidor desses produtos. Além disso, a divulgação nos meios digitais, inclusive em redes sociais, é tomada como um espaço para as práticas comerciais e procura atingir a todos os internautas, criando necessidades de consumo na sociedade, produzindo desejos, conectados com promessas de prazer que envolvem a vida íntima e o desempenho das atividades sexuais.

Os discursos comerciais são estratégicos, tomando por base verdades integrantes de outros campos de saber legitimados, ao mobilizar o saber médico-científico, ou a menção a esse saber, por exemplo, cujo objetivo é fazer com o que os sujeitos adquiram mercadorias de várias espécies as quais prometem um desempenho sexual superior a qualquer concorrente e superior às práticas cotidianas. Cria-se, assim, um despertar dos desejos que são aflorados, induz-se às *aphrodisia*,

direcionando o exercício sexual em funcionamento com a lógica de empresariamento, mercadológica ou moralista, ora em resposta ao desempenho, ora em consonância com valores, como amor, família e religião.

Ainda que seja polêmica, apesar de todas as problematizações que têm ocorrido nesse campo, tendo em vista que se trata de um aspecto íntimo do sujeito, esses comerciais de produtos eróticos despertam para uma abertura, para uma normalidade discursiva no campo do desejo, cuja necessidade de consumo produz modos de subjetivação como consequência da circulação dos regimes de verdade nela mobilizados. A estratégia poder-saber é acionada de forma sutil nesse movimento, na qual o discurso vinculado ao capitalismo, como bem supremo, força maior, é apagado ou silenciado, e em seu lugar, a eficácia contida no resultado gera necessidade de aquisição, provocando um efeito de consumo no sujeito internauta.

Por outro lado, estão as estratégias de governo da vida privada, mobilizadas tanto pelo poder público quanto pelo comércio, com suas interferências na vida íntima da população, que na atual sociedade de controle, parece estabelecer um modo padronizado de subjetivação, um estilo único e verdadeiro para se alcançar a felicidade. A sexualidade é colocada como discurso a ser evitado, algo proibido e que deve ser interditado inclusive nas escolas, reproduzindo comportamentos sociais observados nas sociedades clássicas por Michel Foucault (1984; 1985; 1988; 2018).

Falar sobre sexo ainda contém viés de proibição, sobretudo para crianças, e apesar da evolução da sociedade contemporânea, as verdades que giram em torno desse discurso parecem não avançar muito. Em razão disso, a educação sexual é sempre pauta de grande polêmica, o que dificulta a criação de espaços que possibilitem diálogos com vistas à promoção da autonomia e decisões/escolhas refletidas, como procuramos

demonstrar aqui. Ao problematizarmos as práticas discursivas contemporâneas, nas quais as verdades produzem subjetividades, ganham roupagem do empresariamento da vida íntima, possibilitando a (re)produção de sujeitos performáticos, mecânicos, subtraindo-lhes o exercício de ação refletida sobre sua sexualidade e práticas sexuais, de modo que lhes possibilite ampliação de liberdade e produção de singularidades.

É como se o sujeito tivesse a necessidade de seguir as ordens ditadas por essa verdade temporal, seja com inscrição na moral cristã conservadora, seja pelo mercado que produz sujeitos estritamente performáticos no campo da sexualidade. Quando se trata de um discurso conservador, o sexo deve ser algo restringido ao casamento e à procriação, excluindo os fins puramente prazerosos. A interferência governamental coloca em evidência que se trata de um aspecto não puramente privado, mas social e uma questão de saúde pública pelas consequências que podem acarretar, como, por exemplo, a geração indevida de filhos e a questão do aborto. Quando se trata de discursos mercantis, como a oferta de produtos que normatizam a melhor performance, o controle é realizado pelas estratégias que atendem ao *dispositivo de eficácia*. Em qualquer das situações, verificamos que o sujeito é cotidianamente controlado por essas formas de governo público e privada de sua intimidade, sexualidade e desejos, práticas essas que funcionam como limitadores de sua liberdade e capacidade de expressão enquanto sujeito sexual singular.

Com base nos jogos de verdades nos campos religioso, social e sanitário, observa-se uma contradição quanto à crítica sexual por parte do governo frente ao bombardeio comercial que o incentiva. A biopolítica é emergente e exerce seu poder sobre a população, ainda que de forma sutil, emprega também suas estratégias de convencimento, mencionando um discurso que deve funcionar na ordem do que é tomado para um

cidadão de bem e o que deve ser por ele evitado. Em especial aos corpos das mulheres, o exercício do controle caminha na contramão das questões contemporâneas sobre sujeito de direitos, cuja conquista da autonomia sobre si mesma, sobre seu corpo, tem sido tema muitíssimo relevante.

Frente ao desejo e seu despertar na mídia, por que manter a prática sexual como discurso a ser privado de debates, de se falar sobre tal assunto? Por que mantê-lo sob controle se, para além de aspecto público e privado, é também social e merece ser esclarecido, sobretudo na educação? Os jogos de verdade instaurados e circulados na mídia, e até mesmo a sociedade de controle na qual vivemos têm possibilitado o entendimento das contradições que esses jogos promovem, pois ao mesmo tempo em que interdita, incentiva a consumir identidades performáticas sob a perspectiva da eficácia. -

A educação voltada para a problematização de questões no campo da sexualidade nunca foi tão urgente e necessária, pois a sua inibição/silenciamento e apagamento abrem espaço para outros espécies de governo, o governo no âmbito privado, da oferta de produtos, cujos desejos são fortemente fabricados. As políticas governamentais, com suas estratégias políticas, ao mesmo tempo em que apelam pelo controle da população, propiciam abertura de espaços para captura, como os comerciais analisados aqui, possibilitando o aparecimento desse ramo de comércio, em funcionamento com a lógica neoliberal. O que sustentamos aqui é que a repressão no âmbito político-social faz emergir a prática comercial de produtos que prometem o exercício de liberdade, eficácia e alto desempenho.

Os silenciamentos ou apagamentos de discussões como as que propusemos aqui repercutem na produção de subjetividades. Enquanto de um lado a pauta sobre educação sexual é constantemente desviada do foco de políticas públicas, de outro, o mercado apropria-se

desse espaço para produzir sujeitos que atendam aos seus interesses. Quando o mercado dita regras acerca de práticas com alta performance sexual, associando prazer ao tamanho do órgão, essa prática reforça as estratégias conservadoras de que coisas consideradas de menor importância não devem ser discutidas. Com isso, as pautas das lutas minoritárias (mulheres, LGBTQIA+, negros/as, indígenas, imigrantes, etc.) sofrem constantemente ataques, na forma de silenciamentos, apagamentos e menosprezo de suas reivindicações. No presente trabalho, constatamos que os homens ainda são mais estimulados à prática sexual do que as mulheres, e as práticas sexuais por parte das mulheres são ainda fortemente controladas do ponto de vista de ações do poder público.

Esta breve análise da questão do poder que gravita em torno do governo da sexualidade não encerra o assunto sobre essa temática, pelo contrário, importa-nos compreender, como desdobramento das problematizações aqui delineadas, que ruptura histórica é essa que desloca a verdade sobre a valoração do tamanho do órgão sexual, se consideramos que, na Grécia¹⁰ antiga, o pênis pequeno era considerado como sinal de poder, enquanto as lutas contemporâneas deslocaram o poder na produção do pênis performático. Problematização essa que requererá um outro estudo, podendo ser melhor analisada oportunamente.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS para festa. Lolla Sexshop. Disponível em: <<https://www.lolla.com.br/diversao-e-presentes-artigos-para-festa/>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

BRANDÃO, J. É possível aumentar o pênis

10 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/por-que-as-estatuas-gregas-e-romanas-tem-penis-pequeno/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

de forma natural? Conheça a história desse bancário. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://g1-saudeciencia.com/historia-do-bancario/?mcr=ATT16235508>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Portal da Legislação, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CHADE, J. O ventre como instrumento de poder. El País, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opinio/2020-01-29/o-ventre-como-instrumento-de-poder.html?rel=mas>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

COURTINE, Jean-Jaques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdufScar, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2017.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 3: o cuidado de si. 8. ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. História da sexualidade 4: as confissões da carne. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2018.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. Ditos e Escritos IV - Estratégia Poder-Saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta, tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010, p. 223-240.

FOUCAULT, M. Subjetividade e Verdade. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

NERY, V. C. A. A construção do discurso publicitário na sociedade contemporânea. OPSIS - Revista do NIESC, Catalão, v. 5, n. 1, p. 7-21, 2005.

REDTUBE. Disponível em: <<https://www.redtube.com.br/mostviewed>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

SAFATLE, V. Governar através do sexo. El País, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/governar-atraves-do-sexo.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In TASSO, I.; NAVARRO, P. (orgs.). Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

TEIXEIRA, D. Por que as estátuas gregas e romanas têm pênis pequeno? Veja, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/por-que-as-estatuas-gregas-e-romanas-tem-penis-pequeno/>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

Submissão: agosto de 2021.

Aceite: outubro de 2021.

A EXPERIÊNCIA DA SUBMISSÃO FEMININA EM CINQUENTA TONS DE CINZA¹

Ana Terra dos S. Araújo²
Elizabeth Gonzaga de Lima³

Resumo: A proposta do trabalho é analisar a experiência de submissão da personagem Anastasia do livro *Cinquenta tons de cinza* (2012) da autora E. L. James. Em uma sociedade marcada pela constante luta das mulheres em prol da igualdade de direitos, como explicar o fenômeno de audiência de uma trama que explora o comportamento submisso da protagonista? É notória ainda, na contemporaneidade, uma pressão social para que as mulheres mantenham um relacionamento amoroso, ainda que seja em uma relação marcada pelo sadomasoquismo e submissão, pois tudo é possível, desde que o amor vença as barreiras. Assim, pensar esse lugar de submissão destinado à Anastasia é antes de tudo enfrentar uma construção social cristalizada, que reafirma a necessidade das mulheres abdicarem do que for preciso em prol de um suposto amor e do bem-estar da relação.

Palavras-chave: Literatura erótica; Submissão feminina; Cinquenta tons de cinza.

THE EXPERIENCE OF FEMALE SUBMISSION IN FIFTY SHADES OF GRAY

Abstract: The purpose of the paper is to analyze the submissive experience of the character Anastasia in the book *Fifty Shades of Grey* (2012) by author E. L. James. In a society marked by the constant struggle of women for equal rights, how to explain the audience phenomenon of a plot that explores the submissive behavior of the protagonist? It is still notorious, in contemporary times, a social pressure for women to maintain a love relationship, even if it is in a relationship marked by sadomasochism and submission, because everything is possible, as long as love overcomes barriers. Thus, to think about this place of submission assigned to Anastasia is first of all to face a crystallized social construction, which reaffirms the need for women to give up whatever it takes for the sake of a supposed love and the well-being of the relationship.

Keywords: Erotic literature; Female submission; Fifty shades of grey.

1 Esse artigo é uma versão ampliada e com modificações do texto, “Vale tudo por amor? A submissão feminina no livro *Cinquenta tons de cinza*”, publicado nos Anais do evento I SELIF, 2020.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), bolsista CAPES. Contato: anatterraaraujo@gmail.com

3 Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia no Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens e do curso de Letras. Contato: betylyma@gmail.com

Introdução

Antes de se tornar um fenômeno mundial, *Cinquenta tons de cinza*, de E. L. James (2012), transitou pelas plataformas *online* até alcançar lugar de destaque nas livrarias, em virtude desse romance ter sido concebido como uma *fanfiction* da série composta por seis livros *Crepúsculo* da autora Stephenie Meyer. A obra de James exemplifica a ação de ler criativamente, pois o gênero *fanfiction*, conforme Jenkins (2012, p. 13), “se refere a histórias originais e romances ambientados nos universos fictícios de séries de TV, filmes, quadrinhos, games e outras propriedades midiáticas favoritas”.

A autora de *Cinquenta tons*, E. L. James assumiu esse lugar da escrita de fã e passou a produzir histórias em uma plataforma online, a *fanfiction.net*. A partir da história de amor vivida entre os personagens principais da saga *Crepúsculo*, a autora criou uma trama que abordava um romance dos personagens já na vida adulta, ambos humanos e com passagens detalhadas de sexo e de sadomasoquismo.

Dois anos após a publicação, *Cinquenta tons de cinza* já era considerado um fenômeno ao alcançar a marca de mais de 100 milhões de cópias vendidas em todo mundo. O argumento da história de E. L. James gira em torno de um CEO bilionário, misterioso e intimidante – Christian Grey – e de uma estudante universitária, tímida, inocente e ingênua – Anastasia Steele. O relacionamento vivido entre esses personagens tem o início marcado pela possibilidade de Anastasia assinar um contrato, tornando-se submissa a Christian, pois o executivo só se predispõe a manter relações que envolvam a prática do BDSM (bondage, dominação/disciplina, sadismo e masoquismo), sem pretensão de envolver-se sentimentalmente.

O divisor de águas da história reside no momento em que o casal está na casa de Grey,

que revela a Steele o quarto dos jogos - espaço utilizado pelo protagonista para exercer seu jogo de poder com as submissas. Insegura por não saber se pode ser tudo aquilo que ele deseja, a personagem anuncia que é virgem acreditando que esse é o único empecilho para que ela decida concordar com as regras estabelecidas no contrato, todavia Christian propõe:

- Vamos resolver esse problema agora mesmo.
- Como assim? Que problema?
- O seu, Ana. Vou fazer amor com você agora.
- Ah. O chão desaba sob meus pés. *Eu sou um problema*. Prendo minha respiração (E.L.JAMES, 2012, p. 102).

Em *História da sexualidade: as confissões da carne*, Foucault (2020) chama atenção para o fato de que no século IV a virgindade era tratada com muita importância e cautela. O cristianismo deposita na virgindade um teor de preciosidade, assim, há a necessidade de domesticar os corpos, especialmente o feminino, para assegurar a castidade até o casamento. Em virtude disso, o estudioso propõe que a Igreja estabelece que o ato sexual faz referência a experiência do sujeito uma vez que desperta os desejos carnavais por meio da tentação, ou seja, uma vez tomada a consciência do desejo da carne, o sujeito deveria confessar os seus desejos mais impuros no intuito de aprofundar o conhecimento sobre si despreendendo-se dos prazeres carnavais.

Ao trazer à tona a temática da virgindade, E. L. James desenvolve uma história de erotismo, repleta de cenas de sexo bem detalhadas. No entanto, o que poderia ser uma abordagem voltada para o despertar da vida sexual feminina, rompendo, inclusive, com esse modelo cristão de domesticação dos corpos voltado para o controle do ato sexual, termina reforçando padrões conservadores. Circunstância que pode ser ilustrada, a princípio, com a virgindade

sendo associada a um problema a ser resolvido e, posteriormente, quando rompida, esse corpo virgem é visto pelo homem, no caso, Cristian Grey, como um prêmio conquistado, ofertando a chance de possuir e controlar Anastasia.

Na contemporaneidade, o enfrentamento às práticas que colocam a mulher em um lugar de submissão configura-se como uma das pautas cada vez mais recorrentes entre o público que luta em prol da igualdade de direitos. Logo, levando em consideração esse cenário, a que se deve o sucesso de uma história que estrutura seu cerne na submissão feminina? A partir desse questionamento, o trabalho analisará a experiência de submissão da personagem Anastasia Steele e como ela foi aceita pelo público de maneira naturalizada, em um momento em que cresce a luta feminina em prol da desconstrução do espaço que por anos foi destinado às mulheres - um lugar de abdicação de si para satisfazer o outro.

A subjugação feminina: um fenômeno construído socialmente

Vivemos em uma sociedade constituída pela padronização dos papéis sociais e desigualdade de gênero. Há muito tempo foi imposto que os homens devem ocupar o papel de provedores do lar, aqueles que trabalham fora e cuidam de todo o sustento da casa; enquanto às mulheres são destinadas tarefas domésticas, como, cozinhar, passar, lavar, cuidar dos filhos e satisfazer seus cônjuges.

A partir do momento em que esse cenário é naturalizado, as mulheres que buscam romper com esse lugar de submissão desejando novos rumos para sua existência acabam sendo vistas como subversivas à ordem. Atualmente esse movimento de enfrentamento assumiu novas proporções, à medida em que ainda lidamos com as sequelas decorrentes dessa construção social cristalizada e seus efeitos na vida das mulheres.

A sociedade espera que as mulheres ocupem o lugar de cuidadora do lar que por séculos foi imposto como a única possibilidade possível. Pensando no quanto essas imposições se impregnam na nossa vivência, Woolf (2017) elaborou a ideia de *anjo do lar* que encarna um dos medos iniciais que deve ser combatido ao enveredar no caminho da escrita:

Anjo do lar. Vou tentar resumir. Ela era exatamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura (WOOLF, 2017, p. 11-12).

Ainda que Woolf tenha trazido essa ideia de combater esse fantasma como resistência inicial para as mulheres que almejam ser escritoras, ousou destacar a importância desse enfrentamento para as mulheres que desejam ocupar qualquer espaço. O fato é que se apresenta para a mulher, unicamente, a possibilidade da escrita, porque no recorte temporal vivido por Woolf – século XIX – esse era o ofício mais bem visto socialmente para as mulheres, desde que não assumissem um posicionamento, não enfrentassem o sistema vigente e não atrapalhassem a rotina dos afazeres domésticos.

Essa participação controlada na escrita é um dos inúmeros reflexos de como há uma domesticação da experiência feminina para conviver em sociedade, a qual determina o que pode ser dito, o que deve ser feito, até onde se pode ir e quais abordagens pessoais devem ser adotadas. De acordo com Woolf (2017), o *anjo do lar* aparece como uma voz do subconsciente movida por todos os discursos reproduzidos socialmente, assim quando uma mulher se dedicava a escrever era esperado que se iniciasse um conflito desestabilizador:

Na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela [voz do anjo do lar] logo apareceu atrás de mim e sussurrou: 'querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as artes e manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura'. E ela fez que ia guiar minha caneta (WOOLF, 2017, p. 12).

Sob tal perspectiva era esperado que as produções escritas por mulheres refletissem esse modelo de mulher ideal construído socialmente. Por isso, não havia uma adesão das obras que apresentavam um posicionamento contrário a essas imposições, pois os discursos que traziam uma franqueza e uma busca pela liberdade nas relações e no comportamento feminino eram silenciados.

Em virtude desse contexto, a produção de literatura erótica escrita por mulheres enfrentou uma trajetória árdua até alcançar um lugar de legitimação e de visibilidade. Até porque, o que se esperava do discurso feminino era pureza e omissão acerca de determinados assuntos, logo a ideia de ter mulheres escrevendo sobre sexo soava como violação da moral e dos bons costumes. Uma vez que as confissões da carne deveriam ser restritas aos padres, confessar publicamente por meio da literatura é uma subversão sem precedentes. Desse modo, a participação feminina no que tange à sexualidade, por muito tempo foi considerada tabu, pois as mulheres não poderiam assumir um espaço de liberdade sexual sem ter permissão para sequer falar sobre isso. O sexo era para satisfazer o homem e a mulher deveria ser responsável por isso, se submetendo aos caprichos e desejos do outro.

Por muito tempo foi negado às mulheres a oportunidade de falar abertamente sobre a sua sexualidade, tudo isso porque foi construído, por meio da Igreja Católica, que o sexo deveria ser vigiado, examinado e controlado. Logo, quando ocorriam discussões acerca da sexualidade era com

o intuito de proibi-la por meio da dominação dos corpos.

Foucault (2020) assinala que a concepção acerca da carne está relacionada à fusão da vontade pura (os aspectos sobre a necessidade de comunhão e harmonia com Deus) com a involuntariedade do sujeito (ou seja, todo e qualquer desejo capaz de fazer esse indivíduo se afastar da presença de Deus). Nesse sentido, o cristianismo se manteve empenhado em associar o sexo à busca da verdade e, assim, com base no seu poder e influência, produziu discursos responsáveis por criar padrões e modelos que controlassem os sujeitos, destinando à sexualidade um lugar subalterno e pecaminoso.

A presença de mulheres combatendo esse sistema vigente e se propondo a escrever literatura erótica obteve uma mudança significativa com as obras de Anaís Nin, escritos que continham detalhadas descrições eróticas voltadas para o enaltecimento da beleza feminina a partir da associação a elementos da natureza. Tais produções contribuíram para revolucionar o contexto no qual estavam inseridas, partindo do pressuposto de que era necessário ter mulheres falando sobre sexo e assumindo o controle do seu corpo e do seu prazer, desconstruindo assim o ideal de mulher pura, digna do casamento pelo fato de ser virgem. A necessidade de ocupar novos espaços e de representar outras possibilidades de se pensar a sexualidade feminina por meio da literatura surge do descontentamento causado pela submissão e inferiorização do corpo feminino que insiste em assombrar:

O discurso erótico assumido por escritoras mulheres, a necessidade de falar abertamente sobre os seus sentimentos e a sua sexualidade fez com que a mulher exercitasse a sua capacidade de auto afirmar a sua identidade. A mulher então passa a questionar verdadeiramente a cultura dominada por homens e a obrigação de estar fadada a uma sociedade que privilegiava apenas a sua capacidade reprodutiva, social (ser mãe) e sexual (falar e escrever sobre sexo degradava a sua imagem imaculada da mulher) (MAIA, 2019, p. 181).

Esse caminho de luta e de conquista de outros espaços realizados por essas mulheres, aqui citadas, e tantas outras, é o que possibilita a autora E. L. James ter conseguido produzir e publicar uma obra que dialoga sobre a relação entre dois personagens com doses elevadíssimas de sexo e sadomasoquismo. Ainda que recorrente essas discussões acerca do direito das mulheres e da necessidade de autonomia de si para não abdicar dos seus desejos e conquistas, a autora de *Cinquenta tons* reproduziu esse ideal de mulher ingênua, virgem e submissa.

E. L. James centraliza na sua produção alguns elementos denunciados pelas mulheres que enfrentam as imposições sociais, ao partir de um pressuposto no qual o homem detém maior poder aquisitivo, colocando a mulher na posição de inferioridade ou dependência econômica. Ademais, Anastasia Steele se vê como uma mulher “muito pálida, muito magra, muito desleixada, descoordenada, minha lista de defeitos é imensa” (JAMES, 2012, p. 51), o que contribui para que ela seja descrita como uma mulher tímida, inocente e insegura, permitindo, conseqüentemente, ser controlada e subjugada no seu relacionamento.

Ressuscitando, ainda que implicitamente, o fantasma denominado por Woolf (2017) como *anjo do lar*. James traz em *Cinquenta tons de cinza* aquela vontade oriunda de uma imposição social de que a mulher precisa estar em um relacionamento para que a sua existência seja vivida em plenitude, sem problematizar, em muitos momentos, a abdicção dos planejamentos pessoais para o bem-estar da relação.

Nesse sentido, a autora coloca Anastasia como uma mulher que está iniciando a sua vida profissional, porém não consegue sentir uma plenitude, na medida em que lhe falta um relacionamento amoroso. E, posteriormente, quando essa falta é preenchida, novas problemáticas são trazidas para o enredo, como, por exemplo, a

necessidade que Christian tem de dominar a vida de Anastasia, a ponto de no momento em que ela afirma não desejar abrir mão de seu emprego em uma editora, ele sugere comprar essa empresa para ter acesso e controlar os horários da jovem:

- Se eu sair e arrumar outro emprego, você vai comprar a outra empresa também?

- Você não está pensando em sair, está? - Sua expressão se altera, tornando-se cautelosa mais uma vez..

- Talvez. Receio que você não tenha me deixado muita escolha.

- Sim, vou comprar a outra empresa, também.
- Ele é inflexível.

Fecho a cara. Não tenho como competir com ele.

- Você não acha que está sendo um pouco superprotetor demais?

- Sim. Tenho plena consciência da impressão que isso passa (JAMES, 2012, p. 73).

Considerando essas informações, é fundamental destacar o quanto nossa sociedade e, obviamente, os aspectos que a representam estão impregnados com os discursos de dominação masculina frente ao feminino. Tais impregnações se apresentam nas nossas relações cotidianas das mais diversas formas, no caso de *Cinquenta tons de cinza* fica evidente que James reproduz, de maneira consciente ou não, os papéis de gênero previamente estabelecidos: o homem viril, provedor, prático e com sucesso econômico, ao passo que a mulher assume um lugar de timidez, inocência, desconhecimento da vida sexual, insegurança e submissão frente a influência do masculino.

Cinquenta tons de controle? A experiência submissa de Anastasia Steele

Diferente de Christian Grey que foi descrito, nas páginas iniciais de *Cinquenta tons de cinza*, com base em suas competências profissionais, ascensão financeira e beleza física, Anastasia Steele foi caracterizada como “muito pálida, muito magra, muito desleixada, descoordenada, minha lista de defeitos é longa” (James, 2012, p. 51). Tais adjetivações demarcam o lugar de cada personagem na obra, pois, enquanto Grey assume o lugar de controle, de empoderamento, a insegurança de Anastasia só lhe permite ser dominada, ocupando assim o espaço da subjugação.

Nos poucos momentos da trama em que há uma caracterização da personagem feminina, destaca-se o quanto Anastasia não se considera uma mulher bonita e digna de ser amada, chegando a se questionar o que Christian viu nela a ponto de escolhê-la para ser sua submissa. Outro ponto importante nessa particularidade da escrita de E.L. James consiste na ideia de que na medida em que Ana é pouco descrita fisicamente, o público leitor consegue se identificar mais e colocar-se no lugar da personagem:

Cinquenta tons de cinza descreve muito mais o homem do que a mulher. Ana se descreve no início e depois a leitora acessa suas mudanças apenas por meio de suas atitudes e falas do Grey, enquanto ele é muito adjetivado nos três livros da série. Essa informação é interessante porque se relaciona diretamente com o fato de o público ser feminino: elas precisam se identificar com a personagem, então esta é pouco descrita para que a mulher que está lendo viva a fantasia que a história traz com um homem tão descrito que quase se torna real (FRANCKLIN, 2015, p. 55).

Essa estratégia da autora, além de aumentar a identificação das leitoras com a trama, direcionam essas mulheres a colocar Christian em um pedestal, ao passo que destinam a Anastasia o ônus de ser grata por ter conquistado um homem com tantas

qualidades no auge da sua normalidade e dos seus inúmeros defeitos.

Nessa produção, a experiência da submissão feminina apresenta-se, principalmente, durante a relação sexual. Até mesmo pelo fato de todo envolvimento ter começado por meio de um contrato de dominação/submissão, havendo por isto uma construção sexual dos personagens que reforçam essa relação de controle. Uma vez que Christian é desejado por sua virilidade e experiência, Anastasia consente ser controlada devido a sua inexperiência e hesitação.

Um dos elementos responsáveis por reforçar a experiência de subordinação da personagem baseia-se na não autonomia do seu corpo para extravasar o seu prazer. Em outros termos, durante a relação sexual, Anastasia só alcança o ápice refletido no gozo quando Christian concede a permissão. Mesmo que a autora aborde a sexualidade feminina, ela reforça o estereótipo de que a satisfação desse corpo deve, acima de tudo, ser responsável pelo prazer do homem, por isso, a personagem pode gozar desde que isso seja com o consentimento do seu parceiro:

- Mais rápido Christian, mais rápido... por favor.

Ele me olha vitorioso e me beija com força, e então começa a se mover de verdade - *puta merda, um ritmo implacável... ah...* -, e eu sei que não vai demorar muito. Ele estabelece uma cadência acelerada. Fico excitada, as pernas rígidas embaixo dele.

- Goze, baby - suspira - Goze para mim.

Suas palavras são uma perdição, e, magnificamente, as ideias entorpecidas, eu explodo em um milhão de pedaços ao redor dele, e ele me acompanha gritando meu nome.

-Ana! Ah, Ana!

Ele cai em cima de mim, a cabeça enterrada em meu pescoço (JAMES, 2012, p. 69).

A submissão da personagem reverbera nos demais setores da sua vida, fazendo com que ao decorrer da trama seja possível identificar um cenário em que o homem exerce total controle sobre as atitudes femininas, moldando o seu jeito de ser, de se expressar e de se comunicar. Tendo consciência do quanto essa dominação masculina pode ressoar negativamente, a autora estabelece uma possível justificativa para o comportamento do personagem, fazendo com que o título *Cinquenta tons de cinza* ganhe sentido na construção do perfil de um protagonista repleto de traumas e feridas abertas e latentes.

Cinquenta tons de Édipo?

[...] o complexo de Édipo, diz Freud que o menino, entre três e cinco anos, na fase fálica de seu desenvolvimento libidinal, se apaixona sexualmente pela mãe e, em virtude desse sentimento devastador quer cometer parricídio para livrar-se do pai, rival que lhe barra - segundo a fantasia infantil - o caminho até a mulher desejada (PELLEGRINO, 1987, p. 309).

A autora E. L. James lança mão da teoria freudiana, acerca do complexo do Édipo, na trilogia *Cinquenta tons*, a fim estabelecer uma conexão com o trauma central do personagem Christian, como se esse evento fosse o suficiente para justificar todo o seu comportamento na vida adulta. De acordo com a história, fica evidente que aos quatro anos Grey passou por um evento traumático com a sua mãe, já que sua primeira infância foi marcada pelo convívio com uma prostituta, usuária de drogas e o homem que a agenciava e mantinha relações. Da maneira que a narrativa é construída, fica evidente que nunca houve uma sensibilidade dessa mãe, Christian não se recorda de nenhum momento de carinho e, aos poucos, ele vai demonstrando o quanto a não proteção de sua mãe cada vez que esse cafetão o agredia e o queimava com maços de cigarro causaram um sentimento de abandono e mágoa.

Ao partir dessa perspectiva e buscar um sintoma para o comportamento controlador que esse homem assume durante a sua vida adulta é lançada como possibilidade a ideia de que durante a sua fase fálica (que, segundo Freud, ocorre dos três aos cinco anos) por ter passado por um trauma, essa negação do simbólico retornou para vida de Christian, o que contribuiu para ele assumir um posicionamento perverso na sua vida adulta que se manifestava através da necessidade de manter relacionamentos ancorados pelas práticas sadomasoquistas.

Por mais que essa perspectiva psicanalítica seja plausível e suficiente para corroborar com a ideia de que o personagem criado por E.L.James sofre de traumas causados pela sua infância, não é coerente deslocar a dimensão social que essa história tende a reverberar na sociedade. O *corpus* social é marcado por desigualdades de todas as instâncias possíveis, dentre as tantas possibilidades, há a desigualdade de gênero que insiste em colocar as mulheres em posição de subjugação, tudo isso para continuar mantendo um cenário - já cristalizado - de dominação masculina. Segundo Bourdieu (2002), é perceptível que “na dominação masculina, e no modo como ela é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chamo de violência simbólica”, ou seja, o exercício de superioridade masculina em detrimento do feminino se dá por meio dos aspectos simbólicos da comunicação e do conhecimento.

E.L.James reproduz esse modelo de dominação cada vez que ela coloca o personagem masculino para exercer poder frente ao feminino, colocando a mulher em um lugar de subjugação e passividade. Inicialmente, Christian propõe que esse poder seja exercido durante as relações sexuais por meio de um contrato sadomasoquista, no qual Ana deve submeter-se as práticas que ele julgar prazerosas. Todavia, durante o decorrer da

trama, esse casal passa a relacionar-se de maneira consensual e romântica, fazendo com que o documento contratual não seja mais algo a ser considerado.

No momento em que a relação assume os moldes do que se é esperado socialmente, o personagem protagonista ainda assume o lugar daquele que tem necessidade por controle, assim, ele passa a regular o comportamento do feminino nas sutilezas do dia a dia. A exemplo disso, temos os seguintes eventos: controle do que vestir, determinação de qual carro dirigir, delimitação de quais os dias ela poderia encontrar os amigos, dentre outros episódios que destacam o lugar de submissão imposto ao feminino. Ainda que a autora tenha tentado justificar o comportamento dominador e opressor de Christian, através de traumas passados durante a sua infância, é inevitável - e, totalmente necessário - problematizar essas questões de abuso e controle dentro das relações amorosas.

Na contemporaneidade, o contexto tem se mostrado propício à ruptura com o silenciamento e docilização do feminino, contudo, paradoxalmente, o livro *Cinquenta tons de cinza* que segue na direção contrária às conquistas e questionamentos das mulheres, revelou-se um fenômeno de audiência, tanto nas livrarias como na indústria cinematográfica.

Cinquenta tons: o fenômeno

A abordagem erótica nos romances já possui um histórico de ocorrência nos livros de bolso que costumavam ser vendidos em supermercados e bancas de jornal. Ao comparar *Cinquenta tons* com os romances Harlequin é possível perceber uma familiaridade entre os personagens a partir de uma padronização dos perfis, até porque de acordo com Dau (2013) “a personagem é sempre casta e o homem sedutor e misterioso”.

Apesar de apresentar certa semelhança entre os personagens dos romances Harlequin com os de *Cinquenta tons* e das vendas consideráveis, esses romances de bolso não se tornaram um fenômeno como a produção de E.L. James. Tudo isso porque essa obra trouxe inovações que influenciaram no processo de identificação do público, especialmente o feminino:

Cinquenta tons de cinza introduziu a ideia do erótico discreto. Enquanto as capas dos romances Harlequin mostravam casais apaixonados, que revelava claramente o teor do livro, as capas da trilogia eram sóbrias, mostravam apenas elementos que tinham a ver com a história, mas que não denunciavam sexo (FRANCKLIN, 2015, p. 47).

Todavia, ainda que haja toda uma luta das mulheres frente à construção sexista enraizada na sociedade, visando enaltecer, também, a importância da liberdade sexual feminina, persiste uma imposição significativa acerca de como as mulheres consomem o erótico e se há um cuidado para que a exposição das preferências não choque a sociedade, afetando os valores sociais.

Partindo desse viés, o sucesso de *Cinquenta tons* é potencializado na medida em que o consumo de *e-books* cresce substancialmente, afinal a possibilidade de exposição do conteúdo lido fica restrita permitindo uma segurança das leitoras que, em muitos casos, ainda não se sentem confortáveis de expor o conteúdo erótico que está sendo consumido. Além disso, os livros digitais ressignificam o mundo da leitura:

Os *e-books* também contribuíram muito na questão logística e ajudaram a impulsionar a quantidade de exemplares vendidos. As leitoras de livros eróticos têm como característica serem muito vorazes, lerem diversos títulos do mesmo gênero mensalmente. Com isso, teriam que ter muito espaço para guardar tantos livros. O arquivo digital surge também como uma opção de armazenamento, já que os livros não físicos existem apenas no dispositivo (FRANCKLIN, 2015, p. 48).

A tecnologia contribuiu para o sucesso de *Cinquenta tons de cinza*, desde o momento que E.L.James se apropria dos recursos tecnológicos (*e-mails*, celulares, computadores, etc) como o maior responsável pela comunicação dos personagens, ocasionando a sensação de que os mesmos “dividem o mesmo espaço de que os lê, provocando uma identificação rápida e aumentando a verossimilhança da história”, como enfatiza Francklin (2015).

É imprescindível nesse processo de ser considerado um fenômeno, o fato do livro ter surgido através de uma *fanfic*. A consolidação que a autora conseguiu construir com o seu público leitor antes mesmo da sua obra ganhar uma versão física permitiu que a expectativa em torno do lançamento levasse ao êxito de vendas:

Por *Cinquenta tons* ter sido uma auto publicação em um site, os fãs chegaram a ele antes da editora. Como visto antes apenas os editores escolhiam o que estaria nas livrarias, mas hoje já é vista uma configuração diferente, em que os fãs também escolhem o que vai ser publicado (FRANCKLIN, 2015, p.48).

Outro ponto que coloca a história em um lugar de prestígio consiste em pensar no recorte temporal em que foi produzida, ou seja, o período de 1990, a segunda onda do feminismo, quando afloraram histórias com personagens femininas inclinadas a falar mais abertamente sobre a sexualidade, destacando desejos por muitos anos silenciados e oprimidos:

As obras, a partir dos anos 90, começaram a apresentar heroínas que se permitiam a explorar sua sexualidade, e recebiam a permissão do público, que as consumia nas histórias. A introdução gradual de erotismo relacionado à mulher permite a assimilação daquelas ideias, ao mesmo tempo em que não agride. *Cinquenta tons* surge desse amadurecimento do sexo ligado à mulher na literatura (FRANCKLIN, 2015, p. 49).

Dessa maneira, E.L.James oferece o que muitas mulheres desejam ler, ao abordar questões

que envolvem a sexualidade e a carreira profissional na contemporaneidade. Mesmo apresentando às mulheres um romance repleto de passagens eróticas e orgasmo feminino, o argumento denota subserviência às pressões sociais e de gênero referentes ao ser mulher em um contexto desigual e opressivo.

Mesmo que James resgate modelos sociais obsoletos, ela mostra-se perspicaz ao trazer para sua narrativa uma fórmula de bastante sucesso: o final feliz. Desse modo, todos os abusos, submissões e sofrimentos da protagonista são tolerados socialmente uma vez que ela é recompensada pelo matrimônio. De acordo com Foucault (2020), o casamento é utilizado como uma forma de remissão dos pecados, pois no âmbito desse sacramento cristão o casal deve permanecer em constante vigilância para que juntos alcancem a salvação.

Não resta dúvida de que James reforça esse ideal que circunda o matrimônio, uma vez que ela destina a Anastasia a função redentora e responsável pela salvação de Christian e de seus pecados. Apresentando, por fim, através do casamento entre os protagonistas a dependência de um em relação ao outro, a realização do desejo sexual não apenas para satisfazer os prazeres da carne, mas, sim, para alcançar uma outra dádiva cristã: a maternidade.

Conclusão

A trajetória feminina é repleta de oscilações e violência, seja ela simbólica, sistêmica, sexual, psicológica, física ou outra. Dentre as inúmeras formas de violência, é possível destacar a experiência feminina em relação ao seu corpo afinal de contas, as mulheres precisam lidar com a necessidade do outro de dominar e controlar o seu corpo.

Em “As confissões da carne”, Foucault (2020) chama atenção para o fato de o cristianismo condenar práticas sexuais que não possuíam a finalidade de reprodução da espécie. Por conta

disso, estrategicamente, a Igreja produziu discursos voltados para o controle do corpo e da carne. Portanto, esse corpo é visto como “[...] impuro – algo exacerbado pela moral pagã, cuja forma final, acabada, de discurso em torno desse princípio encontra-se na filosofia pagã” (RODRIGUES, 2020, p. 2-3).

Assim, foi necessário impor limites ao corpo, tanto do homem quanto da mulher, para que os prazeres da carne seguissem sendo controlados. Tudo isso porque, como destaca Carvalho (2001) a sexualidade instituída e consagrada pela Igreja é a sexualidade conjugal, cujo exercício está circunscrito ao espaço do matrimônio.

Sem o domínio do próprio corpo, as mulheres sempre foram as mais afetadas nesse contexto, pois além de não ter a liberdade de viver a sua sexualidade em plenitude, elas precisavam atender as expectativas que lhes eram impostas, o casamento e a maternidade. Portanto, é negado às mulheres o espaço de falar sobre seu corpo e sua sexualidade, uma vez que esse exercício contrariava o principal intuito estabelecido pelas instituições religiosas.

Mesmo distanciada cronologicamente desse contexto, E. L. James reforça esses estereótipos na medida em que “suas representações reforçam um modelo de corpo masculino ativo (nunca passivo), no qual o homem se sobrepõe e sufoca a mulher” (MAIA, 2019, p. 186). Por consequência, o discurso da autora reflete a repressão sexual, através do controle dos corpos, cristalizados na nossa sociedade.

Trazendo à tona uma relação que explora a experiência da dominação por meio da prática sadomasoquista, E.L. James evidencia o relacionamento dos personagens através dos desejos – e, em muitos momentos, limites – da carne. Para isso, a autora centraliza no protagonista o exercício do domínio do seu corpo e a necessidade de dominar o corpo do outro, na mesma medida

em que entrega a personagem feminina o dilema de querer dominar o seu corpo estando imersa na experiência de estar submissa.

Ao apresentar o sexo em uma produção voltada para o público feminino, E.L. James traz algo novo ancorando-se em valores conservadores e obsoletos. *Cinquenta tons* aborda a sexualidade feminina partindo de um lugar de subjugação, destinando ao masculino o espaço de poder, reproduzindo e reiterando os padrões de uma sociedade atravessada pelo patriarcalismo. Assim, problematizar esta produção é antes de tudo fazer frente à construção social condensada, que reafirma a obrigação das mulheres abdicarem do que for visto como um empecilho para conservação do bem-estar da relação, em nome de um suposto amor.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, Maristela Moreira de. Sexualidade, controle e constituição dos sujeitos: a voz da oficialidade da Igreja Católica (1960-1980). Esboços: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v.9, n.9, 2001.

DAU, Erick Mendonça. Mídia pornográfica e submissão da mulher: a reprodução do machismo através do sexo midiaticizado. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2011.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: as confissões da carne. 1ª ed. Trad. Heliana de Barros Rodrigues. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

FRANCKLIN, Paula Fernandes Drummond. O protagonismo da mulher na literatura erótica contemporânea. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

JAMES, E.L. Cinquenta tons de cinza. Trad.

Adalgisa Campos da Silva Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

JENKINS, Henry. Lendo criticamente e lendo criativamente. Matrizes: ano 6, nº 1, São Paulo, julho/dezembro de 2012.

LÊDO, Amanda & NUNES, Daniele. Identidade e representação da mulher na obra Cinquenta tons de cinza. Recife: UFPE, s/a.

MAIA, Marília M. Monosco. Questões de masculinidade e a submissão da mulher em Cinquenta tons de cinza. Revista Humanidades e Inovação, v.6, n. 4, 2019.

PELLEGRINO, Hélio. Édipo e a paixão. IN: Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RODRIGUES, Faustino. Eternos vigilantes: sobre 'As confissões da carne', de Michel Foucault. Revista Cult, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/foucault-as-confissoes-da-carne-2/>

WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres e outros artigos feministas. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

Submissão: agosto de 2021

Aceite: novembro de 2021.

LEITURA DE IMAGEM DA G MAGAZINE: MALDIZER, OLHAR VERDADEIRO E INSINUAÇÕES DA CARNE¹

Lucas Nascimento²

Resumo: O texto adota para análise as relações semântico-discursiva (PÊCHEUX, [1969] 2019; [1982] 2015; [1983] 1990; [1984] 2011) e subjetividade e (dizer a) verdade (FOUCAULT, [1980-1981] 2016; [1981] 2018; [1983-1984] 2011; [1984] 2020) em leitura de fotografia digital de capa publicitária, em edição de maio de 2010 da *G Magazine*. O artigo investe sobre a leitura de policromia na fotografia digital e o movimento ocular, ocorrência pelo desejo da mudança de direção visual (NASCIMENTO, 2018; 2019). Essa trama tem sua correspondência na interpretação que assegura a elaboração da resposta “Sim” ou “Não” diante da questão proposta em experimento de leitura imagética. Os resultados destacam a (in)visibilidade do maldizer verdadeiro em declaração de um sujeito pertencer ao grupo heterossexual e o maior tempo de fixação de seu olhar na cueca e no rosto do modelo fotográfico. Portanto, destacaram-se as insinuações da carne e os sentidos do olhar.

Palavras-chave: Leitura de imagem. Sentidos do olhar. Insinuações da carne. Maldizer. Subjetividade.

BADMOUTH, TRUE LOOK AND INSINUATIONS OF THE MEAT

Abstract: The text adopts for analysis the semantic-discursive relations (PÊCHEUX, [1969] 2019; [1982] 2015; [1983] 1990; [1984] 2011) and subjectivity and (telling the) truth (FOUCAULT, [1980-1981] 2016; [1981] 2018; [1983-1984] 2011; [1984] 2020) in digital photography reading of advertising cover, in the May 2010 issue of *G Magazine*. The article focuses on the reading of polychrome in digital photography and eye movement, an occurrence due to the desire to change the visual direction (NASCIMENTO, 2018; 2019). This plot has its correspondence in the interpretation that ensures the elaboration of the answer “Yes” or “No” before the question proposed in the imagery reading experiment. The results highlight the (in)visibility of true swearing in a subject’s declaration of belonging to the heterosexual group and the longer time spent fixating on the photographic model’s underwear and face. Therefore, the insinuations of the flesh and the senses of the look stood out.

Keywords: Image reading. Sense of look. Insinuations of the flesh. Badmouth. Subjectivity.

1 Agradecemos à FAPERJ pela Bolsa Doutorado Nota 10 (processo E-26/200.564/2018). Apresentamos resultados de tese (NASCIMENTO, 2019), defendida em fevereiro de 2019 e orientada pela profa. Dra. Tania Conceição Clemente de Souza (UFRJ/Museu Nacional).

2 Pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e som (Labedis), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Museu Nacional), drlucasdonascimento@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4627-8991>

Introdução

Com apoio de ferramentas informatizadas, lembrando, desde já, a AAD, de Pêcheux, tratamos a relação teórica da Análise do Discurso de linha francesa com a Linguística por meio de um experimento inédito sobre “Leitura de imagem por rastreamento ocular (*Eye tracking*)³”. Com isso, destacamos a leitura de multimodalidade sincrética como objeto de estudo Nascimento (2018; 2019), especificamente a polissemia como fenômeno semântico de percepção visual em situação de leitura de fotografia digital de revista publicitária brasileira, cujos movimentos oculares realizados construíram percursos de leitura, com efeitos de (des)ordem da imagem e sentidos do olhar.

Esses sentidos do olhar serão analisados como gestos de leitura (ORLANDI, 1994), tendo em vista que o dispositivo da experimentação informatizada foi relevante de modo exclusivo em que o discurso é referido à exterioridade que lhe é constitutiva, pelas “possibilidades de coocorrência de uma superfície à outra” (PÊCHEUX, [1969] 2019, p. 119). Essas possibilidades permitem buscar uma leitura não-subjetiva que é tão cara a Análise de Discurso até hoje.

O que veremos são dados de pesquisa Nascimento (2019) da média de um experimento resultante da participação de 24 jovens universitários, de uma instituição pública de ensino superior, e resultados individuais (*gaze plot*, *heat map* e *pairwise comparisons*) de participante, de 20 anos, estudante do 3º período de Letras, no ano letivo de 2017. A colaboração dos participantes foi para a tarefa de visualizar uma imagem e responder uma pergunta, na tela de um computador, enquanto o rastreador ocular registrava seus tempos e padrões de fixação.

3 Para mais informações, ver França, Ferrari, Maia (2016), especialmente o capítulo sobre “Métodos de investigação linguística”, a parte de rastreamento ocular (*eye tracking*). Ver também Maia (2008).

Tratamos, aqui, da leitura de arquivo informatizado. A leitura de cada participante é movida pela relação entre linguagem e metáfora, de maneira que os sentidos circulados se inscrevem na memória do leitor e se fazem presentes na interpretação. Essa presença será vista pela relação, por um lado, pelo percurso de leitura do olhar e, por outro, pela identificação ao grupo sexual, conforme a sua declaração de consentimento para a participação da pesquisa Nascimento (2019).

Com o objetivo geral de contribuir para a compreensão das relações subjetividade/verdade e semântico-discursiva no processo semântico polissemia envolvido na visualização de imagens e na declaração dos participantes de pertencimento ao grupo sexual, os objetivos específicos são: (a) analisar a leitura dos movimentos oculares de um participante, por meio dos resultados de *gaze plot* e *heat map* (TFD: *total fixation duration* – duração total de fixação em cada área de interesse) do experimento de rastreamento ocular, (b) identificar *pairwise comparisons* desse leitor, e, por fim, (c) analisar a (in)visibilidade da subjetividade e (dizer a) verdade de um participante, sujeito-leitor declarado heterossexual.

A justificativa de escolha de tais dados de grupo específico se baseia pela média de resposta “sim”, em relação à pergunta “Há nudez na imagem?”, que se encontrava no último *slide* do experimento, se apresentar diferente das respostas “não” dos demais cinco grupos participantes (homens homossexuais e bissexuais, mulheres homossexuais, bissexuais e heterossexuais). Também pelo *heat map* e valor de ‘p’ desse grupo homens heterossexuais indicar *pairwise comparisons* em relação às áreas de interesse: cueca do modelo direito, rosto-peruca-busto da *drag queen*, rosto do Dicesar, sandália da *drag queen*, rosto do modelo direito.

Com algumas tradições científicas, compartilhamos discussões teóricas prováveis

hoje no campo discursivo. Escolhemos para embasamento científico interfaces mencionadas por Michel Pêcheux (em seu texto de [1984] 2011, publicação póstuma), ainda carentes de desenvolvimentos teórico-metodológicos.

Esclarecemos ainda que a pesquisa realizada potencialmente possa estar filiada às visões mais contemporâneas sobre interdisciplinaridade científica e sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia Pêcheux et al. (1982⁴), evitando, com isso, a irreducibilidade de enfoques a um substrato lógico, ou cognitivo neurológico inato, ou adquirido, seja a um substrato lógico e cognitivo. O enfoque que considera a função do simbólico Nascimento (2017) – sem jamais ser redutora dos fatos de linguagem – é a que nos interessa, por corroborarmos com a posição freudiana concernente à “associação livre” como técnica analítica e com a posição lacaniana referente ao efeito do escrito, ao *sinthoma*, à pulsão⁵, ao desejo e sua interpretação⁶, mesmo quando métodos de experimentação sobre a sensação e a percepção sejam escolhidos para a pesquisa.

Em se tratando de rastreamento ocular, os movimentos oculares registrados são nada menos que a identificação de percepções visuais, cuja extensão do percurso do olhar registra a polissemia dos sentidos, a pulsão e o desejo, as leituras singulares (e *sinthomáticas*⁷ – Lacan (1975-76)). Pode ser dito, portanto, que o rastreamento ocular identifica a “trituração de leitura” (PÊCHEUX, 1981), uma vez considerados os movimentos oculares como

seqüências discursivas de trituração visual: seleção, deslocamento, rupturas, deslizamento, derrisão.

Pressupostos teóricos

Ao ser apresentada essa questão para mostrar a variedade e a natureza das discussões levantadas pelos fenômenos de ponto de vista na linguagem multimodal, uma vez que as múltiplas modalidades envolvidas estão em pesquisas e em pauta de estudiosos da linguagem, as questões geralmente são de emergência de significado, cujo próprio uso da linguagem pode ser melhor compreendido ao ser investigadas apropriadamente outras modalidades ao lado da linguagem, como a inovação de contextos e formas de linguagem.

De acordo com o terreno da Análise do Discurso, trabalhamos a noção de língua em sua relação com o discurso e com a imagem. Essa aproximação é com os níveis do discurso (formulação, constituição e circulação). A imagem como condição da produção e da interpretação do olhar do sujeito leitor. Nesse sentido, o estudo da imagem com “o estudo dos fenômenos discursivos (...) defrontam-se com um espaço mais vasto, o da leitura⁸ e da interpretação.” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 227).

Ao estudar leitura de imagem, estamos na defesa de que a ordem da imagem se digladia confrontante com a desordem do olhar – isto é: com os múltiplos e assimétricos rastros do olhar. A simetria está para a imagem oferecendo a ordem, como a assimetria está para o olhar, oferecendo as pistas, os sinais, os emblemas. Os movimentos no trajeto de sentidos resultam de ordem e de desordem. Esses movimentos oculares se defrontam com o espaço da leitura e da interpretação. Os movimentos – muitas vezes – produzem descontinuidades meio à dispersão e à regularidade do discurso. Essas

8 Para discussões recentes sobre leitura e compreensão leitora sob as óticas da Psicolinguística e da Análise do Discurso, ver Gomes; Gonçalves (2021); Nascimento (2019).

4 Os autores Pêcheux; Henry; Haroche; Gadet (1982) abordam em seção 1: A psicolinguística como resposta à questão da linguagem em psicologia. Vale conferir o texto, que nos instiga reflexões sobre a Análise de discurso frente à psicologia cognitiva, à psicologia, à psicologia experimental, à psicolinguística, à psicanálise, à neurobiologia molecular.

5 Ver Lacan, J. [1964]. Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.

6 Ver Lacan, J. [1958-59]. Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação.

7 *Sinthoma* – de Jacques Lacan (1975-76): aquilo inverso ao sintoma, a patologia; o singular; a criação.

descontinuidades apresentam lacuna de estudo e acenam para a necessidade de investigação.

Para mais investimentos em relação a essa lacuna, o estudo sobre a sintaxe imagética vista pelo “mapa de calor (heat map)” pode se mostrar produtiva ao passo que permite a identificação de sequência dissimétrica e desigual dos olhos, que, por assim mesmo, permite também a identificação da produção de sentidos do olhar. Os sentidos do olhar podem não corresponder necessária e obrigatoriamente aos sentidos da imagem, impostos pela própria ordem da imagem, porque não se vê só o visível. Há discursividades no que se vê, assim como há no que está e é visível. No entanto, a visibilidade não está só no visível, está também no irremível, no irrisório, nos restos que podem estar nos becos e nas curvas dos caminhos do olhar, por sequências tomadas pelos olhos. “Quando se afirma que uma imagem não é visível, mas torna-se visível através dos gestos de interpretação, se pressupõe o alcance político-ideológico inscrito no uso que se faz das imagens” (SOUZA, 2018, p. 23).

Pode existir o funcionamento ordinário das discursividades do olhar, pelo registro das sequências tracejadas pelos olhos. No entanto, não é menos verdade também que há outros funcionamentos que não sejam univocamente ordinários. Há a ordem inversa da ordem canônica da sintaxe! Isso é bem verdade. Há verdades da palidez (La vérité de la palice, como intitulou Pêcheux a sua obra de 1975)! Essas condições da produção e da interpretação do olhar podem “contribuir com o estudo dos efeitos de mudança que afetam a circulação dissimétrica e desigual” (PÊCHEUX, [1984] 2011, p. 229) dos sentidos da ordem da imagem. Há trabalho da heterogeneidade discursiva no jogo contraditório socio-histórico da imagem e do olhar. Nem sempre o olhar tem correspondência simétrica e igual à imagem. Eis a desordem do olhar.

Essa desordem pode apontar suscetíveis eventos históricos, isto é: outros e novos eventos históricos. Daí o acontecimento discursivo da imagem como fundação de outro e novo evento histórico, como fundação de outra e nova formulação/constituição discursiva. A imagem está para a estrutura e o acontecimento como o discurso está para a estrutura e o acontecimento Pêcheux (1983). O que há de verdades na palidez de um rosto? ou de um semblante? ...o discurso se não fosse semblante [para lembrar Lacan]? Há língua no rosto, no semblante... e na imagem!

Metodologia do experimento de leitura de imagem

Especificamente, investigamos a distinção entre áreas comuns (“cueca”, “rosto”, “pernas”) e áreas particulares (“cueca do modelo direito”, “cueca do modelo esquerdo”, “rosto da *drag queen*”), propondo que os primeiros exercem a função de *tipo*, enquanto os segundos caracterizam *instâncias* de um tipo. O rosto, por exemplo, é um tipo que tem função de elemento cognitivo universal humano, independentemente da orientação sexual. Já as áreas particulares são dependentes da orientação sexual, conforme ponto de vista e polissemia do olhar do grupo selecionado, no caso o grupo dos homens heterossexuais. Por isso, as áreas particulares caracterizam *instâncias* de um tipo – a variabilidade ponto de vista e polissemia do olhar. Já a “cueca do modelo direito” ou a “cueca do modelo esquerdo” são instâncias de um tipo (“cueca”, “vestimenta”), como elemento cognitivo particular e não universal. Isso nos leva a previsão de tese de que a orientação sexual influencia na área de interesse Nascimento (2019).

Assim, com o objetivo de contribuir para a compreensão dos processos envolvidos na visualização de imagens, Nascimento (2019) solicitou a colaboração dos participantes para a

tarefa de visualizar uma imagem e responder uma pergunta, na tela de um computador, enquanto o rastreador ocular registrou seus tempos e padrões de fixação.

A imagem oferecida pelo *software* acoplado ao *eyetracker* utilizada pode ser visualizada em mapas de calor (*heat map*) que retratam, em uma escala de cor, os tons esverdeados, passando pelo amarelo e tons alaranjados, até chegar ao vermelho. A duração da fixação (primeira fixação e fixação total) e o número de movimentos sacádicos estão registrados nas Áreas de Interesse assinaladas, de acordo com as operações de quantificação geradas pelo sistema. Com esse recurso, pode-se ver ilustrada, no Mapa de Calor (*heat map*), a convergência entre os índices de “calor” na primeira passagem do olhar (*first-pass*).

No mesmo Mapa de Calor (*heat map*), nota-se a mancha avermelhada sobre a região, que reflete a média da Duração da Primeira Fixação (FFD), em nítido contraste com a mancha esverdeada, que recebeu FFD média significativamente inferior. Rastream-se as fixações oculares dos sujeitos, cuja tarefa consistia na leitura automonitorada de imagem que aparecia em um único *slide*, na segunda tela, apresentando-se, na tela subsequente, uma questão interpretativa com duas opções de resposta, devendo-se responder fixando-se o olhar em uma delas. As variáveis dependentes foram estabelecidas como: (i) os tempos totais de fixação nas regiões de interesse, (ii) a fixação ocular em uma região, e (iii) os tempos totais de fixação nas alternativas de resposta à questão interpretativa final.

O experimento foi aplicado usando equipamento TOBII TX300, binocular, integrado a monitor de 23, em uma sala de laboratório experimental. Procedia-se à calibração de cada sujeito, que era sentado à distância de 60 a 65 cm da tela, devendo fixar o olhar e acompanhar o aparecimento e a movimentação de 12 pontos representados por círculos verdes. A calibração era repetida, caso não se obtivessem parâmetros aceitáveis, conforme indicado pelo programa. Após a fase da calibração, o sujeito era exposto a três slides, sendo o primeiro com instruções, o segundo com imagem e o terceiro com pergunta). Tratou-se de uma fotografia digital, capa de revista publicitária, sendo observado pelo experimentador, que não podia lhe indicar ajustes em relação à tarefa. Em seguida, o experimentador se retirava da sala, deixando cada sujeito completar o experimento, durando em média 5 minutos.

Leitores, Revista G Magazine e Percurso de Leitura do Olhar

Observemos o quadro, a seguir, para a compreensão do que acabamos de afirmar.

Quadro A: Média dos resultados do *heat map* de participantes homens e mulheres

RESULTADOS	PARTICIPANTES		
HOMENS	Homens Homossexuais	Homens Heterossexuais	Homens Bissexuais
<i>Heat Map</i>			
MULHERES	Mulheres Homossexuais	Mulheres Heterossexuais	Mulheres Bissexuais

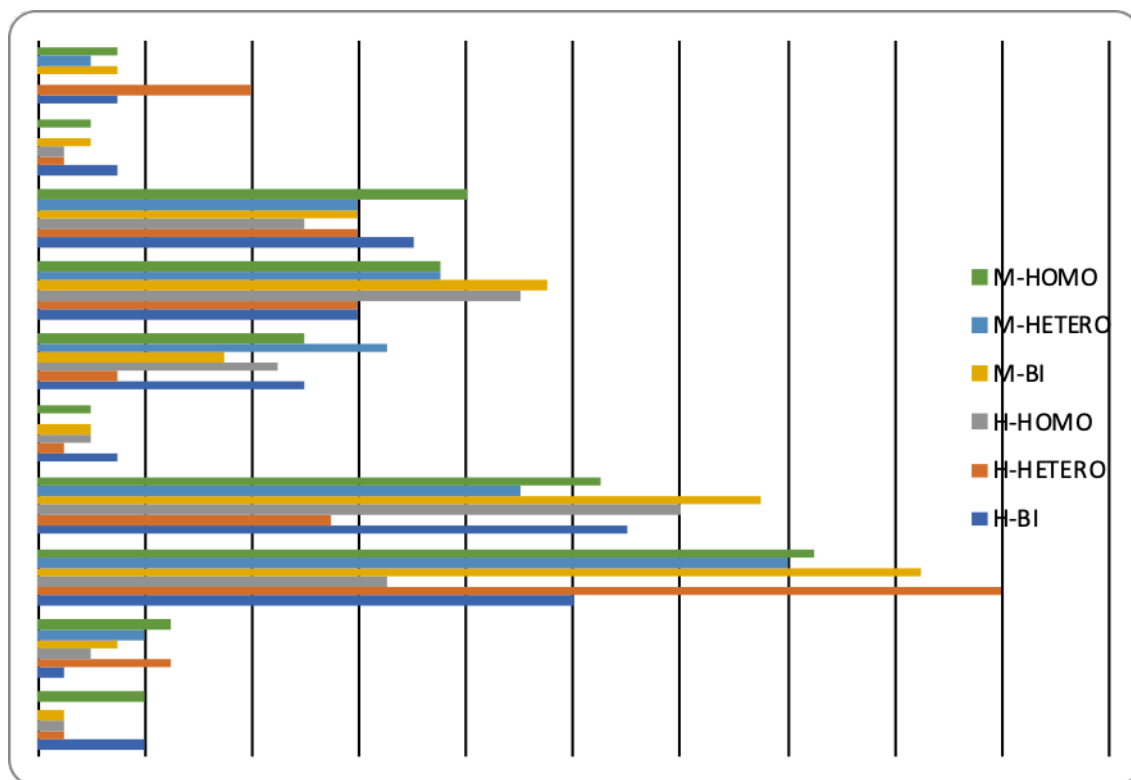


Fonte: Do autor.

Dada essa concentração sintática do olhar, singular e particular, a correspondência em sentidos demonstra resultados em dado trajeto semântico visivelmente marcado pela *gaze plot* – a ser vista mais a diante. Podemos dizer que a relação *gaze plot* e *heat map* corresponde à construção de base para o significado, vista como matriz. Esta se refere à escolha ocular dada pelo movimento em relação ao específico ângulo, cor e forma da imagem. Por exemplo, o “rosto do modelo fotográfico da direita”, o “rosto do modelo fotográfico da esquerda” ou o “rosto da *drag queen*” que podem evocar os seguintes domínios de experiência: espaço, conceito de rosto, conceito mais esquemático de rosto de modelo fotográfico ou de rosto de *drag queen*, concepção de um rosto, noções de conteúdo, fenótipo, etc. A lista de domínios evocados da imagem de rosto depende do propósito perceptual do leitor.

A seguir, vemos o gráfico em barras que apresenta a duração total de fixação (escala horizontal de 0 a 10) em cada das 10 áreas de interesse (escala vertical de 1 a 10).

Gráfico 1: TFD (total fixation duration) – duração total de fixação em cada área de interesse



Fonte: Do autor.

Para interpretar uma das 10 (dez) áreas de interesse selecionadas a fim de monitorar e controlar os resultados de leitura da fotografia digital, no caso “a área de interesse rosto do modelo fotográfico”, acessamos o conhecimento cultural referente a esse tipo de modelo de uma revista publicitária de erotismo para o público LGBTQIA+. O leitor poderia pensar que o rosto do modelo era qualquer um.

Além da organização figura vs. fundo, a focalização recobre o domínio de uma matriz, cujo *escopo* consiste na cobertura daquele domínio: o termo *rosto* evoca certa extensão espacial para a especificação de sua forma característica, o fenótipo que requer o acesso mental a características específicas (de traços fenotípicos que perfilam graus de beleza e que podem acentuar expressões de simpatia e felicidade, por exemplo) para a identificação de um corpo modelado, ou artístico, no caso de se tratar de *drag queen*.

Nesse caso, a organização de figura/fundo pode indicar o escopo, que se trata de “uma questão de seleção” (FERRARI *et al.*, 2017, p. 1469). Com base no escopo máximo, “parte do corpo humano” seleciona um determinado conteúdo conceptual para colocar em *proeminência* (isto é, escopo imediato). Esse conteúdo selecionado “rosto do modelo fotográfico da direita”, “rosto do modelo fotográfico da esquerda” ou ainda “rosto da *drag queen*” constitui uma estrutura particular denominada *perfil*.

Diante disso, o conceito de polissemia se faz necessário para compreendermos o perfil, a área de interesse (indicada pelo *heat map*) e a *gaze plot*. O perfil escolhido e indicado pelo *heat map* em específica área de interesse, realizado pelo rastreamento ocular de cada participante-leitor de nossa pesquisa, explica como o fenômeno metafórico está relacionado a noções de perspectiva, tempo, espaço e movimento. Esse fenômeno envolve uma projeção entre apenas um domínio, diferentemente da metonímia, que envolve dois Ferrari (2011).

Vejamos a confirmação de nossa hipótese – a polissemia está na ordem da imagem no momento de movimento ocular, de modo a indicar *construção de movimento causado* pelo resultado de *gaze plot* e confirmação pelo *heat map* –, ao analisarmos o quadro a seguir, com resultados individuais Nascimento (2019). Como já mencionado anteriormente, lembramos que a indicação de *construção de movimento causado* pelo resultado de *gaze plot* demonstra o percurso realizado pelo olhar à imagem, de modo que o movimento ocular seguinte indicia o novo estímulo resultante em percepção visual Nascimento (2019).

Quadro B: Resultados individuais de *gaze plot* e *heat map* de participantes homens heterossexuais

RE SUL TA DOS	PARTICIPANTES: HOMENS HETEROSSEXUAIS			
	E. S.	M. A.	M.	R. N.
<i>Gaze Plot</i>				



Fonte: Do autor.

Em estudo de (FERRARI, 2016, p. 106), a autora afirma que “o laço de polissemia capta a natureza das relações semânticas entre um sentido particular de uma construção e extensões desse sentido”. Lembrando dos moldes propostos por Lakoff (1987), Ferrari (2016, p. 107) aciona o ensinamento do autor de que “a extensão metafórica corresponde a ligações que se estabelecem por polissemia”.

Na esteira dessa distinção, deslocando de construções linguísticas do português brasileiro para a natureza de multimodalidade da fotografia digital, procedemos ao tratamento de extensões metafóricas relacionadas à linguagem não-verbal de modo a identificar as diferenças de leitura dos participantes do experimento. Vejamos que as extensões metafóricas realizadas pelo percurso do leitor E. S. se diferenciam das extensões dos leitores M. A, M. e R. N. Todos esses quatro sujeitos homens heterossexuais realizaram a extensão metafórica de modo particular, assim sendo construída individualmente a polissemia do olhar.

A polissemia do olhar nada mais é do que os sentidos que o olhar foi traçando de maneira a construir gestos de leitura. Cada leitura foi finalizada no momento em que o *heat map* do experimento de rastreamento ocular demonstra o TFD (*total fixation duration*) – duração total de fixação na maior área de interesse. Identificamos individualmente o *heat map* de cada leitor-participante do grupo homens heterossexuais: o leitor E. S. teve duração total de fixação nas seguintes áreas de interesse: *enunciado Dicesar, peruca da drag queen, rosto do modelo esquerdo e rosto de Dicesar na televisão*. Já o leitor M. A. teve duração total de fixação nas áreas *busto da drag queen e cueca do modelo esquerdo*. M. teve duração total de fixação nas áreas de interesse *busto da drag queen*, enquanto o leitor R. N. teve no *enunciado Dicesar, logo da G Magazine, rosto da drag queen e rosto do modelo esquerdo*.

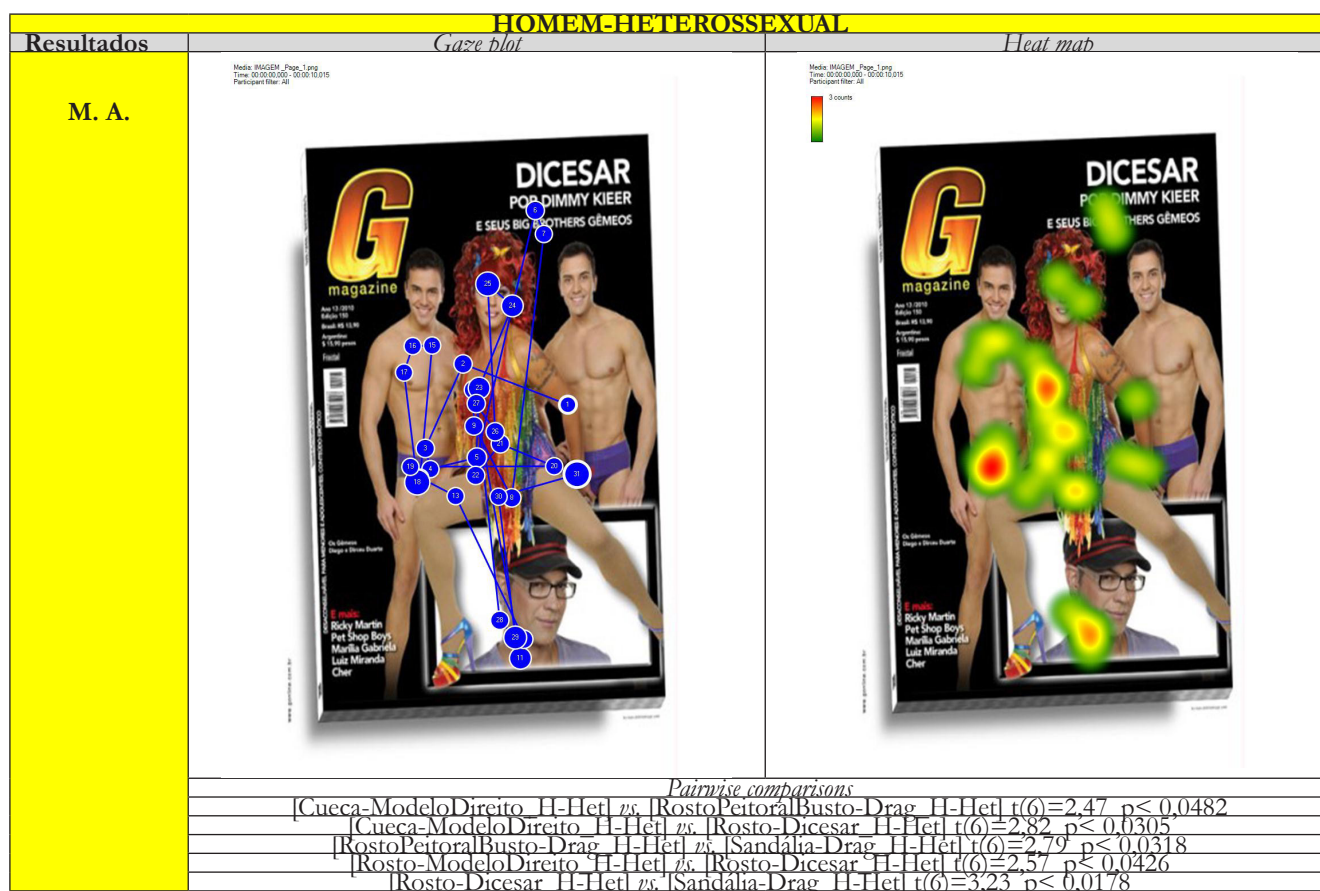
Ao analisarmos o Quadro B, vemos que há extensões distintas, em escala de maior a menor grau, ou vice-versa, de cada leitor-participante em relação a cada área de interesse. Em casos de materialidade do não-verbal, a hipótese de que a construção de movimento causado possa ser identificada em movimentos oculares é verdadeira, pela justificativa de que possamos identificar valores de ‘*p*’⁹ confiáveis do grupo homens heterossexuais por meio de *pairwise comparisons*¹⁰, resultado do experimento de rastreamento ocular (*eyetracking*).

Para isso, veremos o Quadro C.

9 Na estatística clássica, o valor-p (também chamado de nível descritivo ou probabilidade de significância) é a probabilidade de se obter uma estatística de teste igual ou mais extrema que aquela observada em uma amostra, sob a hipótese nula. Por exemplo, em testes de hipótese, pode-se rejeitar a hipótese nula a 5% caso o valor-p seja menor que 5%. Assim, uma outra interpretação para o valor-p é que este é o menor nível de significância com que se rejeitaria a hipótese nula. (cf. Glossário Inglês-Português de Estatística, Sociedade Portuguesa de Estatística e Associação Brasileira de Estatística)

10 Para mais informações, ver França, Ferrari, Maia (2016) e Maia (2008).

Quadro C: Resultados individuais de *gaze plot*, *heat map* e *pairwise comparisons* de participante homem heterossexual, identificado como leitor M. A.



Fonte: Do autor.

O contexto desse quadro é a radiografia visual – obtida pelos procedimentos *gaze plot* e *heat map* da metodologia *eye tracking* – de multimodalidade sincrética da fotografia digital, objeto eleito de investigação, nesse texto. A construção de movimento causado é em relação ao que Sweetser (2013) aborda como representação do ponto de vista. Essa construção tem sua relação com a criatividade envolvida nos diferentes recursos multimodais.

Essa construção de movimento causado é o funcionamento da linguagem na fotografia digital, por exemplo. “(...) tem todos os recursos de um corpo inerentemente perspectivado no espaço, para representar os fenômenos do ponto de vista” (SWEETSER, 2013, p. 250 – tradução livre). É exatamente o ponto de vista representado nos recursos da linguagem, combinando as áreas de interesse de formas linguísticas como (casos, por exemplo, do logo da *G Magazine* e o enunciado: *Dicesar por Dimmy Kieer ao lado de seus big brothers gêmeos*), com as áreas de interesse de formas visuais e gestuais linguísticas (casos, por exemplo, da *peruca da drag queen*, do *rosto do modelo esquerdo*, do *rosto do modelo direito*, do *rosto de Dicesar na televisão*, do *rosto da drag queen*, assim como das áreas *busto da drag queen*, *cueca do modelo esquerdo*, *cueca do modelo direito*, *peitorais dos modelos*, etc).

Essas áreas representativas de ângulos, cores e formas não-verbais são policromias – conceito elaborado por Souza (1996; 1997) – que marcam a incorporação ou combinação de pontos de vista conforme Sweetser (2013). A policromia permite a leitura interpretativa dos sentidos, do senso comum até os sentidos de maiores investimentos de interpretação: “Ao se analisar uma imagem pelo viés da

policromia, se direciona e se constrói *o próprio olhar através dos gestos de interpretação*.” (SOUZA, 2013, p. 298).

“O trabalho com o conceito de policromia nos faz chegar a como se dá a textualização do político no âmbito do não verbal” (SOUZA, 2018, p. 23). Assim, gestos, corporeidades e expressões de sorrisos, simpatia e felicidade, por exemplo, marcados no rosto do modelo esquerdo, além de sua cueca como área interessada, talvez justifique ter sido o modelo a receber mais textualização do político (asseverados pelo *beat map*) – e formas verbais (logo *G Magazine* e enunciado *Dicésar por Dimmy Kieer...*), que se integram em linguagem verbal, corporal e gestual, em audiovisuais¹¹, cuja construção de movimento causado permite o trânsito de uma área de interesse do não-verbal com uma área verbal.

A construção de movimento causado é aquilo apontado como movimento em sequência numérica pela *gaze plot* – isto é: o movimento ocular 2 ser resultado do deslocamento de 1 para 2, assim por diante, tecendo uma trama numérica que representa o trajeto de construção dos sentidos, de modo a possibilitar consequentemente a existência da polissemia e da policromia, diante disso, registrar o percurso de extensões metafóricas. Essas extensões metafóricas resultam e dependem da construção de movimento causado. A construção de movimento causado depende da existência da policromia na fotografia digital, que permite a pulsão corresponder no consequente movimento ocular, impulsionado pelo desejo da mudança de direção visual. Essa trama tem sua correspondência na interpretação que assegura a elaboração da resposta “Sim” ou “Não” diante da questão “Há nudez na imagem?”.

11 ‘Audiovisuais’ é conceito de Milanez (2018; 2019) para estudar os modos da organização de objetos fílmicos e midiáticos, entre outros, a partir da revitalização de noções foucaultianas no quadro dos estudos discursivos.

Pelos resultados individuais de *gaze plot* do sujeito leitor M. A., as extensões metafóricas de percurso do olhar de (1) a (31) movimentos oculares resultaram e dependeram da construção de movimento causado da partida inicial (1) cotovelo da *drag queen*, para (2) ombro da *drag queen* e peitoral do modelo esquerdo, depois (3) barriga do modelo esquerdo, (4) cueca, especificamente região genitália do modelo esquerdo, (5) voltando para a *drag queen*, área da *collant*, altura da barriga, (5-9) ficando na área da *collant*, da barriga em direção ao peitoral da *drag queen*, (11) indo ao pescoço do Dicésar na área da televisão, (13) avançando para as pernas da *drag queen*, (14) deslocando-se para a cueca do modelo esquerdo, altura de divisa entre a cueca e as suas pernas, movimentando-se de (14) para (15-17) o peitoral do modelo esquerdo, voltando novamente para (18) a cueca do modelo esquerdo, direção entre a divisa da cueca e as suas pernas para o elástico da cueca, onde se localiza a marca *Mash*.

De (22-25), transita entre a área da *collant*, (26) a peruca e (27) o busto da *drag queen*, deslocando-se para (28-29) pescoço e mandíbula do Dicésar na área da televisão, finalizando os movimentos oculares na área da *collant* da *drag queen*, especificamente na região de divisa entre a genitália e as suas pernas, chegando finalmente (31) no modelo direito, na cueca, cuja mão da *drag* está sobrepondo a região genitália.

Consideremos ainda os dados acima do Quadro C, referentes à *gaze plot* de leitura de imagem desse leitor-participante identificado como homem heterossexual M. A. Selecionamos cinco comparações confiáveis, conforme o último objetivo específico dessa pesquisa experimental: identificar valores de ‘p’ confiáveis do grupo homens heterossexuais por meio de pairwise comparisons.

Vejamos que as comparações desse grupo de homens com valores de ‘p’ confiáveis a $< 0,05$ são:

em (1) cueca do modelo direito *vs.* rosto-peruca-busto da *drag queen* ($p < 0,0482$); em (2) cueca do modelo direito *vs.* rosto do Dicésar ($p < 0,0305$); em (3) rosto-peruca-busto da *drag queen vs.* sandália da *drag queen* ($p < 0,0318$); em (4) rosto do modelo direito *vs.* rosto do Dicésar ($p < 0,0426$); e em (5) rosto do Dicésar *vs.* sandália da *drag queen* ($p < 0,0178$).

Como “poderíamos inicialmente pensar que o corpo único é uma limitação em representar múltiplos corpos – ou pelo menos, poderíamos pensar que seria confuso para os destinatários descompactar as misturas (...)” (SWEETSER, 2013, p. 250 – tradução livre). Leitores “desempacotam” essas misturas de forma suave e confortável, construindo os múltiplos pontos de vista em relação uns aos outros (SWEETSER, 2013), em relação a uma área de interesse a outra, como vemos nos dados de (1) a (5).

Tanto ao observarmos o Quadro B: Resultados individuais de *gaze plot* e *heat map* de participantes homens heterossexuais, quanto ao observarmos o Quadro C: Resultados individuais de *gaze plot*, *heat map* e *pairwise comparisons* de participante homem heterossexual, identificado como M. A., os dados (1) modelo direito *vs.* *drag queen*; (2) modelo direito *vs.* Dicésar; (3) *drag queen vs.* *drag queen*; (4) modelo direito *vs.* Dicésar; e (5) Dicésar *vs.* *drag queen* representam os domínios cognitivos, respectivamente, em (1) cueca *vs.* rosto-peruca-busto; em (2) cueca *vs.* rosto; em (3) rosto-peruca-busto *vs.* sandália; em (4) rosto *vs.* rosto; e em (5) rosto *vs.* sandália.

Essa lista de domínios específicos evocados de (1) a (5) por imagens de cueca, rosto-peruca-busto, rosto, sandália dependeram do propósito perceptual dos leitores desse grupo frente às policromias que garantiram a injunção de interpretar e afirmar a resposta “Sim”, com relação à questão “Há nudez na imagem?”.

No caso de M. A., os *domínios* cueca do modelo direito, busto da *drag queen* e rosto do Dicésar na televisão foram o conteúdo da multimodalidade, cujo o *movimento ocular* dado como resultado de *heat map* no experimento de rastreamento ocular incidiu na ativação desses três conjuntos de domínios cognitivos. A concentração nas três determinadas áreas de interesse, que apresentaram maior tempo de duração de fixação, revela a atenção de percepção visual desse leitor-participante M. A., pelo seu percurso do olhar. Essa concentração corrobora na elaboração à resposta da questão “Há nudez na imagem?”.

Leitura da nudez, maldizer a declaração e a verdade das insinuações do olhar

O artigo que apresentamos para o dossiê “Estudos discursivos e as confissões da carne” se soma aos trabalhos que envidaram seus esforços para à pergunta: o que faz com que falemos, hoje, dessa atualidade das confissões da verdade e do desejo?, enquanto filigrana do questionamento foucaultiano em “E o que faz que eu fale dessa atualidade?” (FOUCAULT, 1983 [2011]). Apresentamos alguns resultados de pesquisa que se fez essa pergunta e que tratou intituladamente de “insinuações da carne: ordem da imagem e sentidos do olhar”. As reflexões propuseram investigar a atualidade das confissões da carne com as suas insinuações por meio dos sentidos do olhar em percurso de leitura de imagem.

Ao intentar compreender os modos de designação e especificidades dos modos de agir no interior de nossa atualidade, propomos, aqui, trazer os desdobramentos discursivos que podem fazer das ordens os sentidos do olhar em experiência de leitura. Com essa “experiência de se pôr a olhar” e, antes, “experiência de se pôr a confessar para um dizer verdadeiro do sujeito sobre si mesmo” – quando da declaração em qual grupo sexual

pertencia (qual a sua sexualidade), os *domínios* cueca do modelo direito, busto da *drag queen* e rosto do Dicésar na televisão obtiveram a concentração nas três determinadas áreas de interesse pela atenção do leitor-participante M. A., em seu percurso do olhar.

Essa concentração em maior tempo de fixação do olhar de M. A. permite indiciar um percurso de olhar verdadeiro que confronta com o maldizer de sua declaração. Esse maldizer (FOUCAULT, 1981), por um lado, tenta a opacidade da sexualidade do sujeito por usar a língua para declaração de o pertencimento ao grupo heterossexual, que, por outro lado, o percurso do olhar demonstra a transparência das insinuações da carne Foucault (1984) – olhar verdadeiro para partes do modelo que são investidas da carne viril: genitália coberta pela cueca e rosto do modelo, além do busto da *drag queen*.

Chegamos no ponto da atualidade das confissões da verdade e do desejo¹², se relacionarmos a subjetividade e verdade, os modos instituídos do conhecimento de si e a história desses modos. Isso coloca em questão o sujeito estabelecido como um objeto de conhecimento possível, desejável ou impensável. O fio condutor útil para a discussão são as “técnicas de si” (os procedimentos) “prescritos aos indivíduos para estabelecerem sua identidade” (FOUCAULT, 1980-1981, p. 267). Mantê-la ou transformá-la em função de certos fins tem relação com o “domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1980-1981, p. 267).

Nesta pesquisa, também é significativo compreender a relação entre os marcadores físicos (duração total de fixação do olhar nas áreas *busto da drag queen* e *cueca do modelo esquerdo* pelo leitor M. A., que nos concentramos nas análises) e a (in)visibilização no caso de sua declaração em ser homem heterossexual.

O discurso da declaração é de grande importância para os homens e tem alguns significados como o medo de perder a imagem de macho ou masculino. A declaração é uma forma de visibilização física. É uma auto(in)visibilização das mulheres e dos homens. Assim, pelo mero ato de se declarar, eles e elas podem ser vistos (pelo menos do ponto de vista sexista) como não estar fugindo do espaço social preparado para eles/elas pela sociedade heterossexual. A declaração, portanto, é um marcador social interpretado pela sociedade de acordo com seus esquemas tanto sobre a declaração quanto sobre a subjetividade/verdade Foucault (1980,1981). Ao mesmo tempo, o discurso declarado é a afirmação social que identifica a visibilidade heterossexual e mostra a invisibilização da subjetividade/verdade, a relação entre visibilidade física, visibilização social e invisibilização de si.

A questão de “quem (in)visibiliza o que”, é claro, tem as reproduções da (in)visibilização social e estrutural que ultrapassa a subjetividade/verdade. No entanto, a invisibilização dos homens homossexuais pelas mulheres e homens heterossexuais não se baseia em um único aspecto. Construída por relação de poder, as invisibilizações ocorrem pelas declarações e afirmações que geralmente tendem a usar discursos patriarcais, religiosos, machistas e discriminatórios, funcionando para mantê-los unidos e para mantê-los fora da diferença religiosa – por exemplo. Usar esses discursos significa que sujeitos não são os únicos que invisibilizam outros sujeitos, mas a própria sociedade participa desse resultado de (in)visibilidade. À medida que o círculo de visibilização em torno de si se amplia, a invisibilização do conhecimento de si por si mesmo pode ser a *técnica de si*. Outro discurso significativo para entender a invisibilização de si – da técnica de si recorrida – está relacionado à busca simbólica da fuga da opressão.

12 A tese de Nascimento (2019) discursivizou o conceito de “desejo” (sob a ótica de Lacan) em suas análises.

Novamente, um marcador físico altamente visível como a declaração de participação do grupo sexual heterossexual (que, ao mesmo tempo, invisibiliza a participação em outro grupo) é entendido como um marcador social de subordinação. Tudo em prol da fuga da opressão. É um dos símbolos mais poderosos da rigidez religiosa. Foucault nos esclarece sobre isso nos quatro volumes da **História da Sexualidade** e os elementos culturais associados que exigem que os sujeitos sejam excessivamente visíveis na subjetividade/verdade sexual. Ao mesmo tempo que invisibiliza as características individuais dos sujeitos, marca o ato de se subordinar ao grupo (auto) declarado.

A opressão nas relações familiares e a invisibilização social na sociedade mostra uma tendência de o sujeito criar uma relação para a proteção de “si”. Proteção de discursos opressores e discriminatórios que causam mudança¹³ na relação entre os sujeitos no que diz respeito às declarações ao pertencimento aos grupos sexistas. Como resultado inverso – caso “não se proteger” pelos discursos discriminatórios, como justificativas veiculadas, expor-se em grupos sexistas “minoritários” seria a possibilidade de dizer a verdade sobre a própria sexualidade, mas se revelar e aguardar preconceitos e violências.

Diante dessas justificativas veiculadas, por exemplo, a não declaração verdadeira de sua sexualidade para a participação na pesquisa é uma “tecnologia de si” – “reflexão sobre os modos de vida, sobre as opções de existência, sobre o modo de regular a própria conduta, de estabelecer para si mesmo fins e meios” – conforme (FOUCAULT, 1980-1981, p. 269). Essa tecnologia do sujeito

(“governo de si”) deixa examinar técnicas pelas quais o indivíduo é levado a não dizer a verdade, de modo a apontar outra direção, a modificação de a relação consigo mesmo no aspecto da sua relação com a subjetividade/verdade (FOUCAULT, 1980-1981). Portanto, o sujeito que usa esse conhecimento demonstra que lhe falta a coragem da verdade Foucault (1983, 1984) no ato de dizer, por outro lado, a coragem reside no ato de olhar e nos movimentos realizados em seu percurso de leitura do olhar.

Considerações finais

Vimos que a (in)visibilização Foucault (1981, 1980-1981, 1984) nos ajuda a entender a interseção específica da discriminação sexual e outros aspectos relacionados semântico-discursivamente. A invisibilização se mostrou às vezes útil para não ser identificada a sexualidade do sujeito e para estar livre de ameaça. Ao mesmo tempo, essa invisibilização tinha o preço de uma maior irrelevância e um *status* de objeto e não sujeito de discursos e processos sociais. Em vez de uma percepção binária de visibilidade ou invisibilidade, podemos perguntar que tipo de visibilidade é produzida. Além disso, para superar a visibilização discriminatória, a questão da (re)produção subjetiva e imagética (de si, por si mesmo e a própria imagem de si para si) deve ser abordada. Vimos como os próprios discursos de declaração e de leitura da imagem estão inter-relacionados, assim como um sujeito se relacionou com essas estruturas gerais de discurso herdado e normatizado.

Uma das descobertas mais importantes deste estudo é que o discurso masculino dominante também é internalizado e reproduzido por homens homossexuais. O discurso normativo sexista e divisor de “nós” e “eles” segue em todo o conjunto de dados produzindo a diferenciação dos homens declarados para o pertencimento em cada grupo, como uma amostra dos resultados trazidos aqui.

¹³ Nesse ponto da discussão, a noção de dessubjetivação Foucault (1980,1981) e Milanez (2013) pode ser profícua em futuros trabalhos para pensar o sujeito M. A. e o seu processo de dessubjetivação como experiência interior de si face a processos de subjetivação, as relações entre dessubjetivação, subjetivação e os modos de reinvenção do sujeito por meio da ‘ressubjetivação’, como proposto por Milanez (2021).

O uso de discursos religiosos de longa data sobre a identidade masculina ou do homem explica como a identidade dos homens serem sexuais pode desencadear o maldizer ou o malfazer verdadeiro na sociedade anfitriã Foucault (1981, 1984). Vimos (na pesquisa de doutoramento) como esse quadro discursivo se relaciona com outros discursos discriminatórios, visivelmente marcados na sociedade, veiculados pela mídia, pelo digital, pela internet, como discursos sobre “si” e “por si mesmo”.

O quadro geral entre os grupos sexuais indicia realidades tão diversas como usar a declaração para maldizer de si. Efeito maquiagem para iludir-se a respeito de pertencimento ao grupo que, de fato, não pertence. Nesse caso, um *status* de sujeito dependente da norma e temido pela ameaça ou exclusão sexual de grupo normativo foi afirmado. Com isso, o discurso de declaração foi principalmente um discurso sobre homem refugiado de si e não sobre a subjetividade/verdade declarada pela estrutura da língua, mas excluída de sua própria produção de identidade e de seu dizer verdadeiro correspondente ao próprio percurso do olhar desejado pela imagem de carne alheia. As insinuações do olhar visibilizam os sujeitos como atores produtivos das físgadas das insinuações da carne. O malfazer (ou *maldizer*) é dizer verdadeiro.

Referências bibliográficas

- FERRARI, Lilian. Introdução à Linguística Cognitiva. 1. ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- FERRARI, Lilian et. al. Referência genérica em SNs singulares: uma abordagem cognitivista experimental. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v.25, n.3, p. 1463-1500, 2017. Disponível: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.25.3.1463-1500> Acessado: 15 junho 2021.
- FOUCAULT, Michel. Subjetividade e Verdade: curso no Collège de France. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; traduzido por Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1980-1981] 2016.
- FOUCAULT, Michel. Malfazer, Dizer Verdadeiro: função da confissão em juízo. Edição estabelecida por Fabienne Brion e Bernard E. Harcourt; traduzido por Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1981] 2018.
- FOUCAULT, Michel. A Coragem da Verdade. O governo de si e dos outros II. Edição estabelecida por Frédéric Gros sob direção de François Ewald e Alessandro Fontana; traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, [1983-1984] 2011.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade: as confissões da carne. 4 Edição, estabelecida por Frédéric Gros; traduzido por Heliana de Barros Conde Rodrigues e Vera Portocarrero. São Paulo: Paz e Terra, [1984] 2020.
- FRANÇA, Anieli Improta; FERRARI, Lilian; MAIA, Marcus. A Linguística no Século XXI: Convergências e divergências no estudo da linguagem. São Paulo: Contexto, 2016.
- GOMES, G. S.; GONÇALVES, T. M. Leitura e compreensão leitora sob as óticas da Psicolinguística e da Análise do Discurso: Uma aproximação. Letrônica, volume 14, n. 2, 2021. Disponível: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2021.2.38742> Acessado: 15 agosto 2021.
- LACAN, Jacques]. Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, [1958-59] 2016.
- LACAN, Jacques. Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, [1964] 2008.
- LACAN, Jacques. O Seminário, livro 23: o Sinthoma. Rio de Janeiro: Zahar, [1975-76] 2007.
- MAIA, Marcus. Processos bottom-up e top-down

no rastreamento ocular de imagens. Veredas, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), v. 2, p. 8-23, 2008. Disponível: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25167> Acessado em: 29 maio 2021.

MILANEZ, Nilton. A dessubjetivação de Dolores. Escritas de discurso e misérias do corpo-espaço. Linguagem. Estudos e Pesquisas, Universidade Federal de Goiás (UFG), v. 17, p. 369-389, 2013.

MILANEZ, Nilton. O corpo de Alexina Barbin: escrita e audiovisualidades de si com Michel Foucault. In: MILANEZ, Nilton; NASCIMENTO, Rebeca; SANTA BARBARA, Urania. (Org.). Temas de pesquisa: o corpo e suas extensões no discurso. Feira de Santana: Edições Labedisco, 2018. p. 9-24.

MILANEZ, Nilton. Audiovisualidades: elaborar com Foucault. Londrina: Eduel; Guarapuava: Unicentro, 2019.

MILANEZ, Nilton. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Labedis/Museu Nacional, UFRJ, v. 6, n. 2, 2021.

NASCIMENTO, Lucas. Quando a letra falta, o digital fal[h]a: a função do escrito. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Labedis/Museu Nacional, UFRJ, v. 2, n. 2, 2017. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/12738> Acessado: 25 junho 2021.

NASCIMENTO, Lucas. Imagem cosmética, sintaxe imagética e posições identitárias: leitura de visualidades da G Magazine. In: BEZERRA, Beatriz Braga; CARVALHO, Dorama de Miranda. (Org.). Laços entre Comunicação e Educação: reflexões sobre novas plataformas midiáticas e interferências estéticas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. p. 118-153.

NASCIMENTO, Lucas. Insinuações da Carne: Ordem da Imagem e Sentidos do Olhar – por questões de leitura de fotografia digital da G Magazine. 2019. 216 p. Tese (Doutorado em

Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <http://www.ppglinguistica.letras.ufrj.br/images/Linguistica/3-Doutorado/teses/2019/TESE-Final-BIBLIOTECA-UFRJ-L.NASCIMENTO.pdf>. Acessado em: 10 julho 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). Gestos de Leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores [1969] 2019.

PÊCHEUX, Michel. L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison. Actes du Colloque Matérialités discursives. Université Paris X – Nanterre, 24-26 avril 1980. In: CONEIN, Bernard. et al. (Orgs). Matérialités discursives. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 143-148.

PÊCHEUX, M.; GADET, F.; HAROCHE, C.; HENRY, P. “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em Psicologia”. In: PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1982] 2015. pp. 55-71.

PÊCHEUX, Michel. Discourse: structure or event? – Actes du Colloque Marxism and Interpretation of Culture: Limits, Frontiers, Boundaries. L'Université Urbana-Champaign, 8-12 juillet 1983. In: PÊCHEUX, Michel. L'inquietude du Discours. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Éditions des Cendres, 1993, p. 303-323.

PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise do Discurso na França). In: PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1984] 2011. p. 227-230.

SOUZA, Tania Clemente. Imagem e Sentido. Texto-apostila utilizado no curso Análise do

discurso, do Instituto de Artes de Comunicação Social, UFF: Niterói, primeiro semestre, 1996.

SOUZA, Tania Clemente. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal. Conferência no 2º Colóquio de Analistas del Discurso. Universidad del Plata, Instituto de Lingüística da Universidad de Buenos Aires: La Plata e Buenos Aires, 1997.

SOUZA, Tania Clemente. Gestos de Interpretação e Olhar(es) nas Fotos de Curt Nimuendajú: Índios no Brasil. Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, p. 287-301, 2013. Disponível: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/144> Acessado: 11 junho 2021.

SOUZA, Tania Clemente. Perspectivas da análise do (in)visível: a arquitetura discursiva do não verbal. In: RUA, v 1. n: 24, p. 17-35, junho, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.20396/rua.v24i1.8652400> Acessado: 05 junho 2021.

SWEETSER, Eve. Creativity across modalities in viewpoint construction. In: BORKENT, DANCYGIER, HINNELL. (Org.). Language and the creative mind. CSL1 Publications, 2013. p. 239-256.

Submissão: Agosto de 2021

Aceite: outubro de 2021.

DISCURSO POLÍTICO EM A NOVA ORDEM, DE B. KUCINSKI

Patrícia Martins Alves do Prado¹

Fernanda Nunes de Araújo²

Karla Nunes de Souza³

Resumo: Neste artigo examinaremos alguns elementos da narrativa ficcional *A Nova Ordem*, de B. Kucinski, a fim de analisar estratégias e recursos literários utilizados pelo autor para tecer o enredo do romance e criar suas personagens. *A Nova Ordem* é uma obra de ficção literária, que foi escrita em 2019 e que mescla ficção e realidade ao retratar fatos que retomam um país gerido por militares, cuja intenção maior é manipular a sociedade, perseguindo os “utopistas” e exterminando as minorias, para assim, conquistarem a hegemonia e se manterem para sempre no poder. Kucinski, que vivenciou o período da ditadura militar no Brasil, compõe uma narrativa orquestrada, cuja forma irá corroborar para que o leitor, instigado pelo narrador, assuma o seu papel crítico diante do texto. Para embasar este estudo, nos apoiaremos nas teorias de Roland Barthes, Gérard Genette, Antônio Cândido e Eurídice Figueiredo.

Palavras chaves: Kucinski; Literatura Contemporânea; Ditadura Militar; Hibridismo.

POLITICAL SPEECH IN THE NEW ORDER, BY B. KUCINSKI

Abstract: In this article we will examine some elements of the fictional narrative *The New Order*, by B. Kucinski, in order to analyze strategies and literary resources used by the author to weave the novel's plot and create its characters. *The New Order* is a work of literary fiction, which was written in 2019 and which mixes fiction and reality by portraying facts that retake a country run by the military, whose main intention is to manipulate society, persecuting the “utopians” and exterminating minorities, to thus conquer hegemony and remain forever in power. Kucinski, who experienced the period of military dictatorship in Brazil, composes an orchestrated narrative, whose form will corroborate so that the reader, instigated by the narrator, assumes his critical role in the text. To support this study, we will rely on the theories of Roland Barthes, Gérard Genette, Antônio Cândido and Eurídice Figueiredo.

Keywords: Kucinski; Contemporary Literature; Military Dictatorship; Hybridity

1 Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: patriciaprado31@gmail.com

2 Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: fnunesaraujo91@gmail.com

3 Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: prof.karla.cnsa@gmail.com

Introdução

A Nova Ordem, de Bernardo Kucinski é uma narrativa envolvente e intrigante que descreve uma sociedade apática, condicionada a sobreviver e a sofrer num ambiente cheio de mentiras e manipulações ideológicas e logo nas primeiras linhas apresenta a história de um país caricaturizado por um grupo de militares que, em nome do Estado, censuram, torturam e assassinam civis que, por conta do conhecimento ou pela capacidade crítica, são considerados ameaça para o governo.

Publicado no ano de 2019, período em que assume a presidência da república, um ex-militar com ideologias e concepções análogas às dos “anos de chumbo”, o romance de Kucinski soa como um grito de alerta contra os governos autoritários e totalitaristas, pois, resquícios de governos ditatoriais ainda sondam o nosso presente e ameaçam o futuro da nação. Porém, o passado recente de repressão e tortura parece ter sido apagado da memória de grande parte do povo brasileiro que, sedentos por uma ascensão social e política acabam pondo em risco a democracia de um Estado de direito.

O jornalista e escritor Bernardo Kucinski possui uma biografia marcada pelo trauma de ter sua irmã sequestrada no período da ditadura militar e que, até os dias de hoje, é tida como desaparecida política. De militante estudantil a ativista político, o autor tornou-se jornalista, passando pelos veículos mais importantes do Brasil e do mundo, como os jornais ingleses *BBC* e *The Guardian*. Foi fundador de jornais alternativos de resistência ao regime militar, como o *Movimento* e ao retornar da Inglaterra, país onde buscou exílio, tornou-se professor no curso superior de jornalismo na escola de comunicação e arte da USP. De 2003 a 2006 fez parte do governo de Luiz Inácio Lula da Silva como assessor especial da Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Kucinski, autor de várias obras de gênero acadêmicas, aos 74 anos

transmuta para o mundo literário, lançando mão de toda sua genialidade e se dedicando à escrita de obras literárias, estreando na ficção com o romance *K-Relato de uma busca*.

A nova ordem, de Bernardo Kucinski é uma ficção literária política, que narra as atrocidades cometidas por um Estado de repressão, que ceifa os direitos sociais dos cidadãos que, encurralados e sem voz, assistem a sua própria exterminação. O romance, conduzido por um narrador onisciente, atravessa o leitor, provocando-o a refletir acerca dos perigos que um governo autoritário pode causar ao país.

Logo, objetivamos neste artigo examinar quais foram as estratégias e os recursos utilizados pelo autor para compor sua narrativa ficcional *A Nova Ordem*. Para tanto, nossa pesquisa será de cunho bibliográfico, cuja abordagem é qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo. Para teorização da nossa pesquisa contaremos com os estudos de Roland Barthes, Gérard Genette, Antônio Cândido e Eurídice Figueiredo.

1 – A Nova Ordem, de Bernardo Kucinski: análise de um Brasil desvairado

O romance *A Nova Ordem*, já no início, descreve uma passagem violenta e bastante simbólica que ocorre quando professores universitários e cientistas, são convocados pela nova ordem e, em seguida, assassinados. Esta passagem demonstra o silenciamento e a aniquilação do pensamento crítico. Vejamos esse momento impactante no diálogo abaixo:

— O que vai acontecer conosco? Pergunta um catedrático ainda jovem, aproximando-se do coronel. — Quem é o senhor? Pergunta o coronel. — Sou o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina. — As universidades federais não existem mais, retruca o coronel. E lhe desfere uma coronhada na testa. Faz-se um silêncio pesado. Logo, os catedráticos começam a se mover devagar, sem entender

o porquê da coronhada no reitor que também caminha, sustentado por dois colegas, com sangue a escorrer pelos cabelos. Atingem a beira de um fosso longo e fundo. Numa das margens amontoa-se a terra retirada. Estacionada um pouco além, uma escavadeira de motor ligado e faróis acesos. O manobrista, sentado na cabine, fuma. Os soldados fazem com que os catedráticos se alinhem ao longo do fosso, do lado oposto ao dos montes de terra. Atrás dos montes, ocultos pela noite, postam-se vinte soldados em fila dupla, metade de pé e metade ajoelhados. A um comando do coronel, os soldados metralham. Segundos depois, os mesmos soldados empurram com os pés, para dentro do buraco, os corpos que ficaram fora. O coronel armado de sua pistola, pula para dentro do fosso, percorre os corpos, saltando de um a outro e atira na cabeça dos poucos que ainda se mexem. (KUCINSKI, 2019, p.18).

No decorrer da trama, o autor vai construir, através de recursos literários, uma narrativa ficcional envolvente que vai balançar as estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade que não consegue livrar-se das memórias que revelam um período desolador e que insiste em continuar assombrando a história do nosso país.

Personagens como Angelino assistirão, aterrorizados, às imposições da nova ordem sem reagir a tais atrocidades que estão sendo instauradas e comprovadas por “éditos” que refletem os ideais políticos de um governo tirano que se encontra no poder. E, para não correrem o risco de serem surpreendidos pelos “utopistas”, esse grupo arbitrário cria um método que é a implantação de um chip nas pessoas a fim de coibi-las, controlando suas mentes.

Desta forma, Kucinski lança ao seu leitor uma profunda reflexão sobre a sociedade em que vive, “profetizando” o rumo caótico que o cerca e que parece estar distante de terminar.

1.1 - O Narrador de *A Nova Ordem*

Em *O Discurso da Narrativa*, Gérard Genette (1995) estabelece de forma conceitual os tipos de narradores, definindo-os de acordo com a

sua posição na *diegese* (história). Assim recebe diferentes denominações: *homodiegético* (personagem participante na história que narra); *heterodiegético* (não participante na história narrada); *autodiegético* (trata-se da narração do próprio protagonista da história). Para Genette:

[...] a escolha do romancista não é feita entre duas formas gramaticais, mas entre duas atitudes narrativas (de que as formas gramaticais são apenas uma consequência mecânica): fazer contar a história por uma das personagens, ou por um narrador estranho a essa história. A presença de verbos na primeira pessoa num texto narrativo pode, pois, reenviar para duas situações muito diferentes, que a gramática confunde mas a análise narrativa deve distinguir. (GENETTE, 1995, p. 243)

Nesse sentido, o narrador de *A Nova Ordem* assume o papel de narrador heterodiegético, ou seja, aquele que não participa da *diegese* (história). Observe:

Angelino joga o corpo sobre os varais para sobrepujar o descomunal peso dos livros. A caçamba se ergue e ele puxa o carrinho, resolutivo, em direção ao depósito. Hoje, os livros foram tantos que lotaram a caçamba. Tem sido assim desde a implantação da Nova Ordem. Estão botando os livros todos fora. São mais e mais, a cada dia. Centenas. Milhares. Caixas e caixas repletas de livros. Romances, biografias, até livros de arte. O decreto deu pouco prazo para não ter mais livro em casa. (KUCINSKI, 2019, p. 23)

Contada em 3ª pessoa, a narrativa de *A Nova Ordem* possui um estilo cronológico e fragmentado. Esta fragmentação estrutural é uma subversão do modelo paradigmático linear, muito presente nos romances pós-modernos. Sobre o assunto, Moisés (2016, p. 36) comenta que “de modo geral, o romancista contemporâneo continua usando técnicas narrativas tradicionais, apenas sutilmente renovadas com respeito aos diálogos e discussões”.

Nesta perspectiva de renovação, o autor insere em seu romance, uma narrativa em dois planos: no primeiro, desenvolve o enredo, apresentando personagens, espaço-temático e os conflitos que compõem a trama; no segundo, fixa

intencionalmente, em notas de rodapé, para dar um caráter oficial à narrativa, os éditos que regem a dita “ordem”. Veja como eles são apresentados:

Trata-se do édito 4/2019 da Nova Ordem Social, que cria a Agência Nacional de Vigilância Social (ANVISO). Seu artigo 2 determina que zeladores e porteiros de edifícios, vigilantes de quarteirão, capatazes e chefes de turma devem reportar atitudes suspeitas e situações atípicas à ANVISO; o artigo 3 extingue o Ministério dos Direitos Humanos e a Secretaria Nacional da Cidadania e federaliza o combate ao crime organizado; o artigo 4 declara caducos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Desarmamento; o artigo 5 introduziu no Código Penal a pena de deportação para moradores de rua reincidentes, o artigo 6 reduz a maioridade penal para 16 anos; o artigo 7 cria o princípio da Exclusão de Ilícitude, popularizada como licença para matar, que impede o indiciamento de Policiais Militares por infrações no exercício de suas funções, mesmo em confrontos com morte; o artigo 8 cria o Termo Circunstanciado, que permite ao agente policial registrar um incidente resultante de abordagem, dispensando o B.O. Respalhada por esse édito, a Polícia Federal criou o corpo especial de Atiradores de Elite para abater criminosos. (KUCINSKI, 2019, p. 29)

O autor, inova quando apresenta essa narrativa em dois planos, sugerindo uma espécie de legitimidade, imposta pela nova ordem, com o intuito de controlar o comportamento e as atitudes dos cidadãos através do estabelecimento dos éditos.

Outra estratégia que nos chama a atenção, é o silenciamento proposital dos “utopistas” e das vítimas de violência que se contrapõe com a participação discursiva privilegiada dada aos representantes da nova ordem. É como se o autor intencionalmente, se utilizasse deste recurso literário para provocar uma reflexão acerca das vozes que, brutalmente, eram caladas no passado, nos períodos “de chumbo” pelo autoritarismo do Estado. Observe-se:

E lhe desfere uma coronhada na testa. Faz-se um silêncio pesado. Logo, os catedráticos começam a se mover devagar, sem entender o porquê da coronhada no reitor que também caminha, sustentado por dois colegas, com sangue a escorrer pelos cabelos. Atingem a beira de um fosso longo e fundo. Numa das margens amontoa-se a terra retirada.

Estacionada um pouco além, uma escavadeira de motor ligado e faróis acesos. O manobrista, sentado na cabine, fuma. (KUCINSKI, 2019, p. 19)

Este estilo literário demonstra a genialidade do autor, que vai utilizar-se do jogo de linguagens, para compor a sua narrativa. Sobre os jogos de linguagem, Lyotard (1998, p. 18) esclarece que “existem muitos jogos de linguagem diferentes: trata-se da heterogeneidade dos elementos”. Neste sentido, Kucinski nos apresenta um narrador performático que, em vários momentos, assume, diante do discurso, uma interferência de voz que se confunde com a voz das personagens, causando um grande dinamismo no efeito estilístico. É possível notá-la na passagem abaixo:

Antes, o Zacarias pagava dois reais por livro de capa bonita e um real pelos demais. Só os comidos de traça e dilacerados iam para a reciclagem. Agora vai tudo para reciclagem, igual papelão e jornal velho, e o Zacarias passou a pagar por peso. Onde já se viu pagar um livro por peso! É o fim do mundo! Vem à sua mente o filme futurista que ele assistiu na faculdade em que os livros eram queimados. Filme profético. [...] Ópa! O que é isso? Angelino encosta a carreta. Um saco plástico estufado, repleto do quê? Enfia a mão. Cartões de banco. Pega um, pega mais um, pega um punhado, em todos, os nomes estão queimados ou raspados. (KUCINSKI, 2019, p.12).

Percebe-se que em determinado momento o narrador, indigna-se com a situação narrada e acaba assumindo o discurso da personagem. Essa intenção de Kucinski de envolver essa mescla de vozes entre narrador e personagem possibilita uma projeção de sentidos que vão ao encontro do leitor, dando a ele a oportunidade de participar do enredo e lhe dar significado de acordo com o seu entendimento e as suas expectativas, causando assim, uma espécie de proximidade com a trama, na medida que a narrativa se desenvolve. Sobre o assunto, Barthes vai dizer que:

Um texto é feito de escrituras múltiplas, saídas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em

contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor. (BARTHES, 1988, p. 70)

Assim como Barthes o define, o autor contemporâneo não é mais a única voz do texto e nem aquele que dá a palavra final. Pelo contrário, uma obra de ficção torna-se uma estância múltipla de sentido, cujo enredo criado pelo autor, terá uma infinidade de interpretações, de acordo com a experiência de cada leitor. Neste sentido, Kucinski assinala, de forma exímia, o romance *A Nova Ordem*, consagrando-se como um grande autor e representante da literatura contemporânea brasileira.

1. 2 - Uma análise das Personagens

No primeiro capítulo do romance *A Nova Ordem*, nos é revelada a verdadeira intenção das forças antidemocráticas: silenciar o pensamento crítico. Desta forma, o autor constrói sua narrativa como uma verdadeira representação do autoritarismo do Estado, bem como do seu controle sobre a população, criando personagens que retratam bem um período ficcional caótico, mas que muito se assemelha aos períodos de repressão vivenciados pela sociedade brasileira:

na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade a sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos-de-ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. [...] O escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva de sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. (CÂNDIDO, 2006, p. 68-69).

Nesta perspectiva, Kucinski vai atribuir papéis essenciais para as entidades literárias que irão compor o enredo de *A Nova Ordem*. Portanto, analisaremos a princípio, duas personagens muito

simbólicas da história: o catador de lixo, Angelino e o capitão médico, Ariovaldo.

Angelino é a representação de um Brasil em decadência. Um catador de lixo, colocado às margens da sociedade por não ser condizente com as “atrocidades” impostas pelo regime militar que opera no comando da nova ordem. Antes Angelino, era engenheiro, pai de família, homem de boas relações. Após a tomada dos militares, entrou em profunda decadência, perdeu tudo que tinha, inclusive seu filho que foi atropelado. Após a tragédia e já sem emprego, tornou-se catador de materiais recicláveis. Angelino passa então a sobreviver, largado à própria sorte e enfrenta momentos de grandes dificuldades.

Por conta do Édito 13/2019, os livros não aprovados pelo Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem (DEPREVANO) deverão ser recolhidos e destruídos. Ao depositar os livros que recolhe nas caçambas de lixo, Angelino, de forma simbólica, suscita a imagem, marcante e dolorosa, de um país apagado, sem história, sem conhecimento e proibido de pensar. Diante desta situação, ele se sente descartável, ao ver tantos livros indo para o lixo.

Angelino, demonstra um afeto especial pelos livros, parece ter sede de saber, ora ou outra, separa alguns que lhe chamam a atenção para ler quando está sozinho, parece acreditar numa reviravolta frente a esse pesadelo: “Angelino enfia o santinho no bolso, retorna aos livros despejados e cata o da Utopia. [...] Hoje só vou tomar uma ou duas, decide. Preciso ler esse livro de cabeça fresca”. (KUCINSKI, 2019, p.14).

Ironicamente, já no final da trama, Angelino é a personagem escolhida pelo autor para protagonizar o desmoronamento da Nova Ordem. Após achar o revólver do ex-militar Messias, jogado no lixo, Angelino, transtornado pelo sumiço de muitos de seus colegas moradores de rua,

atira no general Lindoso Fagundes, responsável pelo desaparecimento dos seus companheiros, matando-o com dois tiros. A cena é uma metáfora, cuja simbologia nos remete ao poder do povo que mesmo fragilizado e em desvantagem, tem o poder de mudar os rumos do país.

Já Ariovaldo é um médico, contratado pela nova ordem, que durante toda a trama, é tomado pelo enigma de um pesadelo que ele tem em uma determinada noite e, a partir daí é impulsionado a criar um dispositivo capaz de captar os sonhos alheios e compreendê-lo, a fim de que isso traga alguma utilidade à Nova Ordem.

Devido a sua fidelidade e a sua dedicação, Ariovaldo é promovido, primeiramente, a major e, posteriormente, ao cargo de médico coronel. Durante seu período de êxito e por conta da sua influência com os poderosos da Nova Ordem, tornou-se presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise e Psiquiatria.

Ariovaldo é a mais fiel representação de usurpadores da sociedade, pois se beneficia das suas relações de poder para agir a favor dum regime político corrupto, violento e antidemocrático ao qual está vinculado. É um cientista sem escrúpulos que está sempre atuando contra a liberdade do povo, projetando invenções invasivas como, por exemplo, a criação de um capacete denominado toca neurosensorial, cuja intenção é combater a subversão utopística e roubar a subjetividade das pessoas, manipulando e intervindo nas suas decisões. Como proposta para obter respostas nos interrogatórios, Ariovaldo sugere algo semelhante a violência praticada contra pessoas que sofreram torturas no período da ditadura militar. Vejamos a explanação de Ariovaldo:

Se após a exposição dos horrores o preso não falar, iniciam-se as etapas propriamente. Na primeira, receberá uma injeção do soro da verdade. Se revelar tudo o que sabe será premiado com o fim das etapas, transferência para a cadeia e processo judicial. Se não falar, punição em vez de premiação, passagem para a

etapa seguinte: o choque nos genitais. Na etapa três, o estupro se for mulher, empalação se for homem. Na quarta, o suplício de familiares. A execução simulada se dará na quinta e última etapa. Frente a essa ameaça, mesmo os mais fanáticos sucumbem. Sobreviver é o desejo dominante de todo indivíduo, diz a cientologia. (KUCINSKI, 2019, p. 32)

O projeto master de Ariovaldo é a criação do chip processador, nomeado como customizador de humanos, que visa remover memórias específicas, suprimir valores e ordenar comportamentos de uma nova geração inteira de corpos dóceis e subservientes, tirando-lhes a capacidade de refletir e de se rebelar frente às adversidades. Essa ideia é análoga à alienação e à dominação da juventude em busca de uma hegemonia de poder.

Mas como “nem tudo que reluz é ouro”, tal feito produziu outro problema para a nova ordem: ter pessoas capazes de gerir e liderar o Estado, mantendo inabalável a estrutura política. Para tanto, Ariovaldo se viu obrigado a criar um novo chip de customização de humanos dirigentes para solucionar o problema, entretanto, o cientista foi arrebatado ao perceber que a supressão dos desejos e paixões suprimiram também os sonhos. Assim:

Passaram-se, porém, muitos meses até Ariovaldo conseguir modular canais neuronais, obstruindo alguns e amplificando outros. Consta que é impossível suprimir memórias sobrepondo uma nova narrativa sobre a já armazenada. Mas que é extremamente difícil, quase impossível, anular desejos e sentimentos, de modo a fixar ou suprimir estados emocionais. Consta que desejos vêm acompanhados de sentimentos, por exemplo, o desejo de vingança com o sentimento de ódio, o desejo sexual com o sentimento de amor. Pode-se suprimir o desejo de vingança sem que se anule, ao contrário, até se exacerba o sentimento de ódio. (KUCINSKI, 2019, p. 146)

A figura de Ariovaldo nos remete a comportamentos irresponsáveis e amadores daqueles que compõem a cúpula do poder e que em nome dele são capazes de cometer absurdos que exterminam de vez com a ética e com a moralidade. E que por serem irresponsáveis acabam sendo vítimas das suas próprias atrocidades.

Analisemos, agora, a personagem Marilda, esposa de Ariovaldo. Uma mulher solitária, sem filhos, e que há muito tempo perdera o contato com alguns de seus familiares. Através do irmão frade Antônio, Marilda soube notícias da irmã que mal chegou a conhecer: a madre Maria Aparecida. A madre era gestora de um orfanato e teve um fim trágico por confrontar-se com os ideais e valores do regime militar, sendo torturada, estuprada e morta pela Nova Ordem. Marilda era também irmã de Angelino, que havia visto quando ainda era muito pequeno e cujo paradeiro era desconhecido. Na visão de Ariovaldo, Angelino era a vergonha da família.

A representação da mulher na trama de Kucinski (2019), se forma por via irônica empregando um pensamento patriarcal. A mulher é vislumbrada como incapaz e por este motivo são isentas do PANO (Programa Nacional de Psicanálise Aplicada à Nova Ordem), por serem consideradas intelectualmente incapazes.

O general Lindoso Fagundes, líder do novo regime na trama, é esposo de Germana e amante de Marilda. Um personagem atravessado por muitas contradições e que tem um relacionamento conturbado com o filho, que saiu de casa devido à intolerância do pai em relação a sua orientação sexual. Tinha como uma de suas propostas, encaminhar todos os moradores de rua para um campo de reeducação que, na verdade, era um campo de extermínio. Gradualmente, a trama vai nos apresentando a estruturação de uma ordem fascista, que define quem tem o direito à vida. Veja o excerto do diálogo entre o Ariovaldo e o Fagundes:

Porque ao se ver livre dos moradores de rua, a população aceitará depois a remoção de outras categorias de indesejáveis. — Então, os moradores de rua são apenas o começo? — O começo não, porque já fizemos isso com os homos e com os trans; só que fizemos às escondidas e agora é às claras; depois dos moradores de rua serão as prostitutas, os drogados, os aleijados, os cegos, os doentes

mentais, os portadores de síndrome de Down, esses inúteis todos, um grupo de cada vez. (KUCINSKI, 2019, p. 52)

Na perspectiva da nova ordem, delinea-se uma estrutura social sem espaço para a diversidade humana, com intenso preconceito racial. O segredo revelado a Ariovaldo por Fagundes é a eliminação de todos os indesejados. Nas palavras de Fagundes o ‘Brasil tem povo demais’, a política implementada é o extermínio da população marginalizada para “adequar” a força de trabalho à nova forma de produção agroindústria. Por este comportamento genocida, a vida de Fagundes no enredo será acometida por uma reviravolta no final da trama.

Outro personagem de bastante relevância é Zacarias, dono de um depósito para onde Angelino leva os livros e que configura um informante do governo pois, tudo o que chega ao depósito era de imediato comunicado ao ANVISO. De acordo com o édito 4/2019 determina que zeladores, porteiros, vigilantes de quarteirão, capatazes e chefes de turno devem reportar atitudes suspeitas e situações atípicas à Agência Nacional de Vigilância Social (ANVISO). Angelino melindra-se em relação às atitudes de Zacarias a ponto de não revelar um santinho que encontrou da Utopia (grupo que resiste às imposições da nova ordem, que renega à violência, luta contra a ideia de extinção dos bancos que de acordo com o édito 3/2019, obriga as pessoas a endividar-se). Em letras miúdas está a seguinte exortação:

O reino da Igualdade está chegando. A nova ordem tem seus dias contados Deus não criou a Terra para alguns Deus criou a Terra para todos Os bancos têm parte com o maligno Afasta-te dos bancos Afasta-te da nova ordem Fecha tua conta bancária Liberta-te da dívida Livra-te dos teus cartões de banco Nenhum homem pode ser escravo de outro homem. (KUCINSKI, 2019, p. 14)

Nessa nova ordem, os indivíduos já não sonhavam com a justiça social que possibilitaria a igualdade entre os povos, pois já não era possível

dialogar com o Estado e o silenciamento das massas criava um cenário de medo e conformismo, concedendo assim, lugar à alienação.

1.3 - A Narrativa Em Dois Planos

A Nova Ordem, é considerada uma ficção distópica por apresentar características próprias do gênero, como por exemplo: o totalitarismo do Estado, a alienação da sociedade civil, o extermínio das instituições que cuidam da educação, da saúde, da cultura e do meio ambiente, a utilização da tecnologia em prol da manipulação da massa, a perseguição dos que são contrários às ideologias daqueles que estão no poder, o descaso do Estado para com o povo, entre outros. De acordo com Kopp (2011):

[a] ficção distópica é, em síntese, o resultado de ansiedades e medos que se identificam, nas primeiras décadas do século 20, com as utopias que deixam de ser apenas projetos e se encaminham como formas, de fato, de organização da sociedade; e com a tecnologia que marca, cada vez mais, a sociedade como um modo de vida, de produção e de dominação. (p.52)

Desta forma, a obra apresenta uma temporalidade indefinida por não ser possível determinar quando ocorrem os fatos, pois, ora remetem memórias de um Brasil do passado, ora transitam pelo presente, ora sugerem projeções do futuro. Essa atemporalidade é também típica das ficções distópicas que transitam entre o real e o imaginário, causando uma espécie de embaralhamento na mente do leitor. Sobre o assunto, Moisés (2016, p. 149-150) esclarece que *A literatura contemporânea, o tempo aparece menos sob forma de história linear e progressiva do que sob a forma de memória estilizada e desordenada*.

Essa memória estilizada aparece logo no início do primeiro capítulo, num diálogo entre os catedráticos em que o narrador conduz os leitores a reviverem um passado assombroso, desumano

e ditatorial, e que a cada dia que passa tem se vigorado mais em nosso contexto atual. Embora a história seja narrada utilizando-se verbos no tempo presente, ela transita a todo momento, entre o passado e o futuro. Vejamos:

— Ainda bem que aqui não tem nenhum psicopata como o Stalin, diz um deles — Com Stalin ou sem Stalin eles podem fazer o que bem entenderem [...]. Podem até nos fuzilar. — Impossível! Protesta outro jurista, presidente da OAB. — Na Nova Ordem tudo é possível, retruca o catedrático. — Mas isso é fascismo! — Chame como quiser, eu digo que vivemos um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso reprimir os avanços do povo. (KUCINSKI, 2019, p. 15)

De acordo com NUNES (1995, p. 21) essa consciência histórica de reacender numa sociedade os momentos passados vêm em forma de herança acumulada e que as direções desse tempo, continuam agindo sobre o presente.

Sendo assim, a narrativa de *A Nova Ordem* é, então, configurada por elementos de tempos históricos distintos que a todo momento parecem se amalgamarem: o período da Ditadura Militar no Brasil, o atual contexto social vivenciado no Brasil e a projeção de um futuro assombroso para o país.

Quanto ao espaço, é possível determinar através de marcas deixadas pelo narrador, que a trama desenvolve-se no Brasil. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Brasília são citadas no texto e compõem o cenário do romance.

A literatura, em suas mutações, perpassa por caminhos que ora apresentam-se antagônicos e ora parecem complementares. Desta forma, a intenção de retratar a realidade que tanto assolou a arte literária no século XIX, se transmuta no século XX, cuja preocupação maior era a estética do texto, chegando à contemporaneidade com a necessidade de retratar temas abrangentes da sociedade correlacionados ao pensamento crítico, de forma a inquietar o leitor, inter cruzando ficção e realidade. Sobre o assunto Cândido concorda que:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra. em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto outro, norteador pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. (CÂNDIDO, 2006, p. 13-14).

Neste sentido, Bernardo Kucinski surge referindo-se em seu romance *A nova ordem*, à insanidade e à desumanização daqueles que comandam uma nação, rememorando o período repressor da ditadura militar e que, de certa forma, permanece atual, sob uma proposta de ordenamento por parte do Estado que visa tirar a sua responsabilidade sobre a vida dos cidadãos, entregando-os à própria sorte em nome do capital.

Para isso, o autor compõe uma narrativa em dois planos, sendo que o primeiro reflete a voz do narrador que descreve em seu enredo a situação caótica de um Brasil derrocado por imposições absurdas e o segundo é a narração de uma espécie de lei, formada pelos éditos da Nova Ordem para reger a ordem do país.

Apoiando-nos na historicidade, relembremos que a Constituição Federal de 1946 foi rasgada após o golpe militar de 1964 “instaurando um regime de exceção, em que as liberdades democráticas eram tolhidas por um regime repressor”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 14). Deste modo, o país passou a ser gerido pelos Atos Constitucionais, mesmo após a Constituição Federal de 1967 no governo de Costa e Silva e foi este aparato jurídico dos decretos que legalizou a violência de Estado.

No entanto, os Atos Constitucionais são representados pelos éditos de Kucinski que aparecerão na narrativa, estrategicamente, como notas de rodapé. Eles representam uma forma de controle da massa e visam garantir o ordenamento do país com um tom violento e autoritário. Vejamos

o édito nº 14/2019 que abrange o segmento de educação:

O Édito 14/2019 da Nova Ordem do Ensino Superior fundiu os Ministério da Educação da Cultura e do Esporte num só da Formação Moral e Cívica e fechou as universidades federais, ressaltando cursos de economia agrícola e veterinária; o artigo 3 extingue as disciplinas de sociologia e política, psicologia, literatura, história e geografia, antropologia e línguas estrangeiras, exceto o hebraico, e as substituiu pelas de Educação Moral e Cívica, Criacionismo e Estudos Bíblicos; o artigo 4 institui o ensino à distância; o artigo 5 restringe a instituições militares cursos de direito, engenharia, física, química, matemática, biologia, medicina e psiquiatria; o artigo 6 institui as disciplinas obrigatórias Gestão Patriótica e Guerra Psicológica Adversa em cursos para quadros dirigentes: finalmente, o artigo 7 extingue as cotas raciais, os quatro programas de financiamento estudantil do ensino superior (Prouni, Pronatec, Fies e Sisu) e o programa Ciência sem Fronteiras. (KUCINSKI, 2019, p. 10)

Esse édito nº 14/2019 dialoga com os crescentes desmontes na educação, com a redução de investimentos no setor. Impactando a vida e a capacidade dos brasileiros(as) sonharem e projetarem um amanhã com mais qualidade de vida e bem estar social.

No édito nº 16/2019 foram extintos o CNPq, a CAPES e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Sob o olhar do novo regime totalitário a pesquisa e a reflexão instrumentos indispensáveis para o desenvolvimento humano e social do país eram desnecessárias. Até a LDB é substituída pelas Diretrizes da Escola sem Partido vinculado ao Ministério da Família.

Com o édito 13/2019 institui-se o Departamento de Preservação dos Valores da Nova Ordem - (DEPREVANO) órgão de censura. A nova Ordem busca eliminar a leitura da vida dos cidadãos, pois sabe do seu poder transformador, porém, a possibilidade de jovens e adultos terem a oportunidade de aprender a ler e escrever torna-se limitado, pois o édito 06/2019 torna subversivo

ministrar cursos de alfabetização. Enquadrando as instituições e profissionais na lei antiterrorismo.

O regime impôs a construção de uma sociedade alienada, determinada e sem perspectiva de futuro. Para o regime mais subversivo se tornam aqueles que adotam o método freiriano. Tendo em vista, que Freire contestava a partir de suas práticas a ideologia do modelo econômico neoliberal. Estes fatores simbolizam a morte do pensamento crítico concretizada na obra com o assassinato dos intelectuais e o descarte dos livros, sendo, Angelino o único leitor da obra.

A sociedade permanece enclausurada e vigiada por via do édito 4/2019 da Nova Ordem Social, que cria a Agência Nacional de Vigilância Social (ANVISO), no “o artigo 7 cria o princípio da Exclusão de Ilicitude, popularizada como licença para matar, que impede o indiciamento de Policiais Militares por infrações no exercício de suas funções, mesmo em confrontos com morte;”(KUCINSKI, 2019, p. 10). Em setembro de 2019 data posterior a publicação da obra de Kucinski o excludente de ilicitude, proposta de campanha eleitoral de Jair Bolsonaro foi matéria do G1⁴. O excludente de ilicitude foi retirado do texto final do projeto de lei (PL) 6.341/2019 conforme a Agência Senado.

Nota-se o hibridismo entre ficção e realidade durante todo o romance, pois o autor insere na sua obra elementos políticos e sociais que estão muito presentes no cenário atual brasileiro, como por exemplo, as reformas das leis trabalhistas vigentes no país. A narrativa literária traz de modo expandido a opressão social:

As cooperativas foram fechadas pelo primeiro ato jurídico da Nova Ordem, o Édito 01/2019, de enorme abrangência, que dispõe sobre a Produtividade do Trabalho. Seu artigo

primeiro extingue o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (PETE), o Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) o DIEESE e o DIESAT e o Fundo de Amparo ao Trabalhador; o artigo 2 extingue a Justiça do Trabalho e determina o arquivamento dos processos em curso; o artigo 3 declara a caducidade das Leis Trabalhistas, do Estatuto da Empregada Doméstica, do Estatuto do Trabalhador Rural e da Lei do Salário Mínimo; o artigo 4 revoga a estabilidade no emprego do funcionário público; o artigo 5 revoga o capítulo 149 do código penal que punia o trabalho escravo; o artigo 6 abole as associações de servidores públicos, os sindicatos operários e rurais, as cooperativas habitacionais, de crédito e de trabalho, as associações de pescadores e de artesãos, as comissões de fábrica, os clubes de cabos, sargentos e marinheiros, assim como qualquer forma de associação de trabalhadores, artesãos ou militares subalternos; o artigo 7 revoga a Lei 8213/91 que obrigava empresas com 100 ou mais funcionários a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com pessoas portadoras de deficiência; o artigo 8 cria na Polícia Federal a Delegacia Especializada de Fiscalização da Produtividade do Trabalho; o artigo 9 enquadra infratores na Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016). (KUCINSKI, 2019, p. 15)

Sob a égide da nova ordem, houve a extinção das leis do trabalho e do direito do cidadão de recorrer à justiça do trabalho, o que tornou as jornadas análogas às do trabalho escravo. Os éditos legalizaram a aposentadoria a partir dos 80 anos de idade. Do mesmo modo que o trabalhador é aviltado com a perda dos direitos sociais com aprovação da nova previdência social tendo que trabalhar por um tempo maior com a perspectiva de receber uma aposentadoria menor.

Essa é uma característica da gestão atual em que as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) estão alinhadas à perda dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988. De acordo com Ginzburg (2020, p. 87), o conjunto dos éditos retomam o AI -5.

O Ato Institucional nº 5 (AI - 5) outorgou em 1968 amplos poderes ao presidente da República coagiu a vida política pública, assim, perseguiu toda resistência e oposição ao regime. Com medidas

4 Salomão, Lucas. “Excludente de ilicitude. Veja o que prevê a proposta anticrime de Sérgio Moro”. G1, 23 de setembro de 2019. Disponível em : <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/23/excludente-de-ilicitude-veja-o-que-preve-o-pacote-anticrime-de-sergio-moro.ghtml> ; <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/senado-aprova-pacote-anticrime-que-va-para-sancao-presidencial> Acessado em: 15/08/2021

desde o fechamento do congresso até o cerceando do direito de defesa com a suspensão do habeas corpus.⁵

Os éditos findam a esperança ao revogar inúmeras leis que contemplam a diversidade humana e suas pautas sociais. É uma intensa provocação ao leitor brasileiro contemporâneo. Posto que todas as instâncias e instituições de poder em defesa do direito à vida foram esfaceladas em *A Nova Ordem*.

Considerações Finais

O romance *A Nova Ordem* é uma narrativa ficcional que tece um enredo capaz de extravasar com o mundo real sem se desvincular dele, conduzida por um narrador que atravessa os seus leitores, fazendo-os refletir de forma crítica e questionadora sobre os rumos que as sociedades têm tomado, a fim de alertá-las sobre os perigos causados, principalmente, pelos grandes avanços tecnológicos e pelas relações de poder que assolam a humanidade.

Desta forma, por ser atemporal, mescla passado, presente e futuro gerando uma espécie de assombro diante dos éditos elaborados por representantes do Estado que, ao invés de pensar no bem comum do país, querem extinguir as suas minorias, se isentando da responsabilidade que lhe é atribuída.

Diante deste contexto, que inibe qualquer forma de exposição de ideias e que foge de encontro com a nova ordem, Kucinski dá voz às personagens que representam um país acrílico, que insiste em permanecer preso a um passado sangrento e opressor. As personagens são a caricatura de um povo fragilizado e oprimido, refém das práticas de abusos e violências, cuja desesperança afasta-os do tão sonhado fim.

No romance, todas as ações descritas e vivenciadas pelas personagens parecem ecoar como um grito de alerta que busca atravessar o leitor chamando a atenção para o futuro do país. Eis aí a genialidade do narrador que através da ficção distópica, tece o seu enredo de forma metafórica deixando a sua contribuição, tanto para a arte literária como para a sociedade.

Assim, *A Nova Ordem* é uma distopia política que desdobra-se do processo criativo do autor coadunando uma visão autoritária que embaralha os tempos narrativos, fazendo uma analogia entre o Brasil do passado e o atual cenário político brasileiro, tecendo, dessa forma, uma expressão metafórica do país.

Referências bibliográficas:

CÂNDIDO, Antônio et al. A personagem de ficção. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CÂNDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 9ª ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2006.

FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura como arquivo da ditadura brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. A literatura como arquivo da ditadura brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GENETTE, Gérard. O discurso da narrativa. Tradução: Fernando Cabral Martins. 3ª edição. Lisboa: Veja, 1995.

GINZBURG, Jaime. Literatura y política en Bernardo Kucinski. Pleyade Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, v. 24, p. 83-95, 2020. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/pleyade/n24/0719-3696-Pleyade-24-83.pdf>. Acessado em: 13/08/2021

KUCINSKI, Bernardo. A nova ordem. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.

5 Para uma leitura integral veja- Presidência da República. “Ato Institucional n.5, de 13 de dezembro de 1968”. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acessado em: 14/08/2021

NUNES, Benedito. O tempo na narrativa. 2ª edição. Série Fundamentos. Editora Ática: São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, André de. Bernardo Kucinski: “No Brasil, trata-se a dependência química como um desvio moral”. In: El País, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/cultura/1512760155_061847.html. Acessado em: 21/08/2021

FRANCO, Renato. Itinerário político do romance pós-64: a festa. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.

Submissão: setembro de 2021.

Aceite: novembro de 2021.

CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS NA FORMAÇÃO INICIAL EM LETRAS E OS DISCURSOS ENVOLVENTES SOBRE O QUE É SER PROFESSOR

Rita de Cássia Souto Maior¹
Dara Raiza Melo de Souza²
Antônio Carlos Santos de Lima³

Resumo: Nosso objetivo é refletir, dentro no campo da Linguística Aplicada, sobre as constituições identitárias de graduandos/as de cursos de Letras de uma universidade pública do Brasil relacionadas às concepções que esses/essas têm sobre o processo de ensino-aprendizagem e sobre o que é ser professor/a na contemporaneidade. Para isso, baseamo-nos na noção bakhtiniana de língua, na de identidade como construção social e na de discursos envolventes como sentidos fossilizados nos movimento de interação. Construímos os dados lastreados na abordagem qualitativa de pesquisa e nossas análises foram fundamentadas na perspectiva interpretativista. Observamos, nos resultados, traços inovadores, mas também tradicionais para o sentido de ensinar e aprender línguas, que se configuraram em tensões identitárias sobre o que é ser docente.

Palavras-chave: Constituições identitárias. Discursos envolventes. Ensino e aprendizagem. Formação de professores.

IDENTITY CONSTITUTIONS IN THE INITIAL TEACHER TRAINING AT UNDERGRADUATE LANGUAGE COURSE AND THE INVOLVING DISCOURSES ABOUT BEING A TEACHER

ABSTRACT: Our aim is to reflect, within the field of Applied Linguistics, on the identity constitutions of undergraduate students of a public university in Brazil related to their conceptions about the teaching-learning process and about what it is to be a teacher in contemporary times. For this, we base ourselves on the Bakhtin's notion of language, and identity as a social construction and of involving discourses as fossilized meanings in the interaction movements. We built the data backed by a qualitative research approach and our analyses were based on an interpretive perspective. We have realized, in the results, innovative but also traditional traits for the meaning of teaching and learning languages, which were configured in identity tensions about what it means to be a teacher.

Keywords: Identity constitutions. Involving discourses. Teaching and Learning. Teacher formation.

1 Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas. Lidera do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos Discurso Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/CNPq/UFAL) e é membro do Grupo de Estudos de Pesquisas em Linguística Aplicada (GEPLA/CNPq/UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2613-8863> E-mail: rita.soutomaior@fale.ufal.br

2 Membro do Grupo de Estudos, Discurso, Ensino, e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/CNPq/UFAL) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3462-0112> E-mail: raizadara@hotmail.com

3 Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Professor do Instituto Federal de Alagoas, atuando na Educação Básica e Superior. Coordena o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito do IFAL. É membro do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/CNPq/UFAL) e lidera o Grupo de Pesquisa Educação, Empreendedorismo, Letramento e Tecnologia (EELT/CNPq/IFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2219-7441>

INTRODUÇÃO

Diversos estudos no campo de Texto e Ensino ou no de Linguística Aplicada (doravante LA) têm sinalizado que a compreensão do que é ser professor/a na contemporaneidade se relaciona com as concepções de ensino e aprendizagem, de língua e de texto, adotadas por professores/as em suas práticas pedagógicas (ANTUNES, 2007; GERALDI, 2011; ZOZZOLI, 1998). Essa observação evidencia a necessidade de buscarmos o entendimento sobre dimensões da constituição identitária desses/as profissionais, ao longo de suas formações acadêmicas, visto que as representações desses/as se manifestam em suas práticas sociais, intermediadas por discursos, que, por sua vez, são construídos e reconstruídos a partir dos lugares que assumem ao longo de suas vidas acadêmicas e profissionais. É válido destacarmos que esses discursos se estabelecem em relações dialógicas (BAKHTIN, 2010), envolvendo o fazer pedagógico e implicando formas de ver o mundo e de agir nele.

Nessa perspectiva, nosso objetivo é apresentar uma análise interpretativista (MOITA LOPES, 1996; OLIVEIRA, 2010), numa abordagem qualitativa de pesquisa (MARTINELLI, 1999; MOITA LOPES, 2006) das constituições identitárias de graduandos/as da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que já atuavam como docentes. Nosso empreendimento de análise é de interpretação discursiva, a partir do destaque de indícios no texto sobre os sentidos que permeiam as representações sobre o que é ensinar e aprender quanto sobre o que é ser docente na contemporaneidade.

A pesquisa inicial surgiu a partir das aspirações e inquietações em estudar e refletir sobre os sentidos de ser docente, especificamente no que diz respeito à formação de graduandos/as do curso de Letras, visto que estudos sobre sentidos das práticas e das constituições identitárias são cruciais

para o aprimoramento da formação docente e para o entendimento sobre o processo de ensino e aprendizagem (SOUTO MAIOR, 2018).

Para esta discussão, tomamos como base as reflexões de Cardoso e Sousa (2012), Vigano e Laffin (2017), Fabrício e Moita Lopes (2002), Hall (2014), Moita Lopes (2002) e Luz e Souto Maior (2018) que, de uma forma geral, compreendem que a identidade constitui e é constituída através do discurso. É importante salientar que, para este estudo⁴, adotamos os estudos bakhtinianos e do círculo, que concebem a língua como prática social, vivida na alteridade e constituída dialogicamente. De acordo com Bakhtin (2010), os discursos são produzidos e reproduzidos num movimento de interação verbal. Segundo o autor, a palavra é sempre dirigida a um interlocutor, ou seja, “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 2010, p. 117).

Além disso, a reincidência dos discursos e a sua ressignificação são também fundamentais para compreender as crenças, os estereótipos, os preconceitos, os valores instituídos na sociedade e outros elementos que configuram os sentidos partilhados, que serão compreendidos através da noção de discursos envolventes (SOUTO MAIOR, 2009; SOUTO MAIOR, 2018). Para tanto, recorreremos a pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Aplicada, a fim de melhor refletir sobre as identidades, com base principalmente nos estudos de Fabrício (2006) e Moita Lopes (1996, 2006).

ESTUDOS DISCURSIVOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA E AS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS

4 Parte do presente trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada em um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Faculdade de Letras (FALE/UFAL) no período de 2018/2019.

A pesquisa em LA não tem um caráter meramente prático, envolve também a formulação e a produção teórica. Segundo Moita Lopes (1996, p. 21), além “de operar com conhecimento teórico advindo de várias disciplinas [...] a LA também formula seus próprios modelos teóricos [...]”. Ademais, ainda segundo o autor, a LA não é limitada ao contexto escolar, mas encontra-se dentro de um contexto muito mais amplo que envolve a sociedade como um todo. Temos, no início do século XXI, outros debates na área no contexto nacional que reverberam na noção de atravessamento de disciplinas.

Nesse sentido, de acordo com Fabrício (2006), a LA é um campo de investigação interdisciplinar, uma vez que não se restringe a uma única área ou ramo do saber, mas atravessa diversos campos teóricos para atingir os seus objetivos. Além de compreender a linguagem como uma prática social com continuidades e rupturas, a LA, para essa autora, é uma prática social problematizadora em movimentos contínuos (FABRÍCIO, 2006).

Além disso, podemos dizer que a LA procura problematizar sentidos e desmistificar conceitos já elaborados socialmente, visto que descreve práticas, correlaciona acontecimentos e seus significados sociais, analisando implicações desses significados nas interações humanas. Talvez, por isso, seja chamada de disciplina problematizadora. A LA, como prática problematizadora, leva o/a pesquisador/a a considerar e a desconstruir verdades instituídas, na perspectiva de revisar contextos históricos e sociais globalizados, através de questionamentos sobre o discurso.

Assim, ao preocupar-se com o uso da língua, a LA se interconecta com outros campos teóricos, causando espaços de diálogos. A sociedade, devido às construções prático-teóricas desses movimentos da academia também é afetada em sua dimensão de sentidos das práticas, visto que tudo é discurso e há trocas sendo operadas nessas dimensões sociais:

academia e comunidade. Segundo Moita Lopes (2002), o discurso como uma construção social é uma forma de ação no mundo. Essa ação opera trans/formando significados, conhecimentos e valores, mas também reconfigurando práticas e constituições identitárias. E é em um movimento dialógico que esse processo ocorre, visto que, como salienta Bakhtin (2010), é através da linguagem que nos constituímos seres humanos. A partir de nosso entendimento, os interlocutores do discurso tomam consciência de quem são e vão re-construindo também suas identidades sociais “ao agir no mundo por intermédio da linguagem” (MOITA LOPES, 2002, p. 30).

Neste sentido, a discussão das identidades e práticas sociais, relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem é extremamente importante para a observação dos significados que orientam o mundo e que podem ou não desenvolver certos pactos sociais de convivência e de valorização da educação.

A partir do século XX, em uma sociedade pós-moderna, instável e fragmentada, o conceito de identidade se tornou bastante complexo (HALL, 2014). E, em virtude disso, os estudos sobre identidades começaram a se expandir nas mais diversas áreas de pesquisas (CARDOSO; SOUSA, 2012, p. 148).

De acordo com Luz e Souto Maior (2018), as identidades sociais são constituídas em processo dialógico de interação viva em contextos históricos situados e em processo de alteridade com demais sujeitos, além das influências incontáveis de sentidos de mundo. Moita Lopes (2002, p. 62) afirma que, “ao considerarmos as identidades sociais de nossos interlocutores ao nos engajarmos no discurso, estamos simultaneamente (re-) construindo as nossas”. E essas identidades são construídas, desconstruídas e reconstruídas em processo contínuo de construção e desconstrução de pensamentos, ideias, comportamentos, práticas

etc. Importante salientar como os elementos que compõem as práticas sociais, estando em rede, também sofrem essas interferências para a reacomodação de sentidos identitários, “[...] constituída a partir de modos particulares de relações sociais, entre indivíduos, cultura e sistema econômico” (ELICHIRIGOITY, 2008 apud CARDOSO; SOUSA, 2012, p. 150).

Concernente a essa construção e desconstrução de identidades, Souto Maior (2018) compreende, ainda, que esses deslocamentos ocorrem tanto em razão da celeridade nos processamentos múltiplos de significados e interpretações de um mundo plural e globalizado no qual vivemos, mas também por conta de uma atuação identitária realizada por meio de acontecimentos situados e baseados em alteridades menos marcadas ou mais fluídas. As estruturas que se encontravam antes fundamentadas na noção de estabilidade, hoje, são problematizadas por um processo de constantes mudanças que apontam para uma sociedade fluida e instável (BAUMAN, 2001) ou fragmentadas e mutáveis (HALL, 2014). O que essas visões têm em comum é a certeza de uma força motriz que desestabiliza e estabiliza simultaneamente os construtos de subjetivação.

Considerando o que já foi dito acerca das constituições identitárias, podemos entender também que aquelas referentes à docência “se entrelaçam com os saberes sociais e os conhecimentos científicos provenientes das formações que obtiveram no decorrer de suas vivências” (VIGANO; LAFFIN, 2017, p. 75). Nesse sentido e segundo Freitas (2012, p. 6), além da escola, a universidade também é um “espaço privilegiado na construção das identidades docentes, pois é nesse local que circulam tanto discursos teóricos quanto discursos sobre o que é ser docente”. As identidades são resultados de inúmeras experiências, dentro e fora da academia, e da relação com outros sujeitos, mas também são

construções que vão corroborando com a própria construção e se refazendo a medida que estabelece esse diálogo social. As situações de sala de aula são refletidas, mas também refratadas nas práticas dos/as professores/as.

Conforme evidenciam Vigano e Laffin (2017, p. 79), “a profissão docente está envolta a processos que contribuem para a sua formação, as relações que diariamente os constituem como pessoas singulares”. As identidades são singulares, mas também são resultados de uma ciranda de coletividades, ao mesmo tempo, à medida que sentidos são compartilhados e reiterados. Esses sentidos que, em fricção e ebulição se compartimentalizam e se amalgamam, confluindo para sentidos únicos provocam o que chamamos de tensões identitárias.

As tensões identitárias são contraditórios discursivos que, ao contrário do que possa parecer, não são construções paradoxais, mas dialogais. Podemos ser autoritários, ou ter reações autoritárias, e ao mesmo tempo reconhecermo-nos com ações licenciosas ou democráticas. É esse movimento que nos impulsiona a refletir sobre as ações, não simplesmente as aceitando, e a decidir sobre possibilidades de ser. Esse movimento promove a criticidade e agir no mundo.

Diante do exposto, é pertinente salientar que Fabrício e Moita Lopes (2002) e Luz; Souto Maior (2018) reafirmam que as constituições identitárias docentes se encontram em um processo de (des) construção contínuo no contato com o outro, isto é, na prática coletiva, social e dialógica dia após dia. Na próxima seção, discutiremos sobre essa relação de discurso, sentido e identidade.

A RELAÇÃO LINGUAGEM E DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS ENVOLVENTES

Como dito anteriormente, situamo-nos na Linguística Aplicada, campo do saber

transdisciplinar que busca problematizar práticas sociais de linguagem, assumindo uma agenda política de atuação na pesquisa (MOITA LOPES, 2006) e desenvolvemos reflexões sobre as práticas de linguagem que constituem, no seu acontecimento, as identidades, considerando o contexto histórico-social e a interação entre os sujeitos nesse processo. Para continuarmos nosso estudo, faz-se necessário evidenciarmos a concepção de discurso aqui utilizada e de que forma ela se relaciona com a linguagem e com a noção de constituição identitária e de tensão.

Atualmente, é comum ouvir a palavra “discurso”, na televisão, na escola, na universidade, no trabalho, na rua etc. A palavra “discurso” é um termo ao qual se tem atribuído inúmeros significados, dos mais comuns aos mais complexos, dependendo do contexto. Existem diversas concepções e compreensões concernentes a este termo, todavia, para o presente estudo, tomamos como base a concepção de autores como Bakhtin (2010), Maingueneau (2004), Moita Lopes (2013), Souto Maior (2009) que, em diálogo nesta produção, apresentam a dimensão processual e coletiva do termo.

Começamos com a noção de discurso a partir de uma perspectiva bakhtiniana. Nesse sentido, refletir sobre a noção de discurso significa compreender que a língua “abarca a instância da interação, da dialética; é apresentada como atividade social (MACEDO, 2009, p. 1)”. Para Bakhtin (2010), “a língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes* (BAKHTIN, 2010, p. 128, grifo do autor)”. Em outras palavras, a essência da língua para Bakhtin é o diálogo, não um objeto abstrato e um sistema imutável, conforme acreditava Saussure⁵. Ademais,

5 “Em relação aos estudos da linguagem, são inegáveis as contribuições de Saussure para dar um caráter científico às pesquisas no campo linguístico. Com a publicação póstuma do Curso de Linguística Geral, em 1916, Saussure tornou-se conhecido como o precursor do estruturalismo, definindo

a língua, para Bakhtin (2010), não apenas reflete a realidade e as interações dos falantes, mas também as refrata, e isso resulta na produção de múltiplos significados, a depender do contexto comunicativo (NOGUEIRA; FERNANDES; LIMA, 2017).

Ainda em relação à perspectiva dialógica da linguagem, Silva (2013) ressalta que a interação, na perspectiva bakhtiniana,

não se trata sempre de um diálogo face a face, ou de um endereçamento explícito de minha fala ou escrita a alguém: quando falamos sempre nos dirigimos a outro, ainda que não saibamos quem esse outro é; ao mesmo tempo, sempre estamos retomando o que outros já disseram. (SILVA, 2013, p. 52).

Para Maingueneau (2004), na esteira do que estávamos apresentando até então, o discurso pode ser entendido como algo que ultrapassa as fronteiras do sentido puramente linguístico-gramatical. Segundo ele, o discurso é contextualizado e interativo, ou seja, os interlocutores são parte importante da tessitura discursiva. Nesse sentido, Moita Lopes (2003) compreende ser:

[...] impossível pensar o discurso sem focalizar os sujeitos envolvidos em um contexto de produção: todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores. (MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Partindo das discussões acima, observamos como a identidade social e o discurso se encontram estritamente ligados, posto que a identidade social de cada pessoa é definida nos e pelos discursos que estão presentes no seu entorno, isto é, a construção dessa identidade social é resultado de inúmeras práticas discursivas em diversos contextos e situações vivenciadas na sociedade (MOITA LOPES, 2003). Por conseguinte, podemos concluir também que por meio do discurso, o “eu” e o “outro” estão em um processo de construção (MOITA LOPES um método e um objeto para se estudar a linguagem” (NOGUEIRA; FERNANDES; LIMA, 2017, p. 67).

2002a , 2000b apud MOITA LOPES, 2003). Em consonância com o que estamos apresentando até o momento, compreendemos também que por intermédio dos meus discursos, influencio e constituo o outro, e, da mesma forma, também sou influenciado e constituído por ele. Ainda de acordo com Maingueneau (2004), linguagem e discurso estão conectados, isto é, o discurso é a linguagem em interação, conforme também explicam Soares, Sella e Costa-Hübes (2013, p. 267). O processo de alteridade bakhtiniano se reverbera em uma expectativa permanente “de ser em resposta a” e de, ao mesmo tempo, se situar no mundo como sentido em função de alguma articulação político-social própria. Podemos dizer, portanto, que o discurso é um fenômeno social, mas também político, primordial para o processo de des/construção das relações de poder em todas as sociedades (OLIVEIRA, 2013, p. 8). É nessa interação que se configuram os discursos envolventes (SOUTO MAIOR, 2009; LIMA;SOUTO MAIOR, 2012; MOREIRA; SOUTO MAIOR 2020), cujos sentidos de certa forma vão dando o tom dos espaços que desenham nosso entorno e nossas expectativas. Esses discursos são “construídos em contextos específicos, são ideologicamente fundados e consideram o outro” (LIMA;SOUTO MAIOR, 2012, p. 404). Em geral, os DE são os discursos naturalizados que as pessoas falam na vida cotidiana, e são considerados como verdades. Apresentam-se como adágios populares, memórias sociais, fossilizações de sentidos, como: “Deus ajuda àquele que cedo madruga”, “acordar cedo é algo positivo”, “acordar tarde é hábito de preguiçoso”. Geralmente essas memórias despertam paixões e seduzem, porque impulsionam nossas práticas e avaliações sem necessariamente serem questionadas ou desnaturalizadas em situações cotidianas de interação. A pesquisa, nesse sentido, é um espaço privilegiado para esse movimento de questionar discursos, relacioná-los, operando ao mesmo

tempo com questionamentos das práticas sociais e dos sentidos que as envolvem. É relevante destacar que, segundo Souto Maior (2009, 2018), os discursos envolventes são discursos que, geralmente, possuindo efeitos de verdade servem como sistemas de sustentação de poder em contextos específicos, de forma a naturalizar práticas sociais com determinados objetivos. Neste sentido, Bakhtin (2010, p. 137) afirma que “compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação e ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente”. Portanto há movimento crítico necessário na pesquisa que enfocam essa leitura discursiva de mundo.

Levando ainda em consideração o caráter dialógico da linguagem, nenhum discurso é ímpar, pois está sempre em constante diálogo com outros discursos que já foram produzidos e que estão sendo produzidos (SOARES; SELLA; COSTA-HÜBES, 2013, p. 272) e esta compreensão dialoga com o pensamento bakhtiniano de que o discurso de um “eu” não é exclusivamente seu, mas existem outras vozes que o atravessam e o constituem. Dessa forma, “cada um de nós é membro de muitos Discursos, e cada Discurso representa uma de nossas múltiplas identidades” (GEE, 1990 apud MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Portanto, no campo da educação, o estudo e a compreensão dos vários discursos envolventes que fazem parte das ideias e pensamentos de muitos alunos e professores é da maior importância, porque, a partir disso, podemos idealizar e refletir sobre os vários entendimentos relativos à educação e o que eles refletem e refratam (BAKHTIN, 2010)⁶. E, além disso, cada discurso envolvente tem a sua influência na própria práxis da escola, haja vista corrobora com abordagens do processo de ensino e aprendizagem.

6 Ao discorrer sobre o signo, Bakhtin (2010, p. 32) afirma que ele “não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.”

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Nossa reflexão acerca das constituições identitárias de docentes em formação inicial ancora-se na abordagem qualitativa de pesquisa (MARTINELLI, 1999), de natureza interpretativista da Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 1996).

De acordo com Martinelli (1999), em pesquisas qualitativas, os diversos fenômenos que permeiam os contextos para onde o/a pesquisador/a se volta são significativos e, portanto, passíveis de serem analisados a partir de diversas técnicas e instrumentos de coleta de dados, como entrevistas, observações, análise de conteúdo e diários de campo. Partindo dessa premissa, elegemos o questionário como instrumento de coleta de dados por considerarmos, concordando com Oliveira (2010 p. 83), que ele permite a “obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas”. Nesse sentido, o questionário utilizado neste estudo nos informa sobre as constituições identitárias dos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida no decorrer do ano de 2018-2019 no seio de um projeto de pesquisa de iniciação científica⁷, cujo objetivo era: analisar de forma reflexiva às práticas linguístico-discursivas de graduando/as da Faculdade de Letras que já atuam como docentes. Para alcançarmos esses objetivos, aplicamos questionários⁸ aos/às estudantes das disciplinas a) Estágio Supervisionado 3 e 4 (7º e 8º períodos respectivamente); b) Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar (5º período); e c) Pesquisa Educacional (6º período) dos cursos de espanhol, francês, inglês e língua

portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

O questionário teve como objetivo registrar, para fins de análise, a percepção dos/as graduando/as de Letras acerca de suas visões sobre diversos aspectos que se relacionam com a constituição da identidade docente, que vai desde a percepção do ato de ensinar, perpassando pelas escolhas metodológicas, até a concepção de língua que o/a graduando/a considera como aquela que por ele/ela deva ser utilizada. Sete questões integram o questionário, a saber, 1. O que é ensinar e aprender para você? Justifique sua resposta; 2. Como você define ser professor na atualidade? Justifique sua resposta; 3. Como você define ser professor na atualidade? Justifique sua resposta; 4. O que é ser um bom professor para você? Justifique sua resposta; 5. O que você acha do seu método de ensino? Por quê? 6. Descreva algumas características que você considere essenciais para ser professor com a justificativa da seleção; 7. Qual a concepção de língua que você assume como professor? Por quê?

Em nossa análise, utilizamos as respostas a duas perguntas do questionário, mais especificamente a primeira e a segunda: “o que é ensinar e aprender para você? Justifique sua resposta.” e “como você define ser professor na atualidade? Justifique sua resposta.”.

Sete graduando/as constituíram os colaboradores/as da pesquisa inicial, em razão de atenderem aos critérios de inclusão: estarem em exercício da docência; estarem matriculados/as nos componentes curriculares Estágio Supervisionado 3 e 4 (dos cursos de Espanhol, Francês, Inglês e Português) e/ou em componentes curriculares do eixo pedagógico comuns aos cursos, a saber, Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar e Pesquisa Educacional. Elegemos para o *corpus* desta pesquisa, as respostas de quatro

7 A pesquisa individual Pibic, intitulada Análise reflexiva das práticas linguístico-discursivas de professores em formação na Faculdade de Letras, fazia parte do conjunto de estudos do projeto maior intitulado As Interpretações da Ética Discursiva na formação de professores: subjetividades e práticas de linguagem.

8 No mês de novembro, início do semestre de 2018.2, foram enviados 110 questionários por e-mail aos/às estudantes. Desses, recebemos 7 respostas.

graduandos/as, os/as quais foram identificados como GA, GB, GC e GD. A seguir, apresentamos a análise do estudo

SENTIDOS DA DOCÊNCIA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA

Realizamos uma análise interpretativa dos discursos e dos discursos envolventes que compõem sentidos sobre o ensinar e o aprender e que constituem as identidades docentes de quatro graduandos/as do curso de Letras FALE/UFAL, colaboradores/as nesta pesquisa. Estes/as, ao mesmo tempo que estavam concluindo a graduação, já atuavam como professores/as nas redes privadas da cidade de Maceió/AL. Para a análise, como dissemos, selecionamos as respostas a duas perguntas do questionário aplicado, as quais possibilitaram atingir o objetivo do presente estudo e nos direcionam para aprofundamento das discussões supracitadas.

Dividiremos a presente subseção em duas partes: uma referente ao bloco de respostas relacionadas a primeira pergunta, acompanhada de uma discussão pertinente ao tema e uma segunda a ao bloco de respostas a segunda.

Vejamos, a seguir, o quadro 1 com pergunta e respostas:

Quadro 1 – Recorte de pesquisa: questão 1

1- O que é ensinar e aprender para você? Justifique sua resposta
GA- Em outros tempos a minha resposta seria algo relacionado à responsabilidade de transmitir conhecimento. Hoje, depois de tudo o que vivenciei como estudante de graduação e professor em formação inicial, creio que ensinar tem muito mais a ver com a formação de um cidadão crítico [...]
GB- Para mim, ensinar e aprender são processos que caminham juntos. É por isso que atualmente, no campo da educação, preferimos utilizar a palavra ensino-aprendizagem. Essa mudança implica no entendimento de que todos podem contribuir na construção do conhecimento [...]
GC- Ensinar é poder compartilhar conhecimento mutuamente e estimular os alunos na direção certa. Aprender seria uma forma de assimilação de conteúdos [...]
GD- [...] acredito que ensinar seja compartilhar os conhecimentos adquiridos no decorrer da vida escolar. Já aprender é absorver os conhecimentos que nos são transmitidos e saber compartilhar. [...]

Inicialmente, ressaltamos que na resposta do GA identificamos marcas linguístico-discursivas de tensões identitárias pela dimensão de contraste entre passado e presente. GA não apresenta apenas a sua concepção sobre o ensinar e o aprender, mas apresenta-nos também um movimento de ruptura entre o que pensava “em outros tempos”, que era a ideia do conhecimento como algo transmitido, e o que pensa nos dias de “hoje” sobre o ensinar. Seu dizer sobre como pensava antes e depois constitui parte importante de sua constituição identitária que se conforma em aspectos contraditórios do processo de ensino e aprendizagem. A noção de conhecimento como transmissão de saber é um discurso envolvente que ainda sustenta práticas e entendimentos sobre esse processo e precisa ser discutido na formação de professores de maneira sistemática, relacionando-o com práticas pedagógicas comuns a essa postura.

Entendemos que, com a apresentação do Discurso Envolvente, encontramos um indício do processo de reformulação do pensamento docente, um posicionamento a respeito de conceitos concebidos antes da formação e após formação.

Através do processo de formação acadêmica, entendemos que outras concepções, entendimentos e posicionamentos vão sendo construídos e, talvez, vão sendo consolidados na constituição identitária deste/a professor/as em formação, considerando, no caso do grupo observado, a atuação prática e o encontro operado entre teoria e prática.

Inicialmente, pelo discurso envolvente, GA corrobora com o sentido de ensino “como repasse de conteúdo”, ou de escola como espaço exclusivo de único saber que tem valor social em detrimento do saber das comunidades. O senso comum ratifica esse entendimento em discursos como “vá à escola para aprender algo”, “se não estudar, não aprende” etc. Nesse campo de sentidos, a escola é o espaço para se “receber conteúdo”. Já com a sua formação, no tempo do hoje, GA registra o sentido de ensino como campo para o desenvolvimento da criticidade, da reflexão sobre o saber. Assim não basta saber, é preciso refletir sobre o que se pensa. No discurso de GA, percebemos que o processo de ensino e aprendizagem não consiste na transmissão de conhecimento, mas sim na formação de cidadãos críticos, que são capazes de pensar e formar suas opiniões no que diz respeito às diversas situações vivenciadas em sociedade.

Ainda sobre o a percepção atualizada de ensino e aprendizagem de GA, autoras como Celani e Magalhães (2002, p. 319) assumem que “ensinar tem muito mais a ver com a formação de um cidadão crítico”, portanto, por meio dessa acepção, identificamos o pensamento do professor como agente reflexivo (CELANI e MAGALHÃES, 2002) que parece constituir identitariamente GA. Antunes (2007, p. 21) diz que o uso de determinada língua é um “ato humano, social, político, histórico, ideológico, que tem consequências, que tem repercussões na vida de todas as pessoas”

Analisando o dizer de GB, quando esse diz “ensinar e aprender são processos que caminham juntos” e que “todos podem contribuir na

construção do conhecimento”, esse graduando expressa relações um pensamento com traços de discursos envolventes, pautados numa concepção freireana, que entende o conhecimento como algo construído (FREIRE, 1996).

Não obstante, o discurso do GC não dialoga com os dos GA e GB. Embora este mencione o ensinar como ato de “compartilhar conhecimento *mutuamente...*”, ele alega que aprender é “uma forma de *assimilação* de conteúdos”, dialogando, dessa forma, com o discurso do GD que entende “ensinar [como] compartilhar os conhecimentos adquiridos” e “aprender [como] absorver os conhecimentos que nos são transmitidos...”. Esses discursos, de GD e GC, reafirmam os discursos envolventes sobre língua como código (ANTUNES, 2007, GERALDI, 2011; ZOZZOLI, 1998) a ser decodificado, repassado, com traços de pensamento tradicional e estrutural sobre o processo de ensino e aprendizagem de repasse de conhecimento (ZOZZOLI, 1998).

O ensino tradicional, atualmente, se já não é mais predominante, pelo menos é o mais conhecido, por ter, historicamente, raízes profundas em nossa sociedade e por responder a uma lógica do capitalismo liberal de sociedade. Esta prática consiste em um ensino descontextualizado, no qual o/a docente tem o poder total nas interações de sala de aula e é único/a possuidor/a do conhecimento (GERALDI, 2011); aos/às alunos/as resta apenas memorizar o que é ensinado pelos/as docentes, e reproduzir os conteúdos memorizados nas provas. E se discentes pensam algo diferente, não tem importância, só existe uma verdade, e quem a detém é o/a professor/a. Em suma, a concepção do sistema tradicional de ensino consiste em uma visão da “educação como um produto, já que os modelos a serem alcançados estão pré-estabelecidos, daí a ausência de ênfase no processo. Trata-se, pois, de transmissão de ideias selecionadas e organizadas logicamente” (MIKUZAMI, 1986, p.

11 apud FERREIRA; SILVA, 2017, p. 38). Todavia, existe a concepção inovadora ou moderna a uma resposta à tradicional. Esta concepção busca um ensino e uma aprendizagem contextualizada, no qual o conhecimento do alunado também é valorizado. Nesse sentido, o/a docente não é o/a dono/a da verdade, nem detêm todo o conhecimento. O conhecimento, desse modo, é construído juntamente aos/às discentes potencializando a relação dialógica. Segundo Souza; Souto Maior; (2018), com a perspectiva dialógica de ensino, a língua é atravessada por valores sociais construídos pelos sujeitos. Além disso, ainda segundo as autoras, nessa perspectiva, há indícios de traços culturais de sentidos sobre as atividades humanas e outros elementos que compõem os movimentos de alteridade. Esse processo de ensino e aprendizagem “[...] não está voltado apenas para a recepção e a transmissão de um conhecimento pronto [...]” (CELANI e MAGALHÃES, 2002, p. 320).

No quadro 2, apresentaremos as respostas dos/as colaboradores/as à segunda pergunta selecionada:

Quadro 2 – Recorte de pesquisa: questão 2

2- Como você define ser professor na atualidade? Justifique sua resposta.
GA- Apesar de que muitos tenham horror a este ponto de vista, creio que sim, pra ser professor, é preciso ter algo como uma vocação, não para trabalhar de graça, pois o professor, além disso, é também um profissional e isso precisa ser valorizado [...].
GB- Ser professor na atualidade implica ser também pesquisador. Em outras palavras, é necessário manter a curiosidade aguçada e estar disponível para aprender.
GC- É uma profissão complicada, especialmente porque lida com pessoas constantemente e de maneira direta. Ser professor é mais do que passar os conteúdos [...].
GD- O papel do professor sempre foi importante, mas na atualidade creio que é de fundamental importância para ajudara forma opinião a ajudar a moldar uma geração mais crítica de sua realidade, de seu papel enquanto cidadão.

A partir das respostas acima, identificamos algumas concepções desses/as graduandos/as no que diz respeito a ser docente.

Segundo o GA, para ser professor “é preciso ter algo como uma vocação”, mas também alega que o professor é um profissional. O entendimento do professor como alguém que possui uma determinada vocação para desempenhar tal papel é, por vezes, questionado por se relacionar com a concepção religiosa do termo. Como discurso envolvente, essa pessoa teria recebido um chamado para atuar na profissão e seria motivado por vocação para tal. GA tem noção desse sentido, dizendo que “Apesar de que muitos tenham horror a este ponto de vista...”. Observando que, segundo Hall (2014, p. 21) “a identidade muda de acordo com a forma que o sujeito é interpelado ou representado”, nesse caso há uma tensão discursiva de afirmação identitária em oposição a um discurso contraditório e desqualificador de determinado discursos envolvente. Como tensão identitária, GA reafirma a noção de vocação, arriscando a se conectar com as implicações desse discurso. A identidade “mestra” seria a de professor como profissional, no sentido que Hall assevera quando diz que de “forma crescente, as paisagens políticas do mundo moderno são fraturadas dessa forma por identificações rivais e deslocantes - advindas, especialmente, da erosão da ‘identidade mestra’ da classe e da emergência de novas identidades” (HALL, 2014, p.21) Não obstante, esse graduando também entende o ser professor como um profissional, reafirmando a tensão identitária e dialogando dessa feita com GC, principalmente quando este último diz que ser professor na atualidade “é uma *profissão* complicada...”.

O GC acrescenta outro ponto de vista sobre o ser professor, segundo ele, “é mais do que passar os conteúdos”, sendo assim, para o GC, ser professor também é “passar” conteúdos. E, mais uma vez, este graduando, assim como na sua resposta à primeira pergunta, ratifica o seu discurso de que o professor é um transmissor de conteúdo, concepção de professor/a criticada por Celani; Magalhães (2002), quando afirmam que as formas de conceber o profissional docente como aquele que detém o conhecimento ainda perdura em muitos dos contextos educacionais. Como discurso envolvente, esse entendimento se reverbera em várias outras práticas e ações no mundo. O docente como detentor do saber traz implicações para sua constituição docente nas trocas em relação à interação em sala de aula, quando, por exemplo, não assume metodologias que estimulem o diálogo e a troca de informações com seus/as alunos/as.

Já o GB apresenta a concepção do ser professor como pesquisador e como aquele que: “está disponível para aprender”. Dessa forma, o GB entende que ser professor envolve pesquisa e reflexão sobre a própria prática, pois, como afirma Contreras (2002, p. 114), “os docentes são como artistas, que melhoram sua arte experimentando-a e examinando-a criticamente”. Não obstante, ele se constitui identitariamente em contraponto com o papel de quem aprende. Aprender não seria uma atividade para o/a aluno/a apenas e, nesse entendimento, não há um saber único a ser apreendido.

E, por último, o GD apresenta um professor identitariamente como formador de opinião, conforme vemos na sua resposta no quadro acima. Acerca disso, Ferreira; Silva (2017, p. 43) afirmam que: “Tudo o que o sistema não quer é tornar os alunos em seres pensantes, pois pensar é perigoso. Perigoso para aqueles que veem como ameaça a transformação”. Como discurso envolvente, podemos depreender o sentido de

que ter conhecimento é ter poder. Sendo assim, identitariamente o/a professor/a atua como um potencializador do poder cidadão.

Entendemos que o/a docente, na conjuntura social, econômica e política em que se encontra, assume o seu papel de formador de opinião, de agente de transformação e pode “[...] mostrar que o mundo é plural e que as pessoas podem enxergar o mundo diferentemente de nós [...]” (FRANÇA; IFA, 2019, p. 294). Como discurso envolvente, o/a professor/a não deveria ser apenas aquele que seduz o/a aluno/a a reproduzir determinados sentidos fossilizados, mas aquele/a que apresenta mundos e caminhos ao/a aluno/a. De acordo com Ferreira; Silva (2017, p. 38),

trata-se de uma profissão com uma missão que é a de transformar, de acreditar que é possível fazer, desenvolver a educação. Isso implica dizer que ele não é o redentor da pátria, mas sim que ele pode contribuir em muito para que as gerações vindouras sejam mais críticas, mais pensantes, mais motivadas, mais ativas.

Outrossim, o GE afirma que o ser professor pode “moldar uma geração mais crítica de sua realidade, de seu papel enquanto cidadão”. Observamos, portanto, sua constituição identitária pautada na dimensão da importância do/a docente como aquele/a que pode contribuir para construção de uma geração mais crítica, ou seja, o professor como agente de letramento (LIMA; SOUTO MAIOR; SANTOS, 2014). O termo geração nos remete à concepção de tempo e de hábitos e valores situados nesse recorte temporal, o que de certa forma tensiona identitariamente o docente a responder demandas contemporâneas a sua atuação no mundo.

Destarte para que o professor, com efeito, seja esse “[...] agente transformador de opinião, de conceito e de comportamento” (FERREIRA; SILVA, 2017 p. 40), ele precisaria compreender e vivenciar o que nos mostrou Freire (1996, p. 47), no que concerne ao processo de ensino e aprendizagem:

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Por fim, consideramos que é pertinente pontuar, que, durante o processo de análise, observamos que o campo semântico que se relaciona com a ideia de conhecimento como objeto a ser repassado foi muito comum e até fossilizado em alguns discursos. Entendemos que esses discursos envolventes não asseguram necessariamente uma prática mais tradicional, voltada para o repasse de conhecimento, mas também não podemos afirmar que o uso linguístico de certos termos não estaria relacionado com determinadas práticas em sala de aula. Em todo caso, podemos entender que não há uma reflexão ética discursiva (SOUTO MAIOR, 2018) sobre o tema tratado, ação esta que deveria ser primordial, principalmente na área de Letras. A seguir, apresentaremos nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises discursivas aqui apresentadas, compreendemos que os graduandos/as do curso de Letras da FALE/UFAL, participantes da pesquisa, têm concepções que podem ser consideradas ora inovadoras ora tradicionais sobre o que é ser professor e sobre o processo de ensino e aprendizagem. A análise discursiva das respostas dos/as graduandos/as permitiu-nos refletir sobre os vários discursos envolventes que se inserem no âmbito do ensino e da aprendizagem das línguas, aqui mais especificamente do ensino de línguas estrangeiras, e sobre a forma como as identidades dos/as docentes são constituídas a partir desses discursos. E um desses discursos é o do professor como transmissor de conhecimento; esse pensamento ainda está enraizado no pensamento de muitas pessoas e se reflete em muitas das práticas, das expectativas e das cobranças em relação ao ensino.

Alguns veem o professor como um transmissor de conhecimento (FERREIRA; SILVA, 2017), como alguém que detém o conhecimento, e, sendo assim, para os alunos caberia apenas ocupar uma condição de recepção desse conhecimento, visto que o primeiro, nesta perspectiva, é o detentor do saber. Esse é um discurso envolvente muito antigo que reverbera a ideia de que o professor é detentor do conhecimento e que o transmite para os/as discentes; esse discurso é historicamente sustentado por uma base epistemológica da abordagem pedagógica tradicional, a qual considera que o “papel do indivíduo no processo de aprendizagem é basicamente o de passividade” (LEÃO, 1999, p. 190). E, segundo este mesmo autor, o ensino tradicional tem a metodologia expositiva como característica essencial e o seu principal objetivo é precisamente a transmissão de conhecimentos. E, além disso, se o aluno é capaz de reproduzir o que aprendeu, isso significa que houve aprendizagem (LEÃO, 1999, p. 194). Nessa perspectiva, a constituição identitária do sujeito dialoga com características próprias desse lugar que ocuparia na profissão.

Em contrapartida, há outras concepções opostas, que entendem o conhecimento como algo construído (FREIRE, 1996), o professor como aquele que também aprende e é pesquisador de sua prática (CONTRERAS, 2002) e tem o papel de formador de opinião crítica.

O grande desafio atual é mudar a perspectiva do ensino das línguas centrado no repasse de conhecimentos, na memorização de normas da gramática prescritiva, ou no treinamento para situações fictícias sem a devida discussão sobre sentidos. O estudante não consegue ver a importância da língua na sua vida e para sua vida e, por isso, as concepções da língua precisam ser discutidas. A língua é estrutura, mas não é apenas estrutura. A estrutura deve ser ensinada, mas não deve ser o fio condutor tampouco a meta final do

processo de ensino e aprendizagem. O método tradicional de ensino de línguas baseado em listas de vocabulário e regras gramaticais ainda prevalece, mas pouco a pouco parece haver mudanças, e nós, professores, somos os agentes das mudanças que tanto queremos. No entanto, não pode haver uma postura crítica, se não compreendermos que, conforme afirma Costa (2011, p. 76), “os sentidos são construídos e complementados num caminho que vai desde o individual ao coletivo e vice-versa”.

Em conclusão, a partir da análise dos discursos, identificamos tensões nas constituições de identidades: aquelas provenientes do diálogo entre uma visão mais tradicional de ensino e aprendizagem, atrelada a uma concepção de língua distante de uma concepção interacional; as provenientes das noções de ações docentes dialógicas, que consideram o “outro” nas suas aulas, que valoriza o diálogo e a interação, cuja concepção da língua é mais dialogal. Entendemos, sobretudo, que não existe uma melhor do que a outra, apenas identidades diferentes, e cada uma tem a sua influência no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

CARDOSO, C. E.; SOUSA, A. P. A formação da identidade social na perspectiva bakhtiniana da linguagem. In: Fólio - Revista de Letras (Vitória da Conquista), v. 4, n. 2, p. 147-160, 2012. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3400>. Acesso em: 05 de outubro de

2018.

CELANI, M. A. A.; MAGALHÃES, M. C. Representações de professores de inglês como língua estrangeira sobre suas identidades profissionais: uma proposta de reconstrução. In: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.). Identidades recortes multi e interdisciplinares. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002. p. 319-338.

CONTRERAS, J. Autonomia de professores. Trad. Sandra Trabuco Valenzuela, São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, E. G. de M. Da decodificação à leitura crítica: por onde transita o livro didático de Espanhol? In: Revista X, v.1, n. 1, p. 59-77, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/24607>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FABRÍCIO, B.F.; MOITA LOPES, L.P. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. In: Veredas – Revista de Estudos Linguísticos, v. 6, n. 2, 2002, p. 11-29. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25282>. Acesso em: 13 out. 2018.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FERREIRA, C. A.; SILVA, L. O professor como agente causador de mudanças. In: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 13, n.1, 2017, p. 37-46.

FRANÇA, L. da S.; IFA, S. Compreendendo inglês nas aulas do projeto de extensão Casas de Cultura no Campus da Universidade Federal de Alagoas: letramento crítico com temas enfocando estereótipos e preconceitos. In: Revista X, v. 14, n. 3, p. 292-304, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66715>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes

necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. F. R. Formação de professores e constituição de identidades docentes. In: do SIELP, 2, 2020, Uberlândia. Anais. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: <https://n9.cl/dwsd>. Acesso em: 09 fev. 2020.

GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LEÃO, D. M. M. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. In: Caderno de Pesquisa, n. 7, p. 187-206, 1999. Disponível em: <https://n9.cl/ud8f>. Acesso em: 09 fev. 2020.

LIMA, A. C. S.; SOUTOMAIOR, R. Responsividade e discursos envolventes: observando o ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. In: Eutomia, v. 2, p. 394-413, 2012. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/957>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LIMA, A. C. S. de; SANTOS, L. F.; SOUTOMAIOR, R. C. Refletindo sobre letramento e responsividade na formação docente. In: Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso, n. 9, v. 2, p. 111-139, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-45732014000200008>. Acesso em: 24 nov. 2019.

LUZ, L. S. de F.; SOUTO MAIOR, R. de C. Reflexões sobre as construções identitárias de docentes de Educação a Distância a partir da análise linguístico discursiva de interações no gênero consígnia. In: DLCV – Língua, Linguística & Literatura, v. 14, n. 2, p. 274–304, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/view/38094>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MACEDO, W. K. L. de. Por Saussure e Bakhtin: Concepções sobre Língua/Linguagem. Disponível: http://www.uesc.br/eventos/iconlireanaais/iconlire_anais/anais-53.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

MAINGUENEAU, D. Análise de textos de comunicação. Trad.: Cecília de Souza-e-Silva; Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINELLI, M. L. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MOITA LOPES, L. P. Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, L. P. Identidades fragmentadas: a construção da raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. (org.). Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.13-44.

MOREIRA JÚNIOR, R. dos S.; SOUTO MAIOR, R. de C. As relações dialógicas e os discursos envolventes sobre a condição histórico-social de uma mulher amante. Bakhtiniana. Revista De Estudos Do Discurso, 15(4), Port. 122–148, 2020.

NOGUEIRA, S. dos S; FERNANDES, E. M. da F; LIMA, L. M. de. Perspectivas do dialogismo bakhtiniano nas orientações curriculares nacionais de Língua Portuguesa. In: Revista X, v. 12, n. 3, p. 63-83, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v12i3.50100>. Acesso em: 07 jan. 2020.

OLIVEIRA, L. A. (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. In: Travessias, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste>.

br/index.php/travessias/article/view/3122.
Acesso em: 22 nov. 2018.

SILVA, A. P. P de F. Bakhtin. In: OLIVEIRA, L. A. (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SOARES, A. F.; SELLA, A. F.; COSTA- HÜBES. T. Maingueneau. In: OLIVEIRA, L. A. (org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SOUTO MAIOR, R. As constituições de ethos e os discursos envolventes no ensino de língua portuguesa em contexto de pesquisa-ação. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SOUTO MAIOR, R. Os saberes docentes e a constituição de ethos no PIBID/Letras: a construção de uma ética discursiva. In: FIGUEIREDO, F. J. Q.; SIMÕES, D. (orgs.). Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica. Campinas: Pontes, 2018.

SOUZA, M. V. S.; SOUTO MAIOR, R. O ensino de português para estrangeiros numa perspectiva dialógica e as construções de ethos neste contexto. In: Revista Horizontes de Linguística Aplicada, v. 17, n. 2, p. 93-121, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/horizontes/article/view/9025>. Acesso em: 08 set. 2021.

VIGANO, M. M. de S.; LAFFIN, F. L. H. M. As constituições identitárias docentes. In: Revista de Ciências Humanas, v. 18, n. 30, p. 75-98, 2017. Disponível em: <https://n9.cl/fnoy>. Acesso em: 02 dez. 2018.

ZOZZOLI, R. M. D. Leitura e produção de textos: teorias e práticas na sala de aula. In: Leitura, n. 21, p. 193-216, 1998.

Submissão: julho de 2021

Aceite: novembro de 2021

AS ENCRUZILHADAS DE UM MAR DE MIL CAMINHOS: A LOUCURA, A LINGUAGEM E OS SUJEITOS NO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DE FLORIANÓPOLIS¹

Ariele Helena Holz Nunes²

Vanessa Goes Denardi³

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a concretude das relações na e pela linguagem constituídas no interior do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) de Florianópolis. Para tanto, parte-se da concepção de sujeito debatida nos estudos da linguagem por Foucault (1995, 2000b, 2001, 2008, 2014), Deleuze (2004) e Augsburger (2017), trazendo ao bojo das discussões a noção de sujeito louco e instintivo. A investigação centra o olhar em como a interação entre o eu, o outro e o mundo se dá dentro do HCTP, e em que medida a linguagem estimula e incentiva os pacientes-internos a construírem essas relações. A partir da etnografia, buscamos compreender a rotina do HCTP pelo viés da ressocialização de sujeitos historicamente excluídos e segregados no meio social, o que nos permitiu identificar, na e pela linguagem, discursos que criam laços e que anseiam a liberdade.

Palavras-chave: Etnografia; Concepção de sujeito; Interação; Práticas de Linguagem; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis.

THE CROSSROADS OF A SEA WITH ITS THOUSAND ROADS: THE MADNESS, LANGUAGE AND SUBJECTS AT THE CUSTODY AND PSYCHIATRIC TREATMENT HOSPITAL OF FLORIANOPOLIS

Abstract: This article analyzes the concreteness of the relations in language established inside the Hospital of Custody and Psychiatric Treatment (HCPT) of Florianópolis. We start from the concept of subject discussed in language studies by Foucault (1995, 2000b, 2001, 2008, 2014), Deleuze (2004) and Augsburger (2017), bringing to main point of discussion the needs of the mad and instinctive subject. The investigation focuses on how an interaction between the self, the other and the world takes place within the HCPT, and to what extent language stimulates and encourages inpatients to build relations. From an ethnographic, we seek to understand the HCPT routine through the re-socialization of subjects historically excluded and segregated in the social environment, which allowed us to identify, in and through language, discourses that create relationships and that yearn for freedom.

Keywords: Ethnography; Subject conception; Interaction; Language Practices; Hospital of Custody and Psychiatric Treatment of Florianópolis.

1 Este artigo é fruto das discussões propostas na disciplina de Políticas Linguísticas do Multilinguismo, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL/UFSC) no semestre 2019/2 e ministrada pelos professores Dr. Daniel N. Silva e Dra. Maria Inêz Probst Lucena, aos quais dedicamos nossos agradecimentos.

2 Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: holz.arielle@gmail.com. A autora agradece à CAPES pelo apoio financeiro, processo número 88887.639125/2021-00.

3 Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: goes_vanessa@hotmail.com.

Introdução

Até a ilha mais distante
tem espaço pra companhia...
Eu escolho: posso ser uma ilha
cercada de gente por todos os lados
ou não
posso ser uma dessas gente
e aparecer na sua ilha de repente.

(Rosangela Calza)

As significações que regem a loucura, as doenças mentais e a psiquiatria têm sido motivo bastante recente para estudos acadêmicos, principalmente no que tange à área da linguagem. Assim, entender o paciente-interno como sujeito que possui voz e saberes em um âmbito de reclusão traduz-se em um campo de pesquisa que exige dos investigadores uma observação/interpretação rigorosa e, sobretudo, ética.

Os antigos manicômios judiciários no Brasil⁴, hoje denominados Hospitais de Custódia, abrigam sujeitos chamados “inimputáveis”, ou seja, pessoas diagnosticadas com algum tipo de transtorno mental que possuem determinado conflito judicial e que, por isso, são mantidos em hospitais-prisão. É nesse contexto que se encontra o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis (HCTP), um espaço plural para o conhecimento das múltiplas interações entre os sujeitos que partilham de historicidade e cotidiano comuns, apesar dos diversos contextos que os permeiam e dos obstáculos psicológicos individuais.

Neste estudo, baseadas nos escritos de Deleuze (2004), compreendemos o HCTP como uma ilha, não como originária ou continental, mas sim como uma ilha imaginada, produzida,

a qual é constituída pela desertificação, mesmo sendo habitada, e que tem o intuito de separar os sujeitos do mundo, os quais, considerados loucos, navegaram em uma *stultifera navis* por mares de mil caminhos como prisioneiros em uma infinita encruzilhada (FOUCAULT, 1972) até chegarem ao destino insular. Assim sendo, partimos da ideia de que a ilha pode ser ocupada por homens, mas ainda permanece transfuge, mantendo os sujeitos suficientemente e absolutamente separados dos demais (DELEUZE, 2004).

É para o outro mundo que parte o louco em sua barca louca; é do outro mundo que ele chega quando desembarca. Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a Passagem absoluta. Num certo sentido, ela não faz mais que desenvolver [...] a situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser fechado às portas da cidade: sua exclusão deve encerrá-lo; se ele não pode e não deve ter outra prisão que o próprio limiar, seguram-no no lugar de passagem. Ele é colocado no interior do exterior, e inversamente (FOUCAULT, 1972, p. 16).

Esses sujeitos, apesar de estarem marginalizados, unem-se diante das circunstâncias e criam o próprio movimento das coisas, ocupando a ilha de forma dinâmica, tornando-se criadores, exploradores, prontos para começar um novo mundo. Eles são donos de si, e carregam em sua essência heterogeneidades que ecoam no todo coletivo, representado por um aglomerado de “eus” que dividem o mesmo espaço: a ilha. Assim, o objetivo principal deste artigo é analisar a concretude das relações na e pela linguagem constituídas no interior do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis.

A partir disso, a pesquisa debruça-se sobre objetivos específicos com os quais pretende-se: 1) ampliar as discussões etnográficas referentes ao campo da linguagem por meio da inserção, observação e atuação no HCTP de Florianópolis; 2) compreender a concepção de sujeito inserida no cerne do HCTP de Florianópolis; 3) reconhecer

4 A Lei 10.216/2001, conhecida como antimanicomial, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

como os vínculos estabelecidos entre os pacientes-internos modificam o olhar que esses indivíduos têm de si; 4) refletir sobre as formas que a linguagem assume na performance linguística utilizada pelos pacientes-internos do HCTP. Nessa perspectiva, este trabalho tenta responder os seguintes questionamentos: 1) qual é a concepção de sujeito no Hospital de Custódia da Penitenciária de Florianópolis? e 2) como se dá a interação cotidiana entre os sujeitos que residem nessa instituição?.

A par dessas informações, acreditamos que é possível obter ainda mais inquietudes e, ao mesmo tempo, produzir um impacto e refletir criticamente sobre comportamentos e elementos que se apresentam nesse espaço que é, sem dúvida, plural e, ainda assim, singular. Foucault (2008) nos alerta para a necessidade de nos inquietarmos diante de agrupamentos que não são considerados familiares e de nos perguntarmos se é possível admitir outros formatos, que, inevitavelmente, são parte de individualidades históricas.

Ao considerar essa provocação, a justificativa desse estudo se sustenta em uma dupla necessidade: a compreensão das condições de vida de um grupo social ocultado - o dos pacientes-internos do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico da Penitenciária de Florianópolis -; e a de contribuição para este grupo social a partir da devida reflexão na pesquisa sobre linguagem e formação humana no âmbito universitário.

Além disso, é mister destacar a importância desta investigação por seu ineditismo e relevância, visto que o número de trabalhos existentes acerca da temática⁵ é pouco expressivo, sobretudo, que contemplem as vertentes elencadas para este estudo. Os loucos são, antes de tudo, os sujeitos de uma linguística não somente aplicada, como ressignificada, que se ocupa de práticas de

linguagens atreladas a práticas sociais, fazendo do louco um sujeito empírico, que tem muito a dizer, que tem muito a mostrar, que tem muito a transformar.

Por fim, cabe salientar que as narrativas e discursos utilizados neste artigo, bem como as imagens dispostas, são regidas pelo consentimento da direção do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis mediante assinatura de um termo de consentimento firmado entre o HCTP e as pesquisadoras; e que as identidades dos participantes foram protegidas a fim de evitar exposição desnecessária, os quais são denominados no texto por PACIENTE-INTERNO + PSEUDÔNIMO.

Um olhar teórico e metodológico

As pesquisas que partem de um movimento etnográfico podem ser consideradas como um processo em que o mais importante é a observação direta das atividades dentro de um grupo de determinada comunidade, o que nos tem permitido, portanto, problematizar realidades sociais que surgem a partir da complexidade semiótica e cultural do campo da linguística aplicada (LUCENA, 2015). Nesse sentido, cabe ao pesquisador conviver com os indivíduos que circulam nesse meio, de modo que possa entender melhor a dinâmica em que o espaço funciona e, para além do que foi mencionado, identificar as suas particularidades. É importante ressaltar que esse tipo de pesquisa não parte de questões fixas, mas configura-se por meio da flexibilidade, especialmente porque, durante o seu andamento, muitos pontos podem necessitar de reorganização, de reformulação e de uma análise por outra perspectiva, a qual se difere do pensamento original.

A etnografia contribui com a democratização, uma vez que busca revelar os significados das ações do ponto de vista dos participantes, considerando a relação entre linguagem,

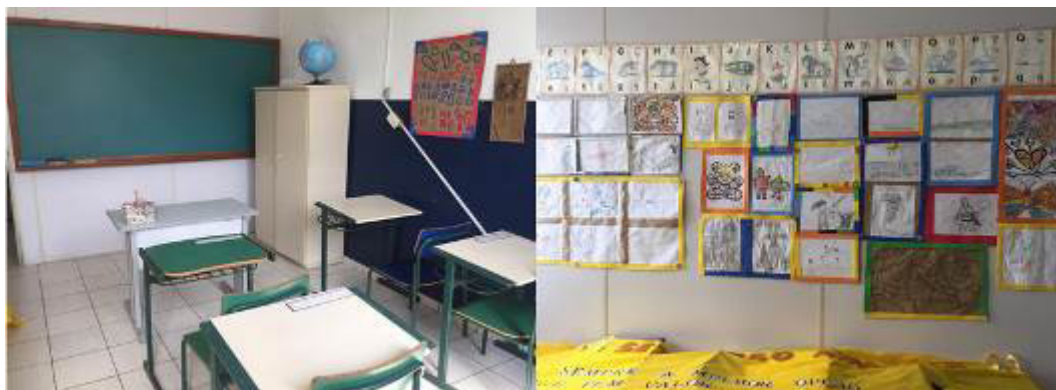
5 BONASSA (2003); OLIVEIRA (2006); PREVE (2010); MOSER (2018); AUGSBURGER (2017).

contextos específicos e questões sociais e políticas. A adesão da práxis etnográfica no entendimento de problemas da linguagem acrescenta um olhar culturalmente sensível, exigindo tanto de nós, pesquisadores, como dos participantes, reflexões críticas sobre a própria vida. O contexto, formado por realidades políticas, culturais e sociais, vai sendo desbravado e (re)conhecido por meio de movimentos colaborativos, divididos e negociados no tempo e espaço da pesquisa. Sempre em revisão, consideramos o projeto inicial como um plano flexível, uma vez que a perspectiva interpretativista permite o redirecionamento de decisões tomadas durante a investigação (LUCENA, 2015, p. 79).

Tendo em conta essas questões, o andamento desse estudo parte de observações da rotina do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis, sobretudo, das atividades lúdicas e artísticas oferecidas aos paciente-internos. Esse processo perdurou uma semana (14 a 18 de outubro de 2019) e as pesquisadoras frequentaram o local nos períodos matutino e vespertino. Em cada um dos dias, elas ficaram na companhia de um profissional responsável pelas atividades e de agentes de segurança. Dentre as propostas institucionais acompanhadas, listam-se: assembleia, aula de teatro, aula de informática e tear. Ao findarem as observações, as pesquisadoras ofereceram uma oficina aos pacientes-internos com a temática “*Quem sou eu?*”, tendo por objetivo compreender qual a concepção de sujeito, de interação e de linguagem que se tem dentro desse espaço, atividade essa que será discutida na seção 2.2.

Ressalta-se que o HCTP oferece, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), aulas de diversas disciplinas curriculares e oficina de capoeira. Além disso, as instituições religiosas também têm espaço significativo na agenda semanal da instituição, a qual conta com a participação efetiva da Pastoral Carcerária. Na tentativa de ilustrar um espaço que transcende a estadia burocrática, ações de segurança e *portas-portões-grades*⁶, a imagem a seguir ambienta um dos locais em que ocorrem oficinas e demais atividades curriculares:

Figura 1 - Sala de aula do HCTP



Fonte: As autoras, 2019.

Ambientes como esses refletem uma perspectiva diferenciada daquela que se imagina antes de adentrar às imediações do HCTP. A proposta de ressocialização pode ser observada na prática quando se pensa na importância e na representatividade que espaços como uma sala de aula, sem vestígios de cárcere, carregam. Isso significa dizer que a própria ideia de ressocialização está impressa na iniciativa da direção e da equipe de funcionários do HCTP de transformarem os espaços para os pacientes-internos participarem de atividades lúdicas, curriculares e extracurriculares. Os pátios, os refeitórios e a quadra de esportes também representam a tentativa de construção de espaços mais artísticos e menos institucionalizados,

⁶ Escolha tipológica de Augsburger (2017) para descrever os espaços de clausura que constituem o HCTP.

que almejam lembrar o mundo fora dos muros, para os pacientes-internos circularem e se sentirem em uma vida quase comum.

Declarados os caminhos metodológicos trilhados, parte-se a uma breve revisão da literatura sobre sujeito, interação e performance linguística. Os estudos desenvolvidos por Michel Foucault (1995, 2001, 2014) compõem o escopo teórico desta pesquisa no que tange à concepção de sujeito, principalmente, com relação àqueles que, de alguma forma, são marginalizados ou excluídos socialmente, e a forma como eles se constituem ativamente através de “práticas de si”, que nada mais são do que esquemas que eles encontram em sua cultura e que lhes são propostos, sugeridos ou impostos.

Seguindo esse viés, Deleuze (2004) também ajuda a compreender o sujeito como um ser instintivo dentro de uma determinada instituição que o satisfaz e se satisfaz, visto que aquele é dependente desta em suas urgências psicológicas e, até mesmo, de proteção e segurança:

Cada sujeito exprime o mundo de um certo ponto de vista. Mas o ponto de vista é a própria diferença, a diferença interna e absoluta. Cada sujeito exprime, pois, um mundo absolutamente diferente e, sem dúvida, o mundo expresso não existe fora do sujeito que o exprime (o que chamamos de mundo exterior é apenas a projeção ilusória, o limite uniformizante de todos esses mundos expressos). Mas o mundo expresso não se confunde com o sujeito: dele se distingue exatamente como a essência se distingue da existência e inclusive de sua própria existência. Ele não existe fora do sujeito que o exprime, mas é expresso como a essência, não do próprio sujeito, mas do Ser, ou da região do Ser que se revela ao sujeito (DELEUZE, 2004, p. 40-41).

A relação biunívoca entre mundo e sujeito pode ser pensada a partir de uma premissa: os mundos em que os limites territoriais são fixos e os sujeitos são flutuantes. Preve (2010) atribui ao sujeito louco o status de nômade quando revisita Deleuze e Guattari (1997, p.189): “[...] eles não

se movem. São nômades por mais que não se movam, não migrem, são nômades por manterem um espaço liso que se recusam a abandonar, e que só abandonaram para conquistar e morrer”. A concepção de nômade para os sujeitos loucos do HCTP advém, sobretudo, do fato desses indivíduos estarem imersos em um lugar do qual não saem e, ao mesmo tempo, embarcarem em diferentes aventuras enquanto seres viajantes, que transitam entre um mundo de desejos: os lugares que querem visitar, os bens que querem adquirir e a liberdade que querem experimentar mais uma vez.

Saindo de uma perspectiva imaginada e assumindo uma visão realista, Augsburguer (2017) detalha formalmente a natureza do sujeito louco, o sujeito habitante do HCTP de Florianópolis. Para o autor, os pacientes-internos são pessoas que cometeram crimes e apresentam transtorno mental. Logo, essas características os tornam inimputáveis: sujeitos incapazes de atribuir juízo de valor e examinar com razão o caráter ilícito do crime que cometeram. Tendo em conta esses fatores, é importante destacar esses seres inimputáveis não receberem punição pelos seus atos criminosos, mas são submetidos ao cumprimento de uma “[...] medida de segurança – uma medida especial para aqueles tratados, socialmente e clinicamente, como doentes mentais perigosos ou loucos criminosos” (AUGSBURGER, 2017, p. 59).

Foucault (2001) versa ainda sobre a atuação das instituições médicas e judiciais sobre o sujeito louco, o que acaba determinando a amplitude de suas ações no espectro social. No que se refere ao louco, as instituições médicas exprimem primazia sobre as instituições judiciárias, ainda que atuem em um processo de higiene pública no corpo social, isolando o louco do mundo e criando um mundo para o louco:

[...] louco é sempre alguém que se acha um rei, isto é, que deseja impor seu poder contra todo e qualquer poder estabelecido e acima de todo

e qualquer poder, seja esse da instituição ou da verdade. Portanto, no próprio interior do manicômio, a psiquiatria funciona como sendo a detecção, ou antes, a operação pela qual se vincula a qualquer diagnóstico de loucura a percepção de um perigo possível. No entanto, mesmo fora do manicômio, parece-me que temos um processo mais ou menos do mesmo gênero, isto é, fora do manicômio a psiquiatria sempre procurou - em todo caso no século XIX de maneira mais particularmente intensa e crispada, já que: no fundo, era da sua própria constituição que se tratava - detectar o perigo que a loucura traz consigo, mesmo quando é uma loucura suave, mesma quando é inofensiva, mesma quando o mal é perceptível (FOUCAULT, 2001, p. 150).

Assim, a concepção de sujeito assumida neste estudo está ligada ao entendimento de que todo indivíduo carrega práticas de linguagem singulares, assim como estabelece relações, laços, vínculos com infinitos sujeitos nos lugares por onde circulam e atuam. Esses sujeitos, a quem nos referimos teoricamente, são os mesmos sujeitos empíricos que acompanhamos, que carregam os vestígios de uma história marcada, mas também fazem história, participam de histórias alheias. Eles se moldam a partir das pressões e restrições sociais de que fala Foucault (2000b, 2001) e refazem, reorganizam o mundo interior que possuem em si em contraste com o mundo exterior em que se situam, como aponta Deleuze (2004). A sua estadia no meio social o transforma, e simultaneamente este sujeito, que por outrora não é somente um, mas vários, deixa marcas nos lugares em que atua e nas pessoas com quem partilha experiências.

Como salientado, os sujeitos estabelecem relações dentro do espaço em que circulam, e no HCTP a interação não se dá de forma diferente: os pacientes-internos criam vínculos seja com os voluntários com os quais convivem diariamente, seja com os pesquisadores que por ora emergem nesse campo de pesquisa, ou ainda seja entre eles mesmos, os próprios sujeitos. Augsburg (2017), em seus movimentos cartográficos, disserta acerca da amizade que transcende e permeia os espaços entre as *portas-portões-grades* do HCTP.

Em uma das páginas de seu diário de bordo, o autor escreve que a amizade nada é, senão, como um remédio para a vida. Firmando relação entre amizade, saúde e bioquímica, Augsburg (2017) alega que a ocitocina, hormônio responsável por desenvolver apego e empatia entre as pessoas, faz com que os pacientes-internos do HCTP construam laços com estranhos, vulgos outros pacientes-internos, quase como em uma relação familiar. Essa relação amical, como coloca, é benéfica para a saúde dos pacientes internos à medida que especialistas indicam que a amizade pode: “[...] auxiliar no tratamento de distúrbios da psique dada a capacidade influência da amizade” (AUGSBURGER, 2017, p. 157).

A amizade é um bem que faz bem, e durante uma de suas andanças pelos espaços do HCTP, o cartógrafo identificou que os próprios pacientes-internos reconhecem que a sua interação não é apenas mecânica e institucionalizada, mas anunciada e criada por eles mesmos, a ponto de se tornarem amigos, como elucida neste breve relato:

Joshua e Ricardo, demonstram grande afinidade e vão revelando-me dimensões da vida no Hospital, mormente daquilo que os dois vivenciam ali. Contam das brincadeiras que fazem e fazem chacota um do outro, sempre com um ar muito amical. [...] Contam-me dos planos que têm para quando saírem dali. [...] A ajuda, entretanto, não é só fora do HCTP, várias vezes eles reiteram que se ajudam ali dentro, ajudam-se dando força a continuar e aguardar até a libertação, ajudam-se com dinheiro e troca de comidas e utensílios, ajudam-se nos contatos para o tabaco e na partilha do fumo; enfim, uma série de ajudas materiais e psíquicas. Ao fim, da conversa selam a impressão de que tenho de sua amizade pedindo que tire uma foto deles, não uma foto de cada um, mas uma foto dos dois, lado a lado, posando para a câmera. O gesto ainda se refina quando me pedem para que, se possível, revele para eles a fotografia. A imagem é marcante. Aqui, onde as aproximações parecem ser suspeitas, os dois posam lado a lado para que a relação quede gravada (AUGSBURGER, 2017, p. 122-123).

Ainda nesse cenário, Augsburg (2017) pontua que a possibilidade de desenvolvimento de laços de amizades no interior do HCTP é

confrontada. Embora o HCTP seja visto como inapropriado e até mesmo, impossível para a criação de amizade entre seus pacientes-internos, considerando a natureza dos distúrbios de cada um, é um local em que muito se aflora a partir das relações pessoais construídas. Na visão do autor, a amizade se torna inviável no HCTP em função desse sentimento estar ligado, até certo ponto, com questões de interesse e eletividade. Não há relações de poder e enganação entre os pacientes-internos, estes são sujeitos que seguem por um mesmo caminho, que estão navegando em um mesmo barco, talvez daí se desenhe a pureza nas interações amicais.

No HCTP, a amizade emerge como um ato de sensibilidade e de construção de caminhos para enfrentar o cotidiano: os transtornos mentais não impedem em nada que estes sujeitos sintam afeto, protejam e ajudem uns aos outros. Nesse sentido, pode-se dizer que uma justificativa para o HCTP, um espaço murado e vigiado, ser “uma terra de clausura povoada de experiências de amizade”⁷ é o simples fato da união, da comunhão ser entendida como uma alternativa para tornar os dias menos longos e duradouros, e mais próximos da liberdade “[...] uma opção é ‘aceitar o inferno’, outra é ‘saber quem ou o que, no meio do inferno, não é inferno’, o que não é uma tarefa das mais fáceis” (AUGSBURGER, 2017, p. 162).

Para além do que foi comentado, após pensar no sujeito de que falamos, do outro com quem ele interage, faz-se necessário tratar de uma última questão: o objeto de mediação simbólica das relações, a linguagem. O uso que se faz na linguagem nas situações de interação com o outro e nos demais protocolos cotidianos é chamado de *performance linguística*, a qual se traduz ideologias linguísticas (MOITA LOPES, 2013). Essa performance só se realiza mediante a atuação do sujeito em práticas de linguagem, até mesmo quando o sujeito silencia, ele

está performando, porque o seu não dizer também significa.

A língua, enquanto recurso comunicativo, está atrelada à história social de um grupo, de modo que este faz uso de elementos linguísticos a fim de demonstrar uma diversidade de discursos/ significados nas práticas sociais em que operam. As línguas são usadas pelos indivíduos, são produtos da atividade humana, um recurso pelo qual os sujeitos anunciam a sua visão de mundo.

[...] as pessoas indexicalizam, em suas performances linguísticas, sua compreensão do que está acontecendo nas práticas assim como seu entendimento dos participantes já que, como aponta Bauman (1986, p.03), “a performance... da mesma forma que toda atividade humana é situada, sua forma, significado e funções estão enraizadas em cenas e eventos definidos culturalmente ou, como indicam Coupland, Garrett e Willians (2005, p.69), “as performances são pelas audiências e não somente para as audiências” (MOITA LOPES, 2013, p. 112).

Sabendo que a língua é regulada tanto por contextos sociais como por sistemas subjacentes, as restrições de discurso são explicativas, visto o poder que a palavra tem. Segundo Moita Lopes (2013), as práticas de linguagem que constituem uma performance linguística são locais, e refletem sociedades, assim como as culturas em que os sujeitos estão engajados. Além de exprimir o social, a performance linguística simboliza um aglomerado de práticas identitárias, que podem, ou não, caracterizar os sujeitos apenas pelas suas escolhas linguísticas ao performar.

As práticas de linguagem em narrativas marginalizadas

As relações de interação dentro do HCTP são de extrema importância e a nós interessou perceber neste estudo como se dá a existência dialógica acumulada em discursos, levando em consideração o ambiente, os sujeitos e a dimensão

sócio-histórica, numa espécie de empreendimento dos enunciados “na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento” (FOUCAULT, 2000a [1968], p. 93).

Assim, por meio de análises de narrativas, buscamos investigar o que os pacientes-internos do HCTP fazem com a linguagem ao participar de uma atividade social, regulada tanto pelo contexto social como pelas ideologias implícitas; e, sobretudo, problematizar os discursos em relação ao contexto em que eles são produzidos e para quem eles são produzidos (LUCENA, 2015).

Foram observadas três atividades institucionais - aula de teatro, aula de informática e tear - as quais fazem parte do quadro permanente de horários e são empreendidas por voluntários (acadêmicos da Universidade do Estado de Santa Catarina e Universidade Federal de Santa Catarina, bem como integrantes da Pastoral Carcerária) que, em alguma medida, interessam-se pelo bem-estar desse grupo específico, que apostam na ressocialização e que, por isso, lutam

para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. [...] E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo. Este ensinamento e este aprendizado têm de partir, porém, dos “condenados da terra”, dos oprimidos, dos esfarrapados do mundo e dos que com eles realmente se solidarizem (FREIRE, 2013, p. 20).

Tanto na aula de informática, quanto na de tear, os alunos permaneceram concentrados e em silêncio, pedindo, nesta última, para que as voluntárias colocassem uma música ambiente para fazer companhia. Já na aula de teatro, a professora realizou algumas brincadeiras, como “passa anel”, e informou às pesquisadoras sobre a dificuldade em fazer encenações com o grupo devido à condição psicológica e mental dos participantes.

Figura 2 - Aula de informática



Fonte: As autoras, 2019.

Já na Assembleia e na Oficina “*Quem sou eu?*”, pode-se perceber uma efetiva participação dos pacientes-internos, talvez pela forma como as atividades foram conduzidas, primando pela abordagem interativa e, ao mesmo tempo, delimitada, bem como considerando as superdiversidades de naturezas diversas, como as identitárias e linguísticas (MOITA LOPES, 2013).

“O que dizem essas palavras?”

A atividade denominada Assembleia consiste em uma conversa com os pacientes-internos a fim de ouvi-los sobre pontos positivos e negativos do HCTP, além de considerar o que pode ser melhorado no que se refere à enfermaria, alas, refeitórios, etc. Da reunião observada pelas pesquisadoras e que fora conduzida pelo chefe de segurança, participaram profissionais e estagiários (14, ao total) das áreas de psicologia, enfermagem e assistência social.

Por meio dessa prática de linguagem, foi possível perceber desigualdades e resistências, tensões e modos de vida (LUCENA, 2015), que, neste espaço, muitas vezes, são negligenciados: “Estamos comendo muito ligeiro porque ficam apressando a gente” (PACIENTE-INTERNO LUCAS); “Estamos com dificuldades na informática, estamos só com dois computadores” (PACIENTE-INTERNO PEDRO); “A semana tem sido comprida para nós” (PACIENTE-INTERNO JOÃO). Vê-se, portanto, que apesar da própria loucura interna (FOUCAULT, 1995), os sujeitos utilizam amplamente as ideias da racionalidade que o convívio em grupo exige.

Destarte, o momento de maior participação e no qual foi realmente possível ouvir esses sujeitos foi a reflexão do seguinte poema lido por uma assistente social:

A vida...
uma travessia,
um espaço,
um tempo...
um dia, outro dia,
um momento.

A vida...
dúvida, incerteza,
confusão, desorientação,
total escuridão.
Uma grande proeza.

A vida...
contentamento,

vencer,
perder...
ou empatar.
O mínimo,
o máximo...
o não,
o sim.

O começo,
Xeque-mate!
O fim...

(Rosangela Calza)

Primeiramente, faz-se importante destacar que o texto escolhido é de autoria de uma poetisa florianopolitana, que busca sempre fazer reflexões sobre a vida, o amor e o autoconhecimento. Após realizada a leitura, lançou-se mão da pergunta “*o que dizem essas palavras?*” e, em seguida, os participantes começaram a respondê-la: “*Um dia de liberdade já é o bastante*” (PACIENTE-INTERNO JOÃO); “*O fim. Parece que estamos no fim. Começamos a viver agora e já chegou no fim*” (PACIENTE-INTERNO SILAS).

Em uma atitude responsiva ao último enunciado, uma das assistentes sociais fomenta a discussão: “*será que não é o meio?*”. Em todas essas falas, é perceptível a intenção dos sujeitos, mesmo tratando-se de uma análise poética - um anseio pela liberdade, algo constantemente citado pelos pacientes-internos; a falta de perspectiva na vida; e o incentivo para a caminhada -, um querer expressar (in)conscientemente numa emergência (in)voluntária de “descobrir a palavra muda” (FOUCAULT, 2008, p. 31).

ASSISTENTE SOCIAL: - Quantas vezes aqui vocês já ouviram a palavra “não”? Por que é importante?

PACIENTE-INTERNO PEDRO: - Para ter limite.

PACIENTE-INTERNO TADEU: - As grades já dizem o não.

Ao abordar os últimos versos da terceira estrofe do poema, a assistente social tenta produzir uma conotação positiva à palavra

“não”, principalmente por destacá-la como algo importante, necessário, o que é imediatamente aceito e endossado pelo paciente-interno Pedro, quiçá pelo medo, por sua condição mental, de não sentir-se capaz de ouvir o “sim”; e refutado pelo paciente-interno Tadeu, que, diante da situação de privação, vê desabrochar em si o desejo de libertar-se e “percebe que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios” (FREIRE, 2013, p. 22), nesse caso, do desejo de ouvir tão somente “sim” dentro no HCTP.

Esse tipo de poesia, entre o contemporâneo, o passado e o futuro, pra mim, não foi muito feliz. Ouvir um não aqui dentro é uma raiz amarga. À medida que a pessoa se carrega de não, ela fica com raiva, ou com vontade de tirar a própria vida. É um poema pra quem está lá fora. Estamos pagando por um ato de rebeldia. Sabemos o que nos restringe e o que nos traz benefícios (PACIENTE-INTERNO BRENO).

Ademais da inconformidade do “não” e das consequências que ele pode trazer em determinados momentos da vida, também há a consciência dos atos cometidos e os efeitos de penalidade que eles acarretam. Apesar de inimizáveis, os sujeitos que habitam o HCTP devem cumprir um tempo mínimo de internamento e tratamento até que se considere findada a periculosidade. Por isso, a importância do esforço em criar “uma consciência em se recompor e em tentar readquirir o domínio de si próprio, até as profundezas de suas condições” (FOUCAULT, 2008, p. 15), já que a liberdade não chega por acaso, mas pela prática de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2013).

Por outro lado, há quem veja o lado bom do “não”, seja pela forma de controle, e nesse ambiente, como uma espécie de tecnologia política do corpo, uma microfísica do poder (FOUCAULT, 2014); seja pela assertividade e importância de dizer não em benefício próprio; ou ainda, seja pelo aprendizado e valoração. “*Começo e fim, tudo é*

passageiro. Aqui é um momento de aprender, de lidar com o sim e o não. O que me contraria, é difícil de entender. Em toda a minha vida preciso exercitar. O sim só tem sabor doce porque experimentamos o gosto do não” (PACIENTE-INTERNO AMARO).

PACIENTE-INTERNO TADEU: - Às vezes o não é bom. Quer ver?

PACIENTE-INTERNO TADEU: Você quer ficar aqui?

PACIENTE-INTERNO FREDERICO: Não.

TODOS: (risos)

A anedota realizada durante a Assembleia, além de render boas risadas dos participantes, retoma a importância de analisar o discurso a partir dos elementos constitutivos das palavras, já que mais uma vez percebemos corpos conscientes que vivem em uma relação dialética entre os condicionamentos da desrazão e da infração cometida e o anseio pela experiência de ser livre novamente. Contudo, uma coisa é certa, a imaginação do paciente-interno Tadeu, assim como a dos demais, parece não ter perdido a sua liberdade, já que ela, por sua condição psicológica, está presa ao fora, mostrando um momento de lucidez e humor a partir da análise do poema, afinal, é como diz o ditado: “o louco se afoga no mar em que o poeta nada”.

A poesia fala da vida e nada mais complexo do que a vida. A complexidade de viver em sociedade, eu não posso atralhar a vida do próximo. O texto não é completo, assim como a vida. Cada palavra do texto tem um significado e uma finalidade. Hoje, aqui dentro, eu tô reaprendendo a viver. Porque hoje estou lidando com sentimentos privado de liberdade. Estou numa posição que eu não sou o rei da cocada. Através da disciplina da casa, posso ser uma nova pessoa, conter o lobo mau que existe dentro de mim (PACIENTE-INTERNO GERALDO).

Nessa outra narrativa, percebemos a análise da vida que possui função social intrincada, moldada por uma “arquitetura fechada, complexa e hierarquizada” (FOUCAULT, 2014, p. 135) e,

sobretudo, excludente. O fato de o paciente-interno apontar que não pode atrapalhar a vida do próximo mostra a sua percepção sobre a pessoa com transtornos mentais e a sua liberdade finita na sociedade. O que está em jogo nessa fala é o conjunto de provocações deliberadas e personificadas através dos quais o sistema funciona, garante a sua ordem e fabrica seus excluídos e seus condenados (DELEUZE, 2004). Para esse sujeito, estar no HCTP é uma forma de conter o seu “eu”, de disciplinarizar-se, de tornar-se um corpo dócil, reprimido. Privado de liberdade, vê-se acomodado, adaptado, porém, inconcluso, em um movimento permanente de busca do ser mais (FREIRE, 2013).

“Cometemos um crime, mas não somos criminosos”

Não me pergunte quem sou e não me peça para permanecer o mesmo.
(Michel Foucault)

A oficina intitulada “*Quem sou eu*” foi pensada com o intuito de reconhecer, entre as *portas-portões-grades* e os estereótipos de *bandidos-criminosos-marginais*, os verdadeiros sujeitos, humanos, que habitam o HCTP de Florianópolis. Tendo ciência de que eles são sujeitos plurais, com identidades distintas, e ao mesmo tempo, um mesmo sujeito - o louco -, conduzimos essa atividade através do discurso de que não estávamos interessadas, enquanto pesquisadoras, nos delitos e crimes que eles cometeram, ou tampouco, em laudos que qualificam os seus transtornos mentais. O que buscávamos era a sua essência, queríamos conhecer, para além de todas as problemáticas que envolvem as suas histórias sociais, os sujeitos que eles veem dentro de si, os sujeitos que carregam sonhos, desejos e esperanças de mais um dia de liberdade.

Foram muitas as formas que esses indivíduos encontraram para expressar quem são, com o auxílio de materiais fornecidos, alguns optaram por escrever, outros, em uma espécie de entrevista particular, preferiram ditar a sua fala para que fosse documentada por nós, pesquisadoras; todavia, foi através do desenho, que a maioria canalizou o seu interior. Em uma folha em branco, assim como uma página da vida, cores, traços e poucas palavras foram o suficiente para que os sujeitos loucos conseguissem transmitir a sua a sua verdade.

Figura 3 - Desenho produzido pelo PACIENTE-INTERNO FELIPE durante a oficina



Fonte: As autoras, 2019.

A restrição do discurso de que falava Foucault (2000b) e a estrutura da dominação denunciada por Freire (2013) estão presentes nessa imagem, fazendo com que poucas palavras sejam necessárias para transmitir a sua força: a arte já basta. Os sujeitos loucos, dentre tantas coisas que almejam, querem ter o direito de dizer, querem olhos e ouvidos atentos ao seu discurso, querem ser vistos além das máscaras, querem mostrar o arrependimento verdadeiro, querem esclarecer que já não são mais os mesmos. Eles rompem com a linha entre louco e *bandido-criminoso-marginal* ao serem ressignificados no lugar em que estão inseridos, ao se refazerem enquanto humanos cotidianamente, e sabem o quanto é crucial buscarem ser um novo sujeito, um outro eu que não tem medo de recomeçar após os constantes devaneios e os conflitos diários.

Naquilo que é chamado, grosso modo, loucura, há duas coisas: há um furo, um rasgo, como uma luz repentina, um muro que é atravessado; e há, em seguida, uma dimensão muito diferente, que poderíamos chamar de desabamento. Um furo e um desabamento. Lembro-me de uma carta de Van Gogh. “Devemos – escrevia ele – minar o muro.” Salvo que romper o muro é difícil e se o fazemos de forma muito bruta nos machucamos, caímos desabamos. Van Gogh acrescenta ainda que “devemos atravessá-lo com uma lima, lentamente e com paciência”. Temos então o furo e depois esse desabamento possível (DELEUZE, 2004, p. 333 - 334).

Furar o muro da loucura. Esse, talvez, seja o desejo dos pacientes-internos, seja pela arte – como no desenho elencado –, seja pela simples interação com o outro, pois, muitas vezes, é por meio da prática de linguagem que o sujeito pode ver-se e se fazer ver, vislumbrar um futuro “no fora” em momentos de razão e sanidade.

Estou me tratando aqui no HCTP onde já me encontro há dois anos e dois meses. Hoje trabalho na cozinha dos agentes e sou muito bem tratado aqui, e espero me recuperar pra que eu possa tocar a minha vida adiante quando sair. Meu sonho hoje é trabalhar na área de tecnologia e espero conseguir fazer e concluir o curso de Análise de Sistemas, uma graduação (PACIENTE-INTERNO JOAQUIM).

É preciso lembrar que esses sujeitos nem sempre estão fora de si e, por isso, a par de suas atitudes, constroem uma história plena de pensamento e suscita a consciência que é o sujeito originário de todo devir e de toda prática (FOUCAULT, 2008). “*As atitudes aqui fazem com que a gente reflita sobre o eu interior*” (PACIENTE-INTERNO TADEU), ou seja, esse momento de reclusão pode se tornar um abrigo mais seguro para a consciência e um caminho para o autoconhecimento.

Em suas teorizações, Foucault (2000b) enxerga uma ordem do discurso na figura do louco, que é posto como o sujeito marginalizado nas sociedades de controle. Isso significa dizer que a relação antagônica entre razão e loucura é trabalhada pelo autor através da figura do louco. A segregação da loucura é colocada como um dos procedimentos de exclusão no interior dos discursos, já que o discurso do louco não possui validade, sendo separado e rejeitado em detrimento dos discursos lúcidos, tais como: discursos médicos, políticos, científicos, educacionais. O discurso do louco ganha importância, como aponta o autor, quando anuncia algum tipo de presságio, uma visão futurista, fazendo com que os demais indivíduos se coloquem em posição de inquietude e, de certa forma, de alerta.

A produção do discurso é controlada, selecionada e redistribuída dentro de uma lógica que busca ocultar as reais significações e as relações de sentido das palavras. Esse processo de *camuflagem* dos discursos ocorre por meio de procedimentos de exclusão, realizados na sociedade por indivíduos ou um grupo de indivíduos que delimitam quem diz e quem deixa de dizer. Ainda que sejam escutados, os loucos carregam algemas em suas palavras, quase como um eterno desejo de dizer, o qual não se concretiza nem mesmo quando as palavras são proferidas: ser ouvido nem sempre é ser escutado.

Freire (2013) evidencia que não somente o discurso, mas a condição existencial do sujeito louco é a de oprimido. Quando elencamos a obra de um dos pacientes-internos como sendo representativa dos sentimentos dos demais, estamos assumindo que todos compartilham do mesmo pensamento de cárcere, em que são julgados e qualificados pelas suas histórias sociais manchadas e, por vezes, não lhe é concedido o direito de provar a mudança que se instaurou no seu interior de sujeito homem e não mais sujeito *bandido-criminoso-marginal*. Augsburger (2017) traz em suas entrelinhas teóricas que até mesmo à posteriori ao tratamento pelo qual são submetidos os pacientes-internos e o alcance da tão sonhada liberdade, não se acredita na íntegra em sua transformação, na sua melhora: “No fundo há um desejo de que ele vá e não precise mais voltar, um desejo de que ele contrarie as estatísticas e as histórias que vagam por esta terra de clausura e dizem o contrário: quem vai, volta, provavelmente volta” (AUGSBURGER, 2017, p.130).

Seguindo nessa linha, o autor declara que o primeiro passo para a transformação e a libertação do ser oprimido é a tomada de consciência acerca dos seus atos. Ao fazê-lo, o sujeito louco terá ciência de que precisa organizar uma luta por sua liberdade, a começar pela mudança de atos e hábitos, pela busca de uma nova realidade para ser vivenciada.

Nós cometemos um crime, mas não somos criminosos. Usamos substâncias que não deixaram nossas faculdades mentais perfeitas. Mas quando voltamos ao normal, sentimos muito o que a gente fez. Aí veio a vergonha, a mágoa, a dor, o arrependimento. Nós não aprovamos o que nós fizemos (PACIENTE-INTERNO JOAQUIM).

Por estar em posição de marginalizado socialmente, o louco passa a identificar que, muitas vezes, se faz imprescindível atuar em conformidade com o regime opressor, internalizar as regras, normas e as condutas institucionalizadas

que lhe foram impostas. A conquista da liberdade se dá por um conjunto de inúmeras ações a serem desenvolvidas, agir não no mero sentido de ativismo, de rebeldia, mas com práticas reflexivas e conscientes, que levem à ascensão do sujeito louco ao sujeito social outra vez.

Os esforços coletivos e individuais pautados em atos reflexivos levam à prática libertária efetiva. Os sujeitos, que antes adentraram ao HCTP se enxergando como seres anormais, com condutas por ora animaesca, insistindo, muitas vezes, na inexistência de diferenças entre eles e um animal ou, quando percebem, reconhecem ser uma vantagem do animal por ser mais livre que eles (FREIRE, 2013), hoje compreendem que a liberdade está projetada e deve ser alcançada como resultado de suas próprias práticas. “*Eu me vejo como filho de Deus aqui dentro. Sendo liberto, sendo curado, transformado e aprendendo com a vida. Temos que tirar as coisas boas do que vivemos aqui dentro*” (PACIENTE-INTERNO TADEU).

Se em dado momento chegaram a pensar que eram reféns de um sistema carcerário, sem expectativa de terem uma vida normal novamente, no presente assimilaram que o maior ato de resistência contra um sistema que comete injustiças, os julga, os oprime e os qualifica como escória, é se deixar ser ressocializado, transformado, quase como nascer mais uma vez, como um novo sujeito.

Se esta crença nos falha, abandonamos a ideia ou não a temos, do diálogo, da reflexão, da comunicação e caímos nos slogans, nos comunicados, nos depósitos, no dirigismo. Esta é uma ameaça contida nas inautênticas adesões à causa da libertação dos homens. A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência (FREIRE, 2013, p.34).

O sujeito louco, personificado como *bandido-criminoso-marginal*, assim como o biológico, não

se faz sujeito social sem partilhar as vivências no mundo com a multiplicidade de outros que o rodeiam. Em Freire (2013, p. 33) já está posto: “[...] ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Em função disso, talvez, tenhamos observado uma coletividade expressiva, uma irmandade existente entre os pacientes-internos do HCTP. Seja na assembleia quando reivindicaram por melhorias em seus leitos e outras estruturas, seja na oficina de teatro quando decidem conjuntamente qual brincadeira querem realizar no dia, seja no tear ao se ajudarem na troca de fios do aparelho, os sujeitos loucos do HCTP agem em benefício próprio e para o bem de seus irmãos, como muitas vezes expressaram. *“Aqui nós somos amigos de verdade. Fiz bons amigos aqui dentro. Temos projetos pra fazer lá fora”* (PACIENTE-INTERNO JOAQUIM). Assim é que a amizade frutífera nas terras de clausura faz sentido: não são apenas um bando de loucos, mas uma família de loucos que compartilha de um mesmo objetivo, a liberdade.

Palavras finais

A proposta inicial deste estudo, quicá a principal, era desconstruir a noção de fazer pesquisa. Em conformidade com nossos objetivos, assumimos os movimentos etnográficos como uma iniciativa de gerar dados, rompendo com os procedimentos tradicionais de coleta. Os dados gerados durante as andanças pelos corredores e demais espaços do HCTP de Florianópolis são os discursos. Discursos ora anunciados pelos pacientes-internos, ora registrados em suas práticas sociais e linguísticas. Em termos gerais, esses discursos expressam um único desejo, compartilhado por todos os sujeitos loucos: um dia de liberdade.

Sem dúvida, essa sede por liberdade ecoa entre as *portas-portões-grades* imaginárias da ilha

que há tempos deixou de ser só uma instituição carcerária. Ao adentrarem no HCTP, os sujeitos loucos tomaram - em mãos, pés, corpo e alma - seus barcos loucos e se lançaram em uma aventura: a conquista da liberdade. Hoje, o sujeito louco, que é múltiplo e ao mesmo tempo singular “é o passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem (FOUCAULT, 1972, p. 17)” que permanece à deriva, buscando a terra prometida que se encontra depois da ilha.

Quanto ao nosso primeiro questionamento norteador, expresso pela questão: 1) qual é a concepção de sujeito no Hospital de Custódia da Penitenciária de Florianópolis?, reconhecemos que o HCTP compreende os pacientes-internos como sujeitos sociais em processo de ressocialização. Assim, faz-se necessário enfatizar que a ilha só ficará para trás quando o sujeito louco se transformar em sujeito social, e os caminhos são dois: i) a mediação simbólica pela linguagem e ii) a ressocialização; ambos intrinsecamente ligados. As atividades oferecidas aos sujeitos são muitas e cabe aos pacientes-internos mergulharem nelas, seja por mera distração, para ocupar o tempo e os dias ficarem mais curtos, seja por entenderem a importância que elas adquirem em todo o processo de ressignificação que eles têm pela frente. A informática, o tear, o teatro, o esporte, a assembleia, todos esses momentos são mediados por um único elemento: o diálogo.

Seguindo nessa linha, a nossa segunda questão norteadora, expressa pelo questionamento: 2) como se dá a interação cotidiana entre os sujeitos que residem nessa instituição?, tem como resposta a linguagem integrada às atividades de ressocialização e aos laços construídos no interior do HCTP. As trocas na e pela linguagem possibilitam a construção de laços e relações amicais, tanto entre os voluntários, pesquisadores e os pacientes-internos, como entre os próprios inimputáveis. É pela linguagem que eles externalizam os seus

desejos, vontades, esperanças. É pela linguagem que eles agradecem as oportunidades que lhes são oferecidas. É pela linguagem que eles demonstram os seus descontentamentos e as lutas diárias. É pela linguagem que eles declaram a saudade da família e dos amigos. É pela linguagem que eles se permitem construir uma nova família dentro do HCTP. É pela linguagem que os sujeitos loucos se ajudam, protegem-se e estendem a mão uns aos outros. É pela linguagem que encontram companheiros para se juntarem a eles em sua aventura louca e, a partir daí, também de loucos.

É pela linguagem que esses sujeitos-loucos – que se encontram ilhados e entregues a um mar de mil caminhos – externalizam esperançosos que, de asas abertas, a liberdade chegue quando findado o seu tempo de reclusão, e que possam ser acolhidos, aceitos e/ou integrados à sociedade, posto que acreditam em uma segunda chance, em um recomeço, em uma transformação capaz de excluir o estereótipo de *bandido-criminoso-marginal*. Cientes de sua loucura e com o tratamento adequado, agora sabem que nem todo mal precisa ser manifesto e executado, e que a busca pelo equilíbrio de si pode ser a salvação e o início de uma nova história, que há de ser escrita por eles mesmos.

REFERÊNCIAS

- AUGSBURGER, Luiz Guilherme. Que pode a amizade? Movimentos cartográficos e educação em terras de clausura. 2017. 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED), 2017.
- BONASSA, Giselli D. A. Desospitalização e os impasses da reintegração social: um estudo no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis/SC. 2003. 86 p. TCC (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CSE), 2003.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Iluminuras, 2004.
- FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In.: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica. Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-250.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia. In.: MOTTA, M. (org.). Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense. 2000a [1968], p. 82-118.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000b.
- FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 1.d. Biblioteca da Pesquisa, 2001.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 67.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.
- LUCENA, Maria Inêz. P. Práticas de linguagem na realidade da sala de aula: contribuições da pesquisa de cunho etnográfico em Linguística Aplicada. DELTA [online]. 2015, volume 31, p. 67-95.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- MOSER, Liliane. Família e Transtorno Mental: dilemas no acompanhamento e no cuidado.

2018. 59 p. TCC (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CSE), 2018.

OLIVEIRA, Eleusa K. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico frente à reforma psiquiátrica: desafios e possibilidades. 2006. 94 p. TCC (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CSE), 2006.

PREVE, Ana Maria H. Mapas, prisão e fugas: cartografias intensivas em educação. 2010. 268 p. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2010.

Submissão: julho de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

CRÍTICA E DIFERENÇA: O NARRADOR DO CONTO “CORAÇÕES SOLITÁRIOS”, DE RUBEM FONSECA, COMO METÁFORA DO ESCRITOR LATINO-AMERICANO

Arthur Almeida Passos¹

Resumo: Neste artigo, analisamos o conto “Corações solitários”, de Rubem Fonseca, com o intuito de descobrir se o narrador nele construído pode ser interpretado como metáfora do escritor latino-americano definido por Silviano Santiago, no ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”. Em nosso exame, salientamos a significativa consciência do personagem acerca da escrita, demonstrada de modo geral quando engajado nas funções profissionais a ele atribuídas na narrativa, e ressaltamos o caráter antropofágico das relações que ele estabelece com a literatura, sobretudo a desenvolvida e consagrada na Europa. Ao fim do estudo, consideramos que os elementos explorados ao longo da investigação permitem-nos, de fato, observar o narrador da trama como metáfora do escritor latino-americano concebido por Silviano Santiago.

Palavras-chave: Antropofagia. Cânone ocidental. Literatura latino-americana. Rubem Fonseca. Silviano Santiago.

CRITICISM AND DIFFERENCE: THE NARRATOR IN RUBEM FONSECA’S SHORT STORY “CORAÇÕES SOLITÁRIOS” AS A METAPHOR FOR THE LATIN-AMERICAN WRITER

Abstract: In this paper, we analyze Rubem Fonseca’s short story “Corações solitários” aiming to discover whether its narrator can be interpreted as a metaphor for the Latin-American writer as defined by Silviano Santiago in his essay “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In our examination, we highlight the significant consciousness of the character in regard to writing, demonstrated by him generally when performing his professional duties in the course of the narrative, and stress the anthropofagic nature of his relations to literature, mainly that one which consists of works created and acclaimed in Europe. At the end of our study, we conclude that the elements explored along our investigation allow us to observe the narrator of the story as a metaphor for the Latin-American writer as conceived by Silviano Santiago.

Keywords: Anthropophagy. Latin-American literature. Rubem Fonseca. Silviano Santiago. Western canon.

¹ Doutorando em Letras – Literaturas de Língua Portuguesa (PUC Minas). Bolsista da CAPES. E-mail: arthur-passos@hotmail.com.

Introdução

Neste trabalho², analisaremos o conto “Corações solitários”, de Rubem Fonseca, publicado pela primeira vez na coletânea *Feliz ano novo*, de 1975, com o intuito de descobrir se o narrador construído no texto pode ser lido como metáfora do escritor latino-americano tal como definido por Silviano Santiago, no ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de 1971. Nossa suposição interpretativa é que o principal enunciador e personagem da narrativa, embora manifeste características próprias, aproxima-se consideravelmente do tipo de autor concebido, de maneira específica, pelo crítico. A fim de constatar a validade de nossa hipótese de leitura, percorreremos duas vias fundamentais, que podem se entrecruzar em alguns pontos: na primeira, examinaremos a composição das esferas informativa e ficcional de escrita, tal como efetuada em “Corações solitários”, a partir dos papéis profissionais que o autor atribui ao narrador, quais sejam, repórter, redator de cartas e criador de fotonovelas; na segunda, perscrutaremos a elaboração do narrador enquanto leitor, com ênfase em aspectos que poderiam ser observados como antropofágicos. Com a travessia proposta, pretendemos salientar a significativa consciência que o protagonista tem acerca do escrever, demonstrada, de modo geral, nas três funções profissionais que ele exerce no conto, e ressaltar a natureza antropofágica, ao mesmo tempo crítica e diferencial, das relações que ele estabelece com a literatura, sobretudo a desenvolvida e consagrada na Europa – elementos que garantiriam, conforme imaginamos, sua qualidade de metáfora do escritor latino-americano.

2 Desenvolvido como atividade final da disciplina “Estética antropofágica na literatura brasileira: mudanças de paradigmas”, ministrada pelas Prof^{as} Dr^{as} Ivete Lara Camargos Walty e Roberta Maria Ferreira Alves, no 2º semestre de 2020, e gentilmente lido e comentado pela Prof^a Dr^a Valéria Aparecida de Souza Machado por ocasião do IV Seminário de Pesquisa Discente do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, no 1º semestre de 2021.

A construção do narrador de “Corações solitários” como escritor

Em “Corações solitários”, um narrador inominado, que fala em primeira pessoa, é, de início, caracterizado como repórter de polícia. Ainda no começo da narrativa, ele aceita um emprego como redator do caderno de cartas de uma revista feminina, intitulada *Mulher*, logo após ser dispensado de seu trabalho num jornal popular, também sem nome, devido à falta de situações criminais factuais e impactantes, aptas a serem transformadas em notícias e reportagens de grande repercussão. Tendo suas qualidades de escrita reconhecidas pelo editor-chefe da publicação, sobretudo depois de aparentemente acolher o tom mais palatável que este lhe solicita utilizar, será incumbido, mais tarde, de elaborar, no mesmo periódico, fotonovelas. Apesar da dupla função que o protagonista exercerá, ao longo do conto, em *Mulher*, podemos dizer que, do ponto de vista profissional, ele é construído de dois modos distintos, que se definem pelos dois empregos que Rubem Fonseca lhe dá: num caso, o de repórter de polícia de jornal popular; noutro, o de redator dos cadernos de cartas e fotonovelas de revista feminina. Como veremos adiante, de maneira mais vertical, as duas formas de composição estabelecem domínios distintos, conquanto não de todo excludentes, na relação do narrador com a palavra, que se faz presente nas duas modalidades profissionais: o informativo e o ficcional, respectivamente³. Nesta

3 Evidentemente, as fronteiras entre tais domínios podem se mostrar bastante tênues. Conforme notaremos ao longo de nossa análise de “Corações solitários”, o próprio narrador do conto rompe com tais barreiras: ao escrever no caderno de cartas de *Mulher*, ele põe em xeque a factualidade que o gênero costuma implicar, e, ao escrever na seção de fotonovelas do periódico, questiona o caráter inteiramente ficcional desse tipo de produção. Assim, a esfera da informação pode solicitar criatividade, sobretudo na escolha das formas discursivas de “apresentação” e “ligação” do que é tido como fato – para nos valer dos termos empregados por Jacques Rancière (2017, p. 11) ao definir a ficção no livro *O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna* –, e o campo da ficção, por sua vez, pode recorrer a material factual, ainda que o mostre “como se” fosse ficção – para recordar expressão utilizada por Wolfgang Iser (2002, p. 982) no ensaio “Os atos

seção, tentaremos mostrar como o personagem, embora não se constitua propriamente como um escritor, pode ser relacionado a tal categoria, dada a forte consciência de escrita que ele indicia ao lidar com ambas as esferas, e que é, junto a sua particular condição de leitor, imprescindível para relacioná-lo à figura do escritor latino-americano proposta por Silvano Santiago.

Enquanto repórter de polícia, o narrador depara-se com certas exigências, sem as quais seu trabalho de escrita torna-se impossível. Referimo-nos, de modo sintético, à ocorrência factual de crimes de vulto, capazes de chamar a atenção dos leitores e, por isso mesmo, ideais para matérias de jornal na seção policial. Uma vez que não comparecem integrados ao conto, tais requisitos implicarão, logo no início da narrativa, na demissão do personagem do periódico. Como ele mesmo diz, diante da escassez de circunstâncias do tipo na cidade onde trabalha, e que contraria as expectativas otimistas do editor, “Antes de estourar [‘um daqueles escândalos que dá matéria para um ano’] me mandaram embora.” (FONSECA, 1994, p. 372). Apesar de sucederem no mundo extratextual que o conto estabelece e de terem a morte e a violência como assunto – aspectos que os gêneros contemplados pelo jornal prescrevem –, crimes considerados menores, que o narrador exemplifica, um tanto ironicamente, com “[...] pequeno comerciante matando sócio, pequeno bandido matando pequeno comerciante, polícia matando pequeno bandido. Coisas pequenas [...]” (FONSECA, 1994, p. 372), realmente não bastam para assegurar o emprego do então repórter. Para além dos homicídios cometidos por gente

anônima contra gente anônima, o que interessa mesmo ao diário são situações criminais factuais que prometem causar ainda mais sensação entre os leitores, como aquelas, segundo o narrador, “[...] envolvendo uma rica e linda jovem da sociedade, mortes, desaparecimentos, corrupção, mentiras, sexo, ambição, dinheiro, violência, escândalo.” (FONSECA, 1994, p. 372).

Tendo em vista esses elementos, podemos afirmar que a construção do narrador de “Corações solitários” como repórter de polícia, com efeito, torna manifesto, no conto, um domínio de escrita específico, que aqui chamaremos, muito simplesmente, de informativo. Nele constatamos uma relação necessária entre o que acontece, factualmente, na sociedade encenada na narrativa, em termos de criminalidade e de poder de repercussão pública, e a escrita, que não está autorizada a se valer de ocorrências inventadas, criativas, ficcionais, saídas da imaginação do personagem (ou, como notaremos mais à frente, de suas leituras de produções literárias), para se materializar em seu trabalho de repórter. Noutras palavras, a escrita, no âmbito informativo, deve-se submeter àquilo que é tido como fato, e o narrador do conto, conforme seus próprios dizeres, é consciente dos limites que tal âmbito lhe impõe no trato com a palavra. Mesmo que se situe, digamos, na subesfera do que se convencionou chamar de New Journalism – caracterizada, diferentemente da do jornalismo tradicional, por maiores liberdades estilísticas –, a exigência factual ainda se verifica⁴. No caso particular de “Corações solitários”, é o que efetivamente acontece, embora os modos de apresentar tal requisito vinculem-se, de maneira mais específica, ao jornalismo chamado

de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. Colocamos, em primeiro plano, uma definição mais tradicional e fechada de ficção – caracterizada, acima de tudo, pelo conteúdo fantasioso – a fim de salientar, como pede nossa hipótese de leitura, a consciência poética do narrador de “Corações solitários”, que, tal como construído por Rubem Fonseca, indicia conhecimento do ofício da palavra nos diversos gêneros – pertencentes a domínios de escrita com traços mais ou menos próprios – em que é solicitado a escrever.

4 Caso exemplar é o do romance-reportagem *O motel do voyeur* (*The Voyeur's Motel*), de Gay Talese. Em 2016, após perder a confiança na principal fonte consultada para a composição da obra, diante de verificações factuais empreendidas pelo periódico *The Washington Post*, o jornalista e escritor estadunidense, um dos grandes nomes do Novo Jornalismo, viu-se obrigado a desconsiderar seu trabalho (PEREDA, 2016).

“sensacionalista”, que investe em larga medida, e com um estilo próprio, nos temas da violência, da morte, do tabu e do sexo, como argumenta Danilo Angrimani Sobrinho (1995) no livro *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. Assim, no domínio da informação, o que importa, em primeiro lugar, é a completa observância às condições mencionadas, que se definem mais por sua natureza conteudística do que pelas formas peculiares por meio das quais podem ser articuladas pelo repórter diante do público leitor.

Após se ver dispensado de seu trabalho como repórter de polícia, o narrador torna-se empregado da revista feminina *Mulher*. Como já dissemos, à medida que a narrativa se desenvolve, o personagem acumula duas funções no periódico: redator de cartas e criador de fotonovelas. Na primeira, que lhe é atribuída depois de aceitar a proposta de se encarregar do caderno de cartas, ele tem de se corresponder, em tese, com as leitoras da publicação. Nas palavras do editor, de nome Oswaldo Peçanha, “Você acha que poderia fazer a seção ‘De mulher para mulher’, o nosso consultório sentimental? O cara que fazia se despediu.” (FONSECA, 1994, p. 373)⁵. Dizemos “em tese” porque, como descobriremos na sequência do conto, o narrador precisa escrever ele mesmo as missivas das supostas leitoras de *Mulher*, abraçando, para tanto, identidades fictícias, como Mãe Dedicada da Vila Kennedy, Doméstica Resignada da Penha e Virgem Louca da Parada de Lucas, e respondê-las ele próprio, sob o pseudônimo Nathanael Lessa,

⁵ Conforme demonstra Rafael Climent-Espino (2015) no estudo “Autoria mascarada e travestismo literário em ‘Corações solitários’ de Rubem Fonseca”, as várias formas de nomear os personagens construídos no conto podem se revelar importantes para determinadas leituras da narrativa. À luz mais abrangente de nossa investigação, chama-nos a atenção, em particular, o nome “Oswaldo Peçanha”, que aparentemente guarda uma relação indireta com nossa hipótese interpretativa. Para o pesquisador, esse nome constituiria, possivelmente, uma “homenagem” a Oswald de Andrade, autor do Manifesto antropófago, de 1928, e que também escreveu em periódicos recorrendo a pseudônimos, como Annibale Scipione (CLIMENT-ESPINO, 2015, p. 7).

redator do caderno. As especificidades do papel inicial do narrador na revista nos são reveladas em primeira mão por Jacqueline, pseudônimo de um de seus colegas de trabalho: “As cartas? Não tem carta nenhuma. Você acha que mulher da classe C escreve cartas? A Elisa inventava todas.” (FONSECA, 1994, p. 374). No entanto, homens, cuja identidade real fica, em maior ou menor medida, em suspenso, também – ou, na verdade, principalmente eles, conforme a narrativa sugerirá perto do desfecho – se dirigem a Nathanael Lessa. É o caso de Odontos Silva, que lhe narra como foi abandonado pela namorada, Maria, após testar seus sentimentos com a revelação de que usava dentaduras – “Nathanael, me explica o que foi que aconteceu. O amor acaba de repente? Alguns dentes, míseros pedacinhos de marfim, valem tanto assim?” (FONSECA, 1994, p. 382) –, e de Pedro Redgrave, que lhe confia gostar de fazer coisas socialmente consideradas femininas, como usar vestidos e passar batom, e amar uma pessoa do mesmo sexo, sendo mais tarde descoberto pelo narrador como persona do próprio Peçanha – “Isto fica entre nós dois, está certo?” (FONSECA, 1994, p. 385).

De um ângulo teórico, correspondências, em geral, seguem lógica similar à que predomina no domínio informativo de escrita, pois sua matéria tende a observar a realidade verificável. O caráter factual comumente encontrado no gênero manifesta-se, ainda que de modo um tanto ambivalente, na primeira acepção que Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1999) atribui ao verbo “carta” no Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Segundo o estudioso, o vocábulo pode equivaler a “Comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas; missiva, epístola.” (FERREIRA, 1999, p. 417). Em “Corações solitários”, todavia, a correspondência ganha, em termos de conteúdo, expressivos contornos criativos, que

se fazem perceptíveis quando levamos em conta, por exemplo, a proposição de interlocutoras e enunciados imaginários, frutos da inventividade do narrador, e o recurso à pseudonímia, que lhe faculta pôr de lado o nome, conquanto não revelado na narrativa, pelo qual atende no universo extratextual concebido no conto. Nesse caso, o referido gênero, tal como formalizado no texto de Rubem Fonseca, repercute, de maneira parcial, o que Massaud Moisés, no verbete “epístola” de seu Dicionário de termos literários, chama de “[...] epístola literária em prosa [...]”, “Nem sempre endereçada a um destinatário real [...]” (MOISÉS, 2013, p. 163). Assim, a construção do narrador como redator do caderno de cartas de *Mulher* patenteia outra esfera de escrita, a qual denominaremos, também muito simplesmente, de ficcional. Nela, a escrita, naquilo que diz, não precisa se atentar para o que, com efeito, acontece no mundo exterior a ela, mas pode reduzir ou mesmo ignorar o elemento factual tal como este é compreendido no âmbito informativo. Ainda para Moisés, recorrendo a uma acepção mais estrita e convencional da palavra, ficção é “Sinônimo de imaginação ou invenção [...]” (MOISÉS, 2013, p. 191).

Aqui, aliás, interessa mostrar que, no papel de redator da seção de cartas de *Mulher*, voltada para o aconselhamento das “leitoras” da publicação, o narrador assume, de maneira sistemática, uma dicção crítico-realista, com alguns traços cômicos. Tal modo de enunciar quer prevalecer sobre as vozes positivas, de cunho laudatório, moralista ou edificante, supostamente esperadas pelas “interlocutoras” de Nathanael Lessa, por sua vez construídas, no e pelo próprio periódico, como mulheres humildes e em apuros. Nesse sentido, o protagonista, ao adotar o referido tom, ignora o otimismo vulgar que marca tais falas, numa tentativa mais ou menos enfática de tirar da zona de conforto as “mulheres” que lhe escrevem. Sua opção pela palavra problematizadora – e um tanto

quanto divertida, ainda que acidamente – pode ser encontrada, principalmente, na réplica à *Doméstica Resignada*, elaborada pelo próprio personagem como pessoa esperançosa de a providência divina punir aqueles que se aproveitam de sua compleição frágil e jeito retraído. Na correspondência, a figura feminina – curioso desdobramento, como as que se seguirão, de pelo menos três instâncias mais claramente identificáveis: autor, narrador, redator de cartas –, assim se posiciona:

Sou baixinha, gordinha e tímida. Sempre que vou na feira, no armazém, na quitanda, eles me passam para trás. Me enganam no peso, no troco, o feijão está bichado, o fubá bolorento, coisas assim. Eu costumava sofrer muito mas agora estou resignada. Deus está de olho neles e no juízo final eles vão pagar. (FONSECA, 1994, p. 374-375).

Em resposta, Nathanael Lessa repele a fé e a passividade que lhe demonstra a personagem por ele mesmo construída, apresentando-lhe uma visão pouco tranquila da realidade: “Deus não está de olho em ninguém. Quem tem que se defender é você mesma. Sugiro que você grite, ponha a boca no mundo, faça escândalo. Você não tem nenhum parente na polícia? Bandido também serve. Te vira, gordinha.” (FONSECA, 1994, p. 375).

Essa dicção, porém, quando dirigida à *Virgem Louca*, composta pelo narrador como moça dividida entre fazer ou não fazer sexo, pela primeira vez, com o namorado, que condiciona um hipotético casamento a tal relação –

Olha aqui, *Virgem Louca*, pergunta pro cara o que ele vai fazer se não gostar da experiência. Se ele disser que te chuta, dá pra ele, pois é um homem sincero. Tu não és groselha nem ensopadinho de jiló para ser provada, mas homens sinceros existem poucos, vale a pena tentar. Fé e pé na tábua. (FONSECA, 1994, p. 375) –,

Não agrada ao editor de *Mulher*, que determina que o protagonista se valha de uma voz mais palatável para tratar com as leitoras por ele criadas, como a própria *Virgem Louca* – “Tenho

vinte e cinco anos, sou datilógrafa e virgem. Encontrei esse rapaz que disse que me ama muito. Ele trabalha no Ministério dos Transportes e disse que quer casar comigo, mas que primeiro quer experimentar. O que achas?” (FONSECA, 1994, p. 375) –, em vez de lidar com elas por meio de termos considerados grosseiros, mais adequados, conforme acredita, a outro tipo de público. Nas palavras de Peçanha, “Não quero que trate elas como putas. Esquece o lorde inglês. Ponha alegria, esperança, tranquilidade e segurança nas cartas, é isso que eu quero.” (FONSECA, 1994, p. 375). Por isso, ao responder à Solitária de Santa Cruz, construída como recém-viúva e como destituída de atrativos para conseguir nova companhia – “Meu marido morreu e me deixou uma pensão muito pequena, mas o que me preocupa é estar só, aos cinquenta e cinco anos de idade. Pobre, feia, velha e morando longe, tenho medo do que me espera.” (FONSECA, 1994, p. 375) –, o narrador, com efeito, busca confortá-la, valendo-se de lugares-comuns inspiradores, como quer o chefe; no entanto, ele não evita misturar esses recursos com elementos de outra ordem, que, mais uma vez, privilegiam a atividade sobre a passividade e provocam certo humor. Como diz ele,

Grave isto em seu coração, Solitária de Santa Cruz: nem dinheiro, nem beleza, nem mocidade, nem um bom endereço dão felicidade. Quantos jovens ricos e belos se matam ou se perdem nos horrores do vício? A felicidade está dentro de nós, em nossos corações. Se formos justos e bons, encontraremos a felicidade. Seja boa, seja justa, ame o próximo como a si mesma, sorria para o tesoureiro do INPS, quando for receber a sua pensão. (FONSECA, 1994, p. 375-376).

Em todos os casos mencionados, o que mais importa salientar são a plena consciência que tem o narrador de poder ajustar os tons de voz com que se dirige às interlocutoras criadas na e para o caderno de cartas de Mulher de acordo com os objetivos de escrita a que ele indicia visar, malgrado as pressões do editor do periódico, e sua própria capacidade

de fazê-lo de maneira mais ou menos manifesta. Tal recurso, segundo nos parece, é facultado mais pela esfera ficcional do que pela informativa, daí se reforçando a inserção da função do narrador como redator da seção de correspondências da revista no âmbito do imaginário. Isso não quer dizer que apenas textos pertencentes ao domínio da ficção façam emergir, em sua estrutura, tons e vozes distintos. No próprio jornalismo, a fala mais engajada de um editorial não deixa de recorrer, implícita ou explicitamente, a informações obtidas por terceiros, e o dito pretensamente neutro e objetivo de uma notícia pressupõe, necessariamente, as perspectivas de quem a redige e de quem a publica. Na esfera ficcional, porém, o manejo de vozes e tons por determinado escritor parece se apresentar de modo mais diverso e expressivo. A própria obra de Rubem Fonseca, tal como interpretada por Boris Schnaiderman (1994) no posfácio a seus Contos reunidos, serviria de ilustração disso. No comentário “Vozes de barbárie, vozes de cultura: uma leitura dos contos de Rubem Fonseca”, o crítico, apoiado no conceito de polifonia proposto pelo teórico Mikhail Bakhtin, enfatiza os dois extremos mencionados no título, sem ignorar suas significativas nuances, e elogia o crescimento qualitativo da produção literária do autor nesse sentido, ou nesses sentidos, pois a vê capaz de dar forma a certa compreensão paradoxal da realidade brasileira:

Cada leitor de Rubem Fonseca tem de fato a sua própria experiência de leitura. No meu caso, foi com o passar do tempo que distingi melhor esta multiplicidade de vozes, com diferentes tons e intensidades, e que se manifestam tanto nos romances como nos contos. Certamente, Mikhail Bakhtin me ajudou muito nisso. Mas a própria obra se desenvolveu de modo a dar maior ressonância a cada uma. Elas se completam, se fundem ou fragmentam, numa orquestração que o velho mestre chamaria de “polifônica”, e nos dão uma expressão impressionante de nossa cultura e de nossa barbárie. (SCHNAIDERMAN, 1994, p. 777).

De toda forma, aos olhos de Peçanha, o narrador acata satisfatoriamente a mudança de tom

desejada. Por isso, é convidado a assumir também a seção de fotonovelas de Mulher. O editor não esconde o orgulho que sente por tal produto de seu periódico, tendo em vista duas razões – a serem problematizadas mais adiante –: é, segundo ele, feito de forma original no Brasil, e não por meio de tradução, e vem à luz em gênero distinto, e aparentemente dado como superior, em relação ao que usa como termo de comparação. Ambos os motivos, que acompanham o convite recebido pelo protagonista, são assim apresentados ao leitor: “No dia seguinte Peçanha me chamou e perguntou se eu podia também escrever a fotonovela. Nós produzimos as nossas próprias fotonovelas, não é fumetti italiano traduzido.” (FONSECA, 1994, p. 376)⁶. Com efeito, o personagem aceita a nova função e, sob o pseudônimo de Clarice Simone, passa a redigir histórias fotografadas para a revista. A título de exemplo, citamos, primeiro, a dos jovens anônimos e apaixonados que se descobrem irmãos, definida pelo narrador nos significativos termos de “Uma pitada de Romeu e Julieta, uma colherzinha de Édipo Rei [...]” (FONSECA, 1994, p. 377). Segundo, a dos noivos Roberto e Betty, dotada, ainda nas interessantes palavras do narrador, de “[...] uma pitada de ficção científica.” (FONSECA, 1994, p. 377), e indiretamente acusada de constituir plágio de filme italiano pelo fotógrafo da revista: “Porra, disse Mônica Tutsi, fui fazer o teu dramalhão e me disseram que é chupado de um filme italiano.” (FONSECA, 1994, p. 378).

Por um lado, assim como as cartas, as fotonovelas escritas pelo narrador em “Corações solitários” estão, como é de se esperar, mais para a ficção do que para a informação. Isso se dá porque elas, em tese e na prática do conto, não têm qualquer compromisso, convencionado ou disfarçado, com a

realidade tida por factual. Por outro lado, distinguem-se não só das notícias e reportagens sobre crimes de vulto, as quais tinham lugar no antigo emprego do personagem redator, como, curiosamente, das missivas que ele troca com as interlocutoras fictícias de Mulher. Nestes dois casos, os referidos gêneros – a notícia e a reportagem, de um lado, e as correspondências, de outro –, tais como são concretizados na narrativa, solicitam, nesta ordem, de forma pactuada ou fingida, observância ao que, em termos de conteúdo, acontece ou existe como fato no mundo extratextual projetado pela trama. As fotonovelas, porém, não têm qualquer dever de cumprir com tais requisitos, o que reforça, ainda mais, seu caráter ficcional, na já citada acepção articulada por Moisés (2013). Depreendemos tal característica, no gênero, do sentido proposto por Ferreira para o verbete que lhe diz respeito – “Narração novelesca que se publica ger. em revista especializada, apresentada em quadrinhos [...], e na qual os desenhos são substituídos por fotografias com balões [...]” (FERREIRA, 1999, p. 935) – e de aspectos constantes dos textos elaborados pelo narrador, como certa indefinição nas formas de nomear personagens, ora apresentados sem nome próprio – “Um menino rico é roubado pelos ciganos e dado por morto.” (FONSECA, 1994, p. 376) –, ora colocados sem sobrenome – “Roberto e Betty estão noivos e vão se casar.” (FONSECA, 1994, p. 377).

Além disso, na encenação da composição de fotonovelas no texto de Rubem Fonseca, evidencia-se a assimilação de produções artísticas, pertencentes, principalmente, ao gênero dramático e ao subgênero trágico, como estratégia de escrita. Assim, não só as fotonovelas concretizadas na narrativa são elaboradas como ficção, conforme apontamos no parágrafo anterior, como se valem de outras construções ficcionais para vir à luz, o que indica que o material nelas composto não é de todo novo. Segundo dizeres, anteriormente

6 Talvez valha a pena examinar mais de perto as concepções de escrita subjacentes aos dizeres de Peçanha. Ao que parece, suas ideias acerca da criação estética, da literatura e da tradução, por exemplo, aproximam-se mais de noções do senso comum do que de conceitos mais recentemente mobilizados pela crítica e teoria literárias.

reproduzidos, do próprio narrador, podem salientar-se em seu trabalho de assimilação as peças *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare, e *Édipo Rei*, de Sófocles. Seguindo a pista, encontramos, com efeito, numa das fotonovelas criadas pelo personagem, a presença de tais obras, recortadas, modificadas e reaproveitadas em *Mulher*. Como escreve o narrador, referindo-se aos protagonistas do novo enredo e misturando em sua caracterização elementos cruciais achados nas mencionadas produções de partida: “As duas famílias não querem que eles se casem. [...] Eles são irmãos!” (FONSECA, 1994, p. 376-377). De uma perspectiva teórica, no entanto, esse procedimento de escrita é fundamentalmente vinculado à própria criação poética no livro *A intertextualidade*, de Tiphaine Samoyault (2008), que propõe que a literatura – aqui por nós compreendida, de novo, no sentido de ficção definido por Moisés (2013), independentemente do gênero e do valor colocados – sempre se alimenta, de uma forma ou de outra, de si própria. Assim se expressa a pesquisadora, ao enquadrar o termo que dá nome a seu trabalho:

[...] o caráter recente do vocábulo, o fato de que seja uma questão importante das posições teóricas atuais, não deve mascarar a ideia que permite compreender e analisar uma característica maior da literatura, o perpétuo diálogo que ela tece consigo mesma; não um simples fenômeno entre outros, mas seu movimento principal. (SAMOYULT, 2008, p. 13-14)⁷.

A fim de realçar, ainda mais, a consciência de escrita do narrador de “*Corações solitários*”, cabe aprofundar, em outros aspectos, as observações referentes à ficcionalidade e, especialmente, à originalidade das fotonovelas em *Mulher*. No

que concerne a seu conteúdo mais manifesto, tais produções estão, de fato, mais próximas do domínio da inventividade do que do campo da factualidade. Nem por isso, contudo, elas prescindem da observação do mundo extratextual por parte do personagem, que termina por encená-lo, paradoxalmente, por premeditada exclusão. Podemos perceber a implícita atenção à realidade circundante no diálogo entre aquele que retoma a já citada peça shakespeariana, de um lado, e Mônica Tutsi, de outro, acerca de traços físicos dos protagonistas da história e de outros elementos que nela se verificam tanto no texto primeiro, produzido pelo dramaturgo inglês, como no texto segundo, de criação do narrador do conto:

[...] não dá para eu fotografar, garoto. Tenho que fazer tudo em duas horas. Onde vou arranjar a mansão rica? Os automóveis? O convento pitoresco? O bosque florido?

Esse problema é seu.

Onde vou arranjar, continuou Mônica Tutsi, como se não tivesse me ouvido, os dois jovens louros esbeltos de olhos azuis? Nossos artistas são todos meio para o mulato. Onde vou arranjar a carroça? Faz outra, garoto. Volto daqui a quinze minutos. (FONSECA, 1994, p. 377).

Para a leitura desse trecho, atribuímos aos elementos utilizados pelo narrador na fotonovela e questionados pelo fotógrafo o papel de problematizar a reprodução acrítica de enredos cujos aspectos originais destoam francamente dos achados, em geral, no contexto mais circunscrito em que se elabora a nova trama. Uma vez que olha com ironia para o texto de Shakespeare, trazendo à tona, ainda que sub-repticiamente, suas incongruências em relação às singularidades do Brasil, e brinca com o embaraço de Mônica Tutsi, sem negar a pertinência de suas observações, o narrador dá a entender que a reformulação do texto primeiro, com atenção, entre outras coisas, ao mundo sensível, é, para ele, necessária; a mera

repetição do já dito parece-lhe, nesse sentido, fora de propósito. De um jeito ou de outro, conhecendo de perto ou não a obra “original”, a compreensão dos personagens está em consonância com a perspectiva de Silviano Santiago a respeito do escritor latino-americano, desenvolvida no ensaio que, em larga medida, orienta nosso trabalho. Em “O entre-lugar do discurso latino-americano”, publicado originalmente em 1971 – quatro anos antes da estreia de “Corações solitários” –, o estudioso defende que tal autor, unindo procedimentos de assimilação literária à visão fina da realidade imediata, “[...] trabalha sobre outro texto e quase nunca exagera o papel que a realidade que o cerca pode representar em sua obra.” (SANTIAGO, 2001, p. 20, grifo do autor).

Além disso, apesar da distinção e superioridade que Peçanha acredita existir nas fotonovelas de Mulher em comparação com o que é produzido no exterior, a condição de novidade de seu conteúdo – a qual garantiria, na ótica do personagem, aquelas características – é posta em dúvida, de maneira indireta, por Mônica Tutsi. Aqui, vale retranscrever a fala de tal figura, dirigindo-se ao narrador: “Porra, disse Mônica Tutsi, fui fazer o teu dramalhão e me disseram que é chupado de um filme italiano.” (FONSECA, 1994, p. 378). No excerto, é colocada em xeque a estratégia de criação a que o narrador recorre de modo mais ostensivo, isto é, a assimilação, que, no conto, corresponde à leitura e reescrita de obras prontas e se processa a partir de gêneros, subgêneros e sistemas semióticos originais variados: teatro, tragédia, ficção científica, cinema. Dessa vez, o protagonista, para se defender da crítica que recebe, é mais incisivo, na medida em que reage de forma aberta contra aquilo que considera preconceito de seus detratores. Em seu entender, os críticos notam apenas sua ex-condição profissional, menos prestigiada, como repórter de polícia, bem como aspectos parciais do texto mais recente, ignorando, por conseguinte, outros

mecanismos de composição nele empregados. A resposta se dá nestes termos: “Canalhas, súcia de babões, só porque fui repórter de polícia estão me chamando de plagiário.” (FONSECA, 1994, p. 378). Se levamos em conta a opinião de Silviano Santiago, a acusação sofrida pelo narrador não implica, necessariamente, em ausência de originalidade. Para o estudioso, mais uma vez em diálogo positivo com o personagem – que, aliás, não denuncia qualquer intenção de abrir mão da assimilação como recurso de escrita –, a novidade de uma obra ficcional tecida por um escritor latino-americano consiste, justamente, na leitura/reescritura atenta e negativa de outras, sobretudo as que advêm do “centro” do mundo, como faz Rubem Fonseca na economia de “Corações solitários”, e não na formulação de algo absolutamente diferente, como, ao que parece, esperam os críticos do criador de fotonovelas de Mulher⁸. Nas palavras de Silviano Santiago,

O segundo texto se organiza a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira sobre o primeiro texto, e o leitor, transformado em autor, tenta surpreender o modelo original em suas limitações, suas fraquezas, em suas lacunas, desarticula-o e o rearticula de acordo com suas intenções, segundo sua própria direção ideológica, sua visão do tema apresentado de início pelo original. (SANTIAGO, 2001, p. 20).

Para fechar a seção, podemos asseverar que o narrador de “Corações solitários”, no exercício de suas funções como repórter de polícia, redator de cartas e criador de fotonovelas, efetivamente demonstra, tal como construído por Rubem Fonseca, consciência de aspectos envolvidos no ofício da escrita, sendo capaz mesmo de mobilizá-la em seus trabalhos com a palavra. No exame aqui efetuado, encontramos, basicamente, três importantes elementos que

8 Conceber o original como o absolutamente diferente, sem qualquer relação com o já realizado, impossibilita a própria condição de leitura de um texto ficcional. De acordo com Laurent Jenny, que se manifesta a esse respeito, referindo-se à literatura, no ensaio “A estratégia da forma”, “Fora da intertextualidade, a obra literária seria muito simplesmente incompreensível, tal como a palavra numa língua ainda desconhecida.” (JENNY, 1979, p. 5).

corroboram tal afirmação: o conhecimento dos limites e possibilidades implicados nas esferas informativa e ficcional de escrita, presentes nos gêneros desenvolvidos no jornal popular e na revista *Mulher*; o domínio de técnicas de escrita, vinculadas principalmente à assimilação textual, como a compenetrada leitura de obras artísticas diversas, pertencentes sobretudo ao cânone do teatro ocidental, e a reescrita questionadora de tais produções, com a recusa de aceitá-las tal como se lhe vêm às mãos; e a posição crítica, composta de maneira insinuada ou contundente, diante de questões recorrentes da literatura, como cópia, plágio e originalidade, encenadas em suas atividades como “escritor”⁹. Apoiada nesses elementos fulcrais, nossa hipótese interpretativa já se confirma em parte, pois a consciência de escrita que eles atestam no narrador é um dos dois aspectos que Silviano Santiago atribui, de maneira enfática, à condição do escritor latino-americano. Segundo o crítico, esse autor deve sua consciência de escrita ao reconhecimento de que ocupa lugar periférico, relativamente ao europeu, no Ocidente, tendo, assim, de achar seu espaço na ficção por meio da transgressão – como faz o narrador de “Corações solitários” ao assimilar, de modo crítico, o acervo cultural da metrópole, aliás em gênero textual pouco prestigiado como a fotonovela –, e de que a criação, em vez de constituir horizonte de pura liberdade, exerce, na verdade, forte controle sobre quem com ela se compromete – como ocorre com o personagem de Rubem Fonseca, cuja escrita enfrenta pressões de ordem técnica e cultural no desenrolar da narrativa. Nas palavras de Silviano Santiago, que, a fim de reforçar sua teoria, observa o protagonista do conto “Pierre Menard, autor del

Quijote”, de Jorge Luis Borges, como metáfora do escritor latino-americano,

O projeto de Pierre Menard recusa portanto a liberdade total na criação, poder que é tradicionalmente delegado ao artista, elemento que estabelece a identidade e a diferença na cultura neocolonialista ocidental. A liberdade, em Menard, é controlada pelo modelo original, assim como a liberdade dos cidadãos dos países colonizados é vigiada de perto pelas forças da metrópole. A presença de Menard – diferença, escritura, originalidade – instala-se na transgressão ao modelo, no movimento imperceptível e sutil de conversão, de perversão, de reviravolta. (SANTIAGO, 2001, p. 25).

A construção do narrador de “Corações solitários” como leitor

Nesta seção, interessa destacar, mais do que foi feito até aqui, outra faceta importante do narrador à luz de nossa hipótese interpretativa: a de leitor. Tal condição é expressa pelo próprio personagem em várias passagens de “Corações solitários”. Logo na primeira página do conto, por exemplo, ao responder, falando com o leitor, à pergunta de Oswaldo Peçanha sobre já ter lido ou não a revista *Mulher*, ele diz, indiciando o tipo de leitura de sua predileção, sem, ainda, especificá-la claramente: “Admiti que não. Gosto mais de ler livros.” (FONSECA, 1994, p. 372). Mais à frente, no entanto, ao se sentir desrespeitado por Mônica Tutsi, que cai na risada ao ouvir que ele precisa de dois dias para escrever sua primeira fotonovela, o protagonista reflete consigo mesmo sobre sua capacidade de redigi-la em menor prazo e enfatiza, com certo orgulho, seu arcabouço de leituras, constituído, em larga extensão, por autores de vulto da dramaturgia ocidental. Em seus termos,

Esse fotógrafo idiota pensava de mim o quê? Só porque tinha sido repórter de polícia isso não significava que eu era um bestalhão. Se Norma Virginia, ou lá qual fosse o nome dele, escrevia uma novela em quinze minutos, eu também escreveria. Afinal li todos os trágicos gregos, os ibsens, os o’neals, os becketts, os tchekhovs, os shakespeares, as four hundred

9 A posição ambígua do narrador, ao mesmo tempo escritor e não escritor, também parece servir para pôr em discussão que lugar de fato caberia ao escritor latino-americano enquanto sujeito que se dedica à escrita. Noutras palavras, tal posição parece perguntar-nos provocativamente: eles, narrador de “Corações solitários” e escritor latino-americano, são ou não são escritores, no sentido valorativo associado ao termo?

best television plays. Era só chupar uma ideia aqui, outra ali, e pronto. (FONSECA, 1994, p. 376).

Ainda mais adiante, em novo diálogo com Mônica Tutsi, mas agora lhe dirigindo a palavra de modo aberto, o narrador volta a justificar sua insistência na condição de leitor diante dos colegas de trabalho e procura quantificar os livros que já leu: “Cito os clássicos apenas para mostrar o meu conhecimento. Como fui repórter de polícia, se não fizer isso os cretinos não me respeitam. Li milhares de livros.” (FONSECA, 1994, p. 380). Tendo em vista as duas últimas passagens, o termo “livros”, citado no início deste parágrafo, parece adquirir o sentido, sobretudo, de literatura dramática europeia canônica, que agrega os autores aludidos pelo narrador no penúltimo trecho reproduzido e por ele lidos de maneira contumaz, como Samuel Beckett, Henrik Ibsen e William Shakespeare, e confunde-se com a palavra “clássicos”, encontrada no último excerto e que geralmente é atribuída a tais figuras e suas respectivas produções.

O narrador enquanto leitor pode ser visto, em sentido mais específico e produtivo para os interesses de nosso trabalho, como antropófago. A primeira característica que lhe garante o rótulo é a figuração devorador de livros, correspondente à altíssima frequência de leituras que ele diz realizar. Nessa perspectiva, o personagem entra, de novo, em sintonia com o escritor latino-americano proposto por Silviano Santiago, para quem a gula por ficção, ao lado da já discutida consciência de escrita, é o aspecto que, em linhas gerais, melhor define esse tipo de autor. Lendo o conto “Pierre Menard, autor del Quijote” e o espectro mais amplo da produção de Jorge Luis Borges, o crítico assim se expressa, em duas ocasiões do ensaio, acerca da fome literária do escritor latino-americano: “Pierre Menard, romancista e poeta simbolista, mas também leitor infatigável, devorador de livros, será a metáfora ideal para bem precisar a situação e o papel do

escritor latino-americano [...]” (SANTIAGO, 2001, p. 23) e “O escritor latino-americano é o devorador de livros de que os contos de Borges nos falam com insistência.” (SANTIAGO, 2001, p. 25). A relação entre comilança de livros e antropofagia é explicitamente reforçada pelo próprio ensaísta, que classifica o escritor latino-americano, por seu hábito de leitura, como antropófago. Nas palavras que encerram o estudo,

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana. (SANTIAGO, 2001, p. 26).

Curiosamente, a narrativa de Rubem Fonseca emprega um léxico alimentício naquilo que se refere à literatura, o que endossa o caráter antropófago do personagem, que percebe o que lê, figuradamente, como algo comestível. Os termos “pitada”, “colherzinha” e “chupar”, exemplos mais ou menos claros desse grupo de palavras, já foram reproduzidos em citações anteriores de nossa pesquisa. Vale, agora, somar a eles o uso que Mônica Tutsi faz de vocábulo da mesma seara, “tempero”, quando pergunta ao narrador sobre o sabor especial de uma das fotonovelas que ele cria – “Qual o tempero aqui? [...]” (FONSECA, 1994, p. 380) –, assim como a resposta do protagonista, que revela ter incluído, na receita da reformulação textual, um dos principais dramaturgos gregos da antiguidade clássica, reconhecendo-o como ingrediente do prato preparado: “Eurípides, pecado e morte.” (FONSECA, 1994, p. 380).

Outro aspecto que robustece a qualidade antropófaga do narrador enquanto leitor é sua já mencionada capacidade de assimilar obras literárias, que retornam criticamente digeridas em seu trabalho em *Mulher*. Assim, a rotina de leituras do personagem não se dá de forma assistemática,

como mero passatempo, nem visa a apenas saciar, o mais imediatamente possível, sua enorme fome por livros, à maneira de uma compulsão alimentar ou de uma necessidade biológica, que tendem a se justificar e se esgotar em si mesmos. Também nesse sentido, o protagonista do conto se aproxima do escritor latino-americano, cujas leituras, segundo Silviano Santiago, constituem sua principal refeição. Aqui, fica clara, em tais sujeitos, a dependência da faceta de escritor da de leitor, uma vez que, nos dois casos, a leitura é imprescindível à escrita. Ainda se referindo ao escritor latino-americano, o crítico diz: “Lê o tempo todo e publica de vez em quando. O conhecimento não chega nunca a enferrujar os delicados e secretos mecanismos da criação; pelo contrário, estimulam seu projeto criador, pois é o princípio organizador da produção do texto.” (SANTIAGO, 2001, p. 25). A necessidade que a escrita tem da leitura, ou a relação que a criação literária sempre estabelece com textos que a precedem, ganha ainda mais amparo, à luz de nosso estudo, com a metáfora de fundo antropofágico proposta por Paul Valéry. Para o poeta e crítico, “Nada mais original, nada mais intrínseco a si que se alimentar dos outros. É preciso, porém, digeri-los. O leão é feito de carneiro assimilado.” (VALÉRY apud SANTIAGO, 2001, p. 19). De fato, é o que faz o narrador de “Corações solitários”, ao se valer de sua vasta experiência de leitura de certo repertório literário para (re)criar em seu trabalho em *Mulher*. A seguir, reproduzimos um exemplo completo de reescrita a que procede o personagem, com olhos críticos voltados para a tragédia *Hipólito*, de Eurípides, no caderno de fotonovelas da revista:

Tésio, bancário, morador na Boca do Mato, em Lins de Vasconcelos, casado em segundas núpcias com Frederica, tem um filho, Hipólito, do primeiro matrimônio. Frederica se apaixona por Hipólito. Tésio descobre o amor pecaminoso entre os dois. Frederica se enforca no pé de manga do quintal da casa. Hipólito pede perdão ao pai, foge de casa e vagueia desesperado pelas ruas da cidade cruel até ser atropelado e morto na avenida Brasil.

(FONSECA, 1994, p. 380).

Ainda nesse sentido, ressaltamos que o narrador de “Corações solitários” absorve textos, regularmente e de reconhecida qualidade, para se diferenciar de si próprio e do outro a partir do outro, principalmente quando tomado como superior, conforme veremos, com mais detalhes, na sequência desta seção. Primeiro, importa dizer que, dos pontos de vista histórico e antropológico, a busca por distinção na criação literária pelo escritor latino-americano parece encontrar raízes no costume de certas tribos antropófagas, espalhadas pelo continente a que ele pertence, antes e durante a invasão dos europeus, e que se regalavam com a carne de guerreiros por elas considerados valorosos, numa inequívoca associação entre alimentação e cultura. No estudo “Antropofagia em acordes dissonantes: uma possível digestão de um antropófago indigesto”, Roberta Maria Ferreira Alves ajuda-nos a compreender essa significativa relação a partir de um caso familiar aos leitores brasileiros:

Praticada por várias tribos nas Américas, a cerimônia antropofágica tupinambá se tornou um “sucesso” mundial com os relatos do alemão Hans Staden, que viveu dois anos com praticantes da antropofagia, sendo interessante salientar que quase foi devorado por eles. Esse final trágico não aconteceu, pois a “iguaria” não atendeu a uma especificação básica; o alemão foi considerado covarde. (ALVES, 2020, p. 108).

Vista sob tal ângulo, a assimilação da literatura europeia canônica – tida como suprasumo na cultura ocidental, equiparando-se ao guerreiro valoroso – pelo aparelho digestivo-artístico do escritor latino-americano – antropófago como seus ascendentes culturais nativos, equivalendo ao indígena que quer se elevar com a deglutição ritualística do que, para ele, tem qualidade –, não poderia ter como fim nem a experiência em si da leitura nem a simples conquista de conhecimento

que ela propicia – correspondentes, em maior ou menor grau, à alimentação voltada para a festa do paladar ou para a sobrevivência do corpo. Na verdade, de acordo com o entendimento de Silviano Santiago, tal assimilação implica, realmente, a diferença de si e do outro no outro tomado como superior. Para obtê-la, o escritor latino-americano, no ofício de leitura/escrita, opera, deliberadamente, uma transformação crítica do repertório literário mais destacado no âmbito da cultura que, para o bem ou para o mal, é a sua – a cultura ocidental, cujo “centro” é a Europa. Nos termos do pesquisador, referindo-se à relação agressiva que o sujeito periférico, posto em condição social, política e econômica inferior, vê-se obrigado a travar com a cultura metropolitana,

O artista latino-americano aceita a prisão como forma de comportamento, a transgressão como forma de expressão. Daí, sem dúvida, o absurdo, o tormento, a beleza e o vigor de seu projeto visível. O invisível torna-se silêncio em seu texto, a presença do modelo, enquanto o visível é a mensagem, é ausência no modelo. (SANTIAGO, 2001, p. 25, grifo do autor)¹⁰.

Também no aspecto da diferença, como já adiantamos, o narrador de “Corações solitários” aproxima-se do escritor latino-americano concebido por Silviano Santiago. Notamos a materialização de tal elemento na narrativa especialmente quando levamos em conta determinados procedimentos estéticos empregados no texto. Um deles é a curiosa reformulação estilística de sobrenomes de dramaturgos europeus clássicos que o narrador afirma ter lido, realizada numa das passagens reproduzidas em nossa investigação: “Afinal li todos

¹⁰ Não queremos dizer com tudo isso que a antropofagia seja um fenômeno único e exclusivo da América Latina. Depois de demonstrar, com inúmeros exemplos, sua presença em diferentes tempos e espaços, João Cezar de Castro Rocha adverte, no ensaio “Uma teoria de exportação? Ou: ‘Antropofagia como visão de mundo’”, que “[...] é uma facilidade condenável considerar a antropofagia tipicamente brasileira ou mesmo latino-americana.” (ROCHA, 2011, p. 667). Para o pesquisador, que relê o conceito de Oswald de Andrade mais especificamente, com o intuito de repotencializá-lo, o que marca a antropofagia, sobretudo, é sua força em mobilizar o pensamento, verificada no contato do Eu com o Outro.

os trágicos gregos, os ibsens, os o’neals, os becketts, os tchekhovs, os shakespeares, as four hundred best television plays.” (FONSECA, 1994, p. 376). Nesse caso, o narrador escolhe aludir aos autores Henrik Ibsen, Eugene O’Neill, Samuel Beckett, Anton Tchekhov e William Shakespeare, valendo-se não da forma corrente, própria e singular, com iniciais maiúsculas, de seus respectivos nomes e sobrenomes, mas de uma forma diversa, comum e plural, com iniciais minúsculas. Tal estratégia tem a função de diminuir o peso comumente atribuído aos autores referidos e mesmo a outros da estirpe canônica, na medida em que nos permite observá-los não mais como necessariamente únicos e grandiosos – conforme a opção pela manutenção da forma convencional poderia assinalar –, mas como figuras mais comuns e encontráveis com alguma frequência, embora ainda possam ser interpretados, nesse sentido, como modelos fundadores de um estilo ou tradição herdados e continuados por gerações posteriores cuja qualidade enquanto artistas é mais difusa¹¹. Sendo assim, o narrador os vê sem o mesmo respeito, reverência ou estima que eles, por sua reconhecida importância nas esferas literária e cultural do Ocidente, mereceriam receber, e a diferença que marca o personagem, nesse caso, deve-se ao questionamento da posição superior que eles necessariamente ocupariam em tais domínios.

A procura da diferença reforça-se com a estratégia propriamente dita da citação, cujo emprego o narrador explicita, sem rodeios, como meio de demonstrar repertório cultural. Em excerto também já trazido para cá, o personagem diz: “Cito os clássicos apenas para mostrar o meu conhecimento. Como fui repórter de polícia, se

¹¹ Nesse ponto, nossa leitura conversa, em parte, com a observação de Climent-Espino (2015), quando ele se refere à pluralização dos sobrenomes dos autores aludidos pelo narrador de “Corações solitários”. Para o crítico, “O fato de que o narrador pluraliza os nomes desses escritores implica que há muitos como eles, ou com estilos similares ao deles.” (CLIMENT-ESPINO, 2015, p. 12).

não fazer isso os cretinos não me respeitam.” (FONSECA, 1994, p. 380). Nesse caso, a literatura parece não mais consistir em material a ser recriado num novo texto, pois o protagonista afirma se valer dela somente para exibir erudição e, com isso, ganhar legitimidade diante de certos “cretinos”. À primeira vista, tal disposição entra em conflito com seu espírito antropofágico, que, mobilizado por uma atitude eminentemente prática, absorve a produção lida e procura devolvê-la em nova forma. Mas, partindo do ponto de vista de Silviano Santiago sobre o escritor latino-americano e sua relação com o cânone literário ocidental, temos de refletir diferentemente sobre o trecho. Com esse objetivo, tecemos duas observações, que se inter-relacionam. A primeira é que o narrador de “Corações solitários”, embora use artigo definido antes de empregar o termo “cretinos”, não explicita a quem se refere. Dada a abertura, e com base em toda a passagem citada, parece-nos válido interpretar a atribuição do substantivo a algum nicho da crítica literária, que se caracterize, na visão do personagem, como preconceituosa, por rebaixá-lo em função, simplesmente, de seu trabalho como repórter de polícia, assim como o escritor latino-americano estava sujeito a ser observado, na época da primeira publicação do ensaio de Silviano Santiago, no início da década de 1970, em posição sempre inferior diante de autores europeus. Conforme denuncia o estudioso, referindo-se à crítica das fontes e das influências,

Tal tipo de discurso crítico apenas assinala a indigência de uma arte já pobre por causa das condições econômicas em que pode sobreviver, apenas sublinha a falta de imaginação de artistas que são obrigados, por falta de uma tradição autóctone, a se apropriar de modelos colocados em circulação pela metrópole. Tal discurso crítico ridiculariza a busca dom-quixotesca dos artistas latino-americanos, quando acentuam por ricochete a beleza, o poder e a glória das obras criadas no meio da sociedade colonialista ou neocolonialista. Tal discurso reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, uma obra que se nutre de uma outra sem nunca lhe acrescentar algo de próprio; uma obra cuja

vida é limitada e precária, aprisionada que se encontra pelo brilho e pelo prestígio da fonte, do chefe de escola. (SANTIAGO, 2001, p. 17-18).

A segunda observação, também feita a partir de considerações de Silviano Santiago, é que o escritor latino-americano, se é realmente sério em seu ofício, não pode ignorar o cânone literário ocidental, por mais radical, num sentido negativo, que seja sua percepção a respeito dessa tradição (e a própria negação, é bom dizer, já pressupõe um contato). Nas palavras do crítico, concernentes a esse escritor e proferidas num tom próximo ao de conselho, “Se ele só fala de sua própria experiência de vida, seu texto passa despercebido entre seus contemporâneos. É preciso que aprenda primeiro a falar a língua da metrópole para melhor combatê-la em seguida.” (SANTIAGO, 2001, p. 20). Nessa ótica, o narrador de “Corações solitários” propala sua erudição não com o objetivo inconsequente de se exibir, mas com o fito de manifestar saber que sua escritura não pode, em nenhuma hipótese, furtar-se a lidar com a tradição literária ocidental, sob o risco de nada de relevante dizer a seus leitores, incluindo, talvez sobretudo, os especializados – ainda que a visão destes lhe pareça estar, em algum grau, equivocada. A relativização do valor dos clássicos a que o narrador procede só é possível porque ele reconhece que o referido cânone, não obstante ou por causa mesmo de seus limites, é imprescindível à criação que se queira séria – ela mesma pretensamente canônica em certo sentido, a ser avaliada e classificada como tal pelos referidos “cretinos”, aos quais o personagem, paradoxalmente, ofende e espera agradar. Dito de maneira bastante sumária: sem tradição, não há novo texto, não há diferença. Tal é a perspectiva do poeta e crítico T. S. Eliot (1989), que, no ensaio “Tradição e talento individual”, concebe que a novidade e a diferença, no próprio âmbito da literatura europeia, para se configurarem mesmo como arte, só podem

fazê-lo com relação ao já produzido, canonizado pela crítica. Em suas palavras,

Nenhum poeta, nenhum artista, tem sua significação completa sozinho. Seu significado e a apreciação que dele fazemos constituem a apreciação de sua relação com os poetas e os artistas mortos. Não se pode estimá-lo em si; é preciso situá-lo, para contraste e comparação, entre os mortos. [...] Estar apenas em harmonia [com os “padrões do passado”] poderia significar que a nova obra não estivesse de modo algum realmente em harmonia; ela não seria nova e, por isso, não seria uma obra de arte. (ELIOT, 1989, p. 39-40).

Nesse mesmo ângulo, se não estivermos forçando o sentido, poderíamos considerar o já citado Odontos Silva como persona do narrador e, por extensão, como metáfora do escritor latino-americano, pelo menos num aspecto. Afinal, o problema amoroso que ele confia a Nathanael Lessa – qual seja, sem dentes, ele não é amado por quem ele deseja contentar – parece corresponder ao problema literário do escritor latino-americano – qual seja, sem dentes para mastigar a tradição literária ocidental, ele não pode fazer literatura que se pretenda séria, não pode distinguir sua escrita da de seus antecessores, não pode ser admitido pela crítica tal como pensada por Silviano Santiago e pelo próprio Eliot (1989). Vejamos o excerto que nos permitiria interpretar, como novo índice antropofágico ligado ao narrador, o elemento dentário, que, curiosamente, tem, para a amada de Odontos Silva, valor supremo diante de traços negativos atribuídos hipoteticamente ao personagem:

Se você não tivesse uma perna eu continuaria te amando, me dizia ela. Se você fosse corcunda eu não deixaria de te amar, eu respondia. Se você fosse surdo-mudo eu continuaria te amando, dizia ela. Se você fosse vesga eu não deixaria de te amar, eu respondia. Se você fosse barrigudo e feio eu continuaria te amando, dizia ela. Se você fosse toda marcada de varíola eu não deixaria de te amar, eu respondia. Se você fosse velho e impotente eu continuaria te amando, ela dizia. E nós estávamos trocando essas juras quando uma vontade de ser verdadeiro bateu em mim, funda como uma punhalada, e eu perguntei a ela, e se eu não tivesse dentes, você me amaria?,

e ela respondeu, se você não tivesse dentes eu continuaria te amando. Então eu tirei a minha dentadura e botei em cima da cama, num gesto grave, religioso e metafísico. Ficamos os dois olhando para a dentadura em cima do lençol, até que Maria se levantou, colocou um vestido, e disse, vou comprar cigarros. Até hoje não voltou. (FONSECA, 1994, p. 382).

O intento da diferença por parte do narrador de “Corações solitários”, intento ainda apoiado na relativização do cânone ocidental, endossa-se com a própria denegação da literatura que constitui tal repertório – conquanto, como já vimos, essa estratégia não anule por completo o referido acervo, e possa mesmo ratificar sua importância. Em nova conversa com Mônica Tutsi, o personagem afirma, com todas as letras, que prescinde da experiência proveniente da leitura de livros clássicos para conhecer a fundo a condição humana, e ressalta que suas próprias capacidades, tidas por ele mesmo como superiores, são suficientes nesse sentido. No diálogo, a ser reproduzido em parte a seguir, destacamos o pejorativo epíteto que ele emprega para se referir a Eurípides, paralelamente aos elogios que tece a si mesmo, considerando-se plenamente capaz de aprender sobre o ser humano sem recorrer aos autores europeus que lê: “Vou te contar uma coisa: eu conheço a alma humana e não preciso de nenhum grego velho para me inspirar. Para um homem da minha inteligência e sensibilidade basta olhar em volta. Olhe bem para os meus olhos. Você já viu pessoa mais alerta, mais acordada?” (FONSECA, 1994, p. 380). Aqui, a literatura europeia canônica, metonimizada na figura de Eurípides, é rebaixada pelo narrador, que questiona o poder de tal repertório de arrogar-se como fonte única e exclusiva de conhecimento sobre a “alma humana”, a ser (re)construído artisticamente. Para ele, outro tipo de saber, adquirível fora da literatura mais consagrada no Ocidente e, por extensão, do próprio solo europeu, é, no mínimo, igualmente válido no uso estético da palavra. Se estamos certos, o personagem entra, mais uma vez, em

contato com o escritor latino-americano tal como percebido por Silviano Santiago, pois contesta o uno e o absoluto vislumbrados pelos colonizadores em termos culturais, cedendo, assim, lugar ao plural, ao relativo, ao híbrido – ou, em suma, ao diferente. A mais recente aproximação entre as duas figuras encontra respaldo nos dizeres do estudioso, que exalta a mudança de perspectiva, ocorrida, segundo ele, desde os princípios da colonização em terras americanas nas relações entre o índio e o europeu, e a diferença dela resultante, responsável por conceder à América Latina um lugar próprio, e importante, no Ocidente:

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental graças ao movimento de desvio da norma, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo. Em virtude do fato de que a América Latina não pode mais fechar suas portas à invasão estrangeira, não pode tampouco reencontrar sua condição de “paraíso”, de isolamento e de inocência, constata-se com cinismo que, sem essa contribuição, seu produto seria mera cópia – silêncio –, uma cópia muitas vezes fora de moda, por causa desse retrocesso imperceptível no tempo, de que fala Lévi-Strauss. Sua geografia deve ser uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência. A passividade reduziria seu papel efetivo ao desaparecimento por analogia. Guardando seu lugar na segunda fila, é no entanto preciso que assinale sua diferença, marque sua presença, uma presença muitas vezes de vanguarda. (SANTIAGO, 2001, p. 16, grifo do autor).

É preciso discutir um pouco mais o fato de que a relativização da literatura europeia canônica em “Corações solitários” se faz também na dimensão dos gêneros. Notamo-lo, sobretudo, na releitura da tragédia na forma da fotonovela, releitura encenada com o narrador do conto. A troca de um gênero por outro, necessária, do ponto de vista do desenvolvimento do enredo, quando

considerado o caderno no qual o personagem tem de escrever, também envolve outros dois elementos igualmente, ou ainda mais, importantes, sobre os quais falaremos nos dois próximos parágrafos: os valores discrepantes, ou opostos mesmo, que a crítica literária pode atribuir à tragédia, de um lado, e à fotonovela, de outro; e os recursos estéticos mobilizados, na referida substituição, por Rubem Fonseca, que, no nível da autoria, assume ele mesmo, antropofagicamente, o lugar dos escritores consagrados assimilados no trabalho do narrador por ele construído, e cuja escrita, no plano mais amplo de sua estruturação, é concebida, ainda, noutra gênero, o conto, por sua vez melhor aceito, em comparação com a fotonovela, pelos leitores especializados em geral.

Como sabemos, a tragédia é vista no Ocidente, a partir da Poética de Aristóteles, como gênero maior, por, entre outros aspectos, apresentar personagens nobres, observados como superiores ao homem médio (Poética, 1448a, 1-15), e é tida pelo mesmo filósofo como o mais distinto dentre os gêneros poéticos, por, entre outros elementos, dirigir-se a um público considerado selecionado, como as próprias figuras que ela põe em cena (Poética, 1461b, 25-1462b, 15), e ser capaz de lhe causar sentimentos tratados como igualmente elevados, como “pavor” e “compaixão” (Poética, 1453b, 1-10). A fotonovela, por sua vez, sequer entra no rol da chamada “alta literatura”, constituindo, pelo contrário, gênero pouco estimado pela crítica, e pode chocar-se, na teoria que lhe diz respeito e/ou, sobretudo, no exercício de Rubem Fonseca no conto estudado, com a opinião de Aristóteles sobre a tragédia no que se refere a seus traços mais proeminentes. A propósito, no estudo “Sombras literárias: a fotonovela e a produção cultural”, André Luiz Joanilho e Mariângela Peccioli Galli Joanilho (2008), com base, principalmente, em premissas de cunho sociológico, colocam em discussão perspectivas que rejeitam veementemente

a possibilidade de a fotonovela, enquanto gênero, ser dotada de alguma qualidade. Segundo os pesquisadores, em paráfrase um tanto irônica de tais pareceres,

Não há dúvida quanto ao caráter da fotonovela. Ela é um subproduto da literatura chamada de modo eufemístico de subgênero. Esse artefato cultural é claramente desqualificado como incapaz de promover algum gosto no público leitor que, por sua vez, também é desqualificado. A baixa formação escolar e os parcos rendimentos de quem a consome denotam que a fotonovela é voltada para aqueles que têm uma capacidade de discernimento bem prejudicada. Pelo menos é o que se pode inferir, tendo em vista a transmissão de valores conservadores e de hegemonia ideológica aos quais os leitores estão expostos. (JOANILHO; JOANILHO, 2008, p. 532).

Em “Corações solitários”, aspectos relativos à recepção da fotonovela, articulados por Joanilho e Joanilho (2008) em seu trabalho, parecem ecoar nas vozes de Jacqueline e Oswaldo Peçanha. Ao perguntar ao narrador: “Você acha que mulher da classe C escreve cartas?” (FONSECA, 1994, p. 374), o primeiro pressupõe que o público de *Mulher* é formado por pessoas, mulheres sobretudo, desprivilegiadas em termos de instrução. O segundo, ao informar ao protagonista o tipo de leitor visado pela revista, também o caracteriza como predominantemente feminino, mas, enfatizando o ângulo econômico, distingue-o de leitoras mais favorecidas nesse sentido: “Mulher não é uma dessas publicações coloridas para burguesas que fazem regime. É feita para a mulher da classe C, que come arroz com feijão e se ficar gorda azar o dela.” (FONSECA, 1994, p. 372). É verdade que a presunção que o periódico faz acerca de seus leitores cai por terra, mais tarde, quando um “pesquisador motivacional” chamado Pontecorvo faz a seguinte revelação diante de Oswaldo Peçanha e do narrador: “Nós fizemos uma minipesquisa sobre os seus leitores, e, apesar do tamanho reduzido da amostra, posso lhe assegurar, sem sombra de dúvida, que a grande maioria, a quase totalidade dos seus leitores

é composta de homens, da classe B.” (FONSECA, 1994, p. 383). Essa quebra de expectativa, porém, não nos parece suficiente para pôr em dúvida que a escolha da tragédia como gênero a ser recriado em forma de fotonovela favorece o lado crítico e iconoclasta do narrador em relação ao cânone literário ocidental. Afinal, a recomposição de textos trágicos é por ele realizada com frequência no conto, não contempla qualquer mesura aos autores assimilados, e dispõe de elementos geralmente considerados baixos, indignos da tragédia, como o hiperbólico, o chulo e o cômico, que interferem, em sentido negativo, tanto na caracterização dos personagens reconstruídos como nos efeitos provocados no público, conforme fica mais ou menos claro em passagens já reproduzidas e comentadas em nosso estudo. Desse modo, tais aspectos também concorrem para a associação do protagonista do conto ao escritor latino-americano de Silviano Santiago, que tem a visão problematizadora, quando não agressiva mesmo, como principal aliada na leitura do cânone literário ocidental, leitura esta que emergirá na diferença de sua reescrita.

Por fim, vale atentar, também com algum cuidado, para outro recurso estético que Rubem Fonseca emprega em “Corações solitários”: a pseudonímia. Bastante frequente no conto, aplicando-se a todos os funcionários de *Mulher*, que devem escolher um nome falso a ser usado em serviço, tal estratégia, quando utilizada pelo narrador, ratifica nossa hipótese interpretativa. Como já vimos, o personagem adota, na narrativa, dois pseudônimos, um para cada atividade exercida com a palavra na revista: Nathanael Lessa para a redação de cartas e Clarice Simone para a criação de fotonovelas. Conforme ele mesmo indica, tais escolhas não são aleatórias, mas constituem tributos, cujos agraciados, porém, não são por ele explicitados. Dirigindo-se ora ao editor do periódico, ora ao leitor do texto, o narrador diz: “O que é que

tem? [Nathanael Lessa] É um nome como outro qualquer. E estou prestando duas homenagens.” (FONSECA, 1994, p. 373) e “Escolhi Clarice Simone, eram outras duas homenagens, mas não disse isso ao Peçanha.” (FONSECA, 1994, p. 376)¹². Tendo em vista nossa suposição de leitura, apostamos, com Climent-Espino (2015), que os homenageados são escritores e respondem pelos nomes de Nathanael West, Orígenes Lessa, ou Ivan Lessa, Clarice Lispector e Simone de Beauvoir. Se isso realmente se sustenta, o protagonista de “Corações solitários” termina por contrapor dois repertórios literários: de um lado, o teatro europeu canônico, que percorre o século V AEC, com Sófocles e Eurípides, até o século XX, com Samuel Beckett, e que é criticado com frequência no conto, na condição de metonímia da literatura centralizadora da Europa, ao mesmo tempo em que é utilizado como matéria-prima para o trabalho em *Mulher*, e, de outro, a ficção moderna produzida majoritariamente fora da Europa, com Nathanael West, Orígenes Lessa, ou Ivan Lessa, e Clarice Lispector, e saudada aparentemente sem reservas na narrativa. Nesse sentido, a pseudonímia, quando mobilizada pelo narrador, tem a função de reiterar os limites da literatura europeia consagrada, que, em vez de existir sozinha e soberana, como referência e inspiração única e exclusiva para escritores, passa a dividir espaço – e se misturar, como o faz o personagem – com a produção literária desenvolvida noutros contextos culturais, como o Brasil, principalmente, e os Estados Unidos, também sendo ela digna de louvores, talvez mais exaltados, de quem se dedica ao ofício da escrita na América Latina e de fazer as vezes, pelo menos

em tese, de uma nova tradição, construída em solo diverso do europeu.

O narrador de “Corações solitários”: metáfora do escritor latino-americano

A partir da análise do conto “Corações solitários”, de Rubem Fonseca, constatamos que nossa hipótese de leitura é pertinente: o narrador da trama pode, de fato, ser interpretado como metáfora do escritor latino-americano tal como pensado por Silviano Santiago no ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”. Ao examinarmos diversos recursos estéticos empregados pelo autor na construção do personagem, verificamos nele as duas condições mais abrangentes que o referido crítico atribui a tal espécie de artista: a de escritor, curiosamente mantida ambígua na narrativa, e a de leitor, ostensivamente elaborada como antropófaga. Em termos ainda mais especificamente latino-americanos, o narrador criado por Rubem Fonseca, à maneira do tipo de escritor concebido por Silviano Santiago, inclina-se à diferença, reconhecida como contraponto imprescindível a sua existência, na periferia do Ocidente, diante das vozes culturais dominantes advindas da metrópole, e ocupa, no circuito mais amplo dessa mesma cultura, lugar paradoxal, definido, de um lado, pela dependência do repertório literário estabelecido e aclamado na Europa e, de outro, pela necessidade de observá-lo criticamente.

Referências

ALVES, Roberta Maria Ferreira. Antropofagia em acordes dissonantes: uma possível digestão de um antropófago indigesto. *Cadernos CESPUC de Pesquisa – Série Ensaio*, Belo Horizonte, n. 36, p. 106-132, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3231.2020n36p106-132>. Acesso em: 9 jul. 2021.

¹² Em ambos os casos citados, Rubem Fonseca parece reiterar, por meio da pseudonímia, uma tônica de sua poética: tornar presentes nela autores renomados da literatura, reconstruídos, com maior ou menor definição, nos textos ficcionais que ele compõe. Para ilustrar rapidamente essa característica, mencionamos Álvares de Azevedo, Joseph Conrad e Molière, que aparecem como criaturas de papel em outras narrativas do autor.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995. (Novas buscas em comunicação, 47).

CARTA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 417.

CLIMENT-ESPINO, Rafael. Autoria mascarada e travestismo literário em “Corações solitários” de Rubem Fonseca. *BRASIL/BRAZIL*, v. 8, n. 52, p. 1-23, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/brasilbrazil/article/view/61473>. Acesso em: 9 jul. 2021.

ELIOT, T. S. Tradição e talento individual. In: ELIOT, T. S. *Ensaio. Tradução, introdução e notas*: Ivan Junqueira. São Paulo: Art Editora, 1989. p. 37-48.

EPÍSTOLA. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev., ampli. e atual. São Paulo: Cultrix, 2013. p. 162-163.

FICÇÃO. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev., ampli. e atual. São Paulo: Cultrix, 2013. p. 191.

FONSECA, Rubem. Corações solitários. In: FONSECA, Rubem. *Contos reunidos*. Organização de Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 372-385.

FOTONOVELA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 935.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2. p. 955-987.

JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: JENNY, Laurent et al. *Intertextualidades: Poétique*, n. 27. Tradução: Clara Crabbé Rocha. Coimbra: Livraria Almedina, 1979. p. 5-49.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. Sombras literárias: a fotonovela e a produção cultural. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 529-548, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000200013&script=sci_arttext&tlng=pt#top1. Acesso em: 9 jul. 2021.

PEREDA, Cristina F. Gay Talese desautoriza seu livro mais recente por falta de credibilidade: o escritor afirma que não confia mais em sua fonte do livro-reportagem “The Voyeur’s Motel”. *El País*, Washington, 01 jul. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/01/cultura/1467337829_047993.html. Acesso em: 9 jul. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. *O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna*. Tradução: Marcelo Mori. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ROCHA, João Cezar de Castro. Uma teoria de exportação? Ou: “Antropofagia como visão de mundo”. In: ROCHA, João Cezar de Castro; RUFFINELLI, Jorge (org.). *Antropofagia hoje?: Oswald de Andrade em cena*. São Paulo: É realizações, 2011. p. 647-668.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Tradução: Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. (Linguagem e cultura, 40).

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SCHNAIDERMAN, Boris. Vozes de barbárie, vozes de cultura: uma leitura dos contos de Rubem Fonseca. In: FONSECA, Rubem. *Contos reunidos*. Organização Boris Schnaiderman. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 773-777.

Submissão: agosto de 2021

Aceite: novembro de 2021.

A PUBLICIZAÇÃO DO PRIVADO: NARRATIVAS DE VIDA, ‘CONFISSÕES’ E HIV

Robson Evangelista dos Santos Filho¹
Mariana Ramalho Procópio²

Resumo: O presente artigo aborda como tema a exposição das intimidades e dos segredos, que se dá nas movediças fronteiras entre público e privado, e tem como objetivo principal historicizar e problematizar algumas práticas confessionais a partir: das narrativas de vida, compreendidas sob uma perspectiva discursiva; das possibilidades em que, pela noção de espaço biográfico, as experiências podem ser confienciadas na contemporaneidade midiaticizada; e da revelação da condição sorológica positiva para o HIV, em geral restrita à privacidade, como a saída de um segundo armário, considerado um novo regime de visibilidade. Para tanto, são analisados relatos de pessoas soropositivas que, por motivações e formas variadas, levam a público suas vivências com o vírus e fazem das videografias de si no *YouTube* os seus diários pessoais, e conclui-se sobre a importância política dessa atitude, contudo com algumas ressalvas.

Palavras-chave: público; privado; armário; narrativa de vida; HIV.

THE PUBLICITY OF THE PRIVATE: LIFE NARRATIVES, CONFESSIONS AND HIV

Abstract: This article addresses the theme of exposing intimacies and secrets in the shifting boundaries between public and private, and its main objective is to historicize and problematize some confessional practices from: life narratives, understood by a discursive perspective; possibilities in which, through the notion of biographical space, experiences can be confided in mediatized contemporaneity; and the disclosure of HIV-positive serological status, generally restricted to privacy, such as the exit of the second closet, considered a new regime of visibility. For this purpose, there are the analysis of HIV-positive reports that, for various reasons and ways, publicize their experiences with the virus and make the videographs of themselves on YouTube their personal diaries. This attitude is politically importante, but with some caveats.

Keywords: public; private; closet; life narrative; HIV.

1 Doutorando em Informação e Comunicação em Saúde pelo PPGICS/ICICT - Fiocruz, com bolsa financiada pela CAPES. E-mail: robsonangelistasantosfilho@gmail.com

2 Doutorado em Estudos Linguísticos pelo POSLIN/UFGM, docente do Departamento de Departamento de Comunicação Social e PPG em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: mariana.procoppio@ufv.br

“Gabriel descobriu que tem HIV e resolveu contar para todo mundo!”: o enunciado descreve o canal *HDiário* no *YouTube*, criado em 2016 pelo ator Gabriel Comicholi para revelar o seu diagnóstico e contar como é viver com o vírus, relatando desde o tratamento, exames e consultas médicas até seus relacionamentos. “Sim, isso é um diário de uma pessoa que tem HIV”, ele confirma em um de seus vídeos. Essa narrativa de sua vida na internet chama atenção tanto pela temática quanto pelo meio como se dá e é um dos muitos exemplos atuais em que os “meus queridos diários” de outrora encontram-se reconfigurados a partir de práticas midiáticas e que inauguram novas maneiras de os indivíduos narrarem as suas vivências, inclusive aquelas que geralmente seriam guardadas a sete chaves, como o HIV.

A história do HIV pode ser contada pela mídia e pelas histórias de soropositivos nela contadas. Com o surgimento dos primeiros casos de infecção pelo vírus no início da década de 1980, marcado por poucos conhecimentos médicos e ações governamentais para lidar com a nova epidemia que se disseminava e agravava rapidamente, a mídia foi, para Bessa (2002), a principal, senão a única, fonte de informação e a primeira resposta a essa questão de saúde pública. Apesar disso, é válido destacar que evitou o tema a princípio e, depois, em coro com discursos médicos, políticos e religiosos, inseriu-o a partir de ideias equivocadas mascaradas de científicas, valorações morais e estigmatização de grupos associados ao HIV, a exemplo de homossexuais, travestis, profissionais do sexo, pessoas que usam drogas e imigrantes.

Como toda história, essa também precisava de personagens e, portanto, ainda segundo o autor, em um momento em que quase ninguém conhecia pessoas diagnosticadas com o vírus, discursos midiáticos, em especial jornalísticos, foram difundindo histórias de algumas delas e lhes demarcando papéis. Havia, então, as vítimas,

como bebês, crianças e aqueles que se infectaram por transfusão de sangue, e os merecedores, que, por terem sido infectados sexualmente, eram considerados culpados que deveriam ser castigados. Ademais, como em uma trama de combate ao mal, havia também os heróis, sobretudo os médicos, e os vilões, sendo a aids a maior, mas personificada na figura dos pacientes. Para vender essas narrativas, jornais e revistas apostaram em enredos que exploravam o sofrimento dos indivíduos, suas experiências com a doença e a espera da morte, conseguiram que alguns se identificassem ou aceitassem que suas imagens fossem expostas e foram divulgando em detalhes suas rotinas e intimidades, ambientadas desde cenários hospitalares até saunas e banheiros de baladas, e despertando, assim, interesse do público e reações de medo, aversão ou pena.

Apesar de a imprensa ter recorrido, no primeiro momento, aos relatos de profissionais da saúde, familiares, amigos e parceiros de soropositivos e só na sequência tenha incorporado os depoimentos dos próprios soropositivos e, mesmo assim, intermediados por jornalistas, foi a responsável por ensaiar formas de se falar sobre HIV, contribuindo para que fosse abordado em primeira pessoa e incentivando essas pessoas a ecoarem suas vozes, sem a interferência de terceiros, contra os discursos dos que falavam sobre e por elas (BESSA, 2002). E, quiçá, tenham influenciado, assim, as recentes narrativas de pessoas que vivem com HIV, como as de Gabriel Comicholi, que são encontradas na mídia, notadamente na internet, que não era uma possibilidade acessível aos primeiros soropositivos, como ainda não é completamente.

Carvalho e Azêvedo (2019) destacam que as plataformas digitais são uma das novas estratégias na contemporaneidade para que eles consigam o protagonismo na fala sobre si, como alternativa à falta de narrativas ou à veiculação de narrativas estereotipadas e errôneas como as anteriores.

A partir disso, para os pesquisadores, é possível que questões relativas ao HIV sejam publicizadas e que novos sentidos sejam construídos tanto para o vírus quanto para as pessoas que vivem com ele. Isso porque, ainda envolto, mesmo 40 anos depois, a tantos imaginários que o associam à doença, morte, ao sexo, a gays e jovens, promiscuidade e irresponsabilidade, apenas para citar alguns exemplos – tratando-se, pois, de uma epidemia discursiva – e apesar de alguns episódios de exposição, o HIV, em geral, costuma ser tido como algo privativo e mantido em sigilo, que, aliás, é um direito garantido por lei a todas as pessoas soropositivas. O que nos leva a refletir sobre, além da tentativa de modificar aqueles imaginários, o que faz com que algumas delas exponham a sua condição sorológica, mas principalmente, como se dá tal “confissão”.

Diante disso, buscamos com esse artigo discorrer acerca da publicização do privado, a partir dos resultados obtidos pelo projeto de pesquisa “Narrativas de si e imaginários sobre HIV: uma análise do canal *HDiário*”, concluído em 2020 e desenvolvido, com o apoio da Capes, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Para tanto, organizamos esse trabalho em três partes, a partir de eixos de debate que conversam entre si e convergem para a questão principal sobre a qual nos debruçamos aqui – os limites entre público e privado. Para começar, apresentamos um panorama sobre narrativas de vida, que se encontram na fronteira entre esses âmbitos, abordando-as sob a perspectiva discursiva sobre a qual nos situamos e trazemos, ainda, a noção de espaço biográfico, dada a diversidade de formas em que as vidas podem ser narradas na contemporaneidade, a exemplo dos vídeos que tomamos como objeto. Em seguida, dissertamos, então, sobre a midiatização do “se contar”, traçando um paralelo entre os antigos diários e os novos diários na internet, espaço simultaneamente

público e privado, os quais compreendemos como videografias de si e que promovem um deslocamento do espaço íntimo. E, por fim, estendemos a discussão para tratar da revelação do HIV, que consiste na chamada “saída do segundo armário” e resume uma das “confissões” contemporâneas.

Do vivido ao narrado: as possibilidades contemporâneas do “se contar”

A narrativa de vida, segundo Carvalho (2016), se constituiu originalmente como uma metodologia de pesquisa das Ciências Sociais, desenvolvida por William Thomas e Florian Znaniecki, da Escola de Chicago, no início do século XX. Décadas depois, foi inserida na França pelo sociólogo Daniel Bertaux, que propôs o termo *récit de vie*, ou relato de vida, em português, para designar os relatos orais em forma de narrativa sobre experiências vividas, com ênfase em determinados aspectos à escolha do narrador, que se diferencia, aqui, de outras entrevistas por possuir mais liberdade para contar a sua vida ou partes dela, ainda que seja guiado pelas orientações do entrevistador. Conforme Procópio-Xavier (2012), esse método biográfico, que se dá em uma perspectiva dialógica entre o sujeito que relata e o pesquisador, contribuiu para uma sociologia que se propunha investigar as diversas práticas sociais.

Em seguida, de acordo com Carvalho (2016), o procedimento se expandiu por outras disciplinas, adquirindo várias denominações, como autobiografia, história de vida ou narrativa de si. No Brasil, se faz presente em diversas áreas já há algum tempo e, mais recentemente, também se tornou objeto de interesse na Análise do Discurso, dado o caráter interdisciplinar deste campo e a adequação que faz de variados conceitos e instrumentos. Nessa perspectiva, a pesquisadora apresenta uma interface entre elas, pontuando que tanto a proposta

de Bertaux quanto a Análise do Discurso possuem o mesmo objeto – o discurso – e, para ambas, é por meio dele que os sujeitos constroem e reconstróem a si mesmos.

Para isso, segundo Procópio-Xavier (2012), são realizadas nomeações de personagens, descrições de situações, explicações de razões para determinadas ações, ajuizamentos, dentre outros procedimentos discursivos que são mobilizados para a construção de um sentido para a vida relatada. É a partir disso, aliás, que Machado (2016) traduz e prioriza o termo narrativa de vida ao invés de outros que poderiam ser utilizados, considerando a prática narrativa como uma construção discursiva, portanto não um produto, mas sim um processo. Como acredita Bessa (2002, p. 59), “a história é o que fazemos ao contar uma história”.

Sobre esse ponto, Carvalho (2016) compreende as narrativas de vida como uma versão possível da vida, recorrendo a Bertaux, que, ao descrever narrativas de vida como fragmentos particulares de realidade sócio-histórica, rompe com a concepção de que deveriam abordar a vida em sua totalidade, uma vez que o narrador, tanto aquele que traz o relato sobre alguma pessoa e o que ela viveu, quanto quem relata a própria vivência, seleciona alguns episódios e descarta outros, involuntariamente ou não, reflete sobre e atribui sentido a eles, e, ainda, os avalia, ordena, hierarquiza. Trata-se, pois, de uma reconstrução dos acontecimentos da vida.

Durante tal processo, as narrativas de vida passam, então, por inúmeras interpretações e ressignificações, tanto por quem as produz quanto dos interlocutores, estando, assim, reféns de filtros. Um exemplo é o exercício da memória, que, para Machado (2016), é essencial para a reflexão por parte do sujeito sobre a sua existência e conjuga inúmeras vozes, dos outros e de si mesmo, sobre acontecimentos pessoais e do grupo, sejam aqueles fatos que ele mesmo testemunhou, sejam

aqueles sobre os quais tomou conhecimento por terceiros. Logo, esse sujeito está respaldado por um arcabouço de imaginários que ocupam espaço de destaque nas análises de narrativas de vida, uma vez que é neles que ele se sustenta ao narrar sua vida. Por isso, ainda em diálogo com a concepção de Bertaux, esses relatos abordam não apenas a história individual, mas também a coletiva, sendo, pois, reveladores de conjunturas.

Nessa perspectiva, o analista do discurso que se debruça sobre as narrativas de vida deve se ocupar, então, com a narrativa em si e também com o que ela envolve, como “o fato de contar algo enquanto representação do mundo, do outro, das interações desse sujeito com o mundo e da relação que ele mantém com a sua narrativa” (MACHADO, 2016, p. 128). Em resumo, devemos considerar que as narrativas se constroem somente no e pelo discurso, assim como é apenas pela atividade narrativa que a vida é transformada em história, de alguém que existe ou existiu, pela própria pessoa ou por outrem. Daí haver, então, duas realidades, a vivida e a narrada, sendo que essa última pode não ter relação com a primeira, já que a narrativa de vida, entre o que foi vivenciado e a *mise-en-récit*, não corresponde à própria vida nem à narração fiel dela, nem mesmo quando o narrador é o próprio personagem da história (CARVALHO, 2016). Por isso, analisar discursos sobre narrativas de vida implica a condição de que não trabalhamos com os acontecimentos vividos, mas com as palavras de quem os narram: “são elas que tecem os fatos e exprimem o que acreditam ter vivido, suas crenças e sabedoria, seu mundo, enfim, que suas palavras tentaram tornar transparentes. Mas que continuam a guardar segredos e sentidos escondidos” (MACHADO, 2016, p. 137).

Nesse sentido, para explorar ainda mais a interface com a perspectiva discursiva, a partir da qual abordamos as narrativas de vida neste artigo, trazemos alguns apontamentos especificamente

sob a égide de uma das vertentes da Análise do Discurso, a Semiologia, que tem demonstrado interesse por esse objeto em inúmeros estudos e trabalhos. Como o de Melo (2013), que se baseia no que postula Patrick Charaudeau (2005) acerca do processo de semiotização do mundo, que comporta o processo de transformação de um mundo a significar em um mundo significado, a partir de operações concentradas no linguístico, e o processo de transação que faz desse mundo significado um objeto de troca com outro sujeito. A autora adapta esse esquema para explicar que as narrativas de vida não são transmissões exatas ou atualizações de acontecimentos passados, mas sim uma elaboração das experiências em uma enunciação no presente, formatada pelas subjetividade do falante e situação de comunicação. Elas passam, portanto, por um processo de transformação de um fato real em um fato narrado por uma instância de produção, assim como por um processo de transação desse fato narrado para uma instância de recepção, que irá interpretá-lo.

Para Procópio (2016), que também se dedica a caracterizar as narrativas de vida pela perspectiva discursiva semiológica, estas são compreendidas não como um gênero, mas pela ótica dos modos de organização do discurso, propostos por Charaudeau para se referir aos princípios que organizam a matéria linguística para obter sentido. Por esse entendimento, superamos, então, a ideia de que narrar consiste em simplesmente enumerar acontecimentos diacronicamente e que esses existem por si só e tais como foram relatados. Admitir que se trata de uma organização discursiva nos permite perceber que o encadeamento e a relação dos fatos só são possíveis quando mobilizados e articulados por alguém a partir de algumas mediações, como aquelas escolhas mencionadas acima, assim como pelas intenções de quem narra, pelo lugar e momento em que a narrativa se desenvolve, pelos envolvidos,

enfim, pela situação de comunicação (PROCÓPIO, 2016). Conforme pontua Charaudeau (2008, p. 153), “para que haja uma narrativa, é necessário ‘um contador’, investido de uma intencionalidade de querer transmitir uma certa representação da experiência do mundo a um ‘destinatário’, e isso de uma certa maneira, reunindo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa”.

Por esse excerto, é possível evidenciarmos os elementos do contrato de comunicação, jogo interlocutivo que preside todo e qualquer ato de linguagem e que, portanto, é ponto de partida para a análise semiológica: o propósito do discurso, que consiste no tema do qual trata, a exemplo do HIV nas narrativas de vida; o dispositivo, que refere-se às circunstâncias materiais, como as videografias no *YouTube*; as finalidades da troca linguística, já que as narrativas atendem a um projeto de fala de um sujeito que conta a história conforme os seus objetivos de produzir determinados efeitos sobre os interlocutores, mas que são tão-só efeitos possíveis – e que abordaremos logo mais; e as identidades sociais e discursivas dos sujeitos das instâncias de produção e recepção (CHARAUDEAU, 2006). Em relação a esse último elemento, pensado a partir de uma configuração narrativa, Melo (2013) destaca que o sujeito comunicante, enquanto um ser empírico, projeta um sujeito enunciativo, um ser de palavra que só existe no nível discursivo, que, por sua vez, também projeta nesse mesmo espaço um narrador, que se dirige a um narratário idealizado. E mais: no caso de narrativas de si, em que o sujeito narra sua própria história, esse eu narrador também projeta um eu personagem.

Como a instância de recepção pode corresponder ou não ao que foi imaginado e dadas as restrições impostas pela situação comunicativa, a instância de produção se vale de algumas estratégias discursivas para não só fazer sentido, como também obter efeitos, pelos papéis e comportamentos assumidos em relação aos

modos de falar. Fortemente associadas a isso, as narrativas de vida são usadas estrategicamente para persuadir e seduzir. Ao se narrar, o sujeito pode recorrer a recursos para emocionar e captar os seus interlocutores, como a linguagem cinematográfica, no caso das videografias; a atuação, no caso de Comicholi, que é um ator; ou a adoção de um tom mais descontraído apesar da seriedade do assunto em questão. Além disso, é como se o sujeito criasse uma imagem de si para tanto fundamentar sua legitimidade quanto garantir a credibilidade por ter vivido aquilo que conta e que, por isso, pudesse falar sobre o assunto e ser acreditado pelos outros. Assim, os *youtubers* que não dispõem de um estatuto profissional falam sobre o HIV principalmente por viverem com o vírus e mobilizam mais conhecimentos de experiência do que científicos. Gabriel, por exemplo, prefere falar apenas sobre o que vivenciou e até mesmo ao apresentar saberes médicos os associa a suas próprias vivências. Apostamos que muitas pessoas que vivem ou convivem com HIV, que são as principais destinatárias desses *youtubers*, procuram na internet por esses tipos de relatos como uma forma de identificação, para se basearem no que alguém já passou e compararem com o que também estão passando, ao invés de recorrerem a especialistas ou somente a eles.

Machado (2016) salienta como a narrativa de vida pode ser utilizada estrategicamente para atingir interlocutores em diferentes ocasiões e com diversos objetivos. Assim, de acordo com a autora, contam-se histórias, por exemplo, para conquistar eleitores e clientes, divulgar produtos e ideias, argumentar. No caso das videografias de soropositivos, notamos intenções de informar, educar ou conscientizar, principalmente. Comicholi, por exemplo, justifica a criação do seu canal para tapar as brechas que, segundo ele, há na internet em relação à falta de informações sobre o HIV ou informações equivocadas, dá orientações para que

o público se previna, se teste e se trate e, ainda, curiosamente, categoriza sua página no *YouTube* como educação, ao invés de outras marcações possíveis, como *blogs*, ativismo ou entretenimento.

Entendendo a narrativa de vida como uma das formas mais explícitas de como o sujeito se insere na linguagem, Guimarães (2019) complementa, baseada principalmente nas contribuições de Machado, que a narrativa de vida não busca apenas tais efeitos, como também pode ser tida como um efeito discursivo do qual o sujeito pode se valer ao narrar, projetando-a, assim, como a própria estratégia discursiva. Com isso, amplia-se, então, teórica e metodologicamente as tipologias elencadas por Charaudeau ao apresentar a noção de efeito de narrativa de vida, que consiste, pois, em um discurso que não possui a intenção explícita de se contar, mas que traz vestígios de história de vida.

Em geral, não é necessário tamanho esforço para percebermos como as narrativas de vida, enquanto uma prática social bastante difundida, aparecem recorrentemente nos mais variados discursos, como os midiáticos, jornalísticos, políticos, religiosos, propagandísticos e publicitários. Recorrendo a Barthes, Procópio (2016) discorre acerca da predominância das narrativas em nossas vidas, em uma vastidão de formas quase infinita que as fazem presentes, pois, em todos os tempos, lugares e em todas as sociedades. E damos destaque, aqui, àquelas que se dedicam a narrar as próprias vidas. Ainda de acordo com a autora, apresentam-se por materialidades semiológicas diversas, por exemplo audiovisuais, não se resumindo, portanto, apenas a estratos verbais, e, além disso, se manifestam em diferentes gêneros, ainda que não necessariamente em textos biográficos, mas que se valem da narrativa para (re) construir a história de vida de alguém e que têm em comum “a busca do autoconhecimento, o voltar-se para si mesmo, o mergulho no Eu, a análise das

experiências vividas por um sujeito” (PROCÓPIO-XAVIER, 2012, p. 43).

Procópio-Xavier (2012) elenca gêneros clássicos, dos quais as narrativas de vida historicamente partiram, como biografias, autobiografias, correspondências e diários, mas também aponta outros gêneros que também se caracterizam, mesmo que momentaneamente, pela tematização da vida e do eu, em consonância com o que expusemos sobre o efeito de narrativa de vida trazido por Guimarães (2019). Àquele universo de gêneros consagrados na literatura, Arfuch (2010) vem, então, adicionar outros, inseridos em uma lógica midiática na trama contemporânea e disputando o mesmo espaço, como entrevistas, perfis, retratos, relatos de autoajuda, testemunhos, *talk shows* e *reality shows*: “no horizonte midiático, a lógica informativa do ‘isso aconteceu’, aplicável a todo registro, fez da vida – e, conseqüentemente, da ‘própria’ experiência – um núcleo essencial de tematização (ARFUCH, 2010, p. 15).

Para essa autora, o que há em comum entre as formas canonizadas e esses produtos da cultura de massa, assim como aquilo que os une, é a expressão da tonalidade particular da subjetividade contemporânea, que excede as explicações para a expansão do biográfico, como a identificação e a curiosidade pelo outro e a exposição de si, conforme veremos adiante. A partir disso, ela propõe, então, a constituição do que denominou de espaço biográfico para abranger o horizonte de possibilidades de narrativas de si, pensando-o não como uma mera somatória de gêneros, mas na coexistência deles, de modo a dar conta de sua multiplicidade, semelhanças e diferenças, deslocamentos, intertextualidade e hibridização (ARFUCH, 2010).

Arfuch (2010) toma de empréstimo a expressão espaço biográfico do conceito de Philippe Lejeune, mas lhe dá outro contorno, uma vez que, ao contrário dele, não concebe esse espaço

como um reservatório de formas em que as vidas se narram e circulam, tampouco busca por exemplos para classificar tais formas, estando muito mais preocupada em como abarcar a ênfase biográfica do momento atual e incluir as modalidades biográficas recentes, mas também todo e qualquer relato que pode trazer uma apresentação biográfica, e, ainda, em seus usos e suas relações. Para tanto, ela sorve de algumas fontes, como Paul de Man e o que ele chama de momento autobiográfico para se referir à manifestação suscetível de aparecer em qualquer texto, em diferentes estilos e suportes, que exponha o eu, ainda que com outros objetivos. Alguns conceitos bakhtinianos também são fundamentais para Arfuch, tais como o de valor biográfico, que consiste no ordenamento narrativo que atribui sentido e importância à vida, e o de gêneros discursivos, tidos como tipos relativamente estáveis de enunciados que se desenvolvem a partir de transformações sociais da atividade humana e são expressões de uma determinada cultura, em um dado momento, que se adaptam, dialogando passado e presente.

Ainda balizando sua proposta, Arfuch (2010) explica o porquê de não a nomear como espaço autobiográfico, apesar de muitas das formas serem autorreferenciais, por haver, como já comentado, a presença direta ou indireta de outras vozes. Justifica também não acreditar, como defendia a noção de pacto autobiográfico de Lejeune, na coincidência entre as identidades do autor, narrador e personagem, já que o hiato entre o acontecimento vivido e o momento em que este é narrado não é apenas temporal, mas também identitário. Ela vai, assim, ao encontro do que ponderamos anteriormente acerca das inúmeras ressignificações durante a construção da narrativa vivencial.

Explorando tal aspecto, a autora afirma que é por meio desse processo de se contar que são estabelecidas as vivências, entendidas, pois, como unidades de um todo, momentos que se destacam

do fluxo efêmero da vida. E, sem dúvidas, o HIV é algo que ganha realce por marcar inevitavelmente as vidas narradas, ainda que para muitas pessoas não seja uma das partes escolhidas para comporem suas narrativas. Já no caso das videografias de si sobre HIV, como as do *HDiário*, muitas delas desenrolam-se a partir do episódio de descoberta do vírus. É válido abriremos aqui parênteses para refletirmos sobre como, talvez, é a partir dessa ideia de vivência que damos preferência à expressão pessoas que vivem com HIV, de modo a destacar que o vírus e a vivência com ele são apenas um detalhe sobre elas, dentre tantos outros que compõem o conjunto de suas vidas, não resumindo-as a esse atributo.

Por fim, a constituição desse espaço biográfico está, de acordo com Procópio-Xavier (2012), atrelada diretamente ao contexto de mediação crescente e avanço das tecnologias da comunicação e formas de enunciação do eu que fazem surgir, ultrapassando as narrativas que anteriormente estavam restritas a gêneros canônicos literários e/ou a suportes privados para passar a considerar novas narrativas midiáticas. Torna-se necessária, aqui, uma breve explanação acerca da mediação, para situar a perspectiva sobre a qual nos apoiamos. Concordamos com Braga (2012), para quem a mediação é marcada não somente por um processo tecnológico, como também por um social. Ao nos referirmos à mediação, não estamos nos limitando às inovações tecnológicas, embora sejam relevantes por expandirem a mediação pela sociedade, para indivíduos, instituições e setores não midiáticos que se apropriam das lógicas da mídia. O foco está, portanto, nos processos interacionais que se mediatizam à medida que a questão comunicacional se torna presente para a sociedade, acelerando, diversificando e complexificando os modos pelos quais ela interage. Afinal, é apenas porque a sociedade decide acionar tecnologias, em um sentido interacional, que tais tecnologias se desenvolvem como resposta às

demandas sociais por meio de experimentações e reformulações das práticas. Então, muito mais do que invenções tecnológicas, o autor vem defender invenções sociais.

Para exemplificar, podemos refletir sobre como, na contemporaneidade, os relatos pessoais se apresentam recontextualizados e difundidos por tantas formas. Fomentados pela internet, foram se desenvolvendo para atender a diversas necessidades, desde os diários, passando pelos *blogs*, até as recentes videografias de si publicadas no *YouTube*, plataforma que, inclusive, para citar outro exemplo, surgiu no ciberespaço para veicular principalmente vídeos domésticos e, hoje, tem sido utilizada muito além disso. Conforme definição de Costa (2007, 2009), as videografias encontradas nesse site correspondem a registros autobiográficos em vídeos, como os do *HDiário*. Podemos considerar que, graças à mediação, essa prática representa um desdobramento dos antigos diários pessoais – como o próprio título do canal de Gabriel Comicholi faz alusão e não à toa –, mantendo o caráter autobiográfico, mas adotando uma nova configuração. E se tal desdobramento se dá em paralelo com as mudanças ocorridas na sociedade, é preciso nos debruçarmos, a seguir, sobre os contextos dessas práticas de se contar a vida e furtivos detalhes dela.

Dos diários às videografias de si no YouTube: a mediação das “confissões”

Como uma prática de narrativa do eu, os diários pessoais difundiram-se, segundo Bruno (2013), no século XIX, principalmente para os sujeitos decifram a si mesmos em relatos que, tradicionalmente, versavam sobre o cotidiano, íntimo e secreto. De acordo com Sibilia (2003), eles surgiram em um contexto de delimitação dos espaços público e privado, em torno da qual

refletiremos. No entanto, conforme a autora adverte, essa separação consiste em uma invenção histórica e datada, inexistente em algumas culturas ou configurada de outras maneiras. A partir de autores aos quais nos filiamos aqui, consideramos, projetando uma retrospectiva da demarcação entre esses espaços, em uma perspectiva ocidental, que a valorização do privado sobre o público está relacionada a mudanças sociais, principalmente com a consolidação do capitalismo e do mundo burguês.

Isso porque a intimidade não existia na Idade Média, que se constituía enquanto uma sociedade comunitária que excluía práticas particulares. Em contrapartida, com a Renascença, se deu a instauração de um espaço próprio, as habitações, para que, em oposição a praças e logradouros, os indivíduos se refugassem dos perigos trazidos pelo crescimento urbano, dos olhares da comunidade e do poder, tornando o ambiente coletivo apenas transitório e não mais de permanência. Assim, nessa época, passaram a coexistir os dois espaços, público e privado, com atividades distintas para cada um deles (GOULEMOT, 2009). Esse último, identificado, sobretudo, com o familiar, permitiu que os indivíduos ficassem mais à vontade, exercitassem diversos prazeres a resguardo da intromissão de outrem, já que anteriormente ninguém ficava a sós, assim como se expressassem, por exemplo, pela escrita de diários, tida então como uma atividade íntima. Outros locais também eram considerados propícios à busca de si, como jardins, quartos, alcovas, escritórios e gabinetes, destinados a leituras e orações silenciosas, que agora eram realizadas individualmente e não mais juntas ao coletivo (RANUM, 2009). Estes novos e solitários ambientes tornaram-se convidativos à introspecção, muitas vezes passada para o papel, num período marcado pelo furor de escrever para autoconhecimento e afirmação do eu (CORBIN, 2009).

Cumpramos destacar que, desde o século XVI, as escritas de memórias já eram habituais, porém estavam restritas aos representantes mais eminentes da elite social, ou seja, às pessoas que participavam da história como atores ou testemunhas privilegiadas dos fatos, as quais, por essa razão, eram engrandecidas e tinham seus depoimentos e visões particulares do coletivo priorizados e aceitos como verdade. No entanto, tais relatos se detinham no ponto em que começava o íntimo: dessa forma, o privado era deixado de lado como se não existisse, não interessasse ou fosse impróprio e o dizível se restringia ao espaço público (GOULEMOT, 2009). Os livros de memórias dessas personalidades públicas, embora já fossem destinados para a leitura e relatassem a vida pública, continham pouco ou nenhum relato sobre a vida privada, com foco apenas no que todos podiam ver. Por isso, são tidos mais como retratos do que registros autobiográficos e não devem ser confundidos (FOISIL, 2009) por não fazerem do sujeito que escreve o próprio objeto.

Em resumo, os autores destacam que, enquanto a literatura medieval, marcada por narrativas orais, canções e peças teatrais, ignorava o espaço privado e a intimidade, com atos em público e de temáticas majoritariamente sobre o coletivo, a literatura da Era Clássica, por sua vez, trouxe diários íntimos, memórias e até mesmo romances em primeira pessoa, que foram se constituindo como produções essenciais da escritura privada no final do século XVII e durante o XVIII (GOULEMOT, FOISIL, 2009).

Para Arfuch (2010), foi justamente nesse período e, especificamente, pelas *Confissões* de Rousseau, obra caracterizada pela narração exacerbada da intimidade, revelação sem pudor de segredos pessoais, voz autorreferencial, análises de si mesmo e percepção de um destinatário, a quem o autor prometia ser fiel, que se deu a inauguração da possibilidade de expor uma singularidade como

sintomática do coletivo, a origem hipotética das biografias e a demarcação definitiva entre o público e o privado. Para a autora, se antes as confissões eram principalmente sobre a insignificância do homem perante algo maior, como nas confissões religiosas, elas voltaram-se, graças à modernidade e ao antropocentrismo, para o próprio homem, com expressões da interioridade não mais para fins de conversão, mas como modo de autoconhecimento. Além desse caráter reflexivo, já presente na escrita de diários, a obra veio se destoar daqueles a partir da consideração explícita, por parte do autor, de um leitor, com quem compartilhava os exames de si, suas intimidades e seus segredos (ARFUCH, 2010).

Portanto, podemos notar como a instauração de um espaço privado permitiu que fosse concretizado o individualismo, proporcionando atividades solitárias e introspectivas, como a feitura de relatos de si, mas que, na sequência, houve um retorno desses relatos ao público, embora o tenha não mais como tema, como antes, mas sim como espectador, tão importante quanto quem se conta, ao ser convidado a penetrar nesse espaço particular. Assim, além do conhecimento de si, o sujeito passou a se mostrar para que outros o conhecessem. Houve, portanto, a fundação de um paradoxo difícil de equacionar, já que a exposição do privado, para se constituir, requer que este se torne público. Aliás, para Arfuch (2010), a cisão entre indivíduo e sociedade, pretendida por Rousseau, é contraditória, uma vez que enquanto ele se enuncia tentando se desvencilhar dela, o faz a partir desse grupo com o qual compartilha imaginários e do qual busca reconhecimento.

Nesse sentido, a autora questiona como explicar a publicização do privado, bem como a obsessão cada vez maior pelas vidas alheias, que, desde então, jamais cessaram. Fomos acompanhando, assim, ainda que não nessa ordem, entrevistas com testemunhas para ilustrar matérias

jornalísticas; vidas comuns como matéria de pesquisa na ciência; a preferência na literatura por personagens reais, seus cotidianos e sentimentos, ao invés daqueles imaginados; o *boom* das biografias e também o auge das cartas, que, com seus diálogos, desabafos e suas táticas de autenticidade e apreensão, alteraram as relações interpessoais; o estabelecimento do *voyeurismo* e da modelização, isto é, de um modo de saber viver mais pelos relatos dos demais do que pela própria experiência; e, enfim, o desenvolvimento de inúmeras variantes midiáticas que nos permitem, hoje, bisbilhotar pelo buraco da fechadura por meio das telas e assistir ao vivo a tantas vidas alheias. Isso somente para citar alguns de tantos exemplos de uma “espécie de obsessão generalizada na escrita, nas artes plásticas, no cinema, no teatro e no audiovisual pela expressão mais imediata do vivido, do autêntico, do testemunhal” (ARFUCH, 2010, p. 37), que foi tensionando os limites da visibilidade e propiciando outras práticas do ver e ser visto.

Com relação a isso, Bruno (2013) arrola alguns regimes de visibilidade que vigoraram historicamente. Para a autora, em um primeiro momento, houve um modelo sinóptico, pelo qual muitos observavam poucos, como nos espetáculos da corte na sociedade da soberania. Já num segundo momento, instaurou-se o modelo panóptico, como destacado por Foucault, em que poucos observavam muitos, dirigindo a visibilidade para os indivíduos comuns, as massas e os anormais, a exemplo do que acontecia em escolas, prisões, fábricas e hospitais das sociedades disciplinares. Em seguida, com o advento dos meios de comunicação da sociedade de massa, se deu o retorno para o modelo sinóptico, novamente com foco nas elites, mas a partir da espetacularização das celebridades. E, atualmente, a visibilidade voltou-se mais uma vez aos indivíduos comuns, mas agora ancorada em um modelo denominado palinóptico, no qual muitos observam muitos, veem e são vistos de várias

formas, como na internet e nos vários dispositivos do ciberespaço, com a exposição deliberada do eu e da vida banal.

Por essa linha, Sibilia (2003, 2016) ressalta, como já fizemos, que a insistência na exposição de si e o interesse pelas pessoas anônimas, pelo particular e corriqueiro não estão atrelados essencialmente à tecnologia, já existindo, portanto, antes dela. O que a autora vem acrescentar é que, com a virada subjetiva, isso tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, tornando as narrativas vivenciais cada vez mais valorizadas. Segundo Arfuch (2010), as transformações trazidas pela pós-modernidade refletiram sobre os hábitos, os consumos e as produções. Dessa maneira, a crise dos grandes relatos e a decadência das figuras ilustres dos cânones, a valorização das pequenas histórias e vidas comuns, o descentramento do sujeito, a dissolução do coletivo e a pluralidade de vozes propiciaram outras formas de se narrar, em uma propagação da dimensão biográfica.

Acreditamos que, a partir dessa explanação, fica mais fácil vislumbrar como a prática de se contar em diários pessoais emergiu, desenvolveu-se até adquirir os seus contornos midiáticos e, nesse ínterim, transitou pelo limiar entre as esferas pública e privada, conforme o contexto, mas em uma tendência de, para atender a determinadas exigências socioculturais, cada vez mais visibilizar os relatos tidos como reservados, tirando-os do âmbito do sigilo. Para Hénaff (2016), as fronteiras entre o público e o privado flutuaram historicamente e a intimidade foi sendo redefinida. Com relação a isso, Costa (2010) vem defender que no regime de visibilidade contemporâneo, principalmente com a ascensão de uma sociedade midiaticizada, parece não haver mais uma linha divisória entre o público e o privado, já tão imiscuídos que o primeiro tanto invade quanto é invadido constantemente pelo segundo, que, por sua vez, já não é mais privado, mas público, daí a inviabilidade de um espaço

completamente privativo, já que o íntimo pode ser exibido mundialmente por meio da internet, como nas videografias de si.

Hénaff (2016) questiona em que se transforma o íntimo ao se difundir pelas mídias e apresenta a noção de extimidade formulada por Serge Tisseron, que consiste na intimidade exposta, no movimento que impulsiona os indivíduos a exteriorizarem parte de suas vidas pessoais. Para a autora, tal exposição se dá para ganhar visibilidade e pode residir no receio à invisibilidade. Adaptando a famosa frase de Descartes, diz que, na nossa contemporaneidade, parece imperar a máxima de que se “sou visto, logo existo”.

Sobre a comparação conjecturada para esta seção, Sibilia (2003) lembra que os diários tiveram fim nas últimas décadas do século XX, sem que, à época, ninguém imaginasse que tão logo retornariam como novas modalidades em ambientes virtuais, fazendo ressurgir as narrativas tradicionais, hodiernamente, mas agora adaptadas a esse contexto. E é justamente na internet que, para Bruno (2013), elas encontram um espaço propício, sobretudo com as possibilidades oferecidas pela web 2.0, segunda geração da internet marcada pela participação ativa dos usuários na produção e compartilhamento de conteúdos, o que lhes deu autonomia na criação de visibilidade, sem que precisassem depender de terceiros, e da qual o *YouTube* é um dos maiores exemplos. Não à toa a revista *Time* elegeu “você” como personalidade do ano em 2006, com um espelho na capa da edição em referência às pessoas comuns que passaram a ter destaque na internet.

Conforme acredita Miskolci (2012, p. 2), “o uso contemporâneo das mídias digitais é o capítulo mais recente de uma longa história de borramento das fronteiras entre o privado e o público”, consequência da popularização do telefone e do desenvolvimento dos computadores pessoais na década de 1980, os quais, combinados, culminaram

na expansão da internet a partir do final da década de 1990 e convergiram, no século XXI, para o uso de aparelhos portáteis. Com a popularização do uso de *webcams* em 1996 e das narrativas de si na internet em *blogs*, *fotologs* e *videologs*, que, aliás, para alguns, já são tidos como passado, a partir de, respectivamente, 1999, 2002 e 2005, a exposição da intimidade, para Bruno (2013), tornou-se recorrente e, ainda, detalhes da vida particular jamais haviam sido tão visíveis como nesse momento. Para ela, se outrora a privacidade era preservada, tida como o lugar do segredo e de resistência ao público, como vimos, se inverteu na contemporaneidade, voltando-se para se mostrar ao outro, especialmente nos ambientes comunicacionais tecnológicos como as redes sociais. Sob tal perspectiva, Bezerra (2007, p. 200) apresenta a hipótese de que depois do romance, a produção das narrativas de si em vídeo, assumindo uma herança literária, seria a que “melhor traduz o modo de ser subjetivo do sujeito contemporâneo, que, desgarrado de uma tradição que fala por ele e produz algum sentido para sua vida, se vê compelido a falar/escrever/narrar e, agora, a filmar”.

Diante disso, para Costa (2009), a difusão de aparatos de gravação e reprodução, aliada à consolidação da internet como meio alternativo de geração e distribuição de conteúdo, representou, além da expansão técnica, o surgimento de novas formas de narrativa, como as videografias de si. Além disso, a migração de produção audiovisual por profissionais para amadores foi se intensificando e, com isso, cada vez mais pessoas passaram a fazer suas narrativas em vídeos domésticos, que à medida que foram se disseminando, abandonaram o confinamento dos lares para se integrarem à rede mundial, hospedados em sites como o *YouTube*, uma plataforma que, Costa (2007) complementa, foi um catalisador da prática de se narrar, que já estava em expansão, e tornou-se uma das principais

responsáveis por fazer surgir as narrativas de si em vídeos e, consequentemente, uma profusão delas.

As videografias possuem algumas similaridades, como as suas gravações precárias e sem edições complexas, apesar de avanços referentes a equipamentos, programas, facilidades de acesso em relação ao uso, domínio e custo terem conferido maior qualidade aos vídeos, que, por vezes, embora criados por amadores, confundem-se com profissionais. Ainda assim, o que cria uma atmosfera convincente de verossimilhança para as videografias é o aspecto amador e despropositual (COSTA, 2007). Comicholi, por exemplo, diz não seguir roteiros, porém não há como garantir, ou exigir, a sua espontaneidade, da mesma forma em que não se deve pensar que tudo a que se assiste é um mero fingimento apenas por estar no virtual. Além disso, conforme vimos, jamais haverá uma apresentação do real. Entretanto, Gabriel tenta se aproximar do que de fato lhe aconteceu ao registrar os momentos em que retira sangue ou toma os remédios pela primeira vez, como em uma transmissão ao vivo dos efeitos colaterais sentidos. Não obstante, o fato de *youtubers* aparecerem geralmente em suas casas, sobretudo em seus quartos, é outro indicativo do doméstico, não apenas no sentido da técnica, mas e, principalmente, como um convite à intimidade, já que, como pontuamos, o domicílio é o ambiente reservado para relações pessoais, desenvolvimento do eu e algumas das atividades mais íntimas (SIBILIA, 2016), como banho, nudez e sexo (RANUM, 2009).

Justificamos que nos valem da nomenclatura videografia de si, mesmo cientes da existência de outras, por nos referenciarmos de maneira mais contundente em Costa (2007, 2009, 2010). Em consonância com o que já expusemos, o autor elenca algumas características desse gênero: historização pessoal por meio de um exercício reflexivo; tendência confessional diante da câmera;

curta duração que dê conta do fragmento da vida e não de sua totalidade ou de compromisso com a verdade; foco nos eventos costumeiros ao invés de nos impactantes, sem buscar, portanto, a individualidade no extraordinário, mas sim na possibilidade de se conectar com os outros; além do empréstimo de propriedades de subsistemas da comunicação pelo processo de midiaticização, como o entretenimento.

Da mesma forma que os *blogs* foram compreendidos há alguns anos, as videografias costumam ser consideradas como diários pessoais contemporâneos, atendendo a condições das produções da web, assim como a características dos tradicionais diários pessoais, dos quais conservam algumas especificidades, tais como a ordinariade, a intimidade e até as temáticas. Conforme Bruno (2013) recorda, os antigos diários privilegiavam temas como amor, sexualidade, corpo e saúde e, segundo Hénaff (2016), os novos também abordam as relações sentimentais e sexuais, principalmente porque o íntimo é bastante relacionado a isso. Notamos que, além desses, assuntos referentes a corpo e saúde também aparecem atualmente, como no *HDiário* e em diversos outros canais sobre HIV ou sobre outras experiências. Apesar dessas similaridades, as práticas contemporâneas de diário, como os *blogs* e as videografias, se divergem em vários aspectos de seus ancestrais. Por isso, Sibilia (2016), ao rematar a comparação entre eles, afirma que se alterou a condição, passando por um *upgrade*, ou seja, a prática continuou, mas o sentido mudou, consolidando maneiras inéditas de tematizar o eu.

Mesmo que ambos sejam exercícios solitários, com os *youtubers* diante das câmeras e únicos responsáveis pela gravação e edição, as versões cibernéticas se dão em um ambiente de publicidade total para acesso de um número incalculável de pessoas – o *HDiário*, por exemplo, conta atualmente com 40,5 mil inscritos e mais de dois milhões de visualizações –, ao passo que

escritores dos séculos XIX e XX se abrigavam na privacidade e, provavelmente, não almejavam essa projeção, tampouco a divulgação de seus segredos, o que, para muitos seria um pesadelo (SIBILIA, 2016). Apesar de inimaginável naquele momento, a partir de 1860 os primeiros diários começaram a ser publicados, tornando admissível, de certa forma, a divulgação desses relatos (HÉNAFF, 2016), que se torna atrativa aos leitores, já que, de modo consentido ou acidentalmente, configura, segundo Bessa (2002), uma invasão na privacidade do escritor, de um espaço por si só proibido e que, por isso mesmo, chama a atenção de um público ávido por acessar um conteúdo sem censura. No caso das videografias, mais ainda do que os *blogs*, cujos criadores podiam se esconder sob o anonimato, já partem do pressuposto de que são criadas para serem expostas e, aliás, tal exibição é essencial para que o processo de constituição de sentido se complete (COSTA, 2009), com a aparição não apenas de um relato verbal, de uma voz sem corpo, como chamou Hénaff (2016), mas também da própria imagem, o que já marca uma mudança entre os próprios diários eletrônicos.

Ademais, as ferramentas e a velocidade das publicações, com a possibilidade de serem feitas de qualquer local e com disponibilização simultânea, diminuíram o hiato espacial e temporal com leitores e espectadores, que antes talvez só tivessem acesso aos relatos pessoais por meios físicos e após a morte dos produtores biográficos, com os quais sequer imaginavam em interagir. Hoje, ao contrário, a interação com os receptores consiste em um componente importante (SIBILIA, 2016). Assim, enquanto os antigos diários eram discretos e mudos, as plataformas da internet comportam espaços não só para postagens, mas também de interação, permitindo diálogos e manifestações que podem, mediante a preocupação e a importância dada ao olhar do outro, implicar no fazer narrativo por meio de decisões sobre o que tornar visível em

uma escala do que seja midiaticamente aceitável (HÉNAFF, 2016). Entendemos isso pelo viés de Nogueira e Arão (2015), que apresentam a ideia de reações discursivas, referindo-se a como os internautas reagem atualmente às postagens nas redes sociais, por recursos como comentários, *likes* e *dislikes*, que funcionam como medida dos efeitos gerados e, no caso do *HDIário*, demonstram boa recepção do canal, inclusive com o reconhecimento de pessoas ligadas direta ou indiretamente ao HIV, mas também internautas em geral, além de profissionais da saúde, com destaque a Dráuzio Varella, e instituições que focam na aids.

Entretanto, a maior repercussão adquirida pelo canal na mídia foi, sem dúvidas, com o seu vídeo de estreia, que circulou por incontáveis compartilhamentos pelas redes sociais, em vários sites, como Uol, Terra, R7, Band, IstoÉ, Catraca Livre, G1 e O Globo, e nos programas Altas Horas e Fantástico, da Rede Globo. Provavelmente por se chamar, de forma instigante, de diário e se apresentar como um livro aberto, em que Gabriel Comicholi conta que vive com HIV, já que, como sinalizado por Sedgwick (1990), isso chama a atenção do público por consistir em uma “saída do armário”, sobre o que trataremos abaixo.

Do segredo à revelação da soropositividade: a saída do “segundo armário”

Apesar da garantia jurídica de manter em segredo os status sorológicos, sabemos que eles transitaram historicamente entre os domínios público e privado, sendo revelados ora por decisão dos próprios soropositivos, ora por atitudes forçadas contra eles.

Como resgata Galvão (2002), uma das primeiras figuras públicas internacionalmente conhecidas a revelar viver com aids foi o ator norte-americano Rock Hudson, em 1985. Bessa (2002)

complementa que só a partir disso o governo conservador do então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, ex-colega do artista, passou a dar atenção à epidemia. Além disso, ele também revelou ser gay, já que a revelação da soropositividade estava associada automaticamente à revelação da homossexualidade. Diante disso, quando o jogador Magic Johnson comunicou ter sido infectado a partir de uma relação sexual com uma mulher, trouxe à baila o debate sobre a heterossexualização da epidemia, mas também, como adverte Bessa (2002), ele fez questão de se diferenciar, uma vez que, ainda que não fosse o caso das pessoas serem homossexuais, estas se viam obrigadas a revelar como foram infectadas para provarem que não pertenciam aos “grupos de risco”.

Embora pareçam confissões espontâneas, devemos destacar que, nesses casos, eles foram impelidos pela mídia, por meio do que Bessa (2002) chamou de nova inquisição instaurada pela aids. No contexto nacional, o maior exemplo disso, certamente, foi o que a imprensa fez com Cazuza, que esteve envolvido em tantos boatos, ora por uma cobertura paulatina, como em notas sobre seu emagrecimento, internações, viagens para tratamento no exterior e desaparecimento da vida social, ora mais diretamente, quando, por várias vezes, ele já havia sido questionado sobre “estar aidético” e em todas havia negado. Como em 1988, no programa Cara a Cara, em que Marília Gabriela tentou extrair dele tal revelação, sem sucesso. Entretanto, no ano seguinte, ele revelou estar com aids durante entrevista a Zeca Camargo para a *Ilustrada*, caderno da Folha de São Paulo, o que rendeu a primeira página da edição.

Na sequência, principalmente a partir da década de 1990, houve um grande número de especulações sobre o status sorológico de várias outras pessoas públicas, como os cantores Caetano Veloso, Milton Nascimento, Lulu Santos, Ney

Matogrosso, Fafá de Belém, a atriz Cláudia Raia, que, inclusive, foi a público mostrar o resultado negativo do seu exame, e também sobre o então presidente Fernando Collor, quando abatido em razão do envolvimento em escândalos políticos que o levaria ao *impeachment*, afetando até mesmo a cotação da bolsa de valores (BESSA, 2002). Tal como esses rumores que jamais se confirmaram, há também as declarações sobre não ser soropositivo, o que, ainda assim, como no caso de Cláudia Raia, configura uma confissão. Por exemplo, Elton John, que, inclusive, é um dos símbolos da causa, pressionando governos, inspirando políticas públicas e declarando-se como combatente à sorofobia, disse, lembrando sua juventude enquanto gay discriminado e com problemas de drogas, que deveria ter contraído HIV nos anos 1980 e morrido nos 1990, como Freddie Mercury e outros artistas, e que não sabe como isso não aconteceu.

Para Bessa (2002), o estopim dessa insistência midiática em declarações sobre HIV foi com o que aconteceu com Overland Airton, que lançou um livro em 1992, com a ajuda da apresentadora Xuxa Meneghel, contando a história de um personagem soropositivo chamado Marcelo Miranda, que foi associado ao autor por um jornalista. Como Bessa analisa, isso foi mais do que um pacto autobiográfico, mas uma evidente saudade da ditadura, com acusações na imprensa de quem era gay, de quem usava drogas, de quem vivia com aids, assim como nos anos de chumbo do regime militar se deduravam comunistas. No prefácio de sua obra sobre autobiografias e aids, o próprio Bessa desabafa sobre ter sua sorologia questionada em razão de suas pesquisas sobre essas questões.

Na mesma perspectiva das confissões forçadas, houve, ainda, aquelas após a morte de seus alvos, como o caso de Renato Russo, em 1996 (BESSA, 2002). Ainda que, enquanto vivo, ele jamais tivesse confirmado a sua condição sorológica, isso

não o isentou de também povoar, juntamente a Cazuza, o imaginário social sobre o HIV e a aids no Brasil, estando ainda atrelado ao vírus e à doença. Nesse sentido, podemos questionar até que ponto se sustenta o selo do secreto e o que pode ser tido como particular na vida de pessoas públicas.

Caso semelhante a esse se deu com Michel Foucault, também a partir de revelações póstumas. Em uma biografia publicada pelo seu amigo Hervé Guibert, a morte, a rotina, a intimidade e as relações sexuais do filósofo, como visitas a *bas-fonds* de Paris, São Francisco e Nova York, apareceram detalhadamente na obra, que, por isso, foi criticada, mas também adquiriu sucesso. Diferiu-se, assim, da biografia anterior elaborada por Didier Eribon, que não esmiuçou detalhes da vida de Foucault e disse ter apresentado apenas alguns aspectos, omitindo o que, para ele, se referia ao território do segredo e deveria, portanto, ser reservado. O escritor escondeu a homossexualidade de Foucault e a sua morte decorrente da aids, relatos que aparecem apenas nas sete últimas páginas do livro, como uma obrigação. Aliás, logo após o falecimento de Foucault, um jornal francês publicou uma nota tentando calar tais boatos, não mencionando sua sexualidade ou condição sorológica (BESSA, 2002).

Além disso, o mais interessante é que Foucault discute a respeito dessas confissões em sua própria obra. Para ele, tornamo-nos uma sociedade confessanda, que confessa tudo e a todos, ainda que seja difícil: confessamos pecados, crimes, desejos, sonhos, pensamentos; a pais, educadores, médicos, a quem se ama; em público ou em privado; no prazer ou na dor (FOUCAULT, 2015). Essa prática confessional, segundo Sibilia (2016), partiu dos âmbitos eclesiástico e jurídico para os campos médico e pedagógico, e, hoje, se faz bastante presente na mídia. Em consonância a isso, a autonomia proporcionada pela internet garante que narrativas, como as videografias de si do *YouTube*, apresentem relatos e abordem temáticas

que, talvez, não seriam. O próprio ato de se filmar é, de acordo com Costa (2009), favorável à confissão, já que o olhar da câmera incita um discurso sobre o *self*. O escritor Hervé Guibert, por exemplo, gravou o seu processo de adoecimento para, segundo ele, mostrar o seu corpo velho e degenerado fisicamente pela aids. Como resultado, ele obteve 25 fitas de 45 minutos, que foram exibidas por uma tv francesa (BESSA, 2002).

Nesse sentido, por algum tempo, os sinais da doença, mais do que levar às confissões, delatavam as pessoas infectadas com o vírus pela perda de peso, queda de cabelo e manchas na pele. Graças ao tratamento para o HIV com os medicamentos antirretrovirais, isso muda e a revelação do estado sorológico fica a critério da pessoa, mas podemos pensar que a própria notificação compulsória para o Sistema de Informação de Agravos, exigida pelo Ministério da Saúde para vigilância epidemiológica, desloca esse dado do segredo, já que após a realização do teste e do diagnóstico positivo, os dados da pessoa são informados ao sistema. No início da epidemia, a subnotificação dos casos de aids vinha, por vezes, dos parentes que preferiam não anunciar nos obituários a causa das mortes, porém, na sequência, isso também mudou. Um exemplo foi o projeto Nomes, pelo qual familiares, amigos e companheiros de soropositivos faziam colchas com epitáfios ou pequenas biografias sobre o pano e exibiam publicamente essas histórias para se opor à despersonalização das estatísticas e sensibilizar a população. No Brasil, a ação não durou muito, pois logo em seguida os próprios soropositivos começaram a se organizar politicamente (BESSA, 2002).

Contudo, isso já sinalizou o início de confissões autônomas da soropositividade, o que temos percebido de forma cada vez mais frequente, como, por exemplo, as da *drag queen* Conchita Wurst e do humorista Charlie Sheen. Embora estas tenham sido após pressões, já que Conchita foi chantageada

pelo ex-namorado que ameaçou contar e Sheen sofreu extorsão de milhões de dólares de pessoas próximas a ele, ambos afirmaram que a publicização do diagnóstico foi motivada também pelo objetivo de acabar com o estigma. Recentemente, o ator Billy Porter, que interpreta um personagem soropositivo na série Pose, também revelou a sua condição sorológica, o que ainda não tinha feito para, segundo ele, proteger sua carreira.

As revelações na mídia, entretanto, não são feitas somente por pessoas conhecidas, mas também por anônimos, que também causam impacto e podem se tornar pautas midiáticas, já que há o interesse no comum, naquele que é “como eu. Nesse sentido, parece que, apesar de a celebridade ser um critério decisivo para o frenesi em torno da revelação e, aliás, nomes famosos como os de Lauro Carona e Sandra Bréa não podem ficar fora de nossa lista, as declarações da condição sorológica vão além de fofocas sobre artistas que tanto excitam a curiosidade da população, pois, residem, para Sedgwick (1990), no espanto e deleite que causam no público e, para Arfuch (2010), na tensão entre o que se conta ou não, que torna o segredo ainda mais atrativo, principalmente quando envolve tabus.

De acordo com Bessa (2002), a maioria das figuras públicas preferiu o silêncio, porém aquelas que o romperam podem ter influenciado tantos anônimos. Como o bailarino Rafael Bolacha, que, a princípio, criou um *blog* sob o pseudônimo Luan F. e depois compilou os seus *posts* no livro Uma vida positiva, adaptado para o teatro e, mais recentemente, para o cinema. Como também Geovanni Henrique, que publicou um desabafo no *facebook* que viralizou e foi veiculado no programa da Fátima Bernardes ou Leandro Buenno, que contou durante uma *live* no *instagram*. Além, obviamente, de vários *youtubers*, como Gabriel Estrela, que depois de participar de vídeos da Jout Jout, criou o Projeto Boa Sorte; Daniel Fernandes, do canal Prosa

Positiva; Lucas Raniel, do Falo Memo; Blenda Silva, Diego Krausz, Drew Persi e Léo Cezimbra; Lucian Ambros, do Positividades; João Geraldo Netto, do Super Indetectável, dentre outros que também publicizaram a sorologia e passaram a discutir o assunto na rede. Tal qual Gabriel Comicholi, que contrariou e criticou um médico que o aconselhou a não se expor na internet e aproveitou para estimular outras pessoas soropositivas a usarem a página do *HDIário* para falarem também.

A respeito dessas exposições no ciberespaço, é válido mencionarmos os aplicativos de relacionamentos que dedicam um espaço para que os usuários indiquem, opcionalmente, em seus perfis quais são seus status de HIV, dentre as opções desconhecido, positivo, negativo, indetectável, em tratamento com profilaxia, precaução com camisinha ou sem resposta. Além disso, eles também podem informar a data do último teste, ativarem uma função que alerta sobre a realização de exames de HIV a cada três a seis meses e terem acesso a informações diversas em uma aba de perguntas frequentes sobre saúde sexual.

Apesar de os dados sobre a sorologia serem inseridos voluntariamente pelos usuários, o *Grindr*, aplicativo de encontros para o público gay mais popular atualmente, se viu em torno de uma polêmica em 2018 ao compartilhar com outras duas empresas, para que monitorassem e aprimorassem o programa, os dados de seus usuários, dentre eles os status de HIV. Esse episódio nos faz refletir acerca da segurança na internet e dos perigos de se expor, sobre os quais Miskolci (2012) discorre ao falar das relações mediadas digitalmente, que também suscitam a questão dos vazamentos. O *Hornet*, outro aplicativo bastante utilizado por gays, avisa em sua interface que não compartilha informações com terceiros e que os status de HIV positivos são pesquisáveis apenas por usuários que também se definiram como soropositivos. E, ainda, aconselha que os seus usuários conheçam seu estado

sorológico e o divulguem em caso de diagnóstico positivo de modo a criarem uma comunidade que defenda o tratamento e a prevenção do HIV, que lute contra o preconceito e se empodere.

Em 2020, diversos brasileiros fizeram postagens para contar que vivem com HIV e levantaram a *hashtag* “eu não sou despesa” como crítica ao presidente Jair Bolsonaro, que, ao comentar a abstinência sexual como método contraceptivo, disse que “uma pessoa com HIV, além de um problema sério para ela, é uma despesa para todos no país”, repetindo o seu pronunciamento de uma década atrás, quando, ainda deputado federal, disse que não deveria ser responsabilidade do poder público arcar com os gastos do tratamento de IST de pessoas, que, nas palavras dele, não se cuidam e vivem em hábitos mundanos, opondo-se, assim, ao constitucional e fundamental direito à saúde. Para citar algumas das participações, o ativista Beto Volpe postou que vive com HIV há 30 anos e paga impostos há 43, Silvia Almeida, que vive com HIV há 27, defendeu o SUS para todos os cidadãos e o apresentador Alberto Pereira Jr., que ainda não tinha falado publicamente sobre sua sorologia, aproveitou o momento para fazê-lo, inclusive dizendo que “saiu do armário” pela segunda vez.

Contudo, muitas pessoas têm o receio de se expor, porque, apesar de alguns avanços, com a criação de recursos políticos, econômicos e sociais para lidar com a epidemia, diante dos imaginários criados em torno dela, ainda prevalecem preconceitos e discriminações a soropositivos. De acordo com o relatório do Índice de estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/aids, realizado em sete capitais do Brasil e publicado em 2019 pelo Unids, 81,8% dos entrevistados acham que é difícil contar que são soropositivos a alguém, 40,4% acreditam que a revelação da soropositividade se torna mais fácil ao longo do tempo e 75,5% deles ainda escondem isso, sendo

36,7% por vergonha, 35,7% por culpa e 21,6% por se sentirem sujos. Embora nosso foco esteja nas revelações que se dão na mídia e não em círculos próximos aos soropositivos, esses dados são relevantes: 40,8% dos participantes disseram ter tido uma boa experiência ao contar para pessoas próximas, ao passo que para 30,2% não foi tão bem assim. Aliás, a maioria sinalizou ter contado para pessoas mais próximas: 80,4% contaram para seus parceiros ou parceiras, 75,8% para familiares, 65,1% para amigos, em torno de 29% para empregadores ou colegas de trabalho, 22,2% para professores ou colegas de escola e 30,1% para líderes comunitários, como políticos ou religiosos. Já com relação a contar para pessoas que não conhecem, 54,3% tiveram uma experiência ruim. As maiores queixas sobre pessoas que ficaram sabendo sem consentimento dos soropositivos estão entre vizinhos e colegas, relatado por, respectivamente, 24,6% e 18,2% dos entrevistados.

Ainda sobre tal ponto, a pesquisa mostrou que 6,3% dos participantes foram expostos sem querer ou forçados a divulgar publicamente que vivem com HIV, 11% foram obrigados a fazerem o teste, 13% foram testados sem saber, só descobrindo depois, e 31,3% evitaram o tratamento ou demoraram a iniciá-lo por medo de outras pessoas descobrirem, sendo 26,5% com receio dos/as parceiros/as e, na mesma quantidade, de profissionais da saúde contarem. E há também relatos de 46,3% que já foram discriminados por serem soropositivos, 25,3% que foram assediados verbalmente, 6% fisicamente, 19,6% que perderam uma fonte de renda ou foram rejeitados a algum emprego e 17% que foram excluídos de atividades sociais.

A partir disso, podemos compreender como muitas pessoas se inserem no chamado “armário”, que Sedgwick (1990) utiliza como uma metáfora de privacidade que faz referência a pares como público e privado, segredo e revelação, definindo-o

como mais um regime de visibilidade. Conforme Miskolci (2012), ficam alocadas nesse armário, visando a segurança dos indivíduos, todas as identidades anômalas, que se desviam do que é tido como normal e que são marcadas por formas de reprovação moral, como se não deveriam ser vistas em público, principalmente aquelas referentes às sexualidades, a exemplo da homossexualidade. Entretanto, o autor destaca que o armário surge marcado pela rigidez das relações amorosas e refere-se não somente a homossexuais, mas também a heterossexuais e seus relacionamentos considerados ilícitos, como, por exemplo, as traições. Como Rubin (2003) aponta, o “sexo bom”, então normal, natural, sagrado, saudável e aceitável, é aquele entre homem e mulher, heterossexuais, monogâmicos, de preferência casados, e que visa a reprodução e acontece em casa. Então, estar no armário significar manter em segredo tudo aquilo que não atende às expectativas coletivas e se revezar entre uma vida pública, de conhecimento da sociedade, e outra privada, mantida nesse armário (MISKOLCI, 2012).

De acordo com Foucault (2015), o estabelecimento das práticas sexuais legítimas ou ilegítimas surge após um período de considerável liberação sexual e a partir da invenção da família burguesa cristã que encerra o sexo no domicílio, passando a tolerar as práticas tidas ilegítimas somente em locais de lucro, reprimindo o prazer para garantir a energia focada no trabalho exclusivamente e compreendendo o sexo em fins utilitaristas apenas, especificamente para gerar mais trabalhadores. Essa regulação se dá a partir de um processo de repressão e de incitação ao sexo. Assim, não houve um silenciamento, mas, pelo contrário, um alargamento dos discursos sobre o sexo. As pessoas foram convidadas a falarem cada vez mais sobre isso, de modo a, assim, se criar saberes e poderes sobre as práticas sexuais a fim de controlá-las. Em um primeiro momento, isso se deu a partir

das confissões na Igreja e, posteriormente, pela medicina e psiquiatria.

Nos movimentos de gays e lésbicas das décadas de 1960/1970, o “sair do armário” foi utilizado como bandeira do Orgulho, entretanto, mesmo sem querer, reforçou o binário hetero e homossexualidade e favoreceu a hegemonia heterossexual ao reivindicar um encaixe nesse modelo (MISKOLCI, 2012). Após período marcado pela busca de liberdade e experimentação das sexualidades, a aids trouxe consigo, para Pelúcio e Miskolci (2009), a repatologização das sexualidades dissidentes e um novo armário. Almeida (2016) lembra, por exemplo, que, para tentarem reverter algumas das representações em torno de homossexuais nessa época, alguns grupos passaram a se preocupar que os seus corpos correspondessem ao que é tido como saudável e a divulgar a imagem de “homossexuais comportados”, como se tentassem parecer heterossexuais e se afastar de travestis, que, ligadas à prostituição e ao consumo de drogas, também eram atreladas à aids. Nesse contexto, surge ou se cristaliza o movimento Queer como reação à normalização e como mudança da luta política em relação às mobilizações anteriores. Nessa perspectiva, segundo Carvalho e Azêvedo (2019), a aids fez o movimento LGBTQ+ se estruturar, fortalecer, e, inclusive, reconhecer os outros segmentos dessa sigla.

É dado o exposto que consideramos que o regime de visibilidade trazido pela epidemia se configura como “segundo armário”. Além disso, como pontua Sedgwick (1990), o armário jamais deixa de estar presente para os homossexuais e, ainda, novos armários temáticos vão se impondo e exigindo demandas de sigilo ou exposição de acordo com a situação, como foi o caso do HIV. Entretanto, como também pontuamos, há aqueles que, por motivações diversas, abandonam esse armário, a exemplo do que fez Gabriel Comicholi e outros *youtubers* ao se revelarem soropositivos em

suas videografias. Se, como aponta Arfuch (2010), no processo de se narrar se destacam as vivências, privilegiando geralmente as de carga positiva, somos levados a refletir sobre as motivações ao revelar algo comumente demarcado como negativo. Estariam as pessoas que vivem com HIV e contam suas vivências empenhadas em positivar a soropositividade? Estariam os seus testemunhos ancorados na intenção de autoconhecimento, autoajuda ou ajuda a outrem, de integração ou militância? Ou seria um interesse por curtidas, seguidores e repercussão, já que estão inseridas em uma lógica midiática? Haveria, ainda, outras intenções? Além das visadas informativa e didática já mencionadas, elencamos mais duas presentes em videografias sobre HIV: a finalidade terapêutica e a busca por visibilidade.

O que há em comum entre os discursos de vários *youtubers* soropositivos é a proposta de ajudar outras pessoas a partir dos relatos de suas experiências. Eles contam que gostariam de ter tido acesso a conteúdos como esses quando descobriram a sorologia positiva. Seus diários online, no entanto, também propiciam ajuda a si mesmos, funcionando como um meio de desabafo. Em uma de suas postagens, Gabriel afirma que o *HDiário* foi importante para que ele conseguisse lidar com algo novo em sua vida e conseguisse superar, assim como para pesquisar e conhecer mais sobre o assunto, de modo a se preparar para contribuir com outras pessoas que vivem com HIV. Muitas delas, inclusive, confirmam nos comentários da página como o canal foi útil, formando uma espécie de rede de apoio. Assim, soropositivos como Comicholi acabam se colocando como representantes desse grupo e o influencia, já que os *youtubers* em nossa contemporaneidade têm adquirido um papel de prestígio.

Para ajudar, informar e conscientizar outras pessoas, é preciso que os *youtubers* sejam vistos e que seus conteúdos circulem. Entretanto, notamos

que é dada grande importância à visibilidade não só por ser uma das causas que podem colaborar com aquelas finalidades, mas também como uma consequência que se deseja atingir, ou seja, uma outra finalidade. Dessa forma, ao conquistarem um estatuto de webcelebridade a partir das revelações que os tiram do anonimato, os *youtubers* podem tentar mantê-lo, o que é facilitado pela avidez do público pela exposição de tudo que se refere ao privado, como relacionamentos amorosos e sexuais, que rendem muitos compartilhamentos, *followers* e *views*. Então preocupados com esses números de visualizações dos vídeos, seguidores no canal ou a aprovação medida pelas curtidas, os *youtubers* conferem um papel essencial aos espectadores, os agradecem em várias situações e tentam angariar cada vez mais cliques. Gabriel Comicholi, por exemplo, conta sobre algumas benesses trazidas pela visibilidade, como torná-lo conhecido no meio sobre o HIV, propiciar contato com artistas e outras pessoas influentes e contribuir para a sua carreira profissional, com convites para trabalhos e retorno financeiro.

Entretanto, é válido fazermos algumas ressalvas em relação a essas finalidades. Em primeiro lugar, a positivação da soropositividade, isto é, a intenção de lhe conferir contornos mais positivos, o que é bastante necessário, esbarra no desafio em desconstruir estereótipos em torno do HIV e mostrar que é possível, sim, viver com o vírus, sem, contudo, banalizar o que ainda se apresenta como um grave problema de saúde pública. Além disso, não devem ser desconsiderados os reveses dessas vivências. Nesse mesmo sentido, as narrativas de vida que se valem de discursos de superação, então tão celebrada, costumam propor uma experiência singular como um exemplo a ser seguido pelos demais, por vezes com soluções fáceis para questões mais difíceis, o que pode valer para algumas pessoas, mas não para todas. Essa generalização desconsidera as realidades

discrepantes entre as pessoas que vivem com HIV e desigualdades por raça, gênero, classe, região, geração ou orientação sexual, que fazem com que muitas delas não tenham sequer acesso aos serviços de saúde e que não experienciem o HIV da mesma forma, daí os relatos não poderem se pretender universais. Por fim, a própria notoriedade adquirida na internet pelos *youtubers*, em sua maioria homens cis, brancos e de classe média, naquela lista que fizemos acima, pode ser tida como um privilégio, já que outros provavelmente não conseguiriam a mesma aceitação pelo público ou, ainda, teriam as suas vidas contadas por outrem ou nem mesmo contadas.

À parte disso, as videografias de si *YouTube* têm trazido diversos novos atores para o movimento HIV, convivendo com as antigas organizações, que, inclusive, têm recorrido a eles para atuações conjuntas como, segundo Carvalho e Azêvedo (2019), meio de difusão de informações sem a intermediação da imprensa, dado o engajamento obtido pelos *youtubers*; integração entre pessoas soropositivas para compartilhar experiências que envolvem o viver com HIV e promover o acolhimento; e também militância, para lutar, por exemplo, contra a sorofobia e as tentativas de controle sobre seus corpos e reivindicar o reconhecimento social e de direitos, como a liberdade e a garantia da qualidade de vida. Tudo isso está associado, pois, à exposição, por uma “atitude cada vez mais frequente de não ocultar a sorologia positiva para HIV, entendendo a publicização como estratégia política em todas as suas dimensões” (CARVALHO; AZÊVEDO, 2019, p. 253), mas os autores assinalam que isso se dá a partir de uma decisão pessoal e não por uma arrancada do armário pela qual muitos foram violentados.

Concluimos, então, a partir de Bessa (2002), com as inspirações deixadas por Herbert Daniel, escritor e guerrilheiro que já fazia relatos sobre a homossexualidade e passou a relatar também sua

experiência com a aids depois de revelá-la no *Jornal do Brasil*, lutando contra o estereótipo do doente e a morte civil e já lançando a ideia de ser uma pessoa vivendo com o vírus. Para ele, o mais importante não era o “assumir” – e aqui demarcamos a palavra entre aspas, assim como fizemos com confissão, porque acreditamos que essas expressões carregam ideias de crime, pecado ou culpa. O principal era que, em disputa aos sentidos determinados pela medicina, religião, governo ou outras instituições, os soropositivos contassem as suas histórias e, assim, contassem a história de todos eles. Contudo, se o HIV, enquanto uma das maiores crises da sociedade contemporânea, trouxe mudanças sociais tão profundas que ainda interferem no modo como vivemos as nossas sexualidades (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009), na realidade, essa é uma história de todos nós. E se não reconhecemos isso, precisamos também “confessar”.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, D. M. V. Performatividades gays: um estudo na perspectiva brasileira e argentina. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2016.
- ARFUCH, L. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- BESSA, M. S. Os perigosos: autobiografias & AIDS. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BEZERRA, J. C. Nós, sujeitos autobiógrafos: uma história de narradores, romancistas e cineastas do eu. *Revista Contracampo*, n. 16, p. 199-224, 2007.
- BRAGA, J. L. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, M. A.; JANOTTI JÚNIOR, J.; JACKS, N. (Orgs.). *Mediação e Mdiatização*. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CARVALHO, A. T. Relações teórico-metodológicas entre a AD e a Narrativa de Vida. In: MACHADO, I. L.; MELO, M. S. S. (Orgs.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2016. p. 21-43.
- CARVALHO, C. A.; AZEVEDO, J. H. Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo. *Revista Comunicação, Informação, Inovação e Saúde*, v. 13, n. 2, abr./jun. 2019.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVASSI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-27.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORBIN, A. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (Org.). *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 392-465.
- COSTA, B. Videografias de si: registro do novo ethos da contemporaneidade. *Cadernos da Escola da Comunicação*, Curitiba, n. 5, p. 1-15, 2007.
- COSTA, B. Práticas autobiográficas contemporâneas: as videografias de si. *Revista Digital de Cinema Documentário*, Portugal, n. 6, p. 141-157, ago. 2009.
- COSTA, B. Zonas fronteiriças: as imbricações derivadas da nova relação de visibilidade nas videografias de si. *Revista Rumores*, n. 7, jan./jun. 2010.
- FOISIL, M. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 321-358.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GALVÃO, J. 1980-2011: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo. *Coleção ABIA – Políticas públicas*, v. 2. Rio de Janeiro: ABIA, 2002.
- GOULEMOT, J. M. As práticas literárias ou a privacidade do privado. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 359-396.
- GUIMARÃES, M. Os efeitos de narrativa de vida em escritas feministas: uma perspectiva racial e de classe. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- HÉNAFF, N. Blog: um diário pessoal para existir, ver e ser visto. In: AUBERT, N.; HAROCHE, C. *Tirânicas da visibilidade: o visível e o invisível nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2016. p. 153-180.
- MACHADO, I. L. Nos bastidores da Narrativa de vida & Análise do Discurso. In: MACHADO, I.; MELO, M. S. S. (Orgs.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2016. p.121-138.
- MELO, M. Narrativa de vida como elemento de captação no discurso religioso. In: MACHADO, I.; COURA-SOBRINHO, J.; MENDES, E. (Orgs.). *A Transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE, 2013. p. 173-191.
- MISKOLCI, R. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, L., et al. (Orgs.). *Sexualidade, gênero e mídia: olhares plurais para o cotidiano*. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. p. 35-52.
- NOGUEIRA, E.; ARÃO, L. Facebook como espaço de ação virtual: uma análise das reações discursivas em fanpage de movimento ambiental. *Calidoscópio*, v. 13, n. 3, p. 353-362, 2015.
- PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, n. 1, 2009, p. 125-157.
- PROCÓPIO-XAVIER, M. A configuração discursiva de biografias a partir de algumas balizas de História e Jornalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- PROCÓPIO, M. R. Caracterização do universo das narrativas biográficas sob uma perspectiva discursiva. In: MACHADO, I. L.; MELO, M. S. S. (Orgs.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2016. p. 299-325.
- RANUM, O. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 211-626.
- RUBIN, G. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003, p. 1-88.
- SEDGWICK, E. K. *Epistemologia do armário*. University of California Press, 1990.
- SIBILIA, P. Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica. In: *Anais do XII Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Compós*, Niterói, 2003.
- SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

Submissão: julho de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

PODE UM SOROPOSITIVO FALAR? CORAGEM DA VERDADE E O ESTIGMA NAS RELAÇÕES DE PESSOAS VIVENDO COM HIV

Joseeldo da Silva Júnior¹

Resumo: Este artigo intenta analisar os enunciados produzidos por pessoas vivendo com HIV/aids sob a noção de coragem da verdade em um *grupo* privativo no *WhatsApp*. Como se sabe, desde os primeiros tempos da epidemia de HIV/aids, os portadores do vírus ou doença carregam forte estigma em razão de sua condição, cuja consequência recaem nos modos de existência desses sujeitos, muitas vezes vivendo numa conjuntura constituída pela clandestinidade e anonimato. O medo da exposição é a regra, haja vista a incidência de certo pânico moral nessas relações sociais. Nas análises, empreendidas em um *corpus* constituído por cinco séries enunciativas, constatamos uma vontade de verdade produzida pelas pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA), contudo fulminada em razão do receio da rejeição e das investidas preconceituosas cujo desfecho recai no afastamento e sofrimento dela. Metodologicamente, a presente pesquisa se caracteriza por ser de cunho qualitativa com viés descritiva-interpretativa e toma como base teórica a arqueogenealogia de Michel Foucault.

Palavras-chave: *Parrhesia*. Discurso. HIV/Aids. Pessoas soropositivas.

CAN A HIV POSITIVE SPEAK? COURAGE OF THE TRUTH AND STIGMA IN THE RELATIONSHIPS OF PEOPLE LIVING WITH HIV

Abstract: This article intends to analyze the statements produced by people living with HIV/aids under the notion of courage of the truth in a private *group* on WhatsApp. As it is known, since the early days of the HIV/aids epidemic, carriers of the virus or disease carry a strong stigma due to their condition, the consequence of which falls on the ways of existence of these subjects, often living in a situation constituted by clandestinity and anonymity. Fear of exposure is the rule, given the incidence of a certain moral panic in these social relationships. In the analyses, carried out in a corpus consisting of five enunciative series, we found a will for truth produced by people living with HIV/AIDS (PLWHA), however fulminated by fear of rejection and prejudiced attacks whose outcome lies in distance and suffering her. Methodologically, this research is characterized by being of a qualitative nature with a descriptive-interpretive bias and takes as its theoretical basis the archeogenealogy of Michel Foucault.

Keywords: *Parrhesia*. Discourse. HIV/Aids. People HIV positive.

¹ Mestre em Linguística, (UFPB), E-mail: joseeldojr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A epidemia de HIV e da aids completa 40 anos em 2021, desde o primeiro caso notificado nos Estados Unidos em 05 de junho de 1981. De lá para cá, embora tenha havido avanços sociais, quando se pensa o enfrentamento do estigma que a infecção e doença carregam, ainda permanece latente uma memória negativa associada aos sujeitos que vivem com o vírus, sobretudo os homens homossexuais, a quem historicamente tiveram atribuídos a responsabilidade da disseminação do vírus. Em face disso, o medo do estigma e discriminação, constituído ao longo de décadas pelas formas discursivas de como foi publicizada a doença², implicou silenciamento absurdo dos sujeitos soropositivos³, que, na maioria absoluta das vezes, produziu um apagamento de sua condição em razão da exclusão que a abertura do sigilo poderia vir a provocar em seu ciclo social.

Há uma interdição constante e quase invisível sobre o assunto, talvez o maior dos tabus na sociedade, a região onde a grande é mais cerrada (FOUCAULT, 2014), como se HIV/aids fossem palavras proibidas e condições a serem socioculturalmente isoladas. Trata-se de uma “ordem discursiva” que exclui o debate, e, por tabela, as pessoas soropositivas. Mesmo com maior acesso às informações, ainda persiste a ideia primitiva de que o portador do HIV/aids é um “monstro”, “sujo”, “impuro”, ideia esta que muitas vezes o próprio sujeito soropositivo absorve e replica. Impureza, consoante Douglas (1966, p. 06) “é uma ofensa contra a ordem”, logo eliminá-la não incorre em “nenhum gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente a organizar

nosso meio”. Isso explicaria o silenciamento promovido ao tema HIV/aids. Se o portador do vírus é impuro, interditá-lo, ainda que sutilmente, proporciona a organização social. Por outro lado, conforme ressalta Inácio (2016), a falsa impressão de “normalização” da doença provocou um apagão midiático, com consequência previsível na existência das pessoas que vivem com HIV/aids (PVHA), denominado pelo autor como restrição discursiva.

Não espanta, portanto, que a sociedade conviva com essa falsa impressão da inexistência de pessoas vivendo com HIV/aids. Silva, Duarte e Netto (2017) mostram que, diante disso, portadores do vírus passam a se situar em redes de sociabilidades com a finalidade de encontrar acolhimento e sentimento de pertencimento, a exemplo de grupos fechados nas redes sociais, nos quais os soropositivos para HIV/aids podem manifestar sua identidade sem medo de rejeição ou estigma. Pensando nisso, este artigo visa analisar enunciados produzidos em conversas de um *grupo* de WhatsApp destinado às pessoas soropositivas, calcados pela noção de coragem da verdade, a fim de verificar se há certas restrições discursivas produzidas pelos próprios sujeitos soropositivos. Consoante Borges, Silva e Melo (2017), a revelação do *status* sorológico passa por um processo dificultoso, dada as nuances sociais em que o HIV e a aids foram construídas. Para os autores, a depender da biografia dos sujeitos soropositivos, há obstáculos que resultam na constituição dos vínculos afetivos construídos pelas PVHA, ora ocasionando sua rejeição, ora sua aceitação.

A coragem de verdade, nessa esteira, surge como uma categoria analítica que nos permite compreender as discursividades produzidas sob a vertente da análise discursiva foucaultiana. Conforme aponta Muchail (2004), a noção de *parresía* aparece, inicialmente, no curso de 1982, na obra *A hermenêutica do sujeito*, de forma ainda bastante

2 “Câncer gay” e “peste gay” foram alguns dos termos atribuídos a HIV/aids, estampando manchetes dos jornais impressos da época, e posteriormente fortalecendo o estigma aos homossexuais, vinculando a eles a responsabilização da transmissão do vírus (DANIEL E PARKER, 2018a; DANIEL, 2018b).

3

tímida. Posteriormente, afirma a autora, a noção é retomada nos últimos cursos, os de 1983 e 1984, no *Collège de France*, intitulado *A coragem da verdade*, no qual Foucault irá se debruçar sobre o tema. Trata-se de uma noção polissêmica, cuja tradução passa pela “fala franca”, “dizer verdadeiro” e “coragem da verdade”. A noção do discurso verdadeiro, a *parresía*, perfaz a perspectiva foucaultiana “em que o pensamento é exercício de si no próprio pensamento com efeito de transformação do ser mesmo do sujeito na dimensão da prática da vida, da conduta, do governo de si e dos outros” (PORTOCARRERO, 2017, p. 100).

A partir disso, trazer as micronarrativas discursivizadas pelas pessoas vivendo com HIV/ aids fornece-nos fragmentos discursivos com vistas a identificação de uma “memória estigmatizante” (BUTTURI JUNIOR E LARA, 2018) ainda muito presente no cotidiano das PVHA, cujas manifestações subjetivas são marcadas pelo medo, em sua maioria, afinal, dado que o HIV e a aids provocaram e ainda provoca certo pânico moral. Assim, para análise empreendida, o *corpus* constituído consiste de uma série enunciativa montada a partir das discursividades elaboradas no *grupo* do WhatsApp, cujos elementos considerados foram: a) o aparecimento da concepção de rejeição nas falas; e b) materialidades que evidenciam relações sociais, sejam elas familiares ou amorosas. Por razões éticas e dada a “ordem discursiva” dominante, optamos por não tornar visível o nome do grupo, embora ele esteja público e disponível na *web* bem como aberto para quem por ele se interessar. O conteúdo retirado da página onde é feito a sua divulgação é, de igual modo, público e acessível a qualquer usuário. Vale frisar que os nomes das pessoas que vivem com HIV não são revelados, tendo em vista que a maioria das PVHA vive sua condição em segredo, embora não seja uma regra para todos. No entanto, até por força de lei, e ainda que não fosse, não nos caberia fazer de outro

modo, visto que nosso propósito é estritamente científico.

Pontuado esta breve consideração, metodologicamente, este estudo se caracteriza por ser de cunho qualitativo com viés descritivo-interpretativo, haja vista que as análises empreendidas são realizadas à luz dos fatos sociais. Quanto a estrutura textual, para além desta introdução, há a seguinte formação. Na primeira seção é focado a relação entre a arqueologia do saber e a ética estética da existência enquanto fases da arqueogenealogia, relação esta assinalada para tecer a discussão sobre a noção de enunciado e coragem da verdade. Na segunda seção, analisamos as séries enunciativas extraídas do *grupo* do WhatsApp a partir das teorizações anteriormente feitas. Na terceira e última seção, para efeito de fim, pontuamos breves considerações finais elencando os eixos temáticos que apareceram ao longo das análises.

NOTAS SOBRE ENUNCIADO E A CORAGEM DA VERDADE

Um dos exercícios da análise discursiva foucaultiana é a apreensão de dizeres a partir dos elementos teóricos-metodológicos do terceiro momento da arqueogenealogia⁴. É fato que Michel Foucault “nunca pretendeu elaborar um campo de estudos denominado como ‘análise do discurso’” (GREGOLIN, 2015, p. 191), tampouco dispor “de um método que se aplicaria, igualmente, a domínios diferentes” (NAVARRO, 2020, p. 13), no entanto, suas teorizações servem, como o próprio filósofo pontua, para serem deformadas a cada leitura

4 Convencionou-se entre os comentadores de Michel Foucault que o conjunto de toda sua obra é diagramada em três fases, quais sejam: a) arqueologia do saber, fase orientada pelo estudo dos saberes que constituem as ciências humanas; b) genealogia do poder, momento em que o filósofo passa a analisar as relações de saber-poder nas sociedades disciplinares; c) ética e estética da existência, também chamada de “último Foucault”, consiste na apreensão dos modos como o sujeito se subjetiva mediante relações de poder e o discurso verdadeiro.

(FOUCAULT, 2017), a cada gesto de interpretação – sem deturpações e sem exceder limites⁵ –, haja vista que seu “discurso é, evidentemente, um discurso de intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento” (FOUCAULT, 2006a, p. 52), e enquanto pequena caixa de ferramentas, há a compreensão de que:

Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006a, p.52).

Embora consistente, sobretudo quando se pensa os estudos com base na fase arqueológica, a análise discursiva foucaultiana ainda carece de profícuo enfrentamento da “região cinza da genealogia para escavar os saberes que ali nos atravessam” (NAVARRO, 2020, p. 10). Contudo, a tarefa de diagnosticar o presente (FOUCAULT, 1967) ou, ainda, saber *quem somos nós, hoje?* (FOUCAULT, 2006a) tem sido posto em prática nos trabalhos da análise do discurso com Foucault, pontuando “sua coerência teórica na definição das formas historicamente singulares nas quais têm sido problematizadas as generalidades de nossa relação com as coisas, com os outros e conosco” (FOUCAULT, 2008a, p. 351). Nosso empenho, neste instante, é, a partir da arqueogenealogia, promover a discussão de conceitos pertinentes de duas das três fases, quais sejam, a arqueologia do saber e ética e estética da existência.

Assim, iniciemos pela arqueologia do saber. No livro que leva o mesmo da primeira fase, “M. Foucault propõe que se questionem os estratos a serem isolados, as séries a serem instauradas, os critérios de periodização a adotar”

(SARGENTINI, 2019, p. 35), argumentando que, nas grandes histórias, há outras escamoteadas, outros acontecimentos invisíveis (FOUCAULT, 2008b), e é a partir do(s) discurso(s) produzido(s), e somente assim, que é possível apreendê-los. É daí que advém um dos instrumentos metodológicos para análise sobre a qual Foucault problematiza, isto é, o próprio discurso, tendo como princípio balizador o enunciado, definido como uma função, haja vista que não se designa como uma frase, pois não obedece à estrutura canônica; diferencia-se de uma proposição, em razão de que não basta identificar uma lógica verdadeira ou falsa; e também não se caracteriza como atos de fala, por não se tratar simplesmente de atos ilocutórios, como um juramento, uma prece, contrato, promessa.

Por se tratar, portanto, de uma função, há elementos que o constituem e, numa certa medida, condicionam sua existência, quais sejam:

- a) *seu referencial*, tendo em vista que o enunciado é produzido em condições de emergências, ou seja, há possibilidades de aparecimento e de delimitação;
- b) *a posição sujeito*, definido pela capacidade de um indivíduo ocupar uma posição ao enunciar este ou aquele dizer, sendo que este “mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 105);
- c) *um domínio associado*, elemento que condiz com o fato de não haver enunciado que não pertença a um campo adjacente, isto é, é povoado por outros enunciados, coexistindo e sempre reatualizando-se;
- d) *sua materialidade repetível*, cuja característica básica é efetividade, estar inscrito numa superfície, ter um suporte, uma data, um lugar, sem o qual não é possível falar, pois se ocupa da circulação que faz o enunciado existir, repetindo-se ao longo da história. Fato é que um mesmo enunciado permite leituras diversas, a depender da posição que o leitor ocupa e das condições que o faz emergir, provocando-nos a responder:

5 Sobre isso, Veiga-Neto e Rech (2014) defendem que não haja o uso das ideias de Michel Foucault a todo custo e que sirva de “pau para toda obra”, sem observar os limites e as condições teórico-metodológicas que pode ser feita da sua obra, apenas para satisfazer os desejos de um pesquisador.

[...] como poderíamos justificar as possíveis e diferentes leituras de um mesmo enunciado? Como enunciados proferidos a respeito do mesmo assunto/tema, por sujeitos que usufruem das mesmas condições e lugares de fala, em rituais idênticos podem referir-se a realidades intocáveis e incompatíveis? Como enunciados praticamente semelhantes em sua forma, constituição sintática, em suas condições de produção e dispersão, revelam-se extremamente distintos em seu conteúdo? (SARGENTINI E CORSI, p. 184, 2021).

Ocupa-nos dizer que, dado as particularidades das formações discursivas constituídas nos acontecimentos discursivos, os enunciados são lidos desta ou daquela forma, a partir deste ou aquele viés, muito porque eles e os “sujeitos são históricos, respondem às leis de raridade, exterioridade e acúmulo” (SARGENTINI E CORSI, p. 185, 2021), princípios estes que perfazem as análises neles empreendidas, em poucas linhas assim compreendidas por Foucault: *a) princípio da raridade* – há regras e leis específicas que possibilitam determinado sujeito dizer e que condições de aparecimento deste ou daquele enunciado; *b) princípio da exterioridade* – trata-se de analisar os enunciados a partir do que foi dito em “frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados” (FOUCAULT, 2010, p. 124) mediante os acontecimentos específicos que os produzem; *c) princípio do acúmulo* – segundo o qual o enunciado está conservado ao longo do tempo graças a um certo número de suporte (como o livro), um certo número de instituições (a exemplo da biblioteca) e um certo número de modalidades estatutárias (manifesta-se diferentemente em textos religiosos, documentos oficiais e artigos científicos).

Diante desse exposto a respeito do enunciado, concernente ao que consta na fase arqueológica, cumpre-nos, daqui em diante, esboçar a segunda discussão proposta, qual seja, a noção da coragem da verdade deflagrada no “último Foucault”, a fim de atender o exercício teórico-metodológico da arqueogenealogia. Trata-se de criar um nó em

uma rede, que une as três fases de seu pensamento, sem que haja a exclusão uma da outra em dado momento, visto que todas “se interpenetram e se remetem mutuamente, na medida em que acrescentam elementos e forças à complexidade da grande ‘rede’ foucaultiana, emergente do conjunto total de sua obra” (SILVEIRA, 2004, p. 03). Nessa mesma direção, Sousa (2019, p. 144) aponta que os deslocamentos operados por Foucault “não podem ser entendidos como uma ruptura que se dá entre a passagem de um método arqueológico para um genealógico”, mas sim “como uma ampliação do campo de investigação para analisar o saber no interior das relações de poder”. O seu objetivo, desde a arqueologia, e ainda predominante na ética e estética da existência, é “compreender os acontecimentos que levaram o indivíduo moderno a se constituir e se reconhecer como sujeito do que faz, pensa e diz” (SOUZA, 2019, p. 140).

Assim, a retomada de Foucault aos gregos para explicitar a noção de *parresía* é, conforme afirma Portocarrero (2017, p. 104), uma forma de historicizar as “modalidades de prática discursiva às quais se atribui valor de verdade e seus efeitos éticos e políticos, ou melhor, os modos de ser dos discursos de verdade” no sujeito com o objetivo de compreendê-lo, considerando “não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si” (FOUCAULT, 2006b, p. 95), mostrando “a interação que se produz entre os dois tipos de técnicas”, embora não seja uma regra, pois o método arqueogeneológico possibilita ao analista do discurso mediar seu próprio objeto e, com ele, as categorias analíticas que deseja empregar. De todo modo, neste estudo, a escolha da noção da *parresía* apresenta-se como uma noção singular para a compreensão do dizer-verdadeiro do sujeito soropositivo, seja ela “para a constituição” ou “para a transformação de si” (FOUCAULT, 2006b, p. 95), ou para simplesmente entender o presente.

Nesse diapasão, Foucault define que a *parresía* (2013, p. 09) é um exercício verbal “em que o falante tem uma relação específica com a verdade através da franqueza, uma certa relação com sua própria vida através do perigo”. O filósofo busca entender como o sujeito, ao manifestar a verdade, “representa a si mesmo e é reconhecido pelos outros como dizendo a verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 04), ou seja, ao expor a verdade o sujeito se subjetiva e promove a liberdade de si. A *parresía*, dado a sua vasta dimensão conceitual, cabe, neste momento, caracteriza-la nos seguintes moldes:

a) *pela negatividade e positividade* – o primeiro, pois há uma falsa impressão de que se pode dizer tudo sem distinção, naquilo que Foucault assemelha a “tagarelice”, o que decorre daí a sua negatividade, ante o perigo de falar aquilo que pode ser mais estúpido ou inapropriado para o convívio social; a positividade, por sua vez, reside no fato de que há uma “verdade verdadeira” naquilo que se diz, sem contornos ou maquiagem, com sinceridade até mesmo na opinião produzida; b) *pela relação da crença e verdade* – comparando a concepção da parrhesia grega com a noção da regra de evidência de Descartes, quando se observa a questão da coincidência entre a crença e verdade, na Grécia ocorria pela atividade verbal denominada de *parrhesia* enquanto que, no cartesianismo de Descartes, havia a insurgência da dúvida generalizada. Assim, para os gregos havia firmeza na posse da verdade, dado as suas particularidades morais, o que não ocorre no cartesianismo, pois há sempre a incerteza daquilo que se crê.

c) *pelo risco assumido* – nas palavras de Foucault (2013, p. 06), somente há *parresía* “e merece ser considerado como um *parrhesiastes* [parresiasta, no português] apenas se há para ele, ou ela, um risco ou um perigo em dizer a verdade”, cuja consequência, em última instância, é a morte. Não se trata de apenas falar a verdade, mas sim efeito que disso decorre, implicando diretamente na vida de quem

diz, no seu convívio ou relações sociais e políticas. Isso, no entanto, somente é produzida pela coragem, a próxima característica da *parresía*; d) *pela coragem* – não basta simplesmente vontade em querer dizer a verdade, é necessário coragem, diante do perigo e a consequência que pode acarretar. A coragem da verdade está intrinsecamente relacionada ao perigo da verdade, uma vez que, quem ousa dizer a verdade sob certa circunstância ou contexto, corre o risco de sofrer as penalidades do ato corajoso.

e) *pelo criticismo* – a ideia da *parresía* consiste no fato de que o que for dito seja capaz de causar um sentimento de aversão, contrariedade, um furor ao interlocutor, daí se tratar de um “jogo” daquele que fala com o que ouve, tendo como elemento a crítica. Trata-se, por outro lado, de uma relação assimétrica, pois “o falante ou confessor está numa posição de inferioridade com relação ao interlocutor” (FOUCAULT, 2013, p. 08);

f) *pelo dever* – isso significa que não deve haver coação no ato parresiástico, uma vez que cumpre a ele manifestar a verdade sem que seja compelido ou forçado a falar francamente, sem apego ou obrigação moral. Desse modo, a *parresía* caracteriza por uma expressão da liberdade.

Para definir o conceito de *parresía*, no entanto, não basta simplesmente caracterizá-la, é preciso se atentar as suas distinções. Primeira diferença, a parrhesia não é um ato de demonstração, portanto, não se pode dizer que *parresía* é o mesmo que retórica. Conforme explica Foucault (2010, p. 53) “a *parresía* se define fundamentalmente, essencialmente e primeiramente como o dizer-a-verdade, enquanto a retórica é uma maneira, uma arte ou uma técnica de dispor os elementos do discurso a fim de persuadir”, logo fica fácil dizer que falar a verdade não é simplesmente usar da persuasão para com o interlocutor. A segunda diferença, a *parresía* não equivale a um ato performativo, haja vista que neste sabe-se os efeitos da verdade verbalizada. O padre, ao declarar “vós declaro marido e mulher”,

sabe-se o sacerdote e casal do que irá acontecer, pois é previamente conhecido, diferentemente do que ocorre na *parresía*, na ocasião de um dizer-verdadeiro. Há, nesse caso, um risco assumido, cuja consequência é inesperada.

Estes dois aspectos são fundamentais para a compreensão da coragem da verdade, que a depender do que é dito, constitui-se como um acontecimento discursivo. Além disso, a coragem da verdade ocorre em dois níveis: a) “um primeiro nível que é do enunciado da própria verdade (nesse momento como no ato performativo diz-se a coisa, e ponto final)” e b) um segundo nível do ato parresiástico, “que é a afirmação de que essa verdade que nomeamos, nós a pensamos, nós a estimamos, nós a consideramos” (FOUCAULT, 2010, p. 62) como autenticamente verdadeira. Um ato de dizer-verdadeiro não está restrito a uma figura específica, como um político ou um professor, pelo contrário, basta que um indivíduo se muna de uma verdade e a liberdade que faz ecoá-la.

Frise-se ainda o fato que o exercício da *parrésia* afeta não somente o interlocutor, aquele que ouve o discurso verdadeiro, mas também pode afetar substancialmente o sujeito que diz a verdade, não com o risco que se submete, as consequências advindas disso, mas a sua postura em relação a si mesmo, resultado da manifestação parresiástica que Foucault denomina de “dramática do discurso”, cujo desenrolar “mostra como o próprio acontecimento da enunciação pode afetar o ser do enunciador” (FOUCAULT, 2010, p. 66). Para ilustrar com um exemplo, reflitamos sobre a coragem da verdade de uma pessoa vivendo com HIV. Ao revelar a sua soropositividade para seu parceiro amoroso ou até mesmo para um membro da família, há um efeito que, se positivo, pode ser transformador à PVHA, na medida que a liberta das amarras do medo. A verdade que ela exprime não só impacta o seu interlocutor, pois se “aceita” ou

“bem vista”, proporciona ao sujeito soropositivo bem-estar de si mesmo.

A CORAGEM DA VERDADE OU O MEDO DA CORAGEM

Em que momento dizer a verdade se torna um exercício tão dificultoso que chega a ser angustiante – ou, em caso mais específicos de tortura, extremamente doloroso? Ou: qual o preço da verdade? Para muitos, o exercício parresiástico não é apenas um ato de expressão da liberdade, considerando-se uma rápida e apressada leitura disso, mas também um ato arriscado e corajoso de libertação. Liberação esta que, diferente de liberdade, passa por um processo de si para si, que envolve uma compreensão de vida e deferentes aspectos que a cercam. Nas histórias contadas no grupo de WhatsApp selecionado para análise, deparamo-nos com regularidades que vão do medo à angústia, cujo enredo é um só – a verdade.

Muitas das pessoas soropositivas que aderem ao grupo chegam nele após recente diagnóstico para HIV, geralmente tomadas pelo desespero e, ainda bastante recorrente, sem informação adequada sobre o vírus e a doença. Em alguns casos sequer sabem diferenciar HIV de aids, que se trata da doença em si, após evolução em razão da falta de tratamento. Na descrição do grupo no WhatsApp consta a seguinte mensagem: “O Grupo [...] é um local de acolhimento e aconselhamento. Não somos um grupo para promover relacionamentos”, pontuando que: “Para boa conduta do grupo falar sobre assuntos ligados ao tema HIV/Aids e por favor [sic] não publicar assuntos fora do contexto (correntes, publicidade e imagens aleatórias) ou política”, solicitando ademais que “Ao entrar por favor [sic] se apresente com nome, idade, cidade e tempo de sorologia”. Embora não esteja dito, não há nenhuma sinalização a respeito do sigilo dos demais participantes. Trata-se, portanto, de

uma regra implícita. No endereço eletrônico do site, onde é publicizado o link para o *grupo*, há uma publicação que explica sobre o surgimento desse canal de acolhimento.

Faz quase dois anos que eu tive essa ideia de criar o grupo. Por um bom tempo eu fiquei sozinho. Quando entrava um ou outro desesperado e sem chão eu acalmava x recém chegado com as informações principais sobre como é viver indetectável. Aos poucos fui ganhando confiança e o número de pessoas foi crescendo. Hoje a galera da antiga dá assistência aos novatos. O grupo cresceu e somos mais de cem, entre homens e mulheres. O mais legal é saber que *uma atitude simples ajudou e ajuda muitos positivos* a terem uma perspectiva de vida melhor e com mais informação para compartilhar com outras pessoas nas mesmas condições ou com seus familiares.

O autor, cujo nome não consta na publicação, explica o processo de isolamento que passou até a decisão de fundar o grupo, juntando-se a outros soropositivos para HIV, agora na condição de conselheiro. Há um nítido propósito de fazer da rede social um espaço de acolhimento a quem chega com dúvida ou psicologicamente abatido após o diagnóstico. Sublinhe-se o fato de que “a atitude simples ajudou muitos positivos” [sic], classificada como uma atitude “legal”, que contribui com a melhora de vida e propagação de informação, ponto de vista que coaduna com a análise de Daniel e Parker (2018a). Segundo os autores, “diante do preconceito e do medo, a informação e a solidariedade” apresentam-se como “resposta verdadeiramente eficiente ao avanço da AIDS” (DANIEL E PARKER, 2018a, p. 16).

Por outro lado, ao reconhecer a necessidade da criação do grupo, o autor vai ao encontro da urgência do debate acerca do vírus e da doença, dado o negacionismo tão latente nos dias atuais. De acordo com a *Pesquisa HIV/Aids 2020*⁶, 94% de 2.035 brasileiros entrevistados acreditam não ter

⁶ Resultado da pesquisa divulgada através do Portal R7 e site da UNAIDS, através dos links: <https://estudio.r7.com/sorofobia-e-diagnostico-tardio-barreiras-na-luta-contr-o-hiv-31072020> e <https://agenciaaids.com.br/noticia/pesquisa-sobre-hiv-aids-revela-que-falta-de-informacao-e-barreira-para-o-controle-da-epidemia>.

nenhum ou baixo risco de se infectar com o HIV, o que nos habilita a constatar o desconhecimento e desprezo em relação ao vírus. Ou seja, a ausência de informação promove um cenário de obscurantismo, que por sua vez, colabora para o sofrimento, dada a falta de esclarecimento a respeito do tema. Aliado a isso, o estigma aparece como potencial elemento que suscita este processo doloroso por qual passa o sujeito que vive com HIV/aids. Assim, temos que o estigma e a desinformação figuram como dois eixos que catalisam o sofrimento e o medo.

Para ilustrar esse entendimento, nessa mesma pesquisa, *HIV/Aids 2020*, 69% dos entrevistados afirmam que, se alguém relevar a sorologia para HIV, “ninguém vai querer ficar por perto”. Este número consoa com o dado revelado pela UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids), no *Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS* (2019), onde consta que 57% dos entrevistados informaram ter passado por uma má experiência ao “abrir” a sorologia para uma pessoa pouca conhecida. Ambos índices reforçam a imperatividade e a proposta da criação do *grupo* no WhatsApp, não só pela luz refletida à escuridão, mas sobretudo pela identificação com seus pares, estabelecimento de contato sem qualquer receio de discriminação ou estigma. No *grupo* remanescem narrativas que demonstram receio em dizer aos familiares, amigos ou parceiros amorosos sobre a condição que se encontram. No recorte a seguir, exemplificamos o primeiro cenário deste medo entre os sujeitos que vivem com HIV.

Enunciado 01:

PVHA I: Gente, uma pergunta. *Vocês acham que realmente seja necessário (importante) contar para os familiares?*

PVHA II: *De jeito nenhum.* A menos que confie muito, que tenham mente aberta. E que não te [sic] trazer problema.

PVHA III: Bem, eu acho que esta decisão depende de cada um de nós, todos sabemos como a nossa família lida conosco e nós com

eles. Se for uma família que estão [sic] sempre a brigar, existe quase sempre discórdia, onde as conversas saírem [sic] do ciclo familiar para outros lugares, o melhor é apenas contar a quem é muito mais achegado [sic] a nós e que temos a plena certeza que irá apoiar nós e não espalhar por aí. Preservar a nossa imagem também é importante e faz nós [sic] bem, não adianta contar para alguém que irá sujar ela.

PVHA II: O duro é achar uma família contrário disso aí rsrs

PVHA I: *emoji palmas*

PVHA IV: *Eu mesma não acho bom contar.*

PVHA V: *Eu não conto nunca*, não vão entender, tenho certeza que jamais vão aceitar. (grifos nossos).

O eixo central que norteia os dizeres no Enunciado 01 é a revelação da sorologia para a família, discussão iniciada a partir da curiosidade de um dos integrantes do grupo, qual seja: “Gente, uma pergunta. Vocês acham que realmente seja necessário (importante) contar para os familiares?”. Outros quatro integrantes do grupo, que passam a interagir após a indagação, afirmam incisivamente que não se deve falar da condição para nenhum familiar, embora em uma outra fala apareça uma ressalva, como vê-se no argumento da PVHA II: “De jeito nenhum. A menos que confie muito, que tenham mente aberta”. Nota-se que um dos pontos considerado pelo integrante é ter “a mente aberta”, ou seja, a capacidade de compreender a condição sem julgamento ou discriminação. Esta ideia coaduna com a mesma opinião da PVHA V, para quem considera que a família “nunca vai entender”, e por isso “jamais vão aceitar”. Nenhum dos sujeitos que vivem com HIV, neste enunciado, assume o risco do dizer-verdadeiro, a coragem que a verdade pode implicar, em “ser recompensado ou sancionado conforme o sucesso da empreitada, conforme seu dizer-a-verdade leve a este ou àquele resultado” (FOUCUALT, 2010, p. 176).

Nisso, tem-se que a confiança é um dos requisitos para o sucesso de expor a verdade,

embora recaia no problema: como mensurar o nível de confiança do outro? Daí que, nesta dramática do discurso, entre ser recompensado ou sancionado, opta o sujeito soropositivo por se silenciar, interditar sua própria verdade em benefício de si, não como uma alternativa prazerosa, mas como condição de existir sem a possibilidade do estigma, o que pode ser resumido na fala da PVHA IV: “Eu mesma não acho bom contar”, porque, como afirma a PVHA que discursivizada anteriormente, há o risco de “sujar” a própria imagem. Sujar este que, como metáfora para a degradação, pode ressoar num sujeito já obliterado pelo preconceito silencioso que o cerca e define seus modos de vida. Por outro lado, a coragem da verdade pode vir a resultar numa subjetivação positiva, quando o dizer-verdadeiro tem efeito libertador para este sujeito, conforme consta em uma das falas no Enunciado 02.

Enunciado 02:

PVHA I: *É horrível chegar em casa e fingir que tá tudo tranquilo.* Eu já tô meio que me aceitando... Mas contar pra família... não dá... ainda mais quando você mais precisa de força e ajuda.

PVHA II: É muito difícil mesmo, mas será que não tem ninguém da sua família que você confie? *É bom ter alguém do nosso lado que possamos conversar nesse momento.* Sei que não é fácil, mas me senti tão aliviada depois que contei pra minha família, até pro meu tratamento foi melhor. Não preciso ficar escondendo meus remédios quando ela vem em casa.

PVHA I: Eu ainda preciso ter essa confiança. O medo de ser julgado é enorme. Teve um amigo que foi comigo pra eu confirmar, me deu muita força. Ele fez até exame também.

PVHA II: Sim, eu também tinha medo, mas acabei ficando doente, fiquei internada, aí resolvi contar tudo e foi bom, porque tive e tenho o apoio de todos, e olha que minha família é grande.

Não muito diferente do que discorrem os outros sujeitos soropositivos no Enunciado 1, neste observa-se, mais uma vez, o receio de tornar público à família a sorologia, ainda que, nas palavras da PHVA I, seja “horrível chegar em casa e fingir que

tá tudo tranquilo”, afirmando que está aceitando o diagnóstico. Novamente, a confiança aparece como regularidade, coadunando o que também pensa os sujeitos do Enunciado 01. A abertura do sigilo para os membros da família, por outro lado, implica uma nova conjura, conforme aponta a PHVA II, pois, se antes escondia-se os remédios, passa, a partir da revelação, a ter liberdade no tratamento. Dizer a verdade, aí, resultou no exercício de uma certa ascendência (FOUCAULT, 2010), não de um sujeito sobre outro, mas enquanto sujeito de si para si. Mais ainda: a PVHA II demonstra, além de ter obtido a aceitação, também conquistado o apoio familiar, que, ao que parece, aproxima-se de um companheirismo, confidente, com quem “ter alguém do nosso lado que possamos conversar nesse momento” institui-se como um importante acolhimento.

A narrativa da PVHA II, no entanto, é única entre os demais membros, pois ainda persiste no geral a desconfiança que os impede de revelar a sorologia para os familiares. A esse respeito, Parker e Aggleton (2021) apontam que o núcleo familiar se constitui – historicamente falando – como um dos eixos em que se concentra discursividades marcadas pelo estigma, o que pode vir daí o receio em compartilhar o diagnóstico, sobretudo porque corre-se o risco de associar a pessoa que vive com HIV/aids à promiscuidade, homossexualidade e outros julgamentos morais. Muitas vezes ocorre que um sujeito, além de guardar o segredo da sorologia para HIV, também permanece em sigilo quanto a sua orientação sexual, dissimulando, portanto, sua dupla identidade.

Estando o HIV e a aids incrustadas na sexualidade do sujeito, não surpreende que haja maior esforço em proteger a sorologia, pois revelá-la incorre no risco de expor também seus desejos sexuais. O sujeito soropositivo, portanto, elabora um jogo de verdade “em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento (FOUCAULT,

2006b, p. 282), ou seja, ao proceder com esta verdade – ou medo da coragem – a PVHA situa-se em contexto sócio-histórico em que o HIA/aids se alicerça: de estigma e discriminação, memória bastante latente – e retomada como defesa – em ciclos familiares, laborais e até mesmo médico-hospitalares, conforme poderemos visualizar na terceira série enunciativa a seguir.

Enunciado 03:

PVHA I: Falando em médico, *como é pra vocês contar pra um médico de outra especialidade que vocês são soropositivos?* Tipo, eu estava na otorrinolaringologista e ela perguntou se eu fazia uso de algum medicamento diário, eu falei que sim, retrovirais [sic] e ela perguntou como eu contrai, mas tipo, que diferença faz essa informação?

PVHA II: *Você não precisa dizer.*

PVHA III: Quando me pergunta se faço uso de remédio contínuo, eu falo não.

PVHA IV: O certo seria falar, tem medicamentos que a gente não pode tomar com tarv.

A discussão, assim como visto no Enunciado 01, começa a partir de uma dúvida. A PVHA I traz ao grupo o que, para os membros, parece ser mais um contexto problemático em falar abertamente da sorologia – o consultório médico. A PVHA I questiona e em seguida problematiza sobre como ocorre, para as demais pessoas, “contar pra um médico de outra especialidade” a respeito de viver com o vírus HIV, trazendo uma situação por ela vivenciada, quando perguntada se tomava “algum medicamento”. Esta questão se dá, assim como nos enunciados anteriormente analisados, em razão do possível medo em ser alvo de estigma pela profissional de saúde. A outra especialidade, senão o infectologista, é motivo de desconfiança quando se pensa em dizer o *status* sorológico.

A ideia persiste no fato de que pode haver – como de fato houve no início da epidemia, conforme mostra Mott (1987) – discriminação

promovida pelo profissional de saúde. Expor essa verdade, portanto, incorre em assumir mais um risco, podendo causar aversão (FOUCAULT, 2013) ao profissional. E como sublinha a PVHA II, não há nenhuma obrigação legal do paciente revelar que toma tal medicamento ou que vive com o vírus HIV, pelo contrário, a legislação o garante o sigilo. Isso, no entanto, bem aponta a PVHA IV, há medicamentos que interagem com os antirretrovirais, daí que contar, falar a respeito, poderia auxiliar a PVHA em outro tratamento.

É verdade que, em algum momento, o risco de falar a verdade resulta na discriminação, sobretudo em profissionais de saúde que tem contato direto com o sangue, cuja aceção é de, ainda por desinformação e ignorância, a pessoa que vive com HIV tem um “sangue podre” (DANIEL, 2018b, p. 43), mal sabendo eles que, quando a PVHA chega à condição de indetectável, passa a ser, igualmente, intransmissível. Ou seja, dado a atuação medicamentosa, o vírus deixa de circular na corrente sanguínea o suficiente para evitar o contágio do vírus pelo sangue ou fluido expelido via sexual. Essa informação, contudo, muitas vezes fica restrita aos atendimentos especializados e os portadores do vírus.

É comum pessoas soropositivas, em tratamento dentário, ocultar a sorologia, exatamente por receio à reação do profissional. Tal desconfiança não é aleatória, pois, conforme aponta Muniz, Fonte e Santos (2019), em estudo sobre a incidência de preconceito durante consulta odontológica, 18 de 67 pessoas que vivem com HIV afirmam já ter vivenciado algum tipo de discriminação. Em outra pesquisa, nesse mesmo viés, Lelis, Soares e Garbin et. al. (2016) evidenciam a recusa de atendimento do profissional à PVHA. Diante disso, entende-se, portanto, o motivo pelo qual os membros do grupo no *WhatsApp* receiam informar que tomam medicamento antirretroviral, sobretudo porque o profissional da saúde faz uma

imediate relação entre este nome e o HIV, como se a existência do antirretroviral fosse unicamente para o tratamento contra a aids.

Para a PVHA, o dizer-a-verdade não requer simplesmente assumir o perigo e simplesmente “ter a coragem de afrontar os riscos dessa parresia” (FOUCAULT, 2011, p. 68), mas, talvez, de praticar e reconhecer em si mesmo que a verdade sobre sua condição sorológica pode resultar numa liberdade de si para o outro, como podemos acompanhar na narrativa contida no Enunciado 04.

Enunciado 04:

PVHA I: *Eu passei angústia por 4 meses enquanto não contei p meu namorado. Depois sentamos e conversamos e tudo ficou bem. Ele aceitou de boa e nem cogitou em terminar. Já conversamos com meu médico na época, ele faz exames de 6 em 6 meses e temos vida normal. Já vai p quase 2 anos. Vivo em paz por ele saber.* (grifos nossos).

Conforme lido, este sujeito soropositivo afirma viver em paz ao revelar a sorologia para o companheiro, contratando, portanto, com a ideia de liberdade ao assumir a verdade para si e para o outro. Ela, que durante 4 meses, esteve angustiado por omitir a verdade, assume o risco de sua “verdade verdadeira”. Aliás, a própria pessoa soropositiva deixa implícito que perder o companheiro foi um dos motivos de permanecer em silêncio durante um período. “*Ele aceitou de boa e nem cogitou em terminar*”, afirma, pontuando que não houve sequer a ideia de terminar o namoro, como uma possível consequência de expor a sorologia. O amor, a informação sobre a doença e o vírus podem ter sido fatores que possibilitou a aceitação.

Enunciado 05:

PVHA I: Bom, pessoal, vou dar minha opinião. Eu entendo que se a pessoa está fazendo o tratamento correta e responsável, faz os exames periódicos e possui carga viral indetectável (não transmite), a opção de contar ou não é toda dela. Eu não contei. Estou num relacionamento há 2 anos, estável e me cuido muito bem, nunca falho no meu tratamento e estou indetectável há mais de 10 anos. Por que eu haveria de contar uma coisa extremamente

íntima dessas? O que a PVHA⁷ está passando é normal. No começo passei por toda essa angústia. O medo da rejeição amplificado pelo medo do preconceito é muito forte. As únicas pessoas que sabem de mim são meus pais, minha ex-mulher (hoje uma das minhas melhores amigas), um grande amigo meu que é médico e uma ex-namorada que contei na época que descobri e me deixou justamente por conta do HIV. Cheguei a pensar que nunca mais me relacionaria com ninguém. Quando soube que a carga indetectável significa que não transmite, e mais, que podemos inclusive ter filhos, poxa, isso foi praticamente uma alforria. Hoje já não tenho medo de solidão, estar ou não sozinho depende exclusivamente de mim. (grifos nossos).

Noutra ponta, há quem prefira manter a verdade escamoteada do parceiro, argumentando que viver com HIV é muito íntimo, portanto, não há motivo para expor a não ser que seja para pessoas do núcleo familiar e outros mais próximos, como o amigo médico, a ex-esposa e uma ex-namorada, esta última, ao que parece, justifica o silêncio atual. Borges, Silva e Melo (2017, p. 669) apontam para uma posição sujeito definida como “fachada pessoal da soronegatividade” ao classificar discurso semelhante a opinião da PVHA I do Enunciado 05. Ou seja, a PVHA I vive duas posições sujeito, ora positivo para o amigo médico, aquele que dispõe do saber científico, ora negativo, para quem não ver a necessidade de contar por se tratar de uma questão íntima. No entanto, talvez a superação (“medo da rejeição”) que diz ter deixado para trás, há margem para dúvida ao, voltamos demarcar, em razão do episódio frustrante e negativo da rejeição da ex-namorada. A verdade da coragem parece ser ignorada em prol da harmonia do relacionamento amoroso. Contar, nesse caso, é uma possibilidade inexistente sob o argumento da privacidade.

Considerações finais

Ao longo da análise dos enunciados três eixos temáticos perfizeram as discussões provocadas no grupo do WhatsApp: o eixo familiar, o eixo médico

e o eixo amoroso. Este primeiro ponto suscitou um breve debate entre os sujeitos que vivem com HIV sobre expor a sorologia para os membros da família, prevalecendo entre os integrantes do grupo a posição de que a verdade não seria bem vista dado a rejeição ou não compreensão que os seus entes talvez não tivessem. De igual modo, ressoa a ideia de ocultar a informação do *status* sorológico para os médicos de outras especialidades que não sejam infectologistas. Assim também deve ser para os companheiros de relacionamento amoroso.

Como é visto há uma dualidade presente nessa vontade de verdade (FOUCAULT, 2014) destes sujeitos, ora tomam como positivo o dizer-verdadeiro, ora negativo, este último sempre uma constante. O medo, nessa esteira, aparece como uma regularidade discursiva nas séries enunciativas. É sempre o medo que motiva o silêncio. A coragem de verdade cede espaço para o medo da coragem, numa figura de linguagem que sobressai a rejeição como resposta à ação de expor a “verdade verdadeira”.

“Por que nos preocupamos com a verdade, aliás, mais do que conosco?”, pergunta Foucault (2006b, p. 280) em um certo momento, acrescentando ainda: “E por que somente cuidamos de nós mesmos através da preocupação com a verdade?” Contrastando Foucault, caberia em outras palavras: por que há também a preocupação com a mentira? Observando os enunciados analisados, para nós fica claro que a mentira, como oposição à verdade, é estabelecida para as pessoas que vivem com HIV como um escudo cuja proteção recai no receio da discriminação e estigma. Se há, por um lado, uma coragem de verdade em uns, em outros excede a coragem da mentira, como uma dissimulação da realidade, uma fachada pessoal em que a conveniência sobressai.

Dizer a verdade não se restringe a um ato impulsivo encapada por uma crença ideológica, mas pelo desejo de estar bem consigo e viver livre.

7 Nome de uma pessoa com hiv citada na conversa. Optamos por substituir por PVHA, assim como ocorre nas demais falas.

Como visto no Enunciado 02, uma das pessoas que vive com HIV diz que, após revelar para sua família, passou a conviver sem a necessidade de esconder os remédios e passou a ter apoio de todos os membros dela. É evidente que, numa sociedade ainda marcada por uma memória estigmatizante, compreensível que haja tanto receio em ser visto como um monstro a ser combatido.

Referências

- BORGES, R.; SILVA, M.; MELO, L. “Mas não tive coragem de contar” – a revelação da condição sorológica na experiência amorosa de pessoas que vivem com HIV. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 664-675, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170311>.
- BUTTURI JUNIOR, A; LARA, C. de A. As narrativas de si e a produção da memória do hiv na campanha O cartaz HIV positivo. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 18, n. 2, p. 393-411, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180208-12217>.
- DANIEL, H.; PARKER, R. A terceira epidemia: o exercício da solidariedade. In: DANIEL, H.; PARKER, R. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018a.
- DANIEL, H. Brasil: a falência dos modelos. In: DANIEL, H.; PARKER, R. *AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas*. Rio de Janeiro: ABIA, 2018b.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1966.
- GREGOLIN, M. R. Discursos e imagens do corpo: heterotopias da (in)visibilidade na WEB. In: FLORES, G. G.; NECKEL, N. R. F.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015, p. 191-213.
- FOUCAULT, M. Quem é você, professor Foucault? In: *Ditos e Escritos I (1954-1969)*. 1967. p. 601-620.
- FOUCAULT, M. Gerir os ilegalismos. In: FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: entrevistas a Roger Pol-Droit*. São Paulo: Graal, 2006a. p. 41-52.
- FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: FOUCAULT, M. *Coleção Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 264-287.
- FOUCAULT, M. Sexualidade e solidão. In: FOUCAULT, M. *Coleção Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Coleção Ditos & Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. p. 335-351.
- FOUCAULT, M. Retornar à História. In: FOUCAULT, M. *Coleção Ditos & Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 281-295.
- FOUCAULT, M. O Governo de Si e dos Outros – Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II – Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WFM Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. Discurso e verdade: seis conferências dadas por Michel Foucault, em Berkeley, entre outubro e novembro de 1983, sobre a parrhesia. In: *Prometeus: filosofia em revista*, Brasília, n.6, v.13, edição especial. 2013.
- FOUCAULT, M. A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 5 ed. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 2017.

INÁCIO, E. C. Carga zerada: HIV/AIDS, discurso, desgaste, cultura. *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 29, p. 479-505, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/va.v0i29.118885>.

LELIS, R. T.; SOARES, G. B.; GARBIN, A. J. I. et. al. Discriminação vivenciada por pessoas que vivem com HIV/AIDS nos serviços de saúde: um estudo qualitativo. *Revista Ciência Plural*, n. 3, v. 2, p. 17-29, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/10986>.

MUCHAIL, S. T. Prefácio: Cuidado de si e coragem da verdade. In: GROS, F. ARTIÈRES, P. [et al.] (Orgs.). *Foucault: a coragem da verdade*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MUNIZ, B. A. A.; FONTE, D. C. B.; SANTOS, S. C. Percepção do portador de HIV/AIDS sobre o cirurgião-dentista. *Revista Bioética*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-296, Jun, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422019272312>.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *Moara*, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9682>.

PARKER, R.; AGGLETON, P. *Estigma, discriminação e AIDS*. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021. Disponível em: <http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2021/05/livro-digital-final-ESTIGMA-DISCRIMINA%C3%87%C3%83O-E-AIDS-pagina-espelhada-10052020.pdf>.

PORTOCARRERO, V. Notas marginais sobre sujeito e verdade, Parresía, discurso e técnicas de si no pensamento tardio de Michel Foucault. *Dois pontos*, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 99-114, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/dois pontos/article/view/56541>.

SARGENTINI, V. M. O. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? *Revista Heterotópica*, v. 1, n. 1, p. 34-47, 26 jun. 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HTP-v1n1-2019-48526>.

SARGENTINI, V. M.; CORSI, J. C. O enunciado à primeira vista: as (im)possibilidades de uma leitura da superfície dos discursos. *Moara*, Belém, v. 2, n. 57, p. 181-199, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/9543>.

SILVA, L. A. V. da.; DUARTE, F. M.; NETTO, G. R. A. Sociabilidades “positivas” em rede: narrativas de jovens em torno do HIV/Aids e suas tensões cotidianas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 335-355, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000200009>.

SILVEIRA, F. de A. A noção de rede em Foucault. *Revista Unimontes Científica*, v. 6, n. 1, p. 01-19, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2464>.

SOUSA, K. M. de. A genealogia e a ética foucaultianas nos estudos discursivos. *Revista Heterotópica*, v. 1, n. 1, p. 139-159, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HTP-v1n1-2019-48922>.

UNAIDS. Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS, 2019. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_12_06_Exec_sum_Stigma_Index-2.pdf. Acesso em: 01 jul. 2021.

Submissão: julho de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

POESIA, MEMÓRIA E PÓS-COLONIALISMO: NOTAS SOBRE A PÁTRIA DIVIDIDA, DE NELSON SAÚTE

Cleber da Silva Luz¹
Fernanda Garcia Cassiano²

Resumo: Pretende-se, com este artigo, auscultar algumas facetas da produção em poesia de Nelson Saúte, importante poeta moçambicano, em uma vertente de análise pós-colonial, que fundamenta e representa a formação dos sujeitos moçambicanos. Tomando os poemas de *A pátria dividida* (1993), observa-se uma dicção metapoética em função da construção de uma memória paradoxalmente individual e coletiva, a partir da qual reverbera um *pathos* melancólico, essencialmente elegíaco, em decorrência de um chão marcado pelos traumas de uma guerra.

Palavras-chave: Literatura moçambicana. Poesia. Memória. Pós-colonialismo. Nelson Saúte.

POETRY, MEMORY AND POST-COLONIALISM: NOTES ON A PÁTRIA DIVIDIDA, BY NELSON SAÚTE

Abstract: It is intended, with this article, to listen to some facets of the production in poetry of Nelson Saúte, important Mozambican poet, in a post-colonial analysis aspect, which underlies and represents the formation of Mozambican subjects. Taking the poems of *A Pátria Dividida* (1993), a metapoetic diction can be observed due to the construction of a paradoxically individual and collective memory, from which a melancholic *pathos*, essentially elegiac, reverberates due to a floor marked by the traumas of a war.

Keywords: Mozambican literature. Poetry. Memory. Post-colonialism. Nelson Saúte.

1 Mestrando em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: clebersiluz@gmail.com; Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0144676955915572>.

2 Mestranda em Letras (Estudos Literários) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: fernandagarcia.c@hotmail.com; Link Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2698373488466846>.

Nelson Saúte e a literatura contemporânea moçambicana

Spinuzza (2015), ao discutir a produção literária em Moçambique, no período pós-guerra, afirma que diversos artistas representaram o drama da Guerra no contexto moçambicano. Silva (1997), por seu turno, comenta que o período iniciado na década de 1930, e que abrangeu de 1940 a 1970, revela um forte movimento de investidura literária em função da criação de uma identidade moçambicana no campo literário, de modo que essa identidade divergisse e desintegrasse os traços instaurados, até então, pelas manifestações do período colonial. Assim, da literatura que se produziu no período pós-1975, Spinuzza (2015) assevera que perpassa sob essa uma atmosfera de desassossego, que se reflete em uma escrita angustiada. Essas primeiras informações nos aproximam da literatura produzida por Nelson Saúte, poeta que apresenta, em diversas de suas obras, essa mesma atmosfera desassossegada e angustiada, no percurso de uma representação de uma memória da Guerra, que presenciou sob a perspectiva de uma criança.

Nascido em Maputo, capital de Moçambique, em 1967, Nelson Saúte apresenta uma das vozes singulares do quadro da literatura moçambicana contemporânea. Formado em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa, trabalhou como jornalista e é autor de obras em poesia e em prosa, tendo, também, organizado antologias de poesia e de contos. Escreveu, entre outros, *O Apóstolo da Desgraça* (1999, contos), *Os Narradores da Sobrevivência* (2000, romance), *A Pátria Dividida* (1993, poesia), *A Cidade Lúbrica* (1998, poesia), *A Viagem Profana* (2003, poesia) e *Maputo Blues* (2007, poesia). Organizou *As Mãos dos Pretos* (2001, antologia do conto moçambicano) e *Nunca Mais é Sábado* (2004, antologia de poesia moçambicana).

Lérco (2012) comenta que a obra de Saúte manifesta, em alguma medida, um desejo de intensificar, de registrar e reivindicar um lugar de representatividade, na – e para a – cultura de Moçambique. O que dialoga com literatura moçambicana, de maneira geral, em sua fase contemporânea, pois, como explicam Amorim e Junior (2018), nessa fase, a literatura produzida, em Moçambique assume diferentes formas de representação, no que tange às imagens e à identidade moçambicana retratada nos textos. Assim, “ao perceber a realidade ao seu redor, busca representá-la literariamente através da palavra” (AMORIM; JUNIOR, 2018, p. 219).

É importante, nesse cenário, que se compreenda o fato de que o fim do regime salazarista, em Portugal, não influenciou a libertação imediata de suas colônias. Isso aconteceu, em Moçambique, apenas em 1975, cerca de um ano depois da Revolução dos Cravos. Ainda ocorre que, em Moçambique, a FRELIMO³ e a REMANO⁴ entram em combate na luta pelo domínio do jovem país. O combate perdura até 2002, o que causa maior desestabilização para a economia do país. Secco (2008), comenta tal acontecimento, como vemos

as lutas travadas após as libertações políticas de Angola e Moçambique se transformaram em duelos, verdadeiras carnificinas que não respeitaram nem filhos, nem irmãos da mesma pátria. Interesses exógenos se mascararam, então, em endógenos; muito sangue fraterno correu em vão, dilacerando as nações recém-libertadas (SECCO, 2008, p. 15).

É, nesse período, conforme afirmam Amorim e Junior (2018), que se ambientam diversas obras de escritores moçambicanos. Nesse processo de construção de novas formas de representação, em outras palavras: nesta busca por uma renovação e experimentação estética, se promove, ao escritor moçambicano, um retorno à sua terra, à sua cultura e aos conhecimentos, nela, englobados.

3 Frente de Libertação de Moçambique.

4 Resistência Nacional Moçambicana.

Tal movimento comparece à obra de Nelson Saúte por apresentar, em muitas de suas produções, “um cotidiano nutrido pelas relações com o passado [...] vivamente presentes ainda no cenário/ imaginário social moçambicano” (LÉRICO, 2012, p. 16). Rodriguês e Niederaurer (2011, p. 12) afirmam: “por isso a importância da história se faz tão presente nos textos, reconfigurada, refletida por diferentes vozes”. E, nesse ínterim, “a palavra se torna possível pela necessidade de compartilhar experiência: sobreviver tem o sentido não apenas de subsistir, mas de continuar, persistir - a tarefa da moçambicanidade” (RODRIGUÊS; NIEDERAURER, 2011, p. 13).

Nessa perspectiva, Amorim e Junior (2018) explicam que, ao longo do período pós-guerra, a poesia teve um lugar de destaque no solo moçambicano. Secco (2008), ao tratar da poesia produzida a partir dos anos 1980, a denomina por “Nova poesia moçambicana”. Há, nessa nova poesia, o movimento de recuperação das vozes dos irmãos mortos, dos dramas silenciados e das verdades não contadas na história oficial. É, nesse sentido, que se instaura o profundo diálogo entre passado e presente, via memória, o que possibilita uma reconfiguração, não só das fronteiras históricas, mas, também, geográficas, culturais, políticas e identitárias. Inserido nessa tendência da nova poesia, o livro de Nelson Saúte, *A pátria dividida* (1993), reverbera esses aspectos de maneira singular.

A fim de compreender tais manifestações, pretendemos o diálogo da literatura pós-colonial, como uma ferramenta de visibilidade das narrativas que são, também, identitárias e representam uma violência simbólica contra a identidade multicultural – que é fragmentada – com a leitura dos poemas que integram a obra do autor, compreendendo como as características dessa literatura comparecem. Lemos, entretanto, de maneira panorâmica a obra, pela necessidade de recorte, buscando averiguar

as linhas de força, no que concerne a aspectos estilísticos e temáticos. Dessa forma, apresentamos uma leitura geral da obra, destacando, para isso, alguns poemas como representativos das principais características.

O pós-colonialismo como processo de formação identitária

Com respaldo na pesquisa de Bonnici (2011), é possível compreender que, apesar das diversas interpretações do termo ‘multicultural’, “O poder hegemônico da fixação de identidade é subvertido pelo hibridismo.” (BONNICI, 2011, p. 37). Também por essa razão, e em concordância com Eagleton (2015), busca-se discutir como esse hibridismo, da pós-modernidade, é representado nas artes e na literatura.

Compreendemos que a história de Moçambique é um entrecruzar de muitas histórias, nesse contexto, o pós-colonialismo surge como teorização e uma ferramenta que possibilita a discussão dos efeitos da colonização. O termo ‘pós-colonialismo’ pode ser entendido como conceito que engloba todas as estratégias discursivas e performativas, em diferentes estruturas, mas que desintegram a versão colonial. (MUNHOZ, 2020). Essa vertente apresenta uma possibilidade de reflexão de coexistência, ou seja, a negociação entre línguas e culturas, como uma forma de interpretação do mundo proposto em termos históricos e literários, com um novo olhar de reconhecimento de um povo que já possui própria representação existente em um imaginário social.

Dialogar com as questões pós-coloniais implica considerar todas essas premissas, e, no caso de Moçambique, há um fator atenuante, visto que todas essas perspectivas pós-coloniais são atravessadas pela lusofonia, o que é próprio da língua e cultura portuguesas, ou seja, existe uma linearidade cultural em relação à comunhão de uma

mesma língua, o que intensifica a miscigenação de tradições e memórias culturais. No Continente Africano, há cinco países que falam, oficialmente, a língua portuguesa e, naturalmente, a literatura – e outras produções culturais – desses países, recebeu fortes influências da literatura brasileira.

A análise, frente aos espaços do discurso, permite a percepção de que não somente o conteúdo, mas também a organização composicional da obra, na qual os sujeitos possuem sua voz negada – ou caracterizada como vozes silenciadas pela dor –, dificultam a imposição dos sujeitos enquanto seres culturalmente complexos. O registro simbólico se sobrepõe e torna viável a percepção de que o discurso do colonizador não somente integra, mas também exclui a cultura e, conseqüentemente, a identidade do colonizado. A negação da identidade criada por meio das multiculturas invisibiliza a existência de seres multifacetados, portanto, a pesquisa literária via leitura pós-colonial é também uma forma de viabilizar o discurso dos sujeitos invisíveis e os trazer para a superfície das análises por meio de uma narrativa múltipla.

O estudo acerca do multiculturalismo se insere com o intuito de romper com esses paradigmas, viabilizando a discussão sobre a miscigenação cultural enquanto um traço enriquecedor, e não apenas excludente, o “multiculturalismo é um fator que destrói a identidade nacional até agora unificada e coesa” (BONNICI, 2011, p. 14).

O espaço do conflito é o espaço que caracteriza os traços culturais como instáveis e não determinados, traços culturais como a linguagem e a identificação (BONNICI, 2011). A problemática levantada é que o sentimento de não pertencimento a uma cultura é o cerne do vazio existencial, que causa angústia e desassossego, pois “a cultura é o «suplemento» que preenche um vazio no cerne da nossa natureza e as nossas necessidades materiais são depois reconduzidas nos seus termos.” (EAGLETON, 2015, p. 129).

Creemos que esse encaminhamento seja possível, pois pensar a obra de Saúte, em seu valor memorial, permite entendimento das próprias estruturas do pós-colonialismo moçambicano, considerando que, com influência da diluição de fronteiras, do multiculturalismo e do próprio hibridismo, não há como sustentar uma leitura una e singular. Por isso, de acordo com Werbner (1998), “em muitos lugares, as pessoas trazem consigo traços poderosos e às vezes intimamente dolorosos do passado colonial e pós-colonial que informam a(s) política(s) do presente” (1998, p. 2).

Desta maneira, as sociedades que passaram pelo processo pós-colonial foram constituídas sob um regime patriarcal e as experiências sociais, culturais e históricas, do período pós-colonial, são representadas pelas produções culturais. Nesse processo, narrativas representam uma sociedade em que o poder e o discurso são atrelados para convencer sobre uma suposta superioridade que os colonizadores, nesse caso os europeus, tentavam impor, evidenciando sua suposta superioridade intelectual sobre os colonizados, que eram vistos como pessoas inferiores. Este é um condicionamento histórico, inevitável e, porventura, muitas vezes, inconsciente, a que está submetido o escritor africano e a que o crítico, leitor, pesquisador etc. também não está livre.

Como forma de consolidar a identidade nacional, mas também potencializar a identidade individual, as narrativas, que anteriormente tinham suas histórias retratadas com uma perspectiva do colonizador eurocêntrico, desempenharam um grande papel na luta, não somente pela independência, mas pela consolidação de uma nação, narrativas que, outrora, pertenciam aos colonizadores. Dessa forma, o silenciamento dos colonizados era, também, ferramenta de apagamento identitário.

De acordo com Campos (2008), essa luta foi também ideológica, visto que buscava-se

ocupar o espaço intelectual que toma a literatura ocidental como referência, marginalizando e descaracterizando – como sublitteratura – outros tipos de produções. Portanto, quando nos referimos ao colonizador/colonizado, estamos aludindo a um contexto específico que não pode ser generalizado. Assim, já que não é possível falar em processos de colonização uniformes, de tal maneira não é aceitável que falemos de um sujeito pós-colonial único. Cada processo histórico resultou em identidades culturais específicas, o que não nos impossibilita analisar esses múltiplos espaços de silenciamento que, às vezes, são travestidos em efetivo silêncio, mas também em loucura, em trauma, em solidão e em angústia.

A violência é um possível elemento tributário das lutas de libertação. O colonizado conseguiu expulsar a presença física do colonizador através de um único processo, ou seja, do uso da violência absoluta, no entanto, é por meio da violência simbólica, a que nem sempre é perceptível, que persistem essas marcas de apagamento, fortificadas por meio da memória e do discurso memorialístico.

Com a opressão do colonizador e, em consequência disso, a redução da subjetividade do colonizado, este último acabou por incorporar a inumanidade do próprio colonizador, que tanto temia a herança do colonialismo, portanto, não foi totalmente esvaziada na pós-colonialidade. Nessa perspectiva, a atitude a ser adotada para sair do simulacro pós-colonial da violência ou da condição terceiro-mundista requer despir-se da imagem de si elaborada por outrem.

A pátria dividida: poéticas de um chão pós-guerra

Paz, em um de seus ensaios sobre a poesia e o poeta, comenta sobre o fato de que “o poeta parte da solidão, movido pelo desejo, na direção da comunhão” (PAZ, 2017, p. 18). Em suas próprias

palavras, relacionamos essa afirmação com a concepção de poesia enquanto “voz do povo, língua dos escolhidos, palavra do solitário” (PAZ, 2012, p. 21). O poeta escolhido manifesta, na poesia, a voz do povo e, ao mesmo tempo, a palavra do solitário. Reside, aí, a relação de outriedade da poesia. É fruto de um eu, de uma subjetividade. Mas esse *eu*, essa subjetividade, é marcada por outros tantos *eus*, por outras tantas subjetividades. É, portanto, “experiência histórica de raças, nações, classes” (PAZ, 2012, p. 21). Assim é que Nelson Saúte constrói os poemas de *A pátria dividida*, ao pôr, em cena, imagens que fazem parte de um imaginário coletivo moçambicano, mas que também são compostas por imagens de sua infância, a partir de sua memória individual.

Dividido em três seções, *A pátria dividida*, é composto por 34 poemas. A primeira seção intitulada “A descoberta dos hieróglifos” contém 5 poemas, a segunda, “O júbilo das falésias”, 11, enquanto a última seção, “No coração do luto”, contém 18 poemas. As seções concentram poemas que são, relativamente, homogêneos em relação aos temas, ainda assim, há poemas com tom dissonante. O que se registra, desde o primeiro poema e perpassa como fio condutor da obra, é a melancolia, a solidão, a angústia e as imagens delas emanadas.

A primeira seção se dedica aos ofícios do verso, lembrando a obra de Jorge Luis Borges. Reflexões metapoéticas se concentram nos cinco poemas que integram essa seção. Uma das epígrafes dessa seção já anuncia o tema, quando apresenta os versos de Rui Knopfi, importante poeta moçambicano que influencia a escrita de Saúte, “Curvo-me sobre esta / morosa, pertinaz escrita”.

Patraquim (1993), ao prefaciar *A pátria dividida*, se refere ao Nelson Saúte como “leitor de poemas”. Afirmo, o poeta, que prefacia sobre o poeta que escreve: “Os outros sabemos quem são”, pois “as epígrafes com Neruda, Rilke, Craverinha, Knopfli”

(1993, p. 7) revelam vozes de outros lugares que são, neste livro, alocadas e convidadas a cantar para e por esta pátria. Poetas brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade, também comparecem aos versos de Saúte, por exemplo, no poema “2.” da sequência intitulada “Pro-arqueologia”, por meio dos versos “De Itabira o menino gauche / porfia o seu cauto discurso” (1993, p. 20). Assim, “esta pátria faz-se em respiração contida, exigência e rigor, na nomeação de um Tu que é Nós, essa procura de identidade individual e colectiva que é uma constante na nossa literatura” (1993, p. 8). Amorim e Junior (2018) asseveram que “os poetas se voltam para a metapoesia, para o labor estético como forma de sobreviver aos sofrimentos sociais do país recém-liberto, mas com problemas não resolvidos” (2018, p. 227).

Ao valer-se de uma breve articulação sobre os impactos da violência colonial e simbólica em Moçambique, frente à produção literária, compreendemos que a violência é um mecanismo de silenciamento. Portanto, ao compreender a função do discurso, a reflexão primordial pauta-se em quais outros mecanismos estão sendo apagados dentro da obra que é objetiva e singular. Os artifícios linguísticos não apenas ambientam uma própria realidade, mas “ludibrium” a realidade externa e podem fazer com que questões sistêmicas sejam apagadas, como a própria normalização da violência, pois, ao se travestir em realidade referencial, a violência sistêmica se difunde e se mascara na narrativa.

De acordo com Žižek (2015), há algo de violento no próprio ato da simbolização de uma coisa, equivalendo à sua mortificação, trata-se de uma violência que opera em múltiplos níveis, pois a linguagem apenas simplifica a ‘coisa’. Além disso, “a linguagem tenta cercar e dar limites àquilo que não foi submetido de uma *forma* no ato da sua recepção” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 48). Ainda que marcados pela violência,

os textos, sobretudo em meados da independência de Moçambique, refletem a ideia de nação que se quer criar. Uma nação justa, igualitária, negra, que retoma as suas raízes. De outra parte, a literatura de Moçambique possui o caráter de resistência, no sentido de resistir às forças que são exteriores ao sujeito.

É evidente esse movimento na primeira parte da obra de Saúte, como podemos observar no poema “Na solidão da escrita”. Lemos, na sequência: “O acerado gume das palavras/ fere-me a polpa dos dedos/ na solidão do ofício./ Escrevo dentro da neblina ao pulsar do relógio/ na sala. Oiço o respirar/ dos quartos quando transito/ na desesperada procura do poema/ ao outro hemisfério da angústia” (SAÚTE, 1993, p. 16).

O tema da solidão está marcado já no título do poema. Trata-se não de uma solidão geral, específica, mas sim da solidão do poeta. Imagem que retoma a ideia de Paz (2017) quando fala do poeta que parte da solidão em direção à comunhão. Em se tratando de uma solidão do processo de escrita poética, notamos a reverberação da voz de Sophia de Mello Breyner Andresen, poeta importante à lírica contemporânea portuguesa, cuja atenção se voltou, de maneira resistente, contra o governo salazarista e apoio aos amigos de diversos lugares colonizados da África.

Patraquim (1993) comenta, ainda no prefácio da obra de Saúte, a relação dos poetas portugueses com os poemas do autor, afirmando que “Lisboa separa o que une” (p. 7). Em *Ilhas*, Sophia escreve um poema com teor metapoético, no qual o eu lírico enuncia: “a escrita exige solidões e desertos” (ANDRESEN, 2018, p. 804). Verso que corrobora e pode ser aproximado do eu lírico no poema de Saúte.

Nos versos de 1 a 3, “O acerado gume das palavras / fere-me a polpa dos dedos / na solidão do ofício”, vemos as palavras como facas, porque cortam, porque ferem, porque, como escreveu

Orides Fontela, “a palavra é densa e nos fere”, ou ainda, porque “toda palavra é crueldade” (FONTELA, 2015, p. 47). Em alguma medida, a palavra fere, porque ela transforma sentimento em linguagem, porque é por meio da palavra que sentimentos tomam forma.

E, por se tratar de um trabalho das mãos, o gume das palavras corta a ponta dos dedos, com os quais o poeta desenha imagens, dá cor às dores, na solidão do ofício. O poema como o barro, do qual o poeta dá forma com a mão. A poesia, no poema de Saúte, não se faz claridade, mas se esconde no escuro do eu, por isso o poeta escreve “dentro da neblina”. O escrever é, neste caso, embaraçoso, fugidio. Há uma busca pela palavra que comporá o poema, que lembra o grande poema de Drummond, “Procura da poesia”.

A escrita do poema demanda o tempo da espera. E, por isso, o relógio, imagem metonímica, reverberando o tempo, personificada ao pulsar, referenciando a vida. Há um jogo sinestésico quando o eu lírico enuncia “Oiço o respirar / dos quartos quando transito”. Os quartos que, assim como o relógio, são personificados, adquirindo caracteres emocionais, elementos que intensificam o *pathos* do poema, são de um teor metafórico bastante representativo, uma vez que podem sugerir a dualidade dos espaços internos e externos. O eu lírico busca, no interior, as palavras com os quais tornará exterior o poema, de modo que, assim, o poema compareça ao “outro hemisfério da angústia”, o de fora.

Essa espécie de grafia da solidão, que denota, por um lado, a solidão do poeta e, por outro, o trabalho das mãos, se caracteriza pela busca das palavras que comporiam o poema e o movimento de exteriorização. Tal movimento poético na escrita de Saúte, como vimos no poema acima, dialoga com o que Secco (2008, p. 16) afirma, quando lembra que, nesse contexto de pós-guerra, as manifestações “literárias, além de cumprirem um

ritual de exorcização da dor e da crueldade, tentam abrandar, em parte, os sofrimentos e as feridas, transformando-os, pela beleza da linguagem poética, em matéria-prima da própria arte”.

As imagens metapoéticas ainda se estendem ao longo livro, contudo, na segunda seção, “O júbilo das falésias”, apresentam uma dicção mais variada, como veremos. O título da seção é composto de maneira antitética, pois o júbilo, enquanto uma alegria desmedida, é interdito pela imagem das falésias que são paredes rochosas, nas quais batem águas do mar se batem contra, e param.

Há certa violência na imagem das falésias, que podem ser relacionadas à figura do feminino por sua relação tanto com a terra, quanto com a água, nessa associação com o mar. O primeiro poema da seção se intitula “Mulher”. Esse poema é composto por oito dísticos, que podem ser lidos também como poemas independentes, mas que enunciam imagens em torno de um erotismo da figura do feminino. Vejamos o último dístico: “Poderias dizer:/ existo porque és mulher” (SAÚTE, 1993, p. 34).

Secco (2008) comenta que é recorrente o erotismo em torno de imagens do feminino na poesia moçambicana como um todo. Essa dicção erótica que ronda a imagem do feminino pode estar atrelada à imagem da terra mãe ou, ainda, ao arquétipo da figura feminina da mãe natureza. Chevalier e Gheerbrant (2019) explicam que o símbolo da mãe está ligado ao mar, por conta de suas figurações de receptáculos e “matrizes”. Ainda, comenta que “o mar e a terra são símbolos do corpo materno” (2019, p. 580).

A representação da mulher, historicamente, se relaciona com a tradição local e, nas literaturas africanas, essa mulher moçambicana também é fragmentada, visto que é constituída por suas facetas do lar, representando a força feminina e familiar, mas também a objetificação da feminilidade. São os autores pós-coloniais que buscam, em amplo sentido, apresentar a mulher que, além de assumir

o papel de esposa e mãe, rompe com as imposições masculinas, assumindo um papel próprio como sujeito unificado na sociedade pós-colonial.

O dístico exemplificado revela um eu lírico que enuncia: “Poderias dizer: / existo porque és mulher”. Embora estejamos lidando com uma imagem ambivalente, podendo denotar um tom erótico em torno de paixões carnavais, vemos que a representação de tais palavras, no todo composicional da obra e da seção, especificamente, autorizam a leitura da mulher como a terra mãe, pois “nascer é sair do ventre da mãe; morrer é retornar à terra” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2019, p. 580), desse modo, o eu lírico declara, à cidade-mãe, que existe por conta da condição de provedora.

Bosi (2000) lembra que a poesia abriga silêncios em, por exemplo, suas pausas internas. E essa pausa pode ser “terrivelmente dialética”, pois “pode ser uma ponte para um *sim*, ou para um *não*, ou para um *mas*, ou para uma suspensão agônica de toda a operação comunicativa” (p. 121, destaques do autor). Essas ressonâncias, segundo o autor, possibilitam desdobramentos do *pathos*. Então, vemos essa dificuldade de enunciar coisas que significam via silêncio. Seja o silêncio como resistência, como representação da vida e da impossibilidade do dizer, seja como o silêncio da morte, que fecha olhos e seca línguas.

A relação de vida e morte é, também, bastante recorrente na lírica de Saúte e em outros autores que têm o espaço onde cresceram e viveram como matéria para sua arte. Em alguma medida, essa imagem ambivalente reverbera a “pátria dividida”, pois o chão de Moçambique pós-guerra é um *topos* que entrelaça vivos e mortos. As memórias do espaço são muito evocadas em versos do autor, ainda nessa seção, quando retoma esse imaginário ancestral moçambicano como um convite à lembrança, como vemos no poema “M’siro”: “O m’siro/ encantamento dos meus olhos/ perfaz a tua insular imagem./ No litoral do teu corpo/ a

apoteótica espuma/ do orgasmo das ondas./ O júbilo das falésias” (SAÚTE, 1993, p. 36).

Neste poema, reverbera a memória de espaços. Desde o título, há a referência ao pó encontrado na província de Nampula, interior de Moçambique. Importante, primeiramente, saber algumas características desse produto natural, para, posteriormente, ler o poema. O m’siro é um pó de origem natural, extraído de uma pequena árvore que brota nas regiões litorâneas e no interior da ilha. Porém, tem maior reprodução nas zonas ribeirinhas que ela se prolifera.

Quando misturado em água, pode ser aplicado ao rosto ou ao corpo, comumente, nos tempos passados, utilizado em rituais, comemorações, contendo alto teor simbólico à comunidade da província de Nampula. Nos tempos de hoje, o m’siro é tido como um produto de beleza, pois, além de seu perfume, tem propriedades que retardam o envelhecimento e trata manchas na pele.

Retornemos ao poema: o m’siro é enunciado desde o início, quando o eu lírico diz ser esse o “encantamento dos meus olhos / perfaz a tua insular imagem”. Por um lado, o pó branco representa, simbolicamente, uma matéria própria de Moçambique, e evoca, por assim dizer, um fruto daquele chão. Por estar, em suas origens, atrelado aos rituais, o pó, no poema, metaforiza o encantamento dos olhos do eu lírico para com a terra, que se compõe enquanto “insular imagem”. Insular imagem, metáfora da ilha. O m’siro é o material por meio do qual o eu lírico reconstrói, na memória, a imagem desse local. Tal consideração nos leva a refletir sobre as relações entre memória e espaço. Yates (2007), por exemplo, assevera que os lugares são os responsáveis pela preservação e possibilitam dar ordens aos fatos. Sabe-se, afinal, que a memória não é linear e recupera diversas imagens que, segundo a autora, “designam os fatos em si” (p. 29). Tomando o poema de Saúte, vemos que, ao ter contato com a visualidade do m’siro,

o eu lírico constrói a imagem da ilha. Isso ocorre porque “pela associação, um lugar traz associações à memória” (2007, p. 42).

Essa associação é possível por meio da afetividade do sujeito que rememora. Assmann (2011, p. 263) afirma que “só o que termina, o que dói fica na memória”. É, nesse sentido, que essa representação visual de um caractere localizado em Moçambique se faz memorialístico na lírica de Saúte, pois a evocação de um espaço é o traço essencial de uma memória não apenas individual, mas, sobretudo coletiva.

Halbwachs (1990) lembra da premissa de que imagens espaciais desempenham um importante papel na memória coletiva, pois, segundo o autor, “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (p. 143). Vejamos: a importância do espaço na construção dessa memória de Moçambique marca um registro da visualidade do horror, da desgraça, mas, antes ainda, também daquilo que o país possui de belezas naturais, paisagens modificadas, divididas entre o ontem e o hoje.

Assim, “No litoral do teu corpo”, remete, com certo tom erótico, à imagem da terra, novamente, à ilha de sua infância, da qual se recorda. Os versos que seguem, “a apoteótica espuma / do orgasmo das ondas”, retoma a imagem que dá título a essa seção e, ainda, é apresenta no verso final do poema: “O júbilo das falésias”. O termo falésia é, geralmente, utilizado para formações litorâneas. Isso corrobora com o espaço que o eu lírico reconstrói. Há uma beleza natural nessa paisagem que se assemelha à beleza da qual se beneficia aquele ou aquela que usa m’siro. Ainda, essa beleza é dotada de certo erotismo quando a espuma que se forma do choque da água do mar com a falésia é metaforizada enquanto orgasmo.

Há, nesses versos, um erotismo, também, violento. A beleza está no choque entre as duas matérias: a substância líquida e a rochosa. A água

violenta, as falésias com espécie de socos, e reside, nisso, certo prazer. Jubilosas, as falésias resistem, ainda que, de tempos em tempos, percam partes de si pela recorrência dos encontros violentos com a água. A espuma, apoteótica que se faz do encontro, o orgástico momento, por sua cor branca é o que permite a rememoração desse espaço e a analogia com a imagem do pó de m’siro.

Metaforicamente, o m’siro ainda é essencial no todo do poema, se considerado as imagens anteriormente tratadas pela condição de transformação: pois retarda o envelhecimento. É, em alguma medida, o trabalho da memória: tornar sempre presente algo passado. Acerca dessa compreensão, Rossi (2010) corrobora, pois afirma que a reevocação não é algo passivo, mas opera enquanto um exercício de recuperação de um conhecimento ou sensação que foi, em algum momento, passado, experimentado.

Secco (2008, p. 16) discute sobre a memória, afirmando que “cenas terríveis flutuam entre a faculdade de lembrar e a de esquecer, tornando-se memórias de palavras, representações no imaginário de artistas e poetas”. Essas cenas que vão compor formas de lembrança na produção literária de artistas moçambicanos são, como vimos, evocadas na escrita de Saúte.

Na terceira seção do livro, “No coração do luto”, a memória é elemento essencial, pois perpassa todos os poemas, cujas imagens evocam lembranças de pessoas, de lugares, determinados espaços, nomeados ou não, mas que compreendem o imaginário do poeta, transformados, aqui, em matéria para trajar poemas.

Composta por 18 poemas, a seção inaugura com epígrafes, a partir de versos de José Craveirinha e Reiner Maria Rilke. As palavras dos dois poetas sinalizam e contribuem sentidos ao tom, para o qual os poemas memorialísticos, desta seção, se voltam, caracterizado pela melancolia, pela essência elegíaca. “Assim, a escrita das guerras é feita de

memórias e esquecimentos. Inscreve, no presente, a historicidade de seres, cujos dramas terríveis precisam ser contados, poetizados, exorcizados” (SECCO, 2008, p. 15).

Os títulos dos poemas são bastante significativos, como vemos, sobretudo em “Para uma canção guerreira no sul de Moçambique”, “O último exílio”, “A morte na paisagem”, “Nenhum sudário”, “Cemitério de Lhanguene”, “Munhuana”, entre outros. Os temas da morte são centrais e se revelam como resquício de uma imagem da pós-guerra, uma vez que muitos morreram no chão de Moçambique.

Lemos o poema “Elegia”, que, simbolicamente, encerra a obra: A mãe beijou a pólvora/ no sorriso morto do filho./ Despiu a capulana e cobriu-o./ E depois vestiu as lágrimas. (SAÚTE, 1993, p. 51). O título do poema remete à forma poemática da elegia. Segundo Moisés (2013), as elegias são espécie de cantos fúnebres, tendo as raízes do termo ligadas às formas usadas nas antigas lamentações fúnebres. O autor comenta que o assunto central da elegia é sempre um sentimento doloroso, despertado, por exemplo, pela ausência, por questões afetivas e, ainda, pela perda da pátria. Silva (2017) discute que, nos poemas elegíacos,

metáforas idiossincráticas põem em evidência um eu lírico cuja memória mescla as impressões, as formas, negaciam os pontos frágeis de uma matéria-prima que o enforma o sujeito lírico e seu objeto perdido, o tom lutuoso que deriva do valor fantasmático do passado (SILVA, 2017, p. 92).

O objeto perdido se faz presente via memória e, no poema, a metáfora reanima e reverbera essa melancolia no tom lutuoso. No poema em foco, há a imagem de uma mãe que beija “a pólvora / no sorriso morto do filho”. O teor ecfrástico desses dois versos pretende a intensificação do *pathos* quando, ao descrever, possibilita a criação de imagens. Essa visualidade, no poema, é o que possibilita que o eu lírico aproxime o leitor da

crueza da imagem que narra. Simbolicamente, esses versos remetem às mães, mulheres, e a mãe terra, que, pelas balas trocadas nas lutas por dominação dos territórios africanos, perderam seus filhos. O poema, em linhas gerais, retrata uma cena comum no contexto de um país que passou pela guerra, no qual mães viram seus filhos serem mortos, ou somente desaparecerem, sem nunca poder enterrar seus corpos, vestindo-se, assim, de lágrimas eternamente.

Notamos, em termos formais, que o poema está dividido em duas estrofes. A primeira, com 3 versos, nos quais há a construção da imagem da mãe que beija seu filho morto de pólvora. Esse sorriso antiteticamente construído, por ser morto. Um sorriso morto, sem riso. Entre essa estrofe e a última, há o espaço em branco, a representação do tempo e do distanciamento, revelando que, após essa separação, essa perda, a mãe é vestida de lágrimas apenas. Divide-se, esse poema, em duas estrofes, um tempo de guerra, o de morte, e um de pós-guerra, o do luto. E isso é chave para a leitura da obra de Nelson Saúte: a pátria mãe é dividida, pelo tempo de morte e dor, pelo tempo de dor e ausência.

Assim, pensar essas representações pós-coloniais é trabalhar sob a ideia de mediação, negociação, visto que, em busca de uma “pureza” identitária, há uma vasta amplitude cultural, representada por vozes que ecoam, até mesmo, no silêncio e no vazio. Para além de uma relação entre tradição e modernidade, há, aqui, a representação e o embate entre a história e a memória, tempos que se entrecruzam na análise literária e na representação do autor, que, por meio de metáforas que atravessam o tempo histórico, permite um mecanismo de leitura que ressignifica a memória em narrativas que carregam marcas de hibridez. Nessa literatura que representa as tensões individuais e sociais, emergem as experiências da colonização, no entanto, ao atravessar as fronteiras

territoriais, por meio da articulação das vozes dos escritores pós-coloniais, o desejo de representação se sobrepõe. Por isso, compreendemos a denúncia como uma reivindicação de lugar de fala. A voz do autor é a voz do povo e seu discurso memorial é uma ferramenta histórica.

Nesse contexto, é possível compreender a identidade moçambicana frente ao discurso do autor que, também submetido pela violência simbólica, tem um discurso entrecortado pela narrativa da memória que sobrepõe o silenciamento, expressando a angústia da literatura contemporânea e pós-colonial que, apesar de fragmentada, reivindica representatividade. Desse modo, é possível refletir sobre o trabalho de linguagem como uma arte da memória na obra de Nelson Saúte, pois, por meio dela, registra acontecimentos passados que fazem parte da memória coletiva do povo moçambicano.

O exercício poético de Nelson Saúte revela um movimento contra o apagamento desses acontecimentos que, embora sejam dolorosos e machuquem aquele que rememora e lida com as imagens, ainda opera como registro histórico-artístico desse povo, como enuncia o eu lírico do poema homônimo, “A pátria dividida”, em seus versos finais:

Não se enterram os sonhos
dos mutilados em perfil
no chão ultrajado

desta pátria dividida (SAÚTE, 1993, p. 63).

Referências

- AMORIM, Cláudia; JUNIOR, João Olinto Trindade. O processo de independência e as literaturas pós-coloniais: Moçambique In: Claudia Amorim [et al] (Orgs.). *Literaturas Africanas I*. v. 2. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. Ilhas. In: _____. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2018.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BONNICI, Thomas. *Multiculturalismo e diferença: narrativas do sujeito na literatura negra britânica e em outras literaturas*. (Org.). Maringá: Eduem, 2011.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 6. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- CAMPOS, Josilene Silva. A historicidade das literaturas de língua oficial portuguesa. In: *Anais do I seminário de pesquisa da pós-graduação em história – UFG/UCG*, 2008.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 33. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. Unesp, 2005.
- FONTELA, Orides. *Transposição*. In: _____. *Poesia completa*. São Paulo: Hedra, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- LÉRICO, Camila Cesário. *A literatura e a concepção de identidade em algumas narrativas de Estórias Abensonhadas de Mía Couto e de Rio dos bons sinais de Nelson Saúte*. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Cultrix, 2013.
- MUNHOZ, Renata Ribeiro; SPAREMBERGER, Alfeu. *O Pós-colonial: utopia e distopia na escrita da desilusão moçambicana*. *Olho d’água*, v. 12, n. 1, 2020.
- PATRAQUIM, Luís Carlos. *O leitor de poemas*. In:

SAÚTE, Nelson. A pátria dividida. Lisboa: Vega, 1993. p. 7-8.

Submissão: setembro de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

PAZ, Octavio. O arco e a lira. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. Poesia de solidão e poesia de comunhão. In: _____. A busca do presente e outros ensaios. Trad. Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2017. p. 11-37.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAÚTE, Nelson. A pátria dividida. Lisboa: Vega, 1993.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. Por entre memórias e silêncios: representações literárias das guerras em Angola e Moçambique. Scripta. 2008, v.12., n.23, p. 13-25.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Manoel de Souza. A poesia moçambicana: gênese, crise e crítica. Scripta. 1997, v.1., n.1., p. 226-236.

SILVA, Sandro Adriano da. Dora, Drummond: poesia, tempo, elegia. Boletim Nelic. 2017, v. 17, n. 28. p. 89-97.

SPINUZZA, Giulia. “A terra está ficando toda de sangue”: poesia e guerra em Moçambique. Diacrítica. 2015, vol.29., n.3., p.204-226.

YATES, Frances Amelia. A arte da memória. Trad. Flavia Bancher. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. Violência: seis reflexões laterais. Trad. Miguel Serras Pereira. Boitempo Editorial, 2015.

HETEROGENEIDADE E(M) DISCURSO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O OUTRO E O DIFERENTE

Heitor Pereira de Lima¹

Resumo: O conceito de heterogeneidade promove um deslocamento ao considerar a enunciação e não apenas a gramática. Isto é, discute a noção de enunciação e seus efeitos ilusórios; mas quando esse mesmo conceito é deslocado para o terreno da Análise do Discurso pecheuxtiana, podemos mobilizar outras reflexões. Diante disso, este trabalho busca compreender a noção de diferença e a noção de heterogeneidade. Para isso, selecionamos um excerto de tese, no qual pretendemos analisar as formas explícitas da heterogeneidade, partindo do pressuposto que: i) o locutor não se apresenta como simples “porta-voz” no discurso direto; e, ii) há a possibilidade de estruturar uma heterogeneidade constitutiva marcada.

Palavras-chave: Dialogismo. Heterogeneidade. O outro. Diferente. Análise do Discurso.

HETEROGENEITY AND(IN) DISCOURSE: SOME REFLECTIONS ON THE OTHER AND THE DIFFERENT

Abstract: The concept of heterogeneity promotes a shift in considering enunciation and not just grammar. That is, it discusses the notion of enunciation and its illusory effects; but when this same concept is moved to the terrain of Pecheuxtian Discourse Analysis, we can mobilize other reflections. Therefore, this work seeks to understand the notion of difference and the notion of heterogeneity. For this, we selected a thesis excerpt, in which we intend to analyze the explicit forms of heterogeneity, assuming that: i) the speaker does not present himself as a simple “spokesperson” in direct speech; and, ii) there is the possibility of structuring a marked constitutive heterogeneity.

Keywords: Dialogism. Heterogeneity. The other. Different. Discourse Analysis.

¹ Mestrando PUC-Minas. E-mail: oiheitorlima@gmail.com

ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS

O presente trabalho surge a partir de reflexões sobre a heterogeneidade da linguagem. Nessa empreitada, diversos teóricos foram convocados com o propósito de iluminar os debates. Para este estudo, convocaremos, principalmente, três estudiosos que, no nosso entendimento, são essenciais às reflexões sobre a heterogeneidade da linguagem: Mikhail Bakhtin, Jacqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi.

Em relação ao primeiro teórico, vale destacar que a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ao propor uma mudança nos estudos da linguagem, tornou-se um marco na medida em que considerou o signo de natureza ideológica e a alteridade como elementos constitutivos do discurso. Bakhtin, ao dialogar com o materialismo histórico, desenvolveu uma reflexão sobre o discurso de outrem, iluminando, assim, a questão do histórico, do social e do sujeito nos estudos da linguagem. Nesta rápida convocação do autor, interessa-nos, especificamente, a tese do dialogismo, na qual Bakhtin afirma que

na relação criadora com a língua, não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.) quase imperceptíveis, e vozes próximas, que somam concomitantemente. (BAKHTIN, 2011, p. 230).

Embora ainda persistam leituras que tomam o dialogismo enquanto sinônimo de conversa, bate-papo, troca de mensagens, etc., antes de passarmos para a noção de heterogeneidade de Authier-Revuz, observemos o que ela diz sobre o dialogismo.

O “dialogismo” do círculo de Bakhtin, como se sabe, não tem como preocupação central o diálogo face a face, mas constitui, através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária, uma teoria da dialogização interna do discurso. As palavras são, sempre e inevitavelmente, “as palavras dos outros”: esta intuição atravessa as análises do plurilinguismo e dos jogos de fronteiras constitutivas dos “falares sociais”, das formas linguísticas e discursivas do

hibridismo, da bivocalidade, que permitem a representação no discurso do discurso do outro, gêneros literários manifestando uma “consciência galileana da linguagem”, um rir carnavalesco, um romance polifônico. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26).

Em relação à noção de heterogeneidade, cada vez mais tem sido iluminada pelas discussões que buscam compreender o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, deve-se à Jacqueline Authier-Revuz o reconhecimento pelo seu trabalho no qual considerou-se que: i) “constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro” – heterogeneidade constitutiva; e ii) “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor único produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem em sua linearidade, o outro” – heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.12). Ou seja: a heterogeneidade constitutiva é da ordem do interdiscurso, do Outro; enquanto a heterogeneidade mostrada é da ordem do intradiscurso, do outro. Para este estudo, é esta que nos interessa mais de perto.

O conceito de heterogeneidade enunciativa, problematizado por Authier-Revuz (2004) e alicerçado nos estudos bakhtinianos, promove um deslocamento ao considerar a enunciação e não apenas a gramática. Isto é, discute a noção de enunciação e seus efeitos ilusórios (daí sua grande contribuição teórica). Com isso, a pesquisadora francesa sugere um entendimento de sujeito múltiplo, heterogêneo; diferentemente da noção de sujeito uno, dono do seu dizer e, portanto, proprietário de suas palavras.

Por fim, a terceira estudiosa, Eni Orlandi, grande responsável por uma AD à brasileira, da qual, para esta pesquisa, selecionamos o texto “Não o outro, mas o diferente”, que se encontra na obra *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e novo mundo* (2008). Nele, a autora lança luz para uma questão polêmica na qual pretendemos nos debruçar:

a reflexão sobre o “outro” (heterogeneidade mostrada). Segundo a autora, que reconhece as relevantes contribuições teóricas de Authier-Revuz, essa classificação da heterogeneidade discutida pela pesquisadora francesa refere-se à composição, ou seja, uma espécie de formulação ($a + b$), sendo esses distintos e passíveis de uma recuperação, uma mistura, de certa maneira, homogeneizada. Por outro lado, ainda segundo Orlandi (2008), temos a heterogeneidade discursiva, àquela da AD, preocupada com os efeitos de sentido da combinação (ab), sem a preocupação com a origem. Em outras palavras, a noção desenvolvida por Authier-Revuz trabalha muito com a formulação e pouco com a constituição do sentido. Por isso, na/para AD, prefere-se a noção de diferença à de heterogeneidade.

Diante desta discussão, este trabalho, atento às divergências teóricas das autoras mencionadas, pretende realizar uma reflexão, por meio de aproximações/comparações, sobre a heterogeneidade (mostrada) e a diferença. Dito de outro modo, sem perder de vista a relevância dos estudos desenvolvidos por Authier-Revuz e valendo-se da discussão de Orlandi (2008), por meio das categorias analíticas – formação discursiva, interdiscurso e sujeito – da AD, busca-se compreender metodologicamente a noção de diferença e a noção de heterogeneidade, iluminando, assim, este debate.

Para esta pesquisa, selecionamos um excerto de uma tese, no qual pretendemos analisar as formas explícitas da heterogeneidade por meio do discurso direto relatado. Assumimos como hipóteses: i) o locutor não se apresenta como simples “porta-voz” no discurso direto; e, ii) a possibilidade de estruturar uma heterogeneidade constitutiva marcada.

HETEROGENEIDADE DIFERENÇA

Abordaremos, a seguir, o conceito de heterogeneidade discutido por Authier-Revuz e a noção de diferença problematizada por Eni Orlandi.

Heterogeneidade: O Outro e o outro

Ancorados nos estudos de Authier-Revuz, buscaremos elucidar como ocorre a heterogeneidade enunciativa, considerando que essa estudiosa fundamentou seus estudos no dialogismo do Círculo de Bakhtin, na análise do discurso francesa e na psicanálise lacaniana. Para ela, é necessário considerar o discurso na compreensão do sentido e a importância do sujeito e da situação. Orlandi (1998) aponta que o modo como Authier entende o sujeito e a enunciação “passa-se da mera utilização ornamental de referências à psicanálise e à análise de discurso para uma articulação premeditada delas tendo como base a linguística no estudo da enunciação” (ORLANDI, 1998, p. 6-7).

Partiremos para um percurso convocando, principalmente, o dialogismo e a polifonia de Bakhtin – cujas concepções estão ancoradas no princípio de que toda palavra é dialógica por natureza porque propõe o Outro – e alguns postulados da psicanálise e da análise do discurso para, enfim, chegarmos à teoria de Authier-Revuz acerca da heterogeneidade enunciativa.

Bakhtin, através de suas pesquisas, rompeu com a barreira linguística ao propor um sujeito situado historicamente como agente das relações sociais e que se vale do conhecimento de enunciados anteriores para formular seu discurso. Além disso, compreende que um enunciado sempre é produzido considerando o contexto social, histórico, cultural e ideológico.

Na concepção bakhtiniana, “o diálogo, no sentido restrito do termo”, constitui uma das formas mais importantes da interação verbal. Contudo, no sentido amplo, não apenas será

considerado como a comunicação face a face, “mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 2002, p.127). É por meio da palavra que o “eu” se define em relação ao “outro” e à coletividade, pois a palavra marca a expressão do um em relação ao outro, é como se fosse uma ponte que os liga. E, conforme Authier-Revuz (1990), “as palavras são sempre e, inevitavelmente, as palavras dos outros” uma vez que “sempre sob as palavras, outras palavras são ditas” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26-28).

O dialogismo deve ser percebido, então, como um conjunto no qual ressoam várias vozes que permeiam os discursos e se relacionam entre si, que “constitui, através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária, uma teoria de dialogização interna do discurso” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 26), em que os enunciados se manifestam de uma forma dialógica, fazendo diferentes vozes ecoarem, simultaneamente, nos discursos.

Assim, o caráter dialógico da comunicação se encontra na linguagem e o fenômeno social da interação verbal se desencadeia através de enunciações que se exprimem por meio de situações reais pois, segundo Bakhtin (2002), só podemos compreender a comunicação verbal dentro do vínculo com a situação concreta, uma vez que “a comunicação verbal se entrelaça inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção” (BAKHTIN, 2002, p. 128).

Já a polifonia consiste no entrecruzamento de diversas vozes, em outras palavras, é uma multiplicidade de vozes e pensamentos que influenciam na interação entre os sujeitos. Essas vozes presentes no discurso não se anulam, mas se complementam.

Partindo do dialogismo e da polifonia bakhtinianos, dos postulados de Lacan — que definem o inconsciente e o sujeito clivado — e na concepção de interdiscurso proposta pela Análise

do Discurso de linha francesa, Authier-Revuz (2004) elabora o conceito da heterogeneidade enunciativa do sujeito no discurso, classificando-a como: heterogeneidade mostrada — que se subdivide em marcada ou não marcada — e heterogeneidade constitutiva, através das quais se busca compreender como o discurso do outro/Outro ocorre e de que forma ele determina outros discursos. Vale salientar que, na concepção lacaniana, o “Outro” é condição primeira e necessária para que haja interação entre o “eu e o “outro”, ele se interpõe na fala, pode ser entendido como a própria linguagem, a cultura, a história de uma sociedade.

Discorreremos, brevemente, sobre a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada, ressaltando que é a última que nos interessa neste trabalho.

O ponto de vista da psicanálise mostra que “sob nossas palavras ecoam outras palavras”, ou seja, atrás da emissão de uma única voz é preciso entender uma polifonia. Nesse sentido, Authier-Revuz (2004) postula que o discurso é constitutivamente atravessado pelo “discurso do Outro”, baseando também seus estudos, conforme mencionado, na psicanálise lacaniana.

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

Diante disso, entendemos a heterogeneidade constitutiva como a que não aparece marcada linguisticamente no fio do discurso, o Outro não está explícito. De acordo com a concepção de Authier-Revuz (2004), as palavras não são exclusividade de um enunciador, embora haja essa ilusão. Nas palavras ditas ecoam as palavras do Outro, que já foram ditas e, por isso, estão impregnadas de valores ideológicos, tendo o seu sentido alterado em

função do momento, do uso e do lugar discursivo do enunciador. E segue explicando que

O Outro é o lugar estranho, de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, elo da história e das posições sociais, lugar a que é remetida toda subjetividade; dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é reafirmar, de maneira determinista, que um discurso livre não existe e é dar-lhe a lei (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 64).

Para que se possa entender o Outro, Authier-Revuz aponta um sujeito – cuja concepção se baseia na psicanálise de Lacan (2005) – que não é fonte do seu dizer, “um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente – quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma ‘não-coincidência’ consigo mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 186). Assim, a concepção de sujeito do inconsciente, do Outro como parte de todo e qualquer discurso, permite conceber o discurso como um campo heterogêneo, no qual várias vozes se entrelaçam.

Assim, ao entender esse discurso inconsciente, conclui-se que todo discurso é polifônico. Na concepção de Authier-Revuz (2004), todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por “outros discursos”, pelo “discurso do Outro”. Dessa forma, tem-se o outro/Outro para circunscrevê-lo e afirmar o um como o faz na sua procura pela heterogeneidade mostrada, sobre a qual discorreremos agora.

De acordo com Authier-Revuz, os discursos se atravessam a todo momento, possibilitando que o sujeito possa interagir com seus interlocutores por meio do que a autora define como sendo a heterogeneidade mostrada da palavra.

Authier-Revuz (2004), considera a heterogeneidade mostrada como “formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.32). Essas formas

são os modos de trazer o outro para o discurso e se referem às noções enunciativas. Para a autora, existem dois tipos de enunciados: os que mostram, explicitamente, a heterogeneidade – heterogeneidade mostrada marcada – como por exemplo as glosas enunciativas, o discurso relatado direto e indireto, as aspas; e aqueles cujas marcas não aparecem – heterogeneidade mostrada não marcada – como por exemplo, a ironia e o discurso indireto livre.

As formas não-marcadas são consideradas mais complexas, pois não estão explícitas, exigindo a reconstituição da heterogeneidade a partir do discurso indireto livre, da ironia, da antífrase, da alusão, do pastiche, da imitação, das metáforas, dos jogos de palavras e da reminiscência. Ou seja, “contam com o ‘outro dizer’, sem explicitá-lo, para produzir sentidos” (KADER, 2012, p. 2).

Conforme Authier-Revuz (2004), “no fio do discurso, um locutor único produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso. Inscrevem, em sua linearidade, o outro”. É o outro do discurso relatado, que, sintaticamente, no discurso direto ou no indireto vai ser designado como um “outro ato de enunciação”. Esse outro também pode vir através de uma conotação autonímica – discurso marcado por aspas, por itálico, por uma entonação ou por alguma forma de comentário – que recebe, em relação ao restante do discurso, “um estatuto outro”. Para a estudiosa, é na conotação autonímica que aparece uma das formas mais complexas da heterogeneidade, sendo nesta que “o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso, sem a ruptura própria à autonímica e, ao mesmo tempo, ele as mostra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12-13).

Essas maneiras de produzir linguagem são as formas explícitas da heterogeneidade, ou seja, o que a autora chamou de “heterogeneidade mostrada marcada”. Contudo, é importante refletir que, se

o outro é inscrito no enunciado, designado como objeto de estudo, pela heterogeneidade mostrada, quando inserimos em nosso discurso – porque temos a ilusão de que o discurso é nosso – o discurso desse outro, queremos atribuí-lo a quem de fato o concebeu. E marcamos esse discurso sinalizando qual a sua origem. É como se demarcássemos: Esse discurso é do outro e aquele é de minha procedência. Assim, esquecemos que não são nossas palavras, nada ali é nosso – nem as palavras, nem os sentidos – tudo é compartilhado. Entendemos, assim, que a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva são indissociáveis, estão atreladas uma à outra.

O diferente

Nos estudos da linguagem, a discussão sobre o “outro” ganhou notoriedade quando a presença do “outro” – reflexão advinda da teoria da enunciação e que se aproxima dos estudos sobre a ideologia e a psicanálise – foi entendida enquanto constitutiva da fala de qualquer sujeito. Ou seja, a dialogia, por diversas vezes lida, principalmente, enquanto sinônimo de conversa, preencheu o vazio da linguagem. Dessa forma, não há mais solidão possível, não há descontrole da linguagem: a relação com o “outro” regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito quanto o sentido (ORLANDI, 2008, p. 45).

Ainda, segundo Orlandi (2008), o conceito de heterogeneidade, discutido por Jacqueline Authier-Revuz, trouxe uma maior especificidade aos conceitos de dialogia e à noção de enunciação. A pesquisadora brasileira dos/nos estudos em Análise do Discurso (doravante, AD), reconhece o conceito de heterogeneidade desenvolvido pela estudiosa francesa, que se subdivide em heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada (discussão feita na seção anterior). Nas palavras de Orlandi (2008),

A heterogeneidade constitutiva (J. Authier, 1990) diz que “constitutivamente, no sujeito, em seu discurso, há o Outro”. É a ideia de que o sujeito da linguagem é determinado pela sua relação com a exterioridade: é um sujeito descentrado, dividido, essa divisão tendo um caráter estrutural ou estruturante (ORLANDI, 2008, p. 45-46).

Por outro lado, “A heterogeneidade mostrada é coisa já diferente: as suas formas são aquelas pelas quais se altera a unicidade aparente do fio do discurso, pois elas aí inscrevem o ‘outro’” (ORLANDI, 2008, p. 45-46).

Embora essa divisão da heterogeneidade pareça coisa distinta, ela não o é. Authier-Revuz (2004) diz que as maneiras de representação da heterogeneidade evidenciam

uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem, no desconhecimento desta, uma representação da enunciação que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso seja mantido (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 26).

Ou seja: por elas, o sujeito se apresenta como tendo domínio do que é seu e do que do “outro”, no “seu” dizer (ORLANDI, 2008, p.46). Portanto, ainda que visível a olho nu, a heterogeneidade marcada não é também constitutiva? Voltaremos a esta questão.

Em poucas palavras, “face ao ‘isso-fala’ da heterogeneidade constitutiva responde através dos ‘como-diz-outro’ e o ‘se-me-é-permitido-dizer’ da heterogeneidade mostrada” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 32).

Temos aí uma formulação da heterogeneidade pela qual o visível (mostrado) é colocado em pauta. Na/para AD, o visível corresponde ao “dizível”. Diante dessa afirmação, podemos questionar: O que pode e deve ser dito? Quem pode dizer, diz o que quer? Ao dizer, digo com minhas palavras?

Essas perguntas nos fazem caminhar em direção à perspectiva discursiva, objetivando iluminar a discussão sobre o dizível, e nos imputa

a necessidade de (re)visitar três categorias analíticas que, no nosso entendimento, são preponderantes para entendermos o que contempla esse dizível na/para AD: *formação discursiva*, *interdiscurso* e *sujeito*. Vale destacar que esses conceitos foram (e são) amplamente discutidos por vários analistas do discurso — estrangeiros e brasileiros. Diante das inúmeras possibilidades de abordagens teóricas, selecionamos três grandes pesquisadoras para, com as *palavras delas*, clarearmos esta discussão: i) Freda Indursky (formação discursiva), ii) Eni Orlandi (interdiscurso) e iii) Maria Cristina Leandro Ferreira (sujeito).

Em relação à primeira categoria, formação discursiva² (FD), Indursky nos diz que “a formação discursiva pode ser entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito, ou seja, ela tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e apresenta-se dotada de bastante unicidade” (INDURSKY, 2020, p. 306-307). E ainda,

é lícito afirmar que, no quadro teórico da Análise do Discurso, tal como formulado por Pêcheux, [...] ao contrário do que ocorre na Arqueologia de Foucault, não só é lícito falar em ideologia, como é ela, juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva. Redizendo e já me posicionando: é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica (INDURSKY, 2020, p. 306).

A autora, alicerçada nos postulados pecheuxianos, esclarece a noção de FD enquanto porosa, de uma homogeneidade ilusória, uma vez que o sujeito se relaciona com a FD e a partir daí observa-se o funcionamento do sujeito do discurso. Isso faz o sujeito, interpelado pela ideologia, identificar-se com a *forma-sujeito* (dotada de unicidade) por uma *tomada de posição* que o faz comportar-se como o *bom sujeito* (1ª modalidade:

superposição), mas também, por uma tomada de posição outra, pode revelar-se um *mau sujeito* (2ª modalidade: contra-identificação), ou, ainda, desidentificar-se plenamente com a FD vigente e portar-se como um *péssimo sujeito*³ (3ª modalidade: desidentificação).

O parágrafo anterior cuidou de tratar sobre FD, entretanto, a convocação do conceito de sujeito foi inevitável porque essas categorias analíticas são intercambiáveis.

Já em relação ao interdiscurso, este é definido como o lugar de constituição de sentidos, a verticalidade (domínio da memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito (ORLANDI, 2008, p. 49). As FDs relacionam-se pelo interdiscurso, todo um complexo de FDs com dominante. E, ainda segundo Orlandi (*idem*), a exterioridade que consideramos como constitutiva só se define em função do interdiscurso, ou melhor, a exterioridade tem o seu modo de existência definido pelo interdiscurso.

Por fim, para a terceira categoria, sujeito, usaremos as palavras da pesquisadora Maria Cristina Leandro Ferreira pelas quais observou-se o lugar do sujeito na trama do discurso, representado pelo “nó borromeano” que

[...] simbolizaria o lugar do sujeito no entremeio das três noções de *linguagem* - *ideologia* - *inconsciente*. O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é próprio da estrutura de um ser-em-falta: o furo da linguagem, representado pelo equívoco; o furo da ideologia, expresso pela contradição, e o furo do inconsciente, trabalhado na psicanálise (LEANDRO-FERREIRA, 2010, p. 67).

As categorias analíticas FD, interdiscurso e sujeito nos ajudam a compreender o todo complexo da produção de discursos com outros, por meio exclusões, inclusões, pressuposições, etc.

A exterioridade, enquanto elemento constitutivo,

3 Termo oriundo da nossa reflexão a partir do texto “A Fragmentação do Sujeito em Análise do Discurso” (Indursky, 2000).

se define em função do interdiscurso e este, nas palavras de Orlandi (2008), “solda” a relação entre as formações discursivas. No movimento de deriva e estagnação de sentidos, a diferença, o furo, a contradição, o vazio é tão importante quanto a ilusão do igual, da completude, da certeza, do preenchimento. No que se refere à discussão sobre heterogeneidade e diferença, Orlandi esclarece que

a noção de heterogeneidade não considera a *natureza* da relação entre diferentes. Acreditamos que isso se dá pelo compromisso desta com a enunciação. Ao se fazer entrar a noção de enunciação, pelo mesmo movimento, se expulsa a de contradição e se reduz a importância do histórico e, de certo modo, reproduz-se a divisão: de um lado, as sistematicidades, de outro, a obscuridade e a desordem (ORLANDI, 2008, p. 47).

No discurso direto, são “as palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço [...]”; o locutor se apresenta como simples “porta-voz” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Em relação à primeira afirmação de Authier, Orlandi esclarece o que se passa quando pensamos o sentido quanto ao espaço e quanto ao tempo.

O espaço em que se espraiam os sentidos é o da multiplicidade, da largueza, mas também da truncação: um sentido se desdobra em outro, em outros: ou se emaranha no seu mesmo e dele não se solta. Fica à deriva. Se perde em seu mesmo ou se multiplica. O tempo é o da fugacidade. O sentido não se deixa pegar. Instável, errático. O sentido não dura. O que dura é seu “arcabouço”, a instituição que o fixa e o eterniza. Ele, no entanto, se move em outros lugares (ORLANDI, 2008, p. 51).

Em relação à segunda afirmação, incomodamos pensar no locutor, sujeito no/do discurso, enquanto simples “porta-voz”. Nessa perspectiva, questionamos: ao direcionar nosso olhar para o discurso direto; ao colocar em suspenso os componentes: locutor (*a*) e a voz que ele porta (*b*), ou seja, a mistura (*a+b*); e centrar nossa atenção para os efeitos de sentidos da combinação (*ab*), teríamos um trabalho mais produtivo? Trazer explicitamente

o outro em meu dizer resultaria numa ação discursiva para além do simples trabalho do porta-voz? Em outras palavras, levando em consideração o conceito de diferença da AD, conseguiríamos perceber no discurso direto um movimento discursivo no qual a falta e a incompletude são, também, constitutivas do discurso?

Na tentativa de contemplar as questões abordadas, nosso exercício será este: i) olhar para o discurso direto, por meio do excerto selecionado, para além das vozes que lá se apresentam: a do locutor e a que ele porta; e, ii) analisar a combinação de vozes, os efeitos de sentidos desta.

Algumas reflexões sobre o outro e o diferente

A fim de clarearmos as considerações feitas em relação ao “outro” e ao “diferente”, analisaremos o excerto abaixo, apoiando-nos, com o propósito de refletir sobre os efeitos de sentido do discurso relatado direto, nos estudos de Jacqueline Authier-Revuz sobre o “outro” e de Eni Orlandi sobre o “diferente”

Da fundamentação teórica da linguista francesa, Jacqueline Authier-Revuz, focaremos na heterogeneidade mostrada, que é aquela “acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade” (MAINGUENEAU, 2008, p.31). Evidenciaremos as formas marcadas a partir de marcas linguísticas que sinalizam a presença de outra voz.

Em relação à analista brasileira, Eni Orlandi, observaremos, por meio das categorias analíticas da AD, os efeitos de sentido (com os possíveis furos, silêncios, derivas, truncamentos) existentes na articulação de vozes presentes no discurso relatado direto.

Excerto

Segundo Marcuschi, o movimento de reescrita não é uma questão de correção, mas de adequação (2015, p. 209), revela a presença do outro, pois é em função dele, nosso interlocutor, que avaliamos o que escrevemos. No período escolar, no entanto, quando se está aprendendo a lidar com o código, a língua, há o predomínio do “ensino prescritivo, que objetiva levar o aluno a substituir seus próprios padrões linguageiros considerados errados/inaceitáveis pelos considerados corretos/aceitáveis” (TRAVAGLIA, 2002, p. 38), dentro de uma concepção de linguagem que concebe a língua como expressão do pensamento.

Essa postura de mera análise de fatos de linguagem tem marcado, de forma acentuada, as práticas pedagógicas com as atividades de linguagem na escola. Hugo Mari, referindo-se a essa preocupação com fatos sistêmicos, comenta:

Numa redação, em geral, corrigem-se as concordâncias, as regências, as colocações, os erros de ortografia, com a pretensão suposta de que essa prática possa conduzir a uma clareza sobre a significação³. Nada disso deve ser considerado como um desserviço às práticas de linguagem na escola; o reparo a ser feito, no meu entendimento, é fazer desse ritual a única forma de ver a produção de linguagem do aluno. É possível que os processos de letramento estejam apontando numa outra direção. [...] a ausência de uma preocupação com a questão da significação [...] consagrou procedimentos que deixaram à margem aquilo que é essencial a qualquer prática de linguagem, isto é, o sentido a ser produzido (Afirmção contida em texto de Hugo Mari, ainda não publicado, usado em sala de aula).

Fonte: OLIVEIRA, 2020.

A presença do outro é explicitada quando o locutor abre um espaço e traz as palavras do outro⁴ para o seu discurso, assumindo o papel de “porta-voz”. E são “as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou espaço – claramente recortado da citação na frase” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.12). Assim, ao trazer, por exemplo, o discurso de Hugo Mari, o locutor não opta por trazer o conceito de “leitura discursiva” segundo o seu próprio entendimento. Ele se assume como “porta-voz”, trazendo o discurso do outro para dentro do seu discurso, a fim de reforçar/enfatizar o seu dizer. Ao entrar com o discurso do outro, o locutor tem a ilusão de que está reforçando o seu dizer, acreditando que os demais dizeres são seus, esquecendo, assim, que não é apenas o discurso marcado que não é dele.

Também podemos apontar no excerto uma outra forma de trazer o discurso direto: a utilização das aspas. Ao optar pelas aspas como um recurso para demarcar uma citação direta, o locutor traz o outro para a cena enunciativa e, assim, abre espaço, de forma explícita, para o discurso deste. É o que Authier-Revuz (2004) chama de heterogeneidade marcada autonímica, um modo particular do “outro” ser inserido no discurso, ou seja, “o locutor faz uso de palavras inscritas no fio de seu discurso [...] e, ao mesmo tempo, ele as mostra (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.13).

Quando partimos para uma análise discursiva, podemos compreender que o papel do “locutor”— sujeito-autor — vai além de um simples “porta-voz” do outro. O movimento de convocar explicitamente o outro aponta para: i) FDs distintas (FD¹ / FD²) que se relacionam entre seus limites e atestam a relação do discurso com

⁴ Ver o discurso direto marcado, no excerto, nos discursos de Travaglia (2002) e de Hugo Mari (s/d), nas citações diretas.

a exterioridade. Esse trabalho é marcado pelo interdiscurso e seu modo de funcionamento (o pré-construído); ii) O espaço no qual o outro é trazido, nesse caso, é o da largueza. Convocar as palavras do outro atende a um desejo do sujeito-autor: o da completude. Aquela ilusão tão necessária de cercar o sentido e não deixá-lo escapar para que, só assim, o texto se torne “claro” e “objetivo”. Tudo ilusão se considerarmos a falta enquanto constitutiva porque há solidão, silêncio, descontrolo na linguagem: a relação com o “outro” não regula tudo, não preenche tudo, não explica tudo, tanto o sujeito quanto o sentido. Logo, não são apenas as palavras do outro que ocupam espaço. É preciso considerar o efeito de sentido produzido pelos diferentes; iii) o sujeito do discurso (FD¹) é um bom sujeito, uma vez que esse reduplica os sentidos da FD na qual se inscreve.

Além disso, o sujeito do discurso, ao se posicionar de modo contrário à concepção de linguagem na qual a (re)escrita é concebida, no período escolar, pelo viés normativo da prescrição, e que, portanto, acentua as mais variadas formas de preconceito linguístico, denuncia uma postura de mera análise de fatos de linguagem que tem marcado intensamente as práticas pedagógicas. Para esse trabalho discursivo, o sujeito-autor não necessita apenas de um porta-voz. Ele precisa de mais: um discurso outro no qual o sentido seja multiplicado, esgarçado, estendido (aqui consideramos que as palavras do outro ocupam o espaço). Para isso, ele convoca, por meio do discurso direto, o outro, que também corrobora a visão sobre a qual os processos de letramentos contemplem qualquer prática de linguagem.

Podemos pensar que o efeito de sentido do gesto discursivo de trazer o outro é instável, não dura porque não se deixa pegar. Entretanto, o seu arcabouço, é fixado e eternizado pela instituição (aqui consideramos que as palavras do outro

ocupam o tempo, este é o da fugacidade). Em outras palavras: os sentidos sobre as práticas de linguagem são movidos na/pela instituição escola.

Assim, “no discurso direto, são as palavras do outro que ocupam o tempo – e o espaço – claramente recortado da citação na frase [...]” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). (grifo nosso).

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS: UMA ILUSÃO NECESSÁRIA

Ao trazermos as divergências teóricas de Authier-Revuz e Eni Orlandi, no que se refere, particularmente, à heterogeneidade mostrada, nosso propósito, como assinalado no início, foi realizar alguns apontamentos de aproximações/comparações defendidos por essas duas importantes estudiosas e propor uma reflexão para entender se o que ambas defendem consegue, de fato, contemplar a heterogeneidade numa análise discursiva.

Após uma abordagem teórica, seguida de uma análise bem sucinta, das formas explícitas da heterogeneidade, procuramos evidenciar a posição de cada uma das autoras para, enfim, elucidar nossos apontamentos: i) o locutor não se apresenta como simples “porta-voz” no discurso direto; e ii) a possibilidade de estruturar uma heterogeneidade constitutiva marcada.

Retomamos Authier-Revuz (2004), segundo a qual “No discurso direto, [...] o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz’” e lembramos que seus apontamentos são a partir de estudos da heterogeneidade enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Assim, no que se refere à heterogeneidade discursiva, o papel do locutor vai além de figurar como “porta-voz” do outro no seu discurso. Ao trazer essa voz outra, procuramos mostrar, na análise do excerto acima, que tal conceito não é suficiente quando se trata da heterogeneidade discursiva.

Também apontamos a possibilidade de estruturar a heterogeneidade marcada como “heterogeneidade marcada constitutiva”, uma vez que, para trazer o “outro”, evoca-se, inconscientemente, a presença do “Outro”, que está, constitutivamente, no discurso. E, nas palavras de Authier (2004), todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por “outros discursos”, pelo “discurso do Outro”.

A proposta aqui apresentada soa, num primeiro momento, até como audaciosa, pois estamos aqui problematizando a teoria de Authier-Revuz. Contudo, deixamos bem claro que, como estudiosos da AD, nossa pretensão foi apenas levantar uma reflexão sobre o fato de que a heterogeneidade enunciativa não contempla a heterogeneidade discursiva, como faz parecer muitos estudiosos. Sendo assim, assumimos nossa preferência pela noção de diferente à de heterogeneidade, considerando os estudos discursivos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Cadernos de estudos linguísticos, 19. Campinas, IEL. 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 10. ed. brasileira. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal.

Tradução de Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

INDURSKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda. Discurso, memória, identidade. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios, 15).

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020.

KADER, Cárla Callegaro Côrrea. A Heterogeneidade Enunciativa: um entrelugar. In: Seminário ANPED Sul — Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 9., 2012. Anais do IX Seminário ANPED Sul. RS: Universidade Caxias do Sul, 2012.

LACAN, Jacques. Nomes-do-Pai. São Paulo: Zahar, 2005.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. Organon. Porto Alegre, Revista do Instituto Letras/UFRGS, v. 24, n. 48, p. 63-68, 2010.

OLIVEIRA, Sérgio de Freitas. A escrita, a leitura e a reescrita como expressão de uma posição autoral: um estudo de caso. 2020. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2020. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_SergioDeFreitasOliveira_8417.pdf.

ORLANDI, Eni. Heterogeneidade teoricamente sustentada. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas – As não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni. Não ao outro, mas o diferente. In: ORLANDI, Eni. Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma

crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

Submissão: julho de 2021

Aceite: novembro de 2021.

O PAPEL DA METÁFORA NA TESSITURA TEXTUAL E NA SOCIOCOGNITIVA DAS MÚSICAS INTERPRETADAS PELA CANTORA JOELMA

Bruno de Jesus Espírito Santo¹

Resumo: No DVD Banda Calypso Pelo Brasil (2006) a cantora Joelma se apresentou, para mais de 200 mil pessoas presentes nas cidades em que apresentou as românticas canções *Tô Carente* e *Se Quebrou*. Visto isso, essa pesquisa buscou aferir, através da Teoria da Metáfora Conceptual e seus desdobramentos (LAKOFF; JOHNSON, 1980; SALOMÃO, 1999; KÖVECSES, 2002, 2003, 2005; VEREZA, 2007, 2010; SOARES DA SILVA; LEITE, 2015; ABREU, 2015; SOUSA, 2016). Concluímos que metáforas, tais quais *A PAIXÃO É UMA DOENÇA / A OVERDOSE É UM REMÉDIO* (música 1) e *PROMESSAS SÃO MÁQUINAS / A RAZÃO É UM SER HUMANO* (música 2) além de modelarem a tessitura de sentido dessas canções, funcionaram como verdadeiro microfones das emoções e das subjetividades por elas transmitidas.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva. Metáfora. Emoções. Joelma.

THE ROLE OF METAPHOR IN THE TEXTUAL AND SOCIO-COGNITIVE TESSITURE OF MUSIC INTERPRETED BY SINGER JOELMA

Abstract: In the DVD Banda Calypso Pelo Brasil (2006) the singer Joelma performed, for more than 200 thousand people present in the cities where she presented the romantic songs *Tô Carente* and *Se Quebrou*. Given this, this research sought to gauge, through the Conceptual Metaphor Theory and its unfoldings (LAKOFF; JOHNSON, 1980; SALOMÃO, 1999; KÖVECSES, 2002, 2003, 2005; VEREZA, 2007, 2010; SOARES DA SILVA; LEITE, 2015; ABREU, 2015; SOUSA, 2016). We conclude that metaphors, such as *PASSION IS A DISEASE / OVERDOSE IS A REMEDY* (song 1) and *PROMESSES ARE MACHINES / REASON IS A HUMAN BEING* (song 2) besides shaping the texture of meaning of these songs, worked as true microphones of emotions and subjectivities transmitted by them.

Keywords : Cognitive Linguistics. Metaphor. Emotions. Joelma.

¹ Mestrando em Linguística pela Unicamp. Graduado em Letras Vernáculas pela UFBA. E-mail: bruno.gel@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Estudos contemporâneos da metaforicidade estimulam pesquisas que demonstrem o papel e a potencialidade da figuratividade na linguagem plenamente *em uso* (SALOMÃO, 1999; VEREZA, 2007; SEMINO, 2008). Neste sentido, este trabalho buscará observar, em canções interpretadas pela cantora brasileira Joelma – reconhecida nacionalmente pela marca e pelo ritmo *Calypso* –, como a metáfora funcionou para a referida artista como um verdadeiro microfone transmissor tanto das mensagens, quanto das emoções presentes nas letras das músicas *Tô Carente e Se Quebrou*, apresentadas no DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006). Produto audiovisual brasileiro certificado como o mais comercializado em sua história de vendas.

Para alcançarmos tal objetivo, utilizaremos aqui os construtos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva, com a sua Teoria da Metáfora Conceptual e os seus desdobramentos cognitivo-discursivos e socioculturais (LAKOFF & JOHNSON, 1980; KÖVECSES, 2002, 2003, 2005; VEREZA, 2010, 2013; SOARES DA SILVA & LEITE, 2015; ABREU, 2015; SOUSA, 2016), bem como contribuições de pesquisas de cunho socioantropológico que buscaram sobre a biografia da cantora Joelma (CAMPOS, 2017; JACOMÉ; PRADO; AZEVEDO, 2019; LAGO; SOUZA; FERREIRA, 2020). Pretendemos com este trabalho colaborar, de forma empírica, para as investigações em Linguística Cognitiva em sua *virada social*, que maximadamente valoriza o papel das experiências culturais, perceptivas, afetivas, subjetivas, ideológicas, psicológicas, nas quais os sujeitos são imersos em suas vidas para a constituição da linguagem, da cognição e do discurso.

JOELMA: O FENÔMENO ARTÍSTICO PARAENSE QUE CONQUISTOU O BRASIL COM O RITMO CALYPSO

Vendedora de mais de 20 milhões de discos, indicada três vezes ao Grammy Latino e vencedora do troféu de “Melhor Show” do Prêmio Multishow 2017, Joelma da Silva Mendes encanta, desde 1999, os corações brasileiros com o famoso e incomparável grito Isso é Calypso!.

Nascida às margens do Rio Amazonas, na cidade de Almeirim (PA), Joelma vem de uma origem bastante humilde. Em uma família composta por seus seis irmãos e a sua mãe, Maria de Nazaré da Silva Mendes, 69, foi criada em um regime de valores cristãos (CAMPOS, 2017). Seu pai abandonou sua mãe, ele era bastante violento, por isso Dona Maria precisou recorrer a serviços de costura para sustentar os seus filhos. Na infância e na adolescência Joelma se divertia brincando de futebol e de pião, tendo mais amigos meninos do que meninas (LAGO; SOUZA; FERREIRA, 2020).

Figura 1 – Joelma quando criança e quando adolescente



Fonte: Purepeople (2021).

Interessada pela área da advocacia e do direito, não tinha intenção em ingressar na carreira artística, ou seja, “por temer as instabilidades que caracterizam a vida arriscada nas estradas e, sobretudo, a desvalorização da sua cultura taxada por estereótipos e que prejudicava aqueles que buscavam sobreviver no ramo da música” (LAGO; SOUZA; FERREIRA, 2020, p. 213). Contudo, pelos valores cristãos que recebeu, concebeu que o dom de cantar foi um presente concedido por Deus, aceitando assim a sua “missão” de levar sua voz ao mundo. Começou a cantar em bares e eventos de sua pequena cidade de Almeirim (PA), ficando famosa na localidade após se apresentar na Feira de Arte e Cultura do município. Com os seus 19 anos, recebeu o convite para fazer um teste para ser cantora da Banda *Fazendo Arte*, de Belém, capital do seu estado. Após se apresentar para a produção da banda, foi aceita, passando 4 anos se apresentando em diversos shows com eles (CAMPOS, 2017).

Após sua passagem pela banda, Joelma resolveu criar a Banda *Eu*, cujo título se referia a própria cantora, que tinha um tanto de medo de colocar o seu nome no logotipo do seu trabalho e não ser aceita. Procurando artistas para lhe ajudar na produção de suas músicas e com as questões vocais, Joelma conhece o produtor Kim Marques, que era amigo de quem vai, em 1999, formar junto com ela o grupo musical que a fará explodir nacionalmente. É então, que em um almoço com, a Kim, ela é apresentada a Cledivan Almeida Farias, que vai se tornar mais tarde utilizar o pseudônimo de Chimbinha. O guitarrista e produtor musical nascido em Oeiras do Pará, era conhecido na região da capital Belém pela sua aptidão com produções e com instrumentos musicais, tendo lançado em 1998, por exemplo, um álbum exclusivo de guitarradas (JÁCOME; PRADO; AZEVEDO, 2019). Por ter sentido segurança nas qualidades profissionais do artista, Joelma resolve desistir da Banda *Eu* e formar junto com ele a Banda *Calypso*.

Figura 2 – Banda Calypso



Fonte: Arquivo Pessoal.

Em 2006, estando em seu auge de fama, Joelma lançou junto ao seu companheiro de banda, e então marido, o DVD *Banda Calypso Pelo Brasil*. Esse é o quarto *álbum ao vivo* e o *terceiro álbum de vídeo* deles. Distribuído pela MD Music, junto com a Calypso Produções, o projeto consistiu em apresentações gravadas em cinco capitais do Brasil: Brasília, para mais de 60 mil pessoas; Rio de Janeiro, para mais de 8 mil espectadores; Recife, para mais de 17 mil pessoas; Salvador, para mais de 70 mil espectadores e Belém, para mais de 60 mil pessoas.

Figura 3 – Capa do DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006)



Fonte: Arquivo Pessoal.

Com seus excêntricos e exuberantes figurinos, que remontam em sua composição estrutural e estética com a cultura paraense e nortista (FREITAS, 2016), Joelma apresentou para todo esse público diversos sucessos da Calypso, estando entre elas as canções *Tô carente* e *Se quebrou*. Segundo Jácome, Prado e Azevedo (2019) o forte das músicas interpretadas pela referida cantora eram as mensagens, que referem, em sua grande maioria, a paixão e o sofrimento amoroso. Por isso, ao assistirmos o DVD citado e visualizamos extravaso de emoções da grandiosa plateia quando a artista canta as canções supracitadas. Bem como, ao percebermos que para, além disso, o grau de alcance destas foi enorme – já que esse DVD é considerado como o mais vendido na história do mercado audiovisual brasileiro –, ponderamos que é singular uma análise sociocognitiva e discursiva acerca de como elas se estruturam em sua tessitura interna e consequentemente alcançam e “incorporam” subjetivamente, psicologicamente, sensório-motoramente e socioculturalmente, o público.

Em 2015, Joelma se separou de Chimbinha. No ano de 2016 resolveu seguir carreira solo, pois os seus fãs apelavam para que ela não deixasse o ritmo *Calypso*, por ela nacionalmente representado deixasse de existir. A partir de então, formou sua própria banda, e tem, ao contrário dos que muitos pensavam, alcançado muito sucesso, apresentando-se em diversos shows no Brasil e no Exterior estando sempre convidada para se apresentar em programas de televisão como o *Domingo Legal* (SBT) e o *Encontro com Fátima Bernardes* (GLOBO). O seu último lançamento, a música *Sim*, pioneira do álbum *Isso é Calypso*, que ela está produzindo para a sua turnê em 2022, alcançou mais de 1 milhão e meio de visualizações no *Youtube* em menos de 4 dias.

Figura 4 – Joelma em carreira solo nos dias atuais



Fonte: Página Oficial da Joelma no Facebook (2021).

Dado o exposto, que evidencia a relevância da cantora Joelma para o mercado fonográfico brasileiro, para a representação da sua cultura paraense e nortista, bem como para que a plateia que busca seus shows corporifique e se sinta envolvida emocionalmente pelas canções que interpreta, este trabalho fará a análise de duas canções performadas pela mesma: *Tô Carente* e *Se Quebrou*, a fim de apontar o papel e a potencialidade da figuratividade no processamento textual e sociocognitivo desses textos.

Para isso utilizaremos os construtos teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva e a sua Teoria da Metáfora Conceptual em sua *virada social e discursiva* (SOARES DA SILVA; LEITE, 2015).

A TEORIA DA METÁFORA CONCEPTUAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS

Desde a antiguidade, considerações sobre a linguagem figurada são realizadas. Aristóteles, em sua *Arte Poética*, por exemplo, fala do papel do processamento metafórico como um construto linguístico que permite o transporte de significados (da espécie para espécie, em sua ponderação) (SARDINHA, 2007). Outro estudioso que também indagou sobre a figuratividade foi Platão, ao ponderar que as manifestações linguísticas possuíam funções de naturezas distintas. Para o filósofo, a figuratividade distorcia a imagem real do mundo, sendo ela um instrumento de embelezamento fantasioso da linguagem, cabendo somente aos poetas aos grandes retóricos o seu uso nas construções de discursos peculiares (SOUSA, 2016). Segundo Genette (1975) retirou a responsabilidade da metaforicidade sob os aspectos lógico-discursivos da língua. Tal fato permitiu que durante muito tempo este construto linguístico fosse visto apenas como, assinala Vereza (2010), um elemento que “não tem papel central na produção de sentidos” (VEREZA, 2010, p. 202), ou seja, supérfluo.

Contudo, com o advento dos estudos da linguagem e com as novas descobertas científicas, essa visão é questionada na década de 80 por dois pesquisadores americanos que trazem, segundo Soares da Silva & Leite (2015), uma “reviravolta” (p. 1) nos estudos da metáfora. Estes são George Lakoff e Mark Johnson, que, contrapostos aos postulados do inatismo de Noam Chomsky, formam com o lançamento de *Metaphors We Live By* (1980), a Linguística Cognitiva.

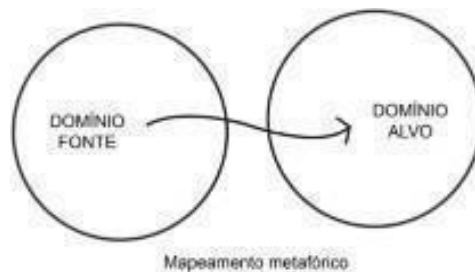
Segundo Ada Sousa (2016) a LC “tem como objeto de investigação os mecanismos mentais envolvidos nos processos de construção de sentidos, (...) por meio de nossas experiências sensório-motoras e vivências de cunho sociocultural” (p. 130). Dentre esses instrumentos de construção de sentido estaria a metáfora, a qual segundo Lakoff & Johnson (1980) estruturam a forma como pensamos, agimos e sentimos o mundo. Metáforas como A VIDA É UMA VIAGEM² em sentenças tais quais “Nosso relacionamento andou, andou e não chegou em lugar nenhum!”, AMOR É UM SER HUMANO em “O amor destruiu com a minha vida! e CORPO É UM RECIPIENTE em “Eu estava cheio de raiva!” seriam fulcrais na produção da linguagem humana (SANTO, 2019).

Em termos de classificação, elas teriam quatro: as ESTRUTURAIS seriam aquelas em que um determinado conceito abstrato é modulado cognitivamente experiências concretas; as ORIENTACIONAIS referem-se a experiências com direções, como em BOM É PRA CIMA e RUIM É PARA BAIXO; as ONTOLÓGICAS serviriam para conceber a uma entidade abstrata em termos de uma concreta como em INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE; e as de PERSONIFICAÇÃO quando um elemento não humano recebe as suas características como em A LOUCURA É UM ASSASSINO.

No nível cognitivo essas metáforas traçariam uma projeção conceptual, na qual um domínio de natureza enciclopédica concreta (domínio-fonte) projetaria, para modelagem do sentido de um determinado conceito, sobre um domínio de natureza abstrata (domínio-alvo). A ocorrência desse fenômeno se dá como se demonstra a seguir:

2 Método de representação em Linguística Cognitiva das metáforas articuladas no discurso.

Figura 5 – Mapeamento metafórico entre domínio-fonte e domínio-alvo



Fonte: Lepesqueur; Almeida; Silva; Tenuta (2017).

Essa primeira apresentação da Teoria da Metáfora Conceptual, é, como assinala Vereza (2010), sem sombra de dúvidas, importantíssima para o desenvolvimento de novas pesquisas e novos achados acerca da figuratividade. Diversos trabalhos foram desenvolvidos: é possível encontrar em teses, dissertações e artigos sob os mais diversos temas utilizando-se do arsenal teórico-metodológico da Linguística Cognitiva no famoso website *Google*. O que sinaliza a singularidade da primeira versão dessa teoria. Contudo, com o avanço das discussões acerca da potencialidade da linguagem figurada no discurso, pesquisadores como Salomão (1999), Kövecses (2005), Vereza (2007), Semino (2008) e Soares da Silva & Leite (2015) começam a questionar as proposições da obra seminal da Semântica Cognitiva *Metaphors We Live By* (1980). Uma das primeiras críticas seriam acerca do papel da metáfora na cognição, pois fazendo parte de um “inconsciente cognitivo coletivo” (VEREZA, 2010, p. 205) todas as metáforas conceptuais serviriam e seriam utilizadas do mesmo modo por todos os falantes das diversas línguas ao redor.

É que no livro de Lakoff & Johnson (1980) os autores trazem exemplos que são considerados como “inventados”, eles não seriam tirados exatamente de extratos autênticos da linguagem e do discurso plenamente *em uso*. Kövecses (2005) questiona tal proposição falando sobre a variabilidade cultural.

Como sabemos, a depender da região de cada indivíduo, seus costumes, hábitos, e até falares sobre um determinado assunto ou objeto podem ser diferentes, por isso, a metáfora ao ser um fenômeno conceptual, sociocultural, neuropsicológico, linguístico e corporal não poderia ser tratada e analisada de maneira universal. Isso lembraria, pois, aos moldes do inatismo chomyskiano que tem como principal tese a autonomia da faculdade da linguagem com a Gramática Universal.

Outra crítica seria a de que a linguagem que é somente uma “fonte de dados” (VEREZA, 2010, p. 207) e não o *lôcus* da metáfora, ou seja, o depósito da metaforicidade e não o gerador dela. Diante disso, constatou-se que é na chamada *viragem social* da Linguística Cognitiva (SOARES DA SILVA & LEITE, 2015) que o *lôcus* autêntico da linguagem figurada é na verdade o *discurso*, pois é nele que aspectos sociocognitivos, linguísticos e pragmáticos se encontram para tecer a figuratividade (VEREZA, 2010); e logo, os sentidos por ela textualmente modelados. Analisar a linguagem metafórica atualmente é muito mais do que simplesmente dizer ou apontar quais metáforas fazem parte de um construto linguístico hipotético, mas sim, para além de sinalizar a emergência dela, é aferir o que é ela está fazendo ali, ou seja, o seu papel na produção de sentidos.

Nesse sentido, metodologias modernas foram criadas para a análise da metáfora no

discurso, a saber, a proposta do *nicho metafórico* de Vereza (2007) que enfoca o fenômeno da figuratividade como um recurso organizacional do texto, valorizando o sua função como *dispositio*. O método do *nicho metafórico*, idealizado a partir de pesquisas na área da biologia, remete a ideia da formação de uma rede que constitui o todo, ou seja, no discurso, no *aqui e no agora*, toda uma rede metafórica seria tecida para estruturar um parágrafo (VEREZA, 2010), por exemplo, permitindo ao falante dessa maneira a possibilidade de costurar com efetividade (dizemos: com todas as cargas enciclopédicas, afetivas, subjetivas, psicológicas, ideológicas e etc.) o seu “projeto de dizer” (KOCH, 2002). Utilizaremos este instrumento metodológico no campo de análise do *corpus*.

Pesquisas como as de Kövecses (2003), Abreu (2015) e Carvalho e Melo (2019) exemplificam, por sinal, o papel da metaforicidade no processamento, produção e corporificação das emoções, afirmando estes pesquisadores que ela possui papel central na forma como os seres humanos falam como se sentem e agem diante desses sentimentos. Estes tipos de aferições fariam parte então dessa versão contemporânea das pesquisas em linguagem figurada, que impulsiona este trabalho a verificar o papel das metáforas na constituição das canções interpretadas pela cantora Joelma, mas também a função delas quando estas contribuem para que as mensagens das músicas sejam captadas subjetivamente, corporalmente, afetivamente, socialmente e psicologicamente pelos seus admiradores. Para isso, procederemos a seguir com a observação das letras das músicas *Tô Carente* e *Se Quebrou*, performadas ao vivo para o grande público presente nas gravações do DVD *Banda Calypso pelo Brasil*, registro audiovisual mais vendido na história da música brasileira.

ANÁLISE DO CORPUS

Para proceder com o objetivo deste trabalho, que é verificar o papel da figuratividade na constituição textual e sociocognitiva de canções interpretadas pela cantora brasileira Joelma, escolhemos como *corpus* de observação duas canções interpretadas por ela interpretadas no DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006). As referidas canções são: *Tô Carente*, composta por Edu Lucca e Marquinhos Maraial e *Se Quebrou*, composta por Elias Muniz (2006). A vista disso, apresentaremos as letras das músicas abaixo, nas quais os trechos metafóricos estarão identificados por numeração em parênteses, por motivo de organização e separação, bem como *itálico*, para que fique registrado o acontecimento figurativo.

Nesse sentido, observemos a primeira canção, *Tô Carente*:

“(1) Me ama...
(2) Estou infectada com o
vírus da paixão
Me sara...
O seu amor é um remédio que
(3) me cura da solidão
Me assanha (me assanha, aah...)
(4) Meu corpo está com febre
de desejos
Me abraça e (5) me acalma
com um beijo seu
Preciso (preciso, uuh...)
(6) De uma overdose de cari-
nho
Deitar e rolar com você, com
você...
Ah, ah...
Eu quero colo vem que eu tô
carente
Ah, ah...
(7) Porque do seu amor sou
dependente

Ah, ah...
Eu quero colo vem que eu tô
carente
Ah, ah...
Porque do seu amor sou de-
pendente

Eu não aguento mais ficar
sozinha
Me faz um dengo que eu tô
caidinha
Grito seu nome saio pela rua

(8) Vou delirando de saudade sua...
 Ah, ah...
 Eu quero colo vem que eu tô carente
 Ah, ah...
 Porque do seu amor sou dependente.”
 (LUPPA; MARAIAL, 2006).

Introduzindo a letra romântica, Joelma canta “(1) *Me ama...* (2) *estou infectada pelo vírus da paixão*”. A partir das experiências socioculturais e sensorio-motoras que possuímos, vírus é uma doença que precisa ser tratada. Uma pessoa infectada por um vírus precisa ir num pronto-socorro passar por uma consulta médica para curar esse estado doentio. No trecho, é possível destacar é possível perceber que Joelma interpreta a música do seu repertório articulando *no discurso* duas metáforas que se congregam e contribuem entre si para a modelagem de sentido do texto. No caso, AMOR É UM REMÉDIO e PAIXÃO É UMA DOENÇA formam essa conceptualização. Logo após isso, a cantora, prosseguindo a canção ecoa “O seu amor é um remédio que (3) *me cura da solidão*”, ainda conceptualizando discursivamente o amor como remédio da cura do sofrimento causado pela enfermidade da paixão, Joelma apresenta para o seu público outro estado de saúde. Quem está abandonado pelo seu companheiro(a) amoroso está sozinho ou solteiro, porém esse estado na canção não é empreendido textualmente de maneira saudável, mas sim como um novo período de sofrimento, de moléstia, a metáfora SOLIDÃO É UMA DOENÇA atestaria isso, no fragmento em questão.

Ir a um hospital ou ir a qualquer outro lugar para tentar curar a doença é uma atividade terapêutica já que se cuidar e manter-se em equilíbrio com a saúde do seu corpo é viver uma vida saudável. Na passagem “ (4) *Meu corpo está com febre de desejos* / Me abraça e (5) *me acalma com um beijo seu*”, o

beijo na boca, que faz parte das atividades sexuais humanas, é articulado cognitivo-discursivamente pela figuratividade como um tipo de terapia medicamentosa, logo compreendemos que neste trecho a metáfora O BEIJO É UM REMÉDIO está fazendo parte da grande conceptualização da música em detrimento da doença da paixão: O DESEJO É UMA FEBRE. No excerto “Preciso (preciso, uuh...) (6) *De uma overdose de carinho*”, Joelma canta para sua grande plateia que uma overdose, conjunto de efeitos maléficos causados pelo consumo excessivo de drogas, é também uma solução medicamentosa para o problema do sofrimento amoroso. Em (7) ela continua falando sobre a metáfora AMOR É UM REMÉDIO, apresenta um tipo de uma medicação controlada tomada, ocasionaria danos à saúde de alguém que esteja passando pelo tipo de situação relatada na canção.

Em “Eu não aguento mais ficar sozinha / Me faz um dengo que eu tô caidinha / Grito seu nome saio pela rua (8) *Vou delirando de saudade sua...*” Joelma canta a música “Tô Carente” interpretando a letra dizendo que não suporta mais a solidão, precisa de um dengo, e que sem a presença da pessoa ela já *está* chegando ao estado psiquiátrico do delírio. Neste caso, observamos nesse fragmento a metáfora SER ABANDONADO AMOROSAMENTE É ENTRAR EM ESTADO DOENTIO já que, como visto na canção, causa-se tanto mal para o coração e para a pessoa deixar um relacionamento sem o consentimento mútuo, a ponto de uma pessoa chegar a delirar pela sua volta. Portanto, aferindo essa primeira música, atestamos a presença e a agentividade da linguagem metafórica na constituição interna desse tecido textual fonográfico, além disso, verificamos a potencialidade da figuratividade na modelagem e transmissão da mensagem da mesma, estruturada plenamente por cargas emotivas e subjetivas a partir de conhecimentos enciclopédicos socioculturalmente conhecidos e experienciados fisicamente.

Figura 6 – Público acompanhando a apresentação da música *Tô Carente*



Fonte: DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006).

Partindo para a observação da segunda música, *Se Quebrou*, expomos a sua letra:

“Estou pedindo não me ligue mais...
Eu não encontro outra solução...
A gente já se machucou demais...
Não vale a pena insistir em vão...

(1) Já foram tantas idas e vindas

(2) Tantas promessas e juras quebradas

Já não aguento mais tantas brigas

(3) O nosso amor virou um saco de pancadas...

(4) Se quebrou ou, ou...

Acabou ou, ou...

Se despedaçou...

Não tem conserto o nosso amor...

Se quebrou ou, ou...

Acabou ou, ou...

Se despedaçou...

Não tem mais jeito o nosso amor...

Banda Calypso!

(5) Segue seu rumo eu vou seguir o meu...

(6) Eu vou fazer o que a razão me diz...

(7) Perdeu a graça o sonho se perdeu...

E sendo assim não dá pra ser feliz...

Já foram tantas idas e vindas

Tantas promessas e juras quebradas

Já não aguento mais tantas brigas

O nosso amor virou um saco de pancadas...

Se quebrou ou, ou...

Acabou ou, ou...

Se despedaçou...

Não tem conserto o nosso amor...”

(MUNIZ, 2006).

Contando a história de uma relação amorosa que não dá mais certo, mas que o parceiro continua a insistir por uma continuidade, Joelma canta “A gente já se machucou demais... Não vale a pena insistir em vão... (1) *Já foram tantas idas e vindas* (2) *Tantas promessas e juras quebradas*”, nesse fragmento o relacionamento é entendido com base em nossas experiências concretas com deslocamentos. Como se sabia numa ida a um determinado destino passou por diversas vias, fazemos paradas, escolhemos pegar desvios, bem como podemos também desistir do percurso. Assim a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM é conceptualizada discursivamente nessa música para falar sobre como se deu o encaminhamento do envolvimento a dois. A

confiança, o empenho, e a alegria de estar nesse envolvimento parece ser um dos motivos que faz a personagem da letra da canção desistir do relacionamento, essas atitudes do outro amor, causou quebra, parada de funcionamento, falta de força para continuidade, motivação para troca ou conserto, fazendo a conceptualização sociocognitiva da metáfora PROMESSAS SÃO MÁQUINAS, juras são máquinas emergir no excerto destacado em questão.

No excerto “Já não aguento mais tantas brigas / (3) *O nosso amor virou um saco de pancadas...* / (4) *Se quebrou ou, ou... Acabou ou, ou... / Se despedaçou... / Não tem conserto o nosso amor...*”, o amor, que é agredido, vira um saco de pancadas na metáfora O AMOR É UM OBJETO, e no refrão da canção, Joelma canta o que seria a resposta final acerca do pedido de conciliação de relacionamento por parte do outro envolvido. Se quebrou, se despedaçou, não tem conserto esse amor. Nesse extrato linguístico é possível aferir a agentividade figurativa da metáfora AMOR É UMA MÁQUINA, já que, pelo que parece pela letra da canção diversas foram as tentativas de se consertar/dar um jeito a paixão amorosa relatada, contudo, depois de diversas promessas, juras e a própria confiança, não há mais jeito para esse amor.

A cantora então canta para o seu público sociocognitivamente no trecho destacado a noção abstrata de amor a partir das vivências socioculturais e físicas com máquinas, que quebram, e que muitas vezes, tem de ser substituídas. Em “(5) *Segue seu rumo eu vou seguir o meu...* (6) *Eu vou fazer o que a razão me diz...*” a metáfora A VIDA É UMA VIAGEM antes já articulada na música emerge novamente, logo após isso, a Joelma canta sobre o que leva a personagem da música a tomar essa decisão, a razão, que é personificada e ganha características humanas por meio da metáfora A RAZÃO É UM SER HUMANO.

Figura 7 – Público acompanhando a apresentação da música *Se Quebrou*



Fonte: DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006).

O motivo seria explicado na manifestação linguística metafórica a seguir “(7) *Perden a graça o sonho se perdeu...*” a alegria, o fervor, a paixão do relacionamento que a fazia ser entendida como um sonho que se perdeu, se esvaziou, deixou o coração da pessoa e foi embora. Nesse sentido, identificamos o emprego da metáfora O SONHO É UM SER HUMANO articulando tal conceptualização já que essa ideia abstrata ganha adornos e características humanas: andar, ir a um destino, se perder.

Ao observarmos as duas canções concluímos que tanto na primeira canção, na qual, a carência é o tema-chave, quanto na segunda canção, em que a separação amorosa é o tema guarda-chuva, foram recrutadas diversas metáforas, como ilustrado anteriormente, para a formação, processamento

e constituição da tessitura textual do sentido das músicas. Impactados por esse nicho com mensagens predominantemente de cargas subjetivas, psicoafetivas e socioculturais sobre o amor, o público foi levado ao delírio, levando-os a sentir-se envolvidos de maneira linguística, corporal, sensório-motora e emocional.

Dado o exposto, trazemos uma possível contribuição para reflexões acerca da potencialidade da metaforicidade, que como visto, age diretamente *no discurso, no uso, no aqui e agora* para contribuir linguisticamente e sociocognitivamente para que o falante possa produzir o seu “projeto de dizer” (KOCH, 2002), alcançando efetivamente os seus interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Instigados pelas pesquisas contemporâneas em figuratividade, este trabalho buscou observar como a metáfora funcionou, tanto como um construto linguístico de constituição de sentido de músicas interpretadas pela cantora Joelma para aferir o papel dessas metáforas na transmissão de suas mensagens e suas respectivas emoções. A partir da análise empírica realizada, encontramos metáforas que constituíam nichos metafóricos – redes de manifestações linguísticas figurativas (VEREZA, 2007) para constituir o sentido textual das canções analisadas. Em seguida, verificamos que a metaforicidade encontrada funcionou também como um verdadeiro microfone, pois ecoou ao grande público de Joelma no DVD *Banda Calypso pelo Brasil* (2006) conceptualizações sobre o amor e o sofrimento da paixão socioculturalmente conhecidos, o que fez com que o grande público pudesse “incorporar” o conteúdo conceptual, psicoafetivo e sensorial transmitidos pelas canções apresentadas pela referida artista paraense.

Nesse sentido, estimulamos demais pesquisas que, como esta, se embasem na nova fase social

dos pressupostos teóricos e metodológicos da Linguística Cognitiva, que valorizam, sobretudo, a *sociedade, a cultura e o uso da língua* empregando a tessitura de sentido dessas canções, funcionaram dando vazão as emoções e das subjetividades por elas transmitidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, B. Metáfora e emoção: sobre a conceptualização na língua portuguesa. Tese (doutorado) Universidade do Vale dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2015.

CAMPOS, J. Joelma entre olhares. 2ª ed. Goiânia: Ed. Visão, 2017.

CARVALHO, R.; MELO, L. Metáfora das emoções em Kaiowá. Revista Brasileira de Linguística Antropológica. Brasília, v. 11, n. 1, p. 53-64, 2019.

FREITAS, A. Um estudo sobre o figurino da cantora Joelma Mendes: a cultura musical paraense e suas influências. Anais. 12º Colóquio de Moda – 9ª Edição Internacional 3º Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2016. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20%202016/COMUNICACAO-ORAL/CO-07-Figurino/CO-07-A-CULTURA-MUSICAL-PARAENSE-E-SUAS-INFLUENCIAS.pdf>. Acesso em set. 2021.

GENETTE, G. A retórica restrita. In: COHEN, J.; BREMOND, C.; KUETZ, P.; GENETTE, G. Pesquisas de retórica (Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzun). Petrópolis: Editora Vozes, 1975, pp. 129-146.

JACOMÉ, P.; PRADO, D.; AZEVEDO, R. Descarga acústico-visual e temporalidades em cena: a fundação de uma tradição pela Banda Calypso. Galaxia, Especial 1 – Comunicações e

Historicidades, p. 47-60, 2019.

JOELMA em fotos quando era criança e adolescente, Purepeople. Disponível em: https://www.purepeople.com.br/midia/joelma-em-fotos-quando-era-criancae_m1046792 Acesso em set. 2021.

KOCH, I. V. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. Veredas - Revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora: UFJF, v. 6, n. 1, pp. 29-42.

KÖVECSES, Z. Metaphor and emotion: language, culture, and body in human feeling. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KÖVECSES, Z. Metaphor in culture: universality and variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KÖVECSES, Z.. Emotion concepts: social constructionist and cognitive linguistics. In: FUSSEL, S. (ed). The Verbal communication of emotions. NewYork: Psychology Press, 2002.

LAGO, M.; SOUZA, C.; FERREIRA, E. “Menina do Requebrado” – trajetórias, expressividades & performance da cantora Joelma a partir da cultura musical paraense. Novos Olhares Sociais. Cruz das Almas, v. 3, n. 2, 2020.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. Metaphors we live by. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LEPESQUEUR, M.; ALMEIDA, R.; SILVA, L.; TENUTA, A. O uso de metáforas e metonímias por pacientes esquizofrênicos à luz da Teoria da Metáfora Conceptual. Ciências e Cognição, 22, 2017, p. 63-92.

LUPPA, E; MARAIAL, M. Tô Carente. Letras. mus.br, 2006. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/banda-calypto/335827/> Acesso em set.

2021.

MUNIZ, E. Se Quebrou. Letras.mus.br, 2006. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/banda-calypto/119457/> Acesso em set. 2021.

SALOMÃO, M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. Veredas. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SANTO, B. Cognição e espiritualidade: o papel da figuratividade em um texto ritualístico de doutrinação de espíritos sofredores. Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 8, n. 2, p. 448-467, maio-ago. 2019. SARDINHA, T. Metáfora. São Paulo: Parábola, 2007.

SEMINO, E. Metaphor in discourse. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SOARES DA SILVA, A.; LEITE, J. 35 anos de Teoria da Metáfora Conceptual: Fundamentos, problemas e novos rumos. Revista Investigações, Recife, v. 28, n. 2, p. 1- 23, jul. 2015.

SOUZA, A. Metáfora: uma abordagem neurocognitiva. In: ALMEIDA, A.; SANTOS, E. (Orgs.). Linguagens e cognição. Salvador: EDUFBA, 2016.

VEREZA, S. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitivo-discursiva. Linguagem em (Dis)curso, v. 7, n. 3, p. 487-506, 2007.

VEREZA, S. O lócus da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. Cadernos de Letras da UFF, n. 41, p. 199-212, 2010.

Submissões: novembro de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

A POLARIDADE NO PODPSI “O QUE ACHAMOS DO FILME 365 DNI”

Ana Paula Santos de Souza¹

Resumo: Este artigo objetiva analisar os usos da Polaridade no *podpsi* intitulado “O que achamos do filme 365 DNI”. Selecionou-se o material analisado em virtude do *podcast* ser de um gênero oral e ser uma ferramenta de uso crescente de exposição de opiniões e disseminação de informações acerca de temas vários. O exame das amostras foi fundamentado teoricamente na Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A Polaridade é um recurso que se refere à “escolha entre positivo e negativo” (FUZER; CABRAL, 2014), algo inerente à construção de uma situação comunicativa. Constatou-se, neste estudo, que os recursos léxico-gramaticais indicadores de Polaridade são produtivos nos textos em análise, pois por meio deles é possível refletir a maneira como ocorre a interação e como os sujeitos interlocutores fazem uso de tais recursos para construir significados e, conseqüentemente, realizar seus propósitos comunicativos no evento interativo.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Polaridade. *Podpsi*.

POLARITY IN PODPSI “O QUE ACHAMOS DO FILME 365 DNI”

Abstract: This article aims to analyze the uses of the Polarity in the *podpsi* entitled “O que achamos do filme 365 DNI”. The material analyzed was selected due to the podcast of an oral genre and being a tool of increasing use for exposing opinions and disseminating information on various theme. The examination of the samples was theoretically based on Functional Systemic Grammar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Polarity is a resource refers to the “choice between positive and negative” (FUZER; CABRAL, 2014), something inherent to the construction of a communicative situation. It was found, in this study, that the lexical-grammatical resources indicators of Polarity are productive in the texts under analysis, because through them it is possible to reflect the way interaction occurs and how the interlocutors make use of such resources to build meanings and, consequently, carry out their communicative purposes in the interactive event.

Keywords: Systemic Functional Grammar. Polarity. *Podpsi*;

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mestra em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail. anapaulassletras@gmail.com

INTRODUÇÃO

Por meio da linguagem interagimos com o outro, estabelecemos vínculos e papéis sociais imprescindíveis para a manutenção de uma convivência em sociedade. Dessa forma, expressamos, no nosso dia a dia, julgamentos, opiniões e pontos de vista sobre diversos temas que se fazem presentes no contexto ao qual estamos inseridos, e este, por sua vez, condiciona os sentidos dos nossos textos.

Sob esse viés, as mídias digitais e a internet possibilitam o acesso às informações instantaneamente. Com isso, sentimos a necessidade de estar em constante interação na/ com a sociedade, para que possamos nos manter atualizados ou por poder. Assim, para se posicionar frente a uma temática de grande repercussão, requer ferramentas que supram esse movimento de emergência comunicativa. A partir disso, surgem as plataformas digitais, como o *podcast*, que se configurou, para esta pesquisa, como uma importante ferramenta para que pudéssemos fazer uma análise do recurso interpessoal Polaridade em uma situação comunicativa imediata, instantânea, além de ser uma ferramenta de uso crescente para a exposição de opiniões e disseminação de informações acerca de diversos temas.

Neste artigo, temos o objetivo de realizar um estudo de análise da Polaridade no *podpsi* intitulado “O que achamos do filme 365 DNI”. A Polaridade é um recurso que demarca se a proposição ou a proposta tem validade positiva ou negativa, algo inerente à construção de uma situação comunicativa.

Para realizar uma análise interpretativa do recurso interpessoal escolhido, nos fundamentamos, principalmente, na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), de Halliday e Matthiessen (2014), além de autores que versam sobre os conceitos basilares tratados na nossa pesquisa, como Fuzer e Cabral

(2014), Mendes (2010), Gouveia (2009) e Cristóvão e Cabral (2013).

Na sequência, tecemos considerações acerca da GSF e dos conceitos-chaves que norteiam o objetivo deste texto; depois, tratamos sobre a metodologia empregada; logo após, realizamos a análise, a partir das amostras que selecionamos para evidenciar o uso da Polaridade; por fim, apresentamos uma breve conclusão das explicações realizadas ao longo de todo o texto.

GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL (GSF)

Na obra *An Introduction to Functional Grammar* (1985), que foi posteriormente revisada e ampliada por Matthiessen, são apresentadas as grandes contribuições de Halliday. O linguísta aborda a língua em uso, mostrando como as práticas sociais são representadas e demonstradas no uso concreto da linguagem (FUZER; CABRAL, 2014).

“Halliday recusa as descrições meramente estruturais até então dominantes em linguística, elegendo o uso como marca fundamental de caracterização de uma língua e, conseqüentemente, da sua descrição.” (GOUVEIA, 2009, p. 15). Nesse viés, a teoria Linguística Sistêmico-Funcional, compreende o sistema linguístico e as funções da língua, o que implica dizer que essa teoria vislumbra o sentido além da materialidade linguística, contemplando também os usos socio-interacionais.

A Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) se refere, de acordo com Vian Jr. (2014, p. 424) “aos estudos, análises e descrições relativos ao estrato das formas, isto é, aspectos lexicogramaticais”. A GSF explica, a partir das realizações lexicogramáticas, o que leva o texto a ter determinados significados, compreendendo que há diversos fatores que corroboram para a construção de sentidos, como o contexto, os papéis sociais assumidos pelos sujeitos

interactantes (falante/escritor e ouvinte/leitor) e suas intenções comunicativas.

As escolhas lexicogramaticais realizadas pelo sujeito escritor/falante são possíveis graças à organização sistêmica da linguagem que se baseia na gramática, e esta, por sua vez, está organizada em estratos. A Figura 1 ilustra a organização da linguagem em estratos e evidencia como o contexto se integra ao sistema linguístico.

Figura 1 – A linguagem como sistema de estratos



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 26, adaptado).

Os estratos são interdependentes e envolvidos pelo contexto, dessa forma, ao fazer uma análise linguística na perspectiva sistêmico-funcional, é preciso considerar que as realizações lexicogramaticais escolhidas pelo sujeito escritor/falante não apresentam significado se analisadas isoladamente, afinal, fazemos o uso da linguagem consoante às distintas situações comunicativas diárias. Toda palavra tem sentido a partir da relação que estabelece com as demais palavras presentes em um texto, bem como a partir do contexto que está sendo utilizada.

O texto e o contexto

O texto é a materialização da linguagem, da mensagem, assim, é um recurso para criar

significado, logo, é um processo de fazer sentido no contexto. Halliday e Matthiessen (2014, p. 3) afirmam que o termo “texto” faz referência “a qualquer instância da linguagem, em qualquer meio, que faz sentido para alguém que conhece a língua.”² Cabendo salientar que todo texto é escrito/falado com um propósito, logo, quem o escreve/fala realiza escolhas lexicogramaticais que corroborem para a efetivação de seu objetivo, seja persuadir, entreter, informar, criticar etc. Portanto, a linguagem, planejada ou espontânea, é a materialização de um texto. Para Gouveia (2009), texto é basicamente:

- O que produzimos quando comunicamos ou interagimos;
- Falado ou escrito ou não verbal;
- Individual ou coletivo;
- Composto de apenas uma frase ou de várias (a extensão não é relevante);
- Uma coleção harmoniosa de significados apropriados ao contexto;
- Realizado por orações;
- Um processo contínuo de eleição semântica.

Dessa forma, além de concordarmos com estes fatores basilares que caracterizam o texto, apontados por Gouveia (2009), também coadunamos com o que pontua as autoras Fuzer e Cabral (2014, p. 22), quando afirmam que “em essência, o texto é uma entidade semântica, isto é, um constructo de significados e, ao mesmo tempo, uma troca social de significados”.

É importante frisar que, diante de perspectiva hallidyana, os sentidos de um texto vão além da materialidade linguística, sendo, assim, uma junção de sentidos. Toda vez que realizamos uma nova leitura de um texto, novos sentidos são acrescentados a ele, pois o ato de significar

² The term ‘text’ refers to any instance of language, in any medium, that makes sense to someone who knows the language; we can characterize text as language functioning in context (cf. Halliday & Hasan, 1976: Ch. 1; Halliday, 2010).

é fluido, condicionado a fatores que mudam constantemente. Um exemplo disto é a utilização de um mesmo texto para propósitos distintos, se utilizado, por exemplo, para ministrar uma aula, tem-se um propósito, se utilizado para a realização de um exame de uma seleção, tem-se outro, consequentemente, os sentidos mudam.

Sob esse viés, é possível entender que o contexto é um elemento fundamental na construção de sentidos. O texto é um processo de fazer sentido no contexto, sendo que, consoante Halliday e Matthiessen (2014), os significados ocorrem nas variações contextuais, assim, a linguagem é condicionada a tais variações, nomeadas de *contexto de cultura* e de *contexto de situação*. A primeira refere-se “ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologia, convenções sociais e institucionais”, já a segunda refere-se ao “ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando.” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 26-27).

O *contexto de situação* apresenta três variáveis, Campo, Relações e Modo. O Campo diz respeito à atividade realizada pelos participantes, à natureza social. As Relações dizem respeito aos participantes, aos papéis que desempenham, à interação social exercida por eles. E o Modo diz respeito à função exercida pela linguagem, ao veículo utilizado para a concretização desta e às intenções dos sujeitos interactantes.

As variáveis do *contexto de situação* estão relacionadas às três funções, ou metafunções, apontadas por Halliday, são elas: *metafunção ideacional*, *metafunção interpessoal* e *metafunção textual*. A variável Campo relaciona-se com a função ideacional, a variável Relações relaciona-se com a função interpessoal e a variável de Modo relaciona-se com a função textual.

A *metafunção ideacional* é realizada por duas funções: experiencial e lógica. A experiencial “é responsável pela construção de um modelo de representação do mundo. Sua unidade de análise

é a oração”. Já a lógica “é responsável pelas combinações de grupos lexicais e oracionais. Sua unidade de análise é o complexo oracional”. (FUZER; CABRAL, 2014, p. 33). Essa metafunção expressa “as experiências do sujeito, incluindo o mundo externo e o mundo interno de sua própria consciência. Isso significa que, ao utilizar a linguagem para expressar sua experiência de mundo, o usuário está incluindo situações internas.” (MENDES, 2010, p.15).

A linguagem também possibilita a interação, nos permitindo estabelecer com o outro relações sociais. Essa função interativa da linguagem é a *metafunção interpessoal*, por meio dela podemos estabelecer e manter as relações entre os interactantes. E essas relações se expressam por meio “dos papéis sociais, que podem até incluir os papéis de comunicação, estabelecidos pela própria metafunção, em situações variadas de interação: estabelecer e manter relações, influenciar, expressar pontos de vista, sugerir etc.” (MENDES, 2010, p.15).

Além de expressar experiências e possibilitar a interação, a linguagem também tem a função de organizar os significados ideacionais e interpessoais, dando concretude a esses por meio do texto, sendo tal função nomeada *metafunção textual*. Ela é “responsável por manter ligações entre a própria linguagem e as características da situação de interação”. Além de capacitar “os sujeitos envolvidos a interagir através da produção e compreensão de textos, por meio do estabelecimento de relações coesivas entre uma sentença e outra no discurso.” (MENDES, 2010, p.15).

Essas metafunções são responsáveis pela comunicação que se dá com o uso da linguagem, quando o sujeito produz texto(s) na situação comunicativa. Todavia, na produção de um texto, as três metafunções são utilizadas cada qual exercendo sua finalidade. *Matar*, por exemplo, expressa uma ação (metafunção ideacional), mas para que seja

possível proferi-la é preciso materializá-la no texto, escrito ou oral (metafunção textual), além de ser preciso saber quando ocorreu tal ação (metafunção interpessoal). As metafunções são integradas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Integração das metafunções na oração

FUN- ÇÕES	<i>A de- nuncia- da</i>	<i>Ma- tou</i>	<i>seu filho re- cém-nascido</i>	<i>e m</i>
IDEA- CIONAL (transiti- vidade)	Partici- pante	Pro- ces- so	Participante	Circuns- tância
INTER- PES- SOAL (Modo)	Sujeito	Fini- to (pas- sa- do)	Resíduo	
TEX- TUAL (tema e rema)	Tema	Rema		

Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 35)

Dessa forma, as funções da linguagem determinam que a oração é uma unidade plurifuncional, sendo organizada conforme os significados ideacionais, interpessoais e textuais, assim, temos a oração como representação, como interação e como mensagem, concomitante. Logo, através delas, as experiências são concebidas nas interações e estruturadas como mensagens.

A metafunção interpessoal e o sistema de MODO

A linguagem, como já dito, além das funções de expressar as experiências e possibilitar a produção e compreensão de textos, tem a função de promover a interação, nos permitindo estabelecer com o outro relações sociais, tão imprescindível em uma convivência em sociedade. Essa função interativa da linguagem é a *metafunção interpessoal*, a qual abordamos nesta pesquisa, uma vez que fazemos um estudo de um recurso interpessoal, evidenciando como o mesmo é responsável pela

manutenção da interação, revelando o contexto e os papéis sociais dos sujeitos interactantes.

O sistema de MODO realiza a construção do significado *interpessoal*, expressa as relações entre o falante/escritor e o ouvinte/leitor. “Isto implica a atitude falante em relação ao que ele diz, como apresenta a si mesmo e a seu público e como se posiciona em uma determinada situação comunicativa.” (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008, p. 92).³ As autoras Fuzer e Cabral (2014, p. 33) afirmam que o MODO “é o recurso gramatical para expressar a interação entre os participantes de um evento comunicativo, considerando-se as funções dos elementos que constituem a oração, quais sejam: Sujeito, Finito, Complemento, Predicador ou Adjunto”.

De acordo com a LSF, é no Modo que encontra a função interpessoal de toda mensagem e ele se divide em Sujeito e Finito. O sujeito é tipicamente um grupo nominal, ao qual a mensagem

³ Esto implica la actitud del hablante hacia lo que disse, cómo se representa a sí mismo y a su audiencia y cómo se posiciona en una determinada situación comunicativa.

é tematizada, mas não é, necessariamente, o ator. Já o Finito é a parte do grupo verbal, carrega a opinião do falante/escritor e inclui polaridade. O Finito tem três funções de mostrar: o tempo (durante quanto tempo em relação a qual momento de enunciação a proposição é válida?); a modalidade (em que medida a proposição é válida?) e a polaridade (a proposição tem validade negativa ou positiva) (FUZER; CABRAL, 2014, p. 109).

O recurso interpessoal Polaridade

Na metafunção interpessoal, dentre os vários recursos, há a Polaridade. Este recurso se refere à “escolha entre positivo e negativo” (HALLIDAY 1989, p. 88 apud FUZER; CABRAL, 2014, p. 112). Para algo ser discutível, tem que ser especificado pela polaridade, seja por “é” ou “não é”, nas proposições, seja por “Faça!” ou “não faça!”, nas propostas. Assim, o elemento Finito, além de ter por funções expressar o tempo e a modalidade, expressa também a Polaridade, quando a proposição ou a proposta tem validade positiva ou negativa.

O sistema de MODO permite, em uma análise subsidiada pela LSF, que as realizações gramaticais usadas pelo sujeito falante/escritor sejam avaliadas como decorrentes de uma determinada situação comunicativa, e elas são reveladoras das opiniões, mostrando o comprometimento ou não deste sujeito em seu texto. Assim sendo, a Polaridade demarca o posicionamento do sujeito falante/escritor, o que implica dizer que na materialidade linguística é possível interpretar os significados conforme as escolhas lexicogramaticais presentes no texto.

O Podpsi

Como a LSF prima pelo uso concreto da linguagem, escolhemos um podcast para realizarmos a nossa análise, pois no mesmo se

encontra falas orais, que costumeiramente são espontâneas, configurando-se, assim, mais ricas no sentido de evidenciar o uso real da linguagem.

Cristóvão e Cabral (2013) destacam que os gêneros surgem ou são renovados de acordo com as variações que ocorrem nas atividades linguageiras sociais diárias. Com isso, os autores afirmam que surgiu o *podcast*, termo oriundo da junção das palavras “iPod”, que é um aparelho usado para tocar arquivos de formato MP3, e palavra “broadcasting”, que significa ‘transmissão’.

O *podcast*

É um arquivo de áudio MP3 que pode ser acessado diretamente na *web* e, às vezes, é disponibilizado para ser baixado em uma mídia digital (computador, *tablet*, *smartphone* etc.). O uso dessa ferramenta varia entre diversão, informação, aprendizagem etc. Hoje, a ferramenta está presente nos mais diferentes *sites* da *Web* – por exemplo, em grandes jornais como o *The New York Times* 4 que utiliza essa ferramenta para disponibilizar aos leitores uma alternativa de acesso às informações locais e mundiais. (CRISTÓVÃO; CABRAL, 2013, p. 197)

Portanto, é uma ferramenta utilizada para difundir notícias, críticas, informações etc. Aqui, trazemos o *podpsi*, o -pod do *podcast* e o -psi de psicologia. Trata-se, assim, de um novo suporte para a psicologia chegar às vidas de um público mais amplo. Destarte, é uma nova forma de escutar os psicólogos, onde estes profissionais se reúnem semanalmente para discutir notícias em sessão, relacionando-as à vida.

Os sujeitos que produzem os textos, falam, no *podpsi* que analisamos, são os psicólogos Osmar Reis, Luiza Colmán e Rhuan Silva e, como convidada, a Publicitária Jacqueline Peruzzo. Quanto aos recursos utilizados na ferramenta em questão, vemos a plataforma YouTube, o gênero *podcast*, bem como gênero resenha, sinopse, entrevista (pergunta e respostas) e “piadinhas”, ou seja, esta ferramenta possibilita diversas análises e interpretações.

METODOLOGIA

A escolha do material analisado se deu por duas razões: primeiro, por se tratar de um gênero pertencente a modalidade oral; segundo, por se tratar de uma ferramenta que está sendo, atualmente, bastante utilizada no meio digital. No tocante à temática abordada e aos participantes que promovem o *podcast* escolhido, não há uma motivação decisiva, já que nossa intenção não é abordar os mesmos, mas, sim, as escolhas linguísticas concretizadas nos textos e responsáveis por revelarem os sentidos e os pareceres dos participantes.

O material, como já mencionado, está disponível na internet, este em especial, foi visto através da plataforma *Youtube*, precisamente, divulgado pelo canal “Tranquilo Amor”, em 30 de junho de 2020, cujo link consta nas referências, trata-se de um *podcast* que foi gravado pelo *podpsi*, e conta com a participação de três psicólogos, o Osmar Reis, a Luiza Colmán e o Rhuan Silva, e de uma convidada que é Publicitária, a Jacqueline Peruzzo.

Após a escolha do material, transcrevemos o diálogo promovido no *podcast* e, em virtude da extensão do material, fizemos uma apreciação das porções de fala que mais representam a Polaridade, alvo da nossa investigação.

Feito isto, partimos, de fato, para detalhes de cada ponto analisado.

ANÁLISE

Através do recurso interpessoal Polaridade podemos vislumbrar a interação que se faz presente no texto. O sujeito escritor fornece, por meio das suas realizações lexicogramaticais, suas opiniões, pontos de vista e julgamentos acerca do tema que trata. No *podpsi* analisado, os sujeitos conversam, produzem textos, expondo seus pareceres sobre

o filme 365 DNI, discutindo sobre o mesmo e, principalmente, sobre a representação da mulher. Deste modo, conforme os papéis sociais, o contexto e a situação comunicativa, tais sujeitos interagem entre si e com o público que os assiste.

Na sequência, tratamos de alguns usos da Polaridade no *Podpsi* “O que achamos do filme 365 DNI”. Escolhemos algumas amostras que corroboram para a compreensão do recurso interpessoal que abordamos, salientando que as escolhas linguísticas dos sujeitos revelam suas intenções comunicativas, logo, mesmo se tratando de textos orais, instantâneos, há uma motivação para a escolha de determinada realização lexicogramatical dentro do sistema linguístico.

AMOSTRA 01

JACQUELINE PERUZZO:[...] então eu já me posicionei do lado de quem não gosta desse conteúdo e de quem não incentiva. Mas, com o convite do Osmar, eu pensei: “vou ter que assistir esse filme, não tem como fugir” (risos). E quando eu assisti o filme tive a “agradável” surpresa de perceber que não é só a história que é ruim, tecnicamente temos um filme muito fraco. Ele se apoia, basicamente, nas cenas de sexo para se vender, porque roteiro quase não tem, é um filme muito duvidoso, a escolha da trilha sonora, a atuação deles são sofridas (risos).

Na Amostra 1, a Publicitária Jacqueline Peruzzo expõe seu julgamento acerca do filme 365 DNI, assim, suas escolhas lexicogramaticais deixam evidente o seu posicionamento acerca do mesmo. Toda a sua fala exposta da Amostra 1 é marcada pela presença da polaridade negativa “não”, reforçando sua opinião em relação à temática abordada, ao enredo e ao fato de ter que assistir ao filme apenas para participar do *podpsi*. Ao fazer seu parecer, Jacqueline Peruzzo faz apontamentos, a nosso ver, a partir do papel social que exerce naquele contexto. Por ser publicitária, seu texto revela uma opinião de quem lida com a publicidade, o que

implica dizer que não se trata de uma leiga na área, logo, seu julgamento possui relevância e endossa a crítica negativa feita ao filme.

AMOSTRA 02

JACQUELINE: Eu não consigo tirar nada de proveitoso do filme.

Assim como “não”, outra realização lexicogramatical que indica polaridade negativa é “nada”. Então, na Amostra 2, “nada” também funciona como um recurso interpessoal que é responsável por tornar evidente o julgamento de Jacqueline Peruzzo, todavia, ele sintetiza toda a ideia negativa que a publicitária revela ter sobre o filme, deixando claro que não há nenhum elemento do filme que mereça, conforme sua opinião, uma crítica positiva.

AMOSTRA 3

LUIZA COLMÁN: [...] E, gente, meu medo de verdade, lá já tinha sinal de abusos, em vários momentos já tinha sinais claros de abuso, além do fato de ela ter sido sequestrada, né, gente? Mas eu fico imaginando seis meses depois desse casamento, quando ele perceber que ela não é o que ele queria, e quando ela perceber que ele também não é o que ela queria, aí, sim, essa mulher, corria o risco de morrer [...]

A realização lexicogramatical “sim” é a forma prototípica para indicar polaridade positiva. Na Amostra 3, a psicóloga Luiza Colmán faz apontamentos acerca da disparidade entre o que é mostrado no filme com a realidade. O filme retrata, conforme a psicóloga, uma relação de abusos, a mulher é, na verdade, uma vítima, que, se trazida para a realidade, após seis meses de casamento correria até o risco de morte, já que um matrimônio necessita de outros elementos para se configurar como um relacionamento tido como saudável. Luiza Colmán usa o “sim” para confirmar

o seu julgamento, reforçando que, caso a relação representada no filme fosse real, poderia culminar na morte da mulher, diante toda a violência que ela sofreu, inclusive um sequestro. As colocações feitas por Luiza são na perspectiva da psicologia, portanto, alguém com autoridade para realizar afirmações acerca do comportamento dos personagens e do impacto negativo que as representações feitas no filme teriam na vida real, cotidiana.

AMOSTRA 04

RHUAN SILVA: [...]E eu concordo plenamente com o Osmar. E inclusive, eu acho que o cinema destrói muito quando...é... visões que a gente tinha há tempos, eu vejo que a gente está tentando, eu havia comentado com vocês anteriormente também, visões que há tempos a gente está tentando tirar do que seria uma mulher, do que lugar a mulher deve ou não ocupar [...]

A Polaridade pode ser demarcada pelas formas prototípicas “sim” e “não”, no entanto, é preciso entender que o significado é interpessoal, o que implica dizer que é possível confirmar ou negar a partir de outras realizações lexicogramaticais, sendo estas demarcadas pelo contexto de uso. Na Amostra 4, Rhuan Silva, ao fazer uso de “eu concordo plenamente” mostra que a proposição emitida por Osmar tem validade positiva. Ao fazer uso de tal realização gramatical, Rhuan revela que está interagindo com os sujeitos participantes do *podpsi*, mais precisamente com Osmar, mantendo, dessa forma, o diálogo, acrescentando outros textos e reforçando a ideia discutida com outros sentidos, típico de uma situação comunicativa. Rhuan e Osmar são psicólogos, inferimos que ao concordar com Osmar, Rhuan reforça as colocações feitas pelo colega, ele acrescenta que as representações feitas no cinema contribuem para a manutenção de uma visão retrógrada sobre a mulher.

Diante dessas Amostras, percebemos que a Polaridade é um recurso interpessoal importante na

construção do ato de significar. Por tal recurso fazer parte da metafunção interpessoal da linguagem, percebemos a sua atuação no processo interativo, no qual os sujeitos escritores realizam suas escolhas lexicogramaticais para se expressar e para exercer seus papéis sociais, enquanto sujeitos sociais e que precisam se adequar a distintas situações comunicativas.

CONCLUSÃO

Diante das análises das amostras, pudemos constatar que os recursos lexicogramaticais indicadores de Polaridade são produtivos nos textos do *podcast* utilizado nesta pesquisa, pois vemos que, por meio deles, é possível refletir a maneira como ocorre a interação e como os sujeitos interlocutores fazem uso de tais recursos para construir significados e, conseqüentemente, realizar seus propósitos comunicativo no evento interativo.

Todo texto revela, por meio das escolhas das realizações lexicogramaticais feitas pelo sujeito escritor/falante, um viés interativo, dotado, inevitavelmente, de julgamentos, opiniões e pontos de vista. Portanto, as situações comunicativas são sempre condicionadas ao contexto, ao propósito comunicativo e aos papéis sociais que os sujeitos interactantes desempenham em determinado momento. Entendemos, assim, que uma análise linguística subsidiada pela perspectiva sistêmico-funcional releva que o ato de significar vai além do que está posto no texto, sendo isso crucial para compreendermos as relações interpessoais, a função interativa da linguagem.

REFERÊNCIAS

CRISTOVÃO, V. L. L.; CABRAL, V. N. Podcasts: características nas produções de professores em formação continuada. *Rev. Est. Ling.*, Belo

Horizonte, v. 21, n. 1, p. 189-222, jan./jun. 2013.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. Matraga, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

FUZER, A.; CABRAL, S. R. S. (Orgs.). Introdução à Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2014.

HALLIDAY, M, A, K.; MATTHIESSEN, C. M.I.M. Introduction to functional grammar. London: Edward Arnold, 2014.

GHIO, E.; FERNÁNDES, M. D. Linguística sistêmico funcional: aplicaciones a la lengua española. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral/Waldhute Editionaes, 2008.

MENDES, W. V. As circunstâncias e a construção de sentido no blog. Dissertação (Mestrado em Letras). 130 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Departamento de Letras, Pau dos Ferros - RN, 2010.

VIAN JR., O. Linguística Sistêmico-Funcional. In: GONÇALVES, A. V; GÓIS, M. L. de Sousa. (Orgs.). Ciências da linguagem: o fazer científico. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

< <https://www.youtube.com/watch?v=CXuXhTSMXTA> >, Acesso em: 10 abr. 2021.

Submissão: dezembro de 2021.

Accite: dezembro 2021.

PRÁTICAS DE LEITURA E LETRAMENTO LITERÁRIO EM ESCOLAS DO CAMPO

Marcio José de Lima Winchuar¹

Leilah Santiago Bufrem²

Diego Paiva Bahls³

Resumo: este artigo traz como temática as práticas de leitura literária em escolas do campo, com ênfase àquelas com organização multisseriada. A leitura no campo assume uma dimensão revolucionária, tendo em vista aspectos de luta pelo direito à vida, à terra e à educação, presentes no cotidiano do sujeito camponês. Como objetivo geral, discute práticas de leitura literária presentes em escolas multisseriadas do campo. Como objetivos específicos, evidencia a concepção de leitura de educadores atuantes em contextos do campo; identifica quais práticas de leitura estão presentes em escolas e turmas multisseriadas; demonstra os encaminhamentos realizados pelos educadores durante as práticas de leitura. Fundamenta-se em autores que discutem o conceito de leitura e letramento literários e por meio de um estudo exploratório, em campo, analisa dados produzidos a partir da aplicação de um questionário semiestruturado a 16 educadores, atuantes em escolas situadas na região Centro Sul do estado do Paraná. Conclui que, mesmo em meio às condições de produção muitas vezes precarizadas, as práticas evidenciadas vinculam-se a autores que defendem a potencialidade da leitura na sociedade, promovendo a reflexão crítica.

Palavras-chave: Educação do Campo; escolas multisseriadas; letramento literário.

READING AND LITERARY PRACTICES IN RURAL SCHOOLS

Abstract: This article brings as its theme the practices of literary reading in rural schools, with emphasis on those with multigrade organization. Reading in the countryside takes on a revolutionary dimension, considering aspects of the struggle for the right to life, land and education, present in the daily life of the peasant subject. As a general objective, it discusses literary reading practices present in multigrade schools in the countryside. As specific objectives, evidence the conception of reading of educators working in field contexts; identifies which reading practices are present in schools and multigrade classes; demonstrates the referrals made by educators during reading practices. It is based on authors who discuss the concept of reading and literary literacy and, through an exploratory study in the field, it analyzes data produced from the application of a semi-structured questionnaire applied to 16 educators, working in schools located in a municipality in the region south center of the state of Paraná. Concludes that, even in the midst of the often precarious production conditions, the practices evidenced are linked to authors who defend the potential of reading in society, promoting critical reflection.

Keywords: Rural Educations; Multigrade Schools; Literary literacy

1 Doutor em Educação (UFPR), docente do Departamento de Pedagogia da Unicentro. E-mail: marciounicentro@gmail.com

2 Doutora em Ciências a Comunicação pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação. E-mail: santiagobufrem@gmail.com

3 Mestrando em Educação (UFPR). E-mail: diegobahls09@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo apresenta como temática as práticas de leitura literária em escolas do campo, com ênfase em turmas multisseriadas⁴. A organização escolar multisseriada é realidade em todas as regiões do Brasil e, ao tratarmos desse contexto, estamos nos referindo a escolas ou turmas com estudantes de diferentes idades, séries/anos e níveis de aprendizagem, em uma mesma sala de aula e sob a responsabilidade de um único professor ou professora.

Nesse modelo de organização escolar, a prática docente torna-se ainda mais complexa, tendo em vista as diversas atividades realizadas pelo educador, desde aquelas pedagógicas, voltadas ao processo de ensino e aprendizagem, como também atividades outras, que envolvem todo o funcionamento da escola, desde sua abertura, a limpeza, o preparo do lanche, entre outras que se fizerem necessárias (WINCHUAR, 2020).

No Brasil, há pelo menos 78.3 mil turmas do ensino fundamental organizadas no formato multisseriado, considerando as esferas municipal e estadual (BRASIL, 2018). Duarte e Tascheto (2014) afirmam que os dados atuais contradizem discursos que afirmam que as escolas e turmas multisseriadas não seriam quantitativamente expressivas no cenário rural brasileiro, pois, mesmo tendo uma diminuição drástica nos últimos anos, elas continuam presentes.

Considerando-se a precarização de políticas voltadas às Escolas do Campo, é possível trazer algumas constatações: as práticas de leitura literária são marcadas pela precarização do trabalho docente e infraestrutura de algumas escolas, pela falta de materiais didáticos, pela complexidade do trabalho em escolas multisseriadas e pela precarização da

⁴ Essas escolas também são chamadas de escolas isoladas, escolas unidocentes, escolas da professorinha, escolas multianos, entre outros. Nessa pesquisa, optamos por manter o termo “multisseriada” por entender que ele está carregado de sentidos e historicamente demarcado.

formação docente específica para o trabalho em escolas do campo. Nessa conjuntura questionamos: como as práticas de letramento literário têm se materializado nesse contexto? Quais práticas têm formado o sujeito leitor camponês? Qual a concepção de leitura de sujeitos educadores do campo?

A leitura literária, no campo, assume uma dimensão revolucionária, tendo em vista que aspectos de luta pelo direito à vida, à terra e à educação estão presentes no cotidiano do sujeito camponês. Assim, as práticas de leitura, quando articuladas à vida, podem desenvolver a criticidade nas diferentes dimensões, principalmente pelo ponto de vista social e político. Ler, no contexto do campo, é compreender a realidade, percebendo as nuances e contradições envolvidas, nesse contexto, já que é uma forma de instrumentalização crítica que encaminha para a mudança da realidade, seja econômica, social, política e/ou cultural.

Nessas condições, como recorte, nosso objetivo principal pauta-se em discutir práticas de leitura literária presentes em escolas multisseriadas do campo. Como objetivos específicos, buscamos evidenciar a concepção de leitura de educadores atuantes em contextos do campo; identificar quais práticas de leitura estão presentes em escolas e turmas multisseriada e demonstrar os encaminhamentos realizados pelos educadores durante as práticas de leitura.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, em campo. Apresenta dados parciais de um projeto de pesquisa mais abrangente, sobre práticas de leitura em contextos multisseriados⁵. Os dados produzidos contam com a participação de educadores atuantes em escolas do campo de um município da região centro sul do estado do Paraná, marcado pelo expressivo número de escolas do campo em funcionamento.

⁵ Parecer consubstanciado do CEP nº 2.705.134. CAEE: 89336818.3.0000.0102.

A análise dos elementos e determinações dessas práticas em campo, reproduzidas em sua riqueza, mostra as singularidades e traços pertinentes da realidade, conforme concepção de Dussel (1985, p. 32), sobre o “momento essencial constitutivo do objeto”, ou seja, o conhecimento concreto de suas múltiplas determinações.

Os dados analisados integram um conjunto de respostas resultantes da aplicação de um questionário semiestruturado, que contou com dezesseis participantes, em um contexto de 35 escolas do campo, no segundo semestre de 2018, durante um processo de formação continuada do município em questão.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir das vivências dos pesquisadores em sala de aula, tanto na Educação Básica quanto na educação Superior, bem como no processo de formação continuada de educadores do campo. Justifica-se por abordar a realidade dessa região paranaense, bem como por demonstrar a presença de práticas de letramento literário que resistem em meio à precarizações, contradições e desafios que marcam o cenário brasileiro.

Após esta introdução, no próximo tópico, tecemos considerações sobre escolas e turmas multisseriadas no contexto do campo brasileiro. Em seguida, trazemos o conceito de letramento literário e sua relação com a leitura e o trabalho docente no campo, evidenciando práticas presentes nesses espaços. Por fim, concluímos o artigo evidenciando que, mesmo em meio às condições de produção muitas vezes precarizadas, as práticas evidenciadas vinculam-se a autores que defendem a potencialidade da leitura na sociedade, promovendo o diálogo e a reflexão crítica.

**ESCOLAS E
MULTISSERIADAS:
CONSIDERAÇÕES**

**TURMAS
BREVES**

Pelo aspecto social, político e cultural, a escola destaca-se por sua heterogeneidade. A partir dos pressupostos da Educação do Campo, trata-se de um espaço de formação humana e emancipatória, marcada por tensões e disputas. Concebê-la dessa forma significa compreendê-la como um ambiente formativo e humanizador dos sujeitos que a fazem, assumindo uma “matriz de formação multilateral, de construção universal, materializada em cada realidade particular a partir das necessidades sociais e humanas desses sujeitos” (CALDART, 2018, p. 12).

As escolas situadas no campo brasileiro representam um espaço de contradições. Marcadas, historicamente, por sua organização multisseriada, vivenciam uma problemática de precarização, de abandono, de falta de investimentos em educação. Por outro lado, traduzem a luta do povo camponês pelo direito à escola e a condições de permanência no campo. Ela é o resultado da incansável busca por melhores condições de vida e pelo direito à educação (WINCHUAR, 2020).

A organização multisseriada no Brasil, ganha força no governo imperial, a partir da Lei de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827), a qual determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos. Assim, em pequenas vilas ou lugares pouco habitados, reuniam-se crianças em torno de um professor para poder aprender a ler, escrever e contar, uma realidade de muitos brasileiros (SANTOS; MOURA, 2010).

Hoje, esse modelo de organização é amparado pelo artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996, que prevê, a organização da Educação Básica em “séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização”, a partir das necessidades de ensino e aprendizagem (BRASIL, 1996).

Em meio às discussões que envolvem a organização escolar, a multisseriação divide posicionamentos. A literatura já demonstra um consenso quando se fala na falta de investimentos e políticas em prol dessa forma de organização escolar, sobretudo em escolas do campo brasileiro, entretanto, ainda há tensões na forma de conceber essas escolas, dependendo de cada autor e das características da região em que elas se encontram.

Sobre isso, Winchuar (2020) aponta, de um lado, posicionamentos contrários à organização multissérie presentes nos discursos de pesquisadores, educadores, gestores e da comunidade de forma geral. Por outro lado, há posicionamentos que veem na multisseriação a única possibilidade de acesso à educação escolar na comunidade em que vivem, ou seja, defendem que se houvesse investimentos na formação do educador, bem como na infraestrutura das escolas, a organização multisseriada poderia ser uma alternativa para a escolas do campo.

É possível encontrar, também, a defesa da escola pública do campo a partir da superação do paradigma (multi)seriado, pelo qual não passa nem a questão da seriação, tampouco a da multisseriação, conforme têm apontado estudos de Hage (2014). Sendo assim, seria ilusório acreditar que uma das formas de organização pudesse trazer a esperança de uma educação de qualidade, sendo que elas caminham lado a lado, tanto em questões de ordem metodológica, quanto organizacional, sempre marcadas por movimentos de precarização.

No campo brasileiro, a maioria das escolas é caracterizada como distante de um padrão de qualidade. Entre as razões, destacam-se aspectos estruturais, falta de materiais didáticos e de professores qualificados. Além disso, entra em cena a complexidade do exercício da docência em escolas multisseriadas, pois, elas atendem a estudantes de diversas idades e realizam diferentes atividades que ultrapassam o âmbito da docência. Em muitos casos, são educadores desvalorizados

que não contam com [...] “apoio pedagógico e indicações do que pode ou não ser feito, na angústia de reproduzir o modelo da cidade” (ANTUNES-ROCHA; HAGE, 2010, p. 15).

Nesse modelo de organização escolar, marcado por contradições e potencialidades que envolvem as escolas do campo, questionamos: como as práticas de leitura literária têm formado sujeitos leitores camponeses? O próximo tópico preocupa-se em responder a este questionamento e evidenciar, pedagogicamente, como as práticas vem sendo realizadas.

PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA EM CONTEXTOS DO CAMPO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

As escolas do campo fazem parte de um contexto especial de leitura, pois, pensá-las situando seus sujeitos e condições de ensino “é desvelar características que diferenciam esse especial contexto em relação aos de outras escolas”, marcadas por circunstâncias complexas devido às condições que as particularizam. A realidade do campo requer “olhares e ações capazes de entender esse diferencial, não como redutor de possibilidades, mas como estimulador da superação de condições complexas e da criação de propostas vivas, a partir de um trabalho intencional de transformação” (GARCIA; BUFREM, 2016, p. 11).

Antes de qualquer coisa, vale destacar que as práticas de leitura literária integram o conjunto das práticas presentes na escola e são assumidas, neste texto, como um conjunto de situações reais de leitura em sala de aula, a partir de gêneros verbais, imagéticos, orais e multissemióticos (WINCHUAR, 2020). Nossa concepção ultrapassa a decodificação e interliga-se às práticas sociais necessárias para o entendimento da vida humana e suas relações estruturais, conjugando-se às formas de ler e interpretar a vida, real ou literária, dentro e fora da

escola, já que envolvem a criança na participação e no entendimento de seu mundo, tal como postula Freire (1986).

Articulado à leitura, a literatura nos mostra que o conceito de letramento literário faz parte da expansão do uso do termo “letramento” e relaciona-se aos usos sociais da língua. Ele integra o plural dos letramentos, já que é um dos usos sociais da escrita. Ao contrário dos outros letramentos, “o letramento literário tem uma relação diferenciada com a escrita e, por consequência, é um tipo de letramento singular”. Além disso, “proporciona um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita, posto que conduz ao domínio da palavra a partir dela mesma” (SOUZA; COSSON, 2011, p. 102).

Partimos, portanto, do entendimento de que o letramento literário precisa da escola para se concretizar, já que “demanda um processo educativo específico que a mera prática de leitura de textos literários não consegue sozinha efetivar” (SOUZA; COSSON, 2011, p. 103), esta pesquisa pauta-se em discutir práticas de letramento literário na escola, com ênfase nas classes multisseriadas do campo. Nesse cenário, considerando a participação de 16 professores, apresentamos alguns pontos pertinentes para revelar como as práticas de leitura têm sido realizadas nesses espaços.

Neste artigo, apresentamos e analisamos o material empírico considerando: a concepção de leitura dos educadores, uma vez que reflete de forma direta nas práticas; a escolha dos materiais de leitura, realizada tanto pelos educadores quanto pelos educandos; e os encaminhamentos realizados durante as práticas.

Para Silva (2003, p. 40), a maneira pela qual o educador “concebe o processo de leitura orienta todas as suas ações de ensino em sala de aula”. Isso quer dizer que, se o educador concebe a leitura como prática social e frutiva, a ênfase nas atividades recai sobre essa perspectiva. Conscientes disso,

investigamos a concepção dos educadores, a fim de entender as práticas em sala de aula e trazendo uma frase que demonstrasse suas concepções. A leitura pelo enfoque literário aparece no discurso de cinco participantes, equivalendo a 31,25% deles.

O processo de formação continuada parece ser um dos caminhos para formar professores e, consequentemente, estudantes leitores críticos. Ainda há discursos sobre a leitura que recaem no senso comum, como por exemplo: “Ler é viajar, conhecer, sonhar” (EDUCADORA C, 2018). Por outro lado, mesmo que as concepções apresentadas não se ancorem, explicitamente, em autores que discutem a leitura de forma crítica, é possível inferir o desenvolvimento de práticas que aprimoram a sensibilidade estética do educando e superam atividades apenas de decodificação.

Para Antunes (2003), a leitura, no plano da experiência gratuita e do prazer estético, a partir de textos literários diversos, não pode reduzir-se a objetos de análise sintática, a pretexto para o ensino de ortografia e gramática. Reduzi-la dessa forma seria como esvaziá-la de sua função poética e ignorar a arte presente nas palavras e no texto de uma forma geral. Os textos literários contribuem com a formação de leitores, que se envolvem na história e se colocam no lugar dos personagens, articulando o texto com seu próprio mundo.

A prática de leitura pelo ponto de vista estético estimula, na criança, a curiosidade, a imaginação, a criatividade, a fantasia, o sentimento, a invenção e, sobretudo, a sensibilidade de olhar para o mundo e para o outro. Sobre isso, Silva (1988, p. 89) menciona que “a literatura, enquanto expressão da vida tem a capacidade de redimensionar as percepções que o sujeito possui de suas experiências e do seu mundo” e, por esse motivo, a leitura literária, pela sua natureza e força estética, colabora “para com a formação da pessoa, influenciando nas suas formas de pensar e encarar a vida”.

A escolha dos livros, frequentemente, é realizada pelo docente (68,8%), considerando o ano/série em que a criança está matriculada. Ao mesmo tempo, na maioria das escolas, há livros em caixas de leitura dispostos em espaços identificados nas prateleiras da biblioteca de turma, disponíveis aos estudantes em seus momentos livres. A respeito disso, “a escola e os professores devem colocar a disposição das classes uma variedade de materiais escritos”, tanto na biblioteca, quanto na própria sala de aula, proporcionando a familiaridade com textos diversos (SILVA, 1998, p. 86).

Geraldi (2006, p. 86) destaca critérios de adequabilidade, de interesse e de motivação pela leitura. Nesse processo, muitos educadores justificam que determinado texto é impróprio, pesado ou difícil para determinada série ou ano, tanto pelo assunto quanto pelo interesse que pode despertar. Em meio à adequação, “acreditam poder seriar e graduar os problemas, as realidades, as fantasias e a leitura dos alunos – tudo do mais simples para o mais complexo”, como se fossem vividos pedagogicamente, de acordo com a série e a faixa de idade.

Por outro lado, a escolha relaciona-se ao acervo de leitura disponível na escola que, muitas vezes é pequeno. Esse fator se mostra presente na maioria das escolas investigadas, já que o número de livros ainda é pequeno para as demandas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Sobre os gêneros discursivos trabalhados, os dados da pesquisa demonstram que contos e fábulas ocupam um lugar de destaque na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, aparecendo no discurso de 100% dos participantes. Poemas e parlendas também se mostram presentes em 81% das respostas. Já as histórias em quadrinhos e lendas aparecem nas práticas de 75% dos educadores. No âmbito da oralidade, os causos locais também ganham espaço em meio às

leituras e discussões, estando presentes em 31% das respostas.

É importante destacar a necessidade de colocar a disposição das turmas uma variedade de livros e gêneros textuais, de modo que o estudante preencha seus interesses a partir de suas capacidades de leitura. Sem uma proximidade palpável entre leitores e diferentes formas de literatura, dificilmente será desenvolvido o gosto pela leitura. Ninguém pode gostar do que não conhece (SILVA, 1998).

Em meio às escolhas de materiais para leitura, há discursos que, de um lado, afirmam: “[...] eu escolho os livros, sempre escolho, porque eu sei o que eles gostam. Aqui tem um monte de livros que eu escolhi e quando eles terminam de ler eles vem e trocam. Eu sempre escolho, porque eu sei o que eles gostam” (EDUCADORA A, 2018). De outro, há afirmações como: “[...] eu os deixo escolherem, eles gostam muito de história em quadrinhos e aqueles livrinhos curtinhos de contos de fadas. Quando eu dou a oportunidade de eles escolherem é um dos dois: contos de fadas ou HQ” (EDUCADORA L, 2018).

Distantes de cair em discussões que polarizam as práticas como corretas ou incorretas, demonstramos diferentes momentos de leitura na escola, uma vez que tanto a participação do estudante quanto a experiência e o olhar atento do educador são importantes no momento da escolha de materiais. Para Winchuar (2020), engessar o processo não parece ser a alternativa adequada, ao passo que ler somente o que o professor designa parece não ser tão atrativo para o estudante, bem como ler apenas gêneros que chamam a atenção da criança não é suficiente para sua formação leitora.

Vale destacar, ainda, que apenas a seriação como critério principal reforça práticas presentes na lógica seriada e hegemônica da escola. Levada ao pé da letra, tal prática pode desprezar considerações

possíveis para grupos diferentes a partir do mesmo livro, principalmente, em contextos multisseriados. Cair no engessamento, neste caso, poderia reforçar as problemáticas vivenciadas pela escola pública brasileira, seja no campo, na cidade e a partir de diferentes modos de organização (WINCHUAR, 2020).

As práticas de leitura necessitam de encaminhamentos pedagógicos, objetivos, orientações, finalidades, clarificando o que se pretende atingir com o processo de educação do leitor. Conforme Silva (1998, p. 81), “Sem horizontes bem configurados e bem fundamentados, que orientem o desenrolar das práticas e dos programas de leitura em sala de aula, corre-se o risco de cair no casuísmo e na improvisação”.

Em uma perspectiva de letramento literário, não é possível aceitar que a simples prática de leitura seja considerada a atividade escolar de leitura literária. Para Cosson (2019), a maneira com que se lê e se interpreta o texto literário fora da escola é condicionada pela maneira como ela nos ensinou a ler. “Os livros, como os fatos, jamais falam por si mesmos. O que os fazem falar são os mecanismos de interpretação que usamos, e grande parte deles são aprendidos na escola”. Para o autor, no ambiente escolar a literatura é um locus de conhecimento e para funcionar como tal deve ser explorada de maneira adequada e a escola precisa ensinar a criança a fazer tal exploração (COSSON, 2019, p. 26).

Sobre como as práticas de leitura literária são desenvolvidas em contextos do campo, o material empírico evidenciou, pelo menos, três etapas da leitura: pré-leitura, leitura e pós-leitura, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: práticas de leitura literária contextos do campo

PRÁTICAS DE LEITURA INDIVIDUAIS E COLETIVAS	
Encaminhamentos pré-leitura	✓ Contextualização da leitura, explicitação de o que vamos ler e para quê vamos ler. Investigação do conhecimento prévio sobre o que vamos ler (EDUCADORA E, 2018); ✓ Estimular os alunos a descobrir o que o texto guarda em si pode ser revelado através da prática da leitura, partindo da curiosidade (EDUCADORA I, 2018). ✓ Apresentação da capa do livro, autor e ilustrador (EDUCADORA B, 2018); ✓ Primeiramente, deixo as crianças livres para escolher sua leitura (EDUCADORA M, 2018); ✓ Apresentação em conversação (EDUCADORA K, 2018); ✓ Introduzir e produzir alguns argumentos, incentivando o aluno e despertando nele uma curiosidade (EDUCADORA F, 2018); ✓ Acalmar os alunos para que haja um ambiente propício para o entendimento da leitura (EDUCADORA N, 2018); ✓ Primeiro a observação do título e do que nele chama a atenção, em seguida o nome do autor e a imaginação do que o inspirou no título. O ano em que o livro foi escrito. Então a imaginação do que o livro pode estar tratando (EDUCADORA P, 2018).
Durante a Leitura	✓ Realização de leitura silenciosa (EDUCADOR O, 2018); ✓ Acompanhamento para verificar se estão conseguindo ler. Se não conseguem, sugiro outra leitura (EDUCADORA M, 2018). ✓ Observação de diálogos e opiniões (EDUCADORA K, 2018); ✓ Esclarecimento de palavras desconhecidas, pontuação, fala de personagens, significado das palavras (EDUCADORA F, 2018); ✓ Realizar a leitura em voz alta para que todos escutem (EDUCADORA N, 2018);
Pós-leitura	✓ Fazer comentários ou contar a respeito de o que leu (EDUCADOR O, 2018); ✓ Com os alunos, realizo diversas atividades orais; peço aos mesmos para que alguém se prontifique e reconte o que entendeu; realizo atividades escritas; confecção de dedoches, máscaras, colagens e outros (EDUCADORA B, 2018). ✓ Resumo oral, interpretação oral, escritos através de desenhos, continuação de histórias, opiniões e questionários variados, conforme a turma e a prática de leitura (EDUCADORA K, 2018); ✓ Argumentar, dependendo do que se lê, interpretar tempo, espaço e lugar, interpretação oral, etc. (EDUCADORA F, 2018); ✓ Debate e depois uma apresentação para os colegas, expondo o que foi aprendido (EDUCADORA J, 2018); ✓ Após vem a reflexão para ver se a leitura confere com a imaginação inicial sobre o livro. Finalmente a exposição oral da interpretação ou a leitura do resumo (EDUCADORA P, 2018).

FONTE: (WINCHUAR, 2020);

A maneira como os participantes encaminham as práticas demonstra sua preocupação com o letramento literário, entendido aqui como o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem na escola (COSSON, 2019). O autor sistematiza e apresenta atividades que podem ser realizadas em meio às práticas de leitura literária, identificadas nos relatos dos docentes.

O material empírico nos permite compreender os encaminhamentos realizados pelos participantes. A etapa pré-leitura é marcada por discursos dialógicos cujo objetivo principal é desenvolver a curiosidade dos leitores acerca da obra que será lida. Isso geralmente ocorre por meio da conversação e do diálogo com os estudantes, em que o educador contextualiza a obra e explicita os objetivos da leitura.

Nessa linha de pensamento, como se tratam de atividades voltadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, há também momentos de incentivo e aguçamento da criatividade e imaginação dos estudantes, por meio de um levantamento prévio de informações. Como destaca Silva (1998), pode ser um momento de lançar “iscas” para chamar a atenção das crianças acerca do material a ser lido e interpretado.

A etapa pré-leitura desenvolvida pelos participantes nos permite retomar o que Cosson (2019, p. 55) chama de motivação e introdução. “Nesse sentido, cumpre observar que as mais bem sucedidas práticas de motivação são aquelas que estabelecem laços estreitos com o texto que se vai ler a seguir”. A construção de uma situação em que as crianças devem responder a uma questão, inferir o desenrolar da história, ou posicionar-se diante de um tema é uma das maneiras mais usuais de construção da motivação, mas não se engessa nesses termos, uma vez que está relacionada às condições de produção da leitura. Vale destacar, ainda, que

A motivação prepara o leitor para receber o texto, mas não silencia nem o texto e nem o leitor. É preciso confiar mais em ambos, sobretudo, quando tratamos de leitura literária. Naturalmente, a motivação exerce uma influência sobre as expectativas do leitor, mas não tem o poder de determinar sua leitura (COSSON, 2019, p. 56).

As influências estão presentes em qualquer processo de leitura, já que não se trata de uma prática neutra, o que nos leva a crer que não se trata da influência ou não provocada pela motivação, mas “se ela é bem vinda ou desejada pelo professor no trabalho que pretende realizar com seus alunos” (COSSON, 2019, p. 57). Cabe ao educador, nesse processo, modificar a forma como ele próprio trabalha a motivação, quando perceber que ela mais prejudica do que ajuda no processo de letramento literário.

A introdução – segunda etapa da sequência básica de leitura – é marcada pela apresentação do autor e da obra. No trabalho com crianças pequenas, este momento ocorre a partir da exploração da capa do livro e os elementos que o compõem: autor, imagens, título, ilustrador, editora, por exemplo. O educador não pode deixar de apresentar a obra fisicamente aos educandos, pois a “apresentação da obra física é também o momento em que o professor chama a atenção do aluno para a leitura da capa, da orelha e de outros elementos paratextuais que introduzem uma obra” (COSSON, 2019, p. 60).

Esse momento permite aos leitores levantar hipóteses acerca do livro que será lido, as quais poderão ser comprovadas ou não, bem como aceitas ou recusadas. Esses questionamentos e hipóteses precisam ser retomados após a leitura do texto, pois surgem de inferências feitas tanto por educandos quanto por educadores, a partir de seu repertório de leituras e conhecimento de mundo. Assim, os elementos levantados na introdução devem ser discutidos na interpretação da obra lida,

já que provocam mudanças de comportamento no leitor que fazem parte do processo de letramento literário.

Já durante a leitura, os educadores afirmam que acompanham os estudantes para verificar se conseguem ler ou se necessitam de indicação de outras leituras, adequadas ao ano escolar. Além disso, o acompanhamento possibilita esclarecer palavras desconhecidas, pontuação, fala de personagens, significado das palavras, por exemplo. Esse momento é marcado por leituras silenciosas e individuais e, em alguns momentos, por leitura em voz alta, para que todos escutem o que o docente lê para turma ou cada estudante segue e lê um parágrafo do livro, para que o educador também possa analisar o desenvolvimento da criança.

Nos anos iniciais de escolarização, enfatizamos a necessidade de ler o mais frequente possível e, durante esse processo, “criar um ambiente de relaxamento e descontração, com as crianças se acomodando em círculo ou sentadas no chão. Caso a escola possua jardim ou área de lazer, levar as crianças lá a fim de fruir as histórias lidas” (SILVA, 1998, p. 99). Trata-se de possibilidades de leitura que contribuem com o processo de letramento da criança.

No âmbito do letramento literário, Cosson (2019) afirma que

A leitura escolar precisa de acompanhamento porque tem uma direção, um objetivo a cumprir, e esse objetivo não deve ser perdido de vista. Não se pode confundir, contudo, acompanhamento com policiamento. O professor não deve vigiar o aluno para saber se ele está lendo o livro, mas sim acompanhar o processo de leitura para auxiliá-lo em suas dificuldades, inclusive aquelas relativas ao ritmo da leitura (COSSON, 2019, p. 62).

Durante o ato da leitura, a prática docente volta-se ao caráter ativo e mediativo, questionando, orientando, mobilizando saberes e desenvolvendo habilidades de leitura. Para Carvalho (2018, p. 29) “a leitura jamais é atividade passiva porque o leitor

é quem vai fazer o texto funcionar, na medida em que interage com o próprio texto”. O processo de leitura compreende a mobilização de mecanismos, conhecimentos, estratégias, habilidades de leitura, de interação com o texto, com o objetivo de construir sentidos, que não estão prontos e acabados.

Nessa conjuntura, articulado aos pressupostos da Educação do Campo, destacamos a dimensão de práxis revolucionária, pois instrumentaliza sujeitos para a crítica aos processos históricos que constituem a sociedade capitalista e os orienta para sua emancipação. O letramento está relacionado à leitura e compreensão do mundo e de seus fenômenos em sua realidade empírica. Logo, o uso de habilidades de leitura e escrita em práticas sociais, “não se restringe apenas às condições linguísticas e psicológicas apropriadas ao sujeito, mas também inclui a condição revolucionária que é adquirida pela tomada de consciência da realidade a fim de transformá-la” (SOUZA; FONTANA, 2016, p. 43).

Para Winchuar (2020), a ação revolucionária e a instrumentalização crítica caminham juntas e nascem de práticas articuladas a situações vivas dos povos do campo, com suas lutas, com as relações de trabalho, com a cultura, os fazeres do campo, os modos de viver e de interagir. A relação de práticas de leitura literária com a realidade do campo se mostra presente no discurso dos educadores e se materializa em diversas práticas a partir do livro lido. É uma forma de articular o mundo imaginário presente na literatura ao mundo real, marcado por lutas, contradições e desafios.

A etapa desenvolvida após a leitura é caracterizada por Cosson como um dos momentos da interpretação. Na perspectiva do letramento literário, a interpretação ocorre em dois momentos: um interior e um exterior. O primeiro é aquele que acompanha a decifração do texto, página por página, tendo seu ápice na apreensão total da obra. É o encontro individual e íntimo entre o leitor e a

obra literária. O segundo trata-se da concretização da interpretação, ou seja, o letramento literário feito na escola, sendo a ampliação dos sentidos construídos individualmente a partir das relações e interações suscitadas pelo texto e pelos comandos do educador (COSSON, 2019).

Explorar essas histórias e seus detalhes é a forma de trazer a leitura para a vida das crianças e potencializar o poder do texto sobre os leitores. Essa etapa se materializa a partir da realização de encenações, do tratamento do espaço, dos personagens, da criação de álbuns de personagens, vivenciando a história e abrindo espaço para as representações, as quais podem ser feitas de várias maneiras: “em teatro convencional, em que as personagens são os próprios alunos, em teatros de bonecos ou marionetes, em teatros de mão (dedoches), em que os dedos são os personagens [...]”. Trata-se de um momento de externalização da interpretação da obra (FERRAREZZI JR; CARVALHO, 2017, p. 74).

Em meio ao diálogo e as discussões que envolvem a interpretação, salientamos que no contexto da Educação do Campo, as práticas não devem se distanciar daquelas orientadas para questionar valores, padrões de poder e dominação. Nessa conjuntura, Souza e Fontana (2016) afirmam que as práticas que envolvem a leitura da palavra e do mundo demandam a seleção de assuntos que consideram o trabalho como princípio educativo, a partir de temas que pertencem à vida de adultos e crianças do/no campo, em sua relação com o trabalho, a natureza e a participação social.

O aspecto revolucionário do letramento para os sujeitos do campo resulta em proporcionar aos camponeses o acesso e a crítica ao conhecimento, “à ciência e a tecnologia na lógica da reprodução do capital, que aliena o trabalhador rural. Significa a formação de sujeitos para a produção de novos conhecimentos vinculados a valores que humanizem as relações sociais e de trabalho no

campo” tão necessários e que perpassam a escola (SOUZA; FONTANA, 2016, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar atento e analítico aos dados empíricos nos aproximou da leitura e interpretação da escola do campo que, mesmo marcada por olhares negativizados por parte da sociedade, é formada por educadores e comunidade escolar que veem, na leitura, uma possibilidade de mudança de vida, de mundo, de busca e conquistas de direitos, essenciais nesse contexto.

Retomando nossos objetivos, discutimos as práticas de leitura literária presentes nessas escolas, evidenciamos a concepção de leitura de educadores e identificamos os encaminhamentos realizados durante as práticas de leitura. Foi possível demonstrar que as práticas desenvolvidas pelos participantes apresentam relação direta com aquelas destacadas por Cosson (2019), ao discutir o processo de letramento literário. É notória a preocupação dos educadores de possibilitar ao estudante leitor a oportunidade de refletir acerca de o que leu e externalizar essa reflexão.

Assim, o envolvimento dos docentes na realização da leitura é marcado por práticas reflexivas, abrindo espaço à interação entre os textos, personagens e leitores. Mesmo em meio às condições de produção muitas vezes precarizadas, percebemos que as práticas vinculam-se a autores que defendem a potencialidade da leitura na sociedade. A leitura de textos literários, da maneira como é destacada pelos educadores, apresenta uma relação direta com a leitura enquanto aprimoramento da sensibilidade estética, refletindo práticas que podem promover mudanças sociais e formas de ver e ler a vida e o mundo.

Nessa conjuntura, os dados empíricos demonstram práticas marcadas por comandos docentes, que instigam e evidenciam aspectos

tomados por eles como relevantes, principalmente no que tange à interpretação da temática em cada texto. Para Cosson (2019), a maneira como se lê, na escola, certamente acompanhará os estudantes durante toda sua vida.

Finalizamos este artigo, sem, entretanto, esgotarmos as possibilidades de interpretação sobre esses e outros aspectos não aventados, tampouco encerramos as discussões. Os dados, mesmo evidenciados de forma parcial, abrem espaço para discussões acerca das condições de produção da leitura, envolvendo os aspectos físicos da escola, os materiais de leitura disponíveis, bem como aspectos pedagógicos, relacionados a real efetivação das práticas, dos diálogos e discussões, das interações com o texto, da mediação do educador, da participação da família, da relação do texto lido com a realidade vivida, entre outros elementos ou determinações como traços constitutivos da realidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. Aula de Português: encontros e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Muffarreg. Escola de direito: reinventando a escola multisseriada / Maria Isabel Antunes-Rocha, Salomão Muffarreg Hage (Organizadores). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BRASIL. Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2017. 2017. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> Acesso em março de 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- CALDART, Roseli Salete. Concepção de Educação do campo: um guia de estudo. In: MOLINA,
- Mônica Castagna, MARTINS, M. F. A. Coleção Caminhos as Educação do Campo. Belo-Horizonte: Autêntica, 2018 (no prelo).
- CALDART, Roseli. Sobre educação do Campo. In: Educação do campo – Campo – Políticas Públicas – educação. Clarice Aparecida dos Santos (Organizadora.). Por uma educação do campo, n. 7, Incra; MDA, 2008.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. 9. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- DUARTE, Cláudia Glavan; TASCHETTO, Leônidas Roberto. A escola multisseriada como potência para tensionar algumas “verdades” do campo educacional. In: D’ AGOSTINI, Adriana. Experiências e reflexões sobre escolas/classes multisseriadas. Adriana D’ Agostini (organizadora.). Florianópolis: Insular, 2014. p. 33-48.
- DUSSEL, E. La producción teórica de Marx. Un comentario a los Gründrisse. México: Siglo XXI, 1985.
- FERRAREZI JR, Celso; CARVALHO, Robson Santos de. De alunos a leitores: o ensino da leitura na educação básica. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.
- GARCIA, Tânia Maria F. Braga; BUFREM, Leilah Santiago. Sujeitos, escolas do campo e condições de leitura: um tema em pauta e contribuições para o debate. In: Leituras, escola do campo e textos: propostas e práticas / Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia, Leilah Santiago Bufrem e Marcos Gehrke (Orgs.). Ijuí: Editora Unijuí, 2016. p. 09-20.
- GERALDI, João Wanderley. Prática de leitura na escola. In: O texto na sala de aula. João Wanderley Geraldi (Organizador). 4. ed. São Paulo: Ática, 2006a. p. 88-102.
- HAGE, Salomão Antônio Muffarreg. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência

para a construção da escola pública do campo. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n° 129, p. 1165-1182, out.-dez.,2014.

SANTOS, Fábio Josué Souza; MOURA, Terciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: Escola de direito: reinventando a escola multisseriada / Maria Isabel Antunes-Rocha, Salomão Mufarrej Hage (Organizadores). Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 35-48.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Leitura em curso: trilogia pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro. Elementos da Pedagogia da leitura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, Maria Antônia de; FONTANA, Maria Iolanda. Diretrizes da educação do Campo e desafios para o letramento. In: Leituras, escola do campo e textos: propostas e práticas / Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia, Leilah Santiago Bufrem e Marcos Gehrke (Orgs.). Ijuí: Editora Unijuí, 2016. p. 23-58.

SOUZA, Renata Junqueira; COSSON, Rildo. Letramento literário: uma proposta para a sala de aula. Caderno de Formação: formação de professores, didática de conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WINCHUAR, Marcio José de Lima. Práticas de leitura em escolas do campo: um estudo com professores de escolas e classes multisseriadas de Prudentópolis-Pr. 2020. 242 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

Submissão: dezembro de 2021.

Aceite: dezembro de 2021.

LETRAMENTO ACADÊMICO: ESTRATÉGIAS SIMPLIFICADORAS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS DIDÁTICOS

Elisabeth da Anunciação Amorim¹

Pedro Perini-Santos²

Resumo: Este artigo apresenta o produto de uma pesquisa teórica exploratória sobre a utilização de estratégias simplificadoras de leitura e escrita na compreensão de textos acadêmicos. À luz de teorias sobre legibilidade textual, reconhecemos fatores linguísticos que interferem na compreensão de textos e examinamos textos didáticos utilizados em cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri para apontar e justificar proposições relativas à inteligibilidade do texto didático. Na pesquisa, focalizamos elementos semânticos e lexicais constituintes de textos acadêmicos a fim de contribuir para auxiliar o processo comunicativo no contexto universitário, apresentando, para tanto, estratégias facilitadoras na compreensão do material didático em uso nesta esfera discursiva. Tais estratégias apresentam estudos empíricos futuros.

Palavras-chave: linguística textual; letramento; letramento acadêmico; legibilidade de textos didáticos.

ACADEMIC LITERACY: NSIMPLIFYING STRATEGIES IN READING AND UNDERSTAND DIDACTIC TEXTS

Abstract: This article presents the product of an exploratory theoretical research about the use of simplifying strategies on reading and writing applied to academic texts. In the light of textual readability theories, we recognized linguistic factors that interfere in text comprehension and examined didactic texts used in undergraduate courses at the Federal University of Vales do Jequitinhonha and Mucuri to point out and justify propositions related to didactic text intelligibility. In the research, we focused on semantic and lexical elements that make up academic texts in order to contribute to the assistance of the communicative process in the university context, presenting for this purpose strategies that facilitate the understanding of the teaching material in use in this discursive sphere. These strategies showed potential to in future empirical studies.

Keywords: text linguistics; literacy; academic literacy; readability of didactic texts.

¹ Mestre em Ciências Humanas (UFVJM/FAPEMIG). E-mail: Elisabeth.amorim@ufvkm.edu.br.

² Professor Adjunto II do Curso de Letras (UFVJM), coordenador do grupo CIL (UFVJM/FAPEMIG). E-mail: Pedro.perini.santos@gmail.com

Apresentação

As práticas de leitura vão desde as formas espontâneas, que ocorrem nas redes sociais, até as formas especializadas, que ocorrem nos textos didáticos universitários (cf. MARCUSCHI, 2001; COSTA VAL, 2006; LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010). A leitura de textos didáticos à qual nos referimos é um dos elementos que compõem o letramento acadêmico universitário sobre o qual iremos discorrer neste artigo. Ocorre que as singularidades textuais presentes nessas publicações podem ser óbices para os discentes ingressantes: “Em virtude de práticas de letramento que são próprias do meio acadêmico, muitos alunos podem se sentir distantes, inicialmente, de propostas advindas de professores por não dominarem as linguagens sociais recorrentes nesse meio” (FISHCER, 2008, p. 179).

De forma analógica ao que relata Fischer (2008), esta pesquisa compreende que o mencionado ‘distanciamento dos alunos novatos’ advém da leitura de textos ‘próprios ao meio acadêmico’, cujo padrão textual os alunos ‘não dominam’. A presença de um vocabulário técnico especializado exige do leitor informações lexicais específicas que lhe são desconhecidas. Para um público universitário iniciante em ciência, o vocabulário técnico precisa ser decifrado.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que se dedicou a aspectos lexicais da língua portuguesa que interferem na compreensão de textos acadêmicos. Foram reconhecidos traços lexicais em textos acadêmicos, que serão apresentados logo adiante, que inibem a compreensão dos ingressantes na Universidade. Vamos também discorrer sobre o que é legibilidade textual e o que são Estratégias Simplificadoras de Leitura (doravante ESL), expressão rica à qual tivemos contato com a leitura do trabalho de Yara Liberato e Lúcia Fulgêncio

(2010)³. A partir do conceito de legibilidade textual, identificamos as ESL e sua aplicação em textos didáticos introdutórios de Citologia usados nos primeiros períodos dos cursos da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Serão propostas algumas ESL que aumentam a compreensão desses textos didáticos, tornando-os mais acessíveis aos ingressantes. Com o mesmo intuito, alguns trechos dos textos foram reescritos, sem impedir, porém, que os discentes tenham contato com o jargão próprio às Ciências Biológicas.

Os textos usados foram selecionados junto às referências bibliográficas descritas no planejamento da disciplina Citologia, eleita para a pesquisa pelo seu grau de abrangência dentro dos cursos da área da saúde da Faculdade de Ciências Biológicas da Saúde/FCBS/UFVJM.

Os instrumentos da pesquisa e a discussão de seu conteúdo tomaram como base os princípios de legibilidade textual propostos por Liberato e Fulgêncio (2010).

Em suma, pretende-se propor como o desenvolvimento de estratégias de leitura contribui positivamente para a formação do estudante universitário no desempenho de suas atividades acadêmicas. Iniciaremos nossa discussão com a breve exposição dos conceitos de texto, textualidade, legibilidade, léxico e letramento. Em seguida, apresentaremos discussão sobre os aspectos lexicais relativos à legibilidade de textos didáticos e as proposições práticas dela decorrentes

³ As obras de Fulgêncio e Liberato *Na Leitura na Escola* (1996) e *É Possível Facilitar a Leitura* (2010) sintetizam e disponibilizam de forma prática as reflexões e as pesquisas sobre letramento escolar desenvolvidas ao final da década de 1970 sob a orientação do professor M. Perini. Segundo as autoras, M. Perini “é um dos primeiros linguistas brasileiros a se voltar para o problema da leitura funcional”. (Fulgêncio; Liberato, 2010, p. 11) Ainda segundo as autoras, nos anos 1980, M. Perini publica vários textos sobre o tema e explicita sua preocupação com “os alunos mais carentes” e com a qualidade dos textos didáticos que eram, e ainda são, “o único tipo de material escrito com o qual esses alunos têm oportunidade de um convívio relativamente intenso e prolongado (idem).

em acordo com a proposta de Liberato e Fulgêncio (2010).

Texto e textualidade: conceitos iniciais

O conceito de texto varia conforme a perspectiva teórica adotada.

Na perspectiva da Linguística Textual, o texto é o efeito da comunicação entre pessoas em situações de interação. Aquele que produz um texto o faz baseado em conhecimentos e em textos compartilhados por outros. Ingedore G. Villaça Koch, pesquisadora na área de Linguística Textual, ao tratar o texto, aborda a construção textual dos sentidos atribuídos aos registros escritos. Para Koch (2012), espera-se da leitura de um texto “não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com as práticas socioculturais” (KOCH, 2012, p. 27). O texto é, assim, resultado de um diálogo entre os conhecimentos propostos por quem o escreve e os conhecimentos de quem o lê e busca interpretá-lo por meio de decodificações semiológicas, inferências e remissões.

Para Liberato e Fulgêncio (2010), que seguem linha funcionalista⁴, a leitura se processa por meio de esquemas cognitivos por elas definidos como “estruturas que representam a organização do conhecimento armazenado na memória” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 38), o que implica dizer que a interpretação

de um texto depende de uma operação cognitiva realizada pelo leitor, que ativa mecanismos mentais para a sua compreensão. Redes de informações interligadas denominadas esquemas conduzem o processamento das informações pelo leitor, pois “são formados por informações ligadas umas às outras, num processo interativo compondo uma espécie de rede ou circuito mental” (LIBERATO; FULGÊNCIO 2010, p.38). Para tanto, é importante que a forma de exposição do conteúdo enunciado possibilite que esse leitor confronte as informações dadas com os conhecimentos que detém, permitindo-lhe atingir a compreensão das informações veiculadas em um texto.

Nesse contexto de discussão sobre a produção e recepção de textos vale citar a pesquisadora da Linguística Textual Maria da Graça Costa Val. Para Costa Val (2006), “chama-se textualidade o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases” (COSTA VAL, 2006, p. 5). Isso reforça a ideia de que aos processos de construção e de recepção de textos agregam-se elementos linguísticos que possibilitam a comunicação eficiente entre os envolvidos no processo comunicativo, o que acompanha a proposta de Liberato e Fulgêncio que sustentam que “ler e escrever implicam em comunicação, e para atingir esse objetivo é preciso que o texto seja compreensível” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 9). Nessa linha conceitual, a textualidade é a compreensão. Para que a textualidade seja alcançada, são empregadas estratégias de produção, por quem escreve, de maneira a tornar mais claro o que enuncia, e estratégias de compreensão, por quem lê, de modo a resolver a leitura que é “o resultado da interação entre o que o leitor já sabe e o que ele tira do texto” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 14).

Organizar o pensamento de modo a permitir que o outro compreenda as ideias do texto e que

4 Sobre o Funcionalismo e a sua relação com as demais linhas teóricas da linguística, vale a consulta a Moura Neves (2001). A autora discorre sobre a dificuldade para se postular definição única para o Funcionalismo. Em sua obra de apresentação conceitual, Moura Neves apresenta uma série de linguistas que estudam o Funcionalismo. Entre eles, a autora alude aos trabalhos de Jakobson, Martinet, Halliday, Dik, Hopper e Thompson. Mesmo que não haja consenso sobre “o” Funcionalismo, a nosso ver, Liberato e Fulgêncio endossam o postulado da “não-autonomia” apresentado por Moura Neves como comum a diversos autores funcionalistas: “a língua (e a gramática)” afirma ela, “não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como a cognição e comunicação...” (MOURA NEVES, 2001, p. 3)

sobre elas possa se posicionar não é atividade elementar a ser realizada por aquele que escreve. Do mesmo modo, alcançar a informação presente no texto é um processo complexo que demanda do leitor a observação de diversos aspectos responsáveis pela compreensão daquilo que o texto diz explícita ou implicitamente.

À vista disso, a compreensão do conteúdo veiculado é o que sustenta a caracterização de um enunciado enquanto texto e, por consequência, integra o letramento acadêmico do universitário iniciante. Estratégias de leitura e escrita de textos são elementos que exercem a função de facilitadores no processo de compreensão textual e devem ser consideradas no processamento da atividade de ensino desde a educação básica à educação superior.

Textualidade e Vocabulário técnico

O conhecimento do léxico, mais precisamente o conhecimento do vocabulário técnico, revela-se importante fator de textualidade porque integra o sentido dos textos lidos na Universidade. A compreensão dos textos científicos passa pelo domínio de um vocabulário técnico intrínseco às áreas de conhecimento sobre os quais discorrem. A textualidade desse tipo de material escrito ocorre para o leitor quando este consegue reconhecer as sentenças, a coesão do material lido e seu léxico específico.

Ao escrever textos didáticos, presume-se, os autores têm como finalidade a propagação de um saber construído que espera ser compreendido pelo leitor a quem o material é destinado. Esse leitor os lê sob um enfoque. É no encontro feliz entre a intenção de quem escreve e a compreensão de quem lê que a textualidade é percebida.

Aqui, vale fazer referência ao esquema de comunicação lingüística de Jakobson (1988) que se apoia em seis “fatores constitutivos” (Jakobson, 1988, p. 122-3). Parafraseando o autor, o remetente

envia uma mensagem para um destinatário em um dado contexto a que se refere. A mensagem é materializada de forma sonora ou gráfica durante o momento do contacto entre os interlocutores que se servem de um código, mais ou menos compartilhado. Tudo leva a crer que o nível de eficácia da comunicação se sujeite ao grau de compartilhamento desse código, aí incluso, o léxico técnico⁵.

Reconhecer a existência de procedimentos facilitadores da atividade de leitura, de modo a auxiliar os estudantes a recuperarem a textualidade do material didático, possibilitou estabelecer o objetivo central do estudo realizado: discutir como fatores lexicais interferem na compreensão de textos utilizados no contexto universitário e o potencial do glossário e da rescrita como estratégias simplificadoras de leitura do texto científico.

A importância do conhecimento do léxico para a compreensão do texto técnico é explicitada por Liberato e Fulgêncio: “nós moldamos a forma da mensagem dependendo daquilo que sabemos que o nosso interlocutor pode deduzir e completar” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.32).

Depreende-se daí que o desconhecimento do vocabulário, aí incluso o vocabulário técnico, dificulta a realização das inferências necessárias ao processo de compreensão, já que “o significado de uma mensagem não é computado só a partir de elementos que estão explícitos” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.32), mas também a partir da relação que se estabelece entre um item lexical utilizado e as ideias relacionadas a ele. Quando aparece em um texto de Citologia a expressão “mitose”, o leitor a relaciona com “meiose” porque quando se fala em “divisão celular binária”, pensa-se nesses dois processos. O que as autoras identificam como “expectativas” pode ser pensado como

⁵ Sobre o Funcionalismo em Jakobson, ver LUCCHESI (1998).

estratégias semântico-pragmáticas que auxiliam o leitor na interpretação de elementos lexicais:

Uma palavra evoca na mente do leitor muito mais informações do que seus traços definitórios, e ativa uma área cognitiva mais ampla, que inclui também os conhecimentos enciclopédicos relacionados ao conceito mencionado. Esses elementos esperados – chamados expectativas – são acionados juntamente com os traços que definem um item léxico, e muitas vezes são utilizados para promover a relação entre as partes de um enunciado. (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 37)

A rede de informações acionadas pelo leitor por meio de inferências ou previsões no decorrer da interpretação de termos que compõem uma sequência lhe permite acionar a interpretação de itens lexicais novos e influencia diretamente no grau de informatividade do texto para o leitor.

Legibilidade e Vocabulário Técnico

O conceito de léxico é amplo, abarca todas as palavras pertencentes a uma língua e inclui também expressões e construções lexicais. Vocabulário é um subconjunto do léxico delimitado por alguma forma adjetival: vocabulário infantil, vocabulário antigo, vocabulário técnico, etc.⁶

Partindo da ideia de que o léxico é o conjunto de palavras de uma língua e de que o vocabulário representa parte específica do léxico, a opção vocabular feita pelo autor na construção de seus textos exerce efeito específico em sua legibilidade. Referimo-nos aqui aos efeitos que as escolhas vocabulares – e consequentemente conceituais – exercem na interpretação de textos científicos. O uso de um glossário é um recurso peritextual para a compreensão de textos utilizados em cursos de graduação.

O vocabulário técnico é um recorte semântico específico referente à ciência estudada. Atribuir sentido aos textos didáticos que

empregam um vocabulário técnico peculiar às suas respectivas áreas não constitui uma tarefa simples para os ingressantes na universidade, uma vez que depende da assimilação de habilidades de leitura e escrita relacionadas ao léxico e que cada termo não compreendido representa um tropeço para a leitura que impossibilita ao estudante compreender o texto.

Legibilidade e Vocabulário Técnico

As reflexões desenvolvidas para a confecção deste artigo nos permitem propor que o conceito de legibilidade textual pode ser entendido como a garantia de sucesso da função comunicativa atribuída a um texto. Em boa medida, a legibilidade textual está relacionada ao conjunto lexical do texto que pode integrar o processo de compreensão dos conceitos veiculados. A legibilidade do texto didático é aquela que permite ao discente universitário estabelecer relações entre os saberes desenvolvidos no curso em que ingressa. Palavras e as expressões utilizadas em um texto reportam o leitor a um grupo de outras palavras e expressões relacionadas e, por consequência, reportam a um conjunto de informações correlatas.

Ao ler a sequência de duas sentenças (1) O café da manhã não está pronto, você vai se atrasar, um leque de informações são deduzidas pelo leitor: quais são os seus componentes alimentares; que esta rotina alimentar ocorre pela manhã e que essa refeição é seguida de outras atividades, etc. O elemento lexical café, por si só, já evoca outras informações como a presença de água em seu estado líquido em alta temperatura, o uso prévio de coador ou cafeteira no processamento do grão torrado e moído, a adição de açúcar ou adoçante e o horário habitual de consumo; o que ratifica a ideia de que as palavras são memorizadas dentro de um grupo e que os esquemas cognitivos permitem ao leitor estabelecer a coerência textual. Isso

⁶ Sobre a relação léxico e leitura, ver o trabalho de V. Petri (2010).

equivale a dizer que um item lexical traz uma série de informações associadas a outros itens do grupo em que está inserido.

Assim como no exemplo citado, em que as duas sentenças apresentam-se conexas por informações implícitas que nos permitem inferir uma relação de causalidade entre a primeira e a segunda sentença, vínculos diversos são estabelecidos entre sentenças presentes em textos didáticos que serão reconhecidos pelo conhecimento do léxico que os estruturam. Dessa forma, o desconhecimento do vocabulário técnico presente em textos científicos dificulta ao leitor estabelecer uma série de ligações que lhe permitiria compreender com mais facilidade o texto.

A escolha inadequada dos itens lexicais e o fato de esses não explicitarem os seus significados podem intervir de forma negativa na leitura. Os termos técnicos são frequentemente desconhecidos pelos estudantes. Os textos didáticos são inacessíveis. O sentido de um texto depende de sua inserção no contexto discursivo do leitor. A legibilidade assume caráter preponderante para a concretização do ato comunicativo e não configura, portanto, um processo unilateral.

Produzir um texto envolve a faculdade de elaborar um discurso coerente, com informações acessíveis ao leitor, cujo perfil de leitura deve ser ao menos suposto por quem escreve. Liberato e Fulgêncio reforçam o exposto quando dizem que “o que é preciso observar na composição de um texto é se o leitor em potencial dispõe de conhecimentos que lhe permitam inferir informações e relações não explícitas” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 44). A adaptação do vocabulário apresenta-se como parte principal deste processo. Daí inferimos que sustentar a informatividade do discurso observando os fatores de textualidade é prerrogativa de quem escreve com intenção de ser compreendido. Para isso, escrever de maneira clara deve estar no escopo de um projeto de produção discursiva. Dada a

diversidade entre os conhecimentos linguísticos dos interlocutores de um texto, torna-se desafio para os educadores lançarem mão de estratégias de legibilidade para que estudantes, de fato, compreendam os textos que lêem, obtendo êxito em sua trajetória formativa.

O conceito de letramento acadêmico

Esta discussão compreende o letramento como a capacidade humana de utilizar a leitura e a escrita no exercício das práticas discursivas que as exigem. A habilidade de usar a leitura e a escrita em circunstâncias sociais diversas presume a existência de múltiplas manifestações de letramento. Nessa perspectiva, letrado é o indivíduo que se apropria e realiza as atividades de leitura e escrita em situações sociais nas quais participa efetivamente.

O ensino superior é um espaço convivencial em que parte da interação comunicativa ocorre de maneira distinta do uso vernacular. Fala-se, portanto, em letramento acadêmico. Assim, pelo menos parte das práticas de letramento acadêmico no ambiente universitário corresponde ao modo como os estudantes dos cursos de graduação agregam os conhecimentos veiculados pelos textos didáticos a sua formação acadêmica.

O conceito de letramento acadêmico está atrelado à fluidez dos processos de leitura e escrita no contexto social universitário, o que resulta da apropriação de competências linguísticas necessárias à compreensão de textos didáticos, processo em que o conhecimento do léxico se revela determinante. No entanto, para os alunos ingressantes nos cursos de graduação, o entendimento do material didático disponibilizado requer mediação.

Neste artigo relacionamos o termo letramento com a leitura, com a compreensão de textos acadêmicos. É importante ponderar que a diversidade de práticas de letramento leva a diferentes

graus de relacionamento entre os usuários leitores e temas textuais, ou seja, que demonstram, em uma escala contínua de graus de letramento, a distinção entre o suficiente e o reduzido. No caso dos textos didáticos, a compreensão demanda do estudante, essencialmente, a capacidade de reconhecimento do vocabulário específico neles empregado. Isso requer a utilização de mecanismos metalinguísticos que facilitem a difusão de conceitos científicos e técnicos para um público menos especializado, como é o caso dos estudantes ingressantes no curso de graduação. Daí a necessidade de se falar em estratégias simplificadoras de leitura e escrita.

‘Simplificar a leitura’ neste contexto de discussão significa facilitar o entendimento do texto. Para otimizar o acesso aos conteúdos abordados pelo texto didático são sugeridos dois recursos: o uso do glossário e a reescrita. Esses recursos não modificam o conteúdo original. Simplificar a escrita pressupõe a elaboração de sentenças discursivas utilizando-se de elementos sintáticos, semânticos e lexicais que promovam a legibilidade do material produzido, colocando seu conteúdo ao alcance de um maior número de leitores.

O uso de um glossário técnico pode facilitar a leitura. Assumimos o glossário como um suporte de que dispõe o aluno para entendimento de termos técnicos empregados na construção do texto de uso acadêmico pelo fato de esses termos não fazerem parte da comunicação cotidiana dos estudantes. Oferecer ao estudante a possibilidade de acesso ao significado do termo técnico por meio do glossário o instrumentaliza a fazer associações entre este termo e conhecimentos disponibilizados em sua memória, de modo a estabelecer significado para itens lexicais com os quais está em contato pela primeira vez. O acesso ao significado de um dos termos pode favorecer o entendimento de outros morfologicamente semelhantes.

Em estudo de ciências sobre a ação enzimática, em que apareçam termos científicos como, por

exemplo, coenzimas, holoenzimas e apoenzimas, o estudante busca estabelecer relações analógicas entre prefixos desconhecidos como “co, holo e apo”, com outras palavras que têm internalizadas na mente, a fim de alcançar o significado da palavra desconhecida. Se o estudante tiver em mente o significado de palavras como “coautor, holodro, apoteose”, por exemplo, em que os prefixos são designativos de companhia, totalidade e junção do que está fora, respectivamente; facilitará a compreensão do significado das palavras, com mesmo prefixo, empregadas no contexto das ciências biológicas, o que, conseqüentemente, auxiliará na compreensão do texto.

A reescrita compreende a reprodução do conteúdo veiculado pelo texto científico de uso didático privilegiando a utilização de estratégias linguísticas, de modo a favorecer a identificação das informações principais do texto. Uma informação pode ser transmitida de diversas maneiras. No entanto, o acesso a ela depende da adjacência entre repertórios lexicais do produtor e do destinatário de textos. Em muitas situações discursivas isso não se concretiza, principalmente quando se trata de informações técnicas, como é o caso daquelas veiculadas pelo texto científico. Uma sentença como (2) Não precisamos ser anciões para sofrer a oclusão de condutos sanguíneos, para muitos leitores é dificultada pelo uso de formas lexicais como “anciões”, “occlusão” e “condutos sanguíneos”. A reescrita da sentença observando o fator lexical torna o texto mais simples e, desta maneira, mais público o seu significado: (2r) Não precisamos ser idosos para ter entupimento nas veias ou artérias. Fica evidente que a forma apresentada com a reescrita, que substitui os itens lexicais mais obscuros, facilita a sua compreensão e alarga o número de leitores que a compreenderão.

Rescrever significa oferecer a mesma informação de maneira diversa daquela utilizada por quem escreveu determinada sentença sem

alterar seu conteúdo. A reescrita assume função moderadora, visto que objetiva, norteadas por fatores que interferem na legibilidade de um texto, apresentar formas mais simplificadas de propagar informações veiculadas por textos científicos. Assim, a reescrita apresenta formas mais perceptíveis para os leitores pouco experientes e ingressantes nos cursos de graduação. Para compreender um trecho como,

(3) A citocinese ou divisão citoplasmática é parte da telófase, embora muitas vezes tenha início na anáfase e termine ao final da telófase com a formação de duas células filhas. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2011, p. 184),

o discente precisa ter uma noção básica de divisão celular que lhe permitisse relacionar as palavras “telófase” e “anáfase” às etapas do processo de divisão celular. A sua reescrita esclarece termos não conhecidos por um leitor pouco experiente. Em nova versão,

(3r) A citocinese ou divisão citoplasmática compõe uma etapa de divisão celular denominada telófase, embora muitas vezes tenha início em um momento chamado anáfase e termine ao final da telófase com a formação de duas células filhas.

a interpretação desses termos, supostamente desconhecidos, fica mais evidente: “telófase” e “anáfase” fazem referência a estágios da divisão do citoplasma de uma célula.

Aspectos sintáticos relativos à legibilidade de textos didáticos

A teoria linguística que subsidia esta argumentação sobre a legibilidade do texto didático aponta para fatores discursivos, sintáticos, cognitivos, semânticos e lexicais que interferem na compreensão de um texto. Nesta seção, serão apresentados alguns dos trechos problemáticos coletados em manuais didáticos que ilustram a ocorrência de elementos que dificultam a legibilidade do texto

acadêmico. Associadas a esses trechos, serão propostas “práticas de simplificação” no sentido apontado por Fulgêncio e Liberato (2010). A análise aborda fatores sintáticos e lexicais relacionados à estrutura interna da sentença que determinam a compreensão de textos didáticos.

Extensão de uma sentença discursiva

A extensão de uma sentença é um dos aspectos sintáticos que pode dificultar a compreensão de um texto. Para justificar essa proposição recorreremos às concepções de Liberato e Fulgêncio (2010) sobre o processamento das informações visuais pelo cérebro no momento da leitura. O processo de leitura se dá em duas etapas. Parte-se da identificação visual da informação, em que as unidades lexicais que a compõe são assimiladas pelo cérebro em sua forma literal na Memória de Curto Prazo até a recodificação dessa informação pelo cérebro, transferindo para a Memória de Longo Prazo o conteúdo semântico da informação visual. As letras são agrupadas pelo cérebro em elementos significativos – as palavras –, que são agrupadas em unidades significativas – as sentenças – e estas podem, ainda, ser agrupadas em sentenças maiores, cuja leitura pede um processo que é denominado “fatiamento na leitura” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 21). Liberato e Fulgêncio formulam o seguinte princípio: “Sentenças muito compridas constituem fator de dificuldade de leitura” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.136).

Para o entendimento desse processo, é preciso considerar que o “fatiamento na leitura” se refere à organização da informação em unidades significativas que são assimiladas pelo cérebro durante a leitura. Nesse sentido, um fragmento deve se constituir em “fatias” que possibilitem o armazenamento na memória. Fatias extensas não são processadas pela MCP, o que prejudica a identificação do conteúdo semântico a ser

transferido para a MLP. Assim, o fato de nossa MCP dispor de capacidade reduzida de armazenagem indica que se deve privilegiar sentenças curtas. Assim, o cérebro consegue organizar a informação em unidades de significado e enviar para a MLP as informações semânticas coerentes. Existem as “fatias” linguísticas que já estão contidas na memória do leitor. Essas são de mais fácil assimilação do que as “fatias novas” que, por ainda não terem sido praticadas pelo cérebro, podem apresentar maior dificuldade na captação.

Os textos científicos são constituídos de muitas unidades significativas ainda desconhecidas do público leitor iniciante no tema. Os materiais escritos destinados aos iniciantes devem privilegiar estruturas frasais mais curtas. Não se trata de estabelecer o tamanho máximo que uma sentença deve ter, mas sugerir que os textos didáticos sejam adaptados em sentenças mais curtas para favorecer que o estudante compreenda seu conteúdo. Para ilustrar este aspecto, observemos a sentença extraída do manual *Biologia Celular e Molecular* :

(4) A maioria das enzimas não apresentam constância em suas atividades, podendo facilmente ser moduladas. Isso representa uma importante propriedade biológica porque possibilita às células modificar seletivamente a atividade de determinadas enzimas, para adequá-las às necessidades momentâneas que vão surgindo durante a vida da célula. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2011, p. 49)

Se reescrita e simplificada, como aparecem em (4r), facilitaria ao leitor imbuir de significado as informações visuais que ele traz, atribuindo-lhe sentido.

(4r) As atividades da maioria das enzimas podem ser facilmente moduladas pelas células para atender as suas necessidades momentâneas. Essa capacidade de modificar a atividade das enzimas representa uma importante propriedade biológica.

Em novo formato, o excerto (4r) engloba as informações que (4) pretende difundir utilizando-

se de uma sequência discursiva mais enxuta, o que, na perspectiva adotada pela pesquisa, facilita a compreensão.

Inserções sentenciais dificultam o processamento do texto

Ao discorrerem sobre a estrutura interna da sentença, Liberato e Fulgêncio (2010) retomam os estudos propostos por Mário Perini (1980) que discorre sobre as distinções entre as formas escritas e as formas faladas que interferem na legibilidade textual. Essas diferenças aparecem no emprego de diferentes elementos lexicais entre esses dois estilos que são “o resultado de adaptações às nossas limitações cognitivas e às diferentes situações de produção (oral ou escrita)” (PERINI, 1980 apud LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 128). Outro fator que interfere no processamento de sequências discursivas faladas refere-se às repetições, que funcionam como elementos recuperadores de estruturas canônicas após inserções. O autor baseia-se em evidências experimentais de Fodor, Bever e Garret (1974). O experimento também indica que as sentenças que seguem a ordenação canônica dos elementos sintáticos Sujeito Verbo e Objeto são mais fáceis de processar. A inserção de elementos entre S e V ou entre V e O provoca uma quebra na estrutura, dificultando o processo de compreensão. O leitor, diz Perini, “precisa processar o sujeito, guardá-lo na memória de curto termo, depois processar a inserção, finalmente processar o verbo e o objeto, juntando-o depois ao sujeito”. (PERINI, 1980 apud FULGÊNCIO; LIBERATO, 1996, p.14).

A partir desta observação, Liberato e Fulgêncio formulam o seguinte princípio: “a presença de inserções entre os grandes constituintes da sentença constitui fator de dificuldade de leitura” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.131), ou seja, a proposição admitida aqui é, portanto: inserções

que interrompem a ordem dos constituintes da oração já internalizada pelo leitor interferem no processo de assimilação da informação. Desse modo, a inserção existente no trecho (5), retirado do manual “Biologia Celular e Molecular”, pode prejudicar o entendimento da sentença.

(5) A cultura de tecidos é um processo através do qual plantas inteiras, órgãos, fragmentos de tecidos (explantes) obtidos de caules, folhas e raízes e ainda células isoladas, quando cultivados assepticamente em meios nutritivos dão origem a brotos, raízes ou mesmo plantas inteiras. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2011, p. 264)

A nova estrutura apresentada em (5r) mantém a ordem dos constituintes da sentença SVO, própria da ordenação sintática da língua portuguesa, o que facilita a compreensão:

(5r) A cultura de tecidos é um processo através do qual plantas inteiras, órgãos, fragmentos de tecidos (explantes), folhas e raízes e ainda células isoladas dão origem a brotos, raízes ou mesmo plantas inteiras. Fragmentos de tecidos (explantes) são obtidos de caules. O resultado depende do cultivo asséptico em meios nutritivos.

Em (5), entre os sintagma nominais “fragmentos de tecidos (explantes)” e “folhas e raízes” ocorre a inserção de “obtidos de caules”; entre o sujeito da segunda oração e a locução verbal “dão origem”, ocorre a inserção da oração “quando cultivados assepticamente em meios nutritivos”. No fragmento (5), a estrutura S-V da segunda oração foi interrompida pelas inserções referidas, o que torna o processo de assimilação mais custoso ao leitor do que se mantida a estrutura sugerida em (5r). Em sua nova organização mantém-se a ordem dos constituintes da sentença SVO que, por ser uma estrutura internamente assimilada pelo leitor, facilita a compreensão.

Tópico sentencial e tópico discursivo

A marcação do tópico é outro elemento sintático que influencia na compreensão do texto. Para Liberato e Fulgêncio “o termo tópico designa o assunto sobre o qual se fala” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 53). As autoras salientam que “podemos tratar o tópico tanto no âmbito de uma sentença, quanto no âmbito de várias sentenças conectadas, como num parágrafo ou num texto maior” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.53); o que distingue o tópico sentencial do tópico discursivo. A compreensão de um texto depende de que o leitor identifique tópicos sentenciais que lhes permitam estabelecer o sentido global e conectar as informações que se referem a um mesmo assunto. Assim, “a dificuldade de identificar o tópico de um texto compromete a sua legibilidade” e “a má sinalização de tópicos pode reduzir a legibilidade” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p. 56-57).

Entre as ESL, encontram-se formas de auxiliar o leitor na identificação de tópicos discursivos, como a atribuição de título e subtítulos e a explicitação do tópico logo na primeira sentença. Ou seja, auxiliar o leitor na identificação de tópicos e subtópicos sentenciais por meio da reescrita de sequências textuais favorece a compreensão do tópico discursivo.

O fragmento (6) extraído do manual didático “A Célula” exemplifica a necessidade de sinalização de tópicos:

Algumas células, como aquelas das glândulas salivares de alguns insetos, apresentam núcleo com formato bastante irregular. Esse formato é adotado pela ação do citoesqueleto de actina e sua forma aparentemente mantida pela lâmina nuclear. Em células de mamíferos, também são encontradas algumas variações, como sulcos na superfície ou canais que se estendem para dentro do núcleo, mantendo-se revestidos pelas membranas do envoltório e, às vezes, contendo complexo de poro. Em todos esses casos, acredita-se que se tratem de especializações que favorecem as trocas núcleo-citoplasmáticas promovendo uma ampliação da superfície nuclear. (CARVALHO; PIMENTEL, 2007.p. 124)

As informações básicas presentes referem-se (i) à forma irregular apresentada por algumas células é derivada da ação do citoesqueleto de actina e mantida pela lâmina nuclear e (ii) às especializações favorecem as trocas núcleo-citoplasmáticas promovendo uma ampliação da superfície nuclear. Há necessidade de explicitação dessas informações para facilitar o entendimento do trecho por um leitor pouco experiente de modo a tornar mais claro o assunto do texto, como é apresentado em (6r):

(6r) Algumas células apresentam núcleo com formato bastante irregular devido à ação do citoesqueleto de actina e sua forma aparentemente mantida pela lâmina nuclear. É o que ocorre com as glândulas salivares de alguns insetos. Sulcos na superfície ou canais que se estendem para dentro do núcleo são algumas variações encontradas em células de mamíferos. Os sulcos são revestidos pelas membranas do envoltório e, às vezes, contêm complexo de poro. Esses casos são especializações que favorecem as trocas núcleo-citoplasmáticas e promovem ampliação da superfície nuclear.

A reorganização do trecho em parágrafos e o deslocamento de informações centrais para o início de cada sentença torna mais explícito o tópico sentencial. Auxiliar o leitor na identificação de tópicos e subtópicos sentenciais por meio da reescrita de sequências textuais favorece a compreensão do tópico discursivo.

Aspectos lexicais relativos à legibilidade textual

O primeiro fator lexical abordado neste debate relaciona-se ao conhecimento do léxico. O léxico, como já citado, é um dos elementos do código linguístico e é formado pelo conjunto de palavras que compõem o vocabulário de uma língua. Dois aspectos relativos ao léxico são considerados essenciais para a legibilidade textual: a utilização de um vocabulário conhecido pelo leitor e o uso

do glossário como estratégia de acessibilidade às informações de um texto.

Adequação vocabular

Adequar o vocabulário representa selecionar palavras e expressões que possibilitem a compreensão do texto por aquele que o lê. Isso envolve um diagnóstico prévio dos conhecimentos lexicais do possível público leitor. Muitos textos didáticos utilizados em cursos de graduação apresentam vocabulário incongruente com o conhecimento lexical do estudante, especialmente daquele que acaba de ingressar no curso superior. Isso demonstra que a previsão que o autor fez sobre o repertório vocabular do provável público leitor de seu texto não foi efetivo, ou sequer feito.

Se é verdade que em muitos casos o próprio contexto possibilita ao leitor presumir o significado de uma palavra cujo significado ele desconhece; também o é que nem sempre isso é possível. O texto científico, pela sua especificidade, torna esse processo mais difícil e o leitor pode ser levado a realizar uma leitura superficial que não efetiva compreensão deste tipo de texto. É aí que destacamos a importância da reescrita como um procedimento de ajuste do vocabulário ao conhecimento lexical de que dispõe o estudante universitário. Existe uma diversidade no repertório vocabular entre os estudantes. Assim, a proposta de reescrita de textos didáticos que apresentem complexidade vocabular aumenta a probabilidade de o estudante universitário compreender o material didático que lhe é dirigido. A adequação vocabular é tratada aqui sob aspectos relativos à classificação morfológica de alguns termos lexicais, significação de palavras e uso do glossário técnico.

As escolhas vocabulares baseadas em classificação morfológica

Na produção de um texto, deve-se optar pelo uso de elementos lexicais que permitam ao leitor a mobilização do conhecimento prévio para a identificação do significado dos termos que emprega. Na linguagem científica, é bastante pertinente o conhecimento da morfologia lexical na compreensão do que o texto diz. Liberato e Fulgêncio (2010), ao se referirem à composição do léxico de uma língua, observam que “o léxico contém várias informações memorizadas, como os morfemas de uma língua [...], noções morfológicas [...], informações sintáticas” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.104), entre outras que influenciam o comportamento do leitor no decorrer da leitura.

Na linguagem científica identificamos a interferência decisiva do conhecimento de recursos linguísticos relacionados à morfologia para a compreensão do que o texto diz. Vejamos o fragmento (7) a seguir, extraído do manual “A Célula”.

Defeitos mitocondriais têm sido detectados em várias doenças, especialmente aquelas que envolvem tecidos que necessitam de alta demanda energética proveniente da respiração, como tecido muscular onde a miopatia mitocondrial leva a uma fraqueza do músculo, ou como no tecido nervoso, onde a neuropatia ou encefalopatia decorrentes de mutações em genes para a síntese de proteína mitocondrial podem resultar em epilepsia e/ou cegueira. (CARVALHO, H; PIMENTEL, 2007.p. 224):

No trecho acima o conhecimento de elementos morfológicos é decisivo para o entendimento da sentença. O acesso pelo estudante aos significados dos prefixos “mio”, “neuro”, “en”, bem como do sufixo “patia” nas palavras “miopatia”, “neuropatia”, “encefalopatia” é condicionante para que ele estabeleça as relações de causa/consequência sugeridas pelos termos miopatia e fraqueza muscular, neuropatia ou encefalopatia e epilepsia e/ou cegueira e ainda associar tecido muscular e tecido nervoso a esses mesmos termos. Permitir ao discente construir

significado para termos científicos, através de atividades baseadas na exploração de recursos morfológicos para a construção de significados para palavras como as citadas, representa favorecer o entendimento do texto.

Conceitos de termos lexicais

O entendimento de uma sentença pode ser prejudicado pelo desconhecimento do conceito de palavras ou expressões nela contidas. Koch (2006) que afirma que “para o processamento textual, recorremos a três grandes sistemas de conhecimento: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico, conhecimento interacional” (KOCH, 2006, p. 39). São conceitos que se agregam a esta discussão na medida em que se referem respectivamente aos conhecimentos do léxico e estruturas sintáticas pertinentes à interpretação de textos acadêmicos, aos conhecimentos gerais sobre o mundo, que permitem ao leitor do texto acadêmico fazer associações entre conceitos científicos, e à quantidade de informação necessária para a concretização de uma situação comunicativa. Ainda segundo Koch, é relevante um conhecimento enciclopédico que se refere “a conhecimentos gerais sobre o mundo – uma espécie de thesaurus mental – bem como a conhecimentos alusivos às vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos”. (KOCH, 2006, p.42)

O conhecimento enciclopédico necessário à produção de sentido de um texto envolve a capacidade do leitor estabelecer relações entre conceitos presentes no material discursivo utilizando-se de conhecimentos exteriores ao texto. Se os conhecimentos ativados pelo leitor durante a leitura forem insuficientes para captar o que não está dito no texto, faz-se necessário explicitar a relação entre os conceitos empregados a fim de possibilitar a compreensão do que o texto diz.

No fragmento “Existem doenças raras que são devidas às mutações no DNA das mitocôndrias. Na doença de Luft, há aumento na quantidade de mitocôndrias no tecido muscular esquelético, e também aumento do metabolismo basal do doente” (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2011, p. 74), se o aluno-leitor não dispuser de conhecimento enciclopédico que o permita estabelecer a relação entre as expressões “mitocôndrias” e “metabolismo basal”, o entendimento do texto fica comprometido, já que o elo entre os conceitos veiculados por esses termos não está explícito no texto. Assim, devem ser estabelecidas pontes de sentido para a compreensão do texto. Uma estratégia possível para construir esse elo é o uso de glossário.

O glossário como estratégia de compreensão

O léxico referencia o mundo à nossa volta. O repertório lexical dos falantes é restrito à sua experiência vivencial e comunicativa. No ambiente universitário, o estudante entra em contato com palavras novas que o remetem a conceitos até então desconhecidos, ampliando consideravelmente seu repertório lexical. O texto acadêmico, especialmente os textos científicos, trazem uma série de palavras cuja compreensão do conceito não pode ser obtida apenas por meio de inferências contextuais. São itens lexicais que exigem um suporte técnico para o seu entendimento. Por isso, a elaboração de glossários técnicos como mecanismo facilitador da compreensão de textos científicos é uma estratégia interessante.

O uso do glossário possibilita ao estudante o acesso aos significados dos termos de maneira a favorecer o entendimento da sentença, sem que antes o estudante precise recorrer a outros textos para a busca de significação para cada termo desconhecido. A construção de glossários temáticos propicia a maneira mais fácil de acessar

conceitos referenciados no texto. Ao fim e ao cabo, o glossário atua como um ponto de apoio para a compreensão do conteúdo que o texto propõe. Outra tarefa atribuída ao glossário é possibilitar que um maior número de termos do texto seja compreendido. A apresentação do significado de uma expressão técnica, sobretudo se essa tiver de estrutura morfológica desconhecida, repercute na interpretação de outras expressões morfolologicamente semelhantes. O glossário contribui para a ampliação do repertório lexical do leitor e, conseqüentemente, para a compreensão de textos. Em suma, todo texto científico deve ser seguido de um glossário técnico.

No fragmento (8), retirado do manual “A Célula” ocorrem diversos itens lexicais técnicos que não fazem parte do repertório lexical de um estudante ingressante em cursos de graduação, o que demonstra a potencialidade da utilização do glossário como suporte à leitura.

(8) Vários níveis de compactação do filamento cromatínico ocorre no núcleo interfásico. O nucleofilamento é a fibra cromatínica de 10 nm de espessura, com a sequência linear das unidades repetitivas da cromatina. O nucleofilamento sofre uma organização helicoidal com 5 a 6 unidades repetitivas de cromatina por volta de hélice, constituindo uma fibra de 20-30 nm denominada solenóide. Admite-se que o solenóide seja estabilizado não apenas graças à interação entre molécula de H1, mas também por interação entre as faces superior e inferior das unidades repetitivas, especialmente pelas caudas das histonas dos nucleóides. (CARVALHO; PIMENTEL, 2007.p. 132)

O entendimento do excerto (8) depende do conhecimentos dos termos “cromatina”, “organização helicoidal”, “solenóide”, “histonas” e do acrônimo “H1”. Há uma relação de dependência entre o texto em que se insere a sentença e outros textos que tratam de cada um desses conceitos.

O uso do glossário possibilita ao estudante o acesso a esses significados de maneira a favorecer o entendimento da sentença, sem que precise recorrer a outros textos para a busca de significação para cada

termo desconhecido. A construção do glossário temático, nesse caso, representa uma maneira mais fácil de acessar conceitos referenciados no texto. O glossário atua como um ponto de apoio de que o estudante necessita para a compreensão do conteúdo que o trecho transporta.

Inferências lexicais

O leitor se vale de diversas estratégias na tentativa de compreensão de itens lexicais cujos significados lhes são desconhecidos. Na leitura de textos científicos, esse movimento se intensifica devido à especificidade do vocabulário neles empregado. Se compreendidos, novas expressões e conceitos passarão a fazer parte do repertório linguístico do leitor. Liberato e Fulgêncio (2010) observam que “é justamente através do contato com novos itens que podemos aumentar nosso repertório léxico” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.121).

Sobre as estratégias de favorecimento à aprendizagem lexical as pesquisadoras observam que “a principal estratégia usada pelo leitor para “descobrir” o significado das palavras é a utilização do contexto como elemento fornecedor de pistas” (LIBERATO ; FULGÊNCIO, 2010, p.121). Indicam que “a inferência lexical pode se dar com base no emprego de estratégias metacognitivas ou de estratégias cognitivas” (LIBERATO; FULGÊNCIO, 2010, p.121), relacionando estratégias metacognitivas com as buscas conscientes realizadas pelo leitor a fim de compreender o significado, e estratégias cognitivas com as associações intuitivas que ele realiza no decorrer da leitura.

A alta incidência de termos desconhecidos nos textos científicos, no entanto, inibe o uso do contexto na inferência do significado de itens lexicais novos com os quais se defronta durante a leitura. A explicação prévia de um conceito novo

é tida como um dos recursos disponíveis ao autor para favorecer a realização da inferência lexical pelo leitor.

O fragmento (9), retirado do manual “Biologia Celular e Molecular” faz referência ao nucleoplasma, conceito de significado obscuro para muitos estudantes:

(9) O nucleoplasma é constituído por uma solução aquosa de proteínas, RNAs, nucleosídeos, nucleotídeos e íons, onde estão mergulhados os nucléolos e a cromatina. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2011, p. 147)

Um leitor pouco experiente não consegue inferir o significado do item lexical “nucleoplasma”, por pertencer ao vocabulário específico das ciências biológicas. Uma proposta de reescrita para o fragmento de forma a auxiliar o leitor neste processo inferencial é explicar o termo antes de utilizar o vocabulário a ele correspondente, o que é sugerido em (9r):

(9r) Um dos componentes do núcleo celular é o nucleoplasma. Esse componente é constituído por uma solução aquosa de proteínas, RNAs, nucleotídeos e íons. Nessa solução aquosa estão mergulhados os nucléolos e a cromatina.

Em (9r) a explicação inicial permite ao leitor definir “nucleoplasma” como um elemento que pertence ao núcleo de uma célula e qual é a sua composição.

Retomando as ESL

As exposições sobre estratégias de legibilidade textual aqui relacionadas devem ser consideradas no ato da produção ou da apresentação de um texto científico para o estudante universitário, de modo a possibilitar que conteúdos disponibilizados em manuais didáticos possam ser de fato compreendidos. A compreensão acadêmica parte do reconhecimento do léxico. Assim, a relação ingressantes universitários e

textos acadêmicos é um importante objeto de investigação a ser desenvolvido. Nas salas de aula dos cursos de graduação, fazem-se necessários movimentos pedagógicos que reconheçam o letramento acadêmico como fator determinante do desempenho escolar universitário. O letramento acadêmico envolve diretamente a compreensão do vocabulário técnico incorporado pelos livros didáticos utilizados no contexto universitário.

É importante destacar ainda que o processo de aquisição lexical necessário à compreensão de textos acadêmicos transcende a utilização de signos linguísticos memorizados no decorrer da vivência vernacular dos falantes. Daí a necessidade de estudos metalinguísticos que envolvam o tratamento do léxico na esfera acadêmica. A discussão de questões lexicais, principalmente relacionadas a sua utilização em textos didáticos de caráter científico, revela-se pertinente para a concretização da formação acadêmica de parte significativa do público universitário brasileiro.

Comentários Finais

Estratégias de legibilidade textual foram discutidas aqui a fim de demonstrar que é possível facilitar o entendimento de textos didáticos por meio de interferências linguísticas concretas.

Teorias linguísticas que subsidiaram esta argumentação sobre a legibilidade do texto didático e que apontaram para fatores discursivos, sintáticos, cognitivos, semânticos e lexicais que interferem na compreensão de um texto indicam que experimentos podem ser realizados em pesquisas posteriores no intuito de ratificar o uso do glossário técnico e a reestruturação de sentenças discursivas como estratégias linguísticas facilitadoras da compreensão de um texto acadêmico.

O desenvolvimento de estratégias de leitura e escrita contribui positivamente para o processo de ensino na medida que potencializa as ações dos

educadores em qualquer nível de ensino, aí incluso, o ensino universitário. Oportunizar ao discente apropriar-se do material didático do qual dispõe transcende a apresentação de extensas bibliografias, se concretiza no momento em que o estudante atua com desembaraço perante a terminologia técnica que lhe é apresentada; um processo sucessivo no decorrer de sua formação acadêmica.

As estratégias “simplificadoras” na construção do texto acadêmico, bem como o desenvolvimento de estratégias de leitura, de forma a facilitar a compreensão do conteúdo dos textos na prática do ensino universitário são aqui apresentadas como métodos. Representam alternativas pedagógicas das quais poderão dispor os mediadores de textos científicos para permitir acesso aos conteúdos de textos dotados de uma tecnicidade específica e que exigem conhecimentos lexicais específicos. Habilidades que um aluno que acaba de ingressar no ensino superior ainda não possui de forma madura.

O glossário técnico e a reestruturação de sentenças discursivas demonstram-se duas potenciais estratégias de leitura, já que facilitam a compreensão do conteúdo dos textos na prática do ensino universitário. O primeiro por se revelar ponto de apoio para o estudante iniciante que ainda não apresenta domínio do léxico específico de determinada área. A segunda, por permitir ao discente acessar conteúdos de textos científicos sem os impedimentos cognitivos e processuais com o jargão científico, necessário ao enriquecimento do seu repertório lexical.

Um ponto importante a se destacar é que nesta discussão as estratégias referenciadas são apresentadas como atividades didáticas que podem ser desenvolvidas coletivamente em sala de aula ou laboratórios de modo a levar o aluno a uma melhor compreensão do conteúdo da disciplina.

A utilização de recursos linguísticos como os aqui referidos representa atribuir nova perspectiva

para a compreensão de textos didáticos a partir de uma atividade interpretativa que perpassa a localização de informações primárias, mas que adentra ao campo investigativo pelas vias do não-dito pelo autor, pelo que ele deixou implícito nas entrelinhas ou pelos pontos de indefinição por ele lançados. Conhecimentos construídos a partir daí possibilitarão ao estudante da graduação a construção gradual de saberes possíveis de aplicação concreta às situações que demandam de conhecimentos científicos específicos. Este é, aliás, o propósito do ensino no contexto universitário.

MARCUSCHI, L. A. Da Fala para a Escrita—atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA NEVES, M. H. A Gramática Funcional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PETRI, V. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos. Santa Maria: PPGL Editores, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA VAL, M.G. Redação e Textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FISCHER, A. Letramento Acadêmico: uma perspectiva portuguesa. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, v. 30, n. 2, p. 177-187, 2008.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. A Leitura na escola. São Paulo: Contexto, 1996.

JUNQUEIRA, L.C.U; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Leitura, sistemas de conhecimentos e processamento textual. In: _____. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006, p. 39-56.

KOCH, I.G.V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I.G.V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2012.

LIBERATO, Y; FULGÊNCIO, L. É possível Facilitar a Leitura: um guia para escrever claro. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCCHESI, D. Sistema, Mudança e Linguagem. Lisboa: Colibri, 1998.

PALAVRAS-CONCEITO EM FUNCIONAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO

Kelly Fernanda Guasso da Silva¹

Fidah Mohamad Harb²

Resumo: Observando trabalhos científicos para além da área de Letras nos quais figuram palavras que, na Análise de Discurso, têm o estatuto de conceito, propomos algumas reflexões sobre tal funcionamento. Nosso objetivo é mostrar como a Análise de Discurso dá embasamento teórico-metodológico para mobilizar as questões que envolvem a produção do conhecimento. O percurso do nosso estudo permite constatar que os autores, ao tomarem palavras-conceito, podem estar lançando mão desse artifício discursivo para conferir mais um lugar teórico à sua pesquisa.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Produção do conhecimento; Palavras-conceito; História das Ideias Discursivas.

CONCEPT-WORDS IN MOVEMENT: REFLECTIONS ON THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE FROM THE DISCOURSE ANALYSIS

Abstract: Observing scientific works beyond the area of Letters in which words appear that, in Discourse Analysis, have the status of a concept, we propose some reflections on such functioning. Our objective is to show how Discourse Analysis provides a theoretical-methodological basis for mobilizing issues that involve the production of knowledge. The course of our study allows us to verify that the authors, when using concept-words, may be making use of this discursive device to give their research another theoretical place.

Keywords: Discourse Analysis; Knowledge production; Concept-words; History of Discursive Ideas.

¹ Doutorado em Letras, área de concentração estudos Linguísticos (UFSM). E-mail: kellyguasso@gmail.com

² Mestre em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos. E-mail: fidah.mohamad@gmail.com

PRIMEIROS PASSOS...

Ler é mergulhar em uma teia discursiva
invisível construída de já ditos
(INDURSKY, 2001, p. 9-10).

Para nós, o discurso, a produção de conhecimento e a Análise de Discurso são sempre temas muito caros. Trabalhar com a língua nos exige e nos permite ler diferentes textos, refletir sobre os sentidos em funcionamento, pensar sobre os ditos e os não-ditos da/na/sobre a teoria. As teias que formam um discurso não podem ser para nós totalmente transparentes, já que o discurso não o é. Nosso caminho se trilha no vaivém da teoria à prática (e vice-versa), conforme descreve Petri (2013) ao abordar *O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do 'dispositivo experimental' da Análise de Discurso*. Assim, ao traçar um caminho a ser percorrido neste artigo, buscamos observar as teias que formam os discursos e perceber os “desenhos” que se constroem.

Há algum tempo³, vimos nos interessando pelas questões que envolvem a produção de conhecimento discursivo, que constitui uma História das Ideias Discursivas, movimentos que resultaram na tese de doutorado, intitulada *Discursos que ressonam sentidos: por uma História das Ideias Discursivas a partir do autor Michel Pécheux* (GUASSO DA SILVA, 2021), e na dissertação de mestrado, intitulada *O funcionamento do dispositivo teórico e metodológico da Análise de Discurso em trabalhos científicos para além da área de Letras* (HARB, 2021).

Em nossa trajetória teórica, compreendemos que a produção de conhecimento é um processo em desenvolvimento, sendo a completude um ideal não alcançado, já que acessamos regiões do saber, assim, o discurso é produzido e

apreendido a partir de determinadas condições de produção e de leitura. Nesse caminho, a partir dos primeiros passos dados por nós, apresentaremos alguns pontos com os quais nos deparamos seguindo a caminhada, sobretudo considerando o funcionamento de palavras-conceito, noção cunhada por nós e entendida no sentido de que há palavras que podem comparecer em trabalhos de outras áreas, mas que para a Análise de Discurso são conceitos. Prontamente, quando falamos em conceitos, colocamo-nos à seguinte questão: “O que é falar sobre conceitos na Análise de Discurso de linha francesa?”

Pensando que nosso interesse está voltado também para a compreensão do funcionamento de fazer história da ciência, a partir da perspectiva discursiva, neste texto, temos o propósito de aprofundar e problematizar a ideia de palavras-conceito quando são mobilizadas a partir de um viés discursivo; e, de outro modo, a partir do senso comum, em outras áreas do saber⁴, filiações teóricas que não são áreas específicas dos Estudos da Linguagem.

Destacamos, nesse processo, que nos ancoramos na linha de pesquisa História das Ideias Discursivas, inaugurada por Orlandi (2018), que considera os “já ditos” enquanto conhecimentos que ajudam a entender as especificidades do objeto de estudo da Análise de Discurso francesa, a saber: o discurso. Nessa perspectiva, entendendo que a proposta de Orlandi (2018) busca, entre seus objetivos, transpor as evidências e observar os gestos de leitura como sentidos em relação - ou seja, analisando não apenas a relação de palavras com palavras ou, observando outras materialidades, imagens com palavras, mas como discurso mesmo se constitui.

Uma maneira complementar de pensar sobre as palavras-conceito é estabelecendo uma relação

4 Ressaltamos, nesse sentido, que não entraremos numa questão analítica, pois teríamos que conhecer e nos apropriar teoricamente de outras áreas do conhecimento.

3 (Cf. PETRI; GUASSO DA SILVA, 2016; GUASSO DA SILVA, 2017; PETRI; GUASSO DA SILVA; HARB, 2019).

da linguagem com a exterioridade - condição essa que demanda considerarmos sempre o sujeito que produz o discurso, as condições de produção do discurso, as formações discursivas, as formações imaginárias, a ideologia, o inconsciente etc. - elementos que constituem o sujeito e acabam por atravessar o discurso. Logo, o campo da Análise de Discurso coloca conceitos em funcionamento e, nesse sentido, não basta apenas descrever o que são os conceitos, como também é de maneira especial explicitar como/em quais as condições e de quais modos ocorrem.

Diante do exposto, buscamos aprofundar e problematizar a ocorrência de “palavras-conceito” - como sentidos não acabados -, e os sentidos que podem ser outros (mas não qualquer um). Propomo-nos analisar noções que são importantes para o campo teórico discursivo funcionando em abordagens, filiações teóricas e áreas do conhecimento para além das Letras.

SEGUINDO A CAMINHADA...

[...] apreender a História das Ideias Discursivas envolve ter em mente os já-ditos, ou seja, todos os conhecimentos que ajudam a entender as especificidades do objeto de estudo da Análise de Discurso. Nesse âmbito, entendo que o objeto da História das Ideias Discursivas é a discursividade, ou seja, o discurso em funcionamento, constituído de historicidade (GUASSO DA SILVA, 2021, p. 43).

Assumimos, na escrita do presente texto, a posição de pesquisadoras analistas de discurso que percebem a relevância e o comprometimento de saber a partir da perspectiva teórica da História das Ideias Discursivas. Nesse percurso, marca a nossa trajetória acadêmica a oportunidade de, em maio de 2019, assistir a uma fala proferida por Eni Orlandi, intitulada *A Análise de Discurso como teoria e como método*, na qual, entre outras questões abordadas, a Professora dissertou sobre essa nova linha de pesquisa (História das Ideias Discursivas), a qual

segue a filosofia da interpretação, ampliando as possibilidades de sentidos dos conceitos da teoria da Análise de Discurso.

Isso posto, seguimos nessa proposta observando esses conceitos em funcionamento e, assim, verificando ampliarem-se as margens para suas interpretações. Desse modo, em nossos trabalhos de pesquisa (Dissertação e Tese) buscamos nos apropriar do campo e da teoria discursiva e reconstruir modos de produção do conhecimento a partir de nossos gestos de leitura, questionando saberes definidos e estáveis no “fio do discurso” (PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 59). Em outras palavras, a partir de uma análise de perspectiva discursiva, entendemos que construímos nossos dispositivos teórico-metodológico-ideológicos, os quais deslocaram nosso olhar, nossa escuta (HARB, 2021).

Nesse caminho, concordamos com Orlandi (2018), quando reafirma que a Análise de Discurso está preparada para levar em conta o não exato, o desconhecido, o incompreensível, através de seus procedimentos teóricos e analíticos que sustentam ideias e/ou sentidos, visto que o dispositivo teórico passa entre a descrição e a interpretação enquanto forma de conhecimento entre conceitos e métodos. Desse modo, brevemente configurado o quadro teórico sobre o qual vimos refletindo, adentramos na nossa questão (incômoda, como precisa ser para estimular as buscas do pesquisador) sobre o funcionamento das palavras e dos conceitos nos trabalhos científicos. Nesse caminho, consideramos importante retomar alguns conceitos fundamentais para a Análise de Discurso e que constituem (não só, mas também)⁵ a História das Ideias Discursivas: o que é dizer autor, discurso e conhecimento quando estamos falando em conceitos na Análise de Discurso?

5 Conforme se reforça na tese *Discursos que ressonam sentidos: por uma História das Ideias Discursivas a partir do autor Michel Pêcheux* (GUASSO DA SILVA, 2021), a História das Ideias Discursivas não se limita à Análise de Discurso, mas se compõe também dela.

Para compreender o(s) movimento(s) que propomos, destacamos que estamos entendendo que o autor é aquele que organiza o texto, configurando certa unidade de sentidos, sendo que, “para produzir sentidos, é necessário que o autor tome posição frente ao discurso (outro, o já-dito do interdiscurso) e ao sujeito (também outro, aquele que é seu interlocutor - imaginário)” (GUASSO DA SILVA, 2021, p. 79). Assim sendo, é a partir do momento que o sujeito toma o texto - e, a partir dele, estabelece relações com outro(s) discurso(s) e outro(s) sujeito(s) - que os sentidos se constituem.

São as palavras que nos permitem acessar os sentidos da/na língua - e o texto, o discurso e os conceitos. Já de acordo com Narzetti (2018, p. 649), “um conceito não existe desde sempre nem permanece imutável; ao contrário, ele é produzido em determinado momento e, ao longo do tempo, passa por reformulações, que o corrigem, o refinam ou o ampliam”.

Dessa perspectiva, entendemos que, para o analista, a questão discursiva envolve sentido e interpretação - e, estes, por sua vez, podem ser apresentados numa relação de nunca acabar com a linguagem, com o pensamento e com o mundo. Por isso, a partir dessas considerações, trazemos à discussão a questão de que o quadro discursivo nos dá ferramentas para acessar outras áreas do conhecimento. Refletindo, nessa linha, a concepção de Nunes (2008) de que o campo de uma ciência não é um espaço homogêneo, mas sim constituído de diferentes discursos, e, na perspectiva discursiva, temos o discurso como um lugar de reflexão teórico-metodológica, histórica, subjetiva e, sobretudo, ideológica.

Na busca por entender melhor o funcionamento da formação de conceitos na Análise de Discurso materialista, destacamos a citação de Ferreira (2013, p. 10), quando explicita que “[...] produzir conceitos é, antes de tudo, uma

atividade criadora que permite inventar novas maneiras de pensar, de sentir, de ver (conceber e perceber), de compreender o incompreensível”.

Nesse sentido, diferente do que ocorre no senso comum, compreendemos que a “formulação” de um conceito para a teoria discursiva permite, a partir da pesquisa, (des)construir leituras, estabelecendo relações entre a teoria e a prática analítica. Assim sendo, não é um processo de criação acabado que possui funções específicas e sem outras iguais. Para nós - na posição de analistas de discurso - tomamos essa criação como um processo que expressa continuidade, que se realiza a partir de sujeitos, atravessados pela memória, pelas formações ideológicas e discursivas.

Para tanto, apreendemos que está em funcionamento um vibrar de sentidos, um saber que (res)surge da Análise de Discurso:

[...] os sentidos que ressonam em um discurso a partir da repetição e/ou da reformulação no intradiscurso, por exemplo, não são dominados totalmente pelo sujeito. O sujeito não controla o discurso. Ele dá pistas, sugere reflexões e interpretações por meio de marcas linguístico-discursivas, mas não há garantias entre o dito e o compreendido, pois estão em jogo nesse complexo processo as formações imaginárias, formações discursivas, condições de produção, história, memória, inconsciente e outros. De acordo com Serrani (2005, p. 90), deve-se estudar as recorrências nos textos e nos conjuntos de textos “discursivamente relacionados, com o objetivo de estabelecer como ocorre por efeitos de vibração semântica mútua entre várias marcas específicas, a construção das representações de sentido predominantes em um discurso determinado”. Mais do que sintagmas, são os sentidos que ressonam e recuperam sentidos que podem ser os mesmos, múltiplos, opacos etc. (GUASSO DA SILVA, 2021, p. 142-143).

Tal funcionamento, que permite perceber um vibrar de sentidos - entre palavras e conceitos - em outros lugares de produção do saber, especificamente, em outras teses, é trabalhado por Harb (2021). Vejamos um exemplo a partir da figura 1, a seguir:

Figura 1 – Sumário: *Materialidades de um processo de circulação de ideias na ciência.*

DIS_PPGLETRAS_2021_HARB_FIDAH [Modo de Compatibilidade] - Word

Arquivo PÁGINA INICIAL INSERIR DESIGN LAYOUT DA PÁGINA REFERÊNCIAS CORRESPONDÊNCIAS REVISÃO EXIBIÇÃO

Recortar Copiar Colar Pincel de Formatação

Área de Transferência Fonte Parágrafo Estilo Edição

Navegação

magalhães

Resultado 9 de 12

TÍTULOS PÁGINAS RESULTADOS

Autora: Glória Lucia Magalhães, Graduação em Pedagogia, Centro Universitário do Sul de Minas, UNIS

foram selecionadas do resumo de Glória Lucia Magalhães. A tese foi defendida e publicada em 2017, e

que as palavras-chave do trabalho de Magalhães (2017) não estão indicadas junto do resumo.

professoras, se fizeram presentes nas aulas ministradas por elas? (MAGALHÃES, 2017, grifos nossos).

de Eni Orlandi, e em noções relacionadas à formação docente." (MAGALHÃES, 2017, grifos nossos).

-chave: São os trabalhos de Rolim (2018), Silva (2017), Silveira (2017) e Magalhães (2017).

Fonte: Magalhães (2017).

Observando o sumário proposto por Magalhães (2017), nos parece que as relações são estabelecidas

MAGALHÃES, G. L. Possibilidades e limites da socialização de um trabalho pedagógico de ciências com

Figura 16 – Sumário: *Materialidades de um processo de circulação de ideias na ciência*

SUMÁRIO

A FORMA E A POSIÇÃO DESTE SUJEITO (O) PESQUISADOR 25

INTRODUÇÃO 29

CAPÍTULO 01 - CIRCULANDO IDEIAS: UMA DIMENSÃO EPISTEMOLÓGICA 35

1.1 A SOCIOGÊNESE DO CONHECIMENTO: UMA INTRODUÇÃO À EPISTEMOLOGIA FLECKIANA 36

1.2 DISTINTAS REALIDADES 44

1.3 INCOMENSURABILIDADE E TRÁFEGO DE PENSAMENTOS 49

CAPÍTULO 02 - MARGENDO UM CORPUS PARA ANÁLISE: HISTÓRIA, FILOSOFIA DA CIÊNCIA E ENSINO DE CIÊNCIAS 53

2.1 HISTORIOGRAFIA: VOLTAÇÃO, INTERPRETAÇÃO, FRONTEIRAS 54

2.2 HISTÓRIA, FILOSOFIA DA CIÊNCIA E ENSINO DE CIÊNCIAS: POR ONDE ANDAMOS? 58

2.2.1 O embate "a favor" e "contra" a utilização da história e filosofia da ciência no ensino de ciências 58

2.2.2 As Relações entre História da Ciência e Natureza da Ciência 61

2.2.3 História e Filosofia da Ciência na Realidade da Sala de Aula 66

CAPÍTULO 03 - MIRANDO GESTOS DE COMPREENSÃO: A ANÁLISE DE DISCURSO COMO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO DE REFERÊNCIA 71

3.1 BALIZAMENTOS PARA UM PRELUDIO: A AD FRANCESA 71

3.2 OUTROS APONTAMENTOS TEÓRICOS: RUMO AO PROCESSO DE ANÁLISE 82

CAPÍTULO 04 - PERCORRENDO UM CAMINHO: SOBRE OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA 87

4.1 DAS ANTECIPAÇÕES AS DERIVAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA DE PESQUISA 89

4.2 A ESCOLHA DAS REVISTAS CIENTÍFICAS 91

4.3 A COMPOSIÇÃO DO ARQUIVO: DIMENSÃO E CRITÉRIOS 95

4.4 AS SÍNTESES E O METATEXTO: RUMO AS QUESTÕES ESSENCIAIS 100

4.5 O PROCESSO DE ANÁLISE (ETAPA FINAL) 104

CAPÍTULO 05 - TOCANDO A MATERIALIDADE: RUMO A UM "FECHAMENTO" 107

5.1 A NOÇÃO-CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA: ENTRE FOUCAULT E PÉCHEUX 107

5.2 ESTILO DE PENSAMENTO E FORMAÇÃO DISCURSIVA: INCONGRUÊNCIA TEÓRICA OU BASE EPISTEMOLÓGICA PARA UMA MATERIALIDADE DO PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DE IDEIAS? 113

5.3 AS MATERIALIDADES DO DISCURSO 122

5.4 UMA PROPOSTA DE ANÁLISE 125

6.1 Entre a Negação e o Devir: a FD do Lugar-Outro 126

6.2 HTAQ: história e filosofia no ensino-aprendizagem de química 133

"PRIMEIRAS" RUMINAÇÕES SUBSEQUENTES 140

REFERÊNCIAS 140

Fonte: Ilha (2019).

PÁGINA 95 DE 113 1 DE 32765 PALAVRAS PORTUGUÊS (BRASIL)

75%

A figura 1 é o recorte do sumário da tese de Ilha (2019), um dos trabalhos consultados para a pesquisa de Harb (2021), a partir do qual propomos - em um primeiro momento - refletir sobre o lugar do sumário em um trabalho científico, visto que por ser o último elemento pré-textual obrigatório - conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que é o Foro Nacional de Normalização -, também abrange todas as partes do trabalho: a elaboração do sumário é uma prática que prepara, harmoniosamente, as principais divisões do texto, apresentando de maneira sucinta aquilo que vai ser, depois, desenvolvido. Desse modo, de forma discursiva, a elaboração de um sumário compreende um

gesto de organização, por parte do autor, na apresentação do conjunto do [seu] trabalho e de cada seção, devendo incluir o conteúdo de todo o trabalho.

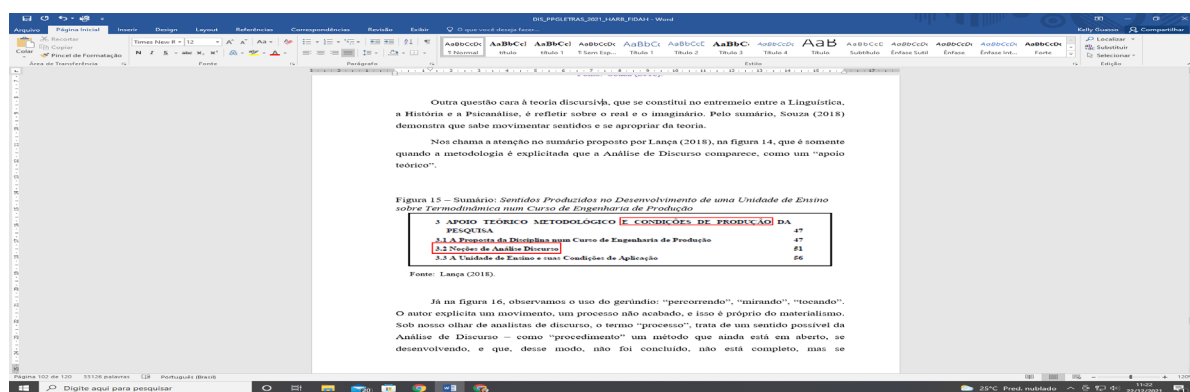
Observando o sumário proposto por Ilha (2019), nos chama a atenção a facilidade com que as relações de sentidos de palavras de sua filiação teórica com conceitos da Análise de Discurso são estabelecidas (chamamos a atenção para as palavras-conceito “posição-sujeito”, “gestos de compreensão”, “materialidade”, “ruminação”, por exemplo, pois são recorrentes nos estudos da linguagem com funcionamento no trabalho de analistas de discurso - não só por Michel Pêcheux, mas também por Eni Orlandi⁶, para citarmos alguns nomes importantes da área). Assim, as teorias de diferentes áreas do saber se conjugam e nos mostram que o processo que envolve a produção do conhecimento, desde o delineamento do objeto, da formulação da questão de pesquisa e, conseqüentemente, do caminho de estudo percorrido não estão dados, eles vão se construindo ao mesmo tempo, fortalecendo-se e mostrando as possibilidades de apreender e refletir acerca do discurso em funcionamento.

O sujeito autor, ao conferir certa unidade ao texto que ora apresenta, acaba por estabelecer conexões impensadas (inéditas?) e mostra mais um caminho teórico possível ao articular/aproximar Linguística - Análise de Discurso - e Ciências - Química:

O sujeito autor aponta as condições de produção do discurso, pois, sendo químico, por formação, ele se inscreve num determinado lugar, o qual está marcado pelas relações que estabelece com a teoria quando evidencia conceitos que são importantes para o estudo do quadro teórico da Análise de Discurso: (i) posição sujeito, como uma apresentação à parte do trabalho - antes da introdução -, (ii) formação discursiva presente no quinto capítulo e (iii) discurso, no quinto capítulo. Outro traço importante para sublinhar [...] Em nosso entender, o sujeito usa esse saber no sentido de possibilidade de conhecimento, instrumento de Análise de Discurso. Então, ele toma essa posição para falar do objeto - há uma apropriação desse discurso -, destaca-se ainda o saber discursivo, pois ele conduz e apresenta bem as noções (HARB, 2021, p. 92).

Já na figura 2, a seguir, há mais uma possibilidade de verificarmos a Análise de Discurso posta em funcionamento, desta vez sendo “aproximada” da teoria da Engenharia de Produção:

Figura 2 – Sumário: *Sentidos Produzidos no Desenvolvimento de uma Unidade de Ensino sobre Termodinâmica num Curso de Engenharia de Produção*



3 APOIO TEÓRICO METODOLÓGICO	47
3.1 A Função da Teoria da Engenharia de Produção	47
3.2 Noções de Análise de Discurso	48

Na tese de Lança (2018), conforme afirma Harb (2021, p. 90), a Análise de Discurso parece fornecer um “apoio teórico”, destaca-se nesse recorte do sumário a palavra-conceito “condições de produção”, tão cara não só para a teoria concebida por Michel Pêcheux, na França, mas também para o que foi desenvolvido por Eni Orlandi e outros autores do/no Brasil. Ampliam-se assim as possibilidades

⁶ Também podemos citar, por exemplo, a linguista Irène Fenoglio que trabalha com o conceito de “ruminação”.

de leitura/interpretação/produção de sentidos sobre a Engenharia de Produção a partir da Análise de Discurso.

Ademais, conforme apresentamos na figura 3, recorte do sumário da tese desenvolvida por Savaget (2018) - que também compõe o *corpus* analítico de Harb (2021, p. 88) - é possível identificar o uso de repetições, o que a nosso ver marca uma posição, reforça um lugar, aponta a mirada que o autor confere à Análise de Discurso com a retomada das palavras-conceito “memória” e “silêncio”, bem como com a repetição da palavra “discurso”:

Figura 3 – Sumário: *Comunicação no discurso ambiental* – Parte I

CAPÍTULO I – DISCURSO AMBIENTAL	38
1. MEMÓRIA DO DISCURSO AMBIENTAL	38
OS ESTUDOS DE DISCURSO AMBIENTAL EM HANNGAN (2009)	43
Discursos ambientais	45
Discursos de resistência	46
Discursos de justiça ambiental	47
2. A COMUNICAÇÃO NO DISCURSO AMBIENTAL	48
OBJETIVO ESPECÍFICO NO DISCURSO AMBIENTAL	49
2.1- PRIMAVERA SILENCIOSA	50

Fonte: Savaget (2018).

Figura 12 – Sumário: Comunicação no discurso ambiental – Parte II.	
1. MEMÓRIA DO DISCURSO DA MUDANÇA CLIMÁTICA	76
CIRCULAÇÃO E REPETIÇÃO DOS DISCURSOS DO ALERTA NA MÍDIA	77
2. AÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO DO AR4	81
2.1 PROCESSO DE PRODUÇÃO PARA COMUNICAÇÃO DO AR4	83
2.2 -O QUE DIZEM OS BRIEFINGS PARA A IMPRENSA DO AR4	87
4. INDETEREZA NO DISCURSO	89
O RISCO NO DISCURSO	91
3. CONFRONTO DISCURSIVO	100

O caminho trilhado na análise proposta por Harb (2021) mostra que, para além das palavras identificadas nos trabalhos científicos, são utilizadas referências próprias da área, neste caso, da Análise de Discurso. Em nosso entender, os autores usam esse saber no sentido de possibilidade de conhecimento e, ao tomarem tal posição para falar do discurso (objeto do quadro teórico estudado por nós analistas), existe uma apropriação desse conhecimento, o saber discursivo, já que há um movimento que conduz e apresenta bem essas noções - entendidas por nós como palavras-conceito.

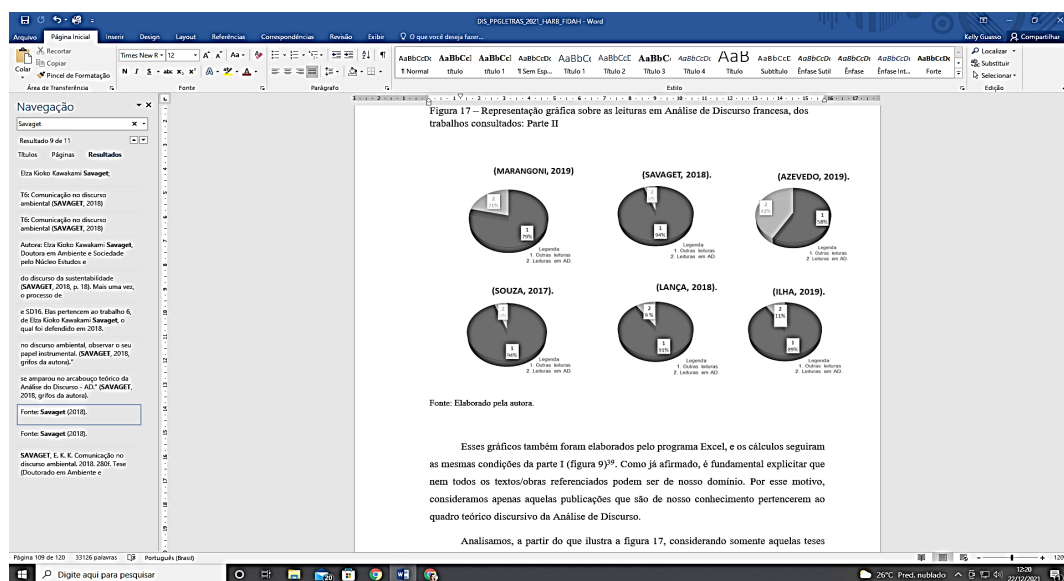
Nessa perspectiva, entendemos um esforço teórico e metodológico por parte desses autores quando apresentam em seus trabalhos esse “gesto de ler do analista de discurso” (PETRI, 2013, p. 47). Sendo assim, além de uma apropriação das palavras da teoria do discurso, identificamos um funcionamento no sentido de a Análise de Discurso poder estar conferindo mais um lugar teórico à sua pesquisa. Por exemplo, podemos tomar palavras como “ler”, “descrever” e “interpretar”⁷ que funcionam no senso comum o tempo inteiro, entretanto, ao comparecerem em um trabalho de Análise de Discurso assumem um outro estatuto, o de palavras-conceito: é a mobilização da teoria que retira o significante do senso comum, fornecendo a ele outro estatuto⁸.

Retomamos os gráficos elaborados por Harb (2021, p. 97), eles nos auxiliam na compreensão de que os autores da Análise de Discurso podem comparecer nas referências com um percentual bastante elevado. Vejamos a figura 4:

⁷ (PÊCHEUX, [1988] 2002).

⁸ Agradecemos à Professora Dra. Verli Petri pela leitura atenta e pelas contribuições teóricas para este artigo, sobretudo nesta reflexão.

Figura 4 – Representação gráfica sobre as leituras em Análise de Discurso francesa dos trabalhos consultados



Fonte: Harb (2021, p. 97).

De acordo com Harb (2021, p. 97), as referências a autores da Análise de Discurso variam, podendo atingir um percentual de até 42%. Para chegar a tal resultado, a autora calculou uma média aproximada, considerando 100% das referências consultadas e separou as publicações de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, realizando uma regra de três.

São essas pistas (as palavras presentes nos sumários e nas referências, por exemplo) que constroem essa teia e formam um desenho bem próprio, dando assim mais um passo dentro da História das Ideias Discursivas.

Diante disso, destacamos uma questão apreendida sobre os sentidos de se dizer/afirmar “analistas de discurso”, tais autores, fora das áreas de Letras e Linguística, nos mostram que a Análise de Discurso nos dá ferramentas para acessar outros campos do saber científico. Sendo esse um assunto que vimos tentando entender e tratar em nossos estudos a partir da proposta da Professora Eni Orlandi - História das Ideias Discursivas, especialmente, se nessas diferentes teses⁹ a teoria foi trabalhada/tratada num processo de consistência, relacionando, assim, teoria e método¹⁰.

UMA “PARADA” É NECESSÁRIA, MESMO QUE O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SEJA CONTÍNUO

Tendo em vista o caminho percorrido, em nossa leitura, percebemos que para a produção de conhecimento há gestos constituindo o sujeito na posição de analista e, ao mobilizar um dispositivo

⁹ Decidimos trabalhar com teses, visto que são consideradas resultado de investigação complexa e aprofundada sobre diferentes temas. Ademais, por ter um tempo maior para a elaboração do texto, para a consulta e apreensão do referencial teórico-metodológico de análise - e considerando também que teses ocupam um lugar específico na produção do conhecimento, qual seja: para além da reprodução. Espera-se que uma tese traga uma contribuição “original”, conforme a MDT/UFSM (2018, p. 10): “tese é um documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único bem delimitado, elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão”.

¹⁰ Destacamos que a nossa proposta de leitura não se dedica a avaliar ou julgar a consistência das análises ou o sucesso dos procedimentos analíticos.

teórico-metodológico, ele é capaz de compreender e de produzir (outros) efeitos de sentido. Por isso, esse caminho mostra que ler é saber que o sentido (embora não seja qualquer um) pode ser sempre outro, já que é atravessado pelas condições de produção do discurso e do sujeito.

Concluimos na direção de que a Análise de Discurso e a História das Ideias Discursivas mobilizam sentidos e, nesse processo, acabam por conceituar palavras. Nesse caminho, visto que ler e interpretar em Análise de Discurso é diferente de ler e interpretar textos no senso comum, afirmamos que o nosso artigo tem o objetivo de levantar reflexões acerca da produção do conhecimento discursivo. Mas, não só, neste texto, nos propusemos a demonstrar que o dispositivo, apoiado na linha de pesquisa História das Ideias Discursivas (ORLANDI, 2018), fornece embasamento teórico metodológico para se mobilizar conceitos.

Observamos, na construção de sumários e de referências de trabalhos de outras áreas do saber - que não a área de Letras/Linguística -, a utilização de palavras-conceito próprias à Análise de Discurso para mostrar que há possibilidades de conjugar teorias de diferentes campos do saber, o que se configura como um artifício discursivo. Enquanto analistas e pesquisadoras da área da linguagem, nos colocamos no caminho de provocar reflexões sobre a possibilidade de visualizar aquilo que é diferente, desconhecido e, até certo ponto, (nos) parece estranho/novo. Isto é, relações que se estabelecem e são possíveis articulando Análise de Discurso e outras áreas do conhecimento, por exemplo – o que faz parte da História das Ideias Discursivas, que na mesma linha de fazer História das Ideias Linguísticas, filia-se ao mesmo método de fazer história da ciência, como história das ideias, na perspectiva discursiva.

A partir da Análise de Discurso existe a mobilização de conceitos e eles fazem aparecer mais questões do que uma leitura do senso comum.

Sendo assim, ao pensar a partir do ponto de vista discursivo, retomamos a pesquisa de Harb (2021) sobretudo para, mais uma vez, problematizarmos o funcionamento das palavras-conceito justamente com o objetivo de mostrar que há palavras-conceito da Análise de Discurso funcionando em outras áreas do conhecimento, dentro de outros trabalhos, com outras teorias, de certo modo impensada por nós analistas; o que traz contribuições para pensar o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso. Nesse caminho, recuperando Orlandi (2007, p. 34), nos pomos a refletir sobre esse lugar que ora discutimos na produção do conhecimento: nas suas palavras “porque ‘ter’ uma ideia é uma questão intelectual, mas ‘ser autor de’ tem uma valia institucional bastante disputada”. Desse modo, a teoria pecheuxtiana faz esses aspectos conceituais circularem (e funcionarem) em relação a outras linhas teóricas, marcando essa “autoria” – que é compreendida como “os modos de apresentar” (ORLANDI, 2007, p. 134).

Ora, pensando que estamos inscritas no lugar de um sujeito questionador, o qual não se acomoda com aquilo que “vê” e que está se interrogando sobre a realidade com sua visão de pensamento e de mundo, o nosso lugar na Análise de Discurso ainda está se construindo. Logo, ainda há conhecimentos a apreender e muitas relações teóricas a estabelecer... o quadro discursivo nos mostra tais possibilidades e articulações. A partir do exposto, consideramos a importância de tais sujeitos – autores de trabalhos de diferentes áreas – proporem uma definição às palavras-conceito colocadas em funcionamento, visto que os trabalhos acadêmicos (aqui consideramos teses) ocupam um lugar de investigação complexo e aprofundado sobre temas diversos – recebendo um espaço bem específico na produção do conhecimento. Assim, poderiam controlar “um pouco” os sentidos e demonstrar que palavras adquirem outro estatuto ao comparecerem em trabalhos científicos, pois

é nesse lugar que elas se deslocam e passam a ser conceitos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA A. C. Uma história da linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem. Campinas: RG, 2013.

GUASSO DA SILVA, K. F.; PETRI, V.; HARB, F. Algumas reflexões sobre a produção do conhecimento discursivo: leitura e escritura em *Análise de Discurso*. *Interfaces*, v. 10, n. 3. Guarapuava: Unicentro, p. 1-12, 2019.

GUASSO DA SILVA, K. F. Sobre a (re)produção de conhecimento: reflexões a partir do (dis)curso de Michel Pêcheux. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

GUASSO DA SILVA, K. F. Discursos que ressonam sentidos: por uma História das Ideias Discursivas a partir do autor Michel Pêcheux. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

HARB, F. M. O funcionamento do dispositivo teórico e metodológico da *Análise de Discurso* em trabalhos científicos para além da área de Letras. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. (Org.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 27-42.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

NUNES, J. H. Uma articulação entre a História das

Ideias Linguísticas e a *Análise de Discurso*. *Letras*, Santa Maria, n. 37, p. 107-124, jul./dez. 2008.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. Ciências da linguagem e a(s) voz(es) e o(s) silenciamento(s) de vulneráveis: reflexão e práxis. In: BARONAS, R. L. et al. (Org.). *Ética, Ciência, Ideologia, Interpretação*. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: UNICAMP, [1982] 2014, p. 57-68.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pucinelli Orlandi. Campinas: Pontes, [1988] 2002.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da *Análise de Discurso*. In: PETRI, V.; DIAS, C. *Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

PETRI, V.; GUASSO DA SILVA, K. F. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 37. Campinas, São Paulo: RG Editora, p. 1-19, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT*. Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central. 8. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2018. 72 p.

TESES ANALISADAS

ILHA, G. C. *Materialidades de um processo de circulação de ideias na ciência*. 2019. 224f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <http://>

repositorio.ufsm.br/handle/1/19398. Acesso em: 20 jan. 2020.

LANÇA, T. *Sentidos produzidos no desenvolvimento de uma unidade de ensino sobre termodinâmica num Curso de Engenharia de Produção*. 2018. 199 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333193>. Acesso em: 15 out. 2019.

SAVAGET, E. K. K. *Comunicação no discurso ambiental*. 2018. 280f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade, Aspectos Sociais e Sustentabilidade) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333292>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Submissão: dezembro de 2021.

Aceite: janeiro de 2022.